

administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**

PLANO E ORÇAMENTO

2023

administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**
finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras**
municipais · planeamento · **saúde** · proteção civil · **urbanismo**
administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**



santa maria da feira câmara municipal



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE | 1

INTRODUÇÃO | 7

PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NAS ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 31

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO, COMUNICAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS | 43

OBRAS MUNICIPAIS | 53

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 61

CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TURISMO | 73

AÇÃO SOCIAL, SAÚDE PROTEÇÃO CIVIL E BEM-ESTAR ANIMAL | 149

URBANISMO, PLANEAMENTO, TRANSPORTES E MOBILIDADE | 189

AMBIENTE, JARDINS E ESPAÇOS VERDES, PAISAGEM URBANA E DESPORTO | 207

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO | 237

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL

- **RESUMO DO ORÇAMENTO**
- **ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL**
- **PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**
- **PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

OUTROS DOCUMENTOS

- **MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA**
- **ORÇAMENTO – FEIRA VIVA CULTURA E DESPORTO EEM**
- **ORÇAMENTO – SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM SA**
- **ORÇAMENTO – ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA**



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Atravessamos tempos incertos que recomendam uma abordagem prudente a todos os gestores e em especial aos gestores da coisa pública.

Acabamos de sair duma pandemia que durante dois anos condicionou a economia global, sofremos agora as consequências de uma guerra na Europa com a invasão da Ucrânia pela Rússia, que potenciou ainda mais a tendência inflacionista que já se verificava na sequência da pandemia e do excesso de liquidez injetado pelos bancos centrais na economia mundial.

Confrontamo-nos este ano com uma taxa de inflação próximo dos dois dígitos, que conduz inexoravelmente a um empobrecimento geral e que perturbará seriamente as contas municipais, a braços com uma subida de preços significativa na aquisição de bens e serviços, dificuldades na contratualização de empreitadas e compras, que poderá condicionar os investimentos planeados oportunamente.

A título de exemplo basta referir que só nos custos de energia se prevê triplicar a fatura, o que representa um acréscimo de custos de mais de 6 milhões de euros!

Este aumento de custos não tem correspondência do lado da receita, pois um eventual aumento de preços de serviços ou de taxas cobradas pelo município significaria um aperto ainda maior para os munícipes, já sufocados com os aumentos de preços provocados pela inflação e taxas de juros, sem que os rendimentos acompanhem, levando a perda de poder de compra e até à dificuldade em cumprir com encargos assumidos. O empobrecimento da generalidade das pessoas é uma realidade.

Naturalmente que a gestão rigorosa que é apanágio do executivo municipal nos permite encarar com “otimismo prudente” as dificuldades que se perspetivam, quer na componente social quer nos investimentos previstos, pois a capacidade de recurso a financiamento bancário é muito elevada e servirá para mantermos o investimento planeado e captar o máximo de fundos comunitários possível.

O orçamento para o ano de 2023 atinge o montante global de cerca de 97 milhões de euros, que reflete um acréscimo de 11,63% face a 2022, cerca de 10 milhões de euros, justificado essencialmente pela inserção dos valores associados à transferência de competências do estado central na área da educação. A este montante será adicionado o saldo a transitar das contas de 2022, que se estima atinja cerca de 50 milhões de euros.

No âmbito da gestão financeira entendemos ser importante destacar a relação estrutural entre a receita corrente e a despesa corrente onde prevemos um superavit de 25 milhões de euros, o qual permite no mesmo valor despesas de capital.

Conforme é público, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses colocou Sta. Maria da Feira, na segunda posição no ranking global da eficiência e eficácia da gestão financeira no universo dos 308 municípios portugueses. É este rigor na gestão, reconhecido por entidades idóneas, que nos permite encarar com determinação os desafios que se colocam nas diferentes áreas e no investimento previsto.

Permitimo-nos lembrar que para o atual mandato definimos como principais prioridades o desenvolvimento económico, a saúde, habitação, mobilidade, requalificação dos centros urbanos, o ambiente, coesão social e valorização do património cultural.

Assim, no âmbito do desenvolvimento económico e emprego a aposta será na atração de investimento potenciador de emprego qualificado e melhor remunerado com uma aposta muito



especial em empresas e projetos ligados à saúde, que vão desde a investigação, produção de dispositivos médicos, técnicas e serviços de diagnóstico e unidades de tratamento e de cuidados continuados, o acolhimento de empresas ligadas às tecnologias de informação, comunicação e eletrónica e empresas ligadas ao setor do luxo em produtos clássicos.

A atratividade do território é hoje uma realidade que nos traz novos desafios nas diferentes áreas da governação. Das infraestruturas básicas à oferta cultural, passando pela saúde, educação, segurança, habitação, desenvolvimento sustentável, ambiente natural e urbano, há todo um conjunto de novas exigências que teremos que ponderar e responder.

Assim, no âmbito da saúde, tendo atingido o objetivo de médico e enfermeiro de família para todos, temos em curso todo um conjunto de projetos de construção ou remodelação dos edifícios, prevendo-se a conclusão do novo edifício da USF de S.P. de Oleiros/Nogueira da Regedoura, o arranque das empreitadas de construção dos novos edifícios das USF de Canedo, Milheirós de Poiães e Romariz e a ampliação da USF de Rio Meão.

Ainda neste âmbito será elaborado o projeto e lançamento do concurso da empreitada para o novo edifício da USF de Fiães, prevendo-se também o início do processo para a construção do novo parque de saúde da cidade de Sta. Maria da Feira, que acolherá todos os serviços relacionados com os cuidados de saúde primários, saúde pública e ACES.

Acresce no próximo ano o início do projeto de saúde preventiva em parceria com o Centro de Saúde e o Health Cluster de Portugal, com candidatura a fundos comunitários já aprovada e que irá revolucionar a forma como lidamos com a saúde, em especial na velhice.

A educação é sempre a nossa grande prioridade política enquanto elemento de coesão, equidade social e espaço de desenvolvimento integrado das comunidades e do território.

O funcionamento do elevador social só será possível com um sistema educativo para todos otimizado.

A promoção da criatividade e inovação, aprendizagem ao longo da vida, qualidade da educação e da formação, o desenvolvimento sustentável e estilos de vida saudáveis, com apoio à família e com uma aposta firme na renaturalização dos espaços de recreio e na literacia alimentar consciente são objetivos imediatos.

No que diz respeito ao edificado, para além das obras de conservação e manutenção habituais, será lançado o concurso para a empreitada de construção do novo Centro Escolar da Feira nas instalações da antiga escola Fernando Pessoa.

A habitação é hoje um dos desafios mais importantes com que o Município se confronta, fruto da grande atratividade do território em especial devido à empregabilidade. A par disso as situações de habitação indigna ainda perduram nalgumas franjas da sociedade sendo prioritário resolver esta chaga social.

Assim, aprovamos a Estratégia Local de Habitação, e iniciamos o processo para a sua concretização, sendo já uma constatação que os números não correspondem às reais necessidades, em especial no que diz respeito à habitação a preço acessível. Estimamos que sejam necessários mais de mil fogos no imediato e cerca de três mil e médio prazo, sendo que o setor privado também deverá também responder à procura face a esta oportunidade de mercado.

No âmbito da requalificação dos centros urbanos e reabilitação da rede viária, iremos prosseguir com as empreitadas em curso nos centros urbanos, concluir a 10ª fase de pavimentações e proceder ao arranque da 11ª fase, perspetivando-se para os próximos 2 anos, a conclusão deste importante investimento que conduziu a uma requalificação integral dos arruamentos municipais.



Paralelamente serão concretizadas as empreitadas de marcação rodoviária e sinalização vertical dos arruamentos.

No que diz respeito aos equipamentos desportivos prosseguimos com as obras de construção da Piscina Municipal de Canedo, a remodelação da rede de polidesportivos e prevemos concluir o projeto de execução da pista de atletismo de Sanfins, tendo em vista o posterior lançamento do concurso para a empreitada de construção.

Quanto ao património edificado iremos avançar para a construção do espaço de acolhimento do Castro de Romariz.

Neste âmbito merece uma referencia especial os trabalhos já iniciados de manutenção e consolidação da muralha sul/poente do Castelo da Feira, que ameaçava ruína.

Simultaneamente avançamos com novos projetos para a manutenção e conservação dos restantes espaços do Castelo e da Capela, que apresentam sinais preocupantes de degradação, nomeadamente a torre de menagem.

Assim, temos já aprovados pela Direção da Cultura do Norte, os estudos prévios para novos trabalhos de manutenção e novos espaços de visita que, estamos certos, darão uma nova vida e atratividade ao monumento.

Na área do ambiente, a reabilitação das nossas zonas ribeirinhas, a valorização das linhas de água, a preservação da biodiversidade e recolha seletiva em todo o Concelho são eixos que consideramos fulcrais.

O Ecossistema Fluvial do Uíma, que se estende ao Longo do Rio Uíma e que ressurgiu do processo de reabilitação e valorização das suas margens, neste momento já com uma extensão superior a 9 km, é um desafio extraordinário que exige a conjugação entre os conhecimentos científicos na área da biodiversidade, o envolvimento, valorização e manutenção eficiente e continua dos espaços.

Pretendemos implementar um plano de gestão do EFU e avaliar a possibilidade de classificar este corredor ecológico como Espaço Natural.

Nesta área pretendemos ainda desenvolver o projeto “polinizadores urbanos”, para fazer face à tragédia que está a acontecer em todo o mundo. Os insetos polinizadores estão a desaparecer e sem os seus serviços a produção alimentar diminuirá muito e a qualidade dos ecossistemas, incluindo a nossa saúde e bem-estar sairiam seriamente afetadas.

Na área social destacamos o plano de ação para as comunidades desfavorecidas no âmbito da Área Metropolitana do Porto, numa nova abordagem integrada na parte sul da AMP a desenvolver em 5 municípios: Arouca, Sta. Maria da Feira, S.J. Madeira, Oliveira Azeméis e V. Cambra, na qual constam respostas de proximidade, articuladas e eficazes para minimizar as diferentes vulnerabilidades das comunidades desfavorecidas e que se assumirá como uma importante ferramenta no combate às desigualdades sociais. Com o orçamento global de cerca de 25 milhões de euros, dos quais 8,2 milhões destinados a Sta. Maria da Feira.

No que diz respeito aos grandes projetos, que se irão desenvolver nos próximos anos, um especial destaque para o novo edifício dos Paços do Concelho e para a reabilitação urbana da zona da Cruz. O projeto para o novo edifício municipal foi iniciado com o concurso de ideias, do qual já foi selecionado o vencedor e a requalificação urbana da zona da Cruz já foi iniciada com a apresentação de anteprojecto às Infraestruturas de Portugal, em apreciação, tendo sido dada nota da disponibilidade da Câmara para assumir os custos do projeto de execução que se estima em meio milhão de euros.



Uma nota final para as propostas apresentadas pelo Partido Socialista, CDS, e pelo Bloco de Esquerda que foram em parte acolhidas nas partes referentes ao Plano de Atividades e Orçamento, sendo que algumas eram coincidentes com as propostas do executivo permanente.

Nas referidas propostas constatou-se que existiam medidas que não são matéria dos instrumentos de gestão previsional em aprovação, pelo que não foram consideradas.

Para uma melhor compreensão e entendimento dos documentos apresentados sugerimos a leitura integral das diferentes propostas setoriais, pois só assim será possível perceber e compreender a dimensão global da gestão municipal.

São centenas de projetos materiais e imateriais em curso a decorrer em todas as freguesias, e para além dos protocolos de transferência de competências para as Juntas de Freguesia nas áreas dos jardins, manutenção da rede viária e limpeza de bermas e valetas, são também inúmeros os protocolos de parceria com as Juntas de Freguesia, em especial nas áreas da mobilidade, com o alargamento de ruas e construção de passeios.

Uma palavra final para o movimento associativo concelhio, parceiro institucional que privilegiamos e que tão importantes ações tem desenvolvido e continua a desenvolver, levando a uma cada vez maior aposta do município em programas de apoio que claramente exponenciam as capacidades e o desenvolvimento das pessoas e do território.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Dr. Emídio Sousa

introdução

Nota Introdutória

A preparação e elaboração dos documentos previsionais do Município de Santa Maria da Feira foi feita tendo em consideração o estabelecido nos diplomas aplicáveis, designadamente, o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e Comunidades Intermunicipais; a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), a qual enuncia os princípios orçamentais; o Decreto-Lei n.º 54 -A/99, de 14 de setembro, pelo qual foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e reprimado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, do qual se mantêm em vigor designadamente o ponto 3.3 relativo às regras previsionais.

O n.º 2 e 3 do art.º 41.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro determina que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Não obstante, determina o art.º 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local “, são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja até 3 de janeiro de 2014.

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada, pelo que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO e QMPFAL, foi entendimento do Município, na sequência da recomendação da ANMP de exercícios anteriores, não preparar aqueles quadros para o exercício de 2023, sendo que o SNC-AP já contempla um quadro plurianual de cinco anos.

Sem prejuízo do referido considera-se que o novo modelo de orçamento, previsto na NCP 26 do SNC-AP, é integralmente adotado pelo Município e responde integralmente aos quesitos do QPPO, previstos no artigo 44.º do RFALEI, mas ainda não regulamentados, reitere-se, designadamente:

- Define os limites para a despesa do Município;
- Estabelece as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município;
- Abrange mais do que os 4 exercícios preconizados para o QPPO.

Acresce salientar que foram preparados em conformidade com o parágrafo 17.º da NCP 1 do SNC-AP as demonstrações financeiras previsionais compostas por:

- Balanço previsional;
- Demonstração dos resultados previsional;
- Demonstração dos fluxos de caixa previsional.

1. INTRODUÇÃO

Os documentos previsionais para 2023 foram elaborados tendo como referência os princípios da governação autárquica, entre eles, o do equilíbrio, da transparência, da estabilidade e rigor orçamentais, sem descuidar a promoção da satisfação do munícipe e o desenvolvimento do território. A mais eficiente afetação dos recursos, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico, científico e tecnológico.

Os tempos incertos em que vivemos, assolados por um contexto extremamente volátil ao nível macroeconómico resultante de fatores exógenos, nomeadamente a pandemia, gera grandes impactos nas finanças municipais, com determinados projetos/atividades a serem distendidos no tempo, bem como contribui para uma maior incerteza nas projeções da execução das empreitadas. Estes fatores condicionam a execução do orçamento em curso, como também colocam igualmente entraves à elaboração do orçamento para o ano de 2023, que fica assim condicionado à incorporação do saldo da conta de gerência do ano de 2022.

Em 2023, optou-se pela manutenção do valor das taxas atualmente em vigor, nos termos estabelecidos no n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira, não obstante a necessidade assumida de revisão, do referido regulamento, logo que estejam reunidas as condições necessárias.

Por opção de gestão, o Município de Santa Maria da Feira fixou a taxa do IMI abaixo do limite máximo, mantendo a taxa a aplicar nos 0,365%. Além deste facto, e com o intuito de aliviar a carga fiscal das famílias residente no concelho, o Município fixou a redução máxima prevista na lei da taxa de IMI a aplicar, atendendo ao n.º de dependentes, nos seguintes termos:

N.º Dependentes	Montante
1	20 euros
2	40 euros
3 ou mais	70 euros

Optou ainda, por minorar em 30% a taxa de IMI fixada, para os prédios situados na zona delimitada e que corresponde a área situada a menos de 1200 m dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que se assume como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz iminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do concelho. Sobre esta medida não foi possível apurar com fiabilidade o impacto da

despesa fiscal para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Para o orçamento de 2023, e numa perspetiva de continuidade com a política adotada fixou-se, como um incentivo às pequenas e médias empresas e comércio do Concelho, a redução da taxa da derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais em 1 % do lucro tributável e não isento de IRC, por oposição à taxa máxima de 1,5 %, definida para as restantes empresas.

O orçamento segue a estruturação estabelecida pelo SNC-AP e pelo classificador económico das receitas e das despesas aprovado pelo Decreto-Lei 26/2002, de 14 de fevereiro, que são divididas em correntes e de capital.

Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, que são desagregadas por classificação funcional representativa de quatro grandes funções, que por sua vez se desdobram em várias subfunções:

1. Funções Gerais
2. Funções Sociais
3. Funções Económicas
4. Outras Funções

2. APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

A preparação e elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2023 teve em consideração o estabelecido em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2020; a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI); a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que enquadra a Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), que enuncia os princípios e regras orçamentais aplicáveis ao sector das Administrações Públicas e o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações introduzidas

Tomando em consideração que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tem por objetivo a regulamentação da contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais previsionais que se consubstanciam no Orçamento.

O n.º 1 do ponto 2.3 do POCAL, que ainda hoje se encontra em vigor, determina que os documentos previsionais a adotar pelas autarquias locais são o Orçamento e as Grandes Opções do plano (GOP), as quais inclui o Plano de Atividades mais relevantes (PAM) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Em termos técnicos, o Orçamento para o ano de 2023, foi iniciado com base na projeção da receita, por forma a definir o valor máximo para a distribuição da dotação da despesa.

Durante o ano de 2022, e após a economia estar a recuperar de uma crise pandémica (COVID_19), a invasão russa à Ucrânia criou instabilidade nos mercados financeiros, com as bolsas de valores europeias em queda, e os seus efeitos refletem-se nos preços da energia e dos alimentos, antecipando-se uma grande pressão inflacionista. Este cenário de guerra traz consigo uma crise humanitária e um retardamento na recuperação da economia quer a nível mundial, quer a nível nacional.

Para além do referido, os aumentos dos preços provocam sérios constrangimentos aos nossos fornecedores, que os impede de fornecer aos preços contratualizados, originando problemas no abastecimento e rescisão. Prevê-se assim, que durante os próximos anos, o clima de instabilidade perdure, nomeadamente com impacto na redução do emprego e ao nível das exportações.

Nestes termos, e devido à enorme imprevisibilidade no montante da receita a arrecadar em determinadas rubricas, a opção foi manter o pressuposto da média aritmética dos últimos 24 meses, para a generalidade das rubricas, à exceção da rubrica Investimentos cuja estimativa é apurada com base nos últimos 36 meses anteriores à elaboração do orçamento. Caso seja necessário, realizar-se-á uma revisão aos valores à posteriori.

Quanto aos valores relativos às transferências do Orçamento de Estado para o ano de 2023, foram considerados os valores constantes do Anexo XII da proposta para Orçamento do Estado para 2023, orçamento já aprovado na generalidade.

A lei 50/2018 de 16 de agosto veio estabelecer um quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização administrativa como base da reforma do Estado.

A proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2023, inclui os valores das competências descentralizadas ao abrigo da Lei Quadro da Transferências de competências, nomeadamente, para as áreas da Educação, Saúde e Ação Social, valores esses inscritos no Orçamento Municipal, quer na receita, quer na despesa.

Quanto à inscrição dos valores relacionados com fundos comunitários foram inscritos para o ano de 2023, os contratos que se encontram homologados.

Tendo em consideração o desiderato dos anos seguintes e atendendo aos novos programas comunitários de apoio (Portugal 2030 e PRR), que irão substituir os programas comunitários atuais, foram incluídos valores para os anos de 2024 a 2027, como financiamento para a execução de infraestruturas e outros projetos.

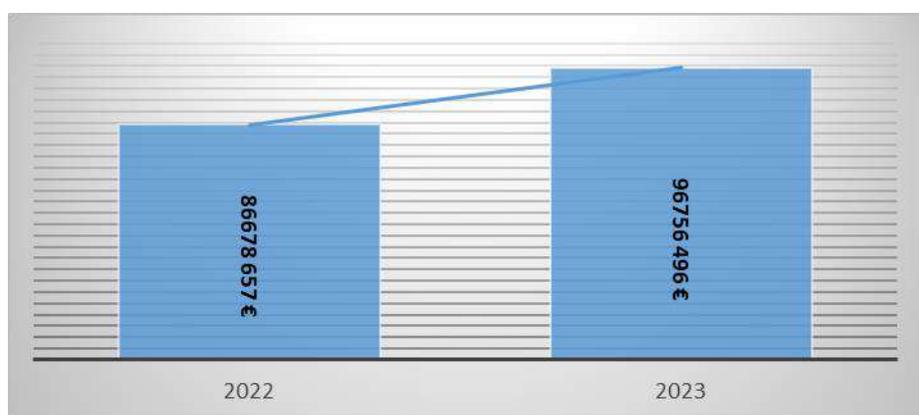
Conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, cuja regra basilar é o cumprimento do equilíbrio orçamental, ou seja, o orçamento previsto da receita tem

que ser suficiente para cobrir todas as despesas, o orçamento municipal foi elaborado cumprindo integralmente essa premissa.

Nesta conformidade, o orçamento para o ano de 2023, atinge o montante de 96.756.496,00€, que reflete um acréscimo de 11,63% face a 2022, ou seja, cerca de 10,08 milhões de euros, como podemos constatar no quadro infra.

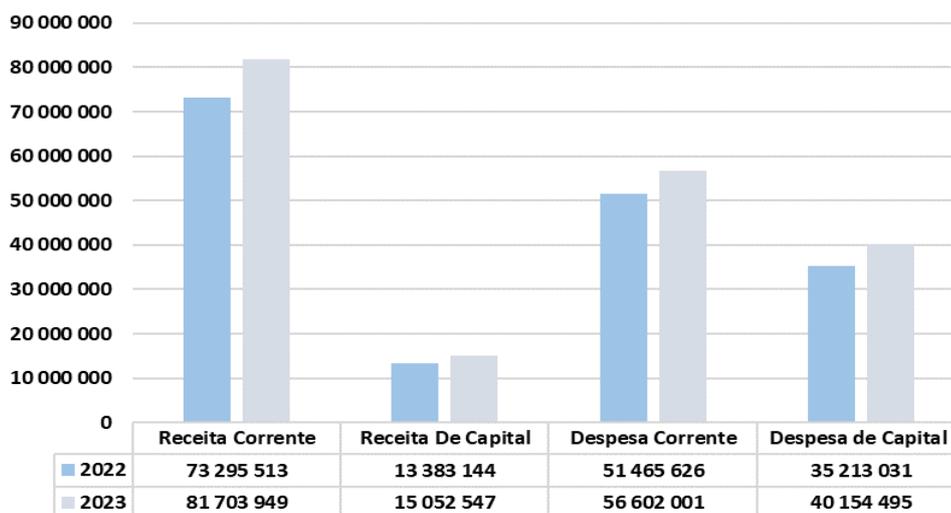
Este aumento é em parte justificado pela inserção dos valores associados à transferência de competências do estado, parcialmente realizada em 2022, bem como afetação dos fundos comunitários, FEDER e pelo Next Generation EU.

Quadro 1 – Evolução do Orçamento



A receita corrente atingirá um montante de 81,70 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 56,60 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 15,05 milhões de euros para uma despesa de capital de 40,15 milhões de euros.

Quadro 2 – Análise comparativa entre a receita e a despesa em 2022/2023



Em termos de receita, verifica-se uma dependência do orçamento nas receitas correntes, que totalizam cerca de 81,70 milhões de euros e que contribuem em 84,44% para a receita total. Destaca-se ainda a receita proveniente das transferências correntes, que representam 40,24% e as receitas fiscais que totalizam 35,76% do valor total da receita.

Quadro 3 – Receitas e Despesas por Classificação económica

RECEITAS	Valor	%	DESPESAS	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	81.703.949,00	84,44%	DESPESAS CORRENTES	56.602.001,00	58,50%
IMPOSTOS DIRECTOS	32.794.410,00	33,89%	DESPESAS COM O PESSOAL	25.034.668,00	25,87%
IMPOSTOS INDIRECTOS	1,00	0,00%	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	22.475.674,00	23,23%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.806.251,00	1,87%	JUROS E OUTROS ENCARGOS	94.515,00	0,10%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.897.202,00	2,99%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.048.738,00	5,22%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.938.062,00	40,24%	SUBSÍDIOS	3.043.400,00	3,15%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.654.587,00	4,81%	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	905.006,00	0,94%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	613.436,00	0,63%			
RECEITAS DE CAPITAL	15.052.547,00	15,56%	DESPESAS DE CAPITAL	40.154.495,00	41,50%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	636.885,00	0,66%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	32.932.642,00	34,04%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.340.528,00	14,82%	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.900.062,00	5,06%
ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00%	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	PASSIVOS FINANCEIROS	2.321.791,00	2,40%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	74.633,00	0,08%	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00	0,00%			
Total	96.756.496,00	100,0%	Total	96.756.496,00	100,0%

(un: euros)

No que se refere à despesa, o peso dos encargos com pessoal é de 25,87%, com a aquisição de bens e serviços é de 23,23% e com a aquisição de bens de capital é de 34,04%, o que representa em conjunto 73,14% do total da despesa.

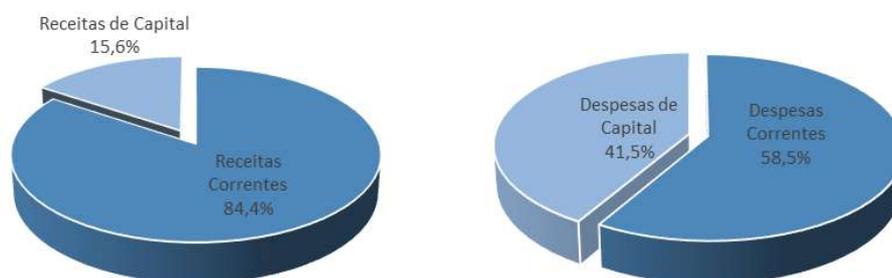
Quadro 4 – Poupança Corrente



O quadro 4, permite inferir a relação estrutural entre a receita corrente e a despesa corrente ao registar um superavit de 25,10 milhões de euros, o qual permite financiar no mesmo valor despesas de capital, incluindo a amortização da dívida.

Em termos relativos, verifica-se que a receita corrente representa 84,40%, enquanto a receita de capital representa 15,60% da receita total. Na componente da despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 58,5%, em contrapartida, a despesa de capital ascende a 41,50% da despesa total.

Quadro 5 – Estrutura da Receita e da Despesa



Não obstante a poupança gerada, o orçamento para o ano de 2023 tem por base o cumprimento do princípio do equilíbrios orçamental contemplado no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), artigo 40º, que determina que, para além do orçamento municipal prever todas as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, a

“receita corrente bruta cobrada, deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

É permitido aos municípios apresentarem um desvio negativo no montante de até 5% das receitas correntes, devendo o mesmo ser objeto de correção no exercício seguinte.

De realçar que o Orçamento Municipal para 2023, cumpre integralmente as regras atrás definidas, quer ao nível do cumprimento do equilíbrio orçamental, quer ao nível do saldo corrente, deduzido das amortizações, sendo o mesmo apresentado no quadro seguinte.

Quadro 6 – Equilíbrio Orçamental

Equilíbrio orçamental - RFALEI (artigo 40.º Lei 73/2013 de 3/9)			
Total Previsto	Fonte	Valor	Apuramento
Receitas Totais	Orçamento	96.756.496,00 €	
Despesas Totais	Orçamento	96.756.496,00 €	
Saldo	n.º 1 do art.º 40.º	- €	Cumpre
A	Receitas Correntes Estimadas	Orçamento	81.703.949,00 €
B	Despesas Correntes Estimadas	Orçamento	56.602.001,00 €
C	Amortizações Médias Previstas 2022	Cálculo das AM	1.930.314,94 €
D	Diferença (A)-[(B)-(C)] > 0	n.º 2 do art.º 40.º	23.171.633,06 € Cumpre
E	Receitas Correntes Estimadas		81.703.949,00 €
F	Despesas Correntes Estimadas		56.602.001,00 €
G	Amortizações Médias Previstas 2022		1.930.314,94 €
H	5% das receitas correntes totais		4.085.197,45 €
	Diferença E-F-G > H	n.º 3 do art.º 40.º	23.171.633,06 € Cumpre

Como se pode aferir do quadro supra, o Município de Santa Maria da Feira detém um *superavit* de 23,17 milhões de euros, o que permite financiar com receitas correntes parte do investimento que o Município pretende realizar. O Município de Santa Maria da Feira cumpre e supera em 28,26% o conjunto de regras estabelecidas para o cumprimento do princípio do Equilíbrio Orçamental, ou seja, a receita corrente cobre a despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo para o ano de 2023.

O Município de Santa Maria da Feira tem apresentado ao longo dos últimos anos, saldos orçamentais substanciais, que permitem fazer face a situações imprevistas, quer no âmbito de despesas

correntes, quer no âmbito das despesas de capitais, permitindo alocar verbas destinadas a investimentos imprescindíveis ao bem-estar da população Feirense.

Assim, estima-se que no orçamento municipal de 2023, seja incluído numa revisão (Alteração orçamental modificativa), um valor de cerca de 55 milhões de euros, valor esse que se encontra já alocado em dotações não definidas.

A gestão do Município de Santa Maria da Feira tem sido pautada pela sua estabilidade e posição financeira saudável, o que é comprovado pelos indicadores apresentados nos títulos seguintes.

3. PREVISÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Em 2023 prevê-se que a receita municipal atinja os 96,76 milhões de euros. Da receita total, prevê-se que 81,70 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (84,44%) e 15,05 milhões de euros em receitas de capital (15,56%).

Quadro 7 – Receitas Municipais

Designação da Rubrica	2022		2023		Variação 2023/2022	
	valor	%	valor	%	Valor	%
RECEITAS CORRENTES						
IMPOSTOS DIRECTOS	30.774.552,00	41,29%	32.794.410,00	33,89%	2.019.858,00	6,56%
IMPOSTOS INDIRECTOS	0,00	0,24%	1,00	0,00%	1,00	
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.791.991,00	2,04%	1.806.251,00	1,87%	14.260,00	0,80%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.862.793,00	4,11%	2.897.202,00	2,99%	34.409,00	1,20%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.081.147,00	29,09%	38.938.062,00	40,24%	6.856.915,00	21,37%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.305.612,00	7,37%	4.654.587,00	4,81%	-651.025,00	-12,27%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	479.418,00	0,29%	613.436,00	0,63%	134.018,00	27,95%
RECEITAS DE CAPITAL						
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.802.563,00	0,57%	636.885,00	0,66%	-1.165.678,00	-64,67%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.544.335,00	14,93%	14.340.528,00	14,82%	2.796.193,00	24,22%
ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00%	1,00	0,00%	0,00	
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	36.244,00	0,05%	74.633,00	0,08%	38.389,00	105,92%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0,00%	500,00	0,00%	499,00	49900,00%
TOTAL	86.678.657,00	100,00%	96.756.496,00	100,00%	10.077.839,00	11,63%

(Un: euros)

Os montantes previsionais inscritos na rubrica de Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades foram aferidos de acordo com o disposto na alínea a) do Ponto 3.3 do

POCAL: “As importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses”.

Tendo em consideração que, segundo as regras e princípios do POCAL, as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas apenas quando forem objeto de inscrição orçamental adequada, por prudência, foram dotadas algumas rubricas com valores residuais.

O cálculo da receita corrente foi reportado à data de 31 de setembro de 2022.

Todas as receitas foram estimadas tendo como base de cálculo a média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, exceto as rubricas:

- Impostos Abolidos, inscrita com valores residuais, uma vez que as arrecadações destes impostos se referem a impostos extintos, mas cuja cobrança foi efetuada na altura da liquidação;
- Na rubrica Venda de Bens de Investimento, designadamente 090101, o valor estimado nesta rubrica resulta da Lei do OE para 2022 (considerando que não existe LOE aprovada para o ano de 2023) que define que os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2023, orçamentar receitas respeitantes à venda de imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses.

Receitas fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 34,60 milhões de euros e constituem a maior fonte de receita do Orçamento, representando 35,76% da receita total e 42,35% da receita corrente.

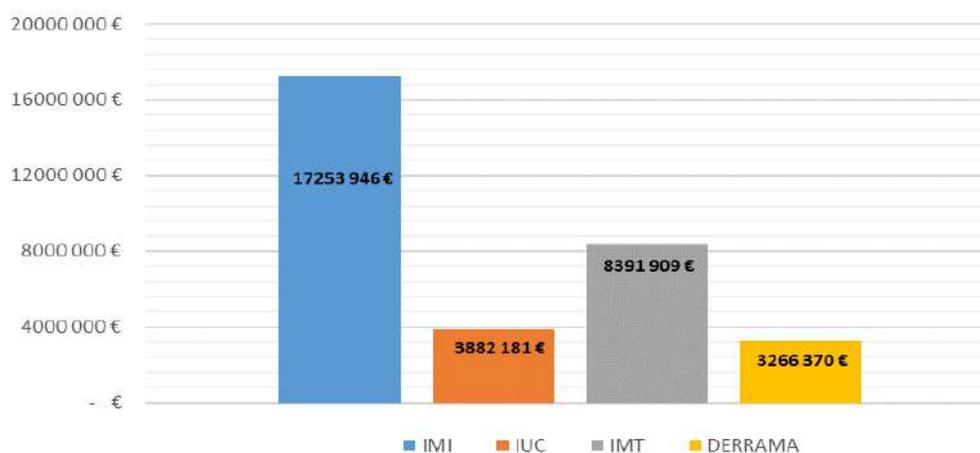
Quadro 8 – Receitas Fiscais

Receitas Fiscais	2022	2023	Varição 2023/2022
IMPOSTOS DIRECTOS	30 774 552,00	32 794 410,00	6,56%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS	17 188 431,00	17 253 946,00	0,38%
IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	3 692 243,00	3 882 181,00	5,14%
IMPOSTO MUNICIPAL S/AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS	6 188 463,00	8 391 909,00	35,61%
DERRAMA	3 705 411,00	3 266 370,00	-11,85%
IMPOSTOS ABOLIDOS	4,00	4,00	0,00%
IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS			
IMPOSTOS INDIRECTOS	1,00	1,00	0,00%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 791 991,00	1 806 251,00	0,80%
TAXAS	1 601 430,00	1 625 033,00	1,47%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	181 218,00	181 218,00	0,00%
Total	32 566 544,00	34 600 662,00	6,25%

(Un: euros)

A receita estimada proveniente de impostos diretos atinge o montante de cerca de 32,79 milhões de euros e representa cerca de 35,76% do valor total das receitas previstas e, a sua distribuição está refletida no seguinte quadro:

Quadro 9 – Impostos Diretos

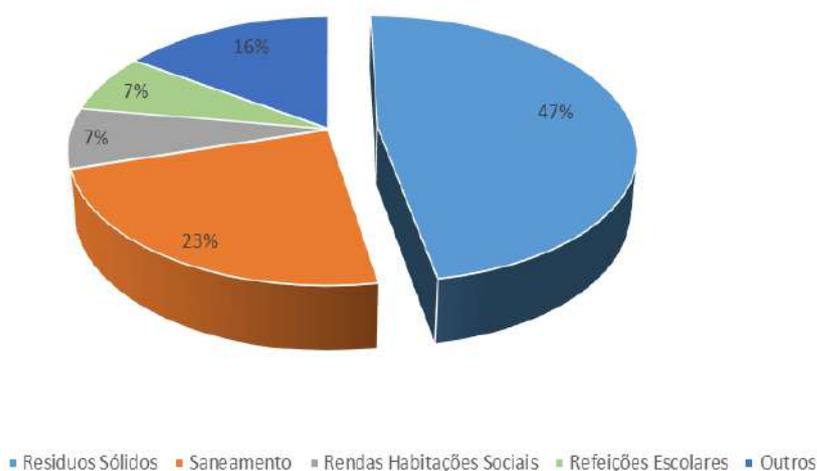


O grupo de receitas fiscais registou um acréscimo de 6,25% quando comparado com a previsão do ano anterior.

Venda de Bens e Serviços

A venda de bens e serviços correntes representa 4,81% das receitas totais onde tem especial relevância as receitas provenientes dos resíduos sólidos com uma previsão de 2,20 milhões de euros para 2023, como se evidencia no quadro infra.

Quadro 10 – Estrutura da venda de bens e serviços correntes

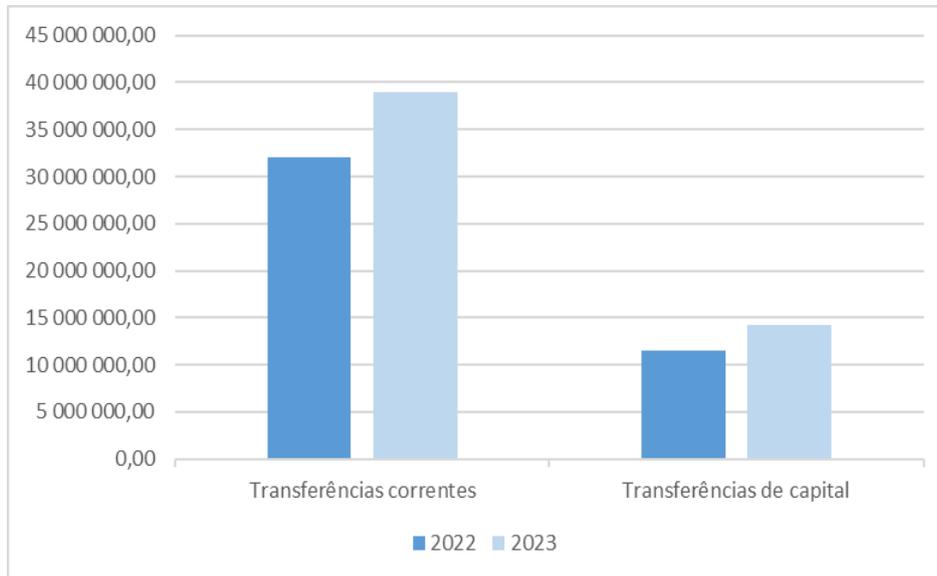


Transferências

O conjunto das transferências, correntes e de capital, ao totalizar cerca de 53,23 milhões de euros constitui, o agrupamento mais relevante no cômputo geral da receita, contemplando, para além das transferências oriundas da Administração Central (FEF, FSM e participação no IRS), as provenientes da DGESTE, assim como outras de menor relevância.

Verifica-se um aumento das transferências correntes e de capital face ao ano anterior, o que é resultado da inclusão dos montantes associados às transferências das competências associadas à descentralização.

Quadro 11 – Evolução das receitas correntes e de capital

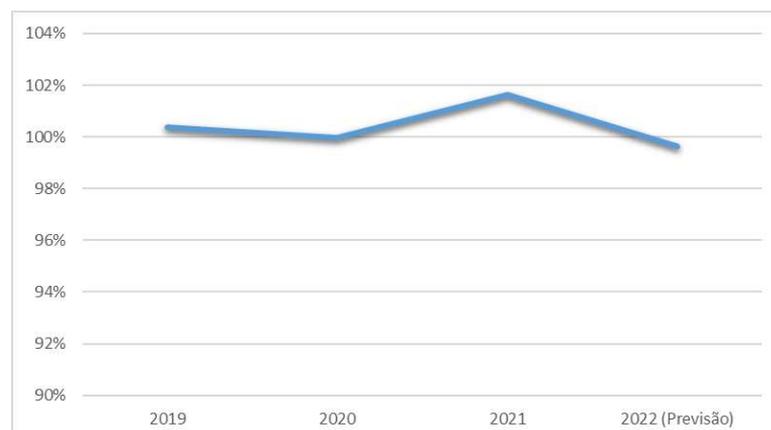


Rendimentos de Propriedade

A receita estimada em rendimentos de propriedade, no ano de 2023, atinge os 2,90 milhões de euros, dos quais a grande parte respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP. O restante diz respeito à renda de concessão com a concessionária Indáqua, a juros provenientes das aplicações financeiras de curto prazo que a autarquia efetua mensalmente e outros.

O Município de Santa Maria da Feira, ao longos dos últimos anos, tem apresentado execuções dos orçamentos acima dos 85%, limite imposto pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) como constatado pelo quadro infra:

Quadro 12 – Evolução da taxa de execução da receita



A taxa de execução da receita reflete o rigor e exigência com que se tem pautado a elaboração dos documentos previsionais. A taxa de execução prevista para o ano de 2022, decorre da extrapolação da execução à data de outubro de 2022, acrescida da cobrança até ao final do corrente ano, conforme o histórico dos últimos anos.

4. PREVISÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS

Na elaboração da proposta de orçamento 2023-2027 foram consideradas as despesas obrigatórias e permanentes, os compromissos já assumidos para os anos seguintes, a estimativa dos valores a transitar com os dados disponíveis à altura da preparação dos documentos e o valor previsional da dívida passível de transitar.

Para além, do exposto, incluiu-se o planeamento de novas atividades e investimentos, opção do executivo Municipal, que serão complementados em termos de dotação com a inclusão do saldo de gerência.

A despesa municipal para 2023, repartida por despesa corrente e despesa de capital, é constituída por diversos agrupamentos económicos. Prevê-se que ascenda a 96,76 milhões de euros.

Quadro 13 – Despesas por classificação económica

Designação da Rubrica	2022		2023		Variação 2023/2022	
	valor	%	valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	51 465 626,00	68,99%	56 602 001,00	58,50%	5 136 375,00	9,98%
DESPESAS COM PESSOAL	21 710 144,00	27,10%	25 034 668,00	25,87%	3 324 524,00	15,31%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20 577 205,00	31,61%	22 475 674,00	23,23%	1 898 469,00	9,23%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	59 600,00	0,20%	94 515,00	0,10%	34 915,00	58,58%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4 886 193,00	6,25%	5 048 738,00	5,22%	162 545,00	3,33%
SUBSÍDIOS	3 158 390,00	2,80%	3 043 400,00	3,15%	-114 990,00	-3,64%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 074 094,00	1,04%	905 006,00	0,94%	-169 088,00	-15,74%
DESPESAS DE CAPITAL	35 213 031,00	31,01%	40 154 495,00	41,50%	4 941 464,00	14,03%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	29 941 440,00	24,69%	32 932 642,00	34,04%	2 991 202,00	9,99%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 682 897,00	2,39%	4 900 062,00	5,06%	2 217 165,00	82,64%
ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,15%	0,00	0,00%	0,00	
PASSIVOS FINANCEIROS	2 588 694,00	3,79%	2 321 791,00	2,40%	-266 903,00	-10,31%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL	86 678 657,00	100,00%	96 756 496,00	100,00%	10 077 839,00	11,63%

(Un: euros)

As despesas de capital representam 41,5% do orçamento total.

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2022, salientando-se as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, que representam, em conjunto, 49,1% do total da despesa.

Em 2023, estima-se que as despesas com pessoal têm uma dotação total de 25,03 milhões de euros, encontra-se englobado o valor resultante da delegação de competências com a educação. Este agrupamento compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram processamento nominalmente individualizado e que sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestam serviço à autarquia nos estritos termos de contratos de trabalho a termo certo, em regime de tarefa ou de avença. Engloba, também as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

O valor previsto para a rubrica Despesas com Aquisição de Bens e Serviços cifra-se no montante de 22,47 milhões de euros.

Classificam-se neste agrupamento as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). São exemplos as despesas com aquisição dos seguintes bens e serviços:

- Combustíveis e lubrificantes;
- Material de limpeza e higiene;
- Material de escritório
- Material de eletricidade, material de canalização, ferragens, tintas, vernizes e diluentes, outro material de construção civil, desinfetantes e reagentes químicos;
- Materiais (peças) que alguns serviços, dispondo de oficinas próprias, utilizam em trabalhos de reparação, conservação e beneficiação do material considerado como de transporte.
- Encargos das instalações (eletricidade, água, gás);
- Serviços de limpeza e higiene;
- Serviços de conservação de bens em edifícios e outras construções, em material de transporte e em outros bens;
- Locação de edifícios e de outros bens;
- Comunicações;
- Transportes;
- Seguros;
- Serviços de vigilância e segurança;
- Serviços de assistência técnica;
- Encargos de cobrança de receitas;
- Iluminação Pública;

- Transportes Escolares;
- Fornecimento de Refeições, no âmbito da Ação Social Escolar;
- Serviços de conservação e manutenção de espaços verdes;
- Serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho;
- Serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Os juros e outros encargos correntes prevê-se que ascendam a aproximadamente 0,09 milhões de euros. Este agrupamento compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos, serviços bancários e outras despesas financeiras.

As transferências correntes, com um aumento previsto de 0,16 milhões de euros ainda por força das transferências de competências, englobam, entre outras as transferências para as Freguesias, Associação de Municípios de Terras Santa Maria, instituições sem fins lucrativos e famílias. Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das entidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.

Neste agrupamento são também contabilizadas as transferências para Instituições sem fins lucrativos, apoios aos agrupamentos escolares, atribuição de bolsas de estudos, entre outros.

No que diz respeito à rubrica Subsídios, estes são os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Foi aqui orçamentado o valor que se pretende fixar para o novo contrato programa a celebrar com a empresa municipal Feira Viva E.M. e com a empresa municipal Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M. S.A.

O agrupamento – Outras Despesas Correntes traduz-se numa rubrica económica com uma função residual e inclui despesas com as restituições de impostos/contribuições e com o pagamento do IVA, de indemnizações bem como de quotizações.

A aquisição de bens de capital com um valor orçado de 32,93 milhões de euros, representa 34,04% do valor total do orçamento da despesa e está discriminada por natureza económica no quadro abaixo elencado.

A rubrica de transferências de capital teve um aumento de 2,2 milhões de euros, ou seja, um aumento de 82,64% face ao ano anterior, o que evidencia o foco do executivo nos apoios concedidos a terceiros.

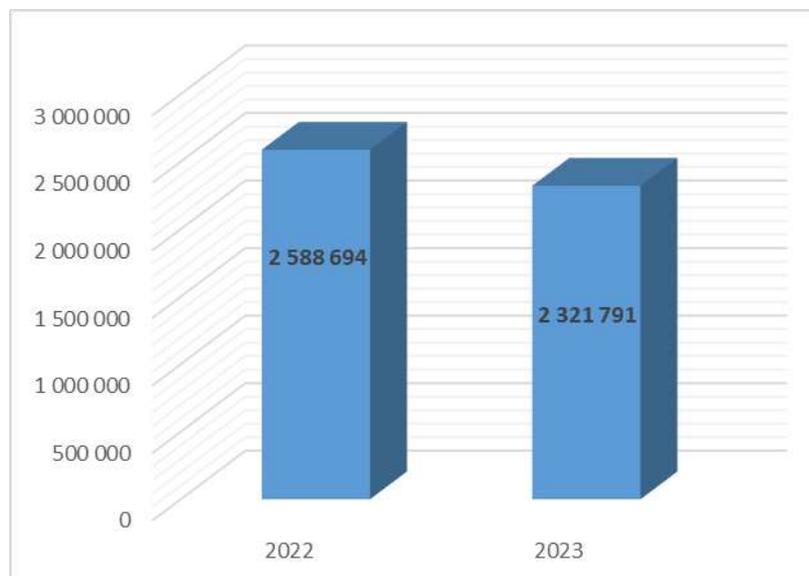
Quadro 14 – Investimento a realizar pela Autarquia

Natureza Económica	Valor
Terrenos	1 447 832,00
Habitacões	2 558 563,00
Edifícios	9 906 052,00
Construções Diversas	4 427 121,00
Material de Transporte	511 559,00
Equipamento Informático	797 964,00
Equipamento administrativo	262 651,00
Equipamento Básico	48 335,00
Bens Domínio Público	12 132 728,00
Outros	839 837,00
Total	32 932 642,00

(Un: euros)

Pelo quadro seguinte, podemos verificar uma redução dos Passivos Financeiros em 2023, face ao ano de 2022.

Quadro 15 – Passivos Financeiros



A despesa total é distribuída por funções e sub-funções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta autarquia.

Quadro 16 – Despesa da Autarquia – Classificação funcional

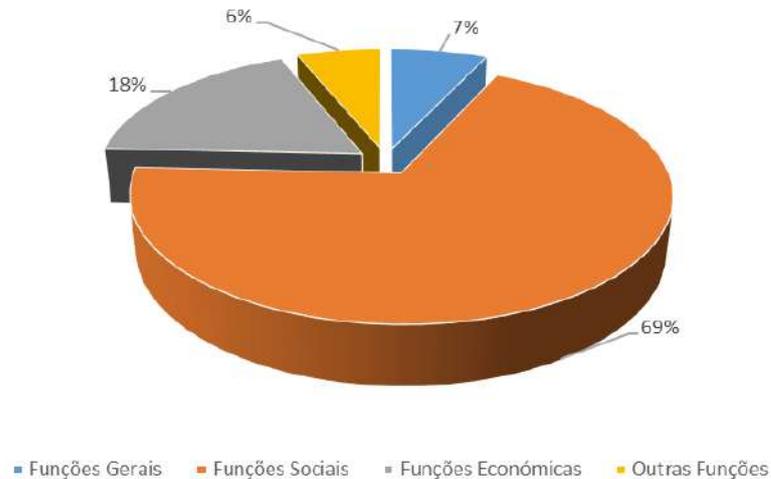
Função / Subfunções	2023			
	PPI	PAM	TOTAL	%
1. Funções Gerais	954 880,00	4 297 381,00	5 252 261,00	6,98%
1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	948 047,00	3 445 509,00	4 393 556,00	5,84%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	6 833,00	851 872,00	858 705,00	1,14%
2. Funções Sociais	21 919 553,00	29 873 110,00	51 792 663,00	68,79%
2.1. Educação	892 523,00	14 650 869,00	15 543 392,00	20,64%
2.2. Saúde	4 970 600,00	2 833 250,00	7 803 850,00	10,36%
2.3. Segurança e Acção Sociais	557 700,00	2 378 057,00	2 935 757,00	3,90%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	11 586 086,00	4 508 364,00	16 094 450,00	21,38%
2.5. Serviços culturais, recreativos e religiosos	3 912 644,00	5 502 570,00	9 415 214,00	12,50%
3. Funções Económicas	10 014 645,00	3 642 756,00	13 657 401,00	18,14%
3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.2. Indústria e Energia	480 157,00	950 100,00	1 430 257,00	1,90%
3.3. Transportes e comunicação	8 516 293,00	1 843 619,00	10 359 912,00	13,76%
3.4. Comércio e Turismo	1 009 321,00	59 080,00	1 068 401,00	1,42%
3.5. Outras Funções Económicas	8 874,00	789 957,00	798 831,00	1,06%
4. Outras Funções	43 564,00	4 549 653,00	4 593 217,00	6,10%
TOTAL	32 932 642,00	42 362 900,00	75 295 542,00	100,00%

(Un: euros)

A despesa da Autarquia, agrupada por classificação funcional, permite-nos constatar que as Funções Sociais absorvem 68,79% do orçamento global, em particular a Habitação e Serviços Coletivos com 21,38% seguido da Educação com 20,64%.

As Funções Económicas surgem como segunda prioridade do executivo, com 18,14% do orçamento global totalizando o montante de 13,66 milhões de euros, destacam-se os transportes e comunicação com 10,36 milhões a que corresponde 13,76% do orçamento global.

Quadro 17 – Composição das Grandes Opções do Plano



RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 9.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, ficou previsto, dos documentos previsionais, a totalidade da responsabilidade financeira resultante de compromissos plurianuais.

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES – Processos em litigância (nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Em conformidade com a parte final da alínea a) do n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta de anexo ao presente relatório a relação das responsabilidades contingentes, entendidas como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- i. Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- ii. O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade

Identificação	Data Processo	Probabilidade de ocorrer
469/06.0BEVIS	2006	aguarda elaboração conta
895/13.8BEAVR - Ação Administrativa Especial	2012	aguarda decisão
648/15.9BEAVR	2014	aguarda elaboração conta
36/15.7BEAVR	2015	aguarda decisão do recurso
877/15.5BEAVR	2015	aguarda elaboração conta
471/16.3BEAVR	2015	aguarda elaboração conta
756/16.3BEAVR	2015	aguarda decisão
3775/16.1T8OAZ	2016	aguarda elaboração conta
433/16.0BEAVR	2016	aguarda decisão
843/16.3BEAVR	2016	aguarda elaboração conta
661/17.1BEAVR	2017	aguarda julgamento
965/17.3BEAVR	2017	aguarda julgamento
977/17.7BEVRF	2017	aguarda julgamento
521/17.6BEAVR	2017	aguarda decisão
701/17.4BEAVR	2017	aguarda decisão
1021/17.0BEAVR	2017	aguarda julgamento
1094/17.5BEAVR	2017	aguarda decisão
1286/17.7BEAVR	2017	aguarda decisão
1328817/2017_Processo Contraordenação	2017	aguarda decisão
1484/18.6.EAPRT_Processo Contraordenação	2018	aguarda decisão
1767/18.5.EAPRT_Processo Contraordenação	2018	aguarda decisão
7/18.1BEAVR	2018	aguarda decisão
633/18.9BEAVR	2018	aguarda decisão
312/18.7BEAVR	2018	aguarda julgamento
953/18.2BEAVR	2018	aguarda decisão
1363/18.7BEAVR	2018	aguarda julgamento
2617/18.8T8VFR	2018	aguarda elaboração conta
1440820/2018_Processo Contraordenação	2018	aguarda decisão
131/19.3BEAVR	2019	aguarda julgamento
339/19.1BEAVR	2019	encontra-se pendente
425/19.8BEAVR	2019	aguarda julgamento
591/19.2BEAVR	2019	aguarda julgamento
315/19.4BEAVR	2019	aguarda decisão
4/20.7GEVFR/DIAP	2020	aguarda decisão
189/20.2BEAVR	2019	aguarda julgamento
521/20.9BEAVR	2020	aguarda esclarecimento dos peritos
577/20.4BEAVR	2020	aguarda julgamento
582/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento
744/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento
749/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento
842/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento



Identificação	Data Processo	Probabilidade de ocorrer
2439/21.9T8VFR	2021	aguarda elaboração conta
10/21.4T8VFR	2021	aguarda-se remessa do processo
104/21.6BEAVR	2021	aguarda julgamento
284/21.0BEAVR	2021	aguarda julgamento
331/21.6BEAVR	2021	aguarda julgamento
575/21.0BEAVR	2021	aguarda julgamento
827/21.0BEAVR-A	2021	aguarda julgamento
874/21.4BEAVR-A	2022	aguarda julgamento
212100296_Processo Contraordenação	2022	apresentada pronúncia escrita
212100292_Processo Contraordenação	2022	apresentada pronúncia escrita
246/22.0BEAVR	2022	aguarda julgamento
1083/22.8T8VFR	2022	aguarda julgamento
13/22.1BEAVR	2022	aguarda decisão
96/22.4BEAVR	2022	aguarda decisão
251/22.7BEAVR	2022	aguarda julgamento
423/22.4BEAVR	2022	aguarda elaboração conta
2543/22.6T8VFR	2022	aguarda julgamento
2561/22.4T8VFR	2022	aguarda julgamento

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO, IDENTIFICADAS PELO RESPECTIVO NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL, INCLUINDO A RESPECTIVA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO E O VALOR CORRESPONDENTE.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta do anexo, o mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

O grupo autárquico engloba entidades com as quais o Município consolida as contas, dada a influência dominante na participada.

A Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., detida a 100%, consolida com o Município pelo método Integral, bem como a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., que é detida a 99,52% pelo Município.

Assim, o conjunto de entidades que constitui o grupo autárquico é o que consta nos quadros infra.

Designação - Entidades em que o Município participa no capital social	NIPC NIF	Participação no Capital Social (%)	Participação no Capital Social (€)
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M	505120151	100%	2 329 499,16 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M. S.A	504134353	99,52%	419 984,08 €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	20%	40 000,00 €
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503698812	15%	510 000,00 €
PERM, SA	509042201	10,20%	25 500,00 €
ADCL - Águas do Centro Litoral, SA	513606181	1,74%	700 120,00 €
Águas do Douro e Paiva, SA	514310774	2,33%	486 270,00 €

Designação - Entidades em que o Município detém quota	NIPC NIF	Contribuição à data
GAMP_ Grande Área Metropolitana Porto	502823305	90 519,00 €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	6 161,67 €
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria	501651888	118 495,10 €
ADRITEM	508225736	25 000,00 €
Retecork	G 17994765	2 000,00 €
Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	506536130	69 750,00 €
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1 500,00 €
Fundação "Terras Santa Maria"	502556773	- €
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	15 750,00 €
ACF-Associação de Caminhos de Fátima	513836250	4 178,40 €

ORÇAMENTOS DE ENTIDADES PARTICIPADAS

Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 42.º e alínea b) do n.º 2 do art.º 46.º, ambos da Lei n.º 73/2013, O Orçamento deverá incluir os Orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou a presunção do controlo pelo Município.

Em cumprimentos deste normativo legal, o Orçamento Municipal inclui os seguintes Orçamentos:

- Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira
- Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.
- Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.

**propostas dos
partidos da oposição com
representação na assembleia
municipal**



PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram solicitadas propostas a todos os partidos com assento na assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, tendo respondido o BE, CDS-PP e PS.



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda – Concelhia de Santa Maria da Feira

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2023 PROPOSTAS

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

No âmbito da elaboração das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023, o Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira vem reiterar uma visão clara para a política autárquica, que promova uma verdadeira justiça social, que defenda os serviços públicos e que invista de uma forma decisiva no desenvolvimento do território. Apesar da persistência do Bloco de Esquerda na apresentação sucessiva de propostas que promovem o desenvolvimento do Concelho e uma maior justiça social, seja na preparação de orçamentos municipais, nas reuniões de Assembleia Municipal ou em situações específicas que exigem respostas concretas, o Executivo Municipal não tem demonstrado vontade política de as integrar nos sucessivos orçamentos.

A realidade mostra-nos que os salários em Santa Maria da Feira estão abaixo da mediana nacional. Se considerarmos que em Portugal os salários são por si só baixos, facilmente percebemos que a inflação é especialmente penalizadora para as famílias feirenses. A incapacidade do governo do PS para colocar limites à voracidade liberal, que aumenta os preços para manter os grandes lucros sem a devida valorização do trabalho, faz com que as autarquias devam mobilizar todos os recursos possíveis para auxiliar as famílias neste momento de emergência social.

A promoção de políticas que contribuam para a justiça social, para a defesa dos serviços públicos e para a valorização do trabalho são ainda mais importantes no

contexto atual. A experiência mostra-nos que as consequências provocadas pela pandemia da covid-19 não são simétricas, afetam de sobremaneira os estratos socioeconómicos mais desfavorecidos, onde a pobreza, os salários baixos, a discriminação e a constante degradação dos serviços públicos, representam os mais profundos obstáculos à integração e autonomia dos mais desfavorecidos. A correção destas assimetrias é uma função basilar da política pública e esta vontade deve estar refletida no orçamento municipal. **Reiteramos nos pontos abaixo as áreas onde o reforço do investimento municipal é fundamental.** Estamos cientes da sua exequibilidade técnica e do seu cabimento no orçamento municipal de Santa Maria da Feira. Haja vontade política para tal:

- Reforço significativo do investimento nos serviços públicos e nos apoios sociais:
 - Na rede de transportes públicos, permitindo que este seja a primeira opção para a mobilidade em Santa Maria da Feira;
 - Congelamento das rendas municipais;
 - Implementação da tarifa social da água permitindo uma redução na fatura deste bem essencial;
 - Apoios sociais extraordinários em resposta ao aumento da inflação;
 - Investimento na criação de hortas comunitárias distribuídas pelo território do município.
- Execução da Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira, permitindo aumentar a oferta de habitação a custos acessíveis para as famílias;

- Investimento numa rede pública de creches que sirva a população de Santa Maria da Feira;
- Reforço do investimento na saúde;
- Reforço significativo do investimento em desporto e cultura;
- Investimento efetivo na remoção de todas as barreiras arquitetónicas no concelho, tornando Santa Maria da Feira um Município acessível a todos;
- Reforço do investimento na proteção ambiental e na promoção de um concelho 'verde'.

Santa Maria da Feira, 8 de setembro de 2022

Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda

Ex.mo/a Senhor/a
Presidente da Câmara Municipal de
Santa Maria da Feira
Emídio Ferreira dos Santos Sousa

Comissão Política Concelhia do CDS
Santa Maria da Feira

Propostas do CDS, para as Opções do Plano e Propostas de Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para o ano de 2023.

Como solicitado ao CDS, enviamos algumas propostas, para as Opções do Plano e Propostas de Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para o ano de 2023, que no nosso entender a sua execução, são importantes para o desenvolvimento do concelho.

São as seguintes:

- 1- A Concretização do projeto do eixo das cortiças
- 2- Construção de um acesso prioritário na estrada nacional 223 ao Hospital são Sebastião
- 3- Implementação da Polícia Municipal no nosso concelho
- 4- Construção da escola secundaria, em Paços de Brandão
- 5- Construção do centro de escolar da Feira.
- 6- Construção do centro de coordenador de transportes, próximo a saída da autoestrada A1. Feira.
- 7- Criar um incentivo municipal, para todos alunos que concluírem o ensino secundário, com mérito, no concelho de Santa Maria da Feira.
- 8- Requalificar o Pavilhão do Euro Parque, transformando-o num Pavilhão Multiusos.

Estas são algumas propostas, que na opinião do CDS, a sua concretização, seria uma mais valia para o desenvolvimento sustentado do nosso concelho.

Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS
Santa Maria da Feira
Maria Fernanda Alves.



GRUPO DE VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL – 2023

Propostas

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, por solicitação do executivo municipal em permanência, apresentam de seguida algumas propostas para que constem e se concretizem nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de Santa Maria da Feira para o ano de 2023.

Neste sentido, organizamos as nossas propostas neste documento e propostas concisas a serem realizadas pelo executivo no próximo ano. As nossas propostas vinculam um governo de proximidade, maior apoio social, mais verbas para as Juntas de Freguesia, ajuda ao comércio, melhores acessibilidades locais, saúde com maior qualidade. Muitas das nossas propostas repetem-se visto que, ainda nada foi executado pelo executivo PSD. As nossas propostas para 2023 são:

1- Criação e promoção do Orçamento Participativo em três vertentes (geral, jovem e sénior), num montante global de 650.000€:

1.1. Orçamento Participativo geral - a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, disponibilizará um montante total de 350 mil euros para projetos financiados pelo Orçamento Participativo;

1.2. Orçamento Participativo Jovem - a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira disponibilizará um montante total de 150 mil euros para projetos jovens nas seguintes áreas:

- a) Criatividade, cultura e desporto;
- b) Meio ambiente e sustentabilidade;



GRUPO DE VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

c) Tecnologias, inovação social e empreendedorismo

1.3. Orçamento Participativo Sénior - a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira disponibilizará um montante total de 150 mil euros para projetos nas seguintes áreas:

- a) Tecnologias de informação
- b) Atividade física, atividade cultural
- c) Projetos de inovação e empreendedorismo social

2- Aumento das transferências de verbas para as Freguesias em 30%; aproximadamente, €4.000.000,00 a serem transferidos para as freguesias em 2023;

3- Programa de apoio direto ao comércio local a pequenos empresários no valor de 500.000€:

A Câmara Municipal destinará uma verba anual de 500.000€ (meio milhão de euros) com vista à requalificação de estabelecimentos comerciais de todos os setores que foram afetados com a grave crise pandémica e guerra na Ucrânia.

4- Na área da saúde, investir em 4 unidades móveis de proximidade (250.000€):

- Pretende-se com esta aquisição apetrechar o concelho com 4 unidades de saúde móveis de proximidade, que atendam às necessidades da população, nomeadamente a prevenção e o apoio domiciliário em articulação com o ACES/AR

5- Na área da Proteção Civil, adquirir uma Autoescada (400.000€)

- Pretende-se com esta aquisição dotar o concelho e as corporações de bombeiros com um dos instrumentos mais necessários na situação socorro às populações.



GRUPO DE VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

6- Transparência e Governo de Proximidade

6.1. Aquisição de equipamento de som e imagem para transmissão em direto das reuniões de câmara e das assembleias municipais

6.2. Realização de reuniões de Câmara em sala que seja digna da responsabilidade do órgão e com transmissão em direto e colocação posterior da mesma no sítio da Câmara Municipal.

6.3. Instalação piloto de pelo menos 4 (quatro) Postos de Atendimento ao Cidadão – Espaços do Cidadão, nas juntas freguesias do Concelho, nomeadamente a norte, sul este e oeste do concelho.

7 - Criação de uma linha de apoio financeiro às IPSS locais - para fazer face ao aumento de custo das despesas com energia e também dotar as IPSS de uma verba para terem capacidade de resposta /intervenção na comunidade em famílias em dificuldades devido à crise económica com a aumento de inflação e custos energéticos.

8 - Educação

8.1. Construção da terceira Escola Secundária do Concelho, em Paços Brandão, tal como consta da nova carta educativa do Concelho, aprovada.

8.2. Execução do projeto do centro escolar de Santa Maria da Feira.

8.3. Requalificação da área onde está instalada a antiga escola Fernando Pessoa.

9. Habitação



GRUPO DE VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

- 9.1 - Criação do Programa Municipal de Acesso à Habitação, à semelhança do que vai acontecendo em outros Municípios, com três linhas de atuação:
- ✓ Programa de Arrendamento Apoiado;
 - ✓ Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível;
 - ✓ Renda Segura.
- 9.2 - Criação do Programa Reabilitar Habita que se traduz em disponibilizar uma linha de apoio à reabilitação de habitações.

10 Mobilidade e transportes

- 10.1 Reivindicar a extensão da linha do metro/metrobus para o concelho de S. M. da Feira.
- 10.2 Criação de um Plano de Mobilidade que defina linhas/circuitos e tipologias de modos de transporte para o Concelho, de forma a salvaguardar alternativas e respostas adequadas à realidade.
- 10.3 Construção do Centro Coordenador de Transportes / Intermodal em Santa Maria da Feira, de forma a assegurar condições de segurança e conforto a todos os utilizadores de transportes coletivos.
- 10.4 Pugnar pela construção de mais um nó de acesso à A1 entre os dois existentes no Concelho, para descongestionar e suprir a ausência de ligação aos grandes eixos rodoviários nacionais, nomeadamente a Feira/Nogueira e o eixo das Cortiças (que deve também iniciar-se).

Santa Maria da Feira, 25 setembro de 2022



GRUPO DE VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Os Vereadores Eleitos Pelo Partido Socialista

Márcio Correia

Sérgio Cirino

Manuela Alves

Délio Carquejo

pelouro
**desenvolvimento económico e
emprego, comunicação e
projetos estratégicos**

Unidade de Desenvolvimento Económico

A área do desenvolvimento económico no Município de Santa Maria da Feira, tem como principais ações de intervenção a promoção de condições favoráveis à captação de investimento, potenciando a empregabilidade no concelho, promovendo o fortalecimento das sinergias criadas com os diferentes agentes económicos, nomeadamente empresas, associações de cariz económico e/ou empresarial, instituições de ensino e do sistema científico e tecnológico e outras entidades consideradas relevantes para o desenvolvimento do concelho, ajustando-se às dinâmicas e aos desafios da economia nacional, europeia e mundial.

É neste contexto que a Unidade de Desenvolvimento Económico (UDE) atua, tendo por missão apoiar as empresas locais, nacionais e internacionais, em articulação com outras instituições públicas e privadas, dinamizando um conjunto de atividades que visem o desenvolvimento sustentável da economia local, numa perspetiva de operacionalizar a estratégia de desenvolvimento económico em matéria de modernização, competitividade e captação de investimentos nacionais e internacionais. Num momento em que ainda lidamos com os efeitos da pandemia e os seus impactos em todas as áreas da sociedade, o mundo vê-se agora (novamente) confrontado com uma guerra na Europa e todo este cenário tem o seu impacto geral na economia. O tema da reindustrialização volta a ser mais do que nunca um assunto pertinente, muito devido aos elevados custos que as empresas, hoje, têm que suportar, no que toca às matérias primas e ao próprio abastecimento energético, sendo urgente repensar em novas formas de atuar e na criação de novas sinergias.

O Município enquanto agente local de desenvolvimento do território e dentro do seu âmbito de atuação tem obrigatoriamente que estar atento a todas estas oscilações, assumindo-se como um parceiro ativo e colaborante na procura de soluções conjuntas com os agentes económicos, sejam eles empresas, associações empresariais, instituições de ensino e do sistema científico e tecnológico, e todas as entidades relevantes para impulsionar o crescimento económico do concelho.

A inserção da estratégia local municipal, não pode estar desfasada daquilo que são as apostas estratégicas presentes nos documentos de política pública europeia e nacional, designadamente nos que servem de suporte aos programas de financiamento comunitários. Programas estes que as empresas feirenses poderão e deverão aproveitar, e que contarão com o apoio municipal na promoção de atividades que lhes permitam, mais facilmente, conhecer e aceder aos sistemas de incentivos existentes, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030.

Estes sistemas de financiamento assentam em pilares que visam a competitividade das empresas através da inovação, da transição digital, da aquisição de competências para a especialização inteligente, o acompanhando a emergência climática e incorporando as metas da descarbonização, através do apoio à inovação e à economia circular, beneficiando os métodos de produção sustentável. O apoio à educação, o acesso ao emprego de qualidade e a formação ao longo da vida são também pilares que estão na senda daquilo que são os objetivos estratégicos dos instrumentos de financiamento, os quais o Município corrobora naquilo que é a sua esfera de ação local, no âmbito das questões do desenvolvimento económico territorial.

Santa Maria da Feira, continuará a ser um território que pretende ser referência nacional, apostando em duas áreas emergentes, por um lado as empresas e projetos ligados à saúde que vão desde a investigação, produção de dispositivos médicos, técnicas e serviços de diagnóstico e unidades de tratamento e de cuidados continuados e, por outro, o acolhimento de empresas ligadas às tecnologias de informação e comunicação, privilegiando-se nesta área o desenvolvimento de projetos que visem a (re) qualificação ou reconversão dos recursos humanos em resposta às exigências da nova economia.

Em suma, a atuação da UDE estará alinhada com os objetivos estratégicos do executivo, naqueles que visem estabelecer pontes entre os agentes económicos, atuando como facilitador na fixação das empresas no concelho, na dinamização das áreas industriais e serviços, dotando os empresários de informação relevante para o investimento, funcionando como serviço de aconselhamento e dinamizador de atividades que contribuam para a modernização do tecido empresarial.

A UDE assenta a sua estratégia em 5 (cinco) eixos estratégicos: a) Atração de Investimentos; b) Apoiar na Transformação Digital e Energética; c) Formação e Talento; d) Qualificação e Expansão das Áreas de Atividades Económicas; e) Explorar o Potencial Económico da Diáspora.

Para o efeito propõe desenvolver as seguintes ações:

● **Projeto Bizfeira**

- 1) Promover a divulgação do Projeto Bizfeira, quer pela participação em iniciativas de carácter empresarial, quer através de parcerias a estabelecer com os agentes de comunicação social local/nacional. O objetivo consiste no aumento da visibilidade do projeto e das suas atividades, junto da comunidade empresarial;
- 2) Dar continuidade ao contacto com as empresas instaladas no território. Pretende-se desta forma sensibilizar as mesmas das vantagens do projeto, promovendo ativamente o registo na plataforma digital bizfeira e a utilização das suas funcionalidades, garantindo o mapeamento das mesmas e a atualização da base de dados do tecido empresarial;
- 3) Divulgação e atualização dos diferentes conteúdos do foro económico, nomeadamente notícias, oportunidades de negócio, emprego, sistemas de incentivo, dossiers temáticos, notas informativas, fichas de negócio, entre outros, bem como de divulgação de iniciativas de relevo para as empresas locais;
- 4) Fórum Bizfeira, evento anual, orientado para o debate de temáticas atuais e pertinentes para as empresas, tendo como principal objetivo dar a oportunidade dos participantes acederem a informação atual e especializada, de contactar com entidades facilitadoras das relações económicas, de identificar potenciais parceiros que sejam elementos fundamentais no desenvolvimento da estratégia da sua empresa, de potenciar o networking, reforçando os contactos pessoais e de aumentar a possibilidade de gerar negócio;

- 5) Bizfeira Roundtable, pretende reunir um conjunto de parceiros, desde empresas de referência, associações empresariais, entidades do sistema de ensino e investigação, assim como outras relevantes, sendo este, um espaço de auscultação e reflexão sobre as questões do desenvolvimento económico, resultando em orientações/ sugestões de ação local.

● **Comércio Local - Projeto Vai-me à loja**

1) Dinamização do projeto destinado ao comércio, restauração e alojamento, sensibilizando os empresários deste tipo de atividade das vantagens em publicitar o seu negócio na plataforma que suporta este projeto. Esta plataforma é o reflexo do compromisso de investir na inovação e apoiar a transformação digital das empresas e negócios de Santa Maria da Feira. Esta iniciativa pressupõe ainda, a visita no terreno deste tipo de negócios, com vista a conhecer de perto a sua realidade;

2) Bairro Comercial Digital - composto por um conjunto de ativos e recursos económicos, culturais e por uma diversidade de experiências e atividades, em que a gastronomia poderá ter um papel fulcral como elemento agregador de todas as valências.

O Bairro Comercial Digital “Vai-me à Loja – Centro Histórico” insere-se no núcleo urbano de Santa Maria da Feira, onde se concentra um grande número de estabelecimentos comerciais, de restauração e similares e de serviços, serviços públicos e áreas culturais e de lazer. Este projeto contribui para a competitividade dos operadores económicos do centro histórico de Santa Maria da Feira, assente no uso avançado de tecnologia como catalisador das potencialidades já dinamizadas em Santa Maria da Feira, apostando numa visão de complementaridade entre as várias propostas de valor da oferta do Bairro Histórico (gastronomia, comércio e serviços, cultura, património, etc.). Este projeto vai igualmente melhorar a atratividade do bairro (mobiliário urbano, mupis informativos, rede wifi...), que poderão potenciar o número de visitantes/clientes ao centro histórico.

O projeto Bairro Comercial Digital foi alvo de uma candidatura integrada no plano de recuperação e resiliência, tendo como parceiro principal a Associação Empresarial da Feira.

● **Atração de Investimento**

A atração de investimento para o território de Santa Maria da Feira passa pela dinamização de um conjunto de atividades que coloque este concelho no radar dos investidores nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

1) Promoção de ações de diplomacia económica estabelecendo e reforçando os canais de comunicação com as entidades que representam diplomaticamente países com mercados relevantes e ou emergentes, procurando explorar parcerias de colaboração nos domínios económico, científico, tecnológico e sociocultural;

2) Redação de informação económica que apoie na instalação de novos investimentos, bem como dos novos sistemas de incentivo disponíveis para as empresas, no âmbito do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência;

3) Reforço da relação com as diferentes associações empresariais que representam o tecido empresarial representativo de Santa Maria da Feira, promovendo o trabalho de parceria e as sinergias entre os diferentes intervenientes;

● **Apoiar na Transformação Digital e Energética**

1) Dinamização de ações de sensibilização, que visem divulgar as melhores práticas no que diz respeito às novas exigências que a transformação digital e adaptação às alterações climáticas implicam;

2) Apoiar através de conteúdo informativo acerca dos sistemas de incentivo existentes para ações e projetos empresariais que se enquadrem nestas temáticas.

● **Formação e Talento**

A empregabilidade é um dos temas chave de intervenção do Município, prendendo-se com a necessidade de adequar a oferta do sistema educativo às necessidades de recursos humanos das empresas, bem como a fixação de quadros qualificados, de forma a contribuir para o incremento da competitividade das empresas já instaladas no território e na atração de novos investimentos.

Assim pretende-se:

1) Promover iniciativas que unam as empresas, sistema educativo e famílias. Consiste em apresentar à comunidade educativa, (incluindo os pais), a realidade das indústrias transformadoras instaladas neste território, permitindo que os mesmos conheçam de forma mais pormenorizada e detalhada os setores económicos que predominam em Santa Maria da Feira e as suas potencialidades. O objetivo deste programa consiste em mostrar a evolução, o crescimento e o dinamismo que a indústria teve nos últimos anos, desmistificando determinados conceitos ainda associados a este tipo de atividade, através do contacto com as melhores práticas. Mostrar à comunidade educativa que as indústrias são um setor da atividade fundamental na economia portuguesa, com bastantes oportunidades para os jovens;

2) Articular com os serviços de ação social e da educação da autarquia, apoiar as atividades que fortaleçam a empregabilidade no concelho (jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, pessoas com baixas competências profissionais) aliado ao incentivo do empreendedorismo, inovação social e criação do próprio negócio; incentivar programas de estágios emprego, em estreita colaboração com o tecido empresarial, com o setor da economia social, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, Gabinetes de Inserção Profissional concelhios, Centros de Formação da Cortiça e do Calçado, Escolas, Agência Local em Prol do Emprego – ALPE, Unidade de Desenvolvimento Económico e a Associação de Desenvolvimento Local ADRITEM, Hubparque, entre outros.

● **Áreas de Acolhimento Empresarial**

Acompanhar, de forma contínua, os processos de licenciamento nas zonas industriais com a colaboração dos serviços de urbanismo, bem como as intervenções de requalificação dos espaços de atividades económicas, com vista à melhoria das suas infraestruturas, criando as condições necessárias para a fixação de empresas, bem como à disponibilização de novos espaços.

● **Explorar o Potencial da Diáspora**

Santa Maria da Feira tem uma comunidade muito significativa a residir no estrangeiro, com quem o Município pretende manter, aprofundar as relações e apoiar quem pretende investir no concelho. O Bizfeira enquanto projeto de desenvolvimento económico tem apoiado e fomentado as ligações aos feirenses espalhados pelo Mundo às “Casas da Vila da Feira” potenciando o conhecimento acerca das nossas empresas nos mercados onde se inserem, promovendo negócios, apoiando e facilitando na instalação de novos negócios.

Neste âmbito destaca-se:

- 1) A colaboração com o Gabinete de Apoio ao Emigrante/Imigrante, no acompanhamento de projetos de investimento a implementar no território de Santa Maria da Feira;
- 2) A articulação com o Programa Nacional de Apoio ao Investidor da Diáspora (PNAID), enquanto programa estratégico de apoio e incentivos ao investimento e à criação de emprego e à fixação de pessoas nos territórios, de reforço da ligação dos portugueses no mundo à comunidade de origem, da valorização dos recursos endógenos e dos fatores competitivos das regiões, dando também visibilidade a produtos e serviços prestados por micro ou pequenas empresas com origem ou destino na diáspora.

Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

A experiência tem revelado um crescente impacto positivo da Comunicação Autárquica no dia a dia das comunidades feirenses, consumidoras diárias de informação municipal que procuramos veicular de forma atempada e rigorosa, simples e esclarecedora, geradora de conhecimento e, consequentemente, promotora de desenvolvimento no nosso território.

Mais e melhor informados, os nossos munícipes revelam-se cidadãos mais interessados, mais responsáveis, mais ativos e participativos, pelo que o papel da Comunicação Autárquica – nas suas múltiplas dimensões – continuará a ser determinante em todas as áreas da intervenção municipal, bem como na ligação do Município à diáspora, sem nunca descurar a tão relevante promoção externa do nosso território.

Tendo como missão diária comunicar de forma célere, clara e criativa, a Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais mantém como pedra basilar da sua estratégia de atuação o

trabalho em Equipa, onde cada uma das áreas – Assessoria de Imprensa, Design, Gestão de Meios e Publicidade, Multimédia, Gestão do Portal e Redes Sociais, Relações Públicas/Protocolo e Relações Internacionais – dá o seu relevante contributo para uma “marca” consolidada na forma como comunicamos, construída de forma coerente, genuína e assertiva, que pretendemos aprimorar a cada ano que passa.

Os tempos desafiantes que vivemos, marcados pela transição entre a comunicação tradicional e a digital, continuam a merecer o nosso empenho na procura do necessário equilíbrio. Se é certo que as crianças e jovens feirenses já dominam em pleno as novas formas de acesso à informação digital, ainda subsiste uma franja da nossa população que encontra nos meios mais tradicionais, como os jornais e revistas, fontes de informação privilegiadas e credíveis. Continuaremos, por isso, a pugnar por uma combinação eficiente destas duas formas válidas de comunicar.

Em 2023, vamos manter e reforçar as relações de parceria e cooperação com os órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, com quem construímos uma sólida relação de respeito e confiança mútua, que hoje nos permite propor temas de interesse jornalístico em diferentes áreas, perspetivando sempre a afirmação e valorização do nosso território.

Manteremos também a nossa total disponibilidade para colaborar com os diferentes jornalistas que diariamente nos contactam em busca de sugestões de temáticas a abordar em programas televisivos e publicações impressas, centradas no município de Santa Maria da Feira, dentro e fora da esfera autárquica.

O Portal Municipal continuará a ser uma das ferramentas de comunicação privilegiadas no contacto com o munícipe, cada vez mais atento à proximidade digital, à transparência, à acessibilidade e à celeridade no acesso a informação rigorosa e credível.

A par do trabalho diário de Comunicação com os diferentes públicos, que exige prontidão, clareza e criatividade na forma de produzir e divulgar a informação, daremos continuidade a um relevante trabalho de recolha e tratamento de conteúdos multimédia alusivos a pessoas e lugares icónicos de Santa Maria da Feira, visando a salvaguarda de histórias e memórias do nosso território num espólio documental que pretendemos em permanente atualização.

Privilegiaremos ainda o storytelling como forma de alcançar e fidelizar um público cada vez mais exigente com os conteúdos que produzimos e com a forma como os comunicamos, aprimorando quer a componente textual quer a audiovisual.

A arte de bem receber, que há muito caracteriza o nosso Município, alcançou uma relevância ainda maior com a atribuição da designação “Santa Maria da Feira – Cidade Criativa da Gastronomia UNESCO”, pelo que todas as áreas desta Divisão terão um papel ativo nas diferentes ações a realizar ao abrigo desta chancela e dos restantes momentos protocolares promovidos pelo Município. A criação de uma nova linha de merchandising para ofertas institucionais é uma das medidas a concretizar em 2023.

No plano internacional, daremos continuidade aos projetos de cooperação com as cidades geminadas, comunidades feirenses e parceiros externos, com enfoque nos projetos europeus

ERASMUS+ e URBACT – Active Citizens, sendo a democracia participativa uma área prioritária de atuação, com implementação de uma plataforma digital de participação cidadã.

Finalmente, e considerando o desafiante momento que atravessamos, marcado pela transferência de competências para as Autarquias e pelo processo de Modernização Administrativa que temos em curso, alicerçado em novas tecnologias em constante evolução, urge acompanharmos as últimas tendências em matéria de Comunicação Digital e Comunicação Autárquica, pelo que é nosso objetivo a atualização e o reforço da capacitação dos nossos quadros técnicos através de ações de formação de reconhecida e comprovada relevância técnica e de conteúdos.

Gabinete de Qualidade e Auditoria

Em 2023, o Gabinete de Qualidade e a Auditoria (GQA) dará continuidade à sua missão, adotando uma estratégia colaborativa e construtiva que permita o progresso das atividades desenvolvidas no contexto das competências que lhe foram atribuídas superiormente, nomeadamente nas áreas da gestão da qualidade, auditoria e controlo interno, análise e gestão dos riscos, proteção de dados e modernização administrativa, com o propósito de cumprir os requisitos estabelecidos e aplicáveis, otimizar os recursos, fomentar a produtividade na sua globalidade, envolver os trabalhadores em projetos de mudança organizacional que acrescentem valor e melhorar o nível de satisfação dos stakeholders (partes interessadas), no que concerne às suas necessidades e expectativas.

Neste contexto, não descurando a atividade regular que caracteriza esta unidade orgânica, anunciam-se as ações basilares para o ano 2023, designadamente:

- Dar continuidade à implementação de um sistema de gestão da qualidade nas áreas de Educação, Juventude e Desporto, de acordo com o referencial normativo ISO 9001, e assegurar a respetiva integração no âmbito de certificação existente;
- Avaliar de forma contínua o desempenho dos processos internos através da medição de indicadores chave previamente determinados e alinhados com os objetivos estratégicos;
- Aplicar ferramentas de Business Inteligente (BI) que possibilitem a exportação e análise de um conjunto de dados, visando o fornecimento de informações detalhadas sobre o estado do(a) “negócio”/atividade à gestão de topo e aos responsáveis dos processos, no sentido de coadjuvar na tomada de decisões;
- Garantir a execução do programa de auditorias internas e externas, sobretudo no âmbito do sistema de gestão da qualidade e do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e acompanhar as ações corretivas e/ou de melhoria desencadeadas;
- Redefinir, de forma planeada e sistematizada, algumas das metodologias implementadas, numa ótica de se apresentar propostas de melhoria que possam contribuir para a prestação de um serviço de excelência;
- Participar na modelação de processos do novo Balcão de Atendimento Municipal;

- Dar prosseguimento ao levantamento de todas as atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas para avaliar o tratamento de dados pessoais e assegurar o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD);
- Colaborar na revisão e no acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção E Infrações Conexas (PPRIC), dando cumprimento ao Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) e restante legislação associada.

CIAC

Este serviço promove a defesa dos direitos e deveres dos consumidores, através da mediação dos conflitos, da prestação de informações e esclarecimentos na área do consumo.

O CIAC dispõe de um serviço de apoio ao consumidor, gratuito, através do qual presta aconselhamento ao consumidor sobre os seus direitos, contacta as entidades reclamadas para a resolução dos conflitos de consumo e denuncia as práticas lesivas dos interesses dos consumidores no âmbito do protocolo celebrado entre a autarquia e a Deco.

O CIAC, em parceria com a DECO no âmbito do protocolo celebrado entre esta entidade e a autarquia, para além do apoio ao consumidor e mediação dos conflitos, continuará, durante todo o ano de 2023, no contexto do sobre-endividamento, a prestar informação e orientação aos munícipes e às famílias mais vulneráveis, apoiando-os na renegociação dos seus créditos, sempre que necessário.

Com vista a chegar ao maior número de consumidores, ao longo do ano serão elaborados, para divulgação, textos informativos que abordarão temas da atualidade no âmbito da defesa do consumidor. Ainda com o mesmo objetivo de informar e esclarecer dúvidas, serão promovidas ações de sensibilização sobre temas relacionados com a defesa do consumidor.

O CIAC integrou-se no Plano Educativo Municipal 2022/2023 para realização de sessões e atividades junto da comunidade escolar, desde 1º ciclo até ao secundário, de forma a proporcionar um espaço de informação, de esclarecimento e de debate com os alunos, de forma a estarem mais prevenidos e informados nesta área tão abrangente do nosso quotidiano. O CIAC tem por objetivo apostar na educação para o consumo nas camadas mais e menos jovens da população, pois cada vez mais torna-se necessário garantir os nossos direitos enquanto consumidores, e estabelecer igualmente os nossos deveres.

Por último, prevê-se ainda a concretização de uma conferência ou iniciativa similar para assinalar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, a ter lugar no dia 15 de março de 2023.

pelouro
obras municipais

Introdução

O Pelouro da Obras Municipais continuará, no ano de 2023, a executar o programa sufragado pela população feirense nas eleições de 26 de setembro de 2021. Os principais objetivos deste programa são, recordamos:

[Rede Viária] Continuação da requalificação da rede viária; requalificação integral de arruamentos.

[Desenvolvimento Económico] Ampliação e requalificação das zonas industriais e parques empresariais.

[Europarque] Requalificação do edifício do Centro de Congressos; revitalização de toda a envolvente do Europarque.

[Saúde] Construção dos novos edifícios das USF de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, Canedo, Milheirós de Poiães, Romariz e a ampliação da USF de Rio Meão; reabilitação das USF existentes, sendo prioritárias a de Santa Maria de Lamas e a de Lobão; construção de novos edifícios para as duas USF de Santa Maria da Feira e para a de Fiães; reabilitação do edifício das Termas das Caldas de São Jorge.

[Urbanismo] Reabilitação de todos os centros urbanos que ainda não foram intervencionados; construção do cais de Porto Carvoeiro; construção do Parque Urbano do Cáster; valorização dos parques urbanos da Quinta do Engenho Novo, Monte do Coteiro, Pedreiras de Lourosa, Moinhos – Argoncilhe, Azenha e Outeiro; construção dos Centros Coordenadores de Transportes de Fiães/Lourosa e de Santa Maria da Feira; implementação de uma rede de ciclovias por todo o território; requalificação do Nó da Cruz/Passionistas e reorganização do tráfego para melhor a fluidez da circulação.

[Desporto] Construção da Piscina Municipal de Canedo; construção da Pista Municipal de Atletismo de Sanfins; remodelação da rede de polidesportivos; conclusão da ciclovia do Cáster; conclusão da ciclovia de Santa Maria da Feira – São João de Ver – Rio Meão – Santa Maria de Lamas – Lourosa.

[Ambiente] Expansão do Parque das Ribeiras do Uíma, ligando a freguesia de Arrifana ao rio Douro através de passadiço; construção de passadiços junto às principais linhas de água – rios Inha, Cáster e Rio Maior; construção do novo canil municipal.

[Educação] Construção do centro escolar de Santa Maria da Feira; requalificação dos edifícios e dos recreios escolares.

[Cultura, Turismo, Património] Manutenção, recuperação e criação de novos espaços de visitação do Castelo da Feira; construção do espaço de acolhimento no Castro de Romariz.

Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frota

Divisão de Gestão de Edifícios

A Divisão de Gestão de Edifícios (DGE) tem como competências proceder à construção e beneficiação de edifícios do património municipal ou a cargo do município, bem como, à manutenção e conservação de mercados, cemitérios e equipamentos destinados a realizações de interesse público e ainda a construção e/ou conservação dos edifícios escolares, sociais, desportivos e culturais em articulação com outros serviços competentes.

Para o ano de 2023, esta Divisão tem como principais objetivos:

- implementar, de forma gradual, um plano de intervenção/manutenção nos vários imóveis municipais;
- continuar com a melhoria das condições dos espaços sanitários e de refeição de jardins-de-infância e escolas básicas;
- melhorar as acessibilidades dos edifícios municipais.

Para além dos objetivos mencionados anteriormente, a Divisão de Gestão de Edifícios continuará a desenvolver as seguintes atividades:

- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do parque habitacional social do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações;
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações;
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do município, manutenção e conservação de mercados, cemitérios e equipamentos destinados a realizações de interesse público ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações;
- Execução de manutenção e conservação de espaços e parques de lazer ao nível da pintura, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço de mão-de-obra e outras reparações ligeiras;
- Execução de trabalhos de manutenção e conservação de fontanários e espelhos de água públicos, bem como, infraestruturas públicas a cargo do Município, ao nível de trabalhos correntes de pintura, serralharia, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras;
- Apoio a vários eventos efetuados ao longo do ano, do Pelouro de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus e ao Pelouro de Educação, Desporto e Juventude;
- Apoio aos eventos promovidos pelas diversas Associações do Concelho, em parceria com o Município, ao nível da pichelaria, eletricidade e carpintaria;

Divisão de Rede Viária e Trânsito

Um dos objetivos do executivo no mandato é a continuidade da requalificação urbana e a remodelação da rede viária, numa melhoria contínua, num aturado esforço na acessibilidade e segurança aos centros cívicos, prevendo-se que 2023 seja o seguimento dessa requalificação, com forte impacto ao nível da segurança rodoviária e bem-estar do utente em espaço público. Assim, relativamente às fases de pavimentações e empreitadas, prevê-se concluir a 10.^a fase de pavimentações (7 lotes). Serão concluídas as empreitadas de marcação rodoviária e sinalização vertical dos arruamentos que integraram as 7.^a e 8.^a fase (cerca de 160 km de vias) e iniciar-se-á a elaboração dos procedimentos para as empreitadas de cariz semelhante. No que respeita às questões de acessibilidade, o município continuará o seu plano de construção e reabilitação das zonas pedonais, visando a circulação acessível, com segurança e conforto de peões, contando para isso com a colaboração das Juntas de Freguesia, prevendo-se a requalificação de passeios e espaços públicos.

No trânsito, será dada continuidade à atualização das posturas de trânsito das freguesias do Concelho, adaptando-as às novas circunstâncias geográficas e populacionais. Será dado início ao procedimento para a implementação de um regulamento municipal de trânsito.

Por fim, e de acordo com o quadro da transferência de competências para as autarquias locais dos diversos arruamentos da rede rodoviária nacional, refira-se que o município continuará a investir no reforço do quadro de pessoal e equipamentos, de apoio às brigadas associadas à rede viária, permitindo que as operações de manutenção correntes e urgentes sejam realizadas com mais celeridade e qualidade, perseguindo aquela que é uma das razões da sua existência.

Unidade de Gestão de Frota e Estaleiro

A conclusão das obras de Reabilitação e Alteração das Oficinas e Armazéns Municipais, previstas para o fim do ano de 2022, reforçam o principal projeto a desenvolver por esta Unidade, em 2023, que é o de revitalizar e reorganizar a oficina mecânica. Um outro objetivo é a formação contínua dos motoristas, em particular na área da eco condução, da condução defensiva e da legislação específica deste setor.

Departamento das Obras Municipais

O **Departamento das Obras Municipais (DOM)** agrega os serviços de duas divisões, a de Estudos e Projetos e a de Fiscalização de Empreitadas, prevendo, cada uma, a prossecução das suas atividades que a seguir se discrimina.

Divisão de Estudos e Projetos (DEP)

A **Divisão de Estudos e Projetos (DEP)** e as 3 unidades orgânicas agregadas à mesma (Gabinete de arquitetura, Gabinete de engenharia e Gabinete de Gestão de Energia e Eficiência Energética) têm como principais funções:

- Elaboração e coordenação de estudos ou projetos, de construção, restauro de edifícios, requalificação urbana, paisagismo, urbanismo e infraestruturas;
- Preparação de concursos das obras municipais;
- Assegurar a disponibilidade atempada dos projetos necessários para as empreitadas, para formular candidaturas aos fundos comunitários e para celebrar contratos – programas ou protocolos com outras entidades públicas ou privadas;
- Gestão de contratos (prestações de serviços para a elaboração de projetos);
- Dar apoio técnico e efetuar um acompanhamento às obras projetadas;
- Acompanhamento técnico da iluminação pública e na área de eficiência energética.

De acordo com os investimentos previstos e tarefas solicitadas à divisão, ao longo de 2023, a DEP prevê organizar cerca de 60 empreitadas de obras públicas, dando cumprimento a diversos objetivos estratégicos do município. Além disso, considerando a crise energética que o país atravessa e a previsão de um considerável agravamento dos custos da energia, a Divisão, ciente da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o município, irá colaborar no desenvolvimento de um plano de contenção de despesa e estabelecer estratégias na utilização racional da energia, apostando no aumento da sua eficiência e na produção de energia renovável para autoconsumo.

Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE)

A **Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE)** prosseguirá durante o ano de 2023, com as atividades que lhe estão afetas, materializadas na fiscalização de empreitadas de obras públicas municipais, desde a assinatura do contrato, até à entrega em definitivo dessas empreitadas ao Município. Continuará a desenvolver a atividade de coordenação de segurança em obra dessas mesmas empreitadas assegurando que as entidades executantes cumprem com os requisitos da legislação em vigor em matéria de segurança e saúde no trabalho. Irá ainda assegurar a assessoria



técnica ao júri na análise de propostas dos vários tipos de procedimentos para contratação de serviços e empreitadas, procedendo à análise e ordenação das propostas conforme critérios definidos no procedimento.

Face aos procedimentos de contratação já lançados até à data, prevê-se que a DFE venha em 2023 a fiscalizar 58 obras municipais que incluem 26 atualmente em curso e que transitarão para o próximo ano. Esta tarefa será assegurada não só pelos meios humanos do próprio município, como também através de serviços externos contratados para o efeito.

Será ainda de assinalar que a conjuntura económica nacional atual irá, face à evolução que se tem verificado até à data, refletir-se num acréscimo de custo das empreitadas, através dos mecanismos legais em vigor, normais e extraordinários, de revisão de preços, fruto da evolução crescente e significativa da variação dos índices de custos publicados oficialmente.

Conclui-se esta descrição deixando uma palavra de incentivo a todos os funcionários do Pelouro das Obras Municipais que, de forma competente e dedicada, trabalham todos os dias para melhorar as condições de vida dos feirenses.

pelouro
**administração, finanças e
modernização administrativa**

A atuação geral do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa, para o ano de 2023, continuará a ter como prioridade a prestação de serviços que satisfaçam as necessidades dos munícipes, cidadãos e outras partes interessadas, garantindo um padrão, sempre crescente, de melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados e de cumprimento integral dos requisitos aplicáveis, princípios estes que estão alinhados com a política de qualidade adotada na gestão dos processos e procedimentos, deste pelouro.

Com a pasta da modernização administrativa incrementar-se-á um ainda maior esforço na reorganização de processos e procedimentos administrativos, na simplificação e inovação nos procedimentos, com vista ao aumento da capacidade de resposta da autarquia, contribuindo assim para o progresso e desenvolvimento social e económico do concelho.

O ano de 2023 será certamente um ano condicionado pelos impactos da pandemia e da guerra na Europa o que mandatoriamente impelirá a um elevado grau de incerteza e de adaptação da estrutura municipal a uma realidade de alguma imprevisibilidade e em constante mutação. Este facto obrigará a estrutura Municipal a um nível elevado de esforço a todos os níveis, designadamente ao nível dos recursos humanos, financeiros e técnicos.

Antevê-se no ano de 2023, um grande dinamismo nas candidaturas e execução de projetos cofinanciados quer por força dos quadros comunitários de apoio, já em execução, quer principalmente pelo início de execução do Plano de Recuperação e Resiliência que sendo um programa de aplicação nacional, com um período de execução excecional até 2026, irá implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência de Portugal com a Europa ao longo da próxima década.

Face a esta dinâmica, o Município de Santa Maria da Feira, continuará com uma atitude de alerta e empenho, aproveitando os meios colocados à sua disposição e prosseguindo na busca por apoios disponíveis de forma a aplicar estes recursos em prol do desenvolvimento do território, da economia local e da população Feirense, tendo como objetivo maior a melhoria das condições de vida para todos os munícipes e a potenciação da fixação de população no concelho.

Administração Geral

Para o ano de 2023, numa política de continuidade, a atuação da Divisão da Administração Geral, tem como objetivo prestar serviços numa melhoria contínua, com a aposta na reorganização dos processos administrativos, simplificação e inovação dos procedimentos.

Será também um objetivo da Divisão da Administração Geral para 2023 a aposta na formação contínua, a fim de atualizar e aperfeiçoar competências, por forma a valorizar os seus recursos humanos, e o reforço das equipas, apostando na aquisição de recursos humanos, através da

mobilidade interna ou através da abertura de concursos, para suprir necessidades e garantir a transmissão geracional dos conhecimentos.

Na Metrologia, considerando que o controlo metrológico legal se destina a promover a defesa do consumidor e a proporcionar à sociedade em geral, e aos cidadãos em particular, a garantia do rigor das medições, e pela atuação que este serviço tem no tecido empresarial do concelho, vai continuar a apostar-se na expansão do serviço do controlo metrológico, de forma a dar resposta às solicitações das empresas deste concelho, assegurando as normas legais emanadas pelo Instituto Português de Qualidade, bem dar continuidade à implementação do software GEFISEME.

O serviço de Metrologia aumentará a sua área de atividade, em 2023, passando a incluir os domínios da primeira Verificação, após Reparação, e Verificação Periódica de instrumentos de pesagem não automáticos, de equilíbrio automático, semi-automático e não automático, de indicação contínua e descontínua, para 6000 Kg.

No Cemitério Municipal, será reforçada a implementação da aplicação a fim de agilizar e melhorar os procedimentos.

Por fim é intenção da divisão a implementação do Gabinete de taxas e licenças não urbanísticas, que tem como objetivo principal promover a gestão eficiente e eficaz de processos de Licenciamentos diversos não especialmente cometidos a outros serviços Municipais, tornando autónomas uma série de competências anteriormente contidas na DAG.

Gestão Financeira e Patrimonial

A Divisão Financeira tem como objetivo em 2023 dar continuidade ao trabalho desenvolvido, reajustando a organização dos seus serviços, dotando-os de uma maior capacidade de resposta, quer perante os restantes serviços municipais, seus clientes internos, quer perante os diversos stakeholders, seus clientes externos (DGAL, CCDRN, Conservatória, Finanças, entre outros organismos).

Daremos continuidade ao processo de aperfeiçoamento e maturação dos conceitos, procedimentos e metodologias de trabalho a aplicar e a dotar pelos vários serviços municipais, no âmbito da implementação do SNC-AP, permitido pela aplicação da IPSAS 33.

A diversidade e dispersão do vasto património municipal, com características e tipologias significativamente diversas, representam um enorme desafio, ao registo e atualização da informação de inventário e cadastro, para a subunidade orgânica gestão patrimonial. Por conseguinte a gestão deste parque é uma tarefa complexa e depende de informação disponível e partilhada com os restantes serviços, pelo que em 2023 daremos continuidade ao processo de inventariação e cadastro.

A identificação e regularização de todo o património imobiliário, tanto de edifícios e construções como de terrenos, bem como a sua correta inventariação, só ficará completa com a georreferenciação,

situação que está prevista no Mirante, pelo que o sucesso desta tarefa dependerá da colaboração estrita com a divisão do planeamento.

No âmbito das novas competências desta Divisão, nomeadamente o Gabinete de execução da receita, é pretensão da mesma criar um regulamento e definição de procedimentos referente aos processos de execução fiscal. Pretende-se com a criação deste gabinete uma melhoria da eficiência na cobrança das dívidas municipais, nomeadamente a interligação existente com a Autoridade Tributária, entidade que por excelência, concentra todos os meios tecnológicos e informação necessária à cobrança mais célere e eficiente dos créditos municipais.

Tecnologias de Informação

Em adequação à visão estratégica do executivo para as tecnologias de informação foi desenhada uma nova estrutura orgânica para gerir o sector. O objetivo será permitir a mudança de paradigma, usando os sistemas de informação para alavancar a produtividade e capacidade dos diferentes serviços prestados pelo município através do aumento da eficiência dos fluxos de trabalho e redução nos tempos de resposta.

Isto implica uma concentração de esforços na implementação da nova orgânica no terreno com a correspondente reorganização, reforço da equipa existente e, em simultâneo, a garantia do normal funcionamento da infraestrutura de suporte ao sistema atual.

Assim orçamento proposto foca-se principalmente sobre as necessidades de manutenção e suporte, aquisições e contratação de serviços em resposta às necessidades regulares do funcionamento dos sistemas do Município, mas inclui igualmente algumas rubricas destinadas a apoiar o processo de mudança em curso. O maior esforço de investimento terá de ser orientado para o reforço de recursos humanos.

Algumas das novas responsabilidades que já estão a ser concentradas na nova estrutura incluem gestão domínios, alojamento sites e aplicações, novo suporte aplicacional para a automação de processos dos diferentes serviços também estão refletidas no PAM, nomeadamente com a verba reservada à contratação de serviços de desenvolvimento projetos de software numa nova plataforma que vão permitir acelerar o nosso processo de transição digital dos serviços.

O reforço no contrato Microsoft vai permitir dotar as equipas operacionais e piquetes no terreno com acesso a email profissional na cloud através de dispositivos móveis de forma a facilitar a comunicação e calendarização das intervenções das mesmas.

Vamos facultar o acesso à suite de produtividade office 365 permitindo o aumento da flexibilidade, trabalho colaborativo partilhado via web, e coordenação dos grupos de trabalho de várias unidades orgânicas (cerca de 1/3 dos utilizadores atuais) com possibilidade de expandir mais tarde de acordo com as necessidades.

Existe igualmente algum licenciamento adicional para a consolidação das bases de dados SIG existentes e a renovação premente do Mirante (plataforma do sistema de informação geográfica municipal).

Continuar a política de substituição faseada do parque de máquinas com recursos a pc's reconicionados e periféricos novos conseguindo deste modo um equilíbrio entre o baixo custo e a modernização visível dos equipamentos disponibilizados aos colaboradores.

Avançar com projetos pilotos associando a evolução do software "legacy" para plataformas online com a substituição do pc tradicional por uma combinação portátil + monitor nos postos de trabalho. O custo efetivo é semelhante ao tradicional, mas permite uma flexibilidade muito maior a cada utilizador relativamente ao posto de trabalho evitando igualmente a duplicação de equipamentos informáticos em caso de recurso ao teletrabalho (pc fixo + portátil).

Gestão integrada de todos os equipamentos, dispositivos moveis (smatphones e routers wifi 4G), portáteis, projetores, monitores extra, webcam, etc. de forma a otimizar os custos de aquisição, registo e alocação dos mesmos bem como as respetivas configurações padrão (software, serviços e características técnicas).

O planeamento relativo ao datacenter e infraestrutura irá concentrar-se na renovação de alguns equipamentos ativos de rede dentro do âmbito de revisão dos bastidores informáticos espalhados pelos diferentes edifícios com serviços do município. Num projeto piloto para solução de armazenamento híbrido cloud AWS. Melhoria da cobertura wifi nos serviços internos de forma a facilitar o princípio de "flexible workspace" sem secretárias fixas (quando aplicável) que combina o uso de dispositivos moveis com as novas plataformas de software erp/crm e ferramentas de produtividade (ex. office 365).

Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

A Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, doravante DRHDO, tem como missão desenvolver e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, através de um ambiente de envolvimento e corresponsabilização, sempre numa ótica de adequação do capital humano às necessidades dos serviços, com vista à melhoria continua dos serviços prestados ao Município.

Conscientes do desafio que é por em prática a nossa missão, encetaremos o desenvolvimento e a continuidade do seguinte plano de ações/ projetos:

Reforço de Recursos de Gestão de Competências

Gerir Recursos Humanos, é compatibilizar os interesses dos colaboradores com as necessidades dos serviços. Através do recurso à Mobilidade Interna, seja a mobilidade entre carreiras, ou entre serviços (internos ou externos), estaremos a promover essa compatibilidade. Este instrumento de Gestão de

Recursos Humanos, consubstancia-se como um meio para a satisfação das necessidades dos serviços, ao mesmo tempo que promove o incremento dos níveis motivacionais dos colaboradores envolvidos.

A Formação Profissional poderá também contribuir para a compatibilidade de interesses anteriormente referida, assumindo-se como uma forma objetiva de dotar os colaboradores das competências necessárias para fazer face às exigências dos serviços, pelo que continuará a ser uma aposta ganha em 2023.

Nesse sentido, continuaremos a procurar os parceiros que nos possam auxiliar nesta matéria, quer sob o ponto de vista financeiro (formação financiada) quer sob o ponto de vista pedagógico, auxiliando-nos no acesso a formadores e a projetos formativos de qualidade.

Medicina, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

É reconhecida por todos a importância que esta área da Gestão de Recursos Humanos tem em qualquer organização, porém parece-nos inequívoco que a pandemia, nos consciencializou de que essa importância será ainda maior, quando o que está em causa é a proteção dos nossos trabalhadores perante um problema de saúde pública.

Por conseguinte e apesar das perspetivas mais animadoras para 2023 em matéria de COVID-19, para além do desenvolvimento de ações com vista ao cumprimento das obrigações legais do Município, nomeadamente em termos de realização de exames de admissão, periódicos ou ocasionais, do desenvolvimento de ações de sensibilização/ formação em matéria de segurança, do acompanhamento das condições de segurança dos postos de trabalho através da realização de auditorias, etc., a DRHDO, através da equipa de Medicina, Saúde e Segurança no trabalho, assumirá a continuidade das seguintes ações:

- (re)avaliar periodicamente os riscos para a saúde dos trabalhadores face à epidemia da COVID-19;
- acompanhar os trabalhadores nos locais de trabalho, sensibilizando-os para o cumprimento de todas as medidas de segurança, com vista à sua proteção contra os habituais riscos associados à sua função, bem como os que se referem especificamente ao COVID-19;
- sempre que necessário e em estrita articulação com as chefias diretas, ajudar a reorganizar os espaços físicos de trabalho, de modo a garantir o cumprimento das medidas de segurança impostas pela DGS;
- promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, através da realização de campanhas e ações de sensibilização, no âmbito das boas práticas da saúde, nomeadamente vacinação, rastreios, proteção solar e controlo das doenças silenciosas.

Modernização Administrativa

Encaramos a desmaterialização dos processos como algo que contribui para a desburocratização dos serviços, tornando-os mais ágeis, mais eficazes e eficientes.

Por conseguinte, em 2023, procuraremos avançar com este processo investindo na desmaterialização de alguns procedimentos da DRHDO, bem como dos processos individuais dos trabalhadores.

Responsabilidade Social do Município

Enquanto entidade promotora das medidas CEI (beneficiários de Subsídio de Desemprego) e CEI+ (beneficiários de Rendimento Social de Inserção) em articulação com Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., prosseguiremos com a execução das mesmas, com o intuito de contribuir para a melhoria dos níveis de empregabilidade e de promover a reinserção no mercado de trabalho de cidadãos que se encontram em situação de desemprego.

Divisão de Contratação Pública e Gestão de Armazéns

A Divisão de Contratação Pública no ano de 2023, continuará a apostar numa constante evolução e aperfeiçoamento “circuito de gestão documental digital, totalmente desmaterializado”, para os procedimentos de contratação pública do Município de Santa Maria da Feira. Neste sentido, encetar-se-ão esforços de aplicação de metodologias organizativas, no sentido de manter, ou até diminuir, os prazos de execução, dos processos administrativos de Contratação Pública, com vista à obtenção de procedimentos mais céleres, e o menos burocrático possível, sempre no estrito cumprimento do estabelecido no Código dos Contratos Públicos.

A grande aposta será a Gestão de Armazéns. Nesta área, o Município ao longo do ano de 2022, realizou obras profundas, no estaleiro municipal, o que impulsionará uma reorganização dos serviços desta divisão, lá localizados, em 2023.

O presente ano, foi difícil para realizar aquisições, a guerra na Ucrânia e a conjuntura económica, obrigaram a efetuar uma gestão minuciosa, quase diária, pois a inflação que assistimos, provocou instabilidade de preços, que tornou praticamente impossível as empresas concorrerem de forma corajosa, aos procedimentos que foram lançados. Assistimos, em alguns bens, a uma inflação superior a 50%, o risco para conceder orçamentos tornou-se elevado, as empresas conseguiam apenas assegurar os orçamentos para 3 dias.

2023, será um ano de desafios, uma vez que, nos deparamos com a “Descentralização de funções/responsabilidades para os Municípios”, que implica novas ações, reequacionar a dimensão das aquisições, pois em áreas tão básicas como o papel, material de escritório e produtos de limpeza, os valores serão muito superiores. O nosso concelho, detém grandes agrupamentos escolares, o que compromete redimensionar as quantidades a adquirir e teremos outros tipos de aquisições, que até à data não faziam parte do nosso leque de procedimentos.

No que respeita, os armazéns de material elétrico, pichelaria e outros materiais de construção, bem como o armazenamento do material de proteção individual, tudo isto localizado no estaleiro municipal, será reorganizado, uma vez que em 2022, utilizamos o mínimo de produtos em stock, pois as obras iniciadas em 2021 assim o obrigaram, reunindo a conjuntura instável que vivemos; sem dúvida que no próximo ano, iremos ter mais procedimentos, efetuaremos stocks, para dar resposta às solicitações de todos os serviços.

A reorganização do estaleiro, passa pela criação dos novos espaços de receção de materiais, e da criação de espaços distintos e de fácil acesso para os EPI's, bem como para bens de pequena dimensão nas áreas do pichelaria e eletricidade. Este cenário implica também investimentos na aquisição de equipamentos informáticos, mobiliário de escritório, estantes novas e outros equipamentos como porta-paletes, escadotes e afins. O Município, possui apenas um empilhador, o qual está afeto a esta divisão, sendo o mesmo alvo de reparação no próximo ano.

Um outro objetivo da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Armazéns, em 2023, é a formação contínua dos seus recursos humanos, de forma a atualizar e aperfeiçoar competências, garantindo o nível de conhecimentos, com a qualidade necessária, à prestação dos serviços de Contratação Pública, quer na perspetiva das alterações legais aguardadas quer na implementação de novas medidas de eficiência.

Julgado de Paz

O Julgado de Paz de Santa Maria da Feira é um tribunal, que resulta de um protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

É, portanto, um tribunal de âmbito concelhio, ao dispor dos munícipes para auxiliar na resolução de litígios de natureza civil, tais como, conflitos de consumo, arrendamento, condomínio, falta de pagamento de bens ou serviços, incumprimentos contratuais, direitos de propriedade, acidentes de viação, responsabilidade civil, pedidos de indemnização cível, entre outros.

Face às suas características, o Julgado de Paz tem aproximado os munícipes da justiça, designadamente pela informalidade e simplicidade dos procedimentos, pelo baixo custo, e pela maior celeridade processual, o que se traduz num reforço efetivo da tutela do preceito constitucional do acesso ao direito.

É um serviço vocacionado para a participação ativa dos cidadãos na resolução dos seus conflitos, privilegiando a mediação e a conciliação para a obtenção de acordo entre as partes. Não obstante, e esgotadas as possibilidades de resolução "amigável" do litígio, é garantida a realização de um julgamento justo e imparcial, bem como, a prolação da respetiva sentença.

A atuação deste serviço público, para o ano 2023, irá ao enalço dos anos anteriores, buscando-se, no entanto, melhores e mais satisfatórios resultados.

Divisão de Atendimento e Gestão de Informação

Unidade de Atendimento Municipal

O próximo ano será marcado pela abertura do novo serviço de Atendimento Municipal, integrado numa nova unidade orgânica, a Unidade de Atendimento Municipal, sob a responsabilidade da Divisão de Atendimento e Gestão de Informação (DAGI), que vai funcionar num formato de Balcão Único, onde serão agregadas, num mesmo espaço físico, todas as valências de atendimento do Município.

O serviço de atendimento municipal visa garantir e assegurar aos munícipes o apoio e os esclarecimentos necessários no âmbito dos pedidos de prestação de serviços a elaborar à Câmara Municipal. A centralização de todas as valências de atendimento do município, num espaço único, tem como objetivo principal proporcionar uma maior comodidade aos munícipes permitindo a possibilidade de resolução de vários assuntos num mesmo espaço, evitando assim deslocações desnecessárias entre espaços físicos dispersos.

Todos os processos a implementar no novo serviço de atendimento terão na base uma lógica de orientação ao cidadão (citizen oriented), por forma à adequação permanente do município às necessidades dos munícipes. Esta abordagem de foco no cidadão e no output, potencia uma constante reavaliação da eficácia dos processos com vista a melhorar a capacidade de resposta dos serviços. Contudo terão de estar garantidas as condições que permitam ao atendimento melhorar a interação e a resposta ao cidadão

Assim, dando continuidade ao projeto de modernização administrativa, nomeadamente, à consolidação da transformação digital em curso, indispensável como condição de eficácia do serviço de atendimento, serão (re)definidas metodologias de trabalho e revistos os processos que suportam o tratamento dos pedidos dos munícipes por forma a otimizar a sua análise com base numa efetiva gestão digital, com vista à eliminação de procedimentos desnecessários e à melhoria da eficiência e capacidade da resposta do município.

A centralização dos serviços de atendimento quer presenciais quer remotos, pressupõe também a estruturação e disponibilização de um atendimento multicanal integrado, nomeadamente, os canais presencial, telefónico e online. A agregação das diferentes valências de atendimento, vai permitir igualmente, através da organização transversal dos serviços, otimizar sinergias entre pelouros.

Unidade de Arquivo Geral Municipal

A gestão de informação é um dos pilares da modernização administrativa que impulsionou a organização do Sistema Integrado de Informação de Arquivo e a requalificação de um edifício histórico, o Arquivo Municipal, restituindo-o aos munícipes e a todos os cidadãos como um espaço qualificado de atendimento ao público.



Tendo em conta o enorme volume anual de documentos produzidos pelo Município, em suporte papel e em formato digital, gerir transferências de documentação para avaliar, selecionar, organizar, descrever e dar acesso é, atualmente, uma tarefa hercúlea.

Tendo como missão gerir, organizar, preservar, difundir e dar acesso a toda a informação pública arquivada, aos serviços produtores e aos cidadãos, presencialmente ou em formato digital, definiram-se prioridades e foram planeadas as tarefas estando cientes de que o processo de transformação digital do Arquivo consome tempo e recurso e que muito há para se fazer neste serviço público.

O Arquivo Municipal, no âmbito da sua missão, definiu 3 objetivos estratégicos e assume:

1. Gestão de arquivo: procedimentos, transferências, organização e descrição
2. Gestão documental: avaliação de massas documentais acumuladas
3. Gestão do acesso à informação de arquivo: acesso, difusão, promoção e divulgação da memória organizacional

pelouro
**cultura, educação,
juventude e turismo**

*Aqueles que apenas olham para o passado e para o presente
estão certamente a perder o futuro.*

John F. Kennedy

A atualidade impõe desafios extraordinários à sociedade. A demografia, a recuperação pós-pandemia, a crise energética, a escassez de recursos, as alterações climáticas, a transição para ambientes de aprendizagem autónomos e flexíveis, potenciadores da criatividade, da liderança colaborativa e das competências socio emocionais, são desafios que só poderão ser superados com uma estratégia consistente de médio-longo prazo e investimento claro nos pilares da Cultura e da Educação.

O presente Plano de Atividades e Orçamento 2023 do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo traduz uma abordagem sistémica e integrada das áreas que concorrem para a mitigação e superação dos desafios vigentes com particular alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

A relevância dos ativos culturais geridos diretamente pelo Município de Santa Maria da Feira, nomeadamente, o festival e centro de criação Imaginarius, o Cineteatro António Lamoso (membro da rede de Teatros e Cineteatros Portugueses) e o Programa de Apoio à Cultura, assim como a maturidade e a dimensão particularmente atingida nos últimos 8 anos, justificaram a agregação e a especialização de uma equipa dedicada à Gestão Cultural. Abre-se assim um novo ciclo a partir do qual a Divisão de Gestão Cultural dará prossecução à política cultural municipal, estruturada em quatro linhas de atuação transversais a todos os projetos, a saber: 1. a descentralização e a desconcentração das atividades e projetos culturais no concelho, 2. o desenvolvimento, a capacitação e a mediação de públicos na relação com as artes performativas e com as manifestações culturais populares e contemporâneas nas comunidades, 3. o mapeamento, a capacitação e a implementação do sistema de apoio (financeiro e técnico) ao ecossistema cultural e criativo local, 4. a captação, racionalização e a diversificação de recursos e fontes de financiamento para os projetos estruturantes do município.

A Educação é uma prioridade política enquanto elemento de coesão, equidade social e enquanto espaço de desenvolvimento integral das comunidades e do nosso território. O presente exercício reflete já um conjunto de reestruturações preparadas no início do presente ciclo de governação, num setor que mais do que duplicou ao nível de recursos e atribuições, em virtude do processo de descentralização de competências em Educação.

O foco determinante da Educação Municipal está declarado em 4 eixos: 1. a promoção da criatividade e inovação no nosso território educativo, particularmente ancoradas no STEAM e nos espaços eCri@, 2. a aprendizagem ao longo da vida, para a permanente capacitação e atualização das comunidades e organizações escolares, 3. a melhoria da qualidade da educação e da formação, com especial reforço da orientação vocacional e projeto de diversificação das ofertas qualificantes ancoradas no binómio indústria – criatividade, 4. desenvolvimento sustentável e estilos de vida saudáveis, no

reforço das medidas de apoio à família e de ação escolar, assim como desenho da renaturalização dos espaços de recreio e na literacia alimentar consciente.

No domínio da juventude será dada continuidade aos projetos de promoção da cidadania, voluntariado, educação não formal e mobilidade europeia.

Destacar a implementação da primeira edição do Programa de Apoio e Incentivo Juvenil e o reforço dos projetos que visam a articulação entre a comunidade de jovens, o ensino e o mundo do trabalho. As Bibliotecas reforçam a promoção de projetos itinerantes de apoio às comunidades enquanto centros de acesso descentralizado à informação e à aprendizagem ao longo da vida. A dimensão comunitária é ampliada, particularmente na promoção de clubes informais em diversos centros de interesse das comunidades de públicos.

O domínio do Património Cultural terá, em virtude da descentralização de competências em Cultura, o campo de atuação alargado e reforçado, particularmente na gestão do monumento Nacional Castelo da Feira e sua integração plena no ecossistema cultural e projeto de musealização do Município. No campo dos museus será iniciado o trabalho e definição dos programas base necessários à manutenção e à valorização destes espaços. No que concerne à arqueologia importa sublinhar o objetivo de lançar a empreitada de requalificação e construção do centro interpretativo do Castro de Romariz.

O Turismo, enquanto setor fundamental da economia portuguesa e setor emergente no concelho de Santa Maria da Feira, dará particular atenção e destaque à promoção da marca de prestígio internacional Santa Maria da Feira Cidade Criativa UNESCO na área da Gastronomia. A partir deste elemento autêntico e diferenciador, em articulação com os ativos do património cultural e natural, pretende-se reestruturar os produtos turísticos por forma a aumentar atratividade turística ao longo do ano, aumentar a pernoita e potencial do Concelho da Feira enquanto *city break* de referência na região.

Em suma, tudo o que nos propomos a fazer hoje resulta de um compromisso com as possibilidades de ganhar o futuro.

GESTÃO CULTURAL

As ações da divisão de gestão cultural, contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

03 saúde e qualidade - garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

05 igualdade de género - alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

08 trabalho digno e crescimento económico

09 indústria, inovação e infraestruturas - promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

10 redução das desigualdades - reduzir as desigualdades no interior de países e entre países

11 cidades e comunidades sustentáveis - tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

13 ação climática - adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

16 paz, justiça e instituições eficazes - promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

17 parcerias para a implementação dos objetivos - reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Festa das Fogaceiras

Respeitando a tradição, a memória e a identidade do território, a 20 de janeiro (feriado municipal) celebra-se a Festa das Fogaceiras, um momento de devoção feirense ao Mártir São Sebastião, representando a expressão máxima do capital cultural e simbólico de todo o concelho de Santa Maria da Feira.

Em 2023, a Festa das Fogaceiras para além das cerimónias religiosas e civis do dia 20 de janeiro, contará com uma programação abrangente, de âmbito cultural e recreativo, de forma a ir ao encontro de diversos públicos do território.

O seu programa incluirá: a valorização do património imaterial, perpetuando as tradicionais celebrações; a aposta num projeto de mediação envolvendo a unidade de intervenção socioeducativa, gabinete da juventude e biblioteca municipal; a promoção, junto dos agentes da restauração, da criação de produtos elaborados com a fogaça da feira; a intensificação do diálogo com o património cultural, através do projeto “3 Concertos, 3 Casas”; a manutenção da relação com o associativismo pela realização do Concerto de Encerramento - uma cocriação com as 4 bandas filarmónicas locais e um artista/banda convidado(a).

Atividade(s)/Projeto:	<i>Festa das Fogaceiras</i>
Ações a Desenvolver:	Programa Civil e Religioso: Cortejo / Missa / Procissão; Programação cultural: projeto “3 Concertos, 3 Casas”; concerto de encerramento com as 4 bandas filarmónicas locais; promoção da gastronomia local associada à fogaça, outras atividades; Mediação cultural: trabalho com escolas e outras comunidades;
Público(s) Alvo:	Público geral; Infantil, familiar e jovem
Calendarização:	janeiro

Imaginarius

O Imaginarius afirma-se como um núcleo de produção e circulação cultural estruturado, com enfoque nas artes de rua, no circo contemporâneo e nos cruzamentos disciplinares. Centro de Criação e Festival desenvolvem uma ação conjunta para a aproximação das comunidades, a promoção da criatividade, a geração de novo conhecimento e o fomento de oportunidades de cooperação e mobilidade.

Imaginarius Centro de Criação – ICC

O Imaginarius Centro de Criação (ICC) é um equipamento, que visa impulsionar a dinâmica cultural local, posicionando o Imaginarius como centro produtor de conteúdos. Enquanto instrumento de desenvolvimento, apoia a criação local, promovendo a cooperação entre entidades artísticas, aproxima as comunidades dos processos de criação e gera relações com agentes internacionais que impactem no território.

Com o objetivo de se valorizar os talentos endógenos, irá desenvolver-se um projeto de cooperação com artistas, de projeção nacional e internacional, cujo início da carreira se encontra intimamente ligado às dinâmicas culturais e criativas do Concelho.

Desta forma, pretende-se aprofundar a relação destes agentes com o território, sobretudo ao nível da criação, fortalecendo as conexões existentes e abrindo possibilidades a colaborações futuras, com os equipamentos, no âmbito da curadoria, ou com os artistas emergentes, no âmbito da mentoria.

No panorama nacional, o Centro de Criação pretende expandir a sua forma de atuação, desenvolvendo uma parceria que promova a difusão/mobilidade das criações.

Por sua vez, no contexto articulação com membros parceiros da Circostrada Network, irá desenvolver-se uma parceria de criação/programação internacional a apresentar no Imaginarius.

Neste contexto prevê-se a retoma de projetos de cooperação europeia, candidatando ao apoio da Europa Criativa o projeto Green Streets of Europe, um projeto que visa reforçar a criação e circulação transnacional de obras e artistas europeus, com foco na sustentabilidade das criações/festivais e na promoção da acessibilidade de conteúdos.

Este projeto conta com os seguintes parceiros: Passage Festival (DK), Dunkers Kulturhus (SE), Halmstad International Gattuteaterfestival (SE), Imaginarius (PT), KoresponDance, (CZ), Out There, (UK), Spoffin Festival (NL); Varazdin Tourist Board (CRO).

Programação Imaginarius Centro de Criação	
Atividade(s)/Projeto:	Criação de conteúdos
Ações a Desenvolver:	Residências artísticas de âmbito local, nacional e internacional
Público(s) Alvo:	Artistas locais/nacionais Artistas internacionais
Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	Parcerias



Ações a Desenvolver:	Desenvolver 1 parceria nacional Desenvolver 1 parceria internacional Candidatura Green Streets of Europe
Público(s) Alvo:	Companhias Festivais
Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	Capacitação e Mediação Cultural
Ações a Desenvolver:	Promover ações de mediação decorrentes das residências artísticas Promover ações de formação capacitação
Público(s) Alvo:	Comunidades locais Artistas, associações
Calendarização:	janeiro a dezembro

Imaginarium – Festival Internacional de Teatro de Rua

Reconhecido pela sua longevidade e constante reinvenção através dos tempos, o Imaginarium regressa em 2023 com o tema “O Sonho”. Com a aspiração de retomar a energia mítica deste evento, a programação transportar-nos-á para o lugar fantástico do imaginário coletivo, com uma componente sensorial e/ou imersiva.

Nos segmentos de programação mantêm-se a programação principal, onde se encaixa o grande e médio formato; o apoio à criação e o programa de profissionais. As acessibilidades mantêm o seu destaque no desenho da experiência.

Nesta edição, o programa infantil e a competição internacional para jovens artistas, Mais Imaginarium, são reforçados. No cruzamento com o território, aproveitando a marca de Cidade Criativa Gastronomia Unesco, pretende-se promover projetos que cruzem as artes performativas e a gastronomia, bem como, recuperar a realização do Sabores Imaginarium, em articulação com os parceiros locais.

Programação Imaginarium	
Ações a Desenvolver:	Programação principal
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	maio
Ações a Desenvolver:	Mais Imaginarium
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	maio
Ações a Desenvolver:	Imaginarium infantil
Público(s) Alvo:	Crianças, famílias, escolas
Calendarização:	maio

Ações a Desenvolver:	<i>Apoio à criação</i>
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	maio
Ações a Desenvolver:	<i>Imaginarium Pro</i>
Público(s) Alvo:	Profissionais do setor
Calendarização:	maio
Ações a Desenvolver:	<i>Sabores Imaginarium</i>
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	maio
Ações a Desenvolver:	<i>Imaginarium Acessível</i>
Público(s) Alvo:	Diversidade funcional
Calendarização:	maio

Cineteatro António Lamoso

O Cineteatro António Lamoso (CTAL), emblemático equipamento cultural de Santa Maria da Feira, constitui-se como um espaço de partilha, de reflexão e de encontro entre diferentes identidades e expressões artísticas contemporâneas.

O seu foco estratégico permanece claro: ser um espaço plural, com uma programação regular, diversificada, assente no diálogo entre a tradição e inovação, aberto ao território concelhio e que privilegia a relação com os seus agentes, nomeadamente com o Imaginarium Centro de Criação e First Play. Tais parcerias deverão materializar-se na programação de showcases e *work in progress*, no caso do ICC e na programação de FirstPlay, no À4HÁ.

No âmbito da participação na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), expande a sua ação, abrindo-se à cooperação com o restante território nacional e desenvolvendo uma aproximação aos planos educativos, à transição digital e à conexão com diversas comunidades, através de ferramentas de mediação e inclusão.

O CTAL garante espaço para a oferta formativa no setor da cultura e tem um papel determinante na mediação de diferentes públicos, pela sua agenda de programação, formação, envolvimento e parcerias.

O equipamento mantém uma ação constante e permanente na construção de hábitos de consumo de bens culturais, assim como na construção, captação e fidelização de públicos, assumindo-se como um meio de difusão de novos valores estéticos e culturais para as gerações futuras.

A diversidade, pluralidade de discursos, a capacidade de ser um espaço inclusivo e de aproximação de cidadão vizinhos, fomenta uma coesão estratégica para o território.

Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

Por despacho do Diretor Geral das Artes, foi homologado, em 2022, o apoio entre Direção Geral das Artes e Município de Santa Maria da Feira/ Cineteatro António Lamoso, ao abrigo do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º45/2021, de 7 de junho, que cria e regula o apoio à programação dos teatros e cineteatros que integram a Rede de Teatros e Cineteatro Portugueses (RTCP). Este apoio será efetivado no exercício de programação deste equipamento.

Cineteatro António Lamoso	
Ações	Programação Própria: Programação de auditório, café-concerto (À4HÁ), workshops, oficinas, conversas, exposições Acolhimentos de projetos da comunidade
Público-alvo:	Público geral Infantil / familiar; jovens / adolescentes; adultos; diversidade funcional.
Calendarização:	1.ª temporada – janeiro a maio 2.ª temporada – setembro a novembro

Firstplay

Firstplay é um projeto vocacionado para bandas e projetos musicais emergentes, reforçando a estratégia do Município no apoio à criação de estruturas artísticas. Pretende ser um instrumento de perceção dos mercados e de impulso para a integração das bandas locais em circuitos específicos de programação local e global.

A essência do projeto é partilhar experiências, estabelecer conexões com outros festivais e organizações concelhias ou externas que permitam a prossecução dos objetivos do Firstplay. Contempla, também, o desenvolvimento de ações, em articulação com o gabinete da juventude e o projeto SMF Youth Days.

Atividade(s)/Projeto:	Firstplay
Ações a Desenvolver:	Mapear o setor musical; criar circuitos para programação das bandas locais; estabelecer conexões com outros festivais e organizações
Público(s) Alvo:	Artistas e bandas emergentes
Calendarização:	janeiro a dezembro

Artes em Itinerância

O Artes em Itinerância é um projeto de compromisso com o território que, através da descentralização, pretende estabelecer pontes entre a(s) cultura(s) e as suas gentes, potenciando a participação cultural dos cidadãos. Neste sentido, no que concerne à oferta cultural, em 2023, o Artes em Itinerância, contará com uma programação abrangente, inclusiva e diversificada, que será

desenhada com a participação dos agentes culturais e comunidades locais, com propostas e projetos a serem desenvolvidos, conjuntamente pelos serviços municipais nas áreas da Gestão Cultural, da Educação e da Juventude. Dando continuidade à filosofia de programação do Artes em Itinerância, em 2023, será mantida a colaboração e a articulação com o SMF Youth Days, programando um concerto de grande/médio formato para o público jovem. Em termos de valorização do património histórico, cultural e religioso será dada continuidade ao Ciclo de Órgão de Tubos, a realizar nas igrejas de Nogueira da Regedoura, Mosteirô, Sanguedo, Santa Maria da Feira (Matriz e Misericórdia) e Santa Maria de Lamas.

Também neste contexto, haverá um maior envolvimento do Município na realização da recriação histórica evocativa das Invasões Francesas – Memória ao Massacre de Arrifana de 1809, a ser organizada em parceria com a Junta de Freguesia de Arrifana. A programação será ainda reforçada com projetos culturais e artísticos decorrentes do Programa de Apoio à Cultura (PAC) ou de âmbito nacional e internacional que se enquadre e valorize a mesma.

Atividade(s)/Projeto:	Artes em Itinerância
Ações a Desenvolver:	Fora dos Eixos - Programação diversificada, nomeadamente, nas áreas da música, teatro de rua, circo, marionetas e cinema; Invasões Francesas – Memória ao Massacre de Arrifana 1809; Ciclo de Órgão de Tubos; Projetos artísticos, decorrentes do PAC
Público(s) Alvo:	Público geral; Famílias e jovens
Calendarização:	abril a dezembro

Orquestra Criativa SMF

A Orquestra Criativa SMF é um projeto socio musical comunitário, aberto a todos que dele queiram fazer parte. É uma resposta inovadora, que através da prática musical coletiva, potencia a capacidade individual de cada um, criando a oportunidade de se expressarem e darem o melhor de si mesmos. Um coletivo de grande diversidade social e cultural inclusivo e transformador.

Tornar a música acessível a todos, oferecendo um espaço em que cada um (criança, jovens, pessoas com e sem deficiência, seniores) possa, através de um programa diversificado de atividades formativas e experimentais, com repertório musical inédito, expressar-se e desenvolver o seu potencial artístico, é a principal missão da Orquestra Criativa.

Atividade(s)/Projeto:	Orquestra Criativa Santa Maria da Feira
Ações a desenvolver	Laboratórios e oficinas de criação musical; projetos de exploração de objetos amplificados e de gravação de som subaquático; oficinas criativas



	da Páscoa; concertos singulares; concertos itinerantes e visitas programadas
Público(s) Alvo:	Crianças, jovens, adultos com e sem deficiência e seniores
Calendarização:	janeiro a dezembro

LaB InDança

LaB InDança apresenta-se como um projeto de dança contemporânea inclusiva, que nasce da intenção de constituir um espaço para a oferta de dança a todas as pessoas com e sem deficiência, dando oportunidade a todos os intérpretes de desenvolverem a sua capacidade artística.

Atividade(s)/Projeto:	LaB InDança
Ações a desenvolver	Aulas de dança; residências artísticas; criação e apresentação de espetáculo; visitas orientadas
Público(s) Alvo:	Pessoas com e sem deficiência
Calendarização:	janeiro a dezembro

Programa Paralelo: pluralidade na Cultura

Santa Maria da Feira é um território de grande pulsar cultural e artístico, com experiências artísticas que cruzam o social e as artes. Com as sinergias criadas entre os diferentes agentes que operam no território, profissionais do sector social, cultural, educativo e emprego, pensamos ser de extrema importância pensar sobre a diversidade e a inclusão.

Para o efeito, propomos o mapeamento do território, no qual se identifique os migrantes e refugiados, as suas necessidades culturais por forma a que, em 2024, se efetue uma programação adequada às mesmas.

Atividade(s)/Projeto:	Pluralidade na Cultura
Ações a desenvolver	Sessões de capacitação; mapeamento do território
Público(s) Alvo:	Agentes do território a operar no tecido cultural, educativo, social, económico e político
Calendarização:	novembro a dezembro

Protocolos de Parceria / PAC:

Dando relevância ao trabalho desenvolvido pelos agentes culturais locais, em 2023, serão reforçadas as condições necessárias para a implementação de mecanismos de apoio ao desenvolvimento e implementação de atividades e projetos culturais que se consubstanciem em *“planos de ação de longo prazo para que os cidadãos possam exercer os seus direitos e deveres culturais: valorizando a diversidade cultural; capacitando-os e dando-lhes voz e poder de decisão; envolvendo-os na criação*

de políticas culturais e na programação das organizações culturais; promovendo o acesso e a possibilidade de participação na produção e divulgação cultural; responsabilizando-os pelo horizonte cultural comum” (Carta de Porto Santo – 2021).

Para o efeito, serão estabelecidos mecanismos como Protocolos de Parceria ou apoios financeiros a serem consignados através de candidaturas ao PAC – Programa de Apoio à Cultura.

Protocolos de Parceria (2023/2025)

Num horizonte plurianual até 2025, serão avaliados, mantidos e/ou estabelecidos Protocolos de Parceria com agentes culturais do território, visando a criação artística, produção e programação cultural de atividades e projetos com interesse e relevância cultural, reconhecida pela Direção Geral da Artes / Ministério da Cultura, através de programas governamentais de apoio às Artes e à Cultura, ou ainda, atividades e projetos considerados pertinentes para o desenvolvimento integrado e sustentado do território. Neste âmbito serão considerados os seguintes Protocolos de Parceria:

Atividade(s)/Projeto:	<i>Ballet Contemporâneo do Norte (BCN)</i>
Ações a Desenvolver:	Dança Contemporânea - programação e mediação
Público(s) Alvo:	Público geral; Profissionais, artistas e especialistas; comunidades educativas formais e não formais
Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	<i>Basqueiro – Associação Cultural</i>
Ações a Desenvolver:	Festival Basqueiral (música alternativa), o Basqueirart (arte contemporânea), o Basqueiral júnior (mediação artística), curadorias musicais (indie/alternativo) no CTAL
Público(s) Alvo:	Público geral; profissionais: artistas e especialistas
Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	<i>CiRAC - Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão</i>
Ações a Desenvolver:	FIMUV - Festival Internacional de Música de Paços de Brandão
Público(s) Alvo:	Público geral; profissionais: artistas e especialistas; comunidade escolar (ensino artístico especializado);
Calendarização:	setembro a outubro
Atividade(s)/Projeto:	<i>Casa da Gaia – Argoncilhe</i>
Ações a Desenvolver:	Festival Internacional de Folclore – Danças do Mundo
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	junho a agosto

Atividade(s)/Projeto:	Federação das Coletividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira
Ações a Desenvolver:	Associativismo concelhio / Viagem Medieval
Público(s) Alvo:	Público geral; associações e escolas
Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	Grupo Gólgota
Ações a Desenvolver:	Semana Santa – Santa Maria da Feira
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	março a abril
Atividade(s)/Projeto:	Liga dos Amigos da Feira
Ações a Desenvolver:	Revista Villa da Feira
Público(s) Alvo:	Público geral
Calendarização:	janeiro a dezembro

Programa de Apoio à Cultura – PAC

O PAC - Programa de Apoio à Cultura, procura sistematizar e regulamentar o acesso a um conjunto de medidas de apoio e financiamento aos projetos culturais e artísticos dos agentes culturais locais, independentemente de estarem constituídos como entidades associativas ou artistas independentes. Este programa considera o apoio à Cultura numa perspetiva mais lata e abrangente, contemplando a criação local, as parcerias de programação e difusão, ou ainda os apoios pontuais de procedimento simplificado.

Pretende-se que a partir do PAC – Programa de Apoio à Cultura, possam surgir projetos criativos e inovadores, enquadrados na estratégia de política cultural estabelecida para o território de Santa Maria da Feira, que sejam motivadores da participação cultural dos cidadãos e suas comunidades. No ano de 2023 o PAC – Programa de Apoio à Cultura continuará a ser aplicado, com abertura de candidaturas a todas as medidas de apoio consignadas:

Atividade(s)/Projeto:	Medida 1 – Criação Local: apoio anual para a criação, dinamização e implementação de projetos culturais com impacto no território, promovidos por pessoas coletivas sem fins lucrativos e/ou por pessoas singulares com sede, residência e/ou atuação no território
Ações a Desenvolver:	Subprograma 1.1. - Criação Local - Pessoas coletivas sem fins lucrativos; Subprograma 1.2. - Criação Local - Pessoas singulares
Áreas de Intervenção:	Criação/produção; programação/difusão; edição; formação
Público(s) Alvo:	Entidades sem fins lucrativos: associações culturais, fundações, cooperativas; Pessoas singulares: artistas e criativos independentes;

Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	Medida 2 – Parcerias de Programação: Apoios plurianuais ou anuais a considerar às pessoas coletivas sem fins lucrativos sedeadas no Município, tendo em vista a criação, dinamização e implementação de projetos culturais com especial impacto no território, que se enquadrem no âmbito da política de oferta cultural do Município
Ações a Desenvolver:	Subprograma 2.1. – Parcerias de Programação – Plurianual; Subprograma 2.2. – Parcerias de Programação – Anual;
Áreas de Intervenção:	Festivais, ciclos e/ou concursos nos vários domínios das artes performativas; concursos e/ou prémios literários; festivais, ciclos e/ou mostras de cinema e multimédia; Itinerâncias e exposições de artes plásticas e/ou visuais; atividades de recriação etnográfica e/ou histórica que visem a promoção da identidade cultural da região
Público(s) Alvo:	Entidades sem fins lucrativos: associações culturais, fundações, cooperativas
Calendarização:	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto:	Medida 3 – Apoio às Atividades Pontuais – Procedimento simplificado; apoios anuais, de carácter pontual, em processo simplificado, com valores limites de apoio por entidade (teto máximo), a considerar às pessoas coletivas sem fins lucrativos sedeadas no Município, para atividades pontuais ou regulares

Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

A Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira (AOBSJSMF), ao longo da sua existência tem vindo a assumir-se como um dos projetos culturais mais relevantes e representativos do nosso território e da sua aptidão para a atividade musical. Este projeto é constituído por jovens músicos do concelho e conta, na sua organização e administração, com a parceria das Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, assim como do Conservatório de Música Terras de Santa Maria. Como principais objetivos deste projeto assinala-se a promoção da cultura musical de Santa Maria da Feira, a dignificação do trabalho dos agentes culturais e associativos e, ainda, a promoção das atividades culturais de base associativa.

Reconhecendo o potencial artístico deste projeto cultural de promoção da música, clássica e erudita, foram definidos os principais objetivos da sua atividade, a saber:

- 1 - realizar 7 a 8 atividades anuais (num total de 21 a 24 atividades para o triénio 2023-2025), distribuídos pelas três áreas de atuação da AOBSJSMF;
- 2 – ações que prossigam o desenvolvimento de públicos;
- 3 – programar concertos;



4 – promover atividades pedagógicas que liguem a OBSJSMF e as escolas oficiais de música e bandas filarmónicas do território.

Atividade(s)/Projeto:	<i>Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira</i>
Ações a Desenvolver:	<p>Programação regular da Orquestra e Banda Sinfónica (Grande Concerto de Ano Novo; Concerto de Páscoa; Academia de Verão; Concerto comemorativo do dia mundial da música – Jovem Solista).</p> <p>Criação de novos espetáculos e encomendas de novas obras musicais, criação de conteúdos multimédia para interação com os espetáculos.</p> <p>Ações estratégicas de mediação através dos concertos Sinfonionicos, mas também através dos concertos realizados em zonas públicas e/ou espaços religiosos, mais afastadas do concelho de SMF, assim como, através da educação formal e não formal, realizada nas escolas do 1º e 2º ciclos e escolas oficiais de música.</p> <p>Edição de obras musicais escritas para a AOBJSJSMF.</p> <p>Ações de formação através do aprender/fazer nos ensaios de naipe e tutti de todas as atividades, mas também através da realização de master classes inseridas na Academia de Verão.</p> <p>Residências artísticas (todos os ensaios).</p> <p>Internacionalização através da criação, desenvolvimento e circulação de composições portuguesas, assim como, com o intercâmbio e acolhimento com o maestro internacional convidado inserido na Academia de Verão.</p>
Público(s) Alvo:	<p>Público geral;</p> <p>comunidade escolar (ensino artístico especializado);</p>
Calendarização:	janeiro a dezembro

Divisão de bibliotecas

“The public library, the local gateway to knowledge, provides a basic condition for lifelong learning, independent decision- making and cultural development of the individual and social groups. It underpins healthy knowledge societies through providing access to and enabling the creation and sharing of knowledge of all sorts, including scientific and local knowledge without commercial, technological or legal barriers.”

IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022

A transformação rápida do contexto socioeconómico e cultural, observado no mundo, determina um novo posicionamento das bibliotecas públicas, traduzido no recente Manifesto IFLA/UNESCO 2022 para as bibliotecas públicas.

A biblioteca municipal de Santa Maria da Feira procurou, ao longo da sua existência, uma permanente adaptação a novos contextos pelo que se propõe cumprir o novo Manifesto bem como a promoção dos 17 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, definidos pela IFLA – International Federation Libraries Association, que constituíram a base do mesmo:

04 educação de qualidade - garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

05 igualdade de género - alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

07 energias renováveis e acessíveis - garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

08 trabalho digno e crescimento económico - promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

10 redução das desigualdades - reduzir as desigualdades no interior de países e entre países

11 cidades e comunidades sustentáveis - tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

12 produção e consumo sustentáveis - garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

13 ação climática - adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

16 paz, justiça e instituições eficazes - promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

17 parcerias para a implementação dos objetivos - reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o presente plano de atividades, apesar das obras de requalificação da biblioteca que durarão, previsivelmente, até ao final de março, já materializa esta nova estratégia.

Conscientes de que as bibliotecas são centros de acesso democrático à informação, à cultura, ao pensamento e ao conhecimento e que desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável na sociedade, considerámos elaborar este Plano de Atividades e Orçamento, tendo em conta os seguintes objetivos:

1 – Cumprir as missões da biblioteca pública, inscritas no Manifesto IFLA/UNESCO 2022, que se relacionam com a informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural

Alinhando o nosso plano estratégico com as missões chave estabelecidas no Manifesto IFLA/UNESCO 2022, a biblioteca propõe disponibilizar recursos e serviços em diversos suportes, de

forma a responder às necessidades individuais e/ou coletivas da nossa comunidade que se materializam nas seguintes propostas:

❖ **fornecer acesso à informação e liberdade de ideias, apoiar a educação formal e informal a todos os níveis, bem como a aprendizagem ao longo da vida**

- assegurar a qualidade do fundo documental, através da sua atualização e da representatividade de áreas do conhecimento humano;
- garantir o maior número de documentos disponíveis para empréstimo, em todas as áreas do conhecimento;
- criar o centro de interesse sobre artes de rua e circo, em alinhamento com as atividades promovidas pelo Município, nomeadamente, o Imaginarius;
- prestar serviços de referência pertinentes e de qualidade;
- atualizar equipamentos tecnológicos de acesso à informação.

❖ **proporcionar oportunidades para o desenvolvimento pessoal e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia**

- procurando atender aos seus diferentes públicos, transformando a biblioteca como espaço de socialização, de partilha e de aprendizagem, a biblioteca dinamizará os clubes de tricot, artes decorativas, de estratégia, de costura e de sabores.

Clubes	
Atividade(s)/Projeto(s)	Artes decorativas
Ações a desenvolver	Workshops temáticos, dentro das artes decorativas, onde se dá a conhecer a técnica e se privilegia “faça você mesmo”
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	Mensal, de janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	Tricot
Sinopse	Oficina de aprendizagem de tricot para iniciantes e praticantes.
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	Quinzenal, de janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	Costura
Sinopse	Oficina de aprendizagem de costura para iniciantes.
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	Quinzenal, de maio a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	Sabores



Sinopse	Oficina de sabores no contexto de Santa Maria da Feira - cidade criativa UNESCO-gastronomia e da estratégia de valorização e promoção do património gastronómico do território
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	Mensal, de setembro a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	Estratégia
Sinopse	Encontros de descoberta e aprendizagem de jogos de estratégia de qualidade e de crescente complexidade, proporcionando momentos de diversão e de desafio mental
Público(s)-alvo	Jovens e adultos a partir dos 15 anos
Calendarização	abril a dezembro (5 sessões)

❖ criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde o nascimento até à idade adulta

- desenvolver uma programação acessível, coerente e abrangente, de forma a envolver o público, disseminando projetos de leitura e acesso a bens culturais, desde a pequena infância até à idade maior, na biblioteca e por todo o concelho (escolas, IPSS e polos).

Promoção da leitura	
Atividade(s)/Projeto(s)	À descoberta da biblioteca – visitas educativas
Sinopse	Visitas guiadas à biblioteca, para quem tem curiosidade de conhecer a CASA onde moram os livros
Público(s)-alvo	Público escolar
Calendarização	abril a dezembro (5 a 10 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	Nascido para ler
Sinopse	Hora do conto destinada e adaptada a bebés
Público(s)-alvo	Famílias com crianças dos 6 aos 36 meses
Calendarização	abril a dezembro (4 a 6 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	Estafeta de contos: conto com(tigo)
Sinopse	Contadores andarilhos difundem estórias e contos, partindo da biblioteca municipal e percorrendo todas as bibliotecas escolares do concelho.
Público(s)-alvo	Público escolar
Calendarização	janeiro a junho
Atividade(s)/Projeto(s)	Contos sobre rodas



Sinopse	Os contadores de histórias vão à boleia no bibliobus à procura de quem se queira avizinhar. Em cada paragem, abrem um livro e tentam cativar quem, por bem, empresta um ouvido amigo para escutar.
Público(s)-alvo	Crianças das creches e jardins de infância das IPSS
Calendarização	janeiro a dezembro (20 a 30 ações)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Histórias de matusalém</i>
Sinopse	Há histórias do arco da velha que atravessam gerações, passam de boca em boca e não se perdem com o tempo, apenas se transformam. Com este projeto pretende-se, experimentar, relembrar e animar momentos de partilha dos contos à lareira ou na eira, mas com um toque contemporâneo
Público(s)-alvo	Seniores em contexto de Lar e Centro de Dia
Calendarização	janeiro a dezembro (15 a 20 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Ler o mundo com outros olhos</i>
Sinopse	A leitura é uma capacidade natural de todas as pessoas, independentemente das suas dificuldades. Podemos não conseguir juntar letras, ler palavras e construir frases, mas interpretamos o que vemos, lemos o mundo à nossa volta e sentimos as coisas de forma diferente porque somos únicos. Esta atividade pretende capacitar os participantes para as mais diversas formas de leitura e expressão artística.
Público(s)-alvo	Jovens e adultos com necessidades educativas especiais
Calendarização	janeiro a dezembro (8 a 12 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Contas com o conto</i>
Sinopse	Os polos de leitura existem para aproximarem a leitura à comunidade. Os livros que se escondem nestas estantes são tesouros a descobrir e basta saber como os procurar. O desafio é explorar e sair do polo com um livro na mão.
Público(s)-alvo	Crianças de jardins de infância e 1º ciclo.
Calendarização	janeiro a dezembro (15 a 20 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Semana da leitura</i>
Sinopse	Munidos com os melhores livros, as histórias mais surpreendentes e os objetos mais singulares, iremos visitar quem nos quer receber e partilhar o gosto pela leitura.
Público(s)-alvo	Público escolar
Calendarização	março (5 a 10 sessões)



Atividade(s)/Projeto(s)	Comunidade de leitores para jovens
Sinopse	Apresentamos os livros mais extraordinários, ao público mais exigente e esperamos uma opinião sincera, sem filtros. Apresentações flash onde o tempo é precioso e a oferta apetecível
Público(s)-alvo	Alunos das secundárias
Calendarização	janeiro a dezembro (12 a 14 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	Encerramento da XI estafeta de contos: Conto com(tigo)
Sinopse	No âmbito do encerramento da estafeta de contos, a biblioteca brinda os seus leitores com um espetáculo de narração oral.
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	maio a junho (1 sessão)
Atividade(s)/Projeto(s)	A ler...
Ações a desenvolver	Encontros com escritores a realizar na biblioteca e polo de Souto.
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	Clube de leitura
Sinopse	No âmbito da promoção da leitura, a biblioteca promove encontros com livros e com leitura, dinamizado pela Dra. Rute Cerqueira.
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	janeiro a dezembro

Promoção da leitura - formação	
Atividade(s)/Projeto(s)	Ação de formação
Ações a desenvolver	Proporcionar o contato com os melhores promotores de leitura e contadores de histórias do país.
Público(s)-alvo	ASC/ Professores bibliotecários / Público geral
Calendarização	abril a dezembro (1 ação)
Atividade(s)/Projeto(s)	Clubes de leitura para pais
Sinopse	Encontros orientados para exploração de livros e leituras, com objetivo de promover os hábitos de leitura em família.
Público(s)-alvo	Pais e educadores
Calendarização	Mensal, de maio a dezembro

❖ **facilitar o desenvolvimento de competências de alfabetização mediática e informacional e a alfabetização digital para pessoas de todas as idades**

- promover um clube de literacia digital, onde jovens e adultos poderão aprender e desenvolver competências no uso das tecnologias;

- acolher e apoiar, logisticamente, os participantes no programa e-mili@, na biblioteca e polos. Este programa destina-se a todos os adultos com idade igual ou superior a 60 anos, residentes no concelho de Santa Maria da Feira, que pretendam aprender ou saber mais sobre as novas tecnologias e o uso da Internet.

❖ **fornecer serviços à comunidade, pessoalmente e remotamente, por meio de tecnologias digitais, de forma a garantir o acesso à informação, às coleções e ao conhecimento, reconhecendo o papel da biblioteca no centro do tecido social**

- alargamento da área de ação dos projetos de itinerância, através do Bibliobus, LEL – Leituras em Linha.

Itinerâncias - bibliobus	
Atividade(s)/Projeto(s)	Visita a IPSS do Município
Ações a desenvolver	Promoção e divulgação do livro e da leitura, disponibilizando literatura, cinema, música
Público(s)-alvo	45 IPSS do Município (pessoas maiores, crianças e técnicos)
Calendarização	Visitas mensais de janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	Leitura em espaço público
Sinopse	Promoção e divulgação do livro e da leitura, disponibilizando literatura, cinema, música e internet.
Público(s)-alvo	Municípios das freguesias de Canedo, Vila Maior, Lobão e S. João de Ver
Calendarização	Visitas quinzenais de janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto(s)	A Biblioteca vai à praia
Sinopse	Promover o acesso ao livro e à leitura, num espaço lúdico e de lazer. Disponibilizar livros, sugestões de leitura, consulta de revistas e jornais e dinamizar atividades lúdicas e pedagógicas
Público(s)-alvo	Utilizadores da Praia Fluvial da Mãoa
Calendarização	julho e agosto

Itinerâncias LEL – Leituras em linha	
Atividade(s)/Projeto(s)	Leituras em linha
Ações a desenvolver	Promoção e divulgação do livro e da leitura, disponibilizando literatura, cinema, música, internet e acesso a pagamentos de serviços
Público(s)-alvo	Funcionários de unidades fabris do Município

Calendarização

Visitas mensais, em horário de almoço, de janeiro a dezembro

- disponibilizar a base de dados científica EBSCO, bem como, disponibilizar o serviço EDS – EBSCO Discovery Service, acessível a todos os leitores inscritos na biblioteca municipal;
- manter acessível o Press Reader, plataforma mundial de jornais e revistas, disponível a todos os leitores inscritos na biblioteca municipal;
- reforçar o papel dos polos, em contexto local e na rede de leitura pública, atualizando os seus espaços e conteúdos e dinamizando atividades regulares.

❖ preservação e acesso a dados, conhecimento e património local

- preservar o fundo da história local;
- tratar, digitalizar e disponibilizar documentos da história local (jornais, monografias e material gráfico);
- promover atividades de promoção da leitura e de valorização da história e do património local.

Projetos em rede	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>A menina de papel em parceria com o Museu do Papel</i>
Ações a desenvolver	A menina de papel anda a percorrer as escolas à procura de quem a queira escutar, saber de onde vem, de que material é feita e o que ela é capaz de fazer...queres conhecê-la?
Público(s)-alvo	Alunos do 1º ano
Calendarização	janeiro a dezembro (12 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Fogaceiras</i>
Ações a desenvolver	Ações de promoção de história local, no contexto das fogaceiras, a desenvolver com a unidade socioeducativa, da divisão de educação e juventude.
Público(s)-alvo	Público escolar
Calendarização	janeiro

❖ fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural

- criar núcleos de interesse que respondam às necessidades das comunidades imigrantes e de refugiados, presentes no território.

❖ promover a preservação e o acesso significativo às expressões culturais e ao património, valorização das artes, acesso ao conhecimento científico, pesquisa e inovação

- promover exposições de artes plásticas;



Exposições de artes plásticas	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>José Augusto Castro, Diana Costa, O ofício da solitude e Free your art</i>
Ações a desenvolver	A arte sempre esteve presente nesta biblioteca. No sentido de aproximar os leitores da arte, de a tornar mais acessível, democrática e de inspirar novas leituras e descobertas, a biblioteca organiza exposições de arte contemporânea e ações de mediação que interliguem o público, o objeto artístico e os artistas.
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	abril a dezembro

- promover e apoiar atividades culturais, para todo o tipo de públicos, através de programação própria, integrada na ação cultural do Município ou de agentes culturais locais;

Atividades culturais	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Espetáculos de teatro, música e dança</i>
Sinopse	A biblioteca promove durante o ano espetáculos das mais diversas expressões artísticas como complemento à sua programação interna. Para festejar a Língua, a Leitura e os Livros, realizar-se-ão diversas iniciativas dirigidas a toda a comunidade
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	abril a dezembro (10 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Oficina de artes plásticas</i>
Sinopse	Exploração de técnicas usadas pelos grandes artistas, fazendo arte à nossa maneira. Usar uma tesoura em vez de um lápis, ficar fascinado por uma forma ou fazer um exercício divertido que leva a imaginação a um sítio desconhecido. A criatividade exige coragem.
Público(s)-alvo	Crianças e famílias
Calendarização	abril a dezembro (20 a 24 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Oficina de jogos de tabuleiro</i>
Sinopse	Os jogos de tabuleiro modernos ou de autor, distinguem-se dos clássicos, globalmente disponíveis no mercado, por proporcionarem maior profundidade estratégica, um espaço de decisão tática mais amplo, novas formas de interação entre jogadores, e por se basearem em mecânicas de jogo criativas e inovadoras.
Público(s)-alvo	Jovens e famílias com crianças a partir dos 8 anos

Calendarização	abril a dezembro (3 sessões)
----------------	------------------------------

- acolher e apoiar atividades externas no âmbito cultural, recreativo, cívico, científico ou outros;
- programar cinema para famílias, jovens, adultos e idade maior.

Cinema	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Projeção de cinema</i>
Ações a desenvolver	Projeção de filmes atuais e de qualidade
Público(s)-alvo	Público geral
Calendarização	abril a dezembro (29 sessões)

❖ **prestação de serviços de informação adequados a empresas, associações e grupos de interesse local**

- serviço de apoio às bibliotecas escolares – SABE, da biblioteca municipal, pretende reforçar a relação cooperativa com a Rede de Bibliotecas Escolares, de forma a consolidar o trabalho normalizado em rede para melhor servir a comunidade.

CNL - Concurso Nacional de Leitura	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>CNL – fase municipal</i>
Ações a desenvolver	No contexto da relação cooperativa com as bibliotecas escolares e com os agrupamentos de escolas, a biblioteca municipal é responsável pela organização da Fase Municipal, do Concurso Nacional de Leitura, que visa apurar os alunos vencedores, em cada nível de ensino, para a fase seguinte, a Intermunicipal. Prova escrita e prova oral de palco.
Público(s)-alvo	Alunos do 1.º, 2.º, 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário de escolas públicas e privadas inscritas no sistema de informação do Plano Nacional de Leitura - SIPNL
Calendarização	janeiro a março

2 - Promover a implementação da Agenda 2030, da ONU e divulgar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que através do acesso público à informação relevante e no tempo certo, as pessoas poderão tomar decisões conscientes e sustentáveis que podem melhorar as suas vidas

- criar uma mostra documental inspirada nos 17 ODS para transformar o mundo, com base no documento: “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”;

- dinamizar projeto de sensibilização da importância da igualdade e empoderamento das mulheres e a pertinência de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 - ODS	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Um quarto só meu de Vera Alvelos</i>
Sinopse	Um quarto só meu é um projeto que junta as artes plásticas e a literatura. Esta exposição pretende explorar, de forma intimista, os mundos femininos da literatura, dar luz a cada personagem, dedicando-lhe um espaço só seu, onde brilha e é o centro da nossa atenção.
Público(s)-alvo	Crianças a partir do 7º ano
Calendarização	novembro (20 sessões)
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>ODS – Sustentabilidade e bom senso</i>
Sinopse	Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável são uma lista de tarefas para a humanidade alcançar um planeta sustentável e um futuro melhor. Neste sentido, o núcleo pedagógico da biblioteca realizará visitas mensais a oito turmas dos vários agrupamentos do concelho, com propostas de atividades de promoção de leitura, sobre este tema, de forma a sensibilizar e acima de tudo, disseminar ações na escola, em casa, na comunidade. No final do projeto, todas as escolas são convidadas a assistir a um espetáculo na biblioteca, sob a temática das ODS.
Público(s)-alvo	Alunos do 4º, 5º e 6º ano
Calendarização	Ao longo do ano letivo

3 - Garantir a prestação de serviços de qualidade à comunidade

- manter o Certificado de Qualidade ISO EN 9000:2015;
- manter o objetivo definido para a taxa de satisfação média geral do utilizador, de, no mínimo, 90%, aferida a partir de inquéritos aplicados em atividades do NP, de eventos, do NPS – Net Promoter Score, ao Serviço de Referência, do Inquérito Anual de Satisfação do Utilizador e do Happy or Not;
- assegurar a qualidade do fundo documental, através da sua atualização e da representatividade do conhecimento humano.

Divisão de Museus, Património Cultural e Turismo

As ações da divisão de museus, património cultural e turismo contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

04 educação de qualidade -Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

05 igualdade de género - alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

08 trabalho digno e crescimento económico- promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

10 reduzir as desigualdades - reduzir as desigualdades no interior de países e entre países

11 cidades e comunidades sustentáveis - tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

16 paz, justiça e instituições eficazes - promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

17 parcerias para a implementação dos objetivos - reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A salvaguarda e divulgação da herança cultural e patrimonial das nossas gentes e do nosso território, o incentivo ao sentido de pertença e a memória coletiva são os principais motores de dinamização dos espaços museológicos municipais, que têm por missão o estudo, a preservação e a conservação do património, da cultura material e imaterial, fomentando o aumento da fruição cultural da região, alinhados na visão estratégica do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo (PCEJT).

I. Rede Municipal de Museus

Os museus assumem-se como centros ativos de divulgação cultural e patrimonial e, neste sentido, assumem-se como proporcionadores de uma oferta cultural diversificada, facilitando o acesso público à educação, à formação e à aprendizagem ao longo da vida, de forma inclusiva procurando que todos tenham as mesmas oportunidades de fruição da cultura e do património.

Para o efeito, promoveremos seguintes ações:

1. Projetos em Rede

Dar continuidade nas parcerias e na sua realização dos projetos em Rede, dada a grande aceitação e procura destas ações educativas por parte dos públicos:

Projetos em rede



Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Do Papel à Escrita (MCL/MP)</i> <i>A Menina de Papel (MP/BM)</i> <i>Pássaros de papel. Papel com penas (MP/ZOO Lourosa)</i> <i>A castanha é de quem a apanha – S. Martinho (MP + ML)</i>
Ações a desenvolver	Oficinas pedagógicas nos museus Oficinas pedagógicas nas escolas, IPSS, centros de dia; (MCL/MP)
Público(s)-alvo	Comunidade escolar: do pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico; Comunidade sénior e famílias
Calendarização	janeiro a dezembro

Adesão a iniciativas culturais de âmbito nacional e internacional	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Museum Selfie Day (19 de janeiro)</i> <i>Dia Internacional de Monumentos e Sítios (18 de abril)</i> <i>Dia Internacional dos Museus (18 de maio)</i> <i>La Nuit des Musées (sábado maio)</i> <i>Jornadas Europeias da Arqueologia (junho)</i> <i>Jornadas Europeias do Património (setembro)</i> <i>Dia Internacional do Turismo (27 de setembro)</i>
Ações a desenvolver	Visitas guiadas Oficinas pedagógicas Pequenas performances
Público(s)-alvo	Público em geral Comunidade escolar Comunidade sénior e famílias
Calendarização	janeiro, abril, maio, setembro

2. Criação de produtos de Loja

A criação de merchandising e a sua consequente venda ao público, é um bom veículo de promoção e divulgação dos equipamentos e consequentemente, da própria região. Deste modo, os museus devem disponibilizar diversos artigos para venda, inspirados nas suas coleções e no património local, proporcionando a compra de uma referência/recordação da sua visita a estes espaços e ao nosso território.

II. Museu Convento dos Loios

1. Exposições Temporárias

As exposições são um meio privilegiado de mediação cultural e constituem uma atividade central de qualquer museu, na medida em que elas transmitem ideias, criam conhecimentos e novas interpretações do património cultural de uma comunidade.

Exposições temporárias	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>No tempo dos Deuses e dos Heróis. Coleções de vasos gregos no Norte de Portugal</i>
Ações a desenvolver	Exposição de âmbito nacional Parcerias com colecionadores privados e museus nacionais Projeto da autoria do Arquiteto Alvaro Siza Vieira
Público(s)-alvo	Público em geral Comunidade científica Museus parceiros Colecionadores Embaixada Grega em Portugal Comunidade sénior e famílias Público com necessidades especiais Comunidade escolar de todos níveis de ensino
Calendarização	maio a dezembro

2. Programação de Mediação Cultural

Os projetos educativos e as oficinas pedagógicas constituem-se como importantes instrumentos de divulgação das coleções e do edifício do Museu, dos sítios arqueológicos e de todo património cultural, material e imaterial, identificado no território.

Os projetos de mediação cultural do MCL vão contribuir para a interpretação e a apropriação do património.

Oficinas Pedagógicas anuais	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Cores & Artes</i> <i>Uma Aventura na Cortiça</i> <i>Era uma vez... um guerreiro</i> <i>A história da tua terra</i> <i>Domingo de Família</i>
Ações a desenvolver	Visita ao núcleo temático Oficina pedagógica
Público(s)-alvo	Público em geral Comunidade escolar: pré-escolar até ao 3º Ciclo do Ensino Básico



	Comunidade sénior e famílias Público com necessidades especiais
Calendarização	Domingo da Família – semestral janeiro a dezembro

Oficinas Pedagógicas temáticas	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>Cumprindo a Tradição</i> <i>Dedos que contam histórias</i> <i>Azulejos: Fragmentos de memórias</i> <i>Scriptorium</i> <i>Brasão de Família</i> <i>Memórias cerâmicas</i>
Ações a desenvolver	Oficina pedagógica
Público(s)-alvo	Público em Geral Famílias; público sénior Público com necessidades especiais Comunidade escolar: Pré-escolar até ao 3º Ciclo do Ensino Básico
Calendarização	janeiro a dezembro

Oficinas sazonais	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>É Páscoa no Museu</i> <i>É Verão no Museu</i> <i>É Natal no Museu</i>
Ações a desenvolver	Visita efetuada com base no tema tratado Oficina pedagógica
Público(s)-alvo	Comunidade: ATL e centros de estudo; Comunidade sénior e famílias Público com necessidades especiais
Calendarização	Férias escolares da Páscoa e do Natal Férias de Verão

2.1. Projetos Educativos em contexto escolar

A cooperação entre o MCL e as Escolas Básicas do Concelho é realizada através da partilha de conhecimentos com objetivos precisos: despertar a atenção para o Património Cultural no seu todo, seja material ou imaterial, arqueológico, histórico ou outro, tendo como principal foco a sensibilização das crianças e jovens para a importância da preservação e salvaguarda de um património que é de todos nós.



Projetos educativos	
Atividade(s)/Projeto(s)	Clube dos Arqueólogos Descobrir Artes e Ofícios
Ações a desenvolver	Oficinas pedagógicas no Museu e nas escolas; Sessões nas escolas; Sessões de partilha no museu Visita aos sítios arqueológicos: Castro de Romariz, Castelo da Feira
Público(s)-alvo	Público escolar: 5º, 6º e 7º anos, do 2º Ciclo do Ensino Básico 3º e 4º anos, do 1º Ciclo do Ensino Básico Secundário e cursos profissionais
Calendarização	ano letivo 2022/2023

III. Museu do Papel Terras de Santa Maria

1. Exposição de longa duração

O Museu do Papel, pela sua especificidade, deve não só ser um museu vivo, com demonstração de fabrico de papel, mas também ser um espaço onde se possa descobrir tudo o que está relacionado com o papel.

Neste contexto, serão iniciados, em 2023, os trabalhos necessários para a criação de uma nova exposição - Marcas de água em papel de escrita.

2. Exposições Temporárias

A realização de exposições temporárias incentiva o público a voltar ao Museu e a produzir novos públicos. Pretende-se promover trabalhos temáticos que são desenvolvidos pela comunidade escolar, obras de vários artistas e artesãos que têm por base do seu trabalho o papel, o cartão e afins.

Exposições Temporárias	
Atividade(s)/Projeto	Residência artística + exposição
Ações a Desenvolver:	Residência artística + exposição temporária Parceria: Museu Moli Paperer - Capellades
Público(s) Alvo:	Público em geral Famílias Grupos escolares Público com necessidades especiais
Calendarização	outubro



Atividade(s)/Projeto	<i>Fábrica de cartão e embalagem</i>
Ações a Desenvolver	Exposição Parceria: Papeleira Coreboard, S. Paio de Oleiros
Público(s) Alvo	Público em geral Famílias Grupos escolares Público com necessidades especiais
Calendarização:	abril
Atividade(s)/Projeto	<i>Paços de Brandão - Escolas</i>
Ações a Desenvolver:	Exposições Parceria: Agrupamento escolas Paços de Brandão.
Público(s) Alvo	Público escolar Famílias
Calendarização:	junho a dezembro

3. Mediação Cultural e Educativa

Inspiradas na exposição permanente do museu, estas atividades complementam os conhecimentos adquiridos em contexto de sala de aula, quando direcionados para a comunidade escolar. A oferta diversificada permite abranger os diferentes graus de ensino e pode ser adaptada a outros públicos.

Oficinas Anuais	
Atividade(s)/Projeto	<i>O Engenho da Lourença</i> <i>A Reciclagem do Papel</i> <i>O Cartucho de Mercearia</i> <i>Origami/Kirigami</i>
Ações a Desenvolver	Visita ao núcleo temático Oficina pedagógica
Público(s) Alvo	Grupos escolares: pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Público com necessidades especiais Sénior Famílias
Calendarização	janeiro a dezembro

Oficinas temáticas	
Atividade(s)/Projeto(s)	<i>O papel e as 4 estações</i> <i>Papeleiro por um dia</i>
Ações a desenvolver	Visita ao museu



	Oficina pedagógica
Público(s)-alvo	Público em geral, Famílias
Calendarização	janeiro a junho/outubro a dezembro (1 sábado por mês)

Oficinas sazonais	
Atividade(s)/Projeto	<i>Carnaval de Papel</i> <i>Páscoa de Papel</i> <i>Natal de Papel</i> <i>Moinho de papel</i>
Ações a Desenvolver	Oficina pedagógica
Público(s) Alvo	Público em geral, Grupos escolares: pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico; Famílias; Público com necessidades específicas Sénior
Calendarização	fevereiro, abril, novembro/dezembro julho/agosto (Viagem Medieval)

3.1. Projetos Educativos em contexto escolar

A realização de oficinas e outras atividades pedagógicas em contexto escolar pressupõe a partilha de conhecimentos, criando tutoriais e possibilitando visitas especializadas aos diferentes núcleos expositivos, de acordo com as sugestões dos docentes.

Projeto Educativo	
Atividade(s)/Projeto	<i>Maleta Pedagógica</i>
Ações a Desenvolver	Oficina pedagógica
Público(s) Alvo	IPSS e escolas
Calendarização	janeiro a dezembro

4. Museu do Papel – um museu vivo

O Museu do Papel desenvolverá um conjunto de atividades associadas à indústria papelreira e ao saber-fazer. O principal objetivo é o registo de memórias e vivências das práticas quotidianas na indústria papelreira e a descoberta do museu.

Projetos em comunidade	
Atividade(s)/Projeto	<i>À 5ª na Fábrica</i>



Ações a Desenvolver	Visita orientada ao fabrico industrial com as máquinas em funcionamento.
Público(s) Alvo:	Público em geral.
Calendarização:	janeiro a julho; setembro a novembro
Atividade(s)/Projeto	<i>Ao Som do Rio Maior</i>
Ações a Desenvolver:	Visita orientada aos diferentes espaços do museu e sua envolvente, salientando a presença e a importância do rio, complementada com outras atividades
Público(s) Alvo:	Comunidade e público em geral
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade(s)/Projeto	<i>Turno da Noite</i>
Ações a Desenvolver:	Visitas guiadas, espetáculos, oficinas
Público(s) Alvo:	Público em geral
Calendarização	maio
Atividade(s)/Projeto	<i>Semana Aberta 22º Aniversário MP</i>
Ações a Desenvolver	Visitas orientadas; oficinas; exposição
Público(s) Alvo	Público em geral
Calendarização	24 a 29 de outubro
Atividade(s)/Projeto	<i>Conhece o museu de olhos fechados?</i>
Ações a Desenvolver	Visita orientada aos diferentes espaços do museu, com áudio descrição. Disponibilização de réplicas das máquinas para tatear.
Público(s) Alvo	Público em geral; Público com necessidades específicas
Calendarização	janeiro a dezembro

IV. Património Cultural Material e Imaterial

1. Património Arqueológico

1.1. Castro de Romariz

O Castro de Romariz é um povoado fortificado datado do século V a.C. com níveis de ocupação até ao século I d.C.

Os trabalhos arqueológicos aqui realizados permitiram identificar as diversas fases de ocupação proto-histórica e romana deste povoado.

O seu espólio é constituído por numerosas espécies de cerâmicas, vidros, metais, moedas e epígrafes, destacando-se um expressivo conjunto de cerâmica indígena, púnica, grega e romana e dois tesouros monetários, indicador da ergologia indígena, dos intercâmbios regionais e de longa distância que referenciam a riqueza do quadro cronológico e cultural do povoado, permitindo reconhecer a sua importância no contexto da cultura castreja do Noroeste Peninsular.

Pela sua importância, será criado um centro interpretativo, proceder-se-á aos arranjos exteriores e será definida uma sinalética do sítio arqueológico de Romariz.

O projeto encontra-se numa fase adiantada, prevendo-se a adjudicação da obra, no próximo ano. Entretanto, continuar-se-á a consolidar as estruturas pétreas e a limpeza do povoado.

Através de um protocolo de voluntariado celebrado entre o Município e a Voltado a Poente- Associação Cultural (a mesma associação que, no contexto da medida 2 do Programa de Apoio à Cultura, realiza, anualmente a atividade Regresso às Origens, um evento de recriação histórica das vivências e aventuras do povo que habitou o Castro de Romariz) serão articuladas e maximizadas as visitas guiadas ao Castro.

1.2. Rede de Castros do Noroeste

A Rede de Castros do Noroeste, constituída por 13 entidades e na qual se integra o Castro de Romariz, tem como objetivo global atuar nos eixos da divulgação e da promoção do conjunto dos sítios arqueológicos que representam, pelo que está previsto um projeto de divulgação de toda a Rede, que inclui folhetos, brochuras, sítio e outro tipo de ações de informação e de divulgação.

2. Castelo de Santa Maria da Feira

No contexto do processo de transferência de competências do Estado para o Município, na área da Cultura, a gestão do Castelo de Santa Maria da Feira – Monumento Nacional, será da responsabilidade do Município pelo que será implementado um novo modelo de gestão e um protocolo de parceria com a Comissão de Vigilância do Castelo.

Entretanto, será necessário prosseguir as intervenções de requalificação de alguns espaços deste monumento nacional pelo que se irá fazer um estudo prévio, definir as necessidades e elaborar um programa-base.

Para além do mais, pretende-se promover ações de capacitação dos recursos humanos e desenvolver/acolher atividades que constituam elementos de atratividade e promoção deste monumento.

3. Património Imaterial

Proteger o património imaterial é reconhecer que as tradições, usos e costumes também fazem parte da cultura e história das nossas gentes. A salvaguarda desse património, desde as artes e ofícios, tradições festivas e orais, o vestir e o trajar, é relevante para o território e as suas comunidades. Neste contexto, dar-se-á continuidade ao trabalho de inventariação e classificação dos bens móveis concelhios de acordo com a metodologia estabelecida pela Direção Geral do Património Cultural.

Turismo

As ações da divisão de Museus, Património Cultural e Turismo, materializadas pelo gabinete de turismo (GT), contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

03 saúde de qualidade - garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

08 trabalho digno e crescimento económico - promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

11 cidades e comunidades sustentáveis - tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

12 produção e consumo sustentáveis - garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

16 paz, justiça e instituições eficazes - promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

17 parcerias para a implementação dos objetivos - reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Passados mais de dois anos desde o início da pandemia de COVID-19, muitas coisas mudaram no turismo, menos a vontade de voltar a fazer deste setor a locomotiva de crescimento dos destinos. Os dados estatísticos mais recentes mostram que 2022 está a ser o ano da retoma, podendo-se ultrapassar os valores de 2019. Ou seja, mostram que o turismo, como setor de atividade, conseguirá resistir e continuar ainda mais forte em 2023, para de novo ocupar o seu lugar na dinâmica de recuperação dos países, onde Portugal e Santa Maria da Feira têm, com certeza, um papel relevante.

No próximo ano turístico, devemos procurar que as nossas ações sejam, cada vez mais, impactantes na economia local.

A taxa de sazonalidade deverá ser mitigada através de ações que garantam que os fluxos turísticos sejam mais homogéneos ao longo do ano e distribuídos por todo o território.

Para se prosseguirem estas metas é necessário aplicar um novo modelo de crescimento turístico, em que os destinos estão grandemente comprometidos com a sustentabilidade, a coesão territorial e social, a inovação, o empreendedorismo, a tecnologia e com a valorização das pessoas e suas experiências turísticas.

Neste contexto, a estratégia turística de Santa Maria da Feira continuará estruturada em produtos turísticos que, pela sua própria essência, características e capacidade de atração de segmentos turísticos de proximidade e de cariz familiar, serão os mais adequados para os tempos que vivemos, nomeadamente o Turismo Gastronómico, Turismo Religioso, Turismo de Natureza, Turismo Acessível, Turismo Industrial e o Turismo Militar.

Conscientes desta nova realidade, o Município de Santa Maria da Feira continuará a fazer uma forte aposta na Gastronomia enquanto elemento central e estruturante na promoção do destino; na criação de postos de trabalho; na potenciação da requalificação do património; na animação e segurança dos espaços públicos e na potenciação da cadeia de valor económica e criativa, dando seguimento à materialização das ações, de âmbito nacional e internacional, inerentes à designação de cidade criativa da gastronomia, da UNESCO.

Construir com a comunidade feirense um Plano Estratégico para o Turismo de Santa Maria da Feira 2030, diminuir a sazonalidade turística e aumentar a pernoita são os principais objetivos para 2023 e anos seguintes.

1. Turismo Gastronómico

A gastronomia desempenha um papel cada vez mais relevante na atratividade do destino turístico sendo uma das componentes mais valorizadas da oferta turística.

O Município pretende dar continuidade à sua aposta estrutural neste produto turístico, de forma a projetar a sua gastronomia tradicional, com especial destaque na doçaria, regueifa doce e na Fogaça da Feira - IGP mas, também, com uma forte ênfase na criatividade, inovação e qualidade, utilizando, preferencialmente, os produtos autóctones, endógenos e distintivos feirenses.

Em 2023, continuaremos a desenvolver o plano de ação elencado na candidatura à rede de cidades criativas, com um incremento de projetos, de âmbito local, nacional e internacional, que cruzem a gastronomia e a cultura, de forma a criar um produto que permita uma inovadora experiência turística.

a). Ações de âmbito local, nacional e internacional

Programa de comida saudável e sustentável

Reeducar para o consumo consciente (cultivo sustentável, local, sazonal, diversidade alimentar, saúde e doenças nutricionais) com vista à promoção de hábitos alimentares saudáveis, com particular enfoque na comunidade escolar, é o objetivo desta ação.

Esta ação teve início em 2022 e as suas atividades terão continuidade até 2025.

Hub do PG: Investigação, Salvaguarda, Proteção e Transmissão de Património Gastronómico

Com este projeto pretende-se mapear o património gastronómico; desenvolver uma ferramenta inovadora de classificação nutricional do Património Gastronómico; desenvolver iguarias de produção local; promover ações de formação e capacitação específicas e continuar a incentivar os agentes associados à gastronomia, a criarem novos produtos gastronómicos.

Filme documental sobre o Pão Doce de Santa Maria da Feira

Pretende-se cruzar a gastronomia com o cinema e criar uma obra que aborde a importância do pão nas culturas, divulgue e contextualize a narrativa em torno da identidade do Pão Doce de Santa Maria da Feira, nas práticas sociais.

Difundir o pão como identidade, símbolo e valor de um povo – o povo feirense, é uma ação que se iniciará no próximo ano, mas que só terá visibilidade em 2024.

TemperART

Para se iniciar este projeto, será criada uma call internacional, para residências artísticas que visam criar oportunidades destinadas a agentes culturais e criativos da UCCN para que desenvolvam projetos que agreguem valor ao Património Gastronómico - PG de Santa Maria da Feira e das cidades da UCCN, cruzando o PG com os 6 domínios artísticos da rede, a saber: cinema, literatura, cultura popular e artesanato; música; media arts, design e, associando-se à marca do território, às artes performativas.

Paralelamente a estas ações (nacionais e internacionais) serão desenvolvidas as áreas da comunicação, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto.

Esta call terá início em 2023 e acontecerá até 2025.

Projeto intercluster

Reforçando, também a necessidade de se fazer um cruzamento entre a gastronomia e a cultura popular, nomeadamente o artesanato, pretende-se promover um protocolo com duas cidades da rede, Barcelos e Caldas da Rainha, de forma a realizar, em 2024, uma exposição, em Santa Maria da Feira, em que se cruza o figurado com a gastronomia.

b) Participação nos Fins-de-semana Gastronómicos do Porto e Norte (2023/2024)

De forma a se reforçar a promoção dos restaurantes e da gastronomia regional de Santa Maria da Feira, será feito um convite a todos os restaurantes do concelho para a sua adesão aos Fins-de-semana Gastronómicos do Porto e Norte 2023/2024, promovidos pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

c) Participação em encontros gastronómicos

Para potenciar o facto de Santa Maria da Feira ser cidade criativa UNESCO, na área da gastronomia e prosseguir os objetivos da candidatura, o Município estará presente em encontros nacionais e internacionais, nomeadamente:

- Encontro Nacional de Confrarias Gastronómicas, em parceria com a Confraria da Fogaça da Feira. Esta presença permitirá promover Santa Maria da Feira enquanto Cidade Criativa da Gastronomia - UNESCO.

- Feira de Gastronomia Internacional – XANTAR, realizada anualmente em Ourense. Neste evento divulgaremos o melhor da oferta gastronómica do território no âmbito da Encruzilhada de Sabores, junto do mercado de proximidade galego

d) Festival de Cerveja Artesanal

A Câmara Municipal vai iniciar, a partir de setembro de 2022, as obras de reabilitação do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira. Será uma intervenção de requalificação dos seus espaços exteriores, reinterpretando e redesenhando o projeto inicial da autoria do arquiteto Fernando Távora, adaptando-o a novas funções e às realidades atuais, mantendo, contudo, a alma deste edifício, classificado, desde 2012, como Monumento de Interesse Público.

Dadas estas obras, o Festival de Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense, não se realizará neste local, mas sim no Rossio, em finais de setembro, início de outubro e assumirá outra dimensão com a participação da restauração local na elaboração de pratos que incorporem a cerveja artesanal.

2. Turismo Religioso

Com a produção do desdobrável do Turismo Religioso em Santa Maria da Feira, será efetuado a sua promoção sublinhando os principais eventos de cariz religioso existentes no concelho - Festa das Fogaceiras e Semana Santa e os Caminhos da Fé, em território feirense.

a). Caminho de Santiago em Santa Maria da Feira

Serão realizadas, com carácter regular, vistorias ao estado de conservação do Caminho de Santiago (Caminho Central), a nível da sua sinalização, limpeza e segurança, bem como o acompanhamento dos trabalhos no âmbito da candidatura da Certificação do Caminho de Santiago Central, sob a coordenação da Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal.

b). Caminho de Santiago Medieval de Santa Maria da Feira

Pretende-se, igualmente, sinalizar um novo itinerário complementar ao Caminho de Santiago Central e a sua certificação em articulação com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal, de forma a atrair peregrinos e visitantes, convidando-os a passar pelo centro histórico da cidade e por alguns dos principais pontos religiosos, com a sinalização e implementação do “Caminho de Santiago Medieval” no concelho de Santa Maria da Feira.

c). Caminho de Fátima em Santa Maria da Feira

Em 2023 a promoção, manutenção e sinalética deste caminho continuarão a ser acautelados em parceria com Associação dos Caminhos de Fátima.

d). Semana Santa

Em 2022 foi formalizado um protocolo de parceria entre o Município de Santa Maria da Feira e o Grupo Gólgota – Grupo de Expressão Cultural e Social da Espiritualidade Passionista.

No contexto deste protocolo, foi alocado o projeto Semana Santa ao Gabinete de Turismo que coordenará, logisticamente, as relações entre os diferentes interlocutores.

3. Turismo de Natureza

Sendo um produto turístico especialmente apelativo, pretende-se elaborar um roteiro e vídeo do Turismo de Natureza do concelho, que congregará todos os principais recursos identificados e possibilitará aos visitantes, interessados nesta temática, uma mais fácil identificação dos ativos. Em coordenação com a Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, será realizada uma monitorização que permita potenciar a promoção dos recursos naturais integrantes da rota: Quinta do Castelo, Os Jardins da Encosta do Castelo e da Casa da Portela. Porto Carvoeiro, em Canedo, Rio Inha, percursos pedestres, a Rota As Guardiãs do Castelo e o Percurso com História farão parte deste material de divulgação.

A nível nacional, as praias continuarão como atrativo turístico essencial, perspetivando-se uma maior procura por praias fluviais, pelo que será reforçada a comunicação referente à época balnear da Praia Fluvial da Mâmoa (Bandeira Azul e Praia Acessível).

4. Turismo Industrial

Dar-se-á continuidade ao acompanhamento do acordo constitutivo do agrupamento de Municípios da Rede Portuguesa de Turismo Industrial, ao abrigo do dossiê de candidatura no âmbito do programa “RegFin” do Turismo de Portugal, assim como aos trabalhos dinamizados pelo Grupo Dinamizador da RTPi sob coordenação do Turismo de Portugal, do qual o Município de Santa Maria da Feira faz parte integrante.

A afirmação do Turismo Industrial Feirense far-se-á mediante o desenvolvimento de um roteiro de Turismo Industrial, especificamente, da indústria agroalimentar (queijos) e das indústrias transformadoras do papel e da cortiça, através do qual os visitantes poderão conhecer as unidades de referência nacionais e internacionais feirenses, reviverem os processos de fabrico, as tradições industriais e visitar os espaços museológicos, com uma oferta diferenciadora e integrada numa rede de Turismo Industrial promovida à escala nacional e internacional.

5. Turismo Militar

Sendo o MSMF sócio honorário da Associação do Turismo Militar Português - ATMP desde 2019, e tendo recebido a distinção de “Turismo Militar Português 2021” pelo trabalho desenvolvido no âmbito da promoção, proteção e divulgação do património histórico-militar nacional, pretende-se participar na revista “Viagem na História – Turismo Militar” e sua adesão ao “Roteiro de Turismo Militar” com a promoção do Castelo de Feira, as Invasões Francesas em Arrifana e a Viagem Medieval em Terras de Santa Maria.

6. Touring Cultural e Paisagístico

O produto turístico Touring Cultural e Paisagístico continuará a ser relevante na atratividade do território, graças aos recursos culturais e turísticos com especial ênfase no Monumento Nacional-Castelo da Feira mas também na organização de grandes eventos, cabendo ao Gabinete de Turismo

o reforço da sua estruturação e promoção, destacando-se como prioridade a colaboração na organização e promoção dos principais eventos culturais e turísticos e a sinalização turística dos recursos culturais e turísticos existentes no concelho.

a). Colaboração do Gabinete de Turismo na Promoção dos Principais Eventos Culturais e Turísticos de Santa Maria da Feira

Apoiar os grandes eventos – Festa das Fogaceiras, Semana Santa, Imaginarius, Viagem Medieval e Perlim – envolvendo a participação da comunidade local, com um papel dinamizador da nossa oferta cultural e turística ao longo do ano, são alguns dos objetivos turísticos para aos próximos anos.

b). Comemorações do Dia Mundial de Turismo

Em 2023, integraremos o programa Portugal por Dentro, com um circuito circular que abrange dez equipamentos turísticos e culturais do território.

O programa Portugal por dentro visa mostrar o que de melhor Portugal tem a oferecer. Baseado numa app móvel, gratuita, que funciona como um guia turístico virtual, leva os utilizadores aos melhores pontos de interesse turístico de cada localidade.

O programa tem como base a app ORB Turismo TT, uma app móvel que, para além de indicar a rota a seguir, anuncia os pontos de interesse turístico e dispara sob a forma de PDF toda a informação relevante sobre esse mesmo ponto. A app não usa dados móveis, sendo o seu funcionamento baseado apenas em sinal GPS.

7. Turismo Acessível em Santa Maria da Feira

De acordo com as orientações emanadas pela CMSMF, o Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, manterá a sua aposta estratégica no Turismo Acessível e Inclusivo, fomentando, sempre que possível, projetos e iniciativas de integração de todos os tipos de públicos no âmbito do acolhimento de pessoas com necessidades especiais.

Nesta matéria, daremos continuidade ao projeto “Freguesias do Concelho de Santa Maria a Feira e sua história”, em LGP, para que esta informação seja disponibilizada através QR-Code no portal turístico. Elaboraremos também um vídeo em LGP, para divulgação no portal, com toda a informação turística de relevância para a comunidade surda.

8. Turismo de Saúde e Bem-estar

Com longa tradição termal, as Termas de S. Jorge, são reconhecidas pelas qualidades terapêuticas das suas águas sulfurosas, no tratamento de doenças das vias respiratórias, pele e do foro músculo-esquelético.

Acompanhando a nova filosofia termal, cujo conceito não se esgota na noção de atividade terapêutica, mas valoriza, cada vez mais, a prevenção e a promoção da saúde, as Termas de S.

Jorge oferecem, ainda, uma gama de tratamentos vocacionados para o bem-estar físico e psicológico.

Por tal, o GT promoverá as Termas de S. Jorge; gerirá as inscrições dos colaboradores da Autarquia no balneário termal; procederá à confirmação do plano financeiro, mapa orçamental, plano de pagamentos e contrato do programa; e à contratualização da direção técnica.

Será dada toda a colaboração aos os promotores interessados em investir no concelho, na área do Turismo de Saúde e Bem-estar.

Daremos, também, continuidade ao apoio ao Turismo Sénior, quanto à alocação de transporte para o programa termal sénior.

9. Turismo de Negócios

O GT manterá a sua colaboração com a Feira Viva E.M. na promoção do Europarque – Cidade dos Eventos, bem como na promoção do destino nos diversos eventos lá realizados, assim como com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial e a plataforma BIZ Feira na promoção da atratividade empresarial de Santa Maria da Feira a nível do Turismo de Negócios.

10. Iluminação de Natal

Enquadrada na dinamização do território e assente na valorização do património cultural, vários pontos de referência da cidade e do concelho, serão anualmente iluminados e decorados com motivos natalícios.

A iluminação de Natal terá início no mês de novembro e abrangerá todo o período de realização do parque temático de Natal - Perlim, organizado pela empresa municipal Feira Viva, na Quinta do Castelo, durante o mês de dezembro.

No dia da abertura da iluminação de natal, serão promovidas várias ações associadas à música natalícia e à gastronomia de natal.

Com estas ações pretende-se que o Município frua da magia do Natal, em espaço público.

11. Promoção Turística

O destino de Santa Maria da Feira em 2023 deverá manter os canais de comunicação ativos e atualizados, para aumentar atratividade junto dos turistas e visitantes. A disponibilização organizada dos dados no portal do turismo será uma das estratégias de promoção. Com a colaboração do GCRPI, a divisão de Museus, Património Cultural e Turismo, reforçará a promoção turística e institucional de Santa Maria da Feira, com uma forte aposta no digital e nas redes sociais

a). Portal Turístico

Atualizar o portal “**Visitfeira.travel**”, com uma estratégia de comunicação que se baseie na constante atualização dos canais digitais do destino, através da adoção de um estilo de comunicação positivo para inspirar a viajar.

Será reforçada a presença e visibilidade de Santa Maria da Feira nos canais digitais, sendo que o portal turístico visitfeira.travel, em complemento com o Facebook e Instagram, continuará a ser o principal canal de promoção e comunicação turística, permitindo a disponibilização de todas as informações de interesse para o turista, visitante e munícipe, devendo estar permanentemente atualizadas e traduzidas.

b) Linha de Atendimento ao Turista

No âmbito da implementação da Linha de Atendimento ao Turista, visitantes e munícipes através do [WhatsApp \(967 211 247\)](https://www.whatsapp.com), será analisado o impacto da aplicação e analisada a necessidade de reajuste do seu horário de atendimento.

c) Tomy – Plataformas Interativas de Turismo

Ao longo do ano, será retomada a assistência técnica, reparação e manutenção destes suportes, considerados fundamentais como apoio na promoção do território feirense. Após a sua manutenção procederemos à atualização dos conteúdos das plataformas interativas existentes na LIT - Feira e na plataforma exterior situada na Praça do Rossio.

d). Material Promocional e Merchandising Oficial de SMF

Em colaboração com o GCRPI, está em curso a elaboração de novo material promocional e merchandising com a marca Santa Maria da Feira.

Manter-se-á a premissa de otimização e gestão mais eficiente e criteriosa do mesmo, de forma a reduzir custos, mas a mantê-los facilmente acessíveis a todos os turistas e visitantes interessados.

e). Anúncios Turísticos

Será mantida, no próximo ano, a estratégia de concentração dos anúncios de promoção turística num reduzido número de publicações, em revistas da especialidade que efetivamente possam constituir uma mais-valia na promoção do destino.

Paralelamente, será potenciada a promoção temática do destino através de campanhas digitais nas redes sociais do Turismo.

f). Guia Turístico Oficial

O Guia Turístico Oficial será alvo de uma profunda atualização, de forma a disponibilizar a melhor e mais completa informação sobre o destino, equipamentos culturais e turísticos e unidades de alojamento e restauração. Prevê-se uma evolução para uma componente impressa, mas também digital a divulgar no portal e nas redes sociais do Turismo feirense.

12. Feiras de Turismo e Outros Eventos Promocionais

O Município estará representado na principal Feira de Turismo Nacional (BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa) e noutros eventos promocionais, no âmbito da parceria estratégica estabelecida com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, a Associação de Turismo de Porto – Porto Convention & Visitors Bureau, a Área Metropolitana do Porto, a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e o Eixo Atlântico.

É nossa pretensão participar noutras feiras nacionais e internacionais, em articulação conjunta com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal e a Área Metropolitana do Porto, nomeadamente: FITUR em Madrid (18 a 23 janeiro); TurExpo na Galiza (3 a 6 de junho) e Xantar em Ourense (9 a 13 de novembro).

No próximo ano, continuaremos a representar, institucionalmente, o Município de Santa Maria da Feira em conferências, encontros, congressos e seminários.

13. Acolhimento e Visitas turísticas históricas

Pretendemos continuar a colaborar ativamente na organização e gestão de visitas turísticas guiadas a Santa Maria da Feira, através da preparação logística, disponibilização de material promocional, receção e acompanhamento de grupos organizados ao território.

EDUCAÇÃO

A educação e a formação constituem pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade. A preocupação com o desenvolvimento educacional, da formação e da qualificação dos cidadãos é uma questão transversal e preponderante no desenho e implementação da política municipal, sendo crescentes as responsabilidades e competências no que respeita à educação, com enfoque particular no planeamento, gestão e na realização de investimentos desde a educação pré-escolar ao ensino secundário nos termos regulados pela legislação em vigor. O Município de Santa Maria da Feira reconhece o papel determinante que a educação detém no desenvolvimento integrado das comunidades, e assume a intervenção no setor da educação como uma prioridade da sua atuação política, nomeadamente através da intervenção de uma forma mais intensa no ordenamento da rede educativa e na qualidade da educação e formação, de acordo com um projeto de desenvolvimento integral e promocional de todos os cidadãos.

Santa Maria da Feira reitera a necessidade de haver uma articulação entre as escolas e sociedade civil, na otimização das oportunidades de educação formal, não formal e informal, levando à melhoria de desempenho educativo, continuando a apostar nos jovens e numa oferta educativa qualificada, voltada para as necessidades locais, que contribua para a modernização do concelho e a qualidade de vida dos seus habitantes.

O plano educativo municipal integra um conjunto de atividades que visam o desenvolvimento individual e coletivo capaz de captar, fixar e ampliar valores, competências, criatividade e inovação, promovendo um território educador que fomenta a participação e a partilha de responsabilidades,

tendo como foco: contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, para os princípios da Declaração de Incheon para uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos, para o projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e para o estabelecimento das Aprendizagens Essenciais, que sustentam e tornam imperiosas, para muitos agentes educativos, a necessidade de introduzir mudanças significativas nas práticas pedagógicas, valorizando:

. a criatividade e a inovação:

- eCri@ - espaço de criação, inovação e aprendizagem;
- STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática);
- Teatro, artes circenses, artes domésticas e artes e ofícios;

. a Aprendizagem ao Longo da Vida:

- Internacionalização das organizações educativas e escolares;
- Capacitação das organizações educativas;
- Formação dos agentes educativos;
- Benchmarking;

. a melhorar a qualidade da educação e da formação:

- Fortalecer a orientação vocacional e profissional;
- Aproximar empresas, e instituições, dos agentes educativos e formativos;
- Reforçar os planos estratégicos de ação das escolas;
- Investir na transição digital;
- Reforçar a conectividade;
- Valorização e diversificação das ofertas qualificantes;
- Plano Estratégico Educativo Municipal 2022-2030;
- Implementação de ambientes de aprendizagem que promovam as competências (conhecimentos, aptidões, atitudes e valores);

. Aprendizagens essenciais para promover o desenvolvimento sustentável e estilos de vida saudáveis:

- Renaturalização dos espaços de recreio exterior;
- Inclusão social;
- Cidadania global;
- Desenvolvimento sustentável;

. Promoção do sucesso escolar:

- Promover e garantir a igualdade do acesso ao ensino;
- Orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia;

- Modernizar o parque escolar;
- Reforçar as medidas de apoio à família e de ação social escolar.

1. Administração e Gestão Escolar

As ações de administração e gestão escolar contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

- 01 – erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- 02 – erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura
- 12 - produção e consumo sustentáveis – garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

1.1. A plataforma de gestão escolar SIGA

Permite o acesso aos Encarregados de Educação, escolas e serviços municipais a um conjunto de serviços, concretizando, assim, o objetivo de modernização de serviços, a melhoria e eficácia dos métodos de trabalho e uma maior proximidade e dinamismo entre utente e serviços. Em 2023, com a transferência de competências em matéria de educação, pretende-se consolidar a integração do sistema das escolas com os sistemas do município: gestão integral de todas as vertentes dos processos escolares; integração com os softwares de contabilidade, vencimentos e inventário da Inovar+ integrada com os principais ERP utilizados pelos municípios. Esta plataforma garante a gestão escolar a nível dos serviços de AAAF, Refeições Escolares, CAF dirigidos às crianças da EPE e alunos do 1º CEB, ação social escolar, inventariação dos espaços e intervenções no parque escolar, gestão de alunos, gestão de pagamentos assim como do serviço de Transporte Escolar e gestão da assiduidade do PND.

1.1.1. Cartão municipal de educação

Este cartão visa uniformizar a tecnologia dos cartões a usar nas escolas, mas também potenciar a interoperabilidade entre os sistemas das escolas e outros disponíveis pelo Município (Biblioteca, Museus, Piscinas, Pavilhões Gimnodesportivos). Será dada continuidade à implementação do Cartão Escolar Pré-Pago que funciona como uma carteira digital que permite de forma simples e imediata, efetuar e gerir os carregamentos escolares, onde o saldo do cartão pode ser usado pelos alunos dos 2.º e 3.º ciclos e secundário agendar e pagar serviços de refeições, bar e papelaria.

1.2. Ação Social Escolar Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

A Ação Social Escolar constitui uma modalidade de apoio socioeducativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de participações para fazer face aos encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade. Estes apoios darão acesso a uma educação equitativa de qualidade, promovendo oportunidades para todos. Em 2023, dar-se-á continuidade ao vale de oferta para material escolar aos alunos do 1º CEB.

Escalões do abono de família	Escalão ASE	Comparticipação Municipal		
		Refeição pré-escolar e 1º ciclo	Aquisição de Material Escolar	
			1º e 2º anos 1º ciclo	3º e 4º anos 1º ciclo
1º	A	100% do valor da refeição	45,00 €	55,00 €
2º	B	50% do valor da refeição	45,00 €	55,00 €
3º ou Superior	Sem escalão (S/E)	0 % do valor da refeição	22,50 €	27,50 €

1.3. Refeições Escolares

O fornecimento de refeições escolares, para além da sua intrínseca necessidade, é uma medida que promove, positivamente, as condições de aprendizagem, uma vez que contribui para a adoção de uma alimentação mais equilibrada e adequada às necessidades da população escolar. Estas refeições serão confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, nas IPSS do concelho, em Escolas EB 2/3 e secundárias, concessionadas ou sob Gestão Direta. Prosseguiremos com a realização de auditorias higio-sanitárias em todas as escolas do concelho, com vista à apreciação de várias valências indispensáveis ao fornecimento de refeições escolares, desde infraestruturas, equipamentos, segurança alimentar, recursos humanos e qualidade da refeição. Prevê-se ainda, o fornecimento de refeições em regime de takeaway e fornecimento de refeições nas interrupções letivas para alunos carenciados e para as crianças e alunos que frequentam as AAAF, CAF e Campos de Férias.

1.3.1. Práticas seguras em salas de refeição

No seguimento da implementação do manual de procedimentos para as salas seguras de refeição pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido, até à data, continuando a promover ações de formação, nas diferentes pausas letivas, para todas as funcionárias afetas ao serviço de refeições.

1.3.2. Elaboração das ementas

Apoio na elaboração das ementas das IPSS e EBS (Gestão Direta), bem como o apoio ao nível de ações de formação para as funcionárias ao serviço nas cozinhas. Serão também planificadas visitas aos locais, havendo no final de cada visita a elaboração de um relatório, mencionando os pontos críticos e as medidas corretivas a implementar. Ao nível das escolas servidas pela empresa de restauração coletiva, serão planificadas visitas a fim de se verificar o cumprimento do caderno de encargos.

1.4. Programa de Transportes Escolares

O programa de transportes escolares visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais

no âmbito da educação inclusiva. A autarquia assegurará: a gratuidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam; a gratuidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija; a gratuidade para os alunos matriculados na escola que serve a respetiva área de residência (se esta disponibilizar a oferta educativa/formativa pretendida).

1.5. Regime Escolar

Com o intuito de promover hábitos alimentares adequados e saudáveis para a saúde das populações mais jovens, e visando contribuir para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis propõe-se a continuidade do desenvolvimento do Regime Escolar, que inclui a distribuição gratuita de fruta (duas vezes por semana) e leite escolar (distribuição diária) a todas as crianças da educação pré-escolar e do 1.º ciclo.

1.6. Escola a Tempo Inteiro

1.6.1. Atividades de Animação e Apoio À Família (AAAF)

Assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas.

1.6.2. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

No âmbito dos contratos interadministrativos de delegação de competências de educação no órgão de gestão dos Agrupamentos de Escolas, onde se inclui a gestão das AEC, a autarquia mantém a definição das áreas de enfoque, por forma a garantir uma resposta pioneira e inovadora que privilegie o património local no currículo de forma integrada e articulada com as dimensões gerais do currículo nacional, nomeadamente ao nível das artes circenses, teatro de rua, folclore, música (instrumentos de percussão tradicional) e teatro (recriação histórica), e nas áreas da promoção da atividade física e desportiva, das ciências, tecnologias, engenharias, robótica, artes domésticas, artes e ofícios.

1.6.3. Componente de Apoio à Família (CAF)

O programa de apoio à família, visa assegurar o acompanhamento dos alunos do 1º CEB antes e/ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

1.6.4. Pessoal não docente

Em 2023 pretende-se mobilizar procedimentos de concurso para recrutamento de trabalhadores a termo resolutivo e a termo resolutivo incerto, assim como procedimentos para bolsa de trabalhadores para substituições de ausências prolongadas. Iremos dar continuidade à afetação de AO e AT nos

AE, tramitação de mobilidades entre AE e mobilidades intercarreiras, considerando os rácios legalmente estabelecidos e as necessidades dos serviços.

Visa-se, ainda, implementar um plano anual de formação e capacitação do pessoal não docente:

- Assistentes operacionais, em áreas chave nomeadamente para apoio aos alunos com necessidades especiais, recreio, relações interpessoais e de comunicação;
- Assistentes técnicos, em áreas chave nomeadamente de gestão, contabilidade, contratação pública, código de procedimento administrativo.

1.7. Bolsa de Estudo

1.7.1. Ensinos Secundário e Superior

O Programa de Bolsas de Estudo, para alunos do ensino secundário e superior, visa possibilitar a prossecução dos estudos aos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira, com menores recursos económicos, promovendo uma efetiva igualdade de oportunidades, proporcionando uma Educação de Qualidade, mais justa, mais digna, mais inclusiva e sustentável.

1.7.2. Bolsa de Estudo – Bolsa da Universidade Lusófona do Porto

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com a Universidade Lusófona do Porto, atribui uma bolsa de ensino superior a alunos com menores recursos económicos, em que o aluno ficará isento de propinas até final do curso, caso tenha sempre aproveitamento escolar.

1.7.3. Bolsas de Línguas

Oferta de 20 bolsas de estudo de línguas no Lancaster College (frequência de 1 ano letivo) a alunos do concelho, com comprovado mérito escolar e carência económica.

2. Planeamento e gestão de recursos e infraestruturas

As ações de planeamento e gestão de recursos e infraestruturas contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

04 – educação de qualidade – garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem

06 – água potável e saneamento – garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

07 – energias renováveis e acessíveis – garantir o acesso a fontes de energias fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

12 – produção e consumo sustentáveis – garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

2.1. Rede educativa

Em seguimento da estratégica política assumida em 2022, irá dar-se continuidade à realização da última fase de visitas aos edifícios escolares por forma a acompanhar de forma meticulosa a

configuração da organização territorial dos edifícios escolares afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objetivos de política educativa. Em 2023 perspetiva-se:

- Encerramento do JI do Candal, Lobão e integração das crianças na EB Igreja, Lobão, conforme previsto na Carta Educativa em vigor.

2.2. Rede de oferta educativa

No ano letivo de 2022/23 prevê-se aumento de turmas nos seguintes estabelecimentos de ensino:

- 1 grupo-turma no JI Igreja, Romariz;
- 1 grupo-turma no JI Chão do Rio, Fiães;
- 1 turma na EB de Igreja, em São Paio de Oleiros;
- 1 turma na EB Badoucos, S. Miguel de Souto;
- 2 turmas na EB António Alves Amorim.

2.3. Auxílios económicos

À semelhança dos anos anteriores, pretende-se manter a atribuição de auxílios económicos para os Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia para fazer face aos encargos suportados com: bibliotecas escolares, apoio para material didático e de desgaste, pequenas obras e reparações, manutenção dos recreios escolares, expediente e limpeza necessário para os estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB da Rede Pública.

2.4. Equipamentos educativos

Em 2023 perspetiva-se, em resultado do alargamento das competências adquiridas em 2022, que se distendem desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, um acréscimo significativo de procedimentos para aquisição, reparação e/ou substituição do equipamento básico, do mobiliário, do material didático e dos equipamentos tecnológicos e desportivos, utilizados para a realização da atividade educativa, nos termos de referência fixados, em conformidade com a lei, pelos departamentos governamentais com competência na matéria. Para o efeito, será efetuado no decurso do ano, um diagnóstico de necessidades relativas às 11 EBS e paralelamente proceder-se-á ao registo patrimonial dos respetivos equipamentos educativos na plataforma SIGA de gestão escolar municipal.

2.5. Requalificação/ampliação de escolas do 1º ciclo e jardim-de-infância

A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados e/ou promover a fusão de pequenas escolas sem condições ou permitir que todas as turmas funcionem em regime normal. Para 2023 prevê-se:

- lançamento da empreitada para a construção de raiz da EB Feira Centro;
- elaboração do programa-base para ampliação da EB Prime, Mozelos;

- elaboração do programa-base para a ampliação da EB Sobral, Mozelos;
- estudo da localização e elaboração do programa-base da EB de Travanca.

2.6. Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares

Pretende-se continuar a melhorar as infraestruturas do ensino secundário e requalificações prioritizadas nas escolas do 2º e 3º ciclo e ensino secundário, tendo por base o estabelecimento de protocolos com o Ministério da Educação e a Municipalização da Educação. Com base nas prioridades definidas, e dando cumprimento às orientações que serão emanadas pela tutela, perspetiva-se as elaborações do estudo prévio para as seguintes intervenções de requalificação:

- EB António Alves Amorim;
- EB Paços de Brandão;
- EB Corga de Lobão;
- elaboração do projeto de execução da 2ª fase de obras de requalificação da Escola Secundária Coelho e Castro;

2.7. Contratos de fornecimentos e serviços externos

Em 2023 prevê-se a conclusão da mudança de titularidade da totalidade de todos os contratos de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, água, outros fluidos e comunicações.

2.8. Espaço CRI@ - Criatividade, Robótica, Inovação e Aprendizagem

Tendo por base o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), programa esse de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, procuramos garantir investimento que permitirá assegurar o fornecimento de conectividade de qualidade às escolas de modo a viabilizar a utilização universal de equipamentos e recursos educativos digitais por alunos, professores e funcionários de apoio à gestão em contexto educativo; criar condições para a utilização integrada dos diferentes equipamentos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, presencial, misto e à distância, e para a participação dos alunos em projetos específicos para o desenvolvimento de competências digitais; para a utilização generalizada de recursos educativos digitais, incluindo os processos de avaliação e para a gestão eficiente do processo de transição digital no sistema educativo.

Pelo exposto, daremos continuidade à implementação do Espaço CRI@, com vista a potenciar ambientes de aprendizagem a pensar no desenvolvimento das competências do século XXI.

Pretende-se dotar os espaços com equipamentos como computadores, tablets, portáteis, painéis interativos, impressoras 3D, bancadas de trabalho, material da Lego Education, robôs, microscópios USB easy-Scope, bem como com material didático variado.

No ano letivo 2021/2022 foram dotadas 20 salas de aula com estes equipamentos e no ano letivo 2023/24 prevê-se, progressivamente, dotar as restantes salas de aula das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

2.8.1. Reforçar as novas tecnologias – Programa SALA +

A escola de hoje é uma escola cada vez mais exigente, necessitando de ser apetrechada de acordo com as novas tecnologias. Pretende-se continuar a desenvolver um projeto de apetrechamento das escolas e jardins-de-infância, através da aquisição de mais material e novos recursos. Assim, para 2023, pretende-se adquirir 32 écrans interativos e 100 computadores com vista a substituir o equipamento obsoleto existentes nas salas de aula.

2.9. PIPE – Projeto de Intervenção nos Parques Escolares

Pretende-se realizar a marcação de campos, pistas de atletismo, jogos tradicionais e de coordenação, para apoio ao professor de atividade física e desportiva e para substituir o polivalente e o pavilhão nas aulas desta disciplina.

PIPE – Projeto de Intervenção nos Parques Escolares	
Atividade(s)/Projeto:	Pinturas nos recreios escolares, desde marcação de campos de futebol, basquetebol, entre outros, pistas de atletismo, jogos tradicionais e de coordenação.
Número de Ações:	8 a 10 estabelecimentos escolares
Público(s) Alvo:	Comunidade escolar
Calendarização:	fevereiro a outubro

2.10. Manutenção de Parques Infantis/Espaços de Jogo e Recreio

No âmbito de uma maior segurança e salubridade nos espaços de jogo e recreio dos jardins de infância do concelho, serão realizadas vistorias periódicas a todos estes espaços. Em 2022 foram colocados 34 parques infantis novos e pretende-se em 2023 colocar os restantes parques infantis, nos jardins de infância e escolas de 1.º Ciclo, concluindo-se, assim, a substituição destes equipamentos

2.11. Segurança dos equipamentos educativos

Em 2023 pretende-se proceder à avaliação das condições de segurança e saúde pública inerentes à atividade escolar, prevenindo, eliminando ou reduzindo riscos/perigos com vista a dotar os edifícios escolares com sistemas de segurança eficazes, bem como atualizar as Medidas de Autoproteção (MAP) nos jardins de infância e escolas de 1.º Ciclo.

2.12. Plataforma Helpdesk Educação

Tendo em vista a melhoria contínua dos serviços no que concerne às intervenções de reparação e manutenção de edifícios escolares, a plataforma de serviços on-line Helpdesk Educação destina-se a determinar métodos e critérios para assegurar a eficácia e controlo, assim como garantir a informação

necessária à sua operação e monitorização necessários à otimização da prestação dos serviços em tempo, recursos e capacidade de colaboração.

3. Intervenção Socioeducativa

As ações da intervenção socioeducativa contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

03 – saúde de qualidade – garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

04 – educação de qualidade – garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem

05 – igualdade de género – alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

06 – água potável e saneamento – garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

08 – trabalho digno e crescimento económico – promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

09 – indústria, inovação e infraestruturas – construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10 – reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

12 – produção e consumo sustentáveis – garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

13 – ação climática – adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

16 – paz, justiça e instituições eficazes – promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

3.1. Atividades de Animação e Apoio à Família

3.1.1. Brincar ao Teatro [componente de expressão teatral]

Brincar ao Teatro	
Objetivo	Desenvolver competências não só teatrais e artísticas como também pessoais e sociais, ajustar as metodologias às necessidades e potencialidades do grupo e zelar pela inclusão de todos os participantes.
Número de Ações:	44 sessões
Público(s) Alvo:	Alunos do Ensino Pré-Escolar inscritos nas AAAF
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.1.2. Brincar com o movimento [componente de expressão físico-motora]



Brincar com o movimento	
Objetivo	Garantir uma primeira abordagem à prática desportiva através de jogos lúdicos.
Número de Ações:	56 sessões por grupo
Público(s) Alvo:	Alunos do Ensino Pré-Escolar inscritos nas AAAF
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.1.3. Brincar com os Sons [componente de expressão musical]

Brincar com os Sons	
Objetivo	Garantir uma primeira abordagem ao mundo dos sons e silêncios.
Número de Ações:	28 sessões por grupo
Público(s) Alvo:	Alunos do Ensino Pré-Escolar inscritos nas AAAF
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.1.4. Brincar com as artes [componente de expressão artística]

Brincar com as artes	
Objetivo	Promover a expressão de emoções e sentimentos, através da expressão plástica, assim como promover a motricidade fina.
Número de Ações:	28 sessões por grupo
Público(s) Alvo:	Alunos do Ensino Pré-Escolar inscritos nas AAAF
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.1.5. Correio da Amizade

As cartas, para além da função comunicacional, informacional e de registo, carregam a afetividade da memória, uma vez que podem ser lidas e relidas reconstruindo a experiência de momentos, lugares e pessoas, pelo que será proposto a cada criança enviar uma carta a um destinatário a definir.

3.1.6. Vamos à Horta

Vamos à Horta	
Objetivo	Proporcionar momentos de lazer e aprendizagem reconhecendo o cultivo como bem sustentável, despertando o gosto pela plantação e consumo de hortícolas e frutas.
Número de Ações:	60 sessões
Público(s) Alvo:	Alunos do Ensino Pré-Escolar inscritos nas AAAF
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.2. Educação Pré-Escolar

3.2.1. Kids and Bots [robótica e programação]

Kids and Bots	
Objetivo	Proporcionar às crianças da educação pré-escolar, através do recurso a robôs e tecnologia, o acesso à descoberta, experiência e mudança na aprendizagem para um futuro em que a tecnologia será parte integrante do percurso educativo.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	J1
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.2.2. Kids & Science

Kids & science	
Objetivo	Promover uma atitude de curiosidade, admiração e respeito pelo mundo em seu redor, conducente à sua exploração através da formulação de questões simples e da utilização de vários processos; promover o pensamento crítico e o raciocínio crítico.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	J1 / 2º ano do 1º ciclo
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.2.3. O crescer do Ler e Ser

O projeto “O Crescer do Ler e Ser” é um projeto de promoção do sucesso escolar orientado pela Federação de Associações de Pais do concelho de Santa Maria da Feira (FAPFEIRA), em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e com a colaboração da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Este projeto destina-se às crianças de 5 anos do pré-escolar e abrange toda a comunidade educativa – crianças, educadores e pais, visando a promoção de competências e prevenção de dificuldades de aprendizagem, através da adoção de práticas mais eficazes.

3.2.4. Pé na estrada » pequenos

Pé na estrada » Pequenos	
Objetivo	Promover a educação e prevenção rodoviária junto da comunidade em geral.
Número de Ações:	30 sessões
Público(s) Alvo:	J1
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.2.5. Ioga

Ioga	
Objetivo	Envolver os alunos no processo criativo e desenvolver competências pessoais e sociais ajustando as metodologias às necessidades e potencialidades de cada grupo.
Número de Ações:	320 aulas
Público(s) Alvo:	Alunos do Ensino Pré-Escolar inscritos nas AAAF
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.2.6. Jardim do visitante

É em festa que o Zoo de Lourosa abre as suas portas para celebrar a estação mais florida do ano! Em março, e naquela que é a sua 11ª edição deste evento, queremos que as cores, a alegria e a frescura típicas desta estação contagiem todos os nossos visitantes. Por entre as aves mais belas do planeta, e ouvindo o chilrear dos passarinhos, todos são convidados a plantar os nossos jardins, tornando este espaço ainda mais seu. Queremos que as escolas do concelho se juntem a nós, e para isso desafiamos-las a decorar a preceito um canteiro, cuja beleza certamente será o espelho da felicidade sentida pelas crianças quando colocam a mão na terra, sentindo a sua agradável textura e cheiro.

3.2.7. Programa de rastreios de fatores ambliogénicos

Idealmente, todas as crianças devem fazer um exame visual aos 3-4 anos e aos 5-6 anos, pois a visão é um sentido essencial para o adequado desenvolvimento da criança. Este programa é desenvolvido por uma equipa de profissionais do Hospital S. Sebastião, nos JI do concelho.

3.3. 1º ciclo do ensino básico

3.3.1. Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)

Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)	
Objetivo	Consolidar conhecimento multidisciplinares, através da introdução de conteúdos informáticos e a sua utilização de forma responsável, ajudando os alunos a atingir as metas definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	1.º ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.2. Makers

Makers



Objetivo	Estimular a curiosidade, o desenvolvimento intelectual e criatividade utilizando instrumentos e equipamentos como impressoras 3D, tecnologia, robótica e equipamentos de programação.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.3. Kids & science

Kids & science	
Objetivo	Promover uma atitude de curiosidade, admiração e respeito pelo mundo em seu redor, conducente à sua exploração através da formulação de questões simples e da utilização de vários processos; promover o pensamento crítico e o raciocínio crítico.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	J1 / 2º ano do 1º ciclo
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.4. Hora de Programar I

Hora de Programar I	
Objetivo	Descobrir, pesquisar, avaliar, testar, executando oficinas de código e criações digitais, levando ao desenvolvimento do raciocínio lógico e há resolução de problemas.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	alunos do 3º. Ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.5. Hora de Programar II

Hora de Programar II	
Objetivo	Entender e aplicar princípios e conceitos fundamentais da ciência da computação; descrever e representar simbolicamente sequências de ações de atividades do quotidiano; utilizar diferentes tipos de dados; resolver problemas, criar histórias animadas e construir jogos; usar as TIC de forma responsável, competente, segura e criativa.
Número de Ações:	17 sessões por turma
Público(s) Alvo:	alunos do 4º. Ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.6. Sessões de realidade virtual e realidade aumentada

Pretende-se proporcionar aos alunos o descobrir, explorar e construir conhecimento (aprender) sobre lugares que jamais se pensava visitar, construindo o seu próprio saber de forma mais duradoura por este ser alicerçado numa experiência pessoal. Esta atividade tem como área de intervenção as Tecnologias de Informação e Comunicação, Expressão e Otimização.

3.3.7. Hora de brincar, explorar e criar teatro

Hora de brincar, explorar e criar teatro	
Objetivo	Envolver os alunos no processo criativo e desenvolver competências pessoais e sociais ajustando as metodologias às necessidades e potencialidades de cada grupo.
Número de Ações:	36 sessões
Público(s) Alvo:	1º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.8. ABC do Concelho

ABC do concelho	
Objetivo	Desenvolver nas crianças sentimentos de responsabilidade em relação ao património cultural do nosso concelho, incentivando-as a serem agentes ativos na pesquisa e elaboração de trabalhos e identificá-las com a sua terra.
Número de Ações:	2 sessões por turma
Público(s) Alvo:	3.º ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.9. Assembleia de Crianças

Assembleia de Crianças	
Objetivo	Incentivar a participação das crianças como agentes de mudança.
Número de Ações:	96 sessões
Público(s) Alvo:	alunos dos 3.º e 4.º anos do 1º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.10. Divulgação da tradição das Fogaceiras

Sendo a Festa das Fogaceiras uma festividade secular e o dia de feriado municipal, o que por si só demonstra a importância da data, o município envolve-se de uma forma particular na comemoração do dia 20 de janeiro com a realização de atividades durante todo o mês de janeiro nas escolas do 1º CEB.

3.3.11. Eco-escolas

É um programa Internacional da Associação Bandeira Azul da Europa, que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/ EDS. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola.

3.3.12. Pé na estrada » médios

Pé na estrada » médios	
Objetivo	Promover a educação e prevenção rodoviária junto da comunidade em geral.
Número de Ações:	60 sessões
Público(s) Alvo:	2.º ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.13. Pé na estrada » grandes

Pé na estrada » grandes	
Objetivo	Promover a educação e prevenção rodoviária junto da comunidade em geral.
Número de Ações:	60 sessões
Público(s) Alvo:	4.º ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.14. Literacia financeira » no poupar está o ganho

Literacia financeira » no poupar está o ganho	
Objetivo	Incentivar os jovens para a tomada de decisões financeiramente corretas, promovendo o consumo responsável, mudando atitudes e comportamentos e desta forma criar uma nova geração de consumidores;
Número de Ações:	Formação de professores com certificação / 3 sessões na escola / visita à FACM
Público(s) Alvo:	1.º CEB - uma escola por agrupamento
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.15. Oficina de animação

Oficina de animação	
---------------------	--

Objetivo	Conhecer o processo do cinema de animação e explorar várias técnicas de animação.
Número de Ações:	27 sessões
Público(s) Alvo:	4.º ano do 1.º CEB
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.3.16. O nosso presépio » concurso

Os Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB são convidados a conceber presépios maioritariamente em cortiça.

3.3.17. Plataforma Edufeira – Educação 5.0

A Plataforma “Educação 5.0” é uma plataforma digital, composta por: Mural, Conteúdos (conteúdos de educação para a cidadania, conteúdos curriculares e currículo local), crachás e formação, destinada a todos os alunos do 1º CEB, professores, encarregados de educação. Integra ainda a ferramenta Ensinar e Aprender Português que é um recurso educativo estruturado e inovador, apoiado no uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação.

3.3.18. Movimento Transformers – escola de superpoderes Kids

Implementação de uma Escola de Superpoderes - espaço onde qualquer pessoa pode descobrir os seus talentos, desenvolvê-los com mentores e usá-los para transformar a sua comunidade. No final do ano letivo cada grupo de aprendizes é desafiado a retribuir e transformar positivamente o local através do talento que aprendeu.

3.3.19. No Bully Portugal: Programa Anti-Bullying “Escola com Empatia”

O programa anti-bullying “Escola com Empatia” é um projeto de prevenção e resolução do bullying através do qual se pretende capacitar as escolas para darem uma resposta mais eficaz a esta questão. Para tal o projeto prevê a realização de sessões de consciencialização, oficinas de competências e formação para toda a comunidade escolar.

3.3.20. Programa de Saúde Oral

O Programa de Promoção de Saúde Oral é desenvolvido por uma equipa de profissionais do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira, desde o ano letivo 2000/2001 nos JI e EB1.

3.3.21. Aprender no Território

A utilização do território como espaço de aprendizagem, permite a incorporação de novos agentes educativos e a ampliação e qualificação do tempo escolar, que ajuda crianças e jovens a construírem aprendizagens a partir de vivências e práticas culturais concretas: as relações que estabelecem, os saberes que trazem para a escola, as crenças e valores com os quais se identificam.

Pretende-se que o aluno, ao longo do seu percurso escolar, no 1º CEB conheça o concelho de Santa Maria da Feira, permitindo-lhes uma perspetiva social, cultural e empresarial, para que haja neste público uma compreensão da diversidade que nos caracteriza enquanto Feirenses.

3.4. 2º/3º ciclo do ensino básico

3.4.1. Jovem Ativo 2.0

Este programa visa articular o ensino e o mundo de trabalho, através da dinamização de espaços comuns que permitam o contacto entre os jovens do concelho de Santa Maria da Feira e as empresas. Pretende envolver jovens durante o seu percurso escolar e que se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional. O programa é composto por três intervenções: “Desvenda-te”, “Põe-te à Prova” e Orienta-TE.

1. Desvenda-te

A frequência do 9.º ano de escolaridade representa, para muitos jovens, a primeira grande escolha significativa em termos de percurso escolar. Embora não se trate de uma decisão determinante ou irreversível é, pelo menos, vinculativa, representa o início da construção de um projeto de vida. É fundamental que cada jovem detenha informação global sobre todos os tipos de cursos e alternativas que tem ao seu dispor para que possa fazer uma escolha responsável, definindo gradualmente a sua identidade escolar e profissional.

Este projeto pretende fazer dois tipos de intervenção: coletiva e individual.

Intervenção coletiva:

Sessões de apresentação de oferta formativa /requer marcação prévia, grupos organizados de 15 alunos, na respetiva escola, em horário pós-laboral, 3 sessões por grupo.

Intervenção individual:

Orientação vocacional individual, num gabinete de atendimento do Município, com marcação prévia, 3 sessões por aluno

2. Orienta-TE

Em 2023 pretende-se lançar a plataforma online de oportunidades e ofertas educativas, profissionais e artísticas que visa dar resposta às necessidades e indecisões que surgem em jovens ou adultos quanto à orientação vocacional e profissional.

3. “Põe-te à Prova”

Consiste na possibilidade de realização de experiências em contexto real de trabalho, permitindo que o jovem possa, futuramente, fazer uma escolha profissional mais ajustada aos seus interesses. As experiências assumem duas modalidades:

3.1. Visita guiada à empresa;

3.2. Experiências de curta duração (com oscilação entre um ou dois dias);

3.4.2. Intercâmbios escolares » viver nos municípios do eixo atlântico

No âmbito dos projetos incluídos na Rede do Eixo Atlântico, pretende-se dar continuidade ao intercâmbio escolar entre municípios integrantes do Eixo Atlântico e que visa promover, entre os estudantes e docentes, o conhecimento dos municípios integrantes do Eixo Atlântico.

3.4.3. Inspira o teu professor

Programa de âmbito nacional, com o objetivo de reforçar a missão social dos professores, tendo os alunos como dinamizadores da mudança e agentes de inspiração, fazendo-os reconhecer o seu próprio poder para a criação de impacto positivo nas suas comunidades escolares.

3.5. Ensino Secundário

3.5.1. Erasmus+ Educação e Formação | Europa sem Fronteiras

Este projeto é coordenado pelo Município de Santa Maria da Feira em parceria com os Agrupamentos de Escolas de Arrifana, Coelho e Castro, Santa Maria da Feira e Escola Profissional de Paços de Brandão e prevê 43 mobilidades para fins de aprendizagem.

3.5.2. Erasmus+ Educação e Formação – estágios profissionais para formandos do Ensino e Formação Profissional

Até 2027, o Município de Santa Maria da Feira possui a acreditação Erasmus para o setor do ensino e formação profissional. O maior desafio deste consórcio é por um lado procurar reforçar as medidas de combate ao insucesso escolar tornando o ensino profissional mais atrativo, promover uma maior adequação das qualificações às necessidades do mercado por forma a combater o desemprego jovem, e por outro lado garantir a formação dos quadros de pessoal docente, dadas as exigências e desafios sociais/mercado de trabalho.

3.5.3. Por tua conta

Projeto assente no Referencial de Educação Financeira, que pretende trabalhar um conjunto de objetivos, temas e de competências fundamentais no desenvolvimento de um programa de Formação Financeira especificamente direcionado para os alunos do Ensino Profissional.

3.5.4. Prémio Rotary Melhores Alunos

Iniciativa organizada pelo Rotary Club da Feira, com o apoio da Câmara Municipal e da comunidade escolar local, visando incentivar a qualidade, promovendo as boas práticas e os seus protagonistas, de forma a prevenir o abandono escolar.

3.5.5. Estágios Curriculares

Programa de acolhimento de estágios curriculares, de qualquer nível de ensino.

3.6. Inclusão social

3.6.1. Aproximar – projeto de inclusão através do teatro

Este projeto pretende promover a integração de alunos que necessitam de apoio especializado à educação na comunidade escolar, incluindo-os em grupos de trabalho com os seus colegas sem apoio especializado à educação. Recorrendo a técnicas teatrais (Expressão Dramática e Teatro do Oprimido), pretende-se potenciar a quantidade das interações entre crianças com apoio especializado à educação e os seus pares e ainda promover a aquisição de outras competências sociais, dotando-os de ferramentas que os tornem mais participativos na comunidade.

3.6.2. Arte Adaptada

A arte é uma importante ferramenta para que o indivíduo faça uma leitura da realidade e de si mesmo. Por esse motivo, o contacto com as mais diversas manifestações artísticas desenvolve características como senso crítico, sensibilidade e criatividade. Neste sentido este projeto visa a capacitação e integração de crianças com deficiência e/ou incapacidade através de diferentes disciplinas artísticas. Para tal serão implementadas oficinas de expressão dramática, expressão corporal e cenografia.

3.6.3. Natação inclusiva

Pretende-se dar continuidade aos apoios concedidos para os alunos com necessidades especiais para que possam beneficiar da prática da natação nas piscinas municipais.

3.7. Comunidade educativa em geral

3.7.1. Campos de Férias - Vives

Os Campos de Férias são um programa para a aquisição de uma imagem positiva da escola e reforço de competências individuais, de criatividade e de sociabilidade, a promoção de uma melhor integração num novo ciclo de escolaridade, a prevenção do abandono escolar e do ingresso precoce no mundo do trabalho, através da ocupação saudável e construtiva do tempo de férias, que proporcionem aos jovens a participação em atividades desportivas, culturais, lúdicas e criativas.

3.7.2. Dia da Família – sustentabilidade

Comemoração do dia internacional da família, com atividades livres em que se promove o convívio da comunidade educativa e famílias.

3.7.3. Escola a Mexer » concurso

Este concurso consiste na intervenção artística e lúdica na escola e espaços públicos da freguesia, dando cor aos diversos equipamentos urbanos e recuperação de materiais já existentes. Adquirir responsabilidade, respeito e sentimento de pertença pela sua freguesia; Estimular o envolvimento da comunidade escolar no espaço público; Recuperar e animar espaços e equipamentos locais; Prevenção de vandalismo.

3.7.4. Aprender em Rodas

Atividade que se realiza de segunda-feira a sábado de manhã, sujeita a marcação prévia e que se dirige a utentes dos 3 aos 18 anos que pretendam aprender a andar de bicicleta.

3.7.5. Prevenção para todos

Dirige-se a todo o público que não está abrangido pelo projeto educativo Pé na Estrada (escolas, associações de pais e IPSS's) e que têm interesse em visitar a Escola de Educação Rodoviária e abordar o tema.

3.7.6. Sábados em Família

Atividade que se realiza ao sábado e que se dirige a todas as associações e instituições que estejam interessadas em explorar o tema: educação e prevenção rodoviária.

3.7.7. Gabinete de intervenção psicopedagógica

Este gabinete disponibiliza o serviço de avaliação e intervenção psicopedagógica aos alunos sinalizados pelos agrupamentos de escolas do município.

3.7.8. Universidade Júnior

Proporcionar aos alunos a oportunidade de sentir a vida académica e de conviver com outros jovens vindos de todos os pontos do país, dando-lhes a oportunidade de promover o gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as ciências, as engenharias, as letras, o desporto e as belas artes.

3.7.9. Halloween – exposição e concurso

Este concurso consiste na construção de um trabalho dentro do tema proposto no início do ano letivo com um carácter assustador. Os trabalhos são apresentados numa exposição coletiva a decorrer na festa de Halloween, promovida pelo Município.

3.7.10. Imaginarius Infantil

Imaginarius Infantil é a consolidação de um processo de envolvimento do público de tenra idade nas temáticas Imaginarius. Para o efeito, este espaço do Festival Imaginarius, desenvolve uma programação específica com temáticas, horários e infraestruturas adequadas à faixa etária compreendida entre a 1ª infância e a pré-adolescência.

3.7.11. Reinventar o traje das Fogaceiras » concurso

Este concurso consiste na recriação artística do traje das fogaceiras, onde os participantes podem intervir num traje branco com diversos materiais. Os trajes são apresentados numa exposição coletiva a decorrer nos festejos da Festa das Fogaceiras e, posteriormente, noutros locais de interesse.

3.7.12. Serviços multimédia

Apoio no desenvolvimento de produtos multimédia. Este apoio traduz-se na elaboração de cartazes, folhetos, páginas de internet, apresentações multimédia, cd interativos, produção e edição áudio e vídeo e demais valências nesta área.

3.8. Ações de formação

3.8.1. Ação de Formação acreditada em teatro para docentes

Ação de Formação acreditada em teatro para docentes	
Objetivo	Dotar os profissionais de novas competências, contribuindo para o sucesso escolar e a formação de gerações mais criativas.
Número de Ações:	25 presenciais e 25 de trabalho autónomo
Público(s) Alvo:	Professores e Educadores de Infância
Calendarização:	Ao longo do ano letivo

3.8.2. Ações de capacitação sobre o autismo

Pretende-se implementar ações de capacitação que auxiliem professores e assistentes operacionais no trabalho com crianças com diagnóstico de perturbação do espectro do autismo. Com a dinamização destas ações espera-se aumentar a compreensão da comunidade escolar sobre as características associadas ao diagnóstico do espectro do autismo e posteriormente desenvolver estratégias e competências para melhor responder às necessidades destas crianças.

3.8.3. Jornadas de Educação “da escola que temos à escola que queremos”

As Jornadas de Educação são um espaço de reflexão plural e interativo que pretende proporcionar, aos diferentes agentes educativos, a oportunidade da partilha de práticas educativas de reconhecido valor. Nas Jornadas serão debatidos os desafios e oportunidades com as quais a comunidade educativa se depara na atualidade. Pretende-se que as Jornadas contribuam para a permanente capacitação do ecossistema e comunidade educativa de Santa Maria da Feira.

3.8.4. Grupo de cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar

Projeto para capacitação familiar, direcionado a cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar, com os parceiros FAPFeira, profissionais de saúde escolar, psicólogos, responsáveis dos EMAEI e PES dos agrupamentos escolares do Município de Santa Maria da Feira, constituindo um investimento do Município nos cuidados de saúde, educação e de ação social. Este projeto prevê a dinamização de encontros periódicos em diferentes locais do concelho. Os encontros têm temas

diversificados e pretendem servir como espaço de partilha e diálogo sobre as necessidades dos cuidadores ao nível dos cuidados de saúde e emocionais, bem como promover o diálogo entre cuidadores e equipa profissional multidisciplinar de apoio.

3.8.5. Erasmus+ Educação e Formação – Mobilidades individuais para fins de aprendizagem para Educação de Adultos

Até 2027, o Município de Santa Maria da Feira possui a acreditação Erasmus para o setor da educação de adultos. Trata-se de um consórcio coordenado pelo Município em parceria com o Agrupamento de Escolas Coelho e Castro e a FapFeira. Este consórcio, assume-se como plataforma de corresponsabilização para a ação e para a definição e execução de respostas para a educação de adultos no território do Município de Santa Maria da Feira sendo, por isso, um compromisso de cogestão e de ação partilhada, organizada de acordo com as necessidades e desafios identificados, segundo a lógica de diagnóstico partilhado envolvendo vários atores e protagonistas na área da educação de adultos.

3.8.6. Sarilhos e Cadilhos

Os estágios do desenvolvimento humano são uma série de mudanças biológicas, físicas, emocionais, psicológicas e sociais pelas quais as pessoas passam ao longo da sua vida. Cada estágio traz consigo uma série de mudanças indispensáveis à evolução do indivíduo; portanto é importante conhecer as características de cada estágio. Este projeto propõe oferecer um conjunto de palestras sobre temas da infância e adolescência.

4. Representações, grupos de trabalho e redes

As ações de representações, grupos de trabalho e redes contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

11 – cidades e comunidades sustentáveis – tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

12 – produção e consumo sustentáveis – garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

16 – paz, justiça e instituições eficazes – promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

4.1. Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é o órgão institucional de intervenção das comunidades educativas em cada concelho, no reconhecimento do seu papel essencial como instância territorial de consulta e reflexão sobre a política educativa. A sua composição foi alargada, nele se incluindo, além dos membros que atualmente o integram, um representante das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos

agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e um representante das instituições do setor social e solidário que desenvolvam atividade na área da educação. A este órgão e por unanimidade dos seus membros, em 2023 acrescem membros observadores, sem direito a voto, outros representantes na comunidade educativa e formativa do município eleitos pelos seus pares, a saber: dos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas, do pessoal não docente (assistente operacional e assistente técnico), dos serviços de orientação e psicologia, do Centro Qualific@, do Centro de Formação, do Ensino Profissional, do Ensino artístico especializado, das instituições com ensino de apoio à deficiência e/ou incapacidade, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e das equipas de ensino especial.

4.2. Representação da Autarquia nos Conselhos Gerais

O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. Deste modo, a autarquia manterá assento nos Conselhos Gerais dos agrupamentos de escolas concelhios assim como continuará a delegar, essa função, também, nas juntas de freguesia do concelho.

4.3. Comissão técnica de desenvolvimento

Será assegurada a comissão que define e propõe fórmulas de financiamento das despesas cujas competências são transferidas para os municípios ao abrigo do decreto-lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.

4.4. Comissão de acompanhamento e monitorização

Será garantida a continuidade da comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências regulado pelo decreto-lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.

4.5. Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

O projeto de Rede de Bibliotecas Escolares conta atualmente com cerca de 22 escolas do 1.º CEB, sendo este um número sempre em evolução. É reconhecido o investimento que tem suportado esse crescimento – investimento a nível central, da autarquia e das próprias escolas – e é necessário assegurar que esse investimento continue a ser feito, sobretudo através da consolidação de um conceito central: o de que a biblioteca escolar constitui um contributo essencial para o sucesso educativo, sendo um recurso fundamental para o ensino e para a aprendizagem.

4.6. Associação Internacional das Cidades Educadoras/ Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

A RTPCE da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras) é uma instância de reflexão e debate sobre os princípios da carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de

atividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional. Pretende-se, neste seguimento, dar continuidade à incorporação dos princípios da carta das Cidades Educadoras e articular as suas intervenções, transversalmente a nível municipal e, mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional, participando também em Congressos e em trabalhos de Redes Temáticas, nacionais e internacionais.

4.7. Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação da Área Metropolitana do Porto

As Áreas Metropolitanas corporizam a cooperação entre Municípios e procuram ser os catalisadores de redes institucionais alargadas cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico, cultural, social e ambiental e para a afirmação regional, importa sublinhar. O planeamento, a gestão e a execução dos fundos estruturais constituem, hoje, um vetor fundamental da ação das áreas metropolitanas.

4.8. Eixo Atlântico | educação

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular constitui uma Associação transfronteiriça de Municípios, de direito privado, sem fins económicos, que configuram o sistema urbano da euro-região Galiza – Norte de Portugal e do qual Santa Maria da Feira faz parte, integrando o núcleo executivo do secretariado. No contexto da educação, participamos nas ações do eixo como intercâmbio de escolas e conferências sobre temáticas educativas.

4.9. Rede de Oferta Formativa | Rede Qualific@

Com vista à gestão da rede de oferta formativa, um grupo de trabalho do Município, juntamente com as várias entidades educativas e formativas do concelho, pretende estar atento à crescente mutação da nossa sociedade global, implicando uma mobilização constante e continuada ao nível do desenvolvimento tecnológico, profissional, económico, social, cultural e educacional, entre outras transformações significativas. A adaptação a estas transformações só é possível através do esforço de cada um dos atores implicados e a implicar nesta dinâmica, na medida em que é fundamental a interação entre Municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral.

4.10. Portal da Educação/Observatório das Políticas Educativas

Pretende-se dar continuidade ao portal da educação do Município de Santa Maria da Feira, com o intuito de potenciar a cultura de proximidade com a comunidade educativa e suas instituições. Os principais objetivos do Observatório Municipal de Educação assentam na disponibilização de dados, estudos e indicadores para a definição de políticas educativas informadas, concertadas e coerentes face às características, necessidades e potencialidades do concelho.

JUVENTUDE

O Município de Santa Maria da Feira tem vindo a desenvolver uma política de juventude transversal, procurando dar uma resposta sustentada, continuada e eficaz às necessidades da sua população juvenil.

Transversalidade e diversidade são os adjetivos que melhor definem e caracterizam a área da Juventude que assume um papel primordial em todas as áreas da sociedade civil, desde a educação ao emprego, passando pela cultura, habitação, desporto, saúde e sexualidade, sem esquecer o associativismo, de entre tantos outros domínios.

Pela sua complexidade e idiosincrasias, próprias dos desafios que o presente nos coloca, o Gabinete da Juventude tem vindo a desenvolver programas, projetos e iniciativas que visam dar uma resposta atual e eficaz, dando cumprimento aos eixos de intervenção que integram a política municipal de Juventude, nomeadamente a educação e formação profissional; emprego e empreendedorismo; cultura, inovação e criatividade; habitação; voluntariado, cidadania, interculturalidade e cooperação; e associativismo juvenil.

Procurando seguir esse caminho da transversalidade, o Município entende desenvolver um trabalho em rede com os diversos departamentos municipais e de proximidade junto das associações juvenis, associações de estudantes, grupos informais de jovens, juventudes partidárias, bem como diferentes fundações e organismos públicos e privados, de carácter local, regional, nacional e internacional. Assumindo a coordenação desta rede de parceiros, internos e externos, o Gabinete da Juventude tem vindo a dinamizar programas, projetos e iniciativas de promoção de cidadania e capacitação, com vista ao treino de competências que visam a eficácia e eficiência na entrada do mercado de trabalho, projetos ao nível da inclusão, emancipação, promoção de atitudes e comportamentos empreendedores, combate ao abandono escolar, promoção de comportamentos saudáveis, redução de riscos e intervenção de primeira linha no que respeita a comportamentos de consumo e/ou disruptivos.

O voluntariado jovem, promotor de competências sociais, comunicacionais e interpessoais é, também, uma prioridade do Gabinete, já que, cada vez mais, para um crescimento integrado e harmonioso, é necessário implicar os jovens com a sua comunidade.

Considerando que o palco de atuação de cada cidadão ultrapassa o território local, é função deste gabinete difundir e esclarecer os jovens quanto aos programas de âmbito nacional e internacional promovidos pelas mais diversas entidades com competência em matéria de educação.

As ações da juventude contribuem para as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

04 – educação de qualidade – garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem

05 – igualdade de género – alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

08 – trabalho digno e crescimento económico

11 – cidades e comunidades sustentáveis – tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

12 – produção e consumo sustentáveis – garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

16 – paz, justiça e instituições eficazes - promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

17 – Parcerias para a implementação dos objetivos- reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

1. Projetos de promoção da cidadania, participação, formação profissional, combate ao insucesso escolar, voluntariado, e ocupação de tempos livres:

1.1. Jovem Autarca

Jovem Autarca	
Objetivo principal	promoção de comportamentos de cidadania ativa.
Grupo alvo	jovens que estudam e/ou residem no Concelho de Santa Maria da Feira, entre os 13 e os 17 anos de idade.
Condições de participação	sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. O período de abertura de candidaturas será publicado no site e redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Calendarização	dezembro de 2022 a dezembro de 2023

1.2. Desafia-TE!

Desafia-TE!	
Objetivo principal	promover a aquisição de diferentes competências através de experiências de educação não formal; proporcionar aos jovens um ambiente informal de partilha de experiências; promover o contacto com diferentes realidades do mundo do trabalho; estabelecer redes de contacto com vários agentes com competência em matéria de emprego e formação profissional; fomentar os valores de cidadania ativa bem como reforçar a participação dos jovens nas mais variadas ações que permitam a sua inclusão social.
Grupo alvo	jovens entre os 14 e os 18 anos.

Condições de participação	sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. A participação é voluntária.
Calendarização	setembro de 2022 a setembro de 2023

1.3. Ciclo de Workshops – Jovens Cri@tivos

Ciclo de Workshops – Jovens Cri@tivos	
Objetivo principal	promoção de momentos de socialização, aprendizagem e diversão; ocupação dos tempos livres.
Grupo alvo	jovens entre os 12 e os 25 anos.
Condições de participação	sujeito a candidatura. O período de candidaturas é publicado no site e redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Calendarização	períodos de interrupções letivas da Páscoa, Verão e Natal.

1.4. Imaginarius Participa

Imaginarius Participa	
Objetivo principal	promoção de comportamentos de cidadania ativa; sensibilização para as artes.
Grupo alvo	jovens a partir dos 16 anos.
Condições de participação	sujeito a candidatura. O período de candidaturas é publicado nas redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, bem como no site do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Calendarização	Maio de 2023

1.5. Juventude On The Road

Com o objetivo de dar a conhecer o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal, os programas e projetos que promove, em especial aos jovens que nunca com ele tiveram contacto, o Gabinete da Juventude propõe-se realizar uma campanha de promoção, a circular pelas escolas, associações, juntas de freguesias, com sessões de informação.

1.6. Papa-Ideias

Em estreita ligação com a ação Juventude On The Road, e com o objetivo de estimular uma política de proximidade, o Gabinete da Juventude pretende disponibilizar nos agrupamentos escolares uma 'caixa de ideias', criando assim um espaço de contacto do Gabinete nas escolas, no qual os jovens podem deixar as suas sugestões, passíveis de virem a ser implementadas.



1.7. SMF Youth Days – Semana da Juventude

SMF Youth Days – Semana da Juventude	
Objetivo principal	envolver ativamente os jovens, proporcionando espaços de aprendizagem, potenciando as suas competências e aproximando-os dos organismos que trabalham a área da Juventude.
Grupo alvo	jovens entre os 12 e os 30 anos.
Condições de participação	sujeito a inscrição. O período de candidaturas é publicado no site e redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Calendarização	Julho de 2023

1.8. SMF Youth Talks

SMF Youth Talks	
Objetivo principal	potenciar momentos de aprendizagem, partilha, consciencialização e crescimento, despertando a sensibilidade, reflexão e consciência crítica dos jovens relativamente a assunto pertinentes da atualidade.
Grupo alvo	jovens entre os 16 e os 30 anos.
Condições de participação	A participação SMF Youth Talks implica o pagamento do valor de 3€.
Calendarização	setembro de 2023

1.9. Free Your heART

Free Your heART	
Objetivo principal	Incentivar jovens talentos para as artes e promover o espírito de dar a conhecer e colocar o seu trabalho à crítica, entre os pares, comunidade e perante os especialistas da área.
Grupo alvo	jovens entre os 13 e os 25 anos. Categoria A – Jovens entre os 13 e os 17 anos. Categoria B – Jovens entre os 18 e os 25 anos.
Condições de participação	sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. O período de abertura de candidaturas será publicado no site e redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da

	Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Calendarização	Apresentação de candidaturas – maio de 2023; Inauguração da exposição em espaço público, com comunicação dos resultados do concurso e atribuição de prémios – julho 2023.

2. Espaços

2.1. Ponto Já

As Lojas Ponto Já são espaços com equipamentos públicos (IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude) destinados aos jovens, que disponibilizam diversas informações de interesse para a juventude e comunidade em geral. No espaço *Ponto Já* é possível aos jovens utilizar o equipamento informático, imprimir documentos, consultar a internet, e solicitar diverso tipo de informações sobre políticas de Juventude. Este equipamento e as suas valências funcionam como incentivo ao desenvolvimento de projetos e iniciativas juvenis. A Loja Ponto Já de Santa Maria da Feira é ainda o ponto focal para o apoio à submissão de candidaturas ao arrendamento jovem Porta 65.

2.2. Loja Europa Jovem (LEJ)

Ainda no espaço físico do Gabinete da Juventude, funciona a Loja Europa Jovem, uma parceria com a Fundação Bracara Augusta para implementar a nível local e nacional serviços de informação juvenil com vocação europeia e serviços de apoio ao setor da juventude nas seguintes modalidades: projetos Europeus de Juventude; Formação ENF; Modalidade de Jovens; Voluntariado. A LEJ, que funciona em regime de cogestão, promovendo assim a educação entre pares, recorre, por um lado, à metodologia de educação não formal e, por outro lado, ao Serviço Voluntário Europeu. Desta forma, pretende-se facilitar o acesso à informação europeia; aumentar o interesse dos Jovens sobre a União Europeia; divulgar iniciativas dos parceiros do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira; promover a participação dos jovens em projetos europeus. A LEJ de Santa Maria da Feira integra a Rede Nacional de LEJ, promovendo assim a partilha de boas práticas e a criação de sinergias intermunicipais.

2.3. Eurodesk Portugal

A Eurodesk é uma rede europeia de informação com serviços em 31 países e é um ponto de acesso à informação europeia para os jovens e para os profissionais da área de juventude. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira constitui-se como parceiro nacional da Eurodesk, disponibilizando este serviço junto dos jovens do seu território. Em cada país participante os parceiros nacionais da Eurodesk são organizações que trabalham na área da Juventude (organismos governamentais ou organizações não governamentais) que foram selecionadas pelos responsáveis políticos em cada país para prestarem os serviços Eurodesk. Estes parceiros trabalham em rede e são apoiados pela unidade de coordenação sediada em Bruxelas, a Eurodesk Brussels Link, AISBL. Os parceiros

nacionais da Eurodesk cooperam com mais de 500 parceiros locais de forma a alargar a disponibilização dos serviços de informação aos jovens a nível local. A Eurodesk oferece aos parceiros locais formação, ferramentas de informação, ajuda e apoio para facilitar a prestação da informação europeia de forma a também aumentar o acesso dos jovens à informação europeia.

3. Associativismo Juvenil

3.1. PIJ – Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira

PIJ – Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira	
Objetivo principal	pretende garantir um apoio efetivo às organizações de juventude, impulsionando-as a criar uma programação regular e a avaliar as atividades desenvolvidas, fortalecendo assim a sua dinâmica e estimulando o desenvolvimento do concelho.
Grupo alvo	Associações juvenis e equiparadas, associações de estudantes, grupos informais de jovens e jovens singulares
Condições de participação	Sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. O período de abertura de candidaturas será publicado no site e redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Entidade promotora:	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
Serviço responsável	Gabinete da Juventude

4. Mobilidade Juvenil e Candidaturas Europeias

4.1. Hub

Consciente da importância do envolvimento ativo e concertado de diferentes atores/parceiros internacionais (Lewisham, Reino Unido; Alingsås, Suécia, Praga, República Checa), a Câmara Municipal pretende manter a Hub enquanto mecanismo agregador e conciliador de todas as respostas que existem em cada território, integrando uma equipa treinada para o encaminhamento dos jovens. A Hub continuará a promover a orientação e aconselhamento, treino de competências e desenvolvimento pessoal, mentoria, empreendedorismo e domínio das artes e cultura. Ao nível internacional a Hub permite a realização de intercâmbios, estágios internacionais e experiências de “*job shadowing*”, capacitando os jovens ao nível dos conhecimentos técnicos, competências comunicacionais, capacidade de adaptação a contextos diferentes, resiliência e tolerância. Do ponto de vista de resultados, espera-se que o/a(s) jovens que integrarem um ou vários projetos promovidos pela Hub, apresentem um nível de capacitação e desenvolvimento individual superior ao nível inicial, no que diz respeito a: conhecimento do território, capacitação entre pares, internacionalização.

4.2. Corpo Europeu de Solidariedade

Anteriormente conhecido como SVE, o Corpo Europeu de Solidariedade permite, sem custos, aos jovens dos 17 aos 30 anos, num período que pode ir até doze meses, desenvolverem uma ação de voluntariado num país diferente do seu país de residência. Pretende-se com o CES a criação de uma visão de serviço cívico, de apoio comunitário, de defesa dos mais desfavorecidos, de partilha constante, de dádiva sem nada esperar em recompensa. As entidades que recebem os voluntários garantem as viagens, o alojamento, a alimentação, as despesas correntes, a formação e os cursos linguísticos. O objetivo é divulgar e promover aos jovens de Santa Maria da Feira a oportunidade que constitui a possibilidade de fazerem uma mobilidade internacional. Ao Gabinete da Juventude cabe apoiar os jovens interessados na pesquisa de projetos, elaboração de candidatura, e candidatura a projetos do CES.

4.3. Europe Goes Local

As Agências Nacionais do programa Erasmus+ para a juventude e os seus parceiros decidiram iniciar uma cooperação a longo prazo para aumentar a qualidade do trabalho juvenil, nomeadamente através de uma cooperação reforçada entre as várias partes interessadas, e de acordo com a base jurídica do programa Erasmus+. Este projeto de cooperação a longo prazo chama-se "EUROPE GOES LOCAL" - Apoio ao Trabalho Juvenil ao Nível Municipal. Trata-se de uma Parceria Estratégica no domínio da juventude, apoiada pelo programa Erasmus+. Reúne 20 Agências Nacionais, o SALTO YOUTH - Centro de Recursos de Participação, a Parceria entre a Comissão Europeia e o Conselho da Europa no domínio da juventude, o Fórum Europeu da Juventude e duas redes: POYWE e InterCity Youth. JINT, a Agência Nacional Belga-Flamenga do programa Erasmus+ para a juventude, é responsável pela coordenação geral do projeto. O projeto decorre entre julho de 2020 e maio de 2023.

5. Ofertas

5.1. Cartão Jovem Municipal EYC

Com a adesão ao Cartão Jovem Municipal pretende-se que os jovens de Santa Maria da Feira beneficiem de um conjunto alargado de vantagens em diversas áreas como a cultura, desporto, turismo, educação, lazer, etc. Além disso, os jovens ao adquirir o Cartão Jovem Municipal também vão beneficiar de um conjunto de benefícios nacionais e internacionais.

Em 2023 pretende-se aumentar o nº de entidades e equipamentos com benefícios para os utentes do Cartão Jovem Municipal.

6. Representação

6.1. Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira

Durante o ano de 2023 a juventude de Santa Maria da Feira será de novo chamada a dar o seu contributo no âmbito das políticas da Juventude, por via do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira (CMJSMF), implementado na sequência da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro,

com as respetivas alterações, impostas pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro. Com a criação do CMJSMF, órgão de carácter consultivo, a Câmara Municipal pretende proporcionar à juventude um espaço aberto de debate e partilha de opiniões, incentivando o seu direito à participação cívica. Com o objetivo de ser um órgão gerador de dinâmicas no movimento associativo juvenil, o CMJSMF pretende assumir-se como parceiro privilegiado junto da Câmara Municipal na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando, assim, a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação, ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social.

7. Emprego Jovem

7.1. Jovem Ativo

Jovem Ativo	
Objetivo principal	Este programa visa articular o ensino e o mundo de trabalho, através da dinamização de espaços comuns que permitam o contacto entre os jovens do concelho de Santa Maria da Feira e empresas.
Grupo alvo	jovens durante o seu percurso escolar e que se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional.
Condições de participação	sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. O período de abertura de candidaturas será publicado no site e redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.
Calendarização	Ao longo de todo o ano civil.

7.2. Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem

O Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, promovido pela Dypall, surge com a ambição de reunir o maior número de municípios portugueses, comprometidos na resposta à anunciada crise financeira e a consequente elevada taxa de desemprego dos jovens, provocada pelo Covid-19. Os principais objetivos do Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem são:

- Reduzir o desemprego jovem
- Promover a qualificação dos jovens
- Facilitar o acesso à informação
- Reforçar a cooperação dos municípios
- Capacitar técnicos municipais.

Os municípios signatários comprometem-se a apoiar a implementação de medidas e ações de apoio à empregabilidade e empreendedorismo jovem e a adotar uma abordagem conjunta para a mitigação



e a adaptação às alterações económicas e sociais pós covid-19. Ao longo de todo o processo, pretende-se que seja realizado um Encontro Nacional de Vereadores, um Seminário anual de Municípios e formação (continua e acompanhada) nacional de técnicos tendo em vista a metodologia a utilizar - Hub Emprego Jovem.

pelouro
**ação social, saúde,
proteção civil e bem-estar
animal**

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SAÚDE E HABITAÇÃO

INTRODUÇÃO

Com uma comunidade em constante mutação, o concelho tem continuamente feito emergir um conjunto de respostas que permitem uma reflexão sobre estratégias de ação partilhadas e em rede sobre os novos desafios pós pandemia em que nos encontramos. A sua ação será assim centrada na melhoria da capacidade de gerar eficiência e eficácia na rede de serviços instalados no território, envolvendo todos os parceiros, continuando a identificar localmente os problemas, e melhorando e inovando nas respostas a desenvolver. Será um ano de mudança de paradigma, com novos modelos de funcionamento das dinâmicas potencializadas pela rede social local e de inovação da metodologia de intervenção social, procurando adequá-la cada vez mais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consubstanciados na Agenda 2030.

Neste seguimento, o Município, através do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação, terá como enfoque da sua atuação em 2023:

- **Habitação:** constituindo um contexto fundamental de realização pessoal e social, a impossibilidade de acesso a habitação ou a precariedade da situação habitacional experimentada ditam um quadro e um modo de vida caracterizado pela insegurança pessoal, incluindo a insegurança física, e pela exclusão de diversas outras esferas de participação social. Assim, e face às carências habitacionais e soluções habitacionais identificadas na Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira - ELHMSMF, pretende-se a continuidade da implementação das soluções habitacionais preconizadas, bem como a promoção de projetos de habitação inovadores, dirigidos nomeadamente para os agregados uni-titulados, assim como para os agregados familiares com baixos rendimentos, não enquadráveis no Programa de Realojamento e no Programa 1º Direito.
- **Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas AMP:** entre 2022 e 2025 este plano permitirá unir esforços no combate à pobreza e alertar consciências na defesa do direito de todas as pessoas a viverem com dignidade, sendo este o mote para esta nova abordagem integrada a desenvolver em cinco municípios: Arouca, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, no âmbito do PAOITI – Plano de Ação da Operação Integrada do Território de Intervenção AMP Sul, que conta igualmente com o envolvimento e o *know how* de diferentes atores locais que atuam em prol da coesão social. No PAOITI AMP Sul constam respostas de proximidade, articuladas e eficazes para minimizar as diferentes vulnerabilidades das comunidades desfavorecidas, consubstanciadas em ações e intervenções focadas não só na redução da pobreza e da exclusão, mas também na

valorização e ampliação de competências humanas, sociais e económicas, e na promoção e qualificação dos recursos e das parcerias institucionais. O PAOITI AMP Sul assumir-se-á como uma importante ferramenta no combate às desigualdades sociais, pobreza e exclusão, nas suas múltiplas dimensões – económica, educacional, política, cultural, habitacional, entre outras, junto das populações destes cinco municípios.

- **Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da ação social**, nomeadamente através da celebração e acompanhamento de contratos de inserção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, da coordenação dos contratos locais de desenvolvimento social e da garantia dos serviços de atendimento e acompanhamento social, salientando que passará a caber ao Município, a partir de 1 de janeiro de 2023, a competência, entre outras, para: a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais; o acompanhamento de situações de risco e carência social; e assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social.
- Continuar a desenvolver **programas de promoção das comunidades locais**, ou seja, um compromisso social de promoção de medidas e ações direcionadas para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, nomeadamente dirigidos à população sénior com a continuidade do **Programa Raízes do Afeto**, através do projeto do **Programa Movimento e Bem-Estar**, o **Programa Passeios na Minha Terra**, o **Programa e_mili@**, e **programas comunitários de prevenção e monitorização da saúde sénior**.

Por último, e de forma transversal a toda esta estratégia, continuaremos a apostar na **formação e capacitação dos agentes locais**, parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia /União de Freguesias, para a continuidade da mobilização conjunta, necessária para manter a sustentabilidade e coesão do território concelhio, aperfeiçoando cada vez mais as suas formas de atuação, nomeadamente na procura de soluções inovadoras comuns, fazendo face às dificuldades agravadas pela pandemia, e às novas que daí advêm.

DIVISÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

GABINETE DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL

1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)

Neste domínio será assegurada a gestão integrada do parque habitacional, garantindo-se o atendimento/accompanhamento social à população realojada e respetiva articulação interinstitucional; a análise social das solicitações; a prevenção/mediação de conflitos; a realização de visitas/vistorias

aos empreendimentos; o apoio técnico aos representantes de moradores, seguindo o modelo de proximidade à população.

Assim, para 2023 pretende-se manter-se-á o serviço de proximidade aos 23 empreendimentos, reajustado à nova estrutura organizacional do sector.

Paralelamente e seguindo uma estratégia de concertação da intervenção das parcerias locais, ao nível do atendimento/acompanhamento social à comunidade, manter-se-á o atendimento nos seguintes domínios: procura habitacional, apoio excecional-medida B, autoconstrução, ações de despejo/entrega de imóvel, pareceres técnicos às diversas solicitações internas e externas, ação social, designadamente, através do Programa concelho Solidário Medida A.

2. Programa Habitar

No âmbito da gestão das partes comuns dos empreendimentos, garantir-se-á em concertação com o setor da manutenção, o apoio aos moradores na organização dos espaços coletivos numa perspetiva de cumprimento dos deveres contratuais e mediação de conflitos. Esta intervenção de caráter integrada com os projetos em curso da rede social, será complementada com ações de inclusão ativas, direcionadas para os grupos mais vulneráveis, nomeadamente, população sénior, pessoas com necessidades específicas de funcionalidade/incapacidade, desempregados jovens, em idade avançada e jovens NEET, Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

3. Procura Habitacional

Na continuidade do trabalho delineado e em consonância com a rede social e os programas e instrumentos enquadrados nas Nova Geração de Políticas de Habitação - NGPH, designadamente a ELHMSMF, em curso para o concelho, assegurar-se-á a atualização sistemática do diagnóstico das carências habitacionais e o atendimento/acompanhamento dos munícipes, com vista à operacionalização das respostas preconizadas.

4. Programa de Realojamento

No cumprimento das competências do Município em matéria de atribuição de habitação social e enquadrado no Novo Regime de Arrendamento Apoiado para Habitação - Lei n.º 81/ 2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 32/2016, de 24 de agosto, garantir-se-á o realojamento dos agregados familiares em situação de emergência social com necessidade habitacional urgente. Paralelamente, promover-se-á a realização de um procedimento concursal para os agregados não enquadráveis neste regime excecional, bem como, os agregados inscritos e não enquadráveis nas respostas habitacionais identificadas na ELHMSMF, nomeadamente no programa 1º Direito.

5. Gestão Financeira da Habitação

Para o equilíbrio sustentável do Parque Habitacional de Arrendamento Social, em 2023, o Município continuará a privilegiar uma contínua gestão integrada, nas vertentes socioeconómicas, de conservação e financeiras, dando continuidade a uma atuação ágil, eficaz e justa, de modo a assegurar a harmonia do seu universo fracional (773 frações habitacionais, 92 frações de garagem e 6 frações de comercial/serviços) e populacional (cerca de 1252 pessoas), através da análise estatística mensal dos diversos dados e da efetiva operacionalidade de todo o processo de cobrança de rendas do parque habitacional.

Em 2023, será também executado o processo de atualização dos valores de renda no Parque Habitacional conforme o enquadramento legal em vigor, abrangendo um total de 697 agregados familiares; asseguradas as atualizações extraordinárias dos valores de renda, mediante a aplicação dos mecanismos legais em vigor; garantida a continuidade do Plano Excecional de Recuperação de Dívida, em conformidade com o definido e aprovado; apuradas mensalmente as receitas e rendas vencidas e não pagas e garantida a representação do Município, como proprietário de frações em edifícios de propriedade mista, nas Assembleias de Condóminos, legalmente constituídas.

GABINETE DE PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DE HABITAÇÃO

1. Gestão da Manutenção e Conservação

A política ativa de gestão da manutenção dos empreendimentos de Habitação do Município envolve, imperecivelmente, a aplicação de uma metodologia de gestão integrada que potencie o aumento da satisfação residencial e facilite a integração social e ambiental no tecido urbano.

Para 2023 pretende-se adaptar a metodologia de gestão da manutenção estabelecida no processo do sistema de Gestão de Qualidade do DDSSH, tendo presente a reestruturação do sistema organizacional deste setor e garantindo os objetivos ao nível da sustentabilidade socioeconómica e a satisfação residencial no parque de habitação.

Neste domínio será mantida a resposta às solicitações/participações de deficiências dos inquilinos/equipa de habitação ou decorrentes de visitas/diligências da equipa de habitação, que sequentemente são associadas a ações de vistorias, avaliações do estado de conservação dos edifícios, ações de intervenção preventiva e corretiva e ações de fiscalização. Neste contexto, pretende-se a continuidade da parceria com a Casa dos Choupos, Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, C.R.L., para a execução de trabalhos de construção civil de pequena intervenção de natureza preventiva e corretiva, estimando-se que esta assegure cerca de 75% dos trabalhos, com destaque no domínio da deteção de patologias, e nas artes de pintura e trolha. As restantes artes de construção civil serão asseguradas pelas Brigadas Municipais ou através de contratação de serviços.

Potenciando a regeneração do Parque de Habitação do Município e enquadrando na “Nova Geração de Políticas de Habitação” pretende propor a reabilitação de, pelo menos, 5 empreendimentos de habitação do Município, justificada pelo estado de conservação mais desfavorável, em que se

destacam os empreendimentos das freguesias de Lobão, Mozelos, São Paio de Oleiros, Santa Maria de Lamas e Sanguedo, com um total de 148 fogos. Assim, pretende-se para 2023 a integração desta proposta na ELHMSMF e, por conseguinte, a obtenção de financiamento no âmbito do programa nacional 1º Direito, promovido no âmbito do investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR. Deste modo pretende-se atingir uma meta de 61% de empreendimentos reabilitados.

2. Promoção de Habitação

No contexto da promoção de habitação e enquadrado na NGPH, salienta-se a continuidade da execução do Acordo de Cooperação celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., do Programa do Apoio e Acesso à Habitação do 1º Direito, que levará a um aumento do parque habitacional e dos programas de acompanhamento e de inclusão social da população abrangida. Neste sentido será mantida a colaboração e apoio técnico à implementação da ELHMSMF, aprovada em Reunião Ordinária de 02.11.2020 e em Assembleia Municipal de 03.12.2020, e consequentes atividades com vista à sua revisão, face ao aumento do número de famílias abrangidas (estimado em 59%) resultante do aumento de pedidos de procura de habitação. Com vista à criação de respostas habitacionais para 10 agregados uni-titulados, este sector pretende apresentar soluções inovadoras a incluir na ELHMSMF, garantindo o cumprimento das exigências técnicas em vigor e os requisitos presentes no Programa 1º Direito, referentes à solução habitacional de reabilitação.

Perante as dificuldades das famílias cujo nível de rendimento não lhes permite aceder no mercado de arrendamento a uma habitação adequada às suas necessidades, pretende-se elaborar uma proposta enquadrada no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível - PAA, previsto na NGPH, de novo a garantir em 2023 uma oferta de 6 habitações para o arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias.

Assim, no âmbito das ações de promoção de habitação serão elaborados estudos e projetos que fundamentem estas pretensões e que sustentará o alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público.

3. Outras Medidas de Apoio Habitacional

3.1. Auto-Construção

Pretende-se manter esta medida de apoio que se destina aos munícipes carenciados, detentores de terreno ou de habitação devoluta, e que pretendam construir ou recuperar a sua própria habitação. Este apoio contempla a elaboração de projeto de arquitetura e de especialidades; do acompanhamento e direção de fiscalização da obra e isenção de pagamento de taxas de urbanização e licenciamento, nos termos da alínea d), do artigo 63.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

3.2. Residências Partilhadas

Em 2023, manter-se-á o apoio técnico às 4 residências já protocoladas, integradas no Parque de Habitação Municipal, localizados nas freguesias de Fiães, Lourosa, Guisande e Sanguedo. Objetiva-se ainda e decorrente do trabalho desenvolvido no âmbito dos Fóruns Sociais de Freguesias em 2022, propor a criação de 2 novas residências, sediadas na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo e outra na freguesia de Fiães, respetivamente, sendo que esta última será direcionada para o género feminino.

3.3. Programa Conforto Habitacional

Atentos às vulnerabilidades específicas da população sénior e pessoas portadoras de deficiência em situação económica desfavorecida, e enquadrado no Plano das Comunidades Desfavorecidas, o Município, visando a segurança e conforto habitacional, desenvolverá um programa de melhoria das condições de habitabilidade, concretizado através de obras de requalificação e adaptação, abrangendo 20% destes agregados.

GABINETE DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

1. Programa Raízes do Afeto

Desde 1999, o Município de Santa Maria da Feira, em articulação e concertação com as entidades parceiras da Rede Social concelhia e outras entidades externas, tem procurado responder aos desafios que se têm vindo a colocar face ao progressivo envelhecimento da sua população. Ciente dos desafios que as questões do envelhecimento colocam em áreas estruturantes da sociedade atual (saúde, educação, socia, economia, entre outras) e que requerem esforços integrados e multidisciplinares que visem reduzir as consequências deste envelhecimento, o Município definiu e desenvolveu estratégias, muitas delas pioneiras e inovadoras, para dar respostas às novas necessidades sociais e promover a sua readaptação a esta nova realidade.

Com base no diagnóstico social do concelho, e seguindo aquelas que têm sido as suas principais linhas orientadoras, o Município, em 2023, dará continuidade ao Programa Raízes do Afeto, que, através das suas diversas iniciativas, promove modos de viver mais saudáveis para a população idosa, favorecendo a prática de atividades físicas, de lazer, de literacia digital e de saúde, de participação cívica, que, em conjunto, contribuem para um envelhecimento ativo e saudável.

Na sequência da candidatura do Município ao Investimento RE-C03-i06.03 – “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto”, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), será possível, em 2023, não só a reestruturação e amplificação das atividades já existentes no Programa Raízes do Afeto, como também a inclusão de novos projetos potenciadores de novas intervenções e/ou complementares aos existentes, garantindo um território concelhio mais equilibrado e coeso.

1.1. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas - Programa Movimento e Bem-Estar

Programa com 22 anos de existência, o Movimento e Bem-Estar, em 2023, dará continuidade às seguintes atividades: aulas de **Ginástica de Manutenção** bissemanal, nas entidades protocoladas com o Município; Aulas **Hidroginástica** semanal nas Piscinas Municipais – Santa Maria da Feira, Lourosa, Fiães e Prodd Santa Maria de Lamas; **Caminhadas** semanais e **Tai-Chi Chuan**; **Jogos de Natal e da Páscoa**; **Ensino da Dança** (2 pólos – 1 polo na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo e 1 no Centro Cultural de São Tiago de Lobão); **Walking Football** (2 pólos: Canedo e São João de Ver); **Comemorações do Dia Mundial da Saúde**; **Matinés Dançantes**; **XVII Olimpíadas Seniores**; e **Classband (dinamização de 2 pólos: Souto e Mozelos)**. Desta forma, as atividades inscritas neste Programa decorrerão entre setembro de 2022 e 31 de julho de 2023, em parceria com 48 entidades protocoladas, das quais, 30 IPSS's, 15 Freguesias e 3 Associações Culturais e Recreativas.

1.2. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade de Conhecimento - Programa e-mili@

A pandemia COVID-19, vivida durante mais de dois anos, evidenciou a importância das ferramentas e dos conhecimentos digitais no combate à solidão, principalmente junto dos mais velhos.

Reconhecendo que muitos seniores não dispõem de equipamentos nem deste conhecimento, e perante a nova realidade, o Programa e-mili@, desenvolvido em 33 pontos educativos, em 2023, pretende dinamizar as seguintes atividades:

- Sessões de capacitação digital, focadas no aprofundamento de áreas como a literacia digital, a literacia em saúde, a literacia financeira e a literacia jurídica;
- Sessões de oficinas de talentos, nas quais os participantes trocam entre si os seus saberes e talentos pessoais, decorrentes das suas próprias experiências de vida;
- Criação de um espaço on-line e introdução de um link de utilização, através dos quais os participantes, a partir das suas casas, possam interagir com o responsável do seu ponto e-mili@ para troca de informações, esclarecimentos e/ou partilha de sugestões;
- Elaboração de uma brochura digital e manuscrita, em resultado do testemunho dos participantes e entidades do Programa e-mili@, permitindo, através dela, a divulgação do programa junto dos serviços e outras entidades com o objetivo de abranger mais seniores;
- Criação de uma rede de centros cívicos, enquadrados no programa emili-@ e no projeto Midas Móvel, com acesso a recursos tecnológicos, para capacitação de competências potenciadoras de uma cidadania ativa e garante da sua participação, facilitando a aprendizagem ao longo da vida dos nossos seniores.

1.3. Programa de Estimulação não Farmacológica - Saúde do Cérebro / Mente In

Programa que permitirá o acompanhamento constante do idoso e a monitorização das suas atividades diárias de forma remota, adaptado ao seu perfil, permitindo trabalhar individualmente ou em grupo as atividades de promoção de um envelhecimento ativo. Permitirá ainda que a rede de ação social se interligue com toda a comunidade, unindo seniores, instituições e projetos municipais, adaptada às ações e missão específicas de cada entidade, assim como ao perfil de cada idoso, permitindo inovar nas atividades de promoção de um envelhecimento ativo, de forma presencial e remota. Pretende-se com este programa a aquisição de equipamentos como computadores e licenças para os programas de estimulação cognitiva.

1.4. Medida de Criação de Respostas Especializadas para Idosos - Programa de Apoio aos Cuidadores Informais

Desde 2021, o Município de Santa Maria da Feira integra a Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais, tendo recebido o selo de mérito pelo reconhecimento do seu trabalho junto desta população e da importância que os cuidadores informais assumem na garantia da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade física e mental, bem como o querer contribuir para que a missão de cuidar seja reconhecida e atenuada com respostas de promoção de cuidado a quem cuida. Assim, continuarão a ser desenvolvidos:

- O Programa Cuidar de Quem Cuida, promovido desde 2009 pelo CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, em parceria com o Município, o ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca, o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga e com a Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião, desenvolve a capacitação/formação das redes locais e/ou municipais para a implementação de respostas de apoio a cuidadores informais.
- Para o ano de 2023, o Município continuará a prestar apoio na concretização das seguintes atividades: promoção de programas psicoeducativos (2) com os cuidadores encaminhados pelas diversas instituições locais; criação de mais um Grupo de Ajuda Mútua, promovido pelo ACES EDV I – Feira/Arouca; e dinamização de diversas atividades de formação para os cuidadores informais, mantendo o acompanhamento social, psicológico e jurídico, promovidas pela Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião, em parceria com o CHEDV e o Município.

1.5. Medida de conservação do património cultural e de memória coletiva das comunidades - Programa Passeios na Minha Terra

Em 2023, consciente de que a Cultura e o Património têm vindo, nos últimos anos, a ser o produto estratégico do turismo do país, devido à riqueza dos seus recursos turísticos, o Município pretende, entre março e outubro de 2023, dar início a uma nova, estendendo-a a outros locais e territórios, contribuindo, assim, para a revitalização económica, cultural e turística dos territórios a serem visitados. Propõe-se, ainda, que no âmbito dos diversos programas direcionados aos seniores, se

efetue uma recolha de documentação / histórias para celebrar os 50 anos da Revolução do 25 de Abril.

1.6. Medida de formação e educação em cuidados pessoais - Projeto Abecedário da Saúde

O Projeto Municipal “Abecedário de Saúde”, aprovado de 2014, pela Fundação Calouste Gulbenkian, e dinamizado em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca, a Associação Diabético Feira, o Centro Social de Souto, a Escola Superior de Enfermagem do Porto, e Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião e as Termas de S. Jorge, é um projeto pedagógico na área da Literacia da Saúde, que aborda, através dos instrumentos pedagógicos criados (vídeo, jogo digital e jogo de tabuleiro), áreas como a alimentação, a atividade física, a tensão arterial, o colesterol, a glicémia, a saúde oral, a vacinação, os rastreios de saúde e a equipa de saúde familiar.

Tendo presente os novos desafios, muitos deles advindos da pandemia COVID-19, torna-se fundamental efetuar uma revisão e atualização dos conteúdos pedagógicos existentes no projeto, estando previsto para 2023: a atualização/upgrade dos instrumentos pedagógicos, introduzindo-se novas áreas de conhecimento; o desenvolvimento de uma app que facilite a divulgação de boas práticas promotoras de um envelhecimento ativo e saudável e a aquisição de competências no acesso a bens e serviços de saúde; a dinamização de ações de sensibilização e de formação ao nível do autocuidado, vigilância da saúde, vacinação, entre outras; a divulgação do projeto junto das diversas entidades da Rede Social concelhia; e a realização de uma avaliação/diagnóstico relativa à evolução dos níveis de literacia em saúde na população-alvo.

1.7. Medida de apoio na luta contra as condições de pobreza crónica de Pessoas Idosas - Cartão Feira Sénior

Resposta complementar para a dignificação e melhoria das condições de vida da população sénior, o Cartão Feira Sénior traduz-se numa estratégia de apoio social e económico dirigido à população com idade igual ou superior a 65 anos residente no Concelho há mais de um ano.

Para 2023, o Município tem previsto a revisão do regulamento desta medida, adequando-o à conjuntura atual e introduzindo novos benefícios e novas condições de acesso e de utilização, em articulação com entidades locais; a dinamização de uma estratégia de comunicação mais abrangente, através da estruturação de um plano de comunicação e imagem, com vista à criação de novas e melhores sinergias com os diversos intervenientes; o reforço e o aumento do número de parcerias e de empresas aderentes, de forma a apoiar mais seniores e a tornar os benefícios mais abrangentes; a agilização dos processos de requisição e entrega dos cartões aos beneficiários, assim como dos documentos e participações, apostando-se na proximidade dos serviços; e a avaliação de satisfação anual dos utilizadores e entidades aderentes.

1.8. Programa de Teleassistência “Estamos Atentos a Si”

Tendo presente o aumento da esperança média de vida e consciente de que o envelhecimento da sua população acarreta consigo outras necessidades e cuidados, principalmente na área da Saúde, o Município de Santa Maria da Feira pretende garantir, em 2023, no âmbito da Teleassistência, uma resposta personalizada e imediata às situações de emergência/urgência, segurança e solidão, através da implementação de um sistema de teleassistência domiciliária gratuita, em articulação com o projeto FAROL, destinada a pessoas idosas carenciadas, procurando retardar o seu internamento em estruturas residenciais ou estruturas de saúde.

Neste domínio, o Município pretende também dinamizar ações de sensibilização sobre os cuidados/segurança/medidas de autoproteção, que contribuam para a menorização da exclusão social sentida por esta população mais vulnerável; georreferenciar os idosos isolados e sem retaguarda familiar; e acompanhar as situações sociais sinalizadas, de maior gravidade.

1.9. Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial de Saúde

Município aderente da Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial de Saúde desde 2017, o Município de Santa Maria da Feira pretende, em 2023, elaborar o Plano de Ação, que enquadrará o Plano Estratégico para a Terceira Idade 2023-2025 para a cidade de Santa Maria da Feira, tendo por base os resultados obtidos e já analisados do diagnóstico interpretativo elaborado em 2019. O Plano de Ação a elaborar espelhará as necessidades, prioridades e direitos da população idosa, fazendo parte integrante das decisões, políticas e programas a implementar pelo Município, de modo a construir uma cidade solidária, ativa, coesa e mais amiga das pessoas idosas.

1.10. Projeto FAROL

O Projeto Farol, implementado em 2020, surgiu como medida de iniciativa municipal no âmbito do estado de emergência e conseqüente adoção de medidas com o intuito de conter a transmissão do vírus e expansão da doença COVID-19, tendo por objetivo acompanhar os seniores inseridos nos programas municipais e cujas atividades foram interrompidas.

Para o ano de 2023, o projeto FAROL continuará, através da realização de contactos telefónicos e/ou visitas domiciliárias (quando necessárias), a apoiar e acompanhar as pessoas idosas em situação de isolamento, solidão e vulnerabilidade social, procurando identificar e mapear situações de carência económica, social, cognitiva, entre outras. O projeto tem também previsto o desenvolvimento de um plano de comunicação e marketing de forma a divulgar o projeto junto das entidades parceiras locais.

1.11. Programa de Monitorização da Hipertensão Arterial

Caracterizada como uma doença crónica, que determina o maior número de consultas nos sistemas de saúde, com um importantíssimo impacto económico e social, a Hipertensão Arterial é,

estatisticamente, a principal causa de morte da população portuguesa. Ciente desta realidade, o Município de Santa Maria da Feira, em parceria com a ARS Norte, o CHEDV, o ACES Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca e as IPSS's, pretende, em 2023, dar continuidade ao projeto de Monitorização da Hipertensão Arterial, iniciado em 2022, com o objetivo de capacitar os seniores portadores desta doença na gestão da sua doença, reduzindo a probabilidade de complicações associadas, com consequente melhoria da sua qualidade de vida.

Para tal, propõe-se a realizar um diagnóstico com respetiva monitorização clínica dos doentes; implementar um sistema de avaliação de fatores de risco para esta doença; dinamizar sessões de esclarecimento e capacitação dirigidas à população doente referenciada; e capacitar a pessoa idosa para a gestão da sua doença, dotando-a de todas as ferramentas necessárias.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DA REDE SOCIAL E INOVAÇÃO

1. Rede Social

1.1. Plano de Desenvolvimento Social 2023-2026

O Bem-Estar, a Dignidade, o Bem Viver e a Sustentabilidade da Vida e das Comunidades e das Pessoas, individualmente consideradas, deve ser o grande desígnio da missão política e social das nossas sociedades. O Desenvolvimento Social, enquanto procura e programa de Dignidade Social, de Justiça Social, de Equidade e de Coesão Social, é precisamente uma das componentes desse desígnio.

Cientes de que a crise sanitária causada pela doença COVID 19 acarreta uma profunda recessão económica com características globais, é necessário (re)pensar o modo de organização, os comportamentos e os estilos de vida, procurando um crescimento mais justo, próspero e eficiente, no uso regenerativo dos recursos e dentro dos limites dos sistemas naturais.

Deste modo, no ano de 2023 será elaborado o novo Plano de Desenvolvimento Social 2023-2025, que incorporará um conjunto de iniciativas com vista a mitigar os danos sociais e económicos, tendo por base uma ação coordenada e complementar que permita construir um futuro mais robusto, mais coeso e mais sustentável, capacitando os parceiros para o aprofundar da coesão social e territorial, de forma a que ninguém seja deixado para trás.

Tomando por referência documentos estratégicos, em particular o Plano de Recuperação e Resiliência e a Agenda 2030: Enquadramento e Perspetivas para a década, o Plano de Desenvolvimento Social 2023-2025 será elaborado com base nos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletindo uma visão abrangente, integrada e sistémica e encarando o desenvolvimento social e sustentável como responsabilidade partilhada e um processo verdadeiramente participado, em que é necessário o envolvimento de vários atores e interlocutores.

Este documento estratégico, a construir por e com todos com base num Diagnóstico Social Participativo, evidenciará a importância de políticas sociais eficazes, articuladas e com os recursos necessários para identificar e enfrentar as vulnerabilidades e reforçar as estruturas existentes, criando orientações para melhorar o combate às desigualdades e à pobreza por forma a garantir uma melhor qualidade de vida aos residentes no concelho de Santa Maria da Feira.

1.2. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

A existência dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias em Santa Maria da Feira têm como base os conceitos do Desenvolvimento Sustentável, Governança Local Partilhada, Democracia e Desenvolvimento Comunitário, na medida em que procuram contribuir para um processo de mudança, no sentido do bem-estar, da felicidade, da dignidade e da sustentabilidade das suas comunidades. Esta plataforma, onde os autarcas locais se assumem como elementos conciliadores dos interesses de cada um e de cada organização, focaliza a sua ação na promoção da coesão social através da partilha de responsabilidades e recursos.

Através de uma metodologia participativa e partilhada de atuação de todos os parceiros envolvidos, os Fóruns Sociais assumem como grande propósito dar respostas às necessidades fundamentais não satisfeitas das suas comunidades, mobilizando, em primeiro lugar, as suas próprias capacidades e recursos, o que implica a adoção de pedagogias e metodologias de participação e de autonomização dessas comunidades, com o apoio de recursos exógenos de vários tipo, que não inibam ou substituam, antes fecundes, os recursos endógenos.

Tendo presente o propósito e uma perspetiva integrada e sistémica, pretende-se, em 2023, retomar o trabalho desenvolvido junto Fóruns Sociais antes da pandemia COVID 19, apoiando e reforçando o funcionamento dos mesmos e contribuindo para que se dê um salto qualitativo e decisivo nas suas dinâmicas, o que exigirá um diagnóstico reflexivo sobre os aspetos menos conseguidos. Pretende-se ainda acompanhar e capacitar todos os protagonistas envolvidos nestes processos, desde autarcas e técnicos, a dirigentes institucionais.

1.3. Programa de Formação/Capacitação, Acompanhamento e Avaliação

Tendo presente os objetivos e os desafios dos Fóruns Sociais de Freguesia (FSF) e a elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Social 2023-2025 é preponderante continuar a apoiar e reforçar o funcionamento dos FSF de forma sistemática, continuada e diferenciada, contribuindo para que se dê um salto qualitativo e decisivo nas suas dinâmicas.

Para tal, iremos por um lado, manter a parceria com o Professor Doutor Roque Amaro, no sentido de continuar a assegurar a capacitação e reflexão de todos os agentes de cada Fórum Social para a dinâmica dos territórios, e por outro, com a Universidade Católica – Porto, de forma a continuar a dotar de competências as organizações de economia social do concelho, como é exemplo a Pós-Graduação em Gestão de Organizações de Economia Social, iniciada em outubro de 2019.

Neste sentido, propõe-se:

- Apoiar a definição de Planos Estratégicos e de Ação, pelo menos nalguns FSF, que tenham em conta o quadro de referência e os objetivos do PDS;
- Organizar ações de Capacitação de Autarcas, Dirigentes e Técnicos/as dos FSF, continuando aprofundando e complementando o processo que tem vindo a ser desenvolvido neste domínio;
- Organizar ações de Capacitação e de esclarecimento do PDS, junto das Instituições Parceiras da Rede Social;
- Realizar workshops de explicação do que significam os ODS e da sua concretização em Santa Maria da Feira, através dos FSF; workshops de mostras e exemplificações sobre dinâmicas alternativas e inovadoras de Sustentabilidade, já existentes em Portugal ou noutros países.

1.4. Sistemas de Informação e Comunicação da Rede Social

A aposta na tecnologia como meio de comunicação e o acesso ao conhecimento em tempo real, tem-se revelado fundamental para a organização, disponibilização de informação, disseminação de boas práticas e estreitamento de relações entre todos os parceiros da Rede Social.

A plataforma colaborativa da Rede Social constitui, assim, o veículo privilegiado de ligação e de transmissão de informação entre as entidades que a integram, dispondo de recursos para apoio ao trabalho desenvolvido pelos parceiros e para informação aos cidadãos. Contribui também para agilizar as atividades da Rede, permitindo uma maior interação entre os participantes, ao mesmo tempo que permite reduzir as intervenções presenciais. A informação circula de forma instantânea e está disponível continuamente, 7 dias por semana e 24 horas por dia, através da Internet.

Uma vez que a plataforma atual, criada em 2010, assenta numa tecnologia já antiga e ultrapassada, prevê-se, em 2023, a implementação de uma renovada Plataforma Colaborativa, que terá por objetivo impulsionar o desenvolvimento da interação e proximidade do setor social no seio da comunidade que integra a rede social concelhia, servindo de ponto de encontro interativo e informativo baseada na transferência de conteúdos digitais através de um Website; de um Fórum Interativo; de uma Agenda Digital; de um Programa de Capacitação Online; e de um espaço de Serviços.

1.5. Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do EDV, Conselho Metropolitano de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto e Associação de Municípios Terras de Santa Maria

Nas plataformas supraconcelhias são esboçados documentos estratégicos de planeamento e ações conjuntas, participados e concertados, que traduzem propostas comuns aos seus membros integrantes, de modo a poderem ser enquadrados em candidaturas nacionais ou comunitárias, e a otimizar recursos no desenvolvimento social da região respeitante a cada Plataforma Supraconcelhia. Assim, em 2023 garantir-se-á a continuidade da participação do Município nas seguintes Plataformas:



- **Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga**, coordenada pela Segurança Social de Aveiro;
- **Conselho Metropolitano de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto**;
- **Associação de Municípios Terras de Santa Maria**.

1.6. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

Continuarão a ser dinamizados os protocolos de parceria com as entidades abaixo, de forma a potenciar ações/projetos que permitam uma maior proximidade aos problemas e às populações:

- **Associação Ser + Pessoa** - ações de prevenção/tratamento das dependências, projetos de inclusão social e emergência social;
- **Casa dos Choupos - Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL** - ações no âmbito da empregabilidade; da inovação e empreendedorismo social; da capacitação institucional; da recuperação do parque habitacional e manutenção de espaços; da violência doméstica; da intervenção familiar e parental; da prevenção e sinalização de situações de risco ou de pré risco em crianças e jovens dinamizando formas mais inovadoras de atuação; da promoção da igualdade de género e da conciliação da vida profissional e familiar; da emergência social e apoio alimentar;
- **Fapfeira - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação** - ações de prevenção das dependências; projetos de inclusão social e escolar de crianças e jovens em risco de abandono e insucesso escolar; ações de promoção de competências pessoais, sociais e parentais das famílias;
- **Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam** - atividades terapêuticas e de reabilitação integrada, destinadas a pessoas com problemas de saúde mental;
- **Associação Melhor Viver - Desporto, Cultura e Lazer** - atividades junto da população sénior, ao nível da difusão da cultura, prática do desporto, ocupação dos tempos livres e de lazer.

1.7. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins

Lucrativos

A promoção de novas respostas sociais e melhoria das já existentes continuará a ser em 2023 uma preocupação constante do Município, o qual definiu de uma forma clara, através do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativo, os mecanismos de apoio financeiro, mediante apresentação de candidaturas, às instituições/organizações que intervêm na área social, permitindo assim um aumento e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais concelhias, em articulação com as necessidades e prioridades definidas pelos instrumentos de diagnóstico e planeamento sociais, nomeadamente, ao nível das problemáticas: saúde mental; pessoas portadoras de deficiência; crianças e jovens em risco; inserção profissional; envelhecimento

ativo; dependências; minorias étnicas e violência doméstica. Prevê-se em 2023 a alteração do Regulamento que operacionaliza este programa, de forma a adequar os apoios à realidade socioeconómica destas entidades.

1.8. Outros Protocolos de Cooperação

1.8.1. Protocolo de Cooperação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Em 2017 foi concretizado, com a celebração de um Protocolo de Cooperação entre o Município e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, o apoio de dois técnicos à atividade da CPCJ de Santa Maria da Feira. Assim, de modo a permitir uma intervenção integrada, holística e transversal no domínio da promoção e defesa dos direitos da criança e do jovem em perigo do concelho, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, o Município, em 2023, estará disponível para a continuidade do Protocolo de Cooperação mencionado, mediante avaliação e necessidade diagnosticada.

1.9. Projeto “Mobilidade para Todos”

No âmbito de uma política promotora de igualdade de oportunidades para todos e ciente das dificuldades que os seus munícipes com mobilidade reduzida ou condicionada enfrentam diariamente no acesso a bens e serviços fundamentais existentes na comunidade, o Município de Santa Maria da Feira desenvolve o projeto “Mobilidade para Todos”, em parceria com as entidades da Rede Social. Numa lógica de proximidade e de articulação estreita entre o Município e as diversas entidades concelhias, em 2023, continuar-se-á a dinamizar este projeto, dando-o a conhecer a todas as entidades da Rede Social e permitindo um cada vez maior acesso por parte dos munícipes.

1.10. Eixo Atlântico - Mapa Coesão Urbana

O objetivo que vai estruturar o mapa de coesão urbana do Eixo Atlântico em 2023 é o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030, com especial atenção ao cumprimento do objetivo 11 que é o de conseguir que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, operacionalizando-se através do diagnóstico da situação, no âmbito social das nossas cidades, medido a partir de mais de 50 indicadores, com o resultado final de uma dupla fotografia: a foto das nossas cidades bairro a bairro, e a foto das nossas cidades em relação às demais, configurando assim o mapa de coesão de todo o Eixo Atlântico. Salienta-se de que será a primeira vez que se vai realizar um mapa de coesão num sistema urbano transfronteiriço.

Para isso, o Município, através da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, continuará a integrar o Grupo de Trabalho para colaborar com a Deusto Cities Lab, da Universidade de Deusto (Bilbao, Espanha), entidade que desenvolveu o sistema de indicadores alinhados com o cumprimento dos ODS nas áreas: Vida e Saúde, Segurança Pessoal e Jurídica, Educação e Aprendizagem, Segurança

Financeira e Trabalho Digno, Condições de Vida Seguras e Confortáveis, Participação, Influência e Voz, Vida Pessoal, Familiar e Social, e que nos darão, por um lado, uma medida inicial de até que ponto existe um equilíbrio social no território, e por outro lado, visibilizará os desequilíbrios espaciais que provocam desigualdades localizadas nos territórios.

2. Plano de Ação da Operação Integrada do Território de Intervenção AMP Sul

Na sequência da aprovação do PRR – Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, documento no qual se prevê a realização de um conjunto de investimentos através da adoção de abordagens integradas com vista ao combate à pobreza e à exclusão das comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas. Em resposta ao desafio que lhe foi colocado, a AMP – Área Metropolitana do Porto elaborou um diagnóstico global que visou caracterizar a natureza, a dimensão e a incidência das principais situações-problema que afetam os grupos sociais mais vulneráveis presentes no território metropolitano.

Nessa sequência, em dezembro de 2021 foi aprovado pela AMP o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas (PACD-AMP), documento que fundamentou e suportou a contratualização de um financiamento de 122.500.000,00€, entre a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” e a AMP, conferindo-lhe a qualidade de Beneficiária Intermediária, no concurso “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas”, no âmbito da Componente C3 – Respostas Sociais – do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O PACD-AMP contempla, no seu Eixo I. Intervenções Territoriais, seis Operações Integradas de escala supraconcelhia suportadas em Plano de Ação que fundamentaram a contratualização entre a AMP e as 6 Unidade Técnicas Locais (AMP Litoral-Norte; AMP Centro-Oriental; AMP Centro-Sul; AMP Sul; AMP Oriental; AMP Interior Norte).

As intervenções integradas incidirão em dois domínios:

- Intervenções no espaço público e em infraestruturas sociais, tais como creches e escolas do ensino básico, unidades de saúde e espaços para eventos sociais e culturais, ateliers e/ou cursos de formação;
- Intervenções de natureza imaterial que visam promover a coesão social, tais como o envolvimento das comunidades na sua conceção e execução, a promoção do empreendedorismo de pequenos negócios de base local, a elaboração de projetos de combate ao insucesso e abandono escolares, a oferta de formação profissional e a promoção do desporto.

A dotação global para a AMP foi de 122.500.000,00€, tendo como meta de execução deste Plano 31 de dezembro de 2025.

O Município de Santa Maria da Feira, que integra o território de intervenção AMP Sul, juntamente com o Município de Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, viu ser atribuída a verba de 8.282.400,00€ para a operacionalização de 43 operações individuais,

nomeadamente nas áreas: envelhecimento ativo e saudável; oportunidades e acesso ao mercado trabalho; saúde e bem-estar (violência doméstica, alcoolismo, doença mental, deficiência; saúde oral e saúde materno-infantil); rede de recursos para a inclusão; crianças e jovens em risco; capacitação dos parceiros, submetidas na 1ª fase desta candidatura, de um total de 24.360.000,00€ destinados aos 5 municípios da ÛTL AMP SUL.

3. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 4ª Geração: Projeto Direitos & Desafios em Rede | Projeto Direitos & Desafios INOVA +

O Despacho 176-C/2019, de 4 de janeiro do Ministério do Trabalho e da Segurança Social determinou o Concelho de Santa Maria da Feira como elegível no âmbito do Programa CLDS-4G e sendo o território identificado como um território que se caracteriza por Desemprego, em termos de vulnerabilidades sociais. Considerando o Desemprego como vulnerabilidade social do Concelho de Santa Maria da Feira, os projetos a implementar no concelho têm de desenvolver todas as ações obrigatórias definidas para o Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação. Considerando, ainda, a população residente no concelho, o montante atribuído ao concelho de Santa Maria da Feira é de 840.000,00 euros. De acordo com as 4 categorias de financiamento para o Programa CLDS4G, foram decididos desenvolver 2 CLDS`s (Projeto Direitos & Desafios em Rede | Projeto Direitos & Desafios INOVA +) promovidos pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, coordenados pela Casa dos Choupos, CRL em parceria com o Centro Tecnológico do Calçado Portugal (Direitos & Desafios em Rede) e com a ADRITEM (Direitos & Desafios INOVA +). Estes CLDS`s 4ª Geração serão executados de forma articulada através da ALPE- Agência Local em Prol do Emprego. Estes CLDS`s 4G surgem na continuidade do CLDS3G e, anteriormente dos Programas CLDS e Luta Contra a Pobreza, tendo vindo a alargar a sua atividade para a prossecução de respostas em diferentes áreas e para pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade, nomeadamente os desempregados, os alunos que abandonem ou concluem o sistema educativo e alunos do ensino secundário, envolvendo os empresários, instituições e entidades empregadoras locais.

3.1. Projeto Direitos & Desafios “Em Rede”

Este CLDS 4G tem como entidade Coordenadora, a Casa dos Choupos, CRL, e como Entidades Executoras, a Casa dos Choupos, CRL., e a ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Terras de Santa Maria. Com uma duração de 36 meses (data de início a 01-09-2020), o seu âmbito territorial abrange a União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; a União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, União de Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros; Freguesia de Romariz; Freguesia de Milheirós de Poiares.

Em 2023, este projeto pretende dinamizar as seguintes atividades:



- **Em Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão de Carreira:** 1 Em_Carreira_ALPE – orientação profissional e gestão de carreira em funcionamento; 1 edição Clubes ALPE; 3 sessões de informação à medida;
- **Em_Carreira_ALPE – Qualificação:** 1 Em_Carreira_Alpe – Qualificação em funcionamento;
- **Em_Carreira_ALPE – Empreendedorismo:** 1 Em_Carreira_Alpe – Empreendedorismo em funcionamento; 3 sessões de informação à Medida;
- **Oficina de Mesteres – Produção de figurinos:** 1 oficina de mesteres em funcionamento;
- **Oficina de Mesteres – Gastronomia da época:** 1 oficina de mesteres em funcionamento;
- **Semente – Produção Biológica & Educação Ambiental:** 1 programa de capacitação em funcionamento; 3 Feirinhas da Terra; 2 Visitas a explorações agrícolas; 3 atividades socioculturais e de cidadania ativa;
- **Oficina Olinda – Oficina de Liteiros com Inovação e Design Acrescentado:** 1 oficina em funcionamento; 1 produto com incorporação de design e com valor acrescentado; 1 ponto de venda; 1 ação de promoção dos produtos;
- **Vila Verde – Oficina de Produção Agrícola para pessoas com incapacidade ou deficiência:** 1 oficina em funcionamento; 1 workshop em agricultura tradicional; 1 visita pedagógica destinada a crianças;
- **Dia Aberto nas Empresas:** 1 dia aberto;
- **Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e de Procura de Trabalho // Incubação:** 1 plataforma digital em funcionamento;
- **Trampolim – Programa de Desenvolvimento de Competências para pessoas com deficiência e incapacidade:** 1 edição Trampolim implementado; 1 bootcamp de aceleração de candidatos; 1 encontro de candidatos e entidades empregadoras;
- **Oficina de Mesteres – Recuperação de Instrumentos Tradicionais Portugueses:** 1 oficina em funcionamento;
- **InJovem – Programa de Empreendedorismo Jovem:** 1 edição do InJovem;
- **Sensibilização para a promoção da igualdade de género/oportunidades e de responsabilidade social:** 1 campanha de sensibilização; comprometer 3 empresas que acolhem práticas de responsabilidade social ou se associam a eventos de angariação de fundos.

3.2. Projeto Direitos & Desafios “INOVA +”

Este CLDS 4ª G tem como entidade Coordenadora, a Casa dos Choupos, CRL, e como Entidades Executoras, a Casa dos Choupos, CRL., e o Centro Tecnológico do Calçado - CTCP. Com uma duração de 36 meses (data de início a 01-07-2020), o seu âmbito territorial abrange a União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; a União de Freguesias de Souto e Mosteirô, a Freguesia de Arrifana, a Freguesia de Argoncilhe, a Freguesia de Escapães; a Freguesia de Fornos, a Freguesia de Fiães, a Freguesia de Lourosa, a Freguesia de Sanguedo, a Freguesia de

Santa Maria de Lamas, a Freguesia de Paços de Brandão, a Freguesia de Rio Meão, a Freguesia de S. Paio de Oleiros, a Freguesia de S. João de Ver, a Freguesia de Mozelos e a Freguesia de Nogueira da Regedoura.

Em 2023, este projeto pretende desenvolver as seguintes atividades:

- **Ponto de Orientação Profissional e Gestão de Carreira – Emprego:** 2 pontos em funcionamento; 1 edição Meet me in...Bootcamp; 1 edição Promove-te! – Oficina de empoderamento e de capacitação para a integração profissional; 3 apresentações Promove-te!; 6 Sessões de informação à medida;
- **Ponto de Orientação Profissional e Gestão de Carreira – Qualificação:** 2 pontos em funcionamento; 1 Bolsa Oferta Formativa em funcionamento; 2 Percursos Formativos;
- **Ponto de Orientação Profissional e Gestão de Carreira – Autoemprego:** 2 pontos em funcionamento; 1 edição “Acelera-te!”; 3 Encontros em Rede; 3 sessões de informação à medida;
- **Oficina customizada:** 1 edição da Oficina customizada de calçado e marroquinaria e outros setores;
- **Empresas Open Door:** 2 edições Open Door;
- **Oficina “Dar forma às ideias” – Prototipagem e apoio ao empreendedorismo no setor dos artigos de moda:** 1 oficina de prototipagem e apoio ao empreendedorismo no setor dos artigos de moda;
- **Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e de Procura de Trabalho // Incubação:** 1 plataforma em funcionamento;
- **Feira // trainees – desenvolvimento de competências:** 1 edição;
- **Oficina Ideias – Desenvolvimento de Competências e incubação de ideias:** 1 oficina em funcionamento;
- **Academia de Capoeira – Desenvolvimento de Competências pessoais e sociais:** 1 academia em funcionamento;
- **Cursos de Verão:** 1 edição;
- **Shoes (choose) Your Life:** 1 edição;
- **Estufa de Ideias – Laboratório de aceleração de ideias para resolução dos problemas de integração profissional, a partir dos Fóruns Sociais de Freguesia:** 1 estufa de ideias em funcionamento; 1 bootcamp.
- **Sensibilização para a promoção da igualdade de género / oportunidades e de responsabilidade social:** 1 campanha de sensibilização; comprometer 3 empresas que acolhem práticas de responsabilidade social ou se associam a eventos de angariação de fundos.

4. Estufa de Ideias – Inova +

Em 2016, o Município criou uma rede de responsabilidade social, operacionalizada através da plataforma BizFeira, tendo celebrado, nesse mesmo ano, um protocolo com o GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio de Cidadania Empresarial, por forma a facilitar o contacto entre a comunidade empresarial e os empreendedores sociais, criando-se uma cultura corporativa de responsabilidade social.

Na sequência deste trabalho, e com o propósito de continuar a apoiar ideias inovadoras e de responder às necessidades sociais identificadas pelos Fóruns Sociais de Freguesia, promovendo a capacitação das organizações sociais e criando pontes entre estas e o tecido empresarial, em 2023, o Município pretende criar um espaço de incubação/aceleração de iniciativas de inovação social, constituindo-se o mesmo como um polo de inovação social local, de levantamento de projetos existentes, potenciando-os e alavancando ideias que promovam a inclusão e o desenvolvimento social no território, em estreita articulação com potenciais investidores sociais.

GABINETE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

1. Programa Concelho Solidário

1.1. Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos/Emergência Social

No seguimento do trabalho desenvolvido ao nível do Programa Concelho Solidário, continuar-se-á a promover o trabalho em rede, garantindo-se, numa lógica de complementaridade, a operacionalização do programa de apoio a estratos sociais desfavorecidos/emergência social através da medida A, no sentido de minimizar as situações de vulnerabilidade social complexas, e através da medida B- apoio excecional no domínio da habitação.

1.2. Rede de Restaurantes e Padarias Solidárias

Estruturada na responsabilidade social empresarial, esta iniciativa, que disponibiliza gratuitamente refeições diárias a famílias afetadas pelo desemprego e ausência de recursos económicas, continuará, em 2023, a ser uma importante resposta de emergência alimentar, pretendendo-se o seu alargamento de modo a apoiar mais pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

1.3. Mercado da Solidariedade

Dinamizado através da parceria existente com a Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial, CRL, e a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sanguedo, o Mercado da Solidariedade continuará, em 2023, a ser uma resposta de apoio alimentar aos grupos populacionais mais vulneráveis, através de parcerias com entidades de comercialização e da dinamização de campanhas de recolha de alimentos.

1.4. Banco de Ajudas Técnicas

As ajudas técnicas são equipamentos de reabilitação/manutenção, que visam reduzir as consequências do aparecimento de incapacidades motoras ou de melhorar a qualidade do apoio

prestado à pessoa. É dinamizado em estreita parceria com a Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião, as Conferências Vicentinas, IPSS's, e potenciais empresas doadoras.

1.5. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção

De acordo com a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que atribuiu aos órgãos municipais a competência de coordenação da medida social “Rendimento Social de Inserção”, através da celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, o Município passará, em 2023, a garantir, através desta nova competência, a continuidade dos níveis de proteção às famílias em situação de pobreza. Assim, face à nova legislação em vigor, o coordenador do Núcleo Local de Inserção de Santa Maria da Feira, no caso de despacho de deferimento da prestação social RSI por parte dos serviços da Segurança Social, deverá proceder à elaboração dos contratos de inserção dos beneficiários da medida, em função das características e de acordo com as necessidades específicas do agregado familiar no seu conjunto, tendo em especial consideração as aptidões e capacidades de cada um dos seus membros, designando o técnico gestor do processo, de entre os técnicos da câmara municipal, ou solicita a sua designação à instituição particular de solidariedade social, ou equiparada, contratualizada.

2. Programa Municipal de Incentivo à Natalidade

A diminuição da natalidade, associada ao envelhecimento populacional, é uma das principais problemáticas que tem estado no centro das discussões e debates atuais, apresentando-se como um dos temas que coloca grandes desafios aos governantes pelo seu impacto no desenvolvimento social e económico dos Estados. Os impactos negativos desta realidade no desenvolvimento social e económico nacional e local exigem políticas públicas que permitam reverter ou atenuar a tendência da baixa taxa de natalidade, considerando-se que a demografia e a sua dinâmica são uma componente fundamental da estrutura, do funcionamento e da evolução económica e social de uma região, não sendo assim diferente no Município de Santa Maria da Feira.

Neste contexto, pretende-se, em 2023, continuar a implementar a Medida Municipal de Incentivo à Natalidade, já iniciada em 2022, através da atribuição de um apoio a todas as crianças residentes no concelho de Santa Maria da Feira até completarem 3 anos de idade.

3. Inclusão pela Arte – Desenvolvimento das Comunidades Locais

3.1. Projeto TransformArte

A Arte Comunitária do concelho de Santa Maria da Feira conjuga na sua génese uma visão interdisciplinar pioneira, em resposta aos desafios associados à inclusão social e sustentabilidade por via do trabalho artístico colaborativo com as franjas da população mais vulneráveis a fenómenos de exclusão.

Com o propósito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo de mais de 20 anos, em 2023, o Município de Santa Maria da Feira propõe-se a dinamizar as seguintes atividades:

- **Música com Seniores e C.^a**, que assenta na realização de atividades de expressão musical, através do contacto direto com instrumentos da orquestra, ao mesmo tempo que se desenvolvem competências pessoais e sociais e se combate a solidão dos mais velhos. Em 2023, pretende-se adicionar a esta atividade a dimensão intergeracional pela identificação de 2 grupos de crianças e/ou jovens em situação de risco, que possam partilhar a aprendizagem e desenvolvimento de competências sociais com os grupos dos seniores;
- **Teatro de Arte Adaptada**, desenvolvido através de oficinas semanais recorrendo a diferentes abordagens/linguagens artísticas: teatro, música, artes plásticas, desenho e pintura junto de crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, identificados em estreita parceria com as instituições concelhias que desenvolvem a sua ação junto deste público-alvo.

3.2. Projeto MIDAS | Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social

O Projeto MIDAS – Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social, com a duração de 36 meses, contemplou o desenvolvimento de ações imateriais de inclusão social, intervindo num conjunto de 5 comunidades desfavorecidas identificadas no PEDU/PAICD de Santa Maria da Feira, designadamente: Canedo, Sanguedo, Comunidade da Baralha (Sanguedo), Fiães (Almeida Garrett) e de Lourosa (Cadinha). Em 2023 pretende alargar a sua ação outros territórios, promovendo uma abordagem para a inclusão ativa através da arte e da capacitação para a empregabilidade e para estimular os saberes endógenos da comunidade.

Com base neste propósito, em 2023 pretende-se dinamizar as seguintes atividades:

- **Laboratório de Improvisação Musical**, através do qual se pretende possibilitar o contacto de pessoas em situação de vulnerabilidade social com experiências sonoras e sensoriais, através da co-construção de um laboratório de improvisação musical. Para além disso, pretende-se criar um novo grupo e acrescentar a dimensão da intergeracionalidade, com o objetivo de se combater a solidão nos idosos.
- **Oficina de Costura Criativa**, com o objetivo de valorizar a cultura, os saberes tradicionais e a recuperação de técnicas manuais e artesanais, criando-se peças inovadoras e identitárias, que privilegiam a sustentabilidade e a criatividade, numa dinâmica que contribui para a interação, participação e criação de laços sociais, ao mesmo tempo que potencia a criação de emprego.
- **Oficina de Costura Criativa “Costurar a brincar”**, através da qual se pretende dar a conhecer os meandros da costura às crianças e adolescentes e despertar-lhes o gosto por esta arte do tempo dos nossos avós. Nestas oficinas, as crianças e adolescentes aprendem a costura à máquina de forma divertida e, ao mesmo tempo, costuram uma peça que poderão levar para casa.

3.2.1. MIDAS Móvel – promover a literacia digital

A Carrinha MIDAS Móvel, totalmente equipada com material informático e com acesso gratuito à internet, é um modelo descentralizado de prestação de serviços de proximidade, através do qual se disponibiliza à população o acesso a diversos serviços públicos, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Este equipamento assume-me como um espaço de encontro, de criação, de aprendizagens, de partilha de conhecimentos e saberes, capaz de estimular a criatividade e a participação de todos os que a frequentam.

Em 2023, pretende-se dar continuidade aos serviços que esta carrinha já disponibiliza e dinamizar as seguintes atividades:

- Divulgação dos projetos municipais existentes na área da literacia digital, como por exemplo o programa emili@;
- Divulgação da coletânea “Objetos com Histórias” pelos estabelecimentos de ensino existentes na Zona de Intervenção do Projeto, de forma a valorizar o património cultura e imaterial do nosso concelho;
- Divulgação dos serviços da Carrinha MIDAS Móvel a outras freguesias do concelho;
- Promoção da carrinha MIDAS Móvel junto das instituições concelhias, por forma a torna-la palco de atividades/eventos desenvolvidos por estas entidades, como por exemplo rastreios de saúde, comemorações de datas significativas, sessões de esclarecimento, entre outras;
- Articulação com a Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, permitindo, através da carrinha, o empréstimo e devolução de livros aos residentes abrangidos por este projeto;
- Articulação com o projeto “Ponto P”, colocando-se a carrinha em locais estratégicos previamente definidos, e dela fazendo uso para a sensibilização dos jovens para a prevenção de comportamentos de risco, nas áreas da sexualidade, consumo de substâncias, alcoolismo, adição ao jogo, redes, sociais, entre outras.

3.3. HOLOGRAMA Santa Maria da Feira

Coordenado pela Casa da Música em 2022, o Município de Santa Maria da Feira, decorrente das experiências bem-sucedidas, pretende, em 2023, dar continuidade a este projeto artístico, com o objetivo de criar um grande momento anual de intervenção social, através da música, e contribuir ativamente para o aumento de sentimentos de pertença dos indivíduos na comunidade, através da participação cultural e artística.

Este projeto artístico, desenvolvido através de oficinas musicais semanais, contemplará um Grupo Comunitário, composto por pessoas com particulares dificuldades de inserção social, nomeadamente população idosa, pessoas em risco de exclusão social, pessoas portadoras de deficiências e outros grupos excluídos ou socialmente desfavorecidas, em estreita articulação com a Rede Social concelhia.

4. Migrações

4.1. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

Desde 2003, o Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes de Santa Maria da Feira disponibiliza um atendimento de proximidade aos utentes oriundos de diversos territórios, sendo que, a 18 de janeiro de 20109, foi assinado o protocolo que criou o Gabinete de Apoio ao Emigrante 2ª Geração. Este Gabinete, em 2023, à semelhança do apoio e do trabalho desenvolvido, continuará a prestar apoio técnico aos emigrantes em diferentes áreas (segurança social estrangeira, legalização de viaturas, reconhecimento/equivalência de habilitações literárias adquiridas no estrangeiro, dupla-tributação, informação jurídica geral, estatuto de residente não habitual em Portugal, entre outras), propondo-se também a dinamizar/promover encontros online de informação/divulgação das práticas do Gabinete junto das comunidades emigrantes de Pretória, Rio de Janeiro e Caracas.

Pretende-se ainda criar uma plataforma de comunicação que potencie a partilha e melhor gestão dos recursos do Município, acionando a colaboração interterritorial. É ainda pretensão deste Gabinete assumir em 2023, em articulação com os restantes municípios, a coordenação das respostas aos emigrantes nos territórios que integram a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

4.2. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Criado em 2003 em parceria com o Alto Comissariado das Migrações – ACM, I.P, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Santa Maria da Feira (CLAIM) integra, desde essa data, a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, tendo como missão facilitar o processo de integração desta população, através de uma política de acolhimento e de integração adequada. Tendo presente o aumento da população estrangeira a residir no concelho e a nova realidade na sequência do conflito na Ucrânia, o CLAIM, em 2023, continuará a prestar todo o apoio a estes cidadãos, em particular à população ucraniana, orientando-a também para medidas especiais aprovadas pelo XXII Governo Constitucional, para o acolhimento, proteção e integração de pessoas deslocadas da Ucrânia em Portugal.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2003, o CLAIM continuará, em 2023, a estabelecer contacto e atendimento permanente, recorrendo às plataformas digitais, de forma a prestar informação geral em diversas áreas, e a promover a interculturalidade através de iniciativas de conhecimento e interação positiva entre munícipes, bem como de formação e promoção de competências interculturais, reconhecimento e valorizando as diversidades sociais, culturais, linguísticas e religiosas, como por exemplo a realização da 4.ª Edição do Curso (não formal) “Cidadania, Cultura, Património e Desenvolvimento Económico”.

O CLAIM propõe-se ainda a dar continuidade à parceria com o Consulado da Venezuela, tendo em vista a realização da 3.ª atividade consular em Santa Maria da Feira; a promover o envolvimento da sociedade civil através da realização de visitas ao património do Concelho; a dar continuidade à articulação com o Centro Tecnológico do Calçado para o acolhimento e integração de jovens

oriundos de São Tomé e Príncipe; a dinamizar a colocação em prática da Proposta de Lei n.º 19/XV, de 21/07/2022, que estabelece novas modalidades de vistos para estrangeiros, criada para atrair uma imigração regulada, com a implementação do visto de procura de trabalho, específico para quem quer ingressar em território nacional para procura de trabalho; a comemorar o Dia Municipal das Migrações (14 de agosto), com a dinamização de uma Mostra Gastronómica, Música e Dança; a dinamizar Cursos de Português Língua de Acolhimento online e em regime pós-laboral; e a assumir a coordenação das respostas aos imigrantes nos territórios que integram a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

4.3. Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

Em 2023, o Município continuará a prestar o serviço de emissão do Certificado de Registo Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, de acordo com a Lei nº 37/2006, de 9 de agosto, a qual possibilita o direito de residência em Portugal aos cidadãos, e seus familiares oriundos desses Países. Esta resposta municipal é sempre articulada com os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana Segurança Social, Conservatórias, Registo Civil, Finanças e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

4.4. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais

Em 2023, o Município de Santa Maria da Feira continuará a estar representado na Rede Portuguesa das Cidades Interculturais, partilhando com outras cidades com diferentes realidades interculturais as metodologias de acolhimento e integração de imigrantes e de refugiados, permitindo aprendizagens através da partilha de conhecimento e experiência prática.

Neste contexto, Santa Maria da Feira integrará o projeto transnacional NET-IDEA (Network of European Towns for Interculturalism, Diversity, Equality e Anti-Discrimination), financiado pela Comissão Europeia (2022-2024), em que participam 15 cidades a nível europeu e as cidades portuguesas de Braga e Vila Verde, com um orçamento de 59.924,00€.

No âmbito desta Rede, em 2023, o Município dará continuidade ao Curso (não formal) “Cidadania, Cultura, Património e Desenvolvimento Económico” (75h), dirigido a cidadãos migrantes residentes em Portugal, nacionais de países terceiros, comunitários, refugiados ou asilados, e luso-descendentes; e pretende-se editar o Guia de Conversação Português – Ucrainiano, produzido pelo CLAIM.

4.5. Rede Portuguesa de Municípios Amigos da Diversidade

Pioneiro da Rede Portuguesa de Municípios Amigos da Diversidade, o Município de Santa Maria da Feira, em 2023, continuará a beneficiar da oferta de instrumentos de trabalho e do conhecimento partilhados pelos outros Municípios que integram esta Rede, sendo disso exemplo o Índice dos

Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração dos imigrantes.

4.6. Projeto – Piloto “Integrar Valoriza”

Em 2021, o Município de Santa Maria da Feira efetuou manifestação de interesse para integrar o projeto-piloto “Integrar Valoriza”, promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações, tendo por objetivo reforçar as políticas de integração de pessoas imigrantes através de iniciativas coordenadas ao nível local, que permitam potenciar a integração de imigrantes e combater a imigração irregular, a exploração laboral e o tráfico de seres humanos. Este projeto permitirá, assim, fomentar o trabalho em rede e criar sinergias.

Em 2023, e no âmbito deste projeto, o Município propõe-se a colaborar com as iniciativas previstas pelo mesmo, entre as quais o preenchimento de formulário (plano de atividades simplificado, neste caso a adaptação do Plano do Município ao Plano da Rede) com vista a dar início aos trabalhos no âmbito do Projeto e a Partilha de Recursos e Práticas Inspiradoras de municípios.

4.7. Acolhimento de Refugiados

Na sequência do Protocolo de Acolhimento de Refugiados celebrado com o Conselho Português dos Refugiados (CPR), em julho de 2016, e tendo em linha de conta a atual situação evidenciada pelo fenómeno dos refugiados/“crise dos refugiados”, em 2023, o Município, à semelhança dos anos anteriores, continuará a disponibilizar-se para o acolhimento de refugiados, através da cedência de habitações inseridas no parque habitacional de arrendamento social, sempre em estreita colaboração com as entidades parceiras da Rede Social e outros sectores públicos do Concelho de Santa Maria da Feira. Pretende-se ainda reforçar as respostas definidas na task-force criada para o acolhimento de refugiados da Ucrânia.

5. Respostas de Intervenção na área da Igualdade de Género e da Não Discriminação

5.1. Espaço Trevo

Desde 2006, o Espaço Trevo, Gabinete de Intervenção na área da Violência Doméstica, desenvolve uma intervenção assente nas linhas orientadoras da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação e baseada em estratégias integradas, privilegiando o trabalho em rede, na perspetiva de se tornar uma resposta concelhia consolidada e integrada. Em 2020, este Gabinete alargou o seu âmbito de intervenção territorial, passando a ser uma resposta intermunicipal enquanto Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Violência de Género nos Municípios de Terras de Santa Maria.

Para 2023 está prevista a continuidade desta intervenção, nomeadamente ao nível do apoio informal, psicossocial, psicológico, aconselhamento jurídico e encaminhamento social a vítimas de violência doméstica; da dinamização de campanhas de sensibilização, prevenção e formação junto da

comunidade geral e de públicos-alvo estratégicos; e da dinamização do GAIV – Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (assessoria técnica), em parceria com o DIAP de Aveiro – Secções de Santa Maria da Feira.

5.2. Resposta de Apoio Psicológico e/ou Psicoterapêutico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica dos Municípios das Terras de Santa Maria

Criada em 2021, a RAP – Resposta de Apoio Psicológico prevê, em 2023, dar continuidade ao trabalho de promoção do atendimento, acompanhamento e apoio especializado, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica, a crianças e jovens vítimas de Violência Doméstica, que estejam acolhidas em casas abrigo e respostas de acolhimento de emergência e/ou sejam atendidas e acompanhadas pelas estruturas de atendimento da RNAVVD.

5.3. Espaço Arruda

No âmbito da sua intervenção, em 2023, e de acordo com o Decreto Regulamentar de estruturas de atendimento e apoio às vítimas, pretende-se também continuar a salvaguardar a resposta direta de intervenção com agressores, através de uma articulação estreita entre a Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais – Equipa de Reinserção de Entre Douro e Vouga.

5.4. Plano Municipal para a Igualdade de Género

Resultado da candidatura do Município de Santa Maria da Feira à tipologia 7.2) Planos para a Igualdade, tendo como entidade promotora a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, como entidades cofinanciadoras a União Europeia e o Estado Português, como entidade intermédia a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e como entidade parceira a Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL, o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação (PMIND) decorre no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Município e a CIG, assinado em junho de 2019, encontrando-se, neste momento, em execução a fase da sua implementação, divulgação e avaliação.

Implementado desde dezembro de 2012, o Gabinete de Igualdade e Não Discriminação do Município tem atuado em várias áreas de intervenção, com particular destaque para a sensibilização e prevenção, pretendendo, em 2023, dinamizar as seguintes iniciativas:

- Realização de ações de capacitação e de sensibilização dirigidas aos colaboradores do Município e empresa municipal e à comunidade, em geral, com o objetivo de sensibilizar para a temática e para promover a integração dos objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação na governação, gestão, intervenção, apoios, financiamentos e no trabalho em rede das atividades locais;
- Elaboração de um Guião de normas orientadoras para a adoção de uma linguagem e comunicação inclusiva de género;

- Dinamização de campanhas de sensibilização para assinalar marcos históricos, contribuindo para a disseminação dos fundamentos e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Realização de um encontro, dinamizado pela Equipa para a Vida Local, com vista a promover a partilha de experiências e de boas práticas nesta área;
- Encetar atividades de avaliação do PMIND, nomeadamente: a realização de entrevistas individuais (2) com responsáveis de áreas de intervenção, acompanhamento e avaliação deste processo; a dinamização de uma “Roda de Conversa” com stakeholders locais; e a realização de reuniões de acompanhamento e monitorização com a Equipa para a Vida Local.

6. Bolsa Local de Voluntariado

Seguindo a estratégia definida de promoção do voluntariado, sobretudo dirigido à população jovem e sénior, e procurando estimular as organizações concelhias a desenvolverem projetos de voluntariado, a Bolsa Local de Voluntariado, em parceria com a Cooperativa Casa dos Choupos e a Ser + Pessoa, em 2023, dará continuidade à gestão das pessoas voluntárias inscritas, nomeadamente ao nível da realização de entrevistas iniciais; gestão/atualização da base de dados de registo dos voluntários; contactos com voluntários para encaminhamento para projetos/iniciativas e formação inicial aos voluntários.

6.1. Programa de Voluntariado Intergeracional

Propõe-se a continuidade do desenvolvimento da prática do voluntariado jovem e sénior nas instituições concelhias, para valorização do tempo e aquisição de competências nas áreas sociais, ambientais, culturais e desportivas, para os jovens, a partir dos 16 anos e seniores a partir dos 55 anos, incluindo para os filhos dos colaboradores da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Feira Viva, Cultura & Desporto, em períodos de interrupção letiva de Páscoa, Natal e Verão e em outros de particular necessidade demonstrada pelas entidades acolhedoras.

6.2. Programa de Voluntariado de Proximidade

Propõe-se a dinamização de ações de esclarecimento, de informação e de sensibilização junto de voluntários/as (a partir dos 15 anos) identificados/as e interessados/as pela prática do voluntariado em áreas estratégicas e prioritárias, discutidas nos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia, auscultando e envolvendo nesta dinâmica seniores reformados da Câmara Municipal e de outras entidades, envolvendo-os/as posteriormente nas áreas de ação de voluntariado do seu território ou freguesia de que são oriundos e/ou residentes.

6.3. Quiosque do Voluntariado – Ações de Sensibilização, Formação e Informação

Propõe-se a divulgação da Bolsa Local de Voluntariado junto da rede social e agrupamentos de escola em momentos de necessidade de voluntários em eventos como: Dia Metropolitano dos Avós,

Mosaico Social, Campanhas de Recolha Alimentar e nas diferentes edições do Programa de Voluntariado Intergeracional; e fomentar a prática de voluntariado nas escolas (em estreita articulação com a Educação), para que o voluntariado esteja presente desde cedo na vida das pessoas.

6.4. Comemorações do Dia Internacional do Voluntariado

Com o objetivo de sensibilizar para a prática do voluntariado, será dinamizada uma semana aberta ao voluntariado, com iniciativas que contribuam para o envolvimento e reconhecimento da prática de voluntariado, entre as quais: “Voluntário por um dia”, aberto a todas as pessoas que queiram experimentar a prática do voluntariado em áreas de interesse (social, cultural, bem-estar animal, ambiental); e Lançamento do Cartão “BLV Feira”, com apresentação de benefícios dos voluntários e parcerias.

6.5. Programas de formação/workshops

Formação em áreas transversais, dirigidos às pessoas voluntárias inscritas na Bolsa Local de Voluntariado (gestão de conflitos, comunicação, gestão emocional) e outras atividades, como exercícios de estímulo à criatividade, caminhadas, entre outras que contribuam também para um sentimento de pertença.

7. Plano Municipal de Prevenção das Dependências

7.1. Espaço OK: Consulta e/ou Aconselhamento para Jovens com Comportamentos de Risco

O Espaço OK manter-se-á, em 2023, como uma resposta de consulta e/ou aconselhamento destinado a jovens dos 12 aos 25 anos com dificuldades ou comportamentos de riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas, assim como, familiares, professores e outros significativos. Este serviço continuará com a parceria integrada entre a Equipa de Tratamento do CRI – Porto Central (ARS Norte), o Município de Santa Maria da Feira, a Associação Ser + Pessoa e a APPV – Associação Pelo Prazer de Viver.

7.2. Ponto P

Em 2023, pretende-se reforçar a fase renovada do Ponto P, resultado de uma articulação interinstitucional no âmbito da prevenção e da redução de riscos associados aos jovens tendo como principal objetivo promover estilos de vida saudáveis, reforçando fatores protetores e minimizando fatores de risco.

Através deste projeto pretende-se intensificar nos jovens a identificação com o projeto no sentido de captar novos elementos para o grupo de Mediadores Sociais Ponto P através das diversas plataformas digitais. Com isto, prevê-se a dinamização de atividades digitais, com o envolvimento de jovens do concelho, relacionadas com a prevenção e redução de riscos nas áreas do consumo de

substâncias psicoativas e sexualidade associadas a algumas temáticas de interesse dos jovens, nomeadamente, as redes sociais e a música.

Paralelamente, para 2023, prevê-se o foco na necessidade de uma articulação estratégica próxima das entidades decisoras e de organização de eventos recreativos de relevo concelhios, nomeadamente a Proteção Civil do Município de Santa Maria da Feira, perspetivando-se a realização de dois encontros de trabalho com os grupos intervenientes dos vários eventos, a fim de refletir sobre uma intervenção pertinente para reforço dos fatores protetores e promotores de comportamentos e estilos de vida mais saudáveis. Este processo estratégico pretende enriquecer e solidificar o Ponto P-versão 2.0 como iniciativa preventiva e projeto interventivo e de envolvimento sociocultural.

7.3. Serviços de Consultoria na Área da Prevenção Primária das Toxicodependências Junto das Instituições do Concelho (Contexto Familiar, Escolar e Espaços de Lazer, Recreativos e Desportivos)

No ano de 2023, o Núcleo Prevenir continuará a reforçar os serviços de consultoria proporcionando apoio técnico na dinamização de projetos de prevenção primária dos consumos de substâncias junto das instituições Concelhias, mediante as necessidades e solicitações destas entidades, nomeadamente, na dinamização de projetos que se revelem pertinentes integrar e implementar nos planos de ação dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias.

O Núcleo Prevenir prevê ainda a continuidade, sempre mediante as respetivas necessidades e solicitações dos respetivos Agrupamentos e/ou outras instituições locais, das sessões de informação e esclarecimento, em parceria com a PSP, para crianças e jovens nos vários contextos.

8. GIP – Gabinete de Inserção Profissional

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), promovido pelo Município, constitui-se como uma resposta descentralizada de alguns serviços prestados aos munícipes do concelho de Santa Maria da Feira, pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre o Douro e Vouga, nos domínios do emprego e da formação.

O GIP disponibiliza informação profissional para jovens e adultos desempregados; presta apoio na procura ativa de emprego; acompanha de forma personalizada os desempregados em fase de inserção e reinserção profissional; capta e gere ofertas de emprego junto de entidade empregadoras; divulga ofertas de emprego/ formação; e encaminha para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo.

Tendo havido uma prorrogação da autorização de funcionamento e aditamento ao contrato de objetivos até fevereiro de 2023, altura em que será feita nova candidatura à rede GIP's, os objetivos anuais de junho de 2022 a fevereiro de 2023, são os seguintes:

- Ações de Informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou



formação, tendo como indicador, 40 sessões coletivas de informação e 47 sessões de divulgação de ofertas e planos formativos;

- Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento de atitude empreendedora, tendo como indicador 34 sessões de técnicas de procura de emprego e 134 pessoas em tutoria individual, na procura de emprego;
- Encaminhamento para ações de formação e/ou Centro Qualifica do N-EFDV, tendo como indicador 267 encaminhamentos;
- Receção e registo de ofertas de emprego e divulgação de apoios e incentivos do IEFP, tendo como indicador 88 postos de trabalho captados e 53 visitas a entidades;
- Apresentação de desempregados a ofertas de emprego, tendo como indicador, 668 encaminhamentos realizados;
- Colocação de desempregados em ofertas de emprego, tendo como indicador, 74 colocados;
- Convocação de desempregados para ofertas de emprego, tendo como indicador 612 convocados;
- Apoio à utilização dos serviços online do IEFP (inscrição para emprego, requerimento de SD, agendamento prévio...), tendo como indicador o número de atendimentos individuais;
- Informações gerais, declarações, alteração/atualização de dados e receção de documentação, tendo como indicador o número de atendimentos individuais.

9. Provedoria Municipal dos Cidadãos Portadores de Deficiência

A Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência de Santa Maria da Feira (PMCD), em 2023, continuará a intervir na promoção dos legítimos direitos e garantias das Pessoas com Deficiência (PcD), a consolidar a auscultação aos munícipes e a adequar a sua ação às suas necessidades mais prementes.

Face ao agravamento da situação socioeconómica desta população, com maior impacto nos grupos mais vulneráveis, a Provedoria procurará, em articulação com a autarquia, rede social, associações e demais entidades, respostas mais adequadas para melhoria da qualidade de vida destes agregados, nomeadamente através das seguintes iniciativas:

- Promoção da acessibilidade nos diversos meios de comunicação físicos e digitais do município;
- Dinamização de ações que promovam o envolvimento e comprometimento de toda a comunidade, incluindo as PcD, nos desafios, respostas e oportunidades que beneficiem a sua qualidade de vida e inclusão social;
- Promoção de iniciativas que evidenciem a relevância da acessibilidade física nos espaços públicos, para o conforto, segurança e autonomia;



- Articulação e consolidação de parcerias com entidades a operar no âmbito dos cidadãos com deficiência, que promovam a partilha de conhecimento e sinergias para uma eficaz resposta social;
- Reforço do apoio aos usuais pedidos apresentados pelos cidadãos ou entidades municipais, no âmbito dos direitos, produtos de apoio, capacitação/formação ou emprego, habitação, transportes, estacionamento, entre outros;
- Recomendações e orientação a entidades municipais ou externas, que visem a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas, na promoção da autonomia da população residente e visitante do concelho, nos principais centros urbanos, espaços (Europarque, p.ex.) e momentos do município (Viagem medieval, Imaginarius, Perlim, Mosaico Social, etc), entre outras ações consideradas pertinentes;
- Promoção de iniciativas para a inclusão social, privilegiando contextos coletivos informais como as artes (Orquestra Criativa, LaBInDança ou TransformArte), o desporto (Desporto Plural ou o PMBE- Programa Movimento e Bem-estar), entre outras iniciativas que proporcionem as adequadas condições de inclusão social, equitativa e, sempre que possível, participação autónoma da pessoa;
- Acompanhamento dos planos e ações desenvolvidas no município para a implementação da acessibilidade nos seus diversos contextos (nos transportes, no espaço público, no edificado, na acessibilidade digital e interpessoal), como resposta decisiva para a alteração da perspetiva social e da realidade quotidiana das PcD ou incapacidade;
- Divulgação e acompanhamento de respostas sociais que promovam a qualidade de vida das PcD, no âmbito da assistência (com cuidados formais ou informais) ou da autonomização da pessoa (com Assistência Pessoal, adequados produtos de apoio, enquadramento formativo, profissional ou outro).

SERVIÇO MUNICIPAL PROTEÇÃO CIVIL

Se é certo que a prioridade é a prevenção, a verdade é que dado haver fenómenos imprevisíveis tanto a nível natural como tecnológico, é necessário dispor-se de proteção civil eficiente para que numa dada situação de emergência a salvaguarda e segurança das populações, bens e património dos munícipes sejam assegurados. Torna-se assim indispensável planear e organizar os recursos disponíveis localmente e diagnosticar situações de risco preparando respostas eficazes. É necessário adquirir/requisitar equipamentos, viaturas e sinalização de emergência para a via pública (sinais de perigos vários; gelo; derrocadas, derrames...).

Sendo a atividade de proteção civil desenvolvida também, através da participação dos cidadãos, aos quais assiste o direito de serem informados e o dever de colaborarem na prossecução dos fins da

proteção civil, desenvolveremos ações de formação e esclarecimento, sobre medidas de autoproteção em caso de emergência. Para tal é necessária formação adequada e capaz de todos os agentes de proteção civil.

Informar, formar e promover a adoção de condutas de segurança pela população atendendo às características próprias dos diversos grupos que a constituem é o fator mobilizador dos agentes de Proteção Civil. Nesse sentido, a Proteção Civil vai manter a sua presença nas diversas escolas e instituições de solidariedade social do Concelho a fim de desenvolverem ações de sensibilização sobre os temas relacionados com a segurança sempre em contato direto e com o envolvimento ativo da comunidade.

Pretende-se, ainda, através do planeamento, uma melhor articulação entre todas as entidades com responsabilidades na resposta da Proteção Civil, cada vez mais próxima do cidadão.

Necessariamente, esta decisão tem de convergir com o investimento na vertente de planeamento direcionada para a análise dos riscos do Concelho e a consequente e permanente necessidade de atualização dos documentos de articulação, definição e gestão de meios operacionais indispensáveis para garantir melhor resposta em caso de acidente.

Pretendemos implementar uma educação para o risco, sendo que entendemos que, será a melhor forma de garantir que o planeamento, a sensibilização e a intervenção serão partilhados com a população, nomeadamente com a continuação do programa Aldeia Segura/Pessoas Seguras, Projeto Educativo e articulação com as Juntas de Freguesias.

A proteção civil pretende através de exercícios práticos, ou seja, os simulacros fortalecer laços entre os parceiros da proteção e socorro, para que se garanta eficácia das operações. A experiência tem mostrado que só com treinos e exercícios é possível diminuir os tempos de reação dos organismos e entidades intervenientes, com nítida melhoria na execução e na coordenação das operações.

Os bombeiros são dos elementos de proteção civil aqueles que as populações mais procuram e mais confiam para a resolução dos seus problemas. Conscientes do inestimável valor de todos os bombeiros, da importância da qualidade do seu trabalho, e da necessidade de manter a motivação de quem o faz, no ano de 2023, continuaremos a apoiar financeiramente e materialmente os nossos bombeiros, cruz vermelha e ainda as forças de segurança deste município.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Desde a sua criação em 2005, que o gabinete técnico florestal (GTF) de Santa Maria da Feira apoia tecnicamente a comissão municipal de defesa da floresta sendo o responsável pela

elaboração/atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e pelo acompanhamento da execução das ações propostas nesse plano.

Faz também a elaboração/atualização anual do Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (POM), que integra o PMDFCI. O técnico deste gabinete é ainda responsável pela elaboração de pareceres relativos a projetos de arborização/rearborização de espaços florestais bem como ao enquadramento de projetos de edificação em meio rural no PMDFCI e/ou PDM, nomeadamente, na cartografia de risco de incêndio e no DL 82/2021 de 13 de outubro, na sua versão mais atualizada, apresentando-os nas reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta para emissão de parecer, tornado obrigatório pela referida Lei.

Desempenha ainda funções de fiscalização e notificação dos proprietários florestais no âmbito da legislação de defesa da floresta contra incêndios, e de coordenação da recuperação e manutenção da Mata das Guimbras. É também responsável pelos trabalhos de controle/eliminação de ninhos de vespa asiática, pela emissão de pareceres municipais relativos ao lançamento de artefactos pirotécnicos, pelo acompanhamento do programa de controlo da vespa da galha do castanheiro e colabora na gestão da plataforma das queimas e queimadas, registando/autorizando estas ações e esclarecendo os munícipes de como o fazer individualmente. Para 2023 propõe-se que o técnico deste gabinete continue a coordenar os trabalhos de amostragem de plantas hospedeiras e deteção de focos de infeção pela bactéria *Xylella fastidiosa* neste concelho.

O técnico deste gabinete é ainda o gestor da zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (ZCM 6646-ICNF), cuja concessão foi renovada por um período de mais 6 anos, após a publicação do Despacho VPCD-PS/037/2022 de 12 de janeiro. Os limites físicos da ZCM foram melhor ajustados à realidade do território sendo próximos dos anteriores, e as suas normas de funcionamento mantêm-se idênticas aos anos anteriores. A tramitação administrativa dos processos de candidatura e emissão de autorização especial de caça, continuarão a ser efetuados na Divisão de Administração Geral - Taxas e Licenças, do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico desta Câmara.

SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

A. CENTRO VETERINÁRIO MUNICIPAL

1. Mobiliário para o Centro Veterinário Municipal

Com o objetivo de dotar as novas instalações do Centro Veterinário Municipal de mobiliário adequado às necessidades atuais para o armazenamento conveniente de fármacos, material médico e conservação do arquivo documental nele existente, torna-se necessário atribuir uma verba destinada a este fim (20.000€).

2. Equipamentos de Captura e Contenção Animal

O equipamento e material usado na captura e/ou contenção de animais, é de desgaste muito rápido. Torna-se assim necessário prever uma verba (10.000€) destinada à necessidade de reforço na aquisição deste tipo de material (laços de captura, redes, pinças de captura, trelas, coleiras, peitorais e armadilhas).

3. Gestão da população animal (adoções, tratamentos, ocisões)

Propõe-se para 2023, manter os mesmos procedimentos adotados no CIAMTSM, dado que o tempo de permanência no Canil Municipal da Feira até à entrada no CIAMTSM é claramente superior, por motivos de sobrelotação de animais, torna-se imperioso proceder ao mesmo protocolo preparativo vacinal (vacina anual contra as doenças infecciosas (esgana, parvovirose, hepatite e leptospirose), com intervalo de 3 a 4 semanas para o reforço, após a 1ª dose), desparasitar internamente via oral (lombrigas e ténias) e desparasitar externamente (pulgas, moscas, mosquitos e carraças), Acrescem a estes cuidados aos já obrigatórios, da vacinação antirrábica obrigatória, o microchip e a esterilização (efetuada no CIAMTSM).

Face à entrada da Lei n.º 27/2016 (lei da esterilização e não abate de animais em centros de recolha oficiais), a ocisão de animais está apenas contemplada para situações de animais com comportamento muito agressivo e animais em manifesto sofrimento, não tratável.

Neste sentido, propõe-se 20.000€ para este fim.

4. Material médico

Para além das despesas correntes, resultantes das operações de limpeza e desinfeção do canil e instalações anexas, torna-se necessário requisitar também este tipo de material (5.000€).

5. Vestuário e Calçado

Torna-se necessário proceder à renovação natural pelo desgaste do vestuário do médico veterinário municipal (MVM), do assistente operacional do canil municipal (José Alves) e do assistente técnico Miguel Ferreira, nomeadamente no que diz respeito a pijamas cirúrgicos, t-shirts, polos, coletes, fatos de chuva e calçado de proteção clínico (excluindo-se aqui os EPI's (equipamentos de proteção individual dos colaboradores, referido em orçamento próprio). Para o efeito, propõe-se 3.000€.

A cor e design dos mesmos poderá ser escolhida mediante a imagem e design do Centro Veterinário Municipal (CVM), em articulação com a Divisão da Comunicação.

6. Alimentação animal

Torna-se necessário adquirir trimestralmente a alimentação animal, de acordo com o stock existente no canil municipal. Nesse sentido, será necessário adquirir em 2023 uma maior quantidade de alimentação seca ou ração de manutenção, devido ao período de permanência dos animais superior ao previsto, em virtude da sobrelotação do CIAMTSM e colocação dos canídeos no canil da Feira em lista de espera. Para o efeito, propõe-se dotar o orçamento de 2023 com 10.000€.

7. Campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica pelas freguesias

Torna-se assim necessário proceder à aquisição/renovação do material necessário para realizar a campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica pelas freguesias (2.000€).

8. Viatura de Recolha Animal

Será necessário também atualizar o vinil exterior identificativo para os contactos e nova imagem do Centro Veterinário Municipal.

B. PROGRAMAS/CAMPANHAS E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA A ANIMAIS DE COMPANHIA

A implementação dos seguintes programas e campanhas, permitirá ao município de Santa Maria da Feira, ser cumpridor na plenitude, no seu papel adotando uma política de saúde e bem-estar animal. No entanto, esta problemática atual é de todos e cabe igualmente à sociedade dar o seu contributo no controlo da reprodução dos seus animais, na venda de animais e no não abandono animal, sob pena de todo este trabalho ser em vão.

1. Campanha Municipal de Esterilização Gratuita: Não ao Abandono, Sim à Esterilização

Face ao sucesso crescente da adesão dos munícipes das edições anteriores da campanha de municipal: “Não ao Abandono, Sim à Esterilização”, propõe-se a continuidade do programa nos mesmos moldes para mais uma edição em 2023. Será sempre desejável eleger como prioridade os setores mais carenciados da nossa população alvo.

Como benefício comum a médio/longo prazo no controlo da reprodução de animais de companhia, muitas vezes descontrolada, teremos a redução do número de ninhadas indesejadas e assim um controlo e redução na proliferação de animais errantes e por conseguinte na sobrelotação atual e constante do CVM e do CIAMTSM;

O custo das intervenções cirúrgicas e do microchip, ficará a cargo da autarquia, sendo as cirurgias efetuadas na sala apropriada para o efeito, em Centro de Atendimento Médico Veterinário (CAMV) prestador de serviços;

Na eventualidade previsível de que o Governo da República Portuguesa atribua uma verba de apoio para a esterilização, poderemos igualmente nos candidatar à mesma e amortizar/atenuar de forma considerável esta despesa inicial do município.

Propõe-se assim a continuidade desta campanha de sucesso com a abertura em 2023 de procedimento de consulta a todos os CAMV's para apresentarem a melhor proposta de valores ao município para o serviço de castração/esterilização). Para 2023, propõe-se um orçamento de 30.000€.

2. Assistência Veterinária Clínica Externa de apoio ao CVM

Este tipo de situações cada vez mais frequentes (animais errantes atropelados, animais que carecem de tratamento cirúrgico/internamento, animais recebidos por processos de maus tratos a animais), têm sido tratadas como prioritárias e resolvidas, recolhendo e encaminhando os animais acidentados para um Centro de Atendimento Médico Veterinário (CAMV), onde aí são avaliados, medicados e tratados cirurgicamente, caso seja necessário, ficando as despesas a cargo do município, caso o animal não possua microchip ou detentor conhecido.

Propõe-se a continuidade da prestação de serviços com um ou vários CAMV's. Neste sentido, torna-se necessário em 2023 abrir novo procedimento de consulta a todos os CAMV's (Centros de Atendimento Médico Veterinários) do concelho, de forma a que se pronunciem sobre o interesse de integrarem uma rede concelhia de apoio clínico/cirúrgico ao Município de Santa Maria da Feira, mediante escala anual e/ou área de ocorrência. A atribuir a verba de 30.000€.

3. Programa de Apoio: Captura/Esterilização/Devolução (CED) de Gatos Errantes

Neste momento, é imperativo continuarmos a implementar um programa de apoio CED no concelho de Santa Maria da Feira, face ao aumento de pedido de felinos errantes no concelho e pelo facto de não dispormos de alojamentos adequados para esta espécie (gatil).

Os animais capturados são esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome do município, desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas, no plano de gestão da colónia.

A colónia intervencionada será supervisionada pelo médico veterinário municipal, devendo a entidade responsável pelo programa (cuidador(a)) assegurar que são prestados os cuidados de saúde e alimentação adequados aos animais, controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.

As despesas relacionadas com a manutenção de colónias de gatos são da responsabilidade do(a) cuidador(a).

10. Sempre que a câmara municipal verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos anteriormente, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.

11. O programa CED não é aplicável a cães (A Portaria em vigor não contempla esta situação de momento).

12. As esterilizações poderão ser efetuadas na sala apropriada para a esterilização que dispomos no CIAMTSM, mediante marcação e deferimento prévio do Serviço Médico veterinário Municipal.

No entanto, face ao elevado número de animais em lista de espera, propõe-se em 2023, adjudicar em procedimento a um ou mais CAMV's a esterilização destes animais nestes moldes.

13. O programa de apoio, sem protocolo com Associação, é baseado neste moldes, em <https://cm-feira.pt/web/guest/col%C3%B3nia-de-gatos-de-rua-ced-> .

Temos de momento cerca de 73 cuidadoras e mais de 300 animais esterilizados gratuitamente e devolvidos em locais identificados.

Propõe-se assim para 2023, 20.000€.

4. Campanhas de Adoção e de Não Abandono Animal nos Outdoors do Concelho

O Município deverá apostar de 2023 numa campanha forte em todo o concelho de promoção do futuro Centro Veterinário Municipal (CVM), dando a conhecer os seus serviços (ADOTE, VACINE, ESTERILIZE), incentivando assim à adoção de animais responsável e sobretudo de sensibilização para o não abandono, utilizando os “medias”, os outdoors públicos, vídeos publicitários, sessões fotográficas profissionais e regulares dos animais adotados para divulgação, entre outros materiais promocionais ou outras formas de divulgação.

Estas ações promocionais são imprescindíveis, face ao estado de sobrelotação com consequente falta de espaço para recolhermos animais errantes, sobretudo as matilhas.

Para complemento das campanhas de apoio e sensibilização, dispormos no CVM, em permanência, vários materiais e brindes promocionais (lápiz, esferográficas, panfletos, porta-sacos para apanha de dejetos, autocolantes/crachás, entre outros), para oferecer às crianças de escolas ou aos munícipes.

Para as despesas com estes materiais, propõe-se cerca de 5.000€.

pelouro
**urbanismo, planeamento,
transportes e mobilidade**

O planeamento e o urbanismo equilibram e regulam a política municipal de ordenamento do território, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial supramunicipais, sejam estes de âmbito nacional e/ou regional, através dos seus modelos de organização espacial e do desenho urbano, determinando a estratégia do desenvolvimento sustentável do território municipal.

O desenvolvimento do concelho de Santa Maria da Feira é bem patente no crescimento registado nos últimos anos em termos sociais e económicos, bem como no nível da proteção e valorização dos recursos e do ambiente, com significativos sinais da melhoria da qualidade de vida da população.

As grandes opções para o ano 2023 refletem o desejo de um planeamento equilibrado, centrado nas pessoas, priorizando o ambiente e, ao mesmo tempo, assegurando o desenvolvimento económico, a habitação, as funções sociais e as demais funções dos espaços urbanos. Pretende-se que os reflexos desta estratégia de planeamento se afigurem de forma direta na saúde e na qualidade de vida, na manutenção e criação de emprego e na fixação da população. Para isso, em todos os instrumentos de planeamento, determina-se um objetivo orientador que consiste na qualificação da capacidade das infraestruturas urbanísticas, na colmatação dos tecidos urbanos, na regeneração dos espaços públicos, na estruturação dos sistemas de acessibilidades e de mobilidade e no reforço de um sistema territorial que promova um concelho mais competitivo, cumpridor dos desígnios locais e das políticas de solos supramunicipais.

Dando continuidade à programação estratégica de promoção do desenvolvimento territorial estabelecida no Plano de 2022, propõe-se os seguintes objetivos:

- Objetivo Estratégico 1 (OE1): Adequação dos instrumentos de ordenamento do território aos desafios atuais (Plano Diretor Municipal, planos de urbanização, planos de pormenor e planeamento participativo);
- Objetivo Estratégico 2 (OE2): Contributo do planeamento para a estratégia municipal para a habitação;
- Objetivo Estratégico 3 (OE3): Estratégia de reabilitação e sustentabilidade urbana;
- Objetivo Estratégico 4 (OE4): Estratégia para mobilidade e transportes;
- Objetivo Estratégico 5 (OE5): Estratégia para a gestão urbanística;
- OE6: Estratégia para a gestão da Informação Geográfica.

OE1: Adequação dos instrumentos de gestão territorial aos desafios atuais (Plano Diretor Municipal, planos de urbanização e planos de pormenor, planeamento participativo)

Os objetivos específicos do Gabinete do PDM, para o ano de 2023, consideram o modelo de organização espacial, refletem a política municipal de ordenamento do território e urbanismo e observam as metas dos quadros legislativos em vigor.

A aprovação e implementação da 2.^a revisão do Plano Diretor Municipal, de acordo com a nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo, com a definição das regras para a ocupação, uso e transformação do solo, estabelece modelos de organização, a executar mediante uma programação e um plano de financiamento, de acordo com os parâmetros legais.

Após a conclusão da proposta que determina a classificação e qualificação do uso do solo, bem como a respetiva execução e programação das ações do plano e a articulação de todas as peças que constituem o seu conteúdo documental, pretende-se concertar a segunda reunião da Comissão Consultiva com as entidades das diferentes tutelas. Segue-se a análise e ponderação de todos os pareceres técnicos resultantes da reunião, à qual sucede uma versão final do plano.

A proposta de revisão do PDM ficará em condições de ser submetida a deliberação da Câmara Municipal para abertura do período de discussão pública. Desta resultará um relatório de ponderação das sugestões apresentadas, concluindo-se o processo com a deliberação da Assembleia Municipal e consequente publicação.

De acordo com o cronograma dos trabalhos da 2.^a revisão do PDM, o município de Santa Maria da Feira fez por cumprir os prazos previstos para a realização da 1.^a Reunião Plenária da Comissão Consultiva (CC), que ocorreu a 16 de março de 2022 (nos termos do n.º 1 do Art.º 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, deveria ter ocorrido até 31 de março de 2022).

A CCDRN informou o município de que no dia 8 de julho entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 45/2022, de 8 de julho, que procedeu à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT) e que o referido Decreto-Lei prorroga o prazo estabelecido no RJIGT para incluir nos planos municipais e intermunicipais as regras de classificação e qualificação dos solos, passando a terminar em 31 de dezembro de 2023 (anteriormente fixado até 31 de dezembro de 2022). Em virtude deste novo enquadramento legal, a CCDRN solicitou ao município de Santa Maria da Feira o ajuste do cronograma de trabalhos. Este pedido teve como base o facto de muitos municípios ainda não terem realizado a 1.^a CC, o que resultou num grande fluxo de processos neste período, gerando dificuldades no acompanhamento, na emissão de pareceres e no agendamento de novas reuniões. Assim prevê-se que a fase de discussão pública, a fase de ponderação, relatórios finais e publicação aconteçam no primeiro semestre de 2023.

Após a implementação da 2.^a revisão do PDM é fundamental a manutenção da articulação plena daquele com os demais instrumentos de gestão territorial, bem como os regulamentos e instrumentos de ordem municipal, promovendo-se a sua compatibilização, promovendo as alterações necessárias.

É objetivo a implementação das ações previstas no programa de execução, de acordo com uma nova política de execução do PDM, pretendendo-se uma gestão territorial eficaz de acordo com os novos padrões de gestão urbana. Prevê-se o desenvolvimento de estudos que servirão de suporte à elaboração das UOPG e SUOPG elencadas no âmbito da 2.^a revisão do PDM, bem como a implementação de unidades de execução e planos de ordem inferior (planos de pormenor) que venham a ser desenvolvidos.

A colmatação dos tecidos urbanos, a regeneração do sistema dos espaços públicos, a estruturação dos sistemas de acessibilidades e de mobilidade, o reforço de um sistema de polaridades territoriais – atendendo o valor da sua diversidade, especialização e qualidade da oferta dos equipamentos locais –, promovem um território mais equitativo, desenvolvido e competitivo, preponderante na fixação e captação de população. Da mesma forma, o equilíbrio no acesso às funções urbanas, a melhoria das condições de acessibilidade e de mobilidade e a otimização da disponibilidade de oferta de solo, das redes de infraestruturas e de equipamentos públicos afiguram-se preponderantes para a consolidação do tecido urbano e captação de investimento.

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que correspondem a subsistemas urbanos, têm como objetivo a adequação e articulação entre as ações a desenvolver e os objetivos estratégicos das ações propostas pelo Plano, podendo ser executadas através de unidades de execução, planos de urbanização ou planos de pormenor.

À escala do planeamento do território municipal, as políticas de sustentabilidade ambiental, de valorização dos valores naturais, culturais e paisagísticos, bem como de capacitação face a efeitos de eventos climáticos, serão estudadas a vários níveis. Tendo como base a Estrutura Ecológica Municipal, pretende-se trabalhar as outras escalas de intervenção, criando sistemas de espaços verdes e estudando as bacias de drenagem das malhas urbanas.

OE1 (a 10 anos)

- Adequação dos instrumentos de ordenamento do território aos desafios atuais
- Monitorização da execução do Plano a médio/longo prazo
- Desenvolvimento de cenários prospetivos de desenvolvimento
- Programação de grandes infraestruturas estruturantes para o território

OE1 (a 5 anos)



- Revisão do Plano Diretor Municipal
- Revisão dos planos de urbanização em vigor
- Revisão dos planos de pormenor em vigor
- Definições de novos planos de pormenor
- Adequação do regulamento do PDM a possíveis alterações legislativas e estratégias municipais
- Implementar projetos de planeamento participativo

OE1 (2023)

- 2ª revisão do Plano Diretor Municipal
- Discussão pública
- Relatório de ponderação
- Aprovação e publicação
- Plataforma de planeamento participativo (projeto Urbact)
- Estudos e programas para as unidades de execução e planos estratégicos definidos pela revisão do PDM
- Regulamento do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística

OE2: Estratégia Municipal para a Habitação

Relativamente à Estratégia Municipal da Habitação, o PUPTM trabalha em parceria com o PASSPCBEA, nomeadamente na estreita colaboração da Divisão de Planeamento e da Divisão da Habitação dos respetivos pelouros, na prossecução do objetivo da implementação da Estratégia Local de Habitação.

Por parte do Planeamento, no ano de 2023, pretende-se dar continuidade ao trabalho de análise das dinâmicas territoriais das necessidades de habitação, assegurar a capacitação das infraestruturas urbanísticas necessárias através da sua incorporação nos diversos instrumentos de gestão territorial, em especial, elaborar as bases de trabalho que assegurem a elaboração da Carta Municipal da Habitação.

Com a implementação da 2ª revisão do PDM cria-se um novo instrumento, o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, com o fim de assegurar financiamento para a integração urbanística de alguns destes objetivos. Após a aprovação da 2ª revisão do PDM, pretende-se avançar para o desenvolvimento do Regulamento do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística.

A par destes desideratos, asseguraremos, igualmente, a continuidade da política de reabilitação urbana, na tentativa de associar parte das necessidades da habitação à reabilitação do edificado disponível nos centros urbanos. Neste sentido pretende-se continuar a promover os instrumentos financeiros, benefícios fiscais e municipais afetos às Operações de Reabilitação Urbana.

OE2 (a 10 anos)

- Estratégia Municipal para a Habitação
- Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
- Estratégia para comunicação, gestão da plataforma digital da habitação

OE2 (a 5 anos)

- Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
- Executar primeiras fases do programa “1º Direito”
- Carta Municipal da Habitação

OE2 (2023)

- Planos, levantamentos e estudos urbanísticos

OE3: Estratégia de Reabilitação e Sustentabilidade Urbana

A reorientação das políticas urbanas foca-se cada vez mais na reabilitação do edificado existente e na qualificação do espaço público, como forma de perspetivar a regeneração económica e a promoção da competitividade para solucionar os problemas do declínio urbano, desvantagem social e qualidade da habitabilidade. Assim, a regeneração é hoje, mais do que nunca, o reposicionamento das localidades numa economia global competitiva, conferindo a cada lugar uma identidade distinta e uma razão particular para ser noticiada, visitada e palco de investimento.

Pretende-se manter a aposta do município na revitalização dos seus centros urbanos, dando continuidade à obra já realizada neste âmbito, tendo em vista a recuperação da capacidade habitacional, apostando na reabilitação de imóveis, criando novas dinâmicas económicas e sociais, e, conjuntamente com a dinamização de espaços verdes, protagonizando uma mudança na qualidade de vida dos munícipes. Esta aposta tem como foco dar continuidade a uma estratégia integrada que conjugue os esforços em matérias da habitação (Estratégia Local da Habitação e o programa “1º direito”), de reabilitação urbana (Áreas de Reabilitação Urbana – ARU) e ambiente (requalificação do espaço públicos e dos espaços verdes).

Com vista ao objetivo da sustentabilidade urbana, assumindo a existência de edifícios devolutos e degradados, associado ao crescimento das necessidades de habitação para diferentes soluções de resposta social, a reabilitação torna-se uma estratégia fundamental. O trabalho das equipas do Município, nas áreas do planeamento e da habitação, é contínuo e determinado, procurando enquadrar as respostas necessárias, quer da habitação pública, quer da reabilitação do edificado para todas as necessidades dos particulares. Procura-se igualmente fomentar intervenções integradas que passam por reabilitar, com novas funções, edifícios de valor patrimonial ou de relevante identidade para os locais, e o espaço público, tornando-o mais atrativo e valorizado ambientalmente, favorecer uma mobilidade suave e criando condições infraestruturais para a prática económica e empresarial, potenciando sinergias e o trabalho, garantindo a coesão social.

As Operações de Reabilitação Urbana, 27 de natureza simples e oito de natureza sistemática, foram aprovadas pela Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2022, cumprindo um dos objetivos do plano anual. Neste sentido, no ano de 2023 pretende-se dinamizar e promover os seus programas e os benefícios fiscais e municipais que o integram. Para este objetivo, serão criados os regulamentos dos apoios municipais previstos nestes programas e realizar-se-ão dinâmicas de sensibilização e informação ao nível dos diferentes agentes locais.

OE3 (a 10 anos)

- Estratégia de Reabilitação e Sustentabilidade Urbana
- Plano de Intervenções no Espaço Público e Sustentabilidade Urbana

OE3 (a 5 anos)

- Criar entidades executoras e gestoras
- Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
- Operacionalização de ORU
- Execução do Plano de Intervenções no Espaço Público, programação, regulamentação e orçamento

OE3 (2023)

- Implementação dos programas das ORU Simples
- Implementação dos programas das ORU Sistemáticas

OE4: Estratégia para Mobilidade e Transportes

A mobilidade urbana sustentável constitui uma das prioridades das políticas públicas e respetivas ações técnicas com o objetivo de dar respostas concretas aos grandes desafios da descarbonização e da melhoria da qualidade de vida dos meios urbanos. No caso do território de Santa Maria da Feira, o desafio prende-se com o encontrar soluções de mobilidade que deem resposta à grande diversidade de necessidades de deslocações, curtas e longas, quer nas zonas urbanas centrais quer nas zonas de urbanidade mais dispersa, assim como nas ligações com territórios intermunicipais, que garantam o acesso pleno às funções presentes no território e que as equilibrem com um espaço público inclusivo, acessível, funcional e de qualidade.

No decorrer de 2022 e na perspetiva de dotar o município de Santa Maria da Feira de modos alternativos de transporte e simultaneamente contribuir para a neutralidade carbónica, promovendo a qualidade de vida, do ambiente, a adoção de hábitos de vida mais saudáveis, a fruição do espaço público e a utilização das ciclovias do município, implementou-se um projeto-piloto de um sistema partilhado de bicicletas e trotinetes elétricas em Santa Maria da Feira, numa área estudo da cidade, com cerca de 3Km². Este projeto-piloto será monitorizado e avaliado, ao longo de 2023, no sentido de incrementar melhorias, inflexões de estratégia e analisar a possibilidade da sua continuidade, bem como a sua possível extensão a outras áreas do território de Santa Maria da Feira.

Ainda, no objetivo que o município tem, de contribuir para a prossecução dos objetivos de descarbonização do planeta, até 2050, em linha com o Acordo de Paris, juntamente com a “Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente” (dezembro de 2020), que a Comissão Europeia apresentou, é propósito, que em 2023 os Postos de Carregamento de Veículos Elétricos, em Santa Maria da Feira, entrem em pleno funcionamento. É igualmente objetivo que em 2023, após a obra inerente a todo o processo de instalação dos 44 postos de carregamento, se consiga monitorizar todo o sistema destes postos, distribuídos equitativamente em todo o território de Santa Maria da Feira, numa atitude estratégica de alcance do serviço a toda a população.

Dando continuidade a uma política de incentivo ao transporte público, e após elaborado, em 2022, o Estudo de “*Requalificação Urbana da Zona da Cruz*”, incluindo a implementação da Interface de Transportes de Santa Maria da Feira, é objetivo que ao longo do ano de 2023, se possam viabilizar ações estratégicas, conjuntamente com a adequação do sistema de transportes da AMP e do planeamento da cidade.

Neste seguimento, está previsto que em 2023 se reúnam esforços para que, em parceria com a AMP, o território fique preparado para receber um novo/reajustado sistema de transporte público, que advém do Concurso Público para a Aquisição do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na AMP. O concurso prevê a utilização de veículos menos poluentes, a disponibilização de uma plataforma que permita, em tempo real, conhecer o posicionamento dos transportes e um aumento da oferta. Prevê-se a oportunidade da otimização de toda a rede de paragens de transporte no município, num compromisso entre comodidade local e eficiência global do sistema.

Tendo sido dado início, em agosto de 2022, à elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) de Santa Maria da Feira, em 2023, será feito todo o acompanhamento, reuniões e estabelecimento de *stakeholders*, de entre outros trabalho necessários na prossecução deste PMUS e para que se estabeleça um modelo sustentável de mobilidade para o território municipal, capacitado para responder às exigências globais de humanização dos territórios e que oriente e hierarquize as estratégias do Município quanto a transportes e mobilidade,.

À semelhança de 2022, associando-se o município de Santa Maria da Feira, à iniciativa da Comissão Europeia, “Semana Europeia da Mobilidade”, é igualmente objetivo, organizar a Semana Europeia da Mobilidade 2023, levando a cabo uma semana de atividades, com o objetivo de encorajar e promover mudanças comportamentais a favor da mobilidade ativa sustentável, pretendendo testar medidas de planeamento inovadoras, promovendo novas infraestruturas e tecnologias e colocar em prática projetos-piloto, avaliando resultados e comportamentos do público.

Relativamente à acessibilidade ao espaço público, prevê-se, em 2023, implementar os projetos advindos do Plano de Promoção da Acessibilidade de Santa Maria da Feira, aprovado em 2021, na constituição de um território mais inclusivo, livre de obstáculos.

OE4 (a 10 anos)

- Implementação e monitorização do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
- Monitorização e modernização da plataforma digital de mobilidade e transportes
- Plano de Reabilitação na Linha do Vouga – integração da Linha do Vouga no serviço de suburbanos do Grande Porto.

OE4 (a 5 anos)

- Implementação da uma plataforma digital de mobilidade e transportes;
- Estudo para a implementação de Transporte Flexível a Pedido em Santa Maria da Feira
- Estudo de viabilidade da Interface de Transportes de Santa Maria da Feira
- Planos de Promoção da Acessibilidade de SMF (PPA SMF)
- Implementação da Serviço de Transportes Públicos
- Rede de Carregamento Elétrico
- Instalação de uma Rede de Micromobilidade Elétrica
- Alargamento da rede de transportes coletivos – Transfeira, previsto no concurso de concessão internacional da AMP

OE4(2023)

- Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável;
- Implementação da Serviço de Transportes Públicos
- Contratação de prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da

“Linha de Serviço Público de Transporte Coletivo Regular de Passageiros na Cidade de Santa Maria da Feira – Transfeira” - 2022/2023;

- Início da implementação das ações e medidas previstas no Plano de Promoção da Acessibilidade e SMF (PPA SMF);
- Semana Europeia da Mobilidade,
- Início do planeamento de uma plataforma digital de mobilidade e transportes.

OE5: Estratégia para a Gestão Urbanística

A Divisão de Gestão Urbanística (DGU) colocou-se, num passado recente, num patamar de exigência no que toca à eficácia, que a cada ano que passa a fasquia tem de ser colocada num plano mais elevado. A eficácia dos serviços, impulsionada pela desmaterialização de processos de que o Município foi pioneiro, associa-se, assim, ao rigor e à transparência, que pretendemos manter e incrementar no próximo ano. É nesse contexto que a política de proximidade manter-se-á entre os principais objetivos, materializada através do contacto direto com os diversos agentes que intervêm no processo.

Tendo por base as atribuições orgânicas do Departamento de Urbanismo, com o objetivo da melhoria contínua da eficácia, do rigor, da transparência, da ambição e da visão de futuro, propomos realizar as seguintes ações:

Na Divisão de Gestão Urbanística (DGU) continuaremos a privilegiar uma política de proximidade com os agentes do território, sejam municipais, técnicos ou investidores através do diálogo permanente, salvaguardando sempre o interesse público/coletivo e a qualidade de vidas das pessoas.

A DGU do Município de Santa Maria da Feira é responsável, entre outras atribuições, pela análise de pretensões urbanísticas que são dirigidas à Autarquia. Aos colaboradores desta unidade orgânica é exigido que, no âmbito das suas aptidões técnicas, procurem fazer uma correta articulação entre as pretensões dirigidas pela iniciativa privada, o modelo de desenvolvimento territorial estratégico delineado para o concelho e as servidões e restrições de utilidade pública que impendem sobre o território.

Deste modo, ao longo do ano de 2023 procurar-se-á prestar todo o acompanhamento e aconselhamento necessários às pretensões urbanísticas que venham a ser dirigidas ao município, bem como o desenvolvimento de um conjunto de ações de sensibilização e responsabilização dos municipais/técnicos subscritores de processos urbanísticos.

Assim, para além de acompanhar/fiscalizar a execução das obras de edificação, de arruamentos e redes pluviais das obras de urbanização, a divisão propõe-se promover ações que permitam uma melhoria na elaboração dos pareceres, informações e notificações nos procedimentos de licença de operações de loteamentos e suas alterações, de aprovação dos projetos de arquitetura, dos licenciamentos e projetos de especialidade, das autorizações de utilização, das certidões (destaque de parcela, compropriedade, prédio antigo, urbanísticas, propriedade horizontal, edificação e outras), de informações prévias, remodelações de terrenos, autos de receção e outras informações internas.

Por outro lado, é objetivo para o próximo ano promover e melhorar, em termos de qualidade, o atendimento técnico aos munícipes/técnicos por forma a garantir, quando solicitado, um atendimento com o técnico que informou o processo.

A participação nas vistorias técnicas aos edifícios e nas receções provisórias e definitivas das operações de loteamento, a promoção de ações que permitam regularizar os alvarás de loteamento e suas alterações, no que se refere às receções provisórias e definitivas das obras de urbanização, a melhoria das tarefas de consulta às entidades externas ao município, na medição das áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros, e a melhoria da tarefa de “compilação do projeto licenciado/admitido” dos elementos insertos nos processos, no âmbito da plataforma Nortear são outras tarefas propostas para o próximo ano.

Com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso, a divisão proporá a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e às Normas de Instrução e Procedimentos, assim como participará e proporá alterações ao Regulamento daquele.

O alargamento do quadro do gabinete de fiscalização permitirá um mais eficaz acompanhamento das diversas operações urbanísticas, mas também o incremento de ações numa perspetiva mais informativa, pedagógica e preventiva. O reforço do referido quadro é sinónimo de maior disponibilidade para uma cobertura de todo o concelho não apenas para garantir maior celeridade na informação dos processos, mas também para ações avulsas.

Na Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo, daremos continuidade ao processo de digitalização e desmaterialização de todos os milhares de documentos que constituem todos os processos urbanísticos existentes nos arquivos do município. Este processo permitirá, para além de economias de escala consideráveis ao nível da gestão e tramitação documental e processual, ganhos ao nível da eficiência e eficácia na análise de pretensões urbanísticas relacionados com processos antigos.

Adicionalmente, será dado particular enfoque à reengenharia de procedimentos internos e introdução de melhorias técnicas e tecnológicas no âmbito da receção, tramitação e análise de processos de

participação de queixas, embargos e procedimentos contraordenacionais inerentes aos procedimentos urbanísticos.

O “balcão virtual do urbanismo” manter-se-á como uma ferramenta essencial na submissão, tramitação e acompanhamento das pretensões urbanísticas, sendo que o Gabinete de Atendimento Urbano renovará o propósito de manter o contacto com os técnicos e os munícipes. É com base na mútua colaboração e responsabilização que se pautará a atuação do gabinete, sempre tendo como objetivo a eficiência, a eficácia, a rapidez, o rigor e a transparência.

Prevê-se, ainda, que o Gabinete de Informação Geográfica continue a missão de apoiar e municiar todos os serviços municipais de um vasto conjunto de informação geográfica, necessário à análise e tomada de decisões técnicas das suas esferas de atuação, o que exige permanente esforço de atualização da informação constante dos sistemas de gestão documental NORTEAR (no domínio da informação urbanística) e MIRANTE (no domínio da informação geográfica).

OE5(a 10 anos)

- Estratégia para a modernização da gestão urbanística e de atendimento ao munícipe
- Desenvolvimento das plataformas SIG para a gestão integradas e sistemática dos vários serviços do município

OE5 (a 5 anos)

- Balcão Único
- Arquivo digital dos processos urbanísticos
- Modernização do Nortear

OE5 (2023)

- Fase 1 de implementação do Balcão Único e Arquivo
- Desenvolvimento da maquete do novo Nortear
- Revisão do RMUE

OE6: Estratégia para a gestão da Informação Geográfica

A informação geográfica é uma ferramenta imprescindível para o funcionamento eficiente e eficaz do município de Santa Maria da Feira. De uma forma geral, hoje em dia, toda a informação tem uma vertente geográfica e georreferenciada que, sendo estruturada, organizada e partilhada pelos serviços e municípios, facilita a gestão e o conhecimento do território e facilita a tomada de decisão.

Embora a gestão deste tipo de informação seja uma competência do pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, a utilização da informação geográfica é transversal a todos os outros pelouros.

Uma vez que a informação geográfica e territorial é extremamente dinâmica, por forma a aumentar os meios de monitorização das transformações territoriais, prevê-se a aquisição de ortofotomapas de todo o concelho durante o ano de 2023, a uma escala considerada adequada, e daremos início à utilização de drones para a realização de levantamentos aerofotogramétricos e topográficos. A utilização de drones revelou-se um método de aquisição de informação simples, eficiente, com capacidade de recolher um elevado número de dados num curto espaço de tempo, obtendo, essencialmente, mosaicos de fotografias georreferenciadas com rigor posicional e modelos tridimensionais.

Na Divisão de Topografia e Informação Geográfica continuará a ser delegada a responsabilidade de efetuar todos os levantamentos topográficos, cadastrais e planos de alinhamentos solicitados pelos diversos serviços municipais. Será também dada continuidade à elaboração de toda a documentação de suporte (levantamentos, alinhamentos, cálculo de materiais, plantas de cedências ao domínio público) à execução de protocolos com as juntas de freguesia no âmbito da mobilidade e melhoria das condições de circulação da rede viária municipal, bem como ao acompanhamento e execução em obra.

A Unidade de Informação Geográfica deverá continuar a missão de apoiar e munir todos os serviços municipais de um vasto conjunto de informação geográfica necessário à análise e tomada de decisões técnicas das suas esferas de atuação, facto esse que exige permanente esforço de atualização da informação constante do sistema MIRANTE.

Em 2022, foram dados os primeiros passos na adequação da plataforma de informação geográfica MIRANTE, nas vertentes internet e intranet, para uma solução evoluída e integrada com os restantes sistemas internos. O plano de ação iniciado tem como ponto fulcral dotar o município de uma plataforma tecnologicamente avançada, substituindo gradualmente a existente, minimizando qualquer impacto nos serviços disponibilizados, quer ao nível interno como aos municípios. Prevê-se ainda que

em 2023 seja iniciada a implementação dos novos workflows de serviços de informação geográfica para as áreas de topografia, cadastro/transações/compromissos e desenvolvimento económico.

A gestão e atendimento do Balcão Único do Prédio (BUPi) do município de Santa Maria da Feira é outra das competências da Unidade de Informação Geográfica, que tem como meta imediata o atendimento e inserção no sistema de 14.915 matrizes até ao final de junho de 2023, ao abrigo da candidatura NORTE 2020 – “Capacitação dos Serviços da administração pública para a implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado”. Nesta área, por forma a atingir os objetivos, será necessário investir na proximidade ao cidadão com ações de deslocação às freguesias (tal como ocorreu no ano de 2022), na comunicação através de canais adequados e no alargamento dos horários de atendimento.

Em complemento à informação cadastral do município no BUPi, no ano de 2023 será iniciada a execução do levantamento, colocação de marcos e limpeza de terrenos dos prédios rústicos e mistos do cadastro municipal, em parceria com o gabinete de património. Entre os vários objetivos a atingir, encontra-se o conhecimento geográfico exato do património municipal e a melhoria, no que toca à rapidez e à eficiência, na realização dos levantamentos topográficos/cadastrais, autos de implantação e estudos de alinhamentos, dando apoio às obras municipais, monitorização e fiscalização topográfica (obras e protocolos).

OE6 (a 10 anos)

- Monitorização das transformações no território
- Desenvolvimento das plataformas SIG para a gestão integradas e sistemática dos vários serviços do município
- Sistemas inerciais de vídeo, fotografia e LIDAR – Sistema RoadSurvey

OE6 (a 5 anos)

- Monitorização das transformações no território
- Modernização da Topografia Clássica - utilização de Drones para monitorização e atualização cartográfica;
- BUPi
- Modernização do MIRANTE
- Catálogo de metadados geográficos
- Cadastro Municipal



OE6 (2023)

- Adequação da plataforma de informação geográfica, MIRANTE
- Integração de workflows de serviços de informação geográfica
- Inserção de 14.915 matrizes na plataforma BUPi
- Iniciação do cadastro municipal
- Atualização dos meios e instrumentos da topografia

pelouro
**ambiente, jardins e espaços
verdes, paisagem urbana e
desporto**

O Ambiente ocupa hoje um papel crucial para o futuro da Humanidade, e o Município coloca a questão Ambiental na primeira linha das suas preocupações. Temos um enorme potencial para explorar no nosso território e pretendemos sensibilizar a comunidade para a importância de preservar a biodiversidade valorizando o nosso património natural. As atividades de sensibilização e educação ambiental propostas e dinamizadas pelo Município englobam um conjunto de iniciativas que visam envolver a população, proporcionando momentos de reflexão sobre os diversos temas ambientais. A reabilitação das nossas zonas ribeirinhas, a valorização das linhas de água, a preservação da biodiversidade e recolha seletiva em todo o Concelho de Santa Maria da Feira são eixos que consideramos fulcrais. Uma referência para a Paisagem Urbana, pretendemos que seja asseada e disciplinada com o intuito de trabalharmos lado a lado com a comunidade no embelezamento do espaço público. Temos o objetivo de harmonizar, disciplinar e reorganizar a publicidade no espaço público e modernizar o mobiliário urbano.

Todos nós, como seres humanos, desejamos ter uma vida saudável. Ter uma vida saudável é a chave para toda a felicidade. O desporto assume um papel essencial na qualidade de vidas das pessoas sendo responsável pela melhoria da saúde, do bem-estar físico e mental das populações. É nosso objetivo continuar a incentivar a prática desportiva, seja em indoor ou outdoor, em todas as faixas etárias e ao longo da vida. A nossa prioridade é inculcar estilos de vida saudáveis e o desporto é fundamental na vida das pessoas.



ambiente, jardins e espaços verdes, paisagem urbana e desporto

AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A gestão ambiental do território é um desafio que se tem tornado cada vez maior, fruto da necessidade de enfrentar os desafios globais sem descuidar a economia do território e os interesses da sua população.

A estratégia seguida no Plano de Atividades para 2023, vai ao encontro do desenvolvimento de projetos que promovam a biodiversidade e protejam os ecossistemas naturais, através do tríptico natureza/ saúde / lazer, de forma eficiente e integrada.

Assim, será priorizada a introdução dos valores naturais como forma de promover o território, envolvendo todos os interlocutores e recorrendo a projetos mais sustentáveis e mais eficientes.

Este modelo de gestão ambiental do território exige grande flexibilidade das políticas e dos seus intervenientes, bem como a criação de redes de cooperação onde as políticas de ambiente, urbanismo, cultura, turismo, educação, desporto e gestão do espaço público se interliguem num objetivo comum e transversal de melhorar a qualidade de vida da população, sem comprometer a sustentabilidade ambiental, num compromisso de adaptação aos novos desafios locais e globais.

Assim, definem-se cinco eixos de ação prioritários, que pretendem, por um lado, ir ao encontro desta mudança de paradigma, e por outro colmatar lacunas existentes na gestão ambiental do território e envolvimento de todos os intervenientes (institucionais e população em geral).

Eixo 1: Promoção de Áreas Verdes

As zonas verdes são um bem essencial e cada vez mais valorizado nas regiões urbanas do planeta. São geralmente conhecidos como os pulmões das cidades, pelo contributo que nos dão na melhoria da qualidade do ar que respiramos, e pelo seu importante papel no sequestro de carbono. No entanto, os serviços prestados por um parque urbano, adulto e com diversidade de espécies, são muito mais abrangentes e podem ir desde a proteção dos solos, redução da temperatura nos dias mais quentes, contributo para a manutenção da biodiversidade, recarga de aquíferos e servir de zona tampão em caso de incêndios. São também, e cada vez mais, um aliado forte do nosso sistema nacional de saúde, propiciando momentos de relaxamento e bem-estar a todos os que o frequentam. Estudos recentes indicam que a frequência de zonas verdes traz benefícios significativos na saúde e consequente redução do consumo de medicamentos.

Ecossistema Fluvial do Uíma (EFU).

O Ecossistema Fluvial do Uíma, estende-se ao longo do Rio Uíma, surgindo da reabilitação e valorização das suas margens.

Neste momento o projeto tem uma extensão de cerca de 9 km, entre o lugar da Tabuaça, em Lobão e Pigeiros, com condições privilegiadas para observar de perto os habitats naturais, realizar percursos

pedestres, com interpretação de ecossistemas ribeirinhos com estatuto de proteção e observar os ciclos de transformações anuais, num equilíbrio harmonioso entre condições naturais e sistemas humanizados.

A gestão dos parques que compõem o EFU (Parque das Ribeiras do Uíma, Parque da Chã, Parque das Termas e Parque da Várzea) é um desafio que exige a conjugação entre os conhecimentos científicos na área da biodiversidade, o envolvimento da população e a manutenção eficiente e contínua dos espaços.

Assim, pretende-se aprovar e implementar um **Plano de Gestão do EFU**, que garanta a sua manutenção e conservação potenciando a promoção deste espaço ribeirinho junto de públicos diversificados.

Pretende-se também avaliar a possibilidade de classificação deste corredor ecológico como **Espaço Natural**. Esta classificação corresponde a áreas com elevado valor paisagístico e ambiental, nas quais se privilegia a salvaguarda das suas características essenciais, sendo fundamental para a conservação da natureza e para a manutenção da diversidade biológica e paisagística do concelho

Mata do Castelo.

O projeto de criação de uma mata nativa iniciou-se em 2016 com a reflorestação da Mata do Castelo, invertendo a tendência da proliferação de espécies invasoras. Os trabalhos de plantação têm sido desenvolvidos com a colaboração do Futuro - Projeto das 100 mil árvores na Área Metropolitana do Porto, que fornece as plantas e organiza ações de plantação com equipas de voluntários. No entanto, todo o trabalho de planeamento e gestão, nomeadamente planos de plantação, limpezas e manutenção das áreas plantadas, estão a cargo do município.

Em 2023, para além dos trabalhos de manutenção das áreas já intervencionadas, prevê-se a plantação da última parcela que já sofreu uma intervenção de limpeza em 2022.

Pretende-se dar continuidade às ações de manutenção e controlo de plantas invasoras, com recurso a grupos de voluntários. Estas ações pretendem envolver a população, criar um sentimento de pertença e promover o contacto com a natureza.

Eixo 2: Gestão da Praia Fluvial da Mâmoa.

A Praia Fluvial da Mâmoa tem-se assumido como local preferencial de banhos para uma grande parte da população do concelho e concelhos limítrofes. Com um historial de qualidade da água que lhe permitiu ser designada, pela Agência Portuguesa do Ambiente, como excelente nos últimos 5 anos, foi distinguida com o galardão da Bandeira Azul, desde 2020 e de Praia Acessível em 2022.

Em 2023 pretende-se dar continuidade a este projeto, melhorando a sensibilização e informação ambiental dos utentes durante a época balnear, diversificando as temáticas abordadas e envolvimento de parceiros como ACES Feira, Bombeiros Voluntários de Arrifana, GNR e Biblioteca Municipal.

Também ao nível da qualidade da água, e considerando os períodos de seca que têm sido recorrentes durante a época balnear, propõe-se a realização e implementação de um **Plano de Prevenção da Qualidade da Água Balnear**, que inclua o levantamento das potenciais fontes de poluição e desvios da água do rio, melhoria da galeria ripícola a montante da praia e a monitorização da qualidade da água do rio durante todo o ano.

Numa perspetiva de melhoria contínua, de promoção da saúde pública e informação dos utentes, pretende-se realizar um **Plano de Monitorização da Qualidade das Areias** durante os meses de junho, julho e agosto.

Eixo 3: BIODESAFIOS Santa Maria da Feira

A proteção da biodiversidade é cada vez mais um desafio e uma obrigação de todos. A responsabilidade acrescida da autarquia nesta área leva-nos a desafiar a população em geral, alertando para a importância da biodiversidade existente em cada pedaço de cidade, jardim, rio, pequeno canteiro ou em cada árvore. Assim, serão promovidos momentos de consciencialização da responsabilidade individual e coletiva no âmbito da sustentabilidade do Planeta, assente na temática da biodiversidade.

Com este projeto pretende-se desafiar e provocar os cidadãos para participarem ativamente na manutenção e construção da biodiversidade, através de três pilares fundamentais: **conhecer / refletir / agir**.

Assim, serão criados momentos de partilha de conhecimentos e reflexão, visando a biodiversidade que podemos encontrar diariamente nos nossos percursos, bem como a oportunidade de todos participarem na construção de novos ecossistemas.

Serão desenvolvidos três projetos chave que em vários momentos se vão interligar e complementar.

Polinizadores urbanos

Para se reproduzirem, mais de 90% das plantas com flor precisam da ajuda de insetos polinizadores, e estes não vivem sem as plantas, que lhes dão alimento e abrigo.

Os insetos polinizadores estão a desaparecer e, em Portugal, não se sabe ao certo quantas espécies de polinizadores existem. Sem serviços de polinização, perderíamos muitas frutas, frutos secos e vegetais das nossas dietas, além de muitos outros alimentos e materiais importantes, como óleos vegetais, algodão e linho. Para além destes benefícios materiais, a sociedade beneficia, de várias formas, direta ou indiretamente, dos serviços dos polinizadores e da sua influência na qualidade dos ecossistemas, incluindo a nossa saúde e bem-estar, o desporto e recreação, educação, turismo e cultura.

As ameaças são muitas e torna-se cada vez mais importante agir e consciencializar a população para este problema. Assim, será desenvolvido o **projeto Polinizadores Urbanos**, com o objetivo de envolver todos os agentes da comunidade (cidadãos, empresas, associações, escolas e autarcas) na promoção e preservação de ambientes urbanos favoráveis aos polinizadores.

Este projeto contempla, entre outras as seguintes ações:

- Desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação e sensibilização da população;
- Ações de formação e workshops para públicos alvo específicos (empresas, escolas, técnicos do município, etc);
- Seminário Internacional, com o objetivo de lançar o projeto e juntar especialistas da área, promovendo a investigação sobre polinizadores para garantir ações com base em evidências científicas;
- Definição de uma Estratégia ou Plano Local para os Polinizadores;
- Produção de manual de boas práticas;
- Promover e restaurar espaços “amigos dos polinizadores” em jardins públicos;
- Promover a produção de sementes.

Descobrir a Biodiversidade

Conhecer e observar para sermos capazes de cuidar e respeitar, será o mote deste desafio. Alertar para a importância da conservação e preservação dos ecossistemas que nos são próximos, mas por vezes pouco valorizados, como uma árvore no meio da cidade, uma zona ribeirinha pouco explorada ou a importância dos insetos nas nossas vidas.

Assim, serão desenvolvidas um conjunto de **ações dirigidas ao público em geral**, com temáticas diversificadas, mas com uma linha comum - a biodiversidade que podemos encontrar em cada pequeno espaço que nos rodeia:

- Guardiães do castelo
- A magia dos pirilampos
- Os insetos e a cidade
- Quantas aves existem na minha rua
- Encontros com um rio apaixonado

Semear conhecimento

Conjunto de **ações de capacitação** de diferentes públicos relativamente à pertinência de voltar as atenções para as questões da biodiversidade e formas de atuação em equilíbrio com os ecossistemas naturais.

- Intervenções em linhas de água e frentes ribeirinhas
- Coberturas verdes
- Jardins de polinizadores
- Mini-hortas de flores comestíveis
- Empreendedorismo e alterações climáticas
- Controlo de plantas invasoras
-

Eixo 4: Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)

As alterações climáticas são um problema global que exige respostas concertadas a nível global e ações adequadas a nível local. Para limitar os impactos das alterações climáticas é preciso reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e adaptar às mudanças previsíveis, de forma a reduzir os efeitos negativos das alterações climáticas nos ecossistemas e na qualidade de vida da população.

Assim, em 2023, prevê-se a conclusão do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) do município, com a definição de ações concretas e quantificadas que permitam ao município cumprir as metas estabelecidas no âmbito da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 e Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050).

Eixo 5: Gestão dos recursos hídricos

A extensa rede de linhas de água que percorrem todo o concelho, conjugada com a problemática associada às alterações climáticas, a grande dispersão populacional e a forte componente industrial, trazem grandes desafios à gestão dos recursos hídricos.

Será dada continuidade aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do protocolo de cooperação assinado entre o município, a APA e a Indáqua, que deu origem à criação de uma equipa de fiscalização – Guardiões dos Rios, que atua em colaboração com a EPNA da GNR.

Por outro lado, será iniciado um processo de levantamento e caracterização do estado das massas de água do concelho, bem como definição de medidas de reabilitação necessárias para a promoção da qualidade ribeirinha em todo o concelho.

As ações a desenvolver para levar a efeito estes desígnios serão, entre outras:

- Sensibilização e consciencialização de proprietários de frentes ribeirinhas e população em geral;
- Identificação de **pontos críticos** ao nível da poluição hídrica;
- Definição de **indicadores de resultados** para as ações dos Guardiões dos Rios e grupo de trabalho;
- Identificação de vulnerabilidade a eventos de cheias e definição de **soluções de adaptação**;
- Definição de um **plano de reabilitação ribeirinha** para o concelho.

Em 2023, dar-se-á continuidade à gestão dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais — em articulação com as Concessionárias, Indaqua Feira, S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. (anteriormente designada por SIMRIA - Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro) e Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM) — e, ainda, do serviço de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana, nas suas múltiplas abrangências, através do acompanhamento dos correspondentes contratos e fiscalização do seu cumprimento.

Resumidamente, na área do **Abastecimento de Água**, mantém-se a taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, em 97%, estando em pleno funcionamento 15, dos 18 reservatórios de água, contemplados no âmbito do Programa de Investimentos Municipal da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Santa Maria da Feira. Com a construção dos 3 reservatórios que faltam, conclui-se todo o sistema e passa a garantir-se a reserva de água, em caso de avaria grave, durante 48 horas, o que constitui um indicador de excelência da fiabilidade do sistema de acordo com as melhores práticas, na atualidade.

Na vertente da **Drenagem de Águas Residuais**, com os sistemas das Bacias do Douro, Rio Maior, Silvalde e Beire, Laje e Cáster, Mamoá/Antuã e Remolha, em pleno funcionamento, está assegurada uma taxa de cobertura de cerca de 90% do território municipal.

Em particular, no que se refere ao sistema da Remolha e considerando que, devido ao normal desgaste de utilização, este não oferece as melhores condições de Transporte, Elevação, Tratamento e Descarga dos efluentes, a AdCL apresentou uma proposta de investimento para requalificação e renovação dos equipamentos e sistemas existentes, daquele subsistema, visando dois grandes objetivos: a construção de um Sistema Elevatório que garanta o transporte dos efluentes do

subsistema de Remolha para o Subsistema de Espinho, permitindo, assim, a desativação da ETAR da Remolha, e a reabilitação de, aproximadamente, 8,2 km de emissários gravíticos (São João de Ver-Gondufe; Gondufe - Milheirós; Outeiro; Milheirós; Remolha), sendo o valor de investimento previsto de 4,5 e 3 milhões de euros, respetivamente.

Quanto à gestão do **serviço de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana**, decorrente das competências do Município, enquanto entidade gestora, dar-se-á prossecução a todo um conjunto de atividades correntes, a desenvolver durante o ano 2023 e que desempenham um papel de grande relevância na gestão municipal, no apoio às Juntas/Uniões de Freguesia e na prestação de serviços aos munícipes, das quais se salientam:

- a Gestão dos Resíduos Urbanos, que contempla o acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A., ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos e da limpeza urbana na freguesia sede de concelho e o serviço realizado pela SULDOURO, S.A., enquanto responsável pela receção dos resíduos em aterro e pela recolha seletiva (ecocentros, ecopontos e porta-a-porta), bem como a gestão da recolha de “monstros” e óleos alimentares usados. Está também incluída, a reparação e manutenção dos dois equipamentos enterrados de recolha de RU, existentes na zona histórica da cidade de St. Maria de Feira.
- a Gestão dos resíduos produzidos pelo município que, enquanto entidade produtora, está obrigado a cumprir determinados requisitos legais relacionados com o acondicionamento, transporte e destino final desses resíduos. Assim, continuará a ser realizada a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, tais como papel/cartão e embalagens de plástico e metal dos vários gabinetes, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, resíduos provenientes de limpeza de montureiras e outros.
- a expansão do projeto piloto de recolha de resíduos hospitalares injetáveis (grupo IV), produzidos por doentes ambulatoriais – equiparados a RU, em parceria com algumas farmácias.
- o preenchimento do Mapa Integrado de Registo (MIRR), incluindo a recolha de toda a informação necessária e cumprimento de prazos estabelecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o reporte dos indicadores de desempenho à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) e acompanhamento da respetiva auditoria, quando realizada.
- o Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental que, em 2023, para além das habituais campanhas promovidas pela SULDOURO, S.A., no âmbito das suas competências, enquanto responsável pelo tratamento e valorização dos Resíduos Urbanos (RU) do Sistema Multimunicipal do Sul do Douro, contemplará as ações de sensibilização, a cargo da SUMA, S.A., no âmbito do Plano Estratégico de Intervenção, integrado na prestação de serviços e que contemplará a criação, produção e distribuição à população em geral, de uma brochura

informativa sobre as regras de gestão dos RU no concelho, ações de sensibilização ao público geral e escolar.

- a necessária gestão dos serviços de Limpeza Urbana que não estão incorporadas no contrato existente, nomeadamente o auxílio aos eventos realizados/apoiados pelo Município, nomeadamente o 'Imaginárius', Viagem Medieval', Perlim, ou mesmo o reforço de serviços para novas zonas como por exemplo o 'Novo Percurso Urbano do Cáster';

Similarmente, em 2023, dar-se-á continuidade:

- à gestão do projeto de compostagem doméstica, alargado, desde 2013, a todo o concelho, que tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, com resultados bastante positivos, tanto ao nível da adesão da população, como da metodologia utilizada; à prestação da adequada informação aos munícipes sobre questões relacionadas com a gestão dos vários serviços.

Por último e no âmbito da obrigatoriedade, prevista no Regulamento Geral de Gestão de Resíduos, de operacionalização da recolha seletiva de biorresíduos, até 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas duas candidaturas, uma ao Fundo Ambiental, no âmbito do “Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de biorresíduos”, relativamente à qual foi já elaborado o estudo para o “Desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira” e outra, ao POSEUR – Operação POSEUR-03-1911-FC-000307, para “Recolha Seletiva Porta-a-Porta de biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira”.

Assim, está prevista, numa primeira fase e conforme resulta do que foi proposto ao POSEUR, iniciar, até 31 de dezembro de 2023, a recolha seletiva porta-a-porta de biorresíduos, que se juntará à recolha seletiva do tráfego de embalagens (papel/cartão, plástico e vidro) do projeto PaP - em aglomerados de habitações unifamiliares e comércio alimentar (com produção inferior a 1100 L/dia) na União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, União das freguesias do São Miguel de Souto e Mosteiró e freguesias de São João de Ver e Fornos, abrangendo um total de 23 686 habitantes (cerca de 17 % da população do concelho), estimando-se uma recolha seletiva de cerca de 3 000 ton/ano de biorresíduos que serão transportados para a Central de Valorização Orgânica da Suldouro.

Para o efeito e na continuidade do projeto prevê-se, em 2023, a finalização do mesmo, com o termo da aquisição de 3 viaturas, com capacidades de 8 m³ e 16 m³, 7300 contentores castanhos, de 40 litros, 200 de 80 L, e, ainda, 6000 “minibags” de 200 litros, para a recolha de resíduos verdes. Está, também, contemplada, a aquisição de um sistema TIC (hardware e software) para monitorização, planeamento, otimização e gestão da recolha, a realização de campanhas de sensibilização no terreno e de marketing digital e a implementação de um modelo de incentivos e de um sistema de melhoria contínua da recolha.

O investimento estimado é de €768.435,00+IVA, com uma comparticipação de €500.000,00.

Prevê-se também, a aquisição de um serviço de recolha e transporte de Biorresíduos, na qual, se o mesmo for apenas no âmbito das freguesias descritas acima, o investimento estimado poderá chegar aos 1.500.000,00 euros.

JARDINS, ESPAÇOS VERDES

Atualmente, uma das prioridades da gestão pública, é garantir a qualidade e quantidade dos espaços verdes existentes, como elemento indispensável à qualidade da vida urbana e ao equilíbrio psicofisiológico das populações, bem como garantir um importante papel social, ao proporcionarem locais privilegiados para o encontro, práticas desportivas, recreio e lazer.

O Concelho de Santa Maria da Feira possui uma vasta área de zonas verdes, caracterizada por espaços relvados e espécies arbóreas, que proporcionam uma rica biodiversidade natural.

Nos últimos anos, a área de espaços verdes tem vindo a aumentar consideravelmente, tendo em conta a construção de parques urbanos em praticamente todas as freguesias, bem como o aumento substancial das atividades desportivas e de eventos de grande dimensão em áreas verdes, que obrigam a uma manutenção e restauro constante.

Principais objetivos e atividades a desenvolver

- Redução e otimização do consumo de água, através da utilização de sistemas de rega eficientes e de sistemas de corte e controlo de rega;
- Construção de Espaços Verdes sustentáveis;
- Requalificação dos Espaços Verdes, ao nível das plantas utilizadas (espécies autóctones e espécies adaptáveis às condições edafoclimáticas da região de Santa Maria da Feira);
- Dinamização e inovação do ambiente e paisagem urbana, através da intervenção e requalificação de espaços verdes públicos;
- Manutenção de parques e jardins, quer pelo recurso a prestação de serviços, quer pela administração direta;
- Proteção e fomentação da Biodiversidade;
- Incrementação de técnicas que promovam a sustentabilidade dos espaços;
- Gestão sustentável dos resíduos produzidos, minimizando a sua produção (incrementar a utilização de técnicas de reciclagem no corte dos relvados);
- Incrementação da participação pública na utilização e conservação dos Espaços Verdes do Concelho;

- Controlo de Pragas e Doenças;

Nos trabalhos de manutenção de espaços verdes estão previstos cortes quinzenais em todos os relvados e áreas verdes existentes na cidade, limpeza e monda de canteiros, podas de rebaixamento de arbustos em canteiros, substituição de plantas mortas, vandalizadas ou furtadas e aplicação de plantas de época em canteiros e floreiras.

Para a execução destes trabalhos será necessário fazer a aquisição de material vegetal, árvores e arbustos, sementes de relvas e fertilizantes, assim como equipamento para arejamento e restauro de relvados e a renovação de equipamento de corte de relva, que se encontra obsoleto ou em fase final do ciclo de vida.

Trabalhos de podas de árvores localizadas em espaços públicos de todo o concelho.

Pretendemos efetuar o rebaixamento das copas das árvores, assim como a poda cirúrgica de árvores que se encontram já envelhecidas.

Requalificação / Restauração de pequenos espaços verdes públicos, através de trabalhos de plantação de material vegetal (como árvores e arbustos), de forma a inovar e a valorizar a paisagem, com diferentes elementos naturais através das diferentes cores, texturas, alturas, épocas de floração, etc.

Trabalhos de gestão de combustível.

Todos os trabalhos de gestão de “Prestação de serviços de realizações de ações e trabalhos de gestão de combustível”, nomeadamente, a elaboração de fichas técnicas para cada terreno a intervir, supervisão dos trabalhos e elaboração de auto de medição.

Outros Trabalhos Previstos

- Corte de vegetação e limpeza para levantamentos topográficos para a realização de estudos e projetos;
- Apoio permanente à proteção civil;
- Corte de vegetação e limpeza de terrenos;
- Limpeza e transporte a destino final de resíduos sólidos abandonados na via pública; montureiras, monstros e entulhos;
- Corte de vegetação e limpeza das vias estruturantes Lourosa-Lamas, Espargo-Rio meão, S. João de Vêr-Lamas, pelo menos duas vezes por ano.

- Corte de vegetação, manutenção das vias de acesso à cidade, Espargo-Cruz, S. João de ver-Feira, Sanfins-Feira, pelo menos três vezes por ano.
- Vigilância, limpeza e desinfeção das casas de banho públicas;
- Vigilância, limpeza e desinfeção do mercado municipal;
- Gestão e limpeza do cemitério municipal, incluindo a execução de inumações e transladações;
- Apoio permanente a todos os eventos realizados pelo Município;
- Transporte e montagem de materiais nos estabelecimentos de ensino do Concelho;
- Mudança de arquivos e de gabinetes;

DESPORTO

O desporto é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento harmonioso do ser humano. São sobejamente conhecidas as suas vantagens para uma vida saudável e, conseqüentemente, para termos sociedades com qualidade de vida.

É também reconhecido o papel determinante que o desporto tem no desenvolvimento económico e social do território.

O movimento associativo concelhio, na sua vertente desportiva, desempenha, ano após ano, um papel preponderante no seio da comunidade.

Ciente da importância que este movimento assume, a Câmara Municipal, enquanto parceira social, assume uma intervenção participativa e atenta no sentido de potenciar o desenvolvimento desta realidade, implementando, para isso, um conjunto de diretrizes de âmbito desportivo que vão de encontro às necessidades mais prementes do tecido associativo, e promovendo um conjunto de medidas de apoio transparentes, equitativas e justas: o PAD - Programa de Apoio ao Desporto, cuja nova versão entrou em vigor no ano 2021.

É função da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira desenvolver uma política que, através da atividade física e do desporto, contribua para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população.

Santa Maria da Feira pretende ser um modelo de excelência na promoção do desporto como meio de saúde, educação, socialização e criação de valor para os seus cidadãos e comunidades desportivas, com recursos humanos qualificados e motivados para irem ao encontro das expectativas da população, promovendo a qualidade de vida no concelho.

Assim dito, são do âmbito do Pelouro do Ambiente, Jardins, Espaços Verdes, Paisagem Urbana e Desporto, em particular da área do Desporto: o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade desportiva; a gestão, remodelação e a proposta de construção de

novas infraestruturas desportivas municipais; e ainda o apoio a outras entidades, do ponto de vista financeiro e logístico, nomeadamente ao nível associativo.

Todas estas áreas de intervenção têm como principal objetivo possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade, segundo quatro eixos fundamentais:

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Eixo IV – Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Objetivos Estratégicos

- Aumentar a prática e a cultura desportiva;
- Incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva;
- Realizar a manutenção e remodelação de espaços desportivos;
- Construir espaços desportivos;
- Aumentar os recursos humanos existentes e melhorar a eficiência dos processos;
- Melhorar a resposta às solicitações dos cidadãos e comunidades;
- Promover a inovação nos serviços aos cidadãos e comunidades;
- Promover uma utilização ambientalmente correta dos recursos utilizados;
- Aumentar a qualificação dos recursos humanos em áreas estratégicas;
- Disponibilizar conhecimento a vários segmentos da população;
- Dispor de instrumentos ao nível de tecnologias de informação e comunicação de suporte estratégico;
- Divulgar a ação do Município no âmbito desportivo;
- Envolver diferentes interessados em projetos com finalidades comuns;
- Identificar formas inovadoras com grupos de interessados;
- Rentabilizar os recursos existentes;
- Desenvolver novas fontes de receita;
- Aumentar o valor para os cidadãos e comunidades.

A autarquia compromete-se, com a elaboração do seu Plano de Atividades para o ano de 2023, a manter a sua aposta nos eixos estratégicos anteriormente definidos, e que a seguir se concretizam.

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Consideramos neste eixo o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade física e desportiva, dirigidas à população em geral, com vista a aumentar a prática

desportiva, sob o lema “Desporto Fazemos Bem”, destinado à população em geral, e no qual serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Run For Feira – Andar a Pé

As caminhadas têm cada vez maior implementação e uma forte presença no concelho, com vários clubes, associações e juntas de freguesia a dinamizarem iniciativas, em parceria com a autarquia, no âmbito do objetivo de promoção da prática desportiva.

Pretende-se dar continuidade aos projetos de desporto e bem-estar, assegurando atividades acessíveis a todos, e fomentando estilos de vida saudáveis.

Pretende-se dirigir estas iniciativas para as famílias, incentivando o desenvolvimento de uma cultura desportiva, e disponibilizando conhecimento sobre os benefícios da atividade físico-desportiva.

Esta atividade voltará a funcionar durante todo o ano, contando com percursos de baixa/média intensidade, até 10 Km, abrangendo todas as freguesias do concelho.

- Run For Feira – Corridas

A autarquia, em parceria com as secções de atletismo os clubes e do concelho, pretende dar continuidade às provas de atletismo (estrada), visando estimular a população para a prática de atividade física. Integram habitualmente o projeto, de entre outras, as seguintes provas:

- Torneio de Iniciados;
- Torneio de Benjamins e Infantis;
- Torneio Saul Fernandes | Triatlo Técnico Distrital
- Torneio Tiago Sá;
- Torneio Cidade de Lourosa;
- Ulfilanis Run Cidade de Lourosa;
- Meia Maratona da Primavera;
- 12h em Movimento;
- Milha Noturna da Vila de S. João de Ver;
- Grande Prémio de Mozelos;
- Grande Prémio de S. Paio de Oleiros;
- Corrida Urbana Terras de Santa Maria;
- Corrida de São Tiago;
- Grande Prémio Atletismo Santa Maria de Lamas;
- Grande Prémio Atletismo Caldas de S. Jorge;
- Bio Run Europarque;
- S. Silvestre Santa Maria da Feira;
- S. Silvestre de Mozelos;

- Run For Feira – Trail

A autarquia, em parceria com os clubes do concelho, voltará a organizar provas de trail, sensibilizando assim os munícipes para a importância de prática de atividade física e promovendo o contato com a natureza.

Integram habitualmente o projeto os seguintes eventos:

- Last Man Standing;
- Trail Vila Maior Em Turismo;
- Trilhos Termais;
- Trilhos dos Pernetas;
- Trail Rota do Castro;
- Trilhos dos Fogaceiros;
- Argon Trail;
- Backyard Ultra Feirense;
- Mâmoa River Trail;

- Run For Feira – Trail Treinos Abertos

A autarquia, em parceria com os clubes e as secções de atletismo do concelho, voltará a organizar o Circuito de Trail de Santa Maria da Feira, uma programação constituída por várias etapas, com participação gratuita e sem fins competitivos.

A iniciativa tem como principais objetivos: promover a atividade física e o contato com a natureza; desenvolver a relação das áreas do desporto, ambiente, e socialização como base de um estilo de vida saudável; possibilitar aos clubes a apresentação e partilha de experiências; realizar um programa dinâmico através da participação ativa dos clubes do concelho.

- Trepas Trilhos Carnavalesco;
- Trilhos do Inha;
- Trepas Trilhos Solidário;
- Trilho das 3 Pontes;
- Trilhos da Mâmoa;
- Trilhos de Nadais;
- Trilhos de Romariz;
- Trilhos de Guisande;
- Trilhos Rio Uíma;

- Corridas de Obstáculos

Prova com percursos que podem variar entre os 5 e os 10 km, e com cerca de 20 a 40 obstáculos.

Caracteriza-se por ser um evento que promove o espírito de equipa e a autossuperação dos participantes, proporcionando uma experiência única.

Nos últimos anos têm-se realizado no município duas corridas de obstáculos: “Challenger Arena - Justa Medievais” e “Corrida de Obstáculos Bravos & Bravitas”. Face às expectativas criadas, é expectável o surgimento de novas provas nos próximos anos.

- Néon Run Santa Maria Feira

Evento organizado pelo município em parceria com a Neon Run Portugal. Trata-se de uma atividade de carácter lúdico e de entretenimento, mas ainda assim com uma forte componente desportiva, e ao mesmo tempo de promoção da cidade.

Um evento que faz da cor, da música e da animação as suas principais características, e que conta habitualmente com uma participação superior a 1500 pessoas.

- Cicloturismo

Programa municipal que propicia a toda a população a oportunidade de praticar atividade física em bicicleta e enraizar hábitos desportivos saudáveis. Com a intenção de captar, essencialmente, a população mais sedentária, e potenciando o movimento associativo, principalmente as associações de cicloturismo, como força motivadora e mais próxima dos utentes deste desporto, realizam-se passeios que aliam a atividade física ao lazer, contemplando percursos capazes de favorecer a descoberta de locais de interesse tanto pelo concelho como por concelhos vizinhos, com trajetos de baixa/média intensidade, entre os 20 e os 50 km, e uma incidência nos meses de abril a outubro.

- Eventos de BTT

Pretende-se voltar a promover, em parceria com as associações de BTT do concelho, diferentes tipos de eventos competitivos e/ou de lazer, como forma de proporcionar aos intervenientes a oportunidade de praticarem esta modalidade de uma forma organizada.

- Night Runners

A caminhar ou a correr, os participantes desta ação têm a possibilidade de fazer o seu treino semanal acompanhado por outros aficionados do atletismo e orientados por profissionais da modalidade.

Iniciativa noturna, todas as quartas-feiras, com início na Alameda do Tribunal.

Pretende-se continuar a alargar este projeto a várias freguesias de Santa Maria da Feira, durante todo o ano.

- Fitness at Night

Atividade de fitness em horário noturno, às quartas-feiras, que voltará a ter como ponto de encontro o Parque da Cidade de Lourosa. Para muitos dos participantes representa o primeiro contacto com o universo desportivo, em particular do fitness.

- Parque a Mexer - Lourosa

Surgiu no ano de 2016, com o objetivo de dar vida desportiva ao Parque da Cidade de Lourosa. Face à adesão verificada, pretende-se continuar com este projeto que tem lugar todas as quartas e domingos com os projetos Fitness at Night e Manhãs Vivas, através dos quais os participantes poderão praticar exercício físico nas modalidades de corrida e fitness.

- Desporto com vida

Calendarização de atividades para pessoas com deficiência, organizadas em estreita colaboração com diferentes instituições de âmbito local, regional e nacional, com o fim de promover sinergias e proporcionar o acesso de todos à prática desportiva, fomentando a igualdade com base no respeito pela diferença.

- Desporto Plural

Trata-se de um projeto de inclusão pelo Desporto, promovido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e pela Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência.

Desporto Plural é um projeto para todos, independentemente da idade, sexo ou capacidade, pretendendo evidenciar as capacidades e secundarizar as incapacidades do indivíduo e do grupo, promovendo a integração pela diversidade, proximidade, interação e intergeracionalidade.

Todos, em especial as pessoas com deficiência, verão criadas as condições para usufruir dos inúmeros benefícios do desporto num contexto plural. Todas as pessoas, famílias e amigos, clubes e instituições locais, podem associar-se a este projeto, contribuindo gradualmente para essa integração e autonomização.

O “Desporto Plural nas Escolas” possibilita à comunidade escolar a oportunidade de experimentar as modalidades adaptadas envolvendo-a ativamente na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Pretende-se alterar atitudes e comportamentos e eliminar barreiras sociais e comunicacionais, promovendo a inclusão da pessoa com necessidades especiais na vida da comunidade escolar e local, e realçando o enriquecimento individual pela diversidade.

Além das atividades semanais regulares, será realizado um Torneio de Desporto Adaptado com as modalidades de ténis de mesa, futsal e boccia, promovendo a prática desportiva e o convívio entre todos os participantes.

Seja em organização própria, em parceria com outras entidades, como apoio às organizações dos clubes, ou em estreita ligação com outros departamentos (divisão social: movimento e bem estar; educação: atividade física no pré-escolar; feira viva: europarque running), independentemente de ter ou não carácter competitivo, o Gabinete de Desporto reforçará o seu papel de pivô da promoção da atividade física desportiva no Concelho de Santa Maria da Feira.

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Manutenção

Pretende-se assegurar a manutenção dos pavilhões municipais, no que toca a pisos, pintura exterior e interior, canalizações, iluminação, equipamentos desportivos, entre outras, dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril.

É também uma preocupação deste município permitir que as crianças usem os espaços de jogo e de recreio (parques infantis) com segurança e conforto, conforme o estipulado pelo Decreto-lei n.º 203/2015, que estabelece as condições de segurança, implantação, conceção e organização funcional dos referidos espaços.

Gestão

A autarquia pretende manter os protocolos estabelecidos para a gestão dos seguintes equipamentos:

- Piscinas Municipais: Feira Viva;
- Pavilhão Municipal de Lourosa e Pista de Atletismo de Lourosa: Junta de Freguesia de Lourosa;
- Pavilhão Municipal de Gião/Lobão: União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande.

Será dada prioridade à contínua melhoria do serviço prestado aos clubes e utentes dos pavilhões municipais, seja através da disponibilização de plataforma de gestão de horários, seja através da modernização e segurança dos seus equipamentos.

Mantém-se a gestão da cedência de horas nos pavilhões municipais por parte do Gabinete de Desporto: Gião/Lobão, Lourosa, Arrifana, Fiães, S. João de Ver, Mozelos, de acordo com o regulamento de funcionamento, cedência e utilização de pavilhões desportivos municipais.

No ano de 2023, pretende-se aplicar um aparelho DAE em todos os pavilhões municipais.

Remodelação

Requalificação de Pavilhões Municipais

Em curso as obras de requalificação do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães.

Prevê-se o início da requalificação do Pavilhão Municipal de Lobão/Gião, do Pavilhão Municipal de Arrifana e do Pavilhão Municipal de Lourosa.

Polidesportivos

Iniciado no ano de 2020, pretende-se dar continuidade ao plano municipal de intervenções nos polidesportivos do Município.

Parques Infantis

Iniciado no ano de 2020, pretende-se dar continuidade ao plano municipal de intervenções nos parques infantis do Município com a requalificação de espaços existentes e criação de novos espaços de jogo e recreio.

Equipamentos de Fitness ao ar livre

Iniciado no ano de 2022, pretende-se dar continuidade ao processo de requalificação dos equipamentos de fitness existentes e criar novos espaços para a prática desportiva no concelho de Santa Maria da Feira.

Segurança em espaços de jogo e recreio

Iniciado no ano de 2021, pretende-se dar continuidade ao plano municipal de intervenções nos espaços de jogo e recreio do Município, de acordo com uma estratégia de manutenção regular de forma a monitorizar e zelar pela segurança, conformidade, durabilidade e limpeza dos equipamentos, assim como garantir um prazo de resposta aceitável para possíveis reparações, cumprindo com a legislação e normas em vigor

Construção

Construção da Piscina Municipal em Canedo

Em fase de construção a Piscina de Canedo.

Construção da Pista Municipal de Atletismo de Sanfins

Prevê-se o início da construção da nova Pista Municipal de Atletismo, cuja localização será em Sanfins.

Ciclovias

Prevê-se a continuação da construção de diversas ciclovias, por todo o Concelho.

Playground 3X3

Aproveitando a medida da Federação Portuguesa de Basquetebol de promoção da modalidade, em especial ao ar livre, a Câmara Municipal avançará para a construção de um primeiro playground 3X3.

Skate Parque

Dando resposta a uma ânsia dos jovens, a Câmara Municipal propõe-se avançar para a construção de um skate parque.

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Portal do Associativismo Desportivo

Com vista a facilitar e aprofundar as relações entre a autarquia e as associações, surgiu o Portal do Associativismo, ferramenta que se pretende assumir como espaço privilegiado para a partilha de informação da Câmara Municipal com as associações e clubes.

Pretende-se potenciar esta plataforma de forma a que esta se torne uma ferramenta imprescindível como base de dados do movimento associativo concelhio, informativa das suas diversas atividades e iniciativas, e divulgadora de eventos desportivos.

Plano de Apoio Desporto – PAD

Após a primeira entrada em vigor em 16 de dezembro de 2015, o ano 2021 marcou a implementação da nova versão do Programa de Apoio ao Desporto de Santa Maria da Feira, elaborada pelo Divisão de Desporto, com apoio do Departamento Jurídico, e que contou com a auscultação do movimento associativo desportivo concelhio, e que pretende adaptar este mecanismo de apoio ao desporto às características e necessidades dos tempos atuais.

O Programa de Apoio ao Desporto define os tipos e as formas de apoios a conceder pelo Município de Santa Maria da Feira para a promoção e dinamização da prática da atividade física e do desporto, estabelecendo as regras e as condições para a sua atribuição.

Os destinatários do Programa são as entidades e organizações desportivas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede ou intervenção no espaço territorial do concelho de Santa Maria da Feira, podendo-se ainda incluir-se as organizações que, não tendo como objeto principal a atividade desportiva, desenvolvam projetos e atividades que contribuam para a promoção da prática da atividade física ou do desporto.

Podem ainda ser abrangidas no âmbito do presente regulamento entidades e organizações, legalmente constituídas, que desenvolvam e promovam atividades desportivas, tais como federações desportivas, associações distritais, entre outras.

Trata-se de um programa multidimensional, multissetorial e transversal, que visa, designadamente:

- a) Promover a prática da atividade física e desportiva como forma de reduzir a tendência para uma vida sedentária bem como a ameaça do aumento da incidência das doenças associadas ao sedentarismo;
- b) Promover o aumento da prática do desporto pelos cidadãos, aumentando o número de praticantes nas diversas modalidades;
- c) Promover o desporto feminino;
- d) Promover a diversidade desportiva;
- e) Fomentar a participação de equipas, atletas e praticantes desportivos nas competições de âmbito local, distrital, regional, nacional e internacional;
- f) Consagrar um sistema de apoios diversificados e progressivos à prática desportiva, em função de critérios objetivos e de mérito;
- g) Promover a inclusão e a integração social;
- h) Promover a prática da atividade física e desportiva como forma de contribuir para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência;
- i) Capacitar e valorizar os agentes desportivos com vista a uma gestão racional, equilibrada, sustentada e inovadora;



- j) Promover a prática da atividade física para pessoas idosas, contribuindo para a sua saúde, bem-estar e ocupação de tempos livres, ajudando a combater a solidão e o isolamento.

Apoios à promoção da atividade física e desportiva:

- **Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens**

Visa promover o aumento dos escalões de formação, a prática desportiva feminina, incentivar e aumentar a prática desportiva das pessoas com deficiência, bem como, ampliar a oferta desportiva.

- **Medida 2 - Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais**

Visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto, com vista, designadamente, ao fomento da prática desportiva, nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento das várias modalidades desportivas, bem como ao incentivo da dinâmica do movimento associativo no município na área do desporto.

Esta medida tende a facilitar a acessibilidade da população feirense a modalidades como o Basquetebol, Hóquei em Patins, Ciclismo, Andebol, Ténis, Voleibol e outras cujas ofertas são significativamente insuficientes e de difícil implementação e expansão.

- **Medida 3 - Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade**

Tem como principal objetivo possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte dos cidadãos com deficiência ou incapacidade, através do apoio à prática desportiva promovida pelas entidades que acolhem aquele público-alvo, e que se traduz numa comparticipação financeira e/ou no acesso às instalações desportivas municipais.

- **Medida 4 - Apoio à participação desportiva da população sénior**

Pretende possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte da população sénior através do apoio à prática desportiva promovida pelas entidades que acolhem aquele público-alvo, e que se traduz numa comparticipação financeira e/ou o acesso às instalações desportivas municipais.

- **Medida 5 - Cedência de espaços desportivos**

Com esta medida visa-se a promoção da prática desportiva através da disponibilização de períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares, às entidades desportivas.

A autarquia, através da realização de contratos-programa com as entidades gestoras das instalações desportivas, cria uma bolsa de horários de utilização das instalações e disponibiliza-os às entidades interessadas para a prossecução das atividades físicas e desportivas.



- **Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos**

A medida 6 destina-se a apoios financeiros para:

- a) Aquisição de materiais não individuais, designadamente: balizas, redes, blocos de partida, ou similares;
- b) Manutenção de campos de jogos de relva natural destinados à prática de futebol de 11;
- c) Manutenção de campos de jogos de relva sintética destinados à prática de futebol de 11;
- d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos;
- e) Manutenção de outros espaços de jogo.

- **Medida 7 - Apoio à construção, modernização e reabilitação de instalações desportivas**

Visa melhorar as condições para a prática desportiva, proporcionar melhores condições de treino para os atletas e tornar as instalações mais modernas e seguras.

O apoio tem a natureza financeira e destina-se a:

- a) A construção ou requalificação/renovação de relvados sintéticos em campos de futebol de 11;
- b) A construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos desportivos e/ou de infraestruturas de apoio.

- **Medida 8 - Apoio à qualificação dos clubes/ associações desportivas**

Visa apoiar ações formativas dirigidas a determinado público-alvo, nomeadamente, atletas, dirigentes, treinadores, pais e encarregados de educação.

- **Medida 9 - Apoio ao apetrechamento de equipamentos de desfibrilhação automática externa e/ou de outros equipamentos médicos, fisioterapêuticos ou de socorro.**

Com esta medida pretende-se melhorar as condições de segurança para os utilizadores das instalações desportivas, apetrechando as mesmas com equipamentos que permitam um socorro mais eficaz perante uma paragem cardiorrespiratória e de outros equipamentos que possam ser fundamentais para o tratamento e socorro dos atletas bem como equipamentos que possam ser exigidos pela lei.

- **Medida 10 - Apoio à participação em competições internacionais**

Esta medida destina-se a apoiar atletas que estejam em representação das seleções nacionais e as associações que participem em fases finais absolutas de competições internacionais, abrangendo:

- a) Deslocações de atletas, filiados em associações concelhias, que estejam em representação da seleção nacional e as respetivas federações não suportem os custos com as deslocações;
- b) Deslocações de equipas de associações concelhias que participem em fases finais absolutas de competições internacionais.

- **Medida 11 - Apoio em espécie**

A presente medida consiste na cedência de equipamentos, espaços físicos, materiais, comunicação, serviços e outros meios técnicos e logísticos necessários ao desenvolvimento de projetos, atividades ou eventos que sejam considerados de interesse municipal.

Apoios de caráter excecional a atividades de interesse municipal:

- **Atividades apresentadas por entidades concelhias:**

Este apoio destina-se a compartilhar financeiramente e/ ou em espécie as entidades e organizações, legalmente constituídas, com sede e intervenção no espaço territorial do concelho de Santa Maria da Feira e abrange ações, eventos, projetos e/ ou atividades pontuais não programadas ou de ocorrência não expectável.

- **Atividades apresentadas por entidades não concelhias**

O apoio destina-se a compartilhar financeiramente e/ ou em espécie as entidades e organizações, legalmente constituídas, que desenvolvam e promovam atividades desportivas, tais como federações desportivas, associações distritais, entre outras, e abrange ações, eventos, projetos e/ ou atividades pontuais não programadas ou de ocorrência não expectável.

Requalificação de Espaços Desportivos:

- **Apoio de caráter excecional ao investimento em instalações desportivas com interesse municipal**

Este apoio destina-se a compartilhar na construção, conservação, reabilitação ou remodelação de infraestruturas desportivas de interesse municipal de associações/clubes desportivos, bem como entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede e intervenção no espaço territorial do concelho de Santa Maria da Feira e que desenvolvam projetos e atividades que contribuam para a promoção da prática da atividade física.

Eixo IV - Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Atividades Desportivas de organização própria e em parceria com Associações e Clubes

Após estabilização da situação pandémica, a autarquia voltará a organizar atividades próprias, destinadas aos atletas e associações desportivas.

De igual modo, voltará a apoiar as organizações de eventos e atividades das associações e clubes concelhios, providenciando acompanhamento técnico e logístico pela Divisão de Desporto.

De entre várias, destacam-se:

I) Âmbito Concelhio/Regional:

- Mini olimpíadas

As Mini Olimpíadas Concelhias de Santa Maria da Feira são um certame de jogos desportivos juvenis, com inspiração nos Jogos Olímpicos, que pretende mobilizar para o desporto os jovens do concelho. Trata-se do mais antigo e importante encontro desportivo do nosso concelho na faixa etária dos 5 aos 14 anos.

A entidade organizadora, Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira, em parceria com a Câmara Municipal, tem realizado todos os esforços no sentido de proporcionar a todos os atletas as condições imprescindíveis para que possam evoluir de forma saudável, fortalecendo laços de amizade e respeito pela lealdade desportiva.

- Corta-Mato CLDE Entre Douro e Vouga

Esta prova, além de constituir um momento de competição desportiva e um encontro entre jovens de diversas escolas da região, é sobretudo uma grande festa com movimento e muita emoção. É também a primeira experiência de muitos dos participantes num evento com estas características fora do ambiente escolar.

- Torneios de Futebol Juvenil

A autarquia colabora com os diversos clubes que fomentam a modalidade Futebol, dinamizam torneios para diversos escalões, com carácter inclusivo e a presença de vários clubes nacionais e internacionais.

São disso exemplo, de entre outros: Torneio de Futebol Infantil de S. João de Ver “Os Joãozinhos”; Torneio Forte Paixão – Lourosa; Torneio Internacional de Verão – Fiães; Torneio Internacional de Verão – Fiães; Torneio Terras de Santa Maria – Arrifana; Torneio Comendador – Santa Maria de Lamas; Torneio Terras de Santa Maria – Arrifana; Sérgio Oliveira Cup – Paços de Brandão.

- Volta às Terras Santa Maria – Troféu Fernando Mendes

Santa Maria da Feira é um concelho de reconhecidos ciclistas que fizeram história no panorama nacional. Pretende-se que a Volta às Terras de Santa Maria continue a assumir-se como uma prova clássica do ciclismo português, no âmbito da parceria estabelecida com o Sport Ciclismo de S. J. de Ver.

- Festa do Futebol Feminino

No âmbito de um protocolo entre Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Federação Portuguesa de Futebol e Associação de Futebol de Aveiro voltará a realizar-se um Torneio de Futebol Interescolar de turmas do 1º ciclo, entre os agrupamentos de escolas do concelho de Santa Maria da Feira, dando viva voz ao slogan “o futebol é para todos...”.

- Feira Handball Cup

O Feira Handball Cup nasce por iniciativa da secção de Andebol do Clube Desportivo Feirense, pela necessidade de promover a competição nos escalões de formação num período em que os campeonatos fazem um intervalo devido ao Natal e aproveitando também as férias escolares. O FHCUP tem-se afirmado ao longo destes anos como um importante torneio de preparação da fase decisiva da época, distinguindo-se pela elevada competitividade que proporciona às equipas presentes em todos os escalões.

II) Âmbito Nacional:

Como tem vindo a suceder nos últimos anos (Boccia, Ténis de Mesa, Taekwondo, Basquetebol, etc.), a autarquia continuará a apostar na captação de eventos de âmbito nacional (taças ou fases finais de campeonatos nacionais), e em jogos das respetivas seleções, em estreita ligação com os clubes e as federações de modalidade.

Por um lado, como forma de promoção de modalidades que ainda não existam no Concelho, por outro, como estímulo às que existem e se pretendem desenvolver ainda mais. Neste segundo caso, são fundamentais os clubes, parceiros imprescindíveis, pelo que a autarquia continuará a apoiar as organizações de eventos e atividades das associações e clubes concelhios, providenciando acompanhamento técnico e logístico pela Divisão de Desporto.

Será feita uma aposta acrescida na captação desta tipologia de eventos.

Será dado especial interesse ao desporto adaptado e ao desporto feminino.

III) Âmbito Internacional:

- Eixo Atlântico

A Câmara Municipal continuará a assegurar a representação do Município nos diversos torneios e nos Jogos do Eixo Atlântico.

- Semana Europeia do Desporto #beactive

De forma a assinalar a Semana Europeia do Desporto, celebrada todos os anos entre 23 e 30 de setembro, a Divisão de Desporto publicitará todas as atividades que decorram no município no âmbito do desporto, e promoverá outras, num vasto programa de atividades físico-desportivas.

- Erasmus+ Sport

Tal como noutros sectores de atividade, a Câmara Municipal começará na área do Desporto a explorar oportunidades de colaboração internacional através da pesquisa e apresentação de candidaturas a programas europeus.

Outras ações

Gala dos Campeões / Cerimónia de Congratulação do Mérito Desportivo

Com o intuito de reconhecer e divulgar o mérito desportivo concelhio, a Câmara de Santa Maria da Feira organizou anualmente uma Gala do Desporto onde eram entregues prémios de desempenho desportivo a atletas, agentes desportivos e entidades do Associativismo Desportivo de Santa Maria da Feira que apresentassem resultados relevantes.

No mesmo sentido, quinzenalmente são apresentados votos de congratulação em sede de Reunião de Câmara dos principais méritos desportivos individuais e coletivos.

Neste seguimento, propõe-se a criação de um novo evento anual que tenha como principal objetivo o reconhecer dos resultados alcançados por parte dos atletas e equipas do concelho de Santa Maria da Feira.

Percursos Pedestres – Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira dispõe de uma rede de cerca de 160km de percursos pedestres, que permitem descobrir vários locais do concelho.

Com uma oferta de 15 Percursos Pedestres, de extensão variável desde 2 a 20km, cada um com as suas características próprias, Santa Maria da Feira oferece de serras, de rios, de campos.

É muito fácil descobrir um local agradável e ainda pouco explorado, perto de casa, para usufruir neste concelho.

O PR1 SMF foi o primeiro percurso a ser sinalizado/homologado na sua totalidade, promovendo a segurança dos seus utilizadores, assim como, uma monitorização dos trilhos.

Assim, o PR1 SMF Rio Uíma é um percurso de pequena rota linear com uma distância de 4km, que percorre a UF Caldas e Pigeiros e a UF Escapães.

Está em curso o desenvolvimento de um novo percurso pedestre circular, “Guardiães do Castelo”, no centro da cidade de Santa Maria da Feira.

Carta Desportiva

A Divisão de Desporto propõe-se a concretizar a necessidade de atualização da Carta Desportiva Municipal, documento que compreenderá os dados referentes à prática desportiva no município, desde o levantamento de todas as instalações existentes, detalhando a sua propriedade, gestão, características e condições infraestruturais; o movimento associativo feirense, compendiando todas as associações, clubes e coletividades do município, as modalidades oferecidas e a descrição das faixas etárias e géneros que as praticam; bem como uma caracterização física e demográfica do concelho, de forma a enquadrar a informação.

A criação de um documento desta magnitude mostra-se fulcral para a compreensão do fenómeno desportivo do Município de Santa Maria da Feira, permitindo simultaneamente analisar as necessidades urgentes das freguesias.

Este documento servirá como linha referencial que auxilie o ordenamento do território e o desenvolvimento socioeconómico da região, assumindo um papel crucial na otimização da gestão municipal dos espaços desportivos.

**normas de execução do
orçamento municipal**

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

CAPÍTULO I

Âmbito e Regras Gerais de Execução

Artigo 1.º- Definição e Objeto

O presente articulado estabelece regras e procedimentos, complementares e necessários, à execução do orçamento em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do art.º 46.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e parte restante do mesmo diploma legal, assim como as disposições constantes, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (pontos 3.3. e 8.3.1.), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), todos nas suas redações atuais, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2023, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental, sem prejuízo das normas aplicáveis na Lei de Enquadramento Orçamental. Sem prejuízo do disposto nas presentes normas de execução, foi aprovado em reunião de câmara de 21 de setembro de 2016, a norma de sistema de controlo interno do Município de Santa Maria da Feira, a qual se encontra atualmente na fase final de revisão sendo, no entanto, de aplicação obrigatória, por força dos normativos mencionados no artigo anterior. As normas de controlo interno, estabelecem um conjunto de procedimentos de regulação em termos administrativos, financeiros, contabilísticos, execução do orçamento municipal, contratação pública, procedimentos de controlo, pagamentos, autorizações da despesa, celebração e formalização de contratos, disponibilidades, endividamento, existências, imobilizado, seguros, e recursos humanos.

Artigo 2.º- Âmbito de Aplicação

O presente normativo contém as disposições aplicáveis à execução do Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para 2023 atento o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º, no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos,

respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, bem como na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo 3.º- Execução Orçamental

1. Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo o princípio da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. As unidades orgânicas são responsáveis pela gestão do conjunto de meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e da gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, que visam a minimização de custos diretos e indiretos, uma distribuição equilibrada de custos pelos sucessivos orçamentos e a não exposição a riscos excessivos.
3. Durante o ano económico de 2023, a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previsto ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), caso o Município não esteja excluído do respetivo âmbito de aplicação.
4. É extremamente importante adequar os fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, o que obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2022 e anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2022 e anteriores sem fatura associada;
 - c. Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores
 - d. Registo dos compromissos referentes a despesas de funcionamento, remunerações certas e permanentes, sendo que estes deverão ser efetuados pelo encargo estimado.

Artigo 4.º - Processos de despesa transitados

1. Os compromissos assumidos para anos anteriores a 2023 para os quais não foram apresentadas faturas, serão objeto de reapreciação em 2023, não podendo esse montante ser utilizado por conta do orçamento do exercício de 2023, ficando esta verba disponível e à consideração da vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa (à exceção dos procedimentos alvo de contratos/protocolos).
2. Na transição do ano, as dotações nas rubricas do PAM e do PPI, que após o registo dos compromissos assumidos e não pagos, se revelem desadequadas, serão objeto de uma alteração orçamental permutativa, sendo as novas rubricas readequadas com autorização da vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa.

Artigo 5.º - Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM)

1. A Câmara Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal, baseados em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomarão as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reafetando através do mecanismo das alterações orçamentais (permutativas ou modificativas), as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL, que se mantém em vigor por força da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Considerando a vigência do SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020 e atendendo a que as regras de modificação do orçamento se mantém em conformidade com o ponto 8.3.1. do POCAL cumpre articular estas regras com a NCP 26 do SNC-AP, assim, as modificações são genericamente em SNC-AP designadas por “alterações” que podem ser:
 - a) “Alteração orçamental modificativa” - é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor; ou
 - b) “Alteração orçamental permutativa” - é aquela que procede à alteração da composição do orçamento de receita ou de despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global.
3. As “alterações orçamentais modificativas” que:
 - a) Tenham como contrapartida receitas legalmente consignadas; empréstimos contratados; ou uma nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial, bem como as “alterações orçamentais permutativas”, são da competência da Câmara Municipal,

- sem prejuízo da delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal;
- b) As demais “alterações” orçamentais são da competência da Assembleia Municipal.
4. Os ajustamentos orçamentais de despesa consignada ou financiada por capitais alheios diretamente relacionados com a delegação de competências / projetos financiados por fundos europeus e/ou nacionais não podem ser utilizados em contrapartida para outros projetos.

Artigo 6.º- Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
2. Nos termos do DL nº 123/2018, de 28 de dezembro, com a redação do DL Nº 14-A/2020, de 7 de abril, bem como na Portaria nº 289/2019, de 5 de setembro, todas as empresas são obrigadas a enviar documentos em formato eletrónico (EDI) para as entidades da administração pública, no âmbito dos contratos públicos a partir de 1 de janeiro de 2023.
3. O número anterior não é aplicável nos termos do código dos contratos públicos a toda a faturação relativa a aquisições realizadas por ajuste direto regime simplificado.
4. O Município de Santa Maria da Feira utiliza para a receção de documentos em formato eletrónico, o broker YETSPACE e recebe as faturas eletrónicas dos seus fornecedores por duas vias:
 - a) através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas.
 - b) através de email. Neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para fatura.eletronica@cm-feira.pt, sendo que devem anexar o PDF da fatura (assinado digitalmente) e o XML CIUS-PT

Para cumprimento do dispositivo legal o ficheiro tem que conter obrigatoriamente o Ano/compromisso.

5. Deste modo, deixa de ser possível os serviços municipais aceitarem a receção de faturas em papel, exceto as previstas no nº 3 do presente artigo que deverão ser enviadas, por email para divisao.financeira@cm-feira.pt.
6. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à Divisão Financeira e Gestão Patrimonial em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.

7. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de manifesto interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à Divisão Financeira e Gestão Patrimonial em 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
8. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas em 6 e 7 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
9. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos são os que constam da Norma de Controlo Interno.

Artigo 7.º- Gestão dos ativos fixos tangíveis da Autarquia

A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos das Normas de Controlo Interno e as aquisições de investimentos efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de contratos ou documento equivalente, designadamente requisições externas, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 8º- Gestão de inventários de Existências

1. O stock de artigos em armazém será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a da aquisição de artigos por fornecimento contínuo com um período de armazenagem mínimo ou sem armazenamento sendo o seu fornecimento direto ao serviço requisitante.
3. Todos os artigos saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam de forma a permite a sua contabilização para efeitos da contabilidade de gestão.
4. Poderão ser fixados outros procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, em despachos do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 9º - Contabilidade de gestão

Durante o ano de 2023 deverá ser assegurado um sistema de contabilidade de gestão que permita, sem prejuízo de outros objetivos previstos na Norma de Contabilidade Pública 27:

- a) Apurar o custo dos equipamentos e infraestruturas municipais;
- b) Apurar os custos das funções e atividades municipais;
- c) Apurar o custo total dos Investimentos municipais;
- d) Apurar os custos das unidades orgânicas;
- e) Quantificar o valor das transferências em numerário e em espécie para entidades terceiras.

CAPITULO II

Execução da Receita

Artigo 10.º- Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição do artigo orçamental adequado, podendo, no entanto, ser cobrada para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas, preços e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor e outra legislação complementar, que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos.
4. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.

Artigo 11.º- Princípios gerais para a arrecadação de receitas

Durante o exercício de 2023 é concedida uma autorização genérica para autorização de reembolsos e restituições, sempre operados por abate às receitas liquidadas, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26, até ao limite equivalente das delegações de competências para autorizações de despesas e pagamentos, respetivamente.

Artigo 12.º- Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, ou serviços internos cobrados à distância, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.

Artigo 13.º- Pagamentos em prestações

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento e devem ser autorizados nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.
2. Depois de devidamente autorizados, os planos e pagamentos em prestações devem ser remetidos para a Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial para serem objeto de registo na aplicação SNC-AP, à exceção dos registados nas aplicações próprias.
3. Excluem-se os pedidos de pagamento em prestações, no âmbito dos processos de execução fiscal, os quais têm natureza judicial.

Artigo 14.º- Isenções e reduções de taxas

No exercício económico de 2023, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de € 500.000,00 como estimativa da despesa fiscal consubstanciada na concessão de isenções ou reduções de taxas previstas nos regulamentos municipais em vigor.

CAPITULO III

Execução Orçamental da Despesa

Artigo 15.º- Princípios Gerais para a Realização da Despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os seguintes princípios da NCP 26, bem assim na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2008, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda, em conformidade com o art.º 5.º da LCPA;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis;
 - e) O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registadas mensalmente para um período deslizante de três meses e de igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades;
 - f) As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, se estiverem inscritas no Orçamento e nas GOP'S, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir;
 - g) As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte;

- h) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos no número anterior no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro do ano a que respeita o crédito;
 - i) Os serviços, no prazo improrrogável definido no número anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
3. Para as adjudicações e cabimentos cujos efeitos se iniciem no ano económico seguinte e sejam efetuadas dentro dos 60 dias anteriores, ao fim do ano económico, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, as declarações de cabimento são substituídas por declarações de suprimento, emitidas pela Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial após confirmação nos documentos previsionais do ano seguinte, sustentado pela rubrica, pela qual será onerada a despesa, após solicitação da Divisão de Contratação Pública.

Artigo 16.º- Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2023 a Divisão de Contratação Pública deve utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica de contratação pública para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
2. A aplicação do número anterior pode ser dispensada quando, nos termos da lei, não seja obrigatória a utilização de plataforma eletrónica de contratação pública, designadamente nos procedimentos de aquisição por ajuste direto regime simplificado e geral assim como nas consultas prévias.
3. Exceto no regime de ajuste direto simplificado em todas as requisições internas emitidas deve estar justificada a necessidade de aquisição e de realização da despesa.
4. Cumpre à Divisão de Contratação Pública realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos, em articulação com os demais serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada unidade, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, assim como, nos procedimentos de aquisição por convite, pela proposta das entidades a convidar.
6. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do Código do Contratos Público (CCP), Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, todos os serviços municipais devem comunicar à Unidade responsável pelo procedimento aquisitivo, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham

executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 17.º- Gestão de contratos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada uma das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor conjuntamente e em coordenação com o gestor de contrato formalmente nomeado.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade pode:
 - a) Propor superiormente a nomeação dos gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
 - b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela Unidade responsável pelo procedimento aquisitivo.
3. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas ao membro do executivo responsável pela unidade requisitante para que este assegure a tramitação junto dos serviços municipais competentes.

Artigo 18.º- Conferência e Registo da Despesa

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis constantes das normas de controlo interno e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas diretamente para a Divisão Financeira e Gestão Patrimonial.

Artigo 19.º- Suspensão da aquisição de bens e serviços

1. Ficam suspensas quaisquer aquisições de bens e serviços a partir do dia 15 de outubro de 2023 até ao final do mesmo ano.

2. Se, a partir da data supramencionada, existirem aquisições de bens e serviços consideradas imprescindíveis para o interesse público, estas terão que ser justificadas pelo dirigente do serviço, validadas conjuntamente pelo respetivo membro do executivo responsável e a vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa.
3. Cabe a cada unidade orgânica assegurar a cobertura orçamental de todos os compromissos que transitam de 2022 para 2023.

Artigo 20.º- Competências para autorização da despesa e pagamentos

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
 - a) Até 149.639,47 €, o Presidente de Câmara;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
4. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 18º do DL 197/99, de 8 de junho, fica a Câmara Municipal autorizada a executar a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao montante de € 300.000,00, excluído o IVA incidente na aquisição dos bens nelas aplicadas.
5. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários, ao sexto dia útil a contar do final do mês;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;



- d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
6. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.
7. Sempre que esteja em causa um pagamento a efetuar por cheque ou numerário no montante dos fornecimentos dos bens ou da prestação do serviço, compete à unidade orgânica responsável do processo de despesa entregar na DFGP a fatura original no dia do pagamento.

Artigo 21.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
2. O resumo das folhas de remuneração e as correspondentes Ordens de pagamento emitidas pela Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, devem dar entrada na Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

Artigo 22.º - Apoios a entidades terceiras

Os subsídios e apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do respetivo Pelouro ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 23.º- Apoio às competências materiais dos órgãos das Freguesias

1. Durante o exercício de 2023, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no art.º 16.º do mesmo diploma:
 - a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
 - b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

Artigo 24.º- Assunção de compromissos plurianuais – Autorização Genérica

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica, favorável, à assunção de compromissos plurianuais, nos casos e condições seguintes:
 - a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
 - c) Resultem de reprogramações financeiras e alterações ao cronograma físico de investimentos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
3. De acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é concedida a devida autorização à Câmara Municipal para deliberar relativamente à abertura de procedimentos referentes a despesas que deem lugar a encargos em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, e não se encontrem abrangidos pelas disposições constantes das alíneas a) e b) do n.º 1 da mesma disposição legal.

4. A autorização genérica constante do número anterior não prejudica a possibilidade de delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal prevista no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na redação introduzida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.
5. O regime previsto no presente artigo aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 a 3, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Artigo 25.º- Equipamento e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para a Departamento de Tecnologias de Informação responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.
2. Os procedimentos de aquisição ficam centralizados na Divisão de Contratação Pública responsável pelo procedimento aquisitivo, com base nos requisitos técnicos definidos pelo Departamento de Tecnologias de Informação.

Artigo 26.º- Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria, para serviço do município, carece sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências delegadas.
2. Aquando da elaboração do pedido para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.
4. Se dentro do prazo referido no número anterior, os documentos em apreço não tiverem sido entregues na Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial, deverá esta proceder à emissão da guia de reposição abatida e proceder ao encontro de contas no vencimento, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 27.º- Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

1. Compete à Divisão Administrativa Geral a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Compete à Divisão Administrativa Geral a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do art.º 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

Artigo 28.º- Contratos e protocolos interadministrativos

1. Os protocolos e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à Divisão Financeira e Gestão Patrimonial proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

Artigo 29.º- Contratos de tarefa e avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no art.º 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos no agrupamento 01 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos no agrupamento 02.

Capítulo IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 30.º- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

Em 2023, as alusões a normas, procedimentos, autorizações e outros previstas nos artigos anteriores e referentes à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso não produzirão efeitos nem se aplicarão caso o Município esteja excluído do âmbito de aplicação do referido diploma.

Artigo 31.º- Omissões sobre a execução do Orçamento

As omissões ou dúvidas interpretativas quanto ao presente serão esclarecidas nos termos estabelecidos na NSCI, quando aplicável, ou por deliberação da Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, quando se tratar de matérias da sua competência.

**grandes opções do
plano e orçamento municipal**

resumo do orçamento

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : RESUMIDA

Desagregar : N Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
	Receita corrente	951.938,00	80.752.011,00	81.703.949,00	83.042.420,00	85.132.401,00	87.462.930,00	89.685.569,00
	Receita de capital		15.052.546,00	15.052.546,00	21.136.399,00	20.403.525,00	19.943.501,00	14.980.363,00
	Receita efetiva [1]	951.938,00	95.804.557,00	96.756.495,00	104.178.819,00	105.535.926,00	107.406.431,00	104.665.932,00
	Receita não efetiva [2]		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Receita total [3] = [1] + [2]	951.938,00	95.804.558,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00
	Despesa corrente		56.602.001,00	56.602.001,00	61.451.572,00	60.202.271,00	63.357.108,00	61.569.012,00
	Despesa de capital		37.832.704,00	37.832.704,00	40.597.902,00	43.533.356,00	42.898.324,00	42.487.721,00
	Despesa efetiva [4]		94.434.705,00	94.434.705,00	102.049.474,00	103.735.627,00	106.255.432,00	104.056.733,00
	Despesa não efetiva [5]		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]		96.756.496,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00
	Saldo total [3] - [6]	951.938,00	-951.938,00					
	Saldo global [1] - [4]	951.938,00	1.369.852,00	2.321.790,00	2.129.345,00	1.800.299,00	1.150.999,00	609.199,00

**orçamento e
plano orçamental plurianual**

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
	Receita corrente	951.938,00	80.752.011,00	81.703.949,00	83.042.420,00	85.132.401,00	87.462.930,00	89.685.569,00
R1	Receita fiscal	118.683,00	32.675.728,00	32.794.411,00	34.434.132,00	36.155.839,00	37.963.631,00	39.861.811,00
R11	Impostos diretos	118.683,00	32.675.727,00	32.794.410,00	34.434.131,00	36.155.838,00	37.963.630,00	39.861.810,00
R12	Impostos indiretos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	29.479,00	1.776.772,00	1.806.251,00	1.892.205,00	1.982.459,00	2.077.224,00	2.176.727,00
R4	Rendimentos de propriedade	674.138,00	2.223.064,00	2.897.202,00	3.042.060,00	3.194.159,00	3.353.866,00	3.521.555,00
R5	Transferências e subsídios correntes		38.938.062,00	38.938.062,00	38.142.780,00	37.991.948,00	37.969.816,00	37.969.816,00
R51	Transferências correntes		38.938.060,00	38.938.060,00	38.142.778,00	37.991.946,00	37.969.814,00	37.969.814,00
R511	Administrações Públicas		38.938.053,00	38.938.053,00	38.142.771,00	37.991.939,00	37.969.807,00	37.969.807,00
R5111	Administração Central - Estado Português		37.912.001,00	37.912.001,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00
R5112	Administração Central - Outras entidades		1.026.047,00	1.026.047,00	295.969,00	145.137,00	123.005,00	123.005,00
R5113	Segurança Social		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
R5114	Administração Regional							
R5115	Administração Local		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
R512	Exterior - U E		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
R513	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R52	Subsídios correntes		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
R6	Venda de bens e serviços	129.638,00	4.524.949,00	4.654.587,00	4.887.135,00	5.131.683,00	5.388.265,00	5.410.025,00
R7	Outras receitas correntes		613.436,00	613.436,00	644.108,00	676.313,00	710.128,00	745.635,00
	Receita de capital		15.052.546,00	15.052.546,00	21.136.399,00	20.403.525,00	19.943.501,00	14.980.363,00
R8	Venda de bens de investimento		636.885,00	636.885,00	668.729,00	702.164,00	737.272,00	774.134,00
R9	Transferências e subsídios de capital		14.340.528,00	14.340.528,00	15.397.537,00	14.631.228,00	14.136.096,00	14.136.096,00
R91	Transferências de capital		14.340.528,00	14.340.528,00	15.397.537,00	14.631.228,00	14.136.096,00	14.136.096,00
R911	Administrações Públicas		14.340.524,00	14.340.524,00	15.397.533,00	14.631.224,00	14.136.092,00	14.136.092,00
R9111	Administração Central - Estado Português		12.684.112,00	12.684.112,00	14.451.530,00	13.449.729,00	13.136.089,00	13.136.089,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		1.656.412,00	1.656.412,00	946.003,00	1.181.495,00	1.000.003,00	1.000.003,00
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		74.633,00	74.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	69.633,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	Receita efetiva [1]	951.938,00	95.804.557,00	96.756.495,00	104.178.819,00	105.535.926,00	107.406.431,00	104.665.932,00
	Receita não efetiva [2]		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R12	Receita com ativos financeiros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R13	Receita com passivos financeiros							
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
	Receita total [3] = [1] + [2]	951.938,00	95.804.558,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
0502	Juros - Sociedades Financeiras		685,00	685,00	719,00	755,00	793,00	832,00
050201	Bancos e outras instituições financeiras		684,00	684,00	718,00	754,00	792,00	831,00
050299	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		17.018,00	17.018,00	17.869,00	18.762,00	19.700,00	20.685,00
050701	Empresas Públicas		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
050702	Empresas Públicas - Municipais e Intermunicipais		17.015,00	17.015,00	17.866,00	18.759,00	19.697,00	20.682,00
050703	Empresas Privadas		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
050799	Outras		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0508	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES FINANCEIRAS		40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00
0510	Rendas	674.138,00	2.205.319,00	2.879.457,00	3.023.430,00	3.174.600,00	3.333.331,00	3.499.996,00
051001	Terrenos		15.573,00	15.573,00	16.352,00	17.169,00	18.028,00	18.929,00
051002	Activos no subsolo		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051003	Habitacões		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051004	Edifícios		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051005	Bens de Domínio Público		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051099	Outros	674.138,00	2.189.742,00	2.863.880,00	3.007.074,00	3.157.427,00	3.315.299,00	3.481.063,00
05109901	RENDA CONCESSÃO ELETRICIDADE	674.138,00	2.022.412,00	2.696.550,00	2.831.378,00	2.972.946,00	3.121.594,00	3.277.673,00
05109902	RENDA CONCESSÃO - ÁGUA		93.660,00	93.660,00	98.343,00	103.260,00	108.423,00	113.844,00
05109999	OUTROS		73.670,00	73.670,00	77.353,00	81.221,00	85.282,00	89.546,00
0511	Activos Incorpóreos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5	Transferências e subsídios correntes		38.938.062,00	38.938.062,00	38.142.780,00	37.991.948,00	37.969.816,00	37.969.816,00
R51	Transferências correntes		38.938.060,00	38.938.060,00	38.142.778,00	37.991.946,00	37.969.814,00	37.969.814,00
R511	Administrações Públicas		38.938.053,00	38.938.053,00	38.142.771,00	37.991.939,00	37.969.807,00	37.969.807,00
R5111	Administração Central - Estado Português		37.912.001,00	37.912.001,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		37.912.001,00	37.912.001,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		37.912.001,00	37.912.001,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00	37.846.797,00
060301	Estado		36.813.796,00	36.813.796,00	36.813.796,00	36.813.796,00	36.813.796,00	36.813.796,00
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro		14.940.525,00	14.940.525,00	14.940.525,00	14.940.525,00	14.940.525,00	14.940.525,00
06030102	Fundo Social Municipal		2.807.968,00	2.807.968,00	2.807.968,00	2.807.968,00	2.807.968,00	2.807.968,00
06030103	Participação Fixa no IRS		6.205.480,00	6.205.480,00	6.205.480,00	6.205.480,00	6.205.480,00	6.205.480,00
06030106	Transferências de Competências Lei 50/2018		12.226.900,00	12.226.900,00	12.226.900,00	12.226.900,00	12.226.900,00	12.226.900,00
0603010601	SAUDE		2.760.162,00	2.760.162,00	2.760.162,00	2.760.162,00	2.760.162,00	2.760.162,00
0603010602	EDUCAÇÃO		8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00
0603010603	ACÇÃO SOCIAL		796.201,00	796.201,00	796.201,00	796.201,00	796.201,00	796.201,00
06030107	PARTICIPACÃO DO IVA		552.923,00	552.923,00	552.923,00	552.923,00	552.923,00	552.923,00
06030199	OUTROS		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
0603019901	DREN- DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
0603019902	IEFP - INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
0603019903	DGAV - DIREÇÃO GERAL DA ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
0603019999	OUTROS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
060306	Estado - Participação Comunitária em projectos co-financiados		1.098.205,00	1.098.205,00	1.033.001,00	1.033.001,00	1.033.001,00	1.033.001,00
06030601	FEDER		50.561,00	50.561,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
06030602	FSE		458.903,00	458.903,00	458.000,00	458.000,00	458.000,00	458.000,00
06030604	ERASMUS		118.988,00	118.988,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
06030605	FUNDO COESAO		469.752,00	469.752,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00
06030699	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5112	Administração Central - Outras entidades		1.026.047,00	1.026.047,00	295.969,00	145.137,00	123.005,00	123.005,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.026.047,00	1.026.047,00	295.969,00	145.137,00	123.005,00	123.005,00
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1.026.047,00	1.026.047,00	295.969,00	145.137,00	123.005,00	123.005,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual				
		Periodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027	
	060306 Estado - Participação Comunitária em projectos co-financiados		927.134,00	927.134,00	245.964,00	95.132,00	73.000,00	73.000,00	
	06030606 FSUE		23.030,00	23.030,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	
	06030607 NEXT GENERATION EU		904.104,00	904.104,00	222.964,00	72.132,00	50.000,00	50.000,00	
	060307 Serviços e Fundos Autónomos de competências - Lei 50/2018		98.912,00	98.912,00	50.004,00	50.004,00	50.004,00	50.004,00	
	06030701 Transferência de competências - Lei 50/201		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	0603070101 SAÚDE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	0603070102 EDUCAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	0603070103 AÇÃO SOCIAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	06030702 1º DIREITO		98.908,00	98.908,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
	06030799 Outros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	060309 Serviços e Fundos Autónomos-Subsistema de Protecção à Família e políticas ativas de emprego e formação profissional		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R5113	Segurança Social		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	0606 SEGURANÇA SOCIAL		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	060601 Sistema de Solidariedade e Segurança Social		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	060604 Outras Transferências		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R5114	Administração Regional								
R5115	Administração Local		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	0605 ADMINISTRAÇÃO LOCAL		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	060501 Continente		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	06050103 Serviços autónomos da administração local		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	06050104 Associações de Municípios		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	06050199 Outros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R512	Exterior - U E		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	0609 RESTO DO MUNDO		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	060901 União Europeia - Instituições		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	060903 UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES-SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R513	060904 União Europeia - Estados Membros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	
	0601 Sociedades e quase sociedades não financeiras		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
	060101 Públicas		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	06010101 Empresas Públicas		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	06010102 Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	060102 Privadas		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	0609 RESTO DO MUNDO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	060905 PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R52	Subsídios correntes		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	0802 Subsídios		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
	080209 Segurança Social		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	080210 Instituições sem fins lucrativos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R6	Venda de bens e serviços		129.638,00	4.524.949,00	4.654.587,00	4.887.135,00	5.131.683,00	5.388.265,00	5.410.025,00
	07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		129.638,00	4.524.949,00	4.654.587,00	4.887.135,00	5.131.683,00	5.388.265,00	
	0701 Venda de Bens			3.696,00	3.696,00	3.697,00	4.074,00	4.277,00	4.491,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
090103	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090110	FAMÍLIAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0902	HABITAÇÕES		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
090201	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090210	FAMÍLIAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0903	EDIFÍCIOS		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
090301	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090302	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090304	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090310	FAMÍLIAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO		6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09040103	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090410	FAMILIAS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
09041001	Equipamento de Transporte		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09041002	Maquinaria e Equipamento		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09041003	Outros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R9	Transferências e subsídios de capital		14.340.528,00	14.340.528,00	15.397.537,00	14.631.228,00	14.136.096,00	14.136.096,00
R91	Transferências de capital		14.340.528,00	14.340.528,00	15.397.537,00	14.631.228,00	14.136.096,00	14.136.096,00
R911	Administrações Públicas		14.340.524,00	14.340.524,00	15.397.533,00	14.631.224,00	14.136.092,00	14.136.092,00
R9111	Administração Central - Estado Português		12.684.112,00	12.684.112,00	14.451.530,00	13.449.729,00	13.136.089,00	13.136.089,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		12.684.112,00	12.684.112,00	14.451.530,00	13.449.729,00	13.136.089,00	13.136.089,00
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		12.684.112,00	12.684.112,00	14.451.530,00	13.449.729,00	13.136.089,00	13.136.089,00
100301	ESTADO		3.520.360,00	3.520.360,00	3.629.089,00	3.629.089,00	3.629.089,00	3.629.089,00
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro		1.660.058,00	1.660.058,00	1.660.058,00	1.660.058,00	1.660.058,00	1.660.058,00
10030104	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA		149.001,00	149.001,00	200.001,00	200.001,00	200.001,00	200.001,00
1003010401	DGEST		148.353,00	148.353,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
1003010403	DGAL		648,00	648,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10030105	ESTADO		936.029,00	936.029,00	936.029,00	936.029,00	936.029,00	936.029,00
1003010501	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL -ESTADO - ARTIGO 35 N.º 3 DA LEI 73/2013CENTRAL - ESTADO - ART. 35.º, N.º 3 DA LEI N.º 73/2013.CENTRAL - ESTADO - ART. 35.º, N.º 3 DA LEI N.º 73/2013		936.029,00	936.029,00	936.029,00	936.029,00	936.029,00	936.029,00
10030106	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES / ADMINISTRAÇÃO CENTRAL / ESTADO / TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		774.272,00	774.272,00	832.001,00	832.001,00	832.001,00	832.001,00
1003010601	SAÚDE		632.000,00	632.000,00	632.000,00	632.000,00	632.000,00	632.000,00
1003010602	EDUCAÇÃO		142.271,00	142.271,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
1003010603	ACÇÃO SOCIAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10030199	Outros		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		9.163.752,00	9.163.752,00	10.822.441,00	9.820.640,00	9.507.000,00	9.507.000,00
10030701	FEDER		8.045.162,00	8.045.162,00	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00
10030702	NEXT GENERATION EU		591.610,00	591.610,00	2.315.441,00	1.313.640,00	1.000.000,00	1.000.000,00
10030703	FUNDO COESÃO		469.752,00	469.752,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00
10030704	FSE		57.228,00	57.228,00	57.000,00	57.000,00	57.000,00	57.000,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		1.656.412,00	1.656.412,00	946.003,00	1.181.495,00	1.000.003,00	1.000.003,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.656.412,00	1.656.412,00	946.003,00	1.181.495,00	1.000.003,00	1.000.003,00
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1.656.412,00	1.656.412,00	946.003,00	1.181.495,00	1.000.003,00	1.000.003,00
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1.656.412,00	1.656.412,00	946.003,00	1.181.495,00	1.000.003,00	1.000.003,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
	10030801 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL / ADMINISTRAÇÃO CENTRAL / SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS / TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	1003080101 SAUDE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	1003080102 EDUCAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	1003080103 AÇÃO SOCIAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	10030802 1º DIREITO		1.656.409,00	1.656.409,00	946.000,00	1.181.492,00	1.000.000,00	1.000.000,00
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	1001 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	100101 PÚBLICAS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	10010101 EMPRESAS PUBLICAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	10010102 EMPRESAS PUBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	10010199 OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	100102 PRIVADAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		74.633,00	74.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	69.633,00
	13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		74.633,00	74.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	69.633,00
	1301 OUTRAS		74.633,00	74.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	5.069.633,00	69.633,00
	130101 INDEMNIZAÇÕES		69.632,00	69.632,00	69.632,00	69.632,00	69.632,00	69.632,00
	130102 ACTIVOS INCORPÓREOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	130199 OUTRAS		5.000,00	5.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	1501 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	150101 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	Receita efetiva [1]	951.938,00	95.804.557,00	96.756.495,00	104.178.819,00	105.535.926,00	107.406.431,00	104.665.932,00
	Receita não efetiva [2]		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R12	Receita com ativos financeiros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	11 ACTIVOS FINANCEIROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	1101 DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS E POUpanÇA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	110101 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R13	Receita com passivos financeiros							
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
	Receita total [3] = [1] + [2]	951.938,00	95.804.558,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
	Despesa corrente		56.602.001,00	56.602.001,00	61.451.572,00	60.202.271,00	63.357.108,00	61.569.012,00
D1	Despesas com o pessoal		25.034.668,00	25.034.668,00	18.514.474,00	19.340.444,00	22.593.681,00	24.861.886,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes		19.795.346,00	19.795.346,00	15.641.160,00	16.225.094,00	18.345.331,00	18.608.536,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		418.150,00	418.150,00	146.150,00	239.150,00	313.150,00	418.150,00
D13	Segurança social		4.821.172,00	4.821.172,00	2.727.164,00	2.876.200,00	3.935.200,00	5.835.200,00
D2	Aquisição de bens e serviços		22.475.674,00	22.475.674,00	30.599.716,00	28.590.885,00	28.284.133,00	24.892.904,00
D3	Juros e outros encargos		94.515,00	94.515,00	63.210,00	56.510,00	59.010,00	58.510,00
D4	Transferências e subsídios correntes		8.092.138,00	8.092.138,00	11.153.622,00	11.093.882,00	11.094.234,00	10.579.662,00
D41	Transferências correntes		5.048.738,00	5.048.738,00	8.100.322,00	8.040.582,00	8.040.934,00	7.526.362,00
D411	Administrações Públicas		2.590.721,00	2.590.721,00	4.027.056,00	4.038.269,00	4.050.771,00	3.988.912,00
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades		537.971,00	537.971,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00
D4113	Segurança Social		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
D413	Famílias		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
D414	Outras		102,00	102,00				
D42	Subsídios Correntes		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
D5	Outras despesas correntes		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
	Despesa de capital		37.832.704,00	37.832.704,00	40.597.902,00	43.533.356,00	42.898.324,00	42.487.721,00
D6	Aquisição de bens de capital		32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
D7	Transferências e subsídios de capital		4.900.062,00	4.900.062,00	1.410.200,00	1.405.129,00	1.787.000,00	1.787.000,00
D71	Transferências de capital		4.900.062,00	4.900.062,00	1.410.200,00	1.405.129,00	1.787.000,00	1.787.000,00
D711	Administrações Públicas		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
D713	Famílias							
D714	Outras		50,00	50,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]		94.434.705,00	94.434.705,00	102.049.474,00	103.735.627,00	106.255.432,00	104.056.733,00
	Despesa não efetiva [5]		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]		96.756.496,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023		Plano orçamental plurianual				
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
D1	Despesa corrente		56.602.001,00	56.602.001,00	61.451.572,00	60.202.271,00	63.357.108,00	61.569.012,00
	Despesas com o pessoal		25.034.668,00	25.034.668,00	18.514.474,00	19.340.444,00	22.593.681,00	24.861.886,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes		19.795.346,00	19.795.346,00	15.641.160,00	16.225.094,00	18.345.331,00	18.608.536,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		19.795.346,00	19.795.346,00	15.641.160,00	16.225.094,00	18.345.331,00	18.608.536,00
0101	Remunerações Certas e Permanentes		19.795.346,00	19.795.346,00	15.641.160,00	16.225.094,00	18.345.331,00	18.608.536,00
010101	Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos		297.915,00	297.915,00	297.915,00	297.915,00	297.915,00	312.810,00
010104	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho		13.197.412,00	13.197.412,00	10.833.838,00	11.391.313,00	12.534.000,00	12.534.000,00
01010401	Pessoal em Funções		12.031.406,00	12.031.406,00	10.618.838,00	11.176.313,00	11.613.851,00	11.613.851,00
01010402	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		114.427,00	114.427,00	115.000,00	115.000,00	120.149,00	120.149,00
01010404	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		1.051.579,00	1.051.579,00	100.000,00	100.000,00	800.000,00	800.000,00
010106	Pessoal Contratado a Termo		651.904,00	651.904,00	100.250,00	100.250,00	200.250,00	200.250,00
01010601	Pessoal em Funções		651.904,00	651.904,00	100.250,00	100.250,00	200.250,00	200.250,00
010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		447.035,00	447.035,00	503.310,00	440.769,00	433.790,00	435.100,00
010108	Pessoal aguardando Aposentação		40.000,00	40.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00	40.000,00
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação		421.806,00	421.806,00	100.250,00	100.250,00	200.250,00	200.250,00
010111	Representação		130.434,00	130.434,00	115.000,00	115.000,00	136.955,00	136.955,00
01011101	PESSOAL DIRIGENTE		130.434,00	130.434,00	115.000,00	115.000,00	136.955,00	136.955,00
010112	Suplementos e Prémios		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
01011201	PRÉMIOS DE DESEMPENHO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
010113	Subsídio de Refeição		2.179.242,00	2.179.242,00	1.625.790,00	1.625.790,00	2.245.790,00	2.245.790,00
01011301	PESSOAL DOS QUADROS		2.133.944,00	2.133.944,00	1.602.540,00	1.602.540,00	2.202.540,00	2.202.540,00
01011302	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		36.884,00	36.884,00	15.250,00	15.250,00	35.250,00	35.250,00
01011303	MEMBROS DO ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		8.414,00	8.414,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
010114	Subsídio de Férias e de Natal		2.148.948,00	2.148.948,00	1.838.207,00	1.838.207,00	1.968.781,00	2.215.781,00
01011401	PESSOAL DOS QUADRO		1.979.498,00	1.979.498,00	1.737.957,00	1.737.957,00	1.817.957,00	2.037.957,00
01011402	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		169.450,00	169.450,00	100.250,00	100.250,00	150.824,00	177.824,00
010115	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade		280.550,00	280.550,00	216.500,00	305.500,00	287.500,00	287.500,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		418.150,00	418.150,00	146.150,00	239.150,00	313.150,00	418.150,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		418.150,00	418.150,00	146.150,00	239.150,00	313.150,00	418.150,00
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais		418.150,00	418.150,00	146.150,00	239.150,00	313.150,00	418.150,00
010202	Horas Extraordinárias		253.100,00	253.100,00	53.100,00	103.100,00	153.100,00	253.100,00
010204	Ajudas de Custo		6.750,00	6.750,00	4.750,00	5.750,00	6.750,00	6.750,00
010205	Abono para Falhas		35.200,00	35.200,00	25.200,00	25.200,00	35.200,00	35.200,00
010211	Subsídio de turno		850,00	850,00	850,00	850,00	850,00	850,00
010212	Indemnizações por cessação de Funções		10.250,00	10.250,00	2.250,00	2.250,00	5.250,00	10.250,00
010213	Outros Suplementos e Prémios		112.000,00	112.000,00	60.000,00	102.000,00	112.000,00	112.000,00
01021301	Outros Suplementos e Prémios		112.000,00	112.000,00	60.000,00	102.000,00	112.000,00	112.000,00
D13	Segurança social		4.821.172,00	4.821.172,00	2.727.164,00	2.876.200,00	3.935.200,00	5.835.200,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.821.172,00	4.821.172,00	2.727.164,00	2.876.200,00	3.935.200,00	5.835.200,00
0103	Segurança Social		4.821.172,00	4.821.172,00	2.727.164,00	2.876.200,00	3.935.200,00	5.835.200,00
010301	Encargos com a Saúde		589.000,00	589.000,00	589.000,00	589.000,00	989.000,00	1.189.000,00
010302	Outros Encargos com a Saúde		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		125.000,00	125.000,00	100.000,00	115.000,00	125.000,00	125.000,00
010304	Outras Prestações Familiares		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
010305	Contribuições para a Segurança Social		3.948.992,00	3.948.992,00	1.883.000,00	2.041.000,00	2.651.000,00	4.451.000,00
01030502	Segurança Social - Funcionários Públicos		3.800.992,00	3.800.992,00	1.783.000,00	1.933.000,00	2.503.000,00	4.303.000,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações		2.240.642,00	2.240.642,00	983.000,00	1.083.000,00	1.483.000,00	2.483.000,00
0103050202	Segurança Social		1.560.350,00	1.560.350,00	800.000,00	850.000,00	1.020.000,00	1.820.000,00
01030503	Segurança Social - Regime Geral		148.000,00	148.000,00	100.000,00	108.000,00	148.000,00	148.000,00
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
010308	Outras Pensões		22.000,00	22.000,00	5.000,00	9.000,00	18.000,00	18.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
010309	Seguros		84.080,00	84.080,00	128.064,00	100.100,00	100.100,00	100,00
01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		84.080,00	84.080,00	128.064,00	100.100,00	100.100,00	100,00
010310	Outras despesas de segurança social		50.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção		50.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00
D2	Aquisição de bens e serviços		22.475.674,00	22.475.674,00	30.599.716,00	28.590.885,00	28.284.133,00	24.892.904,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		22.475.674,00	22.475.674,00	30.599.716,00	28.590.885,00	28.284.133,00	24.892.904,00
0201	Aquisição de bens		4.475.328,00	4.475.328,00	5.926.347,00	4.829.544,00	4.204.249,00	4.246.799,00
020101	Matérias primas e subsidiárias		257.588,00	257.588,00	120.050,00	120.050,00	270.050,00	270.050,00
020102	Combustíveis e lubrificantes		687.992,00	687.992,00	308.860,00	447.500,00	457.500,00	466.500,00
02010201	Gasolina		218.843,00	218.843,00	106.700,00	106.700,00	111.700,00	116.700,00
02010202	Gasóleo		354.137,00	354.137,00	169.260,00	306.900,00	308.900,00	312.900,00
02010299	Outros		115.012,00	115.012,00	32.900,00	33.900,00	36.900,00	36.900,00
020104	Limpeza e higiene		85.179,00	85.179,00	18.000,00	18.000,00	26.000,00	26.000,00
020105	Alimentação - refeições confeccionadas		2.419.360,00	2.419.360,00	4.719.972,00	3.510.879,00	2.556.534,00	2.556.534,00
020107	Vestuário e artigos pessoais		48.003,00	48.003,00	15.750,00	15.750,00	20.750,00	20.750,00
020108	Material de escritório		102.682,00	102.682,00	18.100,00	18.100,00	28.100,00	28.100,00
020109	Produtos químicos e farmaceuticos		2.330,00	2.330,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias		2.050,00	2.050,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
020111	Material de consumo clínico		2.050,00	2.050,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
020112	Material de Transportes - Peças		138.183,00	138.183,00	15.000,00	6.000,00	11.000,00	11.000,00
020113	Material de consumo hoteleiro		4.935,00	4.935,00	6.100,00	6.100,00	6.100,00	6.100,00
020114	Outros material - peças		15.500,00	15.500,00	1.000,00	1.000,00	5.600,00	5.600,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas		101.437,00	101.437,00	100.265,00	92.815,00	112.265,00	97.815,00
020116	Mercadorias para venda		600,00	600,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00
02011603	Outros		600,00	600,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00
020117	Ferramentas e utensílios		27.044,00	27.044,00	19.700,00	19.700,00	21.700,00	21.700,00
020118	livros e documentação técnica		4.050,00	4.050,00	550,00	550,00	2.050,00	2.050,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração		6.550,00	6.550,00	500,00	500,00	2.000,00	20.000,00
020120	Material de educação, cultura e recreio		59.772,00	59.772,00	61.350,00	61.350,00	71.350,00	71.350,00
020121	Outros bens		510.023,00	510.023,00	512.350,00	502.450,00	604.450,00	634.450,00
0202	Aquisição de serviços		18.000.346,00	18.000.346,00	24.673.369,00	23.761.341,00	24.079.884,00	20.646.105,00
020201	Encargos de Instalações		1.452.462,00	1.452.462,00	6.838.984,00	6.858.000,00	6.956.930,00	6.958.000,00
020202	Limpeza e Higiene		410.190,00	410.190,00	192.632,00	41.000,00	56.000,00	49.500,00
020203	Conservação de bens		342.817,00	342.817,00	155.600,00	155.600,00	160.600,00	160.600,00
020204	Locação de edifícios		178.445,00	178.445,00	268.780,00	266.300,00	286.300,00	286.300,00
020205	Locação de material de informática		2.500,00	2.500,00	750,00	750,00	750,00	750,00
020206	Locação de material de transporte		517.799,00	517.799,00	329.870,00	318.571,00	247.500,00	247.500,00
020208	Locação de outros bens		236.770,00	236.770,00	511.776,00	465.013,00	431.200,00	435.201,00
020209	Comunicações		251.749,00	251.749,00	102.576,00	67.000,00	97.000,00	97.000,00
020210	Transportes		1.856.979,00	1.856.979,00	1.201.400,00	1.201.400,00	1.205.400,00	1.205.400,00
020211	Representação de Serviços		65.050,00	65.050,00	2.500,00	2.500,00	20.500,00	20.500,00
020212	Seguros		340.481,00	340.481,00	385.190,00	351.300,00	357.300,00	7.300,00
020213	Deslocações e Estadas		247.963,00	247.963,00	78.450,00	78.450,00	88.450,00	88.450,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		956.715,00	956.715,00	241.975,00	190.967,00	297.050,00	302.050,00
020215	Formação		164.274,00	164.274,00	171.079,00	97.290,00	24.500,00	24.500,00
020216	Seminários, exposições e similares		1.500,00	1.500,00	750,00	750,00	750,00	750,00
020217	Publicidade		109.921,00	109.921,00	239.755,00	216.664,00	233.300,00	234.300,00
020218	Vigilância e segurança		587.147,00	587.147,00	311.500,00	311.500,00	313.500,00	313.500,00
020219	Assistência técnica		465.619,00	465.619,00	329.211,00	203.551,00	132.500,00	131.500,00
020220	Outros trabalhos especializados		494.607,00	494.607,00	403.121,00	378.700,00	442.700,00	443.700,00
020222	Serviço de saúde		33.358,00	33.358,00	41.000,00	41.000,00	41.000,00	40.100,00
020224	Encargos de cobrança de receitas		426.000,00	426.000,00	350.000,00	350.000,00	750.000,00	750.000,00
020225	Outros serviços		8.858.000,00	8.858.000,00	12.516.470,00	12.165.035,00	11.936.654,00	8.849.204,00
D3	Juros e outros encargos		94.515,00	94.515,00	63.210,00	56.510,00	59.010,00	58.510,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		94.515,00	94.515,00	63.210,00	56.510,00	59.010,00	58.510,00
0301	Juros da dívida Pública		67.500,00	67.500,00	60.200,00	53.500,00	46.000,00	45.500,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
030103	Sociedades financeiras - Bancos e outras Instituições Financeiras		67.500,00	67.500,00	60.200,00	53.500,00	46.000,00	45.500,00
03010302	Empréstimos de longo e médio prazos		67.500,00	67.500,00	60.200,00	53.500,00	46.000,00	45.500,00
0301030201	CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		10.000,00	10.000,00	8.700,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
0301030202	BPI - BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO		50.000,00	50.000,00	48.000,00	47.000,00	40.000,00	40.000,00
0301030204	NOVO BANCO		1.500,00	1.500,00	1.200,00			
0301030206	BANCO SANTANDER TOTTA		5.000,00	5.000,00	2.000,00	1.500,00	1.000,00	500,00
0301030208	BEI		1.000,00	1.000,00	300,00			
0302	Outros encargos correntes da dívida pública		17.000,00	17.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00
030201	Despesas Diversas		17.000,00	17.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00
0305	Outros juros		10.015,00	10.015,00	1.010,00	1.010,00	5.010,00	5.010,00
030502	Outros		10.015,00	10.015,00	1.010,00	1.010,00	5.010,00	5.010,00
03050201	Despesas diversas		10.000,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00	5.000,00
03050202	Juros de mora		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
03050299	Outros		10,00	10,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D4	Transferências e subsídios correntes		8.092.138,00	8.092.138,00	11.153.622,00	11.093.882,00	11.094.234,00	10.579.662,00
D41	Transferências correntes		5.048.738,00	5.048.738,00	8.100.322,00	8.040.582,00	8.040.934,00	7.526.362,00
D411	Administrações Públicas		2.590.721,00	2.590.721,00	4.027.056,00	4.038.269,00	4.050.771,00	3.988.912,00
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades		537.971,00	537.971,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		537.971,00	537.971,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00
0403	Administração Central		537.971,00	537.971,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00
040305	Serviços e fundos autonomos		537.971,00	537.971,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00	1.280.320,00
D4113	Segurança Social		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
0406	SEGURANÇA SOCIAL		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
040601	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
0405	Administração Local		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
040501	Continente		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
04050102	Freguesias		796.830,00	796.830,00	1.900.500,00	1.901.500,00	1.901.250,00	1.901.250,00
04050104	Associação de Municípios de Santa Maria		220.000,00	220.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00
04050108	Outros		995.920,00	995.920,00	601.236,00	611.449,00	624.201,00	562.342,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
0407	Instituições sem fins lucrativos		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
040701	Instituições sem fins lucrativos		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
D413	Famílias		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
0408	Famílias		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
040802	Outras		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
04080202	Outras		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
D414	Outras		102,00	102,00				
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		102,00	102,00				
0401	Sociedades e quase-sociedade não financeiras		51,00	51,00				
040102	Privadas		51,00	51,00				
0409	RESTO DO MUNDO		51,00	51,00				
040903	RESTO DO MUNDO- PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		51,00	51,00				
D42	Subsídios Correntes		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
05	SUBSÍDIOS		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
	050101 Públicas		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
	05010101 Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
D5	Outras despesas correntes		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
	0602 Diversas		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
	060201 Impostos e taxas		652.110,00	652.110,00	1.065.550,00	1.065.550,00	1.096.050,00	946.050,00
	06020101 Impostos e taxas pagos pela Autarquia		637.110,00	637.110,00	1.064.550,00	1.064.550,00	1.088.550,00	938.550,00
	0602010101 Taxa - Gestão de Resíduos		405.675,00	405.675,00	901.000,00	901.000,00	905.000,00	905.000,00
	0602010199 Outras		231.435,00	231.435,00	163.550,00	163.550,00	183.550,00	33.550,00
	06020102 Restituições de impostos ou taxas cobradas		15.000,00	15.000,00	1.000,00	1.000,00	7.500,00	7.500,00
	060203 Outras		252.896,00	252.896,00	55.000,00	55.000,00	230.000,00	230.000,00
	06020301 Restituições		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	06020302 Iva pago		92.896,00	92.896,00	15.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00
	06020304 Serviços Bancários		65.000,00	65.000,00	15.000,00	15.000,00	35.000,00	35.000,00
	06020305 Outras		50.000,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00
	06020399 DIVERSAS		30.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00
	Despesa de capital		37.832.704,00	37.832.704,00	40.597.902,00	43.533.356,00	42.898.324,00	42.487.721,00
D6	Aquisição de bens de capital		32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
	0701 Investimentos		20.799.914,00	20.799.914,00	20.340.541,00	26.437.140,00	14.476.500,00	7.265.000,00
	070101 TERRENOS		1.447.832,00	1.447.832,00	2.156.000,00	1.116.000,00	40.000,00	35.000,00
	070102 Habitação		2.558.563,00	2.558.563,00	500.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00
	07010202 AQUISIÇÃO		2.427.486,00	2.427.486,00				
	07010203 REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		131.077,00	131.077,00	500.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00
	070103 Edifícios		9.906.052,00	9.906.052,00	12.026.027,00	18.800.119,00	10.255.000,00	5.320.000,00
	07010301 INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		832.939,00	832.939,00	2.810.000,00	10.520.000,00	4.770.000,00	1.550.000,00
	07010302 INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		2.393.111,00	2.393.111,00	1.640.000,00	980.000,00	665.000,00	85.000,00
	07010303 MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		1.008.921,00	1.008.921,00	100.000,00			
	07010305 ESCOLAS		635.333,00	635.333,00	3.055.000,00	3.365.000,00	1.705.000,00	560.000,00
	07010307 OUTROS		4.985.748,00	4.985.748,00	2.792.500,00	2.802.500,00	3.115.000,00	3.125.000,00
	07010399 OUTROS		50.000,00	50.000,00	1.628.527,00	1.132.619,00		
	070104 Construções diversas		4.427.121,00	4.427.121,00	3.850.100,00	5.775.000,00	3.575.000,00	1.100.000,00
	07010401 VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		123.090,00	123.090,00	570.000,00	1.950.000,00	700.000,00	
	07010402 SISTEMA DE DREANGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		165.993,00	165.993,00				
	07010403 ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		137.680,00	137.680,00				
	07010404 ILUMINAÇÃO PÚBLICA		66.700,00	66.700,00				
	07010406 INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		1.993.101,00	1.993.101,00	1.690.000,00	2.475.000,00	1.375.000,00	100.000,00
	07010407 CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		3.538,00	3.538,00	250.000,00	200.000,00		
	07010409 SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		853.118,00	853.118,00	500.000,00	200.000,00		
	07010410 INFRAESTRUTURAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA		11.077,00	11.077,00				
	07010412 CEMITÉRIOS		1.000,00	1.000,00	100.000,00			
	07010413 OUTROS		1.071.824,00	1.071.824,00	740.100,00	950.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00
	070106 Material de transporte		511.559,00	511.559,00	175.035,00	91.110,00	60.000,00	115.000,00
	07010601 RECOLHA DE RESISUOS SÓLIDOS		500,00	500,00	10.000,00	5.000,00	25.000,00	35.000,00
	07010602 OUTROS		511.059,00	511.059,00	165.035,00	86.110,00	35.000,00	80.000,00
	070107 EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		441.028,00	441.028,00	60.500,00	60.500,00	80.000,00	70.000,00
	070108 SOFTWARE INFORMÁTICO		356.936,00	356.936,00	335.919,00	228.120,00	10.000,00	70.000,00
	070109 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		262.651,00	262.651,00	570.458,00	113.500,00	287.000,00	332.000,00
	070110 Equipamento básico		48.335,00	48.335,00				
	07011001 EQUIPAMENTO BÁSICO		37.848,00	37.848,00				
	07011002 OUTRO		10.487,00	10.487,00				
	070111 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		10.753,00	10.753,00	5.000,00	500,00	15.000,00	10.000,00
	070112 ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		200,00	200,00				
	070113 INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		74.931,00	74.931,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	20.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
070115	OUTROS INVESTIMENTOS		753.953,00	753.953,00	651.502,00	92.291,00	34.500,00	93.000,00
0703	Bens de Domínio Público		12.132.728,00	12.132.728,00	18.847.161,00	15.691.087,00	26.634.824,00	33.435.721,00
070302	EDIFÍCIOS							
070303	Outras infraestruturas		11.577.547,00	11.577.547,00	17.707.161,00	13.991.087,00	25.134.824,00	32.635.721,00
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares		8.780.966,00	8.780.966,00	15.662.878,00	12.981.087,00	24.203.824,00	31.624.721,00
07030302	Sistema de drenagem de águas residuais		596.716,00	596.716,00	455.000,00	155.000,00	141.000,00	521.000,00
07030304	Iluminação pública		2.300,00	2.300,00	40.000,00	20.000,00	30.000,00	40.000,00
07030305	Parques e jardins		720.460,00	720.460,00	230.000,00	110.000,00	160.000,00	300.000,00
07030310	Infraestruturas para distribuição de energia elétrica							
07030313	Outros		1.477.105,00	1.477.105,00	1.319.283,00	725.000,00	600.000,00	150.000,00
070305	Bens de património histórico, artístico e cultural		555.181,00	555.181,00	1.140.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00	800.000,00
D7	Transferências e subsídios de capital		4.900.062,00	4.900.062,00	1.410.200,00	1.405.129,00	1.787.000,00	1.787.000,00
D71	Transferências de capital		4.900.062,00	4.900.062,00	1.410.200,00	1.405.129,00	1.787.000,00	1.787.000,00
D711	Administrações Públicas		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
0805	Administração Local		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
080501	Continente		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
08050102	Freguesias		3.716.408,00	3.716.408,00	1.123.200,00	1.123.129,00	1.500.000,00	1.500.000,00
08050104	Associação de Municípios Terras de Santa Maria		46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
0807	Instituições sem fins lucrativos		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
080701	Instituições sem fins lucrativos		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
D713	Famílias							
D714	Outras		50,00	50,00				
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		50,00	50,00				
0809	RESTO DO MUNDO		50,00	50,00				
080903	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		50,00	50,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]		94.434.705,00	94.434.705,00	102.049.474,00	103.735.627,00	106.255.432,00	104.056.733,00
	Despesa não efetiva [5]		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
D9	Despesa com ativos financeiros							
09	ACTIVOS FINANCEIROS							
0904	DERIVADOS FINANCEIROS							
090408	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL-CONTINENTE							
D10	Despesa com passivos financeiros		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos		1.974.000,00	1.974.000,00	1.955.450,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições		1.974.000,00	1.974.000,00	1.955.450,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
10060301	CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		1.181.000,00	1.181.000,00	1.180.450,00	1.025.300,00	630.000,00	150.000,00
10060302	BPI - BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO		460.000,00	460.000,00	459.000,00	459.000,00	459.000,00	427.200,00
10060304	NOVO BANCO		17.000,00	17.000,00				
10060306	BANCO SANTADERTOTTA		316.000,00	316.000,00	316.000,00	316.000,00	62.000,00	32.000,00
1007	Outros passivos financeiros		347.791,00	347.791,00	173.896,00			

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Periodos anteriores	Orçamento 2023		Plano orçamental plurianual			
			Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
100705	Administração Pública Central - Estado		347.791,00	347.791,00	173.896,00			
	Despesa total [6] = [4] + [5]		96.756.496,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
010303	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		125.000,00	125.000,00	100.000,00	115.000,00	125.000,00	125.000,00
010304	Outras Prestações Familiares		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
010305	Contribuições para a Segurança Social		3.948.992,00	3.948.992,00	1.883.000,00	2.041.000,00	2.651.000,00	4.451.000,00
01030502	Segurança Social - Funcionários Públicos		3.800.992,00	3.800.992,00	1.783.000,00	1.933.000,00	2.503.000,00	4.303.000,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações		2.240.642,00	2.240.642,00	983.000,00	1.083.000,00	1.483.000,00	2.483.000,00
0103050202	Segurança Social		1.560.350,00	1.560.350,00	800.000,00	850.000,00	1.020.000,00	1.820.000,00
01030503	Segurança Social - Regime Geral		148.000,00	148.000,00	100.000,00	108.000,00	148.000,00	148.000,00
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
010308	Outras Pensões		22.000,00	22.000,00	5.000,00	9.000,00	18.000,00	18.000,00
010309	Seguros		84.080,00	84.080,00	128.064,00	100.100,00	100.100,00	100,00
01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		84.080,00	84.080,00	128.064,00	100.100,00	100.100,00	100,00
010310	Outras despesas de segurança social		50.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção		50.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00
D2	Aquisição de bens e serviços		22.475.674,00	22.475.674,00	30.599.716,00	28.590.885,00	28.284.133,00	24.892.904,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		22.475.674,00	22.475.674,00	30.599.716,00	28.590.885,00	28.284.133,00	24.892.904,00
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
0201	Aquisição de bens		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
020108	Material de escritório		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
0202	Aquisição de serviços		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
020208	Locação de outros bens		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
020213	Deslocações e Estadas		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
020225	Outros serviços		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		22.471.174,00	22.471.174,00	30.595.216,00	28.586.385,00	28.279.633,00	24.888.404,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		22.471.174,00	22.471.174,00	30.595.216,00	28.586.385,00	28.279.633,00	24.888.404,00
0201	Aquisição de bens		4.473.828,00	4.473.828,00	5.924.847,00	4.828.044,00	4.202.749,00	4.245.299,00
020101	Matérias primas e subsidiárias		257.588,00	257.588,00	120.050,00	120.050,00	270.050,00	270.050,00
020102	Combustíveis e lubrificantes		687.992,00	687.992,00	308.860,00	447.500,00	457.500,00	466.500,00
02010201	Gasolina		218.843,00	218.843,00	106.700,00	106.700,00	111.700,00	116.700,00
02010202	Gasóleo		354.137,00	354.137,00	169.260,00	306.900,00	308.900,00	312.900,00
02010299	Outros		115.012,00	115.012,00	32.900,00	33.900,00	36.900,00	36.900,00
020104	Limpeza e higiene		85.179,00	85.179,00	18.000,00	18.000,00	26.000,00	26.000,00
020105	Alimentação - refeições confeccionadas		2.419.360,00	2.419.360,00	4.719.972,00	3.510.879,00	2.556.534,00	2.556.534,00
020107	Vestuário e artigos pessoais		48.003,00	48.003,00	15.750,00	15.750,00	20.750,00	20.750,00
020108	Material de escritório		101.182,00	101.182,00	16.600,00	16.600,00	26.600,00	26.600,00
020109	Produtos químicos e farmaceuticos		2.330,00	2.330,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias		2.050,00	2.050,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
020111	Material de consumo clínico		2.050,00	2.050,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
020112	Material de Transportes - Peças		138.183,00	138.183,00	15.000,00	6.000,00	11.000,00	11.000,00
020113	Material de consumo hoteleiro		4.935,00	4.935,00	6.100,00	6.100,00	6.100,00	6.100,00
020114	Outros material - peças		15.500,00	15.500,00	1.000,00	1.000,00	5.600,00	5.600,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas		101.437,00	101.437,00	100.265,00	92.815,00	112.265,00	97.815,00
020116	Mercadorias para venda		600,00	600,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00
02011603	Outros		600,00	600,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00
020117	Ferramentas e utensilios		27.044,00	27.044,00	19.700,00	19.700,00	21.700,00	21.700,00
020118	livros e documentação técnica		4.050,00	4.050,00	550,00	550,00	2.050,00	2.050,00
020119	Artigos honorificos e de decoração		6.550,00	6.550,00	500,00	500,00	2.000,00	20.000,00
020120	Material de educação, cultura e recreio		59.772,00	59.772,00	61.350,00	61.350,00	71.350,00	71.350,00
020121	Outros bens		510.023,00	510.023,00	512.350,00	502.450,00	604.450,00	634.450,00
0202	Aquisição de serviços		17.997.346,00	17.997.346,00	24.670.369,00	23.758.341,00	24.076.884,00	20.643.105,00
020201	Encargos de Instalações		1.452.462,00	1.452.462,00	6.838.984,00	6.858.000,00	6.956.930,00	6.958.000,00
020202	Limpeza e Higiene		410.190,00	410.190,00	192.632,00	41.000,00	56.000,00	49.500,00
020203	Conservação de bens		342.817,00	342.817,00	155.600,00	155.600,00	160.600,00	160.600,00
020204	Locação de edificios		178.445,00	178.445,00	268.780,00	266.300,00	286.300,00	286.300,00
020205	Locação de material de informática		2.500,00	2.500,00	750,00	750,00	750,00	750,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
	040601 SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
0405	Administração Local		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
040501	Continente		2.012.750,00	2.012.750,00	2.706.736,00	2.717.949,00	2.730.451,00	2.668.592,00
04050102	Freguesias		796.830,00	796.830,00	1.900.500,00	1.901.500,00	1.901.250,00	1.901.250,00
04050104	Associação de Municípios de Santa Maria		220.000,00	220.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00
04050108	Outros		995.920,00	995.920,00	601.236,00	611.449,00	624.201,00	562.342,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
0407	Instituições sem fins lucrativos		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
040701	Instituições sem fins lucrativos		2.076.645,00	2.076.645,00	2.151.266,00	2.080.313,00	2.068.163,00	1.615.450,00
D413	Famílias		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
0408	Famílias		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
040802	Outras		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
04080202	Outras		381.270,00	381.270,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00	1.922.000,00
D414	Outras		102,00	102,00				
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		102,00	102,00				
0102	CAMARA MUNICIPAL		102,00	102,00				
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		102,00	102,00				
0401	Sociedades e quase-sociedade não financeiras		51,00	51,00				
040102	Privadas		51,00	51,00				
0409	RESTO DO MUNDO		51,00	51,00				
040903	RESTO DO MUNDO- PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		51,00	51,00				
D42	Subsídios Correntes		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
05	SUBSÍDIOS		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
050101	Públicas		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		3.043.400,00	3.043.400,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00	3.053.300,00
D5	Outras despesas correntes		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
0602	Diversas		905.006,00	905.006,00	1.120.550,00	1.120.550,00	1.326.050,00	1.176.050,00
060201	Impostos e taxas		652.110,00	652.110,00	1.065.550,00	1.065.550,00	1.096.050,00	946.050,00
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		637.110,00	637.110,00	1.064.550,00	1.064.550,00	1.088.550,00	938.550,00
0602010101	Taxa - Gestão de Resíduos		405.675,00	405.675,00	901.000,00	901.000,00	905.000,00	905.000,00
0602010199	Outras		231.435,00	231.435,00	163.550,00	163.550,00	183.550,00	33.550,00
06020102	Restituições de impostos ou taxas cobradas		15.000,00	15.000,00	1.000,00	1.000,00	7.500,00	7.500,00
060203	Outras		252.896,00	252.896,00	55.000,00	55.000,00	230.000,00	230.000,00
06020301	Restituições		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
06020302	Iva pago		92.896,00	92.896,00	15.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00
06020304	Serviços Bancários		65.000,00	65.000,00	15.000,00	15.000,00	35.000,00	35.000,00
06020305	Outras		50.000,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023		Plano orçamental plurianual				
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027
	06020399		30.000,00	30.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00
	Despesa de capital		37.832.704,00	37.832.704,00	40.597.902,00	43.533.356,00	42.898.324,00	42.487.721,00
	Aquisição de bens de capital		32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
D6	01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL	32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
	0102	CAMARA MUNICIPAL	32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	32.932.642,00	32.932.642,00	39.187.702,00	42.128.227,00	41.111.324,00	40.700.721,00
	0701	Investimentos	20.799.914,00	20.799.914,00	20.340.541,00	26.437.140,00	14.476.500,00	7.265.000,00
	070101	TERRENOS	1.447.832,00	1.447.832,00	2.156.000,00	1.116.000,00	40.000,00	35.000,00
	070102	Habitacão	2.558.563,00	2.558.563,00	500.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00
	07010202	AQUISIÇÃO	2.427.486,00	2.427.486,00				
	07010203	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	131.077,00	131.077,00	500.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00
	070103	Edifícios	9.906.052,00	9.906.052,00	12.026.027,00	18.800.119,00	10.255.000,00	5.320.000,00
	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	832.939,00	832.939,00	2.810.000,00	10.520.000,00	4.770.000,00	1.550.000,00
	07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	2.393.111,00	2.393.111,00	1.640.000,00	980.000,00	665.000,00	85.000,00
	07010303	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	1.008.921,00	1.008.921,00	100.000,00			
	07010305	ESCOLAS	635.333,00	635.333,00	3.055.000,00	3.365.000,00	1.705.000,00	560.000,00
	07010307	OUTROS	4.985.748,00	4.985.748,00	2.792.500,00	2.802.500,00	3.115.000,00	3.125.000,00
	07010399	OUTROS	50.000,00	50.000,00	1.628.527,00	1.132.619,00		
	070104	Construções diversas	4.427.121,00	4.427.121,00	3.850.100,00	5.775.000,00	3.575.000,00	1.100.000,00
	07010401	VIADUTOS, ARRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	123.090,00	123.090,00	570.000,00	1.950.000,00	700.000,00	
	07010402	SISTEMA DE DREANGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	165.993,00	165.993,00				
	07010403	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	137.680,00	137.680,00				
	07010404	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	66.700,00	66.700,00				
	07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	1.993.101,00	1.993.101,00	1.690.000,00	2.475.000,00	1.375.000,00	100.000,00
	07010407	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	3.538,00	3.538,00	250.000,00	200.000,00		
	07010409	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	853.118,00	853.118,00	500.000,00	200.000,00		
	07010410	INFRAESTRUTURAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA	11.077,00	11.077,00				
	07010412	CEMITÉRIOS	1.000,00	1.000,00	100.000,00			
	07010413	OUTROS	1.071.824,00	1.071.824,00	740.100,00	950.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00
	070106	Material de transporte	511.559,00	511.559,00	175.035,00	91.110,00	60.000,00	115.000,00
	07010601	RECOLHA DE RESISUOS SÓLIDOS	500,00	500,00	10.000,00	5.000,00	25.000,00	35.000,00
	07010602	OUTROS	511.059,00	511.059,00	165.035,00	86.110,00	35.000,00	80.000,00
	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	441.028,00	441.028,00	60.500,00	60.500,00	80.000,00	70.000,00
	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	356.936,00	356.936,00	335.919,00	228.120,00	10.000,00	70.000,00
	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	262.651,00	262.651,00	570.458,00	113.500,00	287.000,00	332.000,00
	070110	Equipamento básico	48.335,00	48.335,00				
	07011001	EQUIPAMENTO BÁSICO	37.848,00	37.848,00				
	07011002	OUTRO	10.487,00	10.487,00				
	070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10.753,00	10.753,00	5.000,00	500,00	15.000,00	10.000,00
	070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	200,00	200,00				
	070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	74.931,00	74.931,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	20.000,00
	070115	OUTROS INVESTIMENTOS	753.953,00	753.953,00	651.502,00	92.291,00	34.500,00	93.000,00
	0703	Bens de Domínio Público	12.132.728,00	12.132.728,00	18.847.161,00	15.691.087,00	26.634.824,00	33.435.721,00
	070302	EDIFÍCIOS						
	070303	Outras infraestruturas	11.577.547,00	11.577.547,00	17.707.161,00	13.991.087,00	25.134.824,00	32.635.721,00
	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	8.780.966,00	8.780.966,00	15.662.878,00	12.981.087,00	24.203.824,00	31.624.721,00
	07030302	Sistema de drenagem de águas residuais	596.716,00	596.716,00	455.000,00	155.000,00	141.000,00	521.000,00
	07030304	Iluminação pública	2.300,00	2.300,00	40.000,00	20.000,00	30.000,00	40.000,00
	07030305	Parques e jardins	720.460,00	720.460,00	230.000,00	110.000,00	160.000,00	300.000,00
	07030310	Infraestruturas para distribuição de energia elétrica						
	07030313	Outros	1.477.105,00	1.477.105,00	1.319.283,00	725.000,00	600.000,00	150.000,00
	070305	Bens de património histórico, artístico e cultural	555.181,00	555.181,00	1.140.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00	800.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2023		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2024	2025	2026	2027
D7	Transferências e subsídios de capital		4.900.062,00	4.900.062,00	1.410.200,00	1.405.129,00	1.787.000,00	1.787.000,00
D71	Transferências de capital		4.900.062,00	4.900.062,00	1.410.200,00	1.405.129,00	1.787.000,00	1.787.000,00
D711	Administrações Públicas		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
0805	Administração Local		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
080501	Continente		3.762.408,00	3.762.408,00	1.169.200,00	1.169.129,00	1.546.000,00	1.546.000,00
08050102	Freguesias		3.716.408,00	3.716.408,00	1.123.200,00	1.123.129,00	1.500.000,00	1.500.000,00
08050104	Associação de Municípios Terras de Santa Maria		46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
0807	Instituições sem fins lucrativos		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
080701	Instituições sem fins lucrativos		1.137.604,00	1.137.604,00	241.000,00	236.000,00	241.000,00	241.000,00
D713	Famílias							
D714	Outras		50,00	50,00				
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		50,00	50,00				
0102	CAMARA MUNICIPAL		50,00	50,00				
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		50,00	50,00				
0809	RESTO DO MUNDO		50,00	50,00				
080903	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		50,00	50,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]		94.434.705,00	94.434.705,00	102.049.474,00	103.735.627,00	106.255.432,00	104.056.733,00
	Despesa não efetiva [5]		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
D9	Despesa com ativos financeiros							
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL							
0102	CAMARA MUNICIPAL							
09	ACTIVOS FINANCEIROS							
0904	DERIVADOS FINANCEIROS							
090408	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL-CONTINENTE							
D10	Despesa com passivos financeiros		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
01	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		2.321.791,00	2.321.791,00	2.129.346,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
0102	CAMARA MUNICIPAL		347.791,00	347.791,00	173.896,00			
10	PASSIVOS FINANCEIROS		347.791,00	347.791,00	173.896,00			
1007	Outros passivos financeiros		347.791,00	347.791,00	173.896,00			
100705	Administração Pública Central - Estado		347.791,00	347.791,00	173.896,00			
0103	OPERACOES FINANCEIRAS		1.974.000,00	1.974.000,00	1.955.450,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS		1.974.000,00	1.974.000,00	1.955.450,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos		1.974.000,00	1.974.000,00	1.955.450,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições		1.974.000,00	1.974.000,00	1.955.450,00	1.800.300,00	1.151.000,00	609.200,00
10060301	CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		1.181.000,00	1.181.000,00	1.180.450,00	1.025.300,00	630.000,00	150.000,00
10060302	BPI - BANCO PORTUGÊS DE INVESTIMENTO		460.000,00	460.000,00	459.000,00	459.000,00	459.000,00	427.200,00
10060304	NOVO BANCO		17.000,00	17.000,00				
10060306	BANCO SANTADERTOTTA		316.000,00	316.000,00	316.000,00	316.000,00	62.000,00	32.000,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]		96.756.496,00	96.756.496,00	104.178.820,00	105.535.927,00	107.406.432,00	104.665.933,00

ppi
plano plurianual de
investimentos

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Fase de Realização em Períodos Ant. : Considerar em "Total Previsto" o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo : Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Realização em Períodos Ant.	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	Pagamentos				Total previsto			
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	ESTIM. REALIZ.				2023	Períodos seguintes						
															Real.	R P	U E		EMPR	[10]	[11]
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]	
1.		Funções gerais																			
1.1.		Serviços gerais de administração pública																			
1.1.1.		Administração geral																			
1.1.1.1.	17	2016 I 93	Construção do Arquivo Municipal - Feia	E		948.047,00						1.973.319,33		954.880,00	3.625.000,00	10.700.000,00	4.871.000,00	1.786.000,00		28.199.199,33	
1.1.1.1.	17	2016 I 93	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS			948.047,00						1.973.319,33		948.047,00	3.625.000,00	10.690.000,00	4.840.000,00	1.660.000,00		27.913.366,33	
1.1.1.1.	17	2016 I 93	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA											105.000,00							
1.1.1.1.	17	2016 I 93	SOFTWARE INFORMÁTICO											1.200,00							
1.1.1.1.	17	2016 I 93	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO											1.000,00							
1.1.1.1.	18	2016 I 70	Europearque	E		948.047,00						1.973.319,33		948.047,00	3.625.000,00	10.690.000,00	4.840.000,00	1.660.000,00		27.913.366,33	
1.1.1.1.	16	2020 I 11	Aquisição de equipamento informático e software	O		135.200,00						1.859.128,47		135.200,00							2.094.328,47
1.1.1.1.	17	2020 I 12	Intervenção de beneficiação e conservação no património edificado (edifícios municipais)	A		9.710,00						1.786,05		9.710,00							11.496,05
1.1.1.1.	17	2021 I 2	Aquisição de equipamento informático e software	O		1.714,00						103.269,85		1.714,00							104.983,85
1.1.1.1.	17	2021 I 2	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA											1.261,00							
1.1.1.1.	17	2021 I 2	SOFTWARE INFORMÁTICO											453,00							
1.1.1.1.	21	2021 I 112	Europearque	E		338.500,00						7.019,46		338.500,00	1.000.000,00	500.000,00	750.000,00	1.000.000,00		5.095.519,46	
1.1.1.1.	21	2021 I 112	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS											800,00							
1.1.1.1.	21	2021 I 112	ILUMINAÇÃO PÚBLICA											66.700,00							
1.1.1.1.	21	2021 I 112	OUTROS INVESTIMENTOS											1.000,00							
1.1.1.1.	21	2021 I 112	Viáticos, argumentos e obras complementares	O		270.000,00								270.000,00							
1.1.1.1.	21	2022 I 1	Aquisição de mobiliário e equipamento diverso	O		77.406,00								77.406,00							147.406,00
1.1.1.1.	21	2022 I 1	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO											72.000,00							
1.1.1.1.	21	2022 I 1	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS											5.300,00							
1.1.1.1.	21	2022 I 1	OUTROS INVESTIMENTOS											106,00							
1.1.1.1.	22	2022 I 2	Aquisição de equipamento informático e software	O		113.000,00								113.000,00							313.000,00
1.1.1.1.	22	2022 I 2	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA											50.000,00							
1.1.1.1.	22	2022 I 2	SOFTWARE INFORMÁTICO											63.000,00							
1.1.1.1.	23	2022 I 3	Intervenção de beneficiação e conservação no património edificado (edifícios municipais)	A		9.610,00								9.610,00							299.610,00
1.1.1.1.	24	2022 I 4	Balcão Único	O		400,00								400,00							285.400,00
1.1.1.1.	24	2022 I 4	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA											100,00							
1.1.1.1.	24	2022 I 4	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO											100,00							
1.1.1.1.	24	2022 I 4	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS											100,00							
1.1.1.1.	24	2022 I 4	OUTROS INVESTIMENTOS											100,00							
1.1.1.1.	25	2022 I 19	Construção novo edifício Paços do Concelho	E		100.000,00								100.000,00							17.600.000,00
1.1.1.1.	26	2022 I 145	Aquisição de viaturas	O		100,00								100,00							150.100,00
1.1.1.1.	27	2022 I 153	Licenciamento Enterprise Agreement	O		145.000,00								145.000,00							435.000,00
1.1.1.1.	12	2023 I 29	Gabinete Médico e Metrologia - S.Jódo de Ver	E		1.000,00								1.000,00							450.000,00
1.1.1.1.	13	2023 I 30	Realitação da Gantina Municipal	E		1.000,00								1.000,00							60.000,00
1.1.1.1.	14	2023 I 31	Construção Cematório - Santa Maria da Feira	E		1.000,00								1.000,00							850.000,00
1.2.		Segurança e ordem públicas				6.833,00						1.973.319,33		6.833,00	7.000,00	10.000,00	31.000,00	126.000,00		285.833,00	
Total :											948.047,00				948.047,00	4.177.000,00	5.125.047,00	3.625.000,00	4.840.000,00	1.660.000,00	27.913.366,33

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Funo de Plano : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto			
						R G	U E	R P	EMPR	Início	Fim		REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes				
																	2024		2025	2026	2027
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]	
1.2.1.			Proteção civil e luta contra incêndios			6.833,00							6.833,00	105.000,00	7.000,00	10.000,00	31.000,00	126.000,00	285.833,00		
1.2.1.3.			Processos civis			6.833,00							6.833,00	105.000,00	7.000,00	10.000,00	31.000,00	126.000,00	285.833,00		
1.2.1.3.1.	15	2022 I 111	Aquisição de equipamentos diversos no âmbito de catástrofes naturais/pandemias			300,00			2022/01/02	2027/12/31	3		300,00	47.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	51.300,00		
1.2.1.3.2.	15	2022 I 111	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107		100,00							100,00	100,00							
1.2.1.3.3.	15	2022 I 111	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109		100,00							100,00	100,00							
1.2.1.3.4.	15	2022 I 111	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		100,00							100,00	100,00			1.000,00	1.000,00			
1.2.1.3.5.	16	2022 I 112	Aquisição de equipamentos diversos (tendas de campanha, equipamento de segurança, outros)			258,00			2022/01/02	2027/12/31	3		258,00	15.000,00	4.000,00	4.000,00	20.000,00	90.000,00	133.258,00		
1.2.1.3.6.	16	2022 I 112	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109		158,00							158,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00	45.000,00				
1.2.1.3.7.	16	2022 I 112	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		100,00							100,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00	45.000,00				
1.2.1.3.8.	17	2022 I 146	Aquisição/reparação de maquinaria, equipamentos de transporte e outros			6.275,00			2022/01/02	2027/12/31	3		6.275,00	43.000,00	2.000,00	5.000,00	10.000,00	35.000,00	101.275,00		
1.2.1.3.9.	17	2022 I 146	OUTROS	0102/07010602		1.000,00							1.000,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00	35.000,00				
1.2.1.3.10.	17	2022 I 146	OUTRO	0102/0701002		5.275,00							5.275,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00	35.000,00				
2.			Funções sociais			17.777.397,00	4.342.156,00						1.905.171,54	21.919.553,00	21.980.424,00	21.980.424,00	31.476.500,00	35.180.000,00	153.943.430,54		
2.1.			Ensino não superior			892.523,00							892.523,00	4.160.355,00	3.117.000,00	3.517.000,00	1.997.000,00	852.000,00	14.887.649,93		
2.1.1.			Ensino não superior			892.523,00							892.523,00	4.160.355,00	3.117.000,00	3.517.000,00	1.997.000,00	852.000,00	14.887.649,93		
2.1.1.1.	43	2020 I 86	Replicação da escola da Póvoa	0102/07010305	E	65,00			2020/01/02	2025/12/31	0		65,00	773.239,00	100.000,00	100.000,00			973.304,00		
2.1.1.2.	41	2021 I 5	Reparação de equipamentos com destino aos edifícios escolares			6.724,00			2021/01/02	2025/12/31	6		265.225,22	6.724,00					271.949,22		
2.1.1.3.	41	2021 I 5	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107		5.800,00							5.800,00	5.800,00							
2.1.1.4.	41	2021 I 5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109		924,00							924,00	924,00							
2.1.1.5.	42	2021 I 6	Replicação/Ampliação de edifícios pré-escolares			18.400,00			2021/01/02	2025/12/31	6		86.546,71	18.400,00					104.946,71		
2.1.1.6.	44	2021 I 8	Construção/Ampliação de coberturas em espaços exteriores do parque escolar e rampas de acesso			112.300,00			2021/01/02	2025/12/31	5		112.300,00						112.300,00		
2.1.1.7.	61	2022 I 5	Aquisição de equipamentos com destino aos edifícios escolares			73.400,00			2022/01/02	2026/12/31	4		73.400,00	50.000,00	10.000,00				133.400,00		
2.1.1.8.	61	2022 I 5	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107		22.600,00							22.600,00	22.600,00							
2.1.1.9.	61	2022 I 5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109		45.000,00							45.000,00	45.000,00							
2.1.1.10.	61	2022 I 5	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		5.800,00							5.800,00	5.800,00							
2.1.1.11.	62	2022 I 6	Replicação e Ampliação de edifícios pré-escolares			19.800,00			2022/01/02	2027/12/31	4		19.800,00	79.100,00	30.000,00	10.000,00	40.000,00	60.000,00	218.900,00		
2.1.1.12.	63	2022 I 7	Replicação e Ampliação do parque escolar			380.000,00			2022/01/02	2026/12/31	4		380.000,00	162.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	692.500,00			
2.1.1.13.	64	2022 I 8	Construção e Ampliação de coberturas em espaços exteriores do parque escolar e rampas de acesso			1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.000,00	49.000,00	10.000,00				80.000,00		
2.1.1.14.	65	2022 I 9	Substituição de coberturas de amianto nas escolas do concelho			1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.000,00	49.000,00	10.000,00				120.000,00		
2.1.1.15.	66	2022 I 10	Aquisição de sistemas de beneficiação energética para os estabelecimentos escolares			500,00			2022/01/02	2026/12/31	0		500,00	49.500,00	15.000,00				155.000,00		
2.1.1.16.	67	2022 I 11	Centro de Recursos Educativos Municipal			700,00			2022/01/02	2026/12/31	0		700,00	1.300,00	2.000,00				2.000,00		
2.1.1.17.	67	2022 I 11	ESCOLAS	0102/07010305		500,00							500,00	500,00							
2.1.1.18.	67	2022 I 11	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107		100,00							100,00	100,00							
[5] E - EMPREITADA; A - ANM. DIR.; O - FORNEC. OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :	1.566.769,00						2.325.091,26	1.588.769,00	5.495.839,00	3.837.000,00	10.915.000,00	5.075.000,00	1.846.000,00	31.063.499,26		

PLANO FUNDAMEN
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : OUTROS INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO FUNDAMEN DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICACAO ORGANICA/ECONOMICA

Considerar em "Total Previsto" o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Pagamentos					Total previsto					
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim	Fase de REALIZACAO EM	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	Períodos seguintes						
															2024		2025	2026	2027	Outros	
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]	
2.1.1.1.	67	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						2.000,00	
2.1.1.1.	68	Escola de Educação Roboviária	0102/07010302	O		700,00								700,00						2.000,00	
2.1.1.1.	68	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	0102/07010302	E		500,00								500,00						500,00	
2.1.1.1.	68	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	E		100,00								100,00						100,00	
2.1.1.1.	68	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	E		100,00								100,00						100,00	
2.1.1.1.	69	Requalificação do acesso à escola Chão do Rio	0102/07010305	E		13.000,00			2022/01/02	2026/12/31	1			13.000,00						13.000,00	
2.1.1.1.	70	Requalificação/Reparação na Escola Coelho e Castro - Fiães	0102/07010305	E		47.549,00			2022/01/02	2026/12/31	0			47.549,00						47.549,00	
2.1.1.1.	72	Reabilitação na EB 2/3 António Alves Amim - Lourosa	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						100,00	
2.1.1.1.	73	Requalificação EB Sobral - Morelos	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						100,00	
2.1.1.1.	75	Requalificação JT Possadela de Baixo - Nogueira da Regooura	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						100,00	
2.1.1.1.	76	Requalificação/Manutenção escola Santo António - Romeão	0102/07010305	E		36.219,00			2022/01/02	2026/12/31	1			36.219,00						36.219,00	
2.1.1.1.	77	Requalificação EB Arrail - Sanguedo	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						169.816,00	
2.1.1.1.	79	Construção Centro Escolar da Feira	0102/07010305	E		100,00			2023/01/02	2026/12/31	0			100,00						1.200.000,00	
2.1.1.1.	80	Requalificação na Escola EB Caraco - Santa Maria da Feira	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						50.000,00	
2.1.1.1.	81	Requalificação da EB Fernando Pessoa - Santa Maria da Feira	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						10.000,00	
2.1.1.1.	83	Requalificação do JT de Macieira - Santa Maria da Feira	0102/07010305	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0			100,00						25.100,00	
2.1.1.1.	84	Revisões de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07010305	E		100,00			2021/01/02	2027/12/31	0			100,00						50.100,00	
2.1.1.1.	85	Descentralização e delegação de Competências ESCOLAS	0102/07010305	NA		146.925,00			2022/01/02	2027/12/31	0			146.925,00						642.000,00	
2.1.1.1.	85	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	E		108.000,00								100,00						500.000,00	
2.1.1.1.	85	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108	E		33.825,00								33.825,00						50.000,00	
2.1.1.1.	85	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	E		5.000,00								5.000,00						92.000,00	
2.1.1.1.	23	Aquisição equipamento 11 salas CRIE	0102/070109	O		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0			1.000,00						150.000,00	
2.1.1.1.	24	Kids and Science	0102/070115	O		7.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0			7.000,00						7.000,00	
2.1.1.1.	25	Robótica, Programação e TIC	0102/070115	O		7.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0			7.000,00						7.000,00	
2.1.1.1.	26	Hora de Programar	0102/070115	O		7.341,00			2023/01/02	2027/12/31	0			7.341,00						7.341,00	
2.1.1.1.	27	Warriors	0102/070115	O		7.341,00			2023/01/02	2027/12/31	0			7.341,00						7.341,00	
2.1.1.1.	28	Requalificação da escola Chão do Rio - Fiães	0102/07010305	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0			1.000,00						150.000,00	
2.1.1.1.	29	Recuperação do teto falso e da rede principal de aquecimento central do Centro Escolar da Igreja - Lourosa	0102/07010305	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0			1.000,00						100.000,00	
2.1.1.1.	30	Requalificação do centro escolar de Espargos	0102/07010305	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0			1.000,00						370.000,00	
2.1.1.1.	31	Construção da EB - Travanca	0102/07010305	E		5.170.600,00			2023/01/02	2027/12/31	0			1.000,00						1.700.000,00	
2.2.		Saúde		E		5.170.600,00								4.970.600,00						17.533.420,50	
2.2.1.		Serviços individuais de saúde		E		5.170.600,00								4.970.600,00						17.533.420,50	
2.2.1.1.		Descentralização e delegação de Competências OUTROS		NA		632.000,00								632.000,00						632.000,00	
2.2.1.1.						630.000,00								630.000,00						632.000,00	
Total :						2.479.403,00								2.479.403,00						6.749.000,00	43.718.849,26

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
 Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Real. (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) Fase de REALIZADO EM ESTIM. REALIZ. 2023 (Financ. Definido) 2023 (Financ. Def.) 2023 (TOTAL) Pagamentos Períodos seguintes 2024 (16) 2025 (17) 2026 (18) 2027 (19) Outros (20) Total previsto (21)=[13]+...+[20]

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de Real.	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Pagamentos					Total previsto					
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. Def.)	2023 (TOTAL)		2024 (16)	2025 (17)	2026 (18)	2027 (19)	Outros (20)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	
2.2.1.1. 2.2.1.3.	03 2022 I 67	OUTROS INVESTIMENTOS Apoio a Construção e Melhoramentos de Unidades de Saúde	0102/07010307	E	2.000,00	4.538.600,00						77.920,50	2.000,00	1.199.900,00	2.675.000,00	2.560.000,00	2.850.000,00	3.000.000,00		16.901.420,50	
2.2.1.3.	01 2015 I 100	Construção da Unidade de Saúde de Milheiros de Poiares	0102/07010307	E	2.063.000,00				2015/01/02	2023/12/31	3	36.162,00	2.063.000,00	2.063.000,00	400.000,00					2.499.162,00	
2.2.1.3.	02 2015 I 101	Remodelação e ampliação da Unidade de Saúde de Romeao	0102/07010307	E	188.800,00				2015/01/02	2023/12/31	2		188.800,00	188.800,00						188.800,00	
2.2.1.3.	01 2016 I 77	Construção da Unidade de Saúde de Canedo	0102/07010307	E	1.432.100,00				2016/01/02	2024/12/31	2	41.758,50	1.432.100,00	1.432.100,00						1.473.858,50	
2.2.1.3.	96 2016 I 96	Construção da Unidade de Saúde Familiar de S.Paio de Olieiros/Nogueira da Regedoura	0102/07010307	E	834.000,00				2016/01/02	2023/12/31	3		634.000,00	200.000,00	834.000,00					1.034.000,00	
2.2.1.3.	01 2022 I 13	Construção da Unidade de Saúde de Romariz	0102/07010307	E	100,00				2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	100.000,00	415.000,00	50.000,00				565.100,00	
2.2.1.3.	02 2022 I 14	Reabilitação da Unidade Saúde Casa do Povo de Eilões	0102/07010307	E	19.200,00				2022/01/02	2026/12/31	3		19.200,00	19.200,00						19.200,00	
2.2.1.3.	03 2022 I 15	Ampliação e requalificação da unidade de saúde familiar Egas Moniz	0102/07010307	E	100,00				2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	100,00	100.000,00					100.100,00	
2.2.1.3.	04 2022 I 18	Revisão de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07010307	E	100,00				2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			171.000,00	
2.2.1.3.	01 2022 I 148	Reabilitação de Unidades de Saúde	0102/07010307	E	1.000,00				2023/01/02	2027/12/31	0		1.000,00	50.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00			2.250.000,00	
2.2.1.3.	02 2023 I 2	Construção USF - Santa Maria da Feira	0102/07010307	E	100,00				2023/01/02	2027/12/31	0		100,00	100,00	500.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00			7.000.100,00	
2.2.1.3.	03 2023 I 50	Requalificação e adaptação do espaço SNS -Saúde Mental e Sucesso - Santa Maria da Feira	0102/07010307	E	100,00				2023/01/02	2027/12/31	0		100,00	749.900,00	500.000,00	250.000,00				1.500.000,00	
2.3.		Segurança e acção sociais																			
2.3.2.		Ação social																			
2.3.2.1.		Ação social																			
2.3.2.1.1.	25 2021 I 131	M.I.D.A.S. -Iniciativa para a inclusão e desenvolvimento artístico-social	0102/070115	0	100,00				2021/01/02	2024/12/31	3		100,00	100,00						100,00	
2.3.2.1.1.	27 2022 I 25	Programa educativo e acesso à sociedade do conhecimento e-milij	0102/070107	0	100,00				2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	900,00	1.000,00					1.000,00	
2.3.2.1.1.	28 2022 I 36	Cartão Feira Sénior	0102/070109	0	100,00				2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	900,00	1.000,00					1.000,00	
2.3.2.1.1.	32 2022 I 159	Plano de ação da operação integrada no território de intervenção AMP Sul -Comunidades desfavorecidas	0102/070115	0	400.800,00				2022/06/01	2025/12/31	0		400.800,00	2.000.000,00	2.400.800,00	2.236.721,00				5.872.441,00	
2.3.2.1.1.	32 2022 I 159	OUTROS	0102/07010399		50.000,00								50.000,00	1.628.527,00	1.132.619,00						
2.3.2.1.1.	32 2022 I 159	OUTROS	0102/07010602		1.000,00								1.000,00	38.035,00	76.110,00						
2.3.2.1.1.	32 2022 I 159	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070109		49.900,00								49.900,00	80.919,00	23.120,00						
2.3.2.1.1.	32 2022 I 159	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109		100.000,00								100.000,00	456.959,00							
2.3.2.1.1.	32 2022 I 159	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		199.900,00								199.900,00	12.282,00	3.071,00						
2.3.2.1.1.	01 2023 I 4	Agendas Mobilizadoras - Health Cluster Portugal	0102/070115	0	156.400,00				2023/01/02	2027/12/31	0		156.400,00	156.440,00	78.720,00					470.280,00	
2.3.2.1.1.	03 2023 I 90	Capacitar em Rede	0102/070108	0	200,00				2023/01/02	2027/12/31			200,00	15.000,00	15.200,00					15.200,00	
2.3.2.1.1.	03 2023 I 90	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070115		100,00								100,00	100,00							
2.3.2.1.1.	03 2023 I 90	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		100,00								100,00	100,00							
2.4.		Habituação e serviços colectivos																			
2.4.1.		Habituação																			
2.4.1.1.		Habituação																			
					7.801.130,00	3.784.956,00						1.231.135,18	11.586.066,00	9.436.833,00	21.022.919,00	10.108.500,00	23.448.000,00	29.998.000,00		95.456.037,18	
					95.376,00	3.764.156,00						24.810,00	3.859.532,00	1.507.681,00	5.567.213,00	1.260.000,00	120.000,00	100.000,00		9.522.023,00	
					95.376,00	3.764.156,00						24.810,00	3.859.532,00	1.507.681,00	5.567.213,00	1.260.000,00	120.000,00	100.000,00		9.522.023,00	
[5] E - EMPREITADAS; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					7.018.503,00	557.200,00						2.403.011,76	7.375.703,00	11.815.959,00	19.191.198,00	18.090.640,00	9.716.000,00	5.638.000,00		66.980.290,76	

PLANO FUNDAMENAL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Função do Objetivo : PLANO FUNDAMENAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto				
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)		Períodos seguintes			Outros (20)
																			(6)	(7)	(8)	
2.4.1.1.	37	2017 I 82	Empreendimento de Habitação Social de Fátas - Souto	0102/07010203	E		65.857,00			2017/01/02	2023/12/31	5	24.810,00	65.857,00						90.667,00		
2.4.1.1.	09	2022 I 16	Empreendimento de Habitação Social de Noqueira da Regeoura	0102/07010203	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	65.000,00	50.000,00			115.100,00			
2.4.1.1.	10	2022 I 17	Revisão de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07010203	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	75.000,00	75.100,00			75.100,00			
2.4.1.1.	11	2022 I 115	1º Direito	0102/070101	O		3.763.856,00			2022/01/02	2026/12/31	0		3.763.856,00	500.000,00	2.150.000,00	1.110.000,00	26.000,00	7.542.856,00			
2.4.1.1.	11	2022 I 115	TERRENOS	0102/070102	O		1.300.450,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.300.450,00	1.300.450,00	2.150.000,00	1.110.000,00	26.000,00	7.542.856,00			
2.4.1.1.	11	2022 I 115	ACQUISTIÇÃO	0102/07010202	O		2.427.386,00			2022/01/02	2026/12/31	0		2.427.386,00	2.427.386,00	2.150.000,00	1.110.000,00	26.000,00	7.542.856,00			
2.4.1.1.	11	2022 I 115	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	0102/07010203	O		36.020,00			2022/01/02	2026/12/31	0		36.020,00	36.020,00	2.150.000,00	1.110.000,00	26.000,00	7.542.856,00			
2.4.1.1.	12	2022 I 143	Empreendimentos de Habitação social	0102/07010203	E		27.219,00			2022/01/02	2027/12/31	4		27.219,00	22.781,00	50.000,00	100.000,00	100.000,00	450.000,00			
2.4.1.1.	12	2022 I 143	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	0102/07010203	E		26.800,00			2022/01/02	2027/12/31	4		26.800,00	26.800,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	450.000,00			
2.4.1.1.	12	2022 I 143	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	O		419,00			2022/01/02	2027/12/31	0		419,00	419,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	450.000,00			
2.4.1.1.	02	2023 I 5	Programa Municipal de Arrendamento Acessível	0102/070101	O		300,00			2023/01/02	2027/12/31	0		300,00	447.000,00	447.300,00			447.300,00			
2.4.1.1.	02	2023 I 5	TERRENOS	0102/070101	O		100,00			2023/01/02	2027/12/31	0		100,00	100,00	100,00			200.000,00			
2.4.1.1.	02	2023 I 5	ACQUISTIÇÃO	0102/070102	O		100,00			2023/01/02	2027/12/31	0		100,00	100,00	100,00			200.000,00			
2.4.1.1.	02	2023 I 5	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	0102/07010203	O		100,00			2023/01/02	2027/12/31	0		100,00	99.000,00	100.000,00			200.000,00			
2.4.1.1.	03	2023 I 46	Requalificação e adaptação do espaço Amplificac-te (SER+PESSOA) - S-João Ver	0102/07010203	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0		1.000,00	99.000,00	100.000,00			200.000,00			
2.4.1.1.	04	2023 I 47	Obras de requalificação e adaptação do espaço ENVULHE(S)ER - S-João Ver	0102/07010203	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0		1.000,00	99.000,00	100.000,00			200.000,00			
2.4.1.1.	05	2023 I 49	Construção 3 unidades para residência unifamiliar - Projeto Escola Vilares - Caneão	0102/07010203	E		100,00			2023/01/02	2027/12/31	0		100,00	199.900,00	200.000,00	50.000,00		400.000,00			
2.4.2.	2.4.2.1.	2019 I 27	Ordenamento do território	0102/070113	O		5.946.559,00	20.800,00		2019/01/02	2023/12/31	3	739.570,78	5.947.359,00	3.927.900,00	6.927.000,00	29.252.000,00		73.662.312,78			
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2019 I 27	Planeamento urbanístico	0102/070113	O		1.602.598,00			2019/01/02	2023/12/31	3	247.102,05	1.602.598,00	2.093.900,00	3.215.100,00	5.100.000,00	13.000.000,00		35.458.700,05		
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2019 I 27	Elaboração de diversos projetos em diversas áreas do concelho	0102/070113	O		18.565,00			2019/01/02	2023/12/31	3	37.475,03	18.565,00	18.565,00	18.565,00			56.140,03			
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2020 I 120	Requalificação de envolvente as temas das Calçadas de S. Jorge	0102/07030301	E		161.000,00			2020/03/30	2024/12/31	5	209.627,02	161.000,00	161.000,00			370.627,02				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 92	Parque Pavilhão Mozelos	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	100,00	50.000,00		100.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 93	Requalificação Urbana do Cruzamento Farinheiro	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	64.000,00	10.000,00		74.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 94	Requalificação Urbana do Jardim Tapadinha	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	50.000,00	50.000,00		100.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 96	Requalificação Urbana do Parque Envolvente Campo Futebol Vila Maior	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	75.000,00	75.000,00		150.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 97	Requalificação de envolvente à Igreja - Argoncilhe	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	100,00	300.000,00		800.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 98	Requalificação Urbana do centro urbano Largo da Feira dos 4 - Arrifana	0102/07030301	E		1.411.533,00			2022/01/02	2026/12/31	2		1.411.533,00	1.411.533,00			1.411.533,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 99	Requalificação do Parque do Eleito Local - Escapães	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	49.900,00	50.000,00		550.000,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 101	Requalificação do Largo Padre José Alves de Pinho - Fornos	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	150.000,00	100.000,00		350.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 102	Requalificação do Parque Ornitológico - Fase 1 - Lourosa	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	100,00	300.000,00		500.100,00				
2.4.2.1.	2.4.2.1.	2022 I 105	Requalificação de envolvente apelada Morciúria - Romão	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00	130.000,00	100.000,00		280.100,00				
[5] E - EMPREITADAS; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :						8.705.877,00	4.321.356,00					2.674.923,81	12.827.233,00	13.842.076,00	26.669.309,00	15.074.441,00	20.050.640,00	9.838.000,00	5.738.000,00	81.248.313,81	

PLANO FUNDAMUNAL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Fipo de Plano : PLANO FUNDAMUNAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo (1)	Número do projeto Código Ano Tipo Número (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica (4)	Forma de (5)	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM PERÍODOS ANT. (12)	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 (13)	Pagamentos					Total previsto (21) = [13]+...+[20]		
					R P U E (7)	R G (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)			2023 (Financ. Definido) (14)	2023 (Financ. N./ Def.) (15)	Períodos seguintes					
														2024 (16)	2025 (17)	2026 (18)		2027 (19)	Outros (20)
2.4.2.1.	19	2023 I 108	Reabilitação da Envolvente à Capela Ceófeita - Vale	0102/07030301	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	100,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	350.100,00		
2.4.2.1.	20	2023 I 109	Requalificação Urbana da Av.da Igreja - Glão	0102/07030301	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	100,00	300.000,00	200.000,00	300.000,00	500.100,00		
2.4.2.1.	21	2023 I 110	Regeneração Urbana da Zona da Cruz - Santa Maria da Feira	0102/07030301	E	100,00			2022/01/02	2027/12/31	0	100,00	100,00	100,00	3.000.000,00	13.000.000,00	26.000.200,00		
2.4.2.1.	22	2023 I 113	Requalificação do Largo da Capela - S.Miguel Souto	0102/07030301	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	100,00	50.000,00	50.000,00	250.100,00			
2.4.2.1.	03	2023 I 38	Construção Parque de estacionamento para autocaravanas - Santa Maria da Feia	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	19.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		
2.4.2.1.	04	2023 I 57	Requalificação da Rua da Liberdade, da urbanização da WAF - Fornos	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	199.000,00	200.000,00	50.000,00	50.000,00	250.000,00		
2.4.2.1.	05	2023 I 58	Requalificação Urbana da Feira 10 - Lourosa	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	299.000,00	300.000,00	200.000,00	100.000,00	600.000,00		
2.4.2.1.	06	2023 I 59	Requalificação Urbana na Envolvente Igreja - Riomeão	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00	100.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00		
2.4.2.1.	07	2023 I 60	Requalificação Urbana Largo de St. António - Riomeão	0102/07030313	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00	100.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00		
2.4.2.1.	08	2023 I 61	Requalificação Urbana Zona Central - São João de Ver	0102/07030301	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	100,00	500.000,00	500.000,00	1.000.100,00			
2.4.2.1.	09	2023 I 62	Requalificação da Rua Joaquin Francisco do Couto (Igreja)-S.Palo Oletros	0102/07030301	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	100,00	200.000,00	300.000,00	500.100,00			
2.4.2.1.	10	2023 I 63	Requalificação Urbana do Parque de estacionamento junto ao parque N.S.Piedade-Caneado	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	49.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	70.000,00		
2.4.2.1.	11	2023 I 64	Requalificação Urbana Parque de Lazer junto ao campo de Jogos - Caneado	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	24.000,00	25.000,00	10.000,00	10.000,00	35.000,00		
2.4.2.1.	12	2023 I 65	Requalificação Urbana da praça da misericórdia - Santa Maria da Feira	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	249.000,00	250.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00		
2.4.2.1.	13	2023 I 66	Requalificação Urbana da área envolvente à capela N.ª Sr.ª Campos-Santa Maria da Feira	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	149.000,00	150.000,00	20.000,00	20.000,00	170.000,00		
2.4.2.1.	14	2023 I 86	Integração paisagística do PERM - Elgeiros	0102/07010413	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	389.000,00	390.000,00	40.000,00	40.000,00	430.000,00		
2.4.2.1.	14	2023 I 86	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		500,00						500,00	500,00	20.000,00	20.000,00	2.537,00			
2.4.2.1.	14	2023 I 86	Outros	0102/07030313		500,00						500,00	500,00	20.000,00	20.000,00	2.537,00			
2.4.2.2.	18	2016 I 90	Urbanizacao Interface de Transportes de Lourosa/Elas	0102/07010413	E	1.000,00	20.800,00		2016/10/01	2023/12/31	3	492.468,73	4.364.761,00	1.834.000,00	1.531.393,00	11.902.000,00	38.203.612,73		
2.4.2.2.	01	2019 I 10	Aquisição de terrenos Lourosa/Elas	0102/070101	O	2.537,00			2018/01/02	2023/12/31	9	286.178,80	157.000,00	50.000,00	207.000,00	150.000,00	495.178,80		
2.4.2.2.	10	2019 I 30	Cicloviarias em Santa Maria da Feira	0102/07010406	E	157.000,00			2019/01/02	2023/12/31	4	204.289,93	31.885,00	31.885,00	31.885,00	100.000,00	236.174,93		
2.4.2.2.	13	2019 I 33	Requalificação do Atrajal da Igreja - Lourosa	0102/07030313	E	31.885,00			2019/01/02	2023/12/31	3	1.372.279,00	1.372.279,00	244.283,00	98.585,00	450.000,00	1.616.562,00		
2.4.2.2.	14	2019 I 48	Requalificação urbana do núcleo de Carmeiro - Caneado	0102/07030313	E	1.372.279,00			2021/01/02	2025/12/31	1	48.585,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	698.585,00		
2.4.2.2.	16	2021 I 106	Reabilitação Centro Cívico Moquestra da Regedoura	0102/070101	O	18.125,00			2022/01/02	2026/12/31	9	100,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	18.125,00		
2.4.2.2.	13	2023 I 38	Revisões de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07030313	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	100.100,00		
[5] E - EMPREITADA; A - ANU. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						11.357.088,00	4.321.356,00					3.167.392,54	15.478.444,00	31.295.520,00	20.035.000,00	24.600.640,00	116.338.376,54		

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Tipos de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Forma de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Tipos de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM PERÍODOS ANT. (13)	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 (14)	2023 (Financ. Definido) n./ Def. (15)	Pagamentos					Total previsto (21)=[13]+...+[20]	
					R G	R P	U E	EMPR	Início (10)	Fim (11)				2023 (Financ. Definido) n./ Def. (15)	Períodos seguintes					
															2024 (16)	2025 (17)	2026 (18)	2027 (19)		Outros (20)
Código Ano Tipo Número (12)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	
2.4.2.2.	14	2023 I 53	Interface de Transportes de Santa Maria da Feira	E	100,00				2022/01/02	2027/12/31	0	100,00	100,00	500,000,00	1.000,000,00	1.000,000,00	1.000,000,00	1.000,000,00	2.500.200,00	
2.4.2.2.	15	2023 I 95	Outras interações	E	4.761,00				2022/01/02	2027/12/31	4	4.761,00	4.761,00	25.000,00	150.000,00				284.761,00	
2.4.2.2.	16	2023 I 100	Reabilitação Antiga Fábrica da H&A - Flâs	E	1.000,00				2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	299.100,00	250.000,00					1.200.000,00	
2.4.2.2.	18	2023 I 116	Cicloviarias em S.João Ver - Lourousa	E	1.000,00				2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	249.000,00	50.000,00					350.000,00	
2.4.2.2.	19	2023 I 117	Cicloviarias em Santa Maria de Lamas/Lourousa	E	1.691.089,00				2022/01/02	2026/12/31	2	1.691.089,00	1.691.089,00	50.000,00					1.691.089,00	
2.4.2.2.	20	2023 I 33	Regeneração dos Centros Urbanos	E	1.000,00				2022/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	49.000,00	500.000,00	15.000.000,00				25.750.000,00	
2.4.2.2.	21	2023 I 154	Desenvolvimento software	O	1.000,00				2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	299.000,00	50.000,00					450.000,00	
2.4.2.2.	02	2023 I 6	Programa de apoio à Reabilitação das lojas do comércio tradicional	NA	20.000,00				2023/01/02	2027/12/31	9	20.000,00	66.000,00	1.000,00					90.000,00	
2.4.2.2.	03	2023 I 7	Programa de apoio à Reabilitação exterior do Edifício nos Centros Históricos	NA	800,00				2023/01/02	2027/12/31	9	800,00	199.000,00	1.000,00					203.800,00	
2.4.2.2.	04	2023 I 27	Ciclovia S. J. Ver - S.M.Lamas (Rua S. José)	E	1.000,00				2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	300.000,00	100.000,00					1.000.000,00	
2.4.2.2.	05	2023 I 32	Percurso Acessível - Cidade de Santa Maria da Feira	E	1.000,00				2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	1.000,00						1.000,00	
2.4.2.2.	06	2023 I 39	Ampliação de Bar - Jardim das Pedreiras Lamas - Rua I.º Maio - Lourousa	E	1.000,00				2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	149.000,00	20.000,00					170.000,00	
2.4.2.2.	07	2023 I 40	Ampliação de Bar - Jardim das Pedreiras Lamas - Rua das Pedreiras - Lourousa	E	1.000,00				2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00	10.000,00					110.000,00	
2.4.2.2.	08	2023 I 87	Aquisição de equipamentos, máquinas e outros	O	200,00				2023/01/02	2027/12/31	0	200,00	200,00						200,00	
2.4.2.2.	08	2023 I 87	FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS		100,00							100,00								
2.4.2.2.	08	2023 I 87	OUTROS INVESTIMENTOS		100,00							100,00								
2.4.2.2.	09	2023 I 88	Aquisição de cartografia digital e de ortofotomapas	O	200,00				2023/01/02	2027/12/31		200,00	25.000,00						25.200,00	
2.4.2.2.	09	2023 I 88	OUTRO		100,00							100,00								
2.4.2.2.	09	2023 I 88	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		100,00							100,00								
2.4.3.			Saneamento		943.821,00							943.821,00	654.402,00	480.000,00	170.500,00	221.000,00	386.000,00	3.009.415,08		
2.4.3.1.			Rede de esgotos e pluviais		943.821,00							943.821,00	654.402,00	480.000,00	170.500,00	221.000,00	386.000,00	3.009.415,08		
2.4.3.1.1.	12	2006 I 41	Construção do sistema de esgotos, rede em alta da Eacia do Douro - ERH, interceptadores e estações elevatórias/incluindo projetos	E	137.680,00				2006/01/02	2027/12/31	2	137.680,00	137.680,00						137.680,00	
2.4.3.1.1.	11	2010 I 97	Construção das redes em baixa da Laje e Casteir (BACIA B3)	E	1.694,00				2010/01/02	2027/12/31	4	1.694,00	1.694,00						1.694,00	
2.4.3.1.1.	01	2011 I 28	Aquisição de terrenos	O	19.284,00				2011/01/02	2023/12/31	9	19.284,00	19.284,00						19.284,00	
2.4.3.1.1.	02	2015 I 14	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	E	98.546,00				2015/01/02	2027/12/31	2	98.546,00	98.546,00						98.546,00	
2.4.3.1.1.	02	2018 I 14	Aquisição de terrenos	O	18.032,00				2018/01/02	2023/12/31	9	18.032,00	18.032,00						18.032,00	
2.4.3.1.1.	03	2018 I 15	Limpeza, correção de tanques/sarjetas e sumidouros na rede de drenagem de águas pluviais	A	5.163,00				2018/01/02	2023/12/31	4	5.163,00	5.163,00						5.163,00	
2.4.3.1.1.	05	2020 I 41	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	E	16.446,00				2020/01/02	2023/12/31	3	16.446,00	16.446,00						56.093,80	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				13.357.283,00	4.342.156,00				3.207.040,34		17.499.439,00	34.750.515,00	19.135.924,00	26.277.640,00	31.944.000,00	34.990.000,00		150.501.119,34	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO FUNDAMUNAL DE INVESTIMENTOS Considerar em "Total Previsto" o valor Euros
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA do Financiamento Não Definido + S

Objetivo (1)	Número do projeto Código Ano Tipo Número (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica (4)	Forma de (5)	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM PERÍODOS ANT. (13)	2023 (Financ. Definido) N./ Def. (15)	Pagamentos				Total previsto (21)=[13]+...+[20]				
					R G (6)	R P U E (7) (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)			2023 (Financ. Definido) (14)	2023 (TOTAL) (16)	Períodos seguintes						
														2024 (17)	2025 (18)		2026 (19)	Outros (20)		
2.4.6.1.	10	2010 I 107	0102/070101	0	792.317,00				2010/01/02	2023/12/31	9	314.062,32	792.317,00	3.102.386,00	3.894.703,00	1.520.000,00	1.550.000,00	1.000.000,00	250.000,00	8.528.765,32
2.4.6.1.	08	2013 I 60	0102/070101	0	10.500,00				2013/01/01	2023/12/31	9		10.500,00	10.500,00	10.500,00					10.500,00
2.4.6.1.	06	2018 I 35	0102/070101	0	5.500,00				2016/01/02	2023/12/31	9		5.500,00	5.500,00	5.500,00					5.500,00
2.4.6.1.	09	2018 I 84	0102/070101	0	11.625,00				2016/01/02	2023/12/31	9		11.625,00	11.625,00	11.625,00					11.625,00
2.4.6.1.	11	2016 I 86	0102/070101	E	30.000,00				2016/01/02	2023/12/31	9		30.000,00	30.000,00	30.000,00					30.000,00
2.4.6.1.	23	2019 I 155	0102/07030313	E	9.039,00				2019/01/02	2023/12/31	5	30.874,59	9.039,00	120.000,00	129.039,00	60.000,00				219.913,59
2.4.6.1.	26	2021 I 34	0102/070305	E	34.900,00				2019/01/02	2023/12/31	4	283.187,73	34.900,00	34.900,00	34.900,00					318.087,73
2.4.6.1.	16	2022 I 47	0102/070305	E	23.985,00				2021/01/02	2023/12/31	0		23.985,00	23.985,00	140.000,00	700.000,00	350.000,00			1.213.985,00
2.4.6.1.	17	2022 I 48	0102/07030313	E	166.439,00				2022/01/02	2023/12/31	4		166.439,00	33.561,00	200.000,00	50.000,00	150.000,00			700.000,00
2.4.6.1.	18	2022 I 49	0102/07030313	E	1.000,00				2022/01/02	2023/12/31	0		1.000,00	49.000,00	50.000,00					50.000,00
2.4.6.1.	19	2022 I 50	0102/070115	0	201.410,00				2022/01/02	2023/12/31	4		201.410,00	98.590,00	300.000,00	50.000,00				400.000,00
2.4.6.1.	20	2022 I 51	0102/070111	0	80.765,00				2022/01/02	2023/12/31	4		80.765,00	19.235,00	100.000,00					100.000,00
2.4.6.1.	21	2022 I 52	0102/070305	E	1.476,00				2022/01/02	2023/12/31	4		1.476,00	50.000,00	50.000,00					51.476,00
2.4.6.1.	22	2022 I 81	0102/07030313	E	8.021,00				2022/01/02	2023/12/31	4		8.021,00	50.000,00	20.000,00					78.021,00
2.4.6.1.	23	2022 I 82	0102/07030313	E	1.000,00				2022/01/02	2023/12/31	0		1.000,00	499.000,00	500.000,00	250.000,00				1.250.000,00
2.4.6.1.	24	2022 I 83	0102/0701413	E	7.930,00				2022/01/02	2023/12/31	0		7.930,00	7.930,00	200.000,00	300.000,00				1.007.930,00
2.4.6.1.	25	2022 I 138	0102/07030313	E	1.000,00				2022/01/02	2023/12/31	0		1.000,00	99.000,00	50.000,00	50.000,00				200.000,00
2.4.6.1.	26	2022 I 139	0102/070101	E	1.000,00				2022/01/02	2023/12/31	0		1.000,00	199.000,00	100.000,00	50.000,00				350.000,00
2.4.6.1.	27	2022 I 150	0102/070101	0	2.000,00				2022/01/02	2023/12/31	0		2.000,00	148.000,00	150.000,00	50.000,00				200.000,00
2.4.6.1.	28	2022 I 157	0102/070101	0	1.000,00				2022/01/02	2023/12/31	9		1.000,00	1.000,00	1.000,00					50.000,00
2.4.6.1.	28	2022 I 157	0102/070108	0	1.000,00				2022/01/02	2023/12/31	3		1.000,00	49.000,00	50.000,00					50.000,00
2.4.6.1.	28	2022 I 157	0102/070115	E	186.727,00				2022/01/02	2023/12/31	0		186.727,00	186.727,00	20.000,00					206.727,00
2.4.6.1.	02	2023 I 28	0102/07030313	E	61.501,00				2023/01/02	2023/12/31	0		61.501,00	61.501,00	20.000,00					400.000,00
2.4.6.1.	03	2023 I 48	0102/07030313	E	125.226,00				2023/01/02	2023/12/31	0		125.226,00	125.226,00	50.000,00					850.000,00
2.4.6.1.	04	2023 I 52	0102/07030305	E	1.000,00				2023/01/02	2023/12/31	0		1.000,00	699.000,00	700.000,00	100.000,00				350.000,00
2.4.6.1.	05	2023 I 53	0102/07030313	E	1.000,00				2023/01/02	2023/12/31	0		1.000,00	299.000,00	300.000,00	50.000,00				60.000,00

[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL Total : 14.816.633,00 4.342.156,00 3.634.146,94 18.988.789,00 20.910.228,00 39.869.117,00 21.316.924,00 28.199.140,00 33.166.000,00 35.636.000,00 162.021.327,94

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Função : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de [12]	Pagamentos					Total previsto [21] = [13] + ... + [20]		
					R G [6]	U E [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]		ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 [14]	2023 (Financ. Definido) [15]	2023 (Financ. N./ Def.) [15]	Períodos seguintes				
														2024 [16]	2025 [17]		2026 [18]	2027 [19]
2.4.6.1.	06 2023 I 54	Enquadramento paisagístico da Rotunda Broquista - Santa Maria de Lamas	0102/07030313	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	79.000,00	80.000,00	10.000,00				90.000,00
2.4.6.1.	07 2023 I 55	Enquadramento paisagístico do Corredor Central da Urbanização das Ameixoeiras-Paços de Brandão	0102/07030313	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	74.000,00	75.000,00	10.000,00				85.000,00
2.4.6.1.	08 2023 I 85	Ameixoeiras-Paços de Brandão (Re)florestação e renaturalização de vários parques do concelho	0102/07030305	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	189.000,00	190.000,00	50.000,00				240.000,00
2.5.		Servicos culturais, recreativos e religiosos			3.022.644,00							244.343,93	6.404.458,00	4.225.500,00	3.181.500,00	1.330.000,00		19.706.301,93
2.5.1.		Rede Jatura publica			1.348.265,00							1.219.814,00	2.568.079,00	1.850.500,00	1.706.500,00	1.230.000,00		8.750.579,00
2.5.1.1.		Realitilização da Biblioteca Municipal	0102/07010001	E	37.848,00			2021/01/02	2023/12/31	2	37.848,00	37.848,00	37.848,00	12.500,00	12.500,00	70.000,00		890.933,00
2.5.1.1.	11 2022 I 54	Aquisição de equipamento, material informático e instrumentos musicais	0102/07010007	O	255.366,00			2022/01/02	2026/12/31	3	255.366,00	24.400,00	279.766,00	7.500,00	11.500,00	45.000,00		351.266,00
2.5.1.1.	11 2022 I 54	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/07010007	O	246.816,00						246.816,00	3.500,00	3.500,00	5.000,00	10.000,00			
2.5.1.1.	11 2022 I 54	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/07010009	O	6.029,00						6.029,00	3.500,00	3.500,00	5.000,00	10.000,00			
2.5.1.1.	11 2022 I 54	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O	2.521,00						2.521,00	500,00	500,00	1.500,00	25.000,00			
2.5.1.1.	12 2022 I 55	Mantenção dos edifícios da rede de Bibliotecas municipais	0102/07010307	E	1.000,00			2022/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	12.000,00	13.000,00	5.000,00	15.000,00			63.000,00
2.5.1.1.	13 2022 I 56	Realitilização da Biblioteca Municipal	0102/07010301	E	438.819,00			2022/01/02	2026/12/31	3	438.819,00		438.819,00	7.500,00	11.500,00	45.000,00		438.819,00
2.5.1.2.		Rede museis			13.891,00							13.891,00	694.391,00	708.000,00	303.000,00	25.000,00		2.095.391,00
2.5.1.2.	12 2022 I 57	Aquisição de equipamento, material informático e artigos valor	0102/07010007	O	10.691,00			2022/01/02	2027/12/31	3	10.691,00	24.500,00	35.191,00	3.000,00	15.000,00	25.000,00		81.191,00
2.5.1.2.	12 2022 I 57	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/07010007	O	4.246,00						4.246,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00			
2.5.1.2.	12 2022 I 57	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	O	2.421,00						2.421,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	15.000,00			
2.5.1.2.	12 2022 I 57	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0102/070111	O	1.677,00						1.677,00	1.677,00	1.677,00	1.000,00	15.000,00			
2.5.1.2.	12 2022 I 57	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O	2.347,00						2.347,00	2.347,00	2.347,00	1.500,00	25.000,00			
2.5.1.2.	13 2022 I 58	Sinalização do Património Classificado	0102/070115	O	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00			5.000,00
2.5.1.2.	14 2022 I 59	Mantenção e Regualificação do Museu do Papel	0102/07010301	E	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	54.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00			110.000,00
2.5.1.2.	15 2022 I 60	Mantenção e Regualificação do Museu Convento dos Joios	0102/07010302	E	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	249.000,00	250.000,00	250.000,00	100.000,00			450.000,00
2.5.1.2.	16 2022 I 61	Mantenção e Regualificação do Castelo de Romariz	0102/070305	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	349.000,00	349.100,00	349.100,00	350.000,00			750.100,00
2.5.1.2.	02 2023 I 8	Exposição temporária "Mitos, Deuses e Heróis" no ICL sobre o Castelo de Romariz	0102/07010302	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00		349.100,00	350.000,00	350.000,00			699.100,00
2.5.1.5.		Promocao cultural			600.341,00							478.914,00	1.079.255,00	1.130.000,00	1.080.000,00	1.135.000,00		5.739.255,00
2.5.1.5.	17 2021 I 123	Intervenções no Castelo de Santa Maria da Feira e sua envolvente	0102/070305	E	531.096,00			2021/01/02	2027/12/31	0	531.096,00	531.096,00	531.096,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00		3.731.096,00
2.5.1.5.	11 2022 I 62	Regualificação e Manutenção do Cineatro António Lamoso - CHAL	0102/07010302	E	66.845,00			2022/01/02	2027/12/31	3	66.845,00	310.314,00	377.759,00	75.000,00	150.000,00	250.000,00		927.759,00
2.5.1.5.	11 2022 I 62	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	0102/07010302	E	61.405,00						61.405,00	61.405,00	61.405,00	75.000,00	150.000,00			
2.5.1.5.	11 2022 I 62	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	O	1.000,00						1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.5.1.5.	11 2022 I 62	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O	4.440,00						4.440,00	4.440,00	4.440,00	4.440,00				
2.5.1.5.	11 2022 I 62	Sistema de drenagem de águas residuais	0102/07030302	O	4.440,00						4.440,00	4.440,00	4.440,00	4.440,00				
[5] E - EMPREITADAS; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					16.164.498,00							3.634.146,94	42.586.736,00	22.982.424,00	29.389.640,00	34.507.500,00	36.781.000,00	170.081.506,94

PLANO FUNDACIONAL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Fipo de Plano : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de [12]	Pagamentos					Total previsto [21] = [13]+...+[20]		
					R G [6]	U E [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]		ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 [14]	2023 (Financ. Definido) [15]	2023 (Financ. Def.) [15]	Períodos seguintes				
														2024 [16]	2025 [17]		2026 [18]	2027 [19]
2.5.1.5.	12	2023 I 63	0102/07010302	E	1.000,00			2022/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	49.000,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	35.000,00	110.000,00
2.5.1.5.	13	2023 I 91	0102/07010302	E	100,00			2022/01/02	2027/12/31	0	100,00	100,00	100,00	200.000,00	200.000,00	350.000,00	50.000,00	650.100,00
2.5.1.5.	14	2023 I 124	0102/070112	O	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	20.000,00	20.100,00	20.000,00	20.000,00			20.100,00
2.5.1.5.	07	2023 I 9	0102/070112	E	200,00			2023/01/02	2027/12/31	0	200,00	200,00	200,00	200.000,00	200.000,00			200.200,00
2.5.1.5.	07	2023 I 9	0102/07010406	E	100,00						100,00		100,00	200.000,00	200.000,00			100.000,00
2.5.1.5.	07	2023 I 9	0102/070112	E	100,00						100,00		100,00	100,00	100,00			100.000,00
2.5.1.5.	08	2023 I 10	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			100.000,00
2.5.1.8.	02	2023 I 11	0102/07010602	O	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	24.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00			25.000,00
2.5.2.					2.564.379,00			244.343,93			2.564.379,00	1.272.000,00	3.836.379,00	2.375.000,00	2.925.000,00	1.475.000,00	100.000,00	10.955.722,93
2.5.2.1.					2.564.379,00			244.343,93			2.564.379,00	1.272.000,00	3.836.379,00	2.375.000,00	2.925.000,00	1.475.000,00	100.000,00	10.955.722,93
2.5.2.1.	05	2015 I 72	0102/07010302	E	1.980.000,00			2015/01/02	2024/12/31	3	1.980.000,00		1.980.000,00	400.000,00	400.000,00			2.380.000,00
2.5.2.1.	06	2019 I 69	0102/07010307	E	7.674,00			2018/01/02	2027/12/31	5	7.674,00		7.674,00	75.000,00	200.000,00	250.000,00	100.000,00	664.930,60
2.5.2.1.	13	2020 I 71	0102/07010302	O	6.040,00			2020/01/02	2023/12/31	5	6.040,00		6.040,00					199.759,64
2.5.2.1.	08	2021 I 54	0102/07010302	E	239.026,00			2021/01/02	2023/12/31	5	239.026,00		239.026,00					257.393,69
2.5.2.1.	08	2021 I 54	0102/07010302	E	233.914,00						233.914,00		233.914,00					257.393,69
2.5.2.1.	08	2021 I 54	0102/07011002	O	5.112,00						5.112,00		5.112,00					70.000,00
2.5.2.1.	11	2022 I 64	0102/07010302	O	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	19.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00			70.000,00
2.5.2.1.	12	2022 I 65	0102/07010302	O	106.852,00			2022/01/02	2026/12/31	3	106.852,00	50.000,00	156.852,00	100.000,00	100.000,00			256.852,00
2.5.2.1.	12	2022 I 65	0102/07010302	E	106.752,00						106.752,00		106.752,00					256.852,00
2.5.2.1.	12	2022 I 65	0102/07010305	O	100,00						100,00		100,00	100.000,00	100.000,00			309.187,00
2.5.2.1.	12	2022 I 65	0102/070115	O	209.187,00			2022/01/02	2026/12/31	4	209.187,00	50.000,00	259.187,00	50.000,00	50.000,00			309.187,00
2.5.2.1.	13	2022 I 66	0102/07010406	O	129.512,00						129.512,00		129.512,00	50.000,00	50.000,00			20.000,00
2.5.2.1.	13	2022 I 66	0102/070115	O	79.675,00						79.675,00		79.675,00	20.000,00	20.000,00			20.000,00
2.5.2.1.	14	2022 I 86	0102/07010406	E	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	19.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			20.000,00
2.5.2.1.	15	2022 I 84	0102/07010406	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00		100,00	500.000,00	100.000,00			600.100,00
2.5.2.1.	16	2022 I 85	0102/07010406	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00		100,00	325.000,00	325.000,00			650.100,00
2.5.2.1.	17	2022 I 87	0102/07010406	E	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	249.000,00	250.000,00	100.000,00	100.000,00			450.000,00
2.5.2.1.	18	2022 I 88	0102/07010406	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00		100,00	10.000,00	10.000,00			10.100,00
2.5.2.1.	19	2022 I 89	0102/07010406	E	1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00	69.000,00	70.000,00	350.000,00	350.000,00			420.000,00
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORMEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					18.720.977,00						3.878.990,87		45.791.275,00	24.872.424,00	30.319.640,00	35.447.500,00	36.966.000,00	177.475.329,87
					4.342.156,00								22.928.142,00	24.872.424,00	30.319.640,00	35.447.500,00	36.966.000,00	177.475.329,87

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo : DOTAÇÕES INICIAIS

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto								
						R G	U E	EMPR	Início	Fim		ESTIM. REALIZ.	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. n./ Def.)	Períodos seguintes				Outros (20)						
															R P	U E		EMPR		(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
2.5.2.1.1	20	2023 I 90	Complexo Desportivo de Sinfins	0102/07010406	E	100,00			2023/01/02	2026/12/31	0	100,00												2.400.100,00	
2.5.2.1.1	01	2023 I 12	Requalificação Polidesportivo do Parque N.º Senhora das Necessidades - Escapões	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	69.000,00											70.000,00	
2.5.2.1.1	02	2023 I 13	Remodelação da piscina - Fiaes	0102/07010302	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	49.000,00											600.100,00	
2.5.2.1.1	03	2023 I 14	Requalificação Polidesportivo do Ferradal - Fiaes	0102/07010302	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00											60.000,00	
2.5.2.1.1	04	2023 I 15	Requalificação do polidesportivo Encosta do Castelo - Furnos	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00											110.000,00	
2.5.2.1.1	05	2023 I 16	Piscinas de Lourosa - Salas de Apoio e Ginásio - Lourosa	0102/07010302	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	144.000,00											750.100,00	
2.5.2.1.1	06	2023 I 17	Requalificação polidesportivo Campo de Futebol de 7 - Riomeão	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00											155.000,00	
2.5.2.1.1	07	2023 I 18	Requalificação Polidesportivo de Romariz	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	59.000,00											110.000,00	
2.5.2.1.1	08	2023 I 19	Requalificação Polidesportivo do Canal - Lobão	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	69.000,00											70.000,00	
2.5.2.1.1	09	2023 I 20	Requalificação do polidesportivo Travessa S. Paulo da Cruz - Santa Maria da Feira	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	69.000,00											80.000,00	
2.5.2.1.1	10	2023 I 21	Requalificação Polidesportivo de Santo André - Santa Maria da Feira	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	69.000,00											80.000,00	
2.5.2.1.1	11	2023 I 22	Requalificação Polidesportivo da Habitação Social - Sanguedó	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	69.000,00											80.000,00	
2.5.2.1.1	12	2023 I 23	Requalificação Polidesportivo N.ª Senhora Fátima - Morelos	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	69.000,00											80.000,00	
2.5.2.1.1	13	2023 I 83	Requalificação Polidesportivo Futebol de Baa - Parque da Cidade - Lourosa	0102/07010406	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	21.000,00											22.000,00	
3.			Funções económicas			10.014.645,00						7.959.102,57	10.014.645,00	8.851.900,00	13.575.279,00	4.763.824,00	3.734.721,00							38.596.057,57	
3.2.			Indústria e energia			480.157,00						3.986.432,43	480.157,00	1.017.000,00	640.000,00	1.150.000,00	110.000,00							9.973.589,43	
3.2.1.			Indústria e energia			480.157,00						3.986.432,43	480.157,00	1.017.000,00	640.000,00	1.150.000,00	110.000,00							9.973.589,43	
3.2.1.1.			Iluminação pública			14.377,00						3.986.432,43	14.377,00	369.000,00	383.377,00	50.000,00	60.000,00							4.559.809,43	
3.2.1.1.1.			Iluminação LED no concelho de Santa Maria da Feira	0102/07030304	E	900,00			2019/01/02	2023/12/31	5	900,00												3.986.332,43	
3.2.1.1.1.			Construção de ramais de baixa tensão e de média tensão	0102/07010410	O	11.077,00			2022/01/02	2026/12/31	4	11.077,00													11.077,00
3.2.1.1.1.			Iluminação via estruturante - Espargo/Faços	0102/07030304	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	150.000,00												170.100,00
3.2.1.1.1.			Iluminação pública em diversos locais do concelho	0102/07030304	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	19.000,00												19.100,00
3.2.1.1.1.			Revisões de preços de empreitadas para diminuir os consumos na iluminação pública	0102/07030304	E	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00	100.000,00												100.100,00
3.2.1.1.1.			Levadas a cabo em anos anteriores para diminuir os consumos na iluminação pública	0102/07030304	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	50.000,00												100.100,00
3.2.1.1.1.			Medidas de eficiência energética em edifícios municipais ou equipamentos municipais	0102/070113	E	2.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	2.000,00	50.000,00												172.000,00
3.2.1.1.1.			INVESTIMENTOS INCORPORADOS	0102/070113	E	1.000,00						1.000,00													20.000,00
3.2.1.1.1.			Iluminação pública	0102/07030304	E	1.000,00						1.000,00													20.000,00
3.2.1.2.			Dinamização Industrial			465.780,00						465.780,00	465.780,00	1.113.780,00	590.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	50.000,00						5.413.780,00	
[5] E - EMPREITADAS; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL			Total :			18.746.654,00						7.864.923,30	22.888.819,00	24.113.142,00	25.662.424,00	36.397.500,00	37.026.000,00							186.702.439,30	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO FUNDAMUNAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S

Objetivo : Euros

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto		
						R G	U E	EMPR	Início	Fim	2023 (Financ. Definido)		2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	2024	2025	2026		2027	Outros
3.3.1.1.	2020 I 121		Rua de ligação entre a rua Dr. Vaz Ferreira e a Rua das Fogaceiras	0102/07030301	E					2020/03/30	2025/12/31	2	127.887,00					127.887,00	127.887,00	
3.3.1.1.	2021 I 64		Construção de muros de suporte de terras e vedação em vários pontos do concelho	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	4	8.332,00					8.332,00	97.333,19	
3.3.1.1.	2021 I 65		Arrumamentos e obras complementares	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	4	711.336,00					711.336,00	885.538,82	
3.3.1.1.	2021 I 66		Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	0	31.694,00					31.694,00	34.344,00	
3.3.1.1.	2021 I 67		Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical luminosa, horizontal, sinaletica informativa e aplicação de dispositivos de segurança e marcação rodoviária	0102/07010409	O					2021/01/02	2025/12/31	4	20.579,00					20.579,00	59.719,21	
3.3.1.1.	2021 I 69		Pavimentação em vários arruamentos do concelho - 10ª Fase	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	4	527.993,00					527.993,00	3.640.089,36	
3.3.1.1.	2021 I 70		Pavimentação de tramos da rede viária municipal.	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	3	731.930,00					731.930,00	805.565,28	
3.3.1.1.	2021 I 73		Requalificação do Largo da Corga - Loção	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	3	173.827,00					173.827,00	173.827,00	
3.3.1.1.	2021 I 75		Requalificação da Av. Domingos da Silva Coelho-S.Paio de Oleiros	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	3	6.749,00					6.749,00	112.241,93	
3.3.1.1.	2021 I 76		Requalificação de passeios na Rua Casimiro José Milheiro	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	4	94.616,00					94.616,00	94.616,00	
3.3.1.1.	2021 I 82		Requalificação de arruamentos e passeios na Quinta do Azeiteiro	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	3	319.128,00					319.128,00	328.895,98	
3.3.1.1.	2021 I 84		Requalificação da Rua Cruz das Cavadas - Milheiros de Polares	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	0	134.306,00					134.306,00	134.306,00	
3.3.1.1.	2021 I 91		Requalificação da Rua Mestre Emília	0102/07030301	E					2021/01/02	2025/12/31	1	420.982,00					420.982,00	520.982,00	
3.3.1.1.	2022 I 73		Construção de muros de suporte de terras e vedação em vários pontos do concelho	0102/07030301	E					2022/01/02	2026/12/31	3	58.893,00					58.893,00	238.893,00	
3.3.1.1.	2022 I 74		Arrumamentos e obras complementares	0102/07030301	E					2022/01/02	2027/12/31	0	1.686.000,00					1.686.000,00	10.071.000,00	
3.3.1.1.	2022 I 75		Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas	0102/07030301	E					2022/01/02	2026/12/31	0	49.600,00					49.600,00	169.600,00	
3.3.1.1.	2022 I 76		Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical luminosa, horizontal, sinaletica informativa e aplicação de dispositivos de segurança e marcação rodoviária	0102/07010409	O					2022/01/02	2026/12/31	0	830.000,00					830.000,00	2.330.000,00	
3.3.1.1.	2022 I 77		Aquisição de viaturas, equipamentos e ferramentas	0102/070111	E					2022/01/02	2026/12/31	0	1.700,00					1.700,00	50.000,00	
3.3.1.1.	2022 I 78		Pavimentação de tramos da rede viária municipal.	0102/07030301	E					2022/01/02	2027/12/31	0	531.000,00					531.000,00	6.987.660,00	
3.3.1.1.	2022 I 79		Revisão de preços de empreitadas relativas a rede viária e sinalização, levadas a cabo em anos anteriores	0102/07030301	E					2022/01/02	2026/12/31	0	100,00					100,00	100.000,00	
3.3.1.1.	2022 I 80		Aquisição de terrenos	0102/070101	O					2022/01/02	2026/12/31	9	100,00					100,00	20.000,00	
3.3.1.1.	2022 I 114		Requalificação loteamento dos Freixeiros - Freixeiros	0102/07030301	E					2022/01/02	2026/12/31	0	1.000,00					1.000,00	226.000,00	
[5] E - EMPREITADAS; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :	26.776.775,00	4.342.156,00				11.623.442,91		30.918.931,00	30.509.242,00	61.428.173,00	33.671.752,00	39.738.427,00	40.511.324,00	40.700.721,00	227.873.639,91

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
 Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS
 Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S

Objetivo : Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto			
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. n./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes			Outros (20)	
																(6)		(7)		(8)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21) = [(13)+...+(20)]
3.3.1.1.	2022 I 118	Requalificação da Rua Vasco da Gama - Arrifana	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00							100,00
3.3.1.1.	2022 I 119	Requalificação da rotunda Penoucos - Fiães	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00							300.100,00
3.3.1.1.	2022 I 120	Requalificação da Travessa de Penoucos - Fiães	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			150.000,00				300.100,00
3.3.1.1.	2022 I 121	Requalificação da Ponte Chão do Rio Penoucos - Fiães	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			150.000,00				310.100,00
3.3.1.1.	2022 I 122	Requalificação da Rua Campim Verde - Fiães	0102/07030301	E		266.447,00			2022/01/02	2026/12/31	1		266.447,00							266.447,00
3.3.1.1.	2022 I 125	Requalificação do parque de estacionamento edifício Jagua-EM - Lourosa	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00							100,00
3.3.1.1.	2022 I 128	Requalificação da Rua de Vilas - Mozelos	0102/07030301	E		1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.000,00			100.000,00				201.000,00
3.3.1.1.	2022 I 129	Requalificação da Rua do Coteiro e Rua da Barra - Nogueira da Regedoura	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			20.000,00				200.100,00
3.3.1.1.	2022 I 130	Requalificação da Rua da Tapadinha - Romão	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			350.000,00				700.100,00
3.3.1.1.	2022 I 131	Requalificação da variante e Rotunda de Romariz	0102/07030301	E		1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.000,00			125.000,00				126.000,00
3.3.1.1.	2022 I 132	Requalificação da Rua Alto Pião - Santa Maria de Lamas	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			100.000,00			50.000,00	350.100,00
3.3.1.1.	2022 I 133	Requalificação da Rua Dr. Serafim Guimarães - Espargo	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			200.000,00				1.150.100,00
3.3.1.1.	2022 I 134	Requalificação da Av. do Sarrilha - S.Miguel de Souto	0102/07030301	E		1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.000,00			600.000,00				601.000,00
3.3.1.1.	2022 I 29	Construção de Muro no Centro Escolar de Valrico - S.Miguel de Souto	0102/07030301	E		1.000,00			2022/01/02	2026/12/31	0		1.000,00			50.000,00				51.000,00
3.3.1.1.	2022 I 136	Arranjo envolvente à Igreja - Escapães	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			200.000,00				200.100,00
3.3.1.1.	2022 I 137	Requalificação do parque de estacionamento (Feira dos 10) - Lourosa	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			50.000,00				50.100,00
3.3.1.1.	2022 I 104	Requalificação da Rua Dr. Crispim Borges de Freitas - Milheiros de Poiares	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			300.000,00				300.100,00
3.3.1.1.	2022 I 106	Requalificação da Rua dos Murtórios - Santa Maria de Lamas	0102/07030301	E		24.600,00			2022/01/02	2026/12/31	1		24.600,00			212.300,00				853.350,00
3.3.1.1.	2022 I 107	Requalificação da Rua do Hospital - S.Pai de Oleiros	0102/07030301	E		100,00			2022/01/02	2026/12/31	0		100,00			400.000,00				700.100,00
3.3.1.1.	2023 I 45	Reconstrução do muro de vedação Sul da EB1 Mirante - Canejo	0102/07030301	E		900,00			2023/01/02	2027/12/31	0		900,00			109.100,00				159.900,00
3.3.1.1.	2023 I 56	Pralongamento da Rua de São Miguel - S.Miguel de Souto	0102/07030301	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0		1.000,00			49.000,00				150.000,00
3.3.1.1.	2023 I 67	Requalificação da Rua Prof Clotilde - Arguncille	0102/07030301	E		100,00			2023/01/02	2027/12/31	0		100,00			150.000,00			100.000,00	500.100,00
3.3.1.1.	2023 I 69	Requalificação da travessa do Monte Grande - Fiães	0102/07030301	E		1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0		1.000,00			10.000,00				110.000,00
[5] E - EMPREITADA; A - ANM. DIR.; O - FORNEC. OT OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :					27.016.122,00						11.623.442,91			31.218.276,00				61.984.520,00	235.455.936,91
						4.342.156,00									41.670.727,00				41.661.324,00	46.700.721,00

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Rubrica : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS Considerar em «Total Previsto» o valor Euros
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA do Financiamento Não Definido + S

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM PERÍODOS ANT. [12]	Pagamentos					Total previsto [21] = [13] + ... + [20]		
						R G [6]	U E [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]		ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 [14]	2023 (Financ. Definido) [15]	Períodos seguintes					
														2024 [16]	2025 [17]	2026 [18]		2027 [19]	Outros [20]
3.3.1.1.	36	2023 I 70	Prorrogamento e requalificação da Rua do Centro Cultural e Rua 1º Maio-Fornos	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	199.000,00	200.000,00	100.000,00	50.000,00	350.000,00		
3.3.1.1.	37	2023 I 71	Construção de Muro de Vedação na EN 109-4 - Fornos	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	19.000,00	20.000,00	5.000,00		25.000,00		
3.3.1.1.	38	2023 I 72	Requalificação do parque de estacionamento Edifício Palmeiras - ENL-Lourousa	0102/07030301	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00		100,00	50.000,00	20.000,00	70.100,00		
3.3.1.1.	39	2023 I 73	Requalificação da Rua 25 de abril - Lourousa	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	9.000,00	10.000,00			10.000,00		
3.3.1.1.	40	2023 I 74	Requalificação Av. Lourosa (rua João Paulo II)/Largo do Calvário-Lourousa	0102/07030301	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00		100,00	400.000,00	200.000,00	600.100,00		
3.3.1.1.	41	2023 I 75	Requalificação da Rua acesso USF - Loureira da Regooura	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	149.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00		
3.3.1.1.	42	2023 I 76	Requalificação da Rua entre arenadas - Paços de Brandão	0102/07030301	E	10.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	10.000,00	199.000,00	209.000,00	20.000,00		229.000,00		
3.3.1.1.	43	2023 I 77	Requalificação de passeio na variante - Romariz	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00	100.000,00	30.000,00		110.000,00		
3.3.1.1.	44	2023 I 78	Requalificação da Rotunda dos 4 Caminhos - Sanguedo	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	399.000,00	400.000,00	50.000,00		450.000,00		
3.3.1.1.	45	2023 I 79	Requalificação da envolvente à capela de Santo André - S. João de Ver	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	49.000,00	50.000,00	20.000,00		70.000,00		
3.3.1.1.	46	2023 I 80	Requalificação dos armamentos de acesso ao complexo - Sarfins	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	99.000,00	100.000,00	20.000,00		120.000,00		
3.3.1.1.	47	2023 I 81	Requalificação da via pedonal urbana - Santa Maria da Feira	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	299.000,00	300.000,00	50.000,00		400.000,00		
3.3.1.1.	48	2023 I 82	Pavimentação de piso irregular na EN222 ao km 20,600 - Caneão	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	9.000,00	10.000,00			10.000,00		
3.3.1.1.	49	2023 I 84	Muro de contenção de terras na Travessa do Vale	0102/07030301	E	1.000,00			2023/01/02	2027/12/31	0	1.000,00	49.000,00	50.000,00	10.000,00		60.000,00		
3.3.1.1.	50	2023 I 89	Requalificação da Rotunda na Av Portela - Paços de Brandão	0102/07030301	E	100,00			2023/01/02	2027/12/31	0	100,00	199.900,00	200.000,00			200.000,00		
3.3.1.4.	07	2016 I 87	Ambiente e Obras Municipais Escolheiro Municipal	0102/07010301	E	631.305,00			2016/01/02	2024/12/31	3	631.305,00	214.150,53	631.305,00			845.455,53		
3.3.1.4.	03	2021 I 113	Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e grandes reparações	0102/07010602	O	166.000,00			2021/01/02	2025/12/31	9	166.000,00	214.150,53	166.000,00			166.000,00		
3.3.1.4.	06	2022 I 152	Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e grandes reparações	0102/07010602	O	441.000,00			2022/01/02	2026/12/31	9	441.000,00		441.000,00			655.150,53		
3.3.1.4.	06	2022 I 152	OUTROS	0102/07010602	O	24.305,00			2022/01/02	2026/12/31	9	24.305,00		24.305,00			24.305,00		
3.3.1.4.	06	2022 I 152	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O	23.900,00						23.900,00		23.900,00					
3.4.			Comércio e turismo			405,00						405,00		405,00					
3.4.1.			Mercados e feiras			1.009.921,00						1.009.921,00		1.009.921,00			1.112.321,00		
3.4.1.1.			Reabilitação do Mercado Municipal	0102/07010303	E	1.008.921,00			2020/01/02	2023/12/31	2	1.008.921,00		1.008.921,00			1.108.921,00		
3.4.2.			Turismo			400,00						400,00		400,00			3.400,00		
3.4.2.1.			Turismo Acessível			300,00			2022/01/02	2026/12/31	0	300,00		300,00			300,00		
3.4.2.1.			EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107		100,00						100,00		100,00					
3.4.2.1.			EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109		100,00						100,00		100,00					
3.4.2.1.			OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115		100,00						100,00		100,00					
3.4.2.1.			Mercado no Mercado	0102/070115	O	100,00			2022/01/02	2026/12/31	0	100,00		100,00			3.100,00		
[5] E - EMPREITADA; A - ANM. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL			Total :			28.738.048,00						11.837.593,44		65.427.346,00		39.150.202,00	41.111.324,00	40.700.721,00	240.517.913,44

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO FUNDACIONAL DE INVESTIMENTOS Considerar em «Total Previsto» o valor
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA do Financiamento Não Definido : S Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de Real.	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Realizado em Ex. PERÍODOS ANT.	Pagamentos					Total previsto			
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		ESTIM. REALIZ.	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes				
																2024		2025	2026	2027
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]
3.5.		Outras funções económicas				8.874,00								8.874,00	8.874,00	37.500,00	37.500,00			132.774,00
3.5.2.		Terminismo				8.874,00								8.874,00	8.874,00	37.500,00	37.500,00			132.774,00
3.5.2.1.		Termas das Caldas de Sao Jorge				8.874,00								8.874,00	8.874,00	37.500,00	37.500,00			132.774,00
3.5.2.1.1.	02	Adução e abastecimento de água		E		8.874,00				2021/01/02	2024/12/31	0		8.874,00	8.874,00	37.500,00	37.500,00			112.574,00
3.5.2.1.1.	02	OUTROS				8.874,00								8.874,00	8.874,00	37.500,00	37.500,00			200,00
3.5.2.1.1.	02	OUTROS INVESTIMENTOS				100,00								100,00	100,00	200,00	200,00			200,00
3.5.2.1.1.	04	Aquisição de Equipamentos		0		200,00				2022/01/02	2024/12/31	0		200,00	200,00	100,00	100,00			200,00
3.5.2.1.1.	04	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO				100,00								100,00	100,00	100,00	100,00			200,00
3.5.2.1.1.	04	OUTROS INVESTIMENTOS				100,00								100,00	100,00	100,00	100,00			200,00
3.5.2.1.1.	05	Intervenções no Ed. Termas Caldas de S. Jorge		E		100,00				2022/01/02	2024/12/31	0		100,00	19.900,00	20.000,00				20.000,00
4.		Outras funções				43.564,00								43.564,00	43.564,00	1.000,00	1.000,00			43.564,00
4.3.		Diversas não especificadas				43.564,00								43.564,00	43.564,00	1.000,00	1.000,00			43.564,00
4.3.1.		Comunicação e relações públicas				43.564,00								43.564,00	43.564,00	1.000,00	1.000,00			43.564,00
4.3.1.1.		Comunicação e imagem				1.000,00								1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			1.000,00
4.3.1.1.1.	03	Aquisição de equipamento informático e software		0		1.000,00				2022/01/02	2024/12/31	0		1.000,00	1.000,00	500,00	500,00			1.000,00
4.3.1.1.1.	03	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA				500,00								500,00	500,00	500,00	500,00			1.000,00
4.3.1.1.1.	03	SOFTWARE INFORMÁTICO				500,00								500,00	500,00	500,00	500,00			1.000,00
4.3.1.1.2.		Relações públicas e internacionais				42.564,00								42.564,00	42.564,00	5,00	5,00			42.564,00
4.3.1.1.2.	06	Active Citizens		0		5,00				2022/01/02	2024/12/31	0		5,00	5,00	5,00	5,00			5,00
4.3.1.1.2.	03	Colaborar e Cooriar o Bem estar em Santa Maria da Feira		0		42.559,00				2023/01/02	2027/12/31	0		42.559,00	42.559,00					42.559,00
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL				Total :		28.790.486,00								32.932.645,00	32.932.645,00	39.187.702,00	42.128.227,00			240.694.251,44

pam
plano de atividades
municipal

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Função do Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em "Total Previsto" o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Pagamentos						Total previsto								
						R G	U E	EMPR	Início	Fim	Fase de	2023						Outros							
												Real.	R P	U E	Ex. PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ.			2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	2024	2025	2026	2027
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)=[13]+...+[20]					
1.			Funções gerais			4.297.381,00						1.597.477,52	2.051.126,10	4.297.381,00	5.421.031,00	3.222.771,00	2.642.633,00	1.851.800,00	921.000,00	20.604.897,62					
1.1.			Serviços gerais de administração pública			3.445.509,00						1.368.485,35	1.866.063,09	3.445.509,00	4.422.659,00	2.624.275,00	2.186.914,00	1.709.800,00	830.000,00	17.157.616,44					
1.1.1.	03	2019 A 3	Parque	0		7.122,00			2018/01/01	2023/12/31	0	44.907,30	38.360,40	7.122,00	7.122,00					90.389,70					
1.1.1.	03	2019 A 3	Comunicações	0102/020209		357,00								357,00											
1.1.1.	03	2019 A 3	Outros serviços	0102/020225		6.765,00								6.765,00											
1.1.1.	02	2019 A 2	Serviços de Comunicações de voz fixas, móveis e de dados	0102/020209	0	145.147,00			2019/01/02	2025/12/31	0	30.896,33	57.589,83	145.147,00	145.147,00					269.218,16					
1.1.1.	08	2019 A 8	Serviços de manutenção dos edifícios	0102/020219	0	254,00			2019/01/02	2023/12/31	0	21.653,60	2.540,99	254,00	254,00						24.448,59				
1.1.1.	15	2019 A 98	Condomínios	0102/020201	0	1.334,00			2019/01/02	2023/12/31	0	6.269,14	2.351,01	1.334,00	1.334,00						9.953,15				
1.1.1.	16	2019 A 214	Serviços técnicos especializados de apoio ao departamento jurídico	0102/020220	0	18.512,00			2019/01/02	2023/12/31	0	4.206,60		18.512,00	18.512,00						22.718,60				
1.1.1.	22	2019 A 294	Contratos de locação de edifícios	0102/020204	0	76.770,00			2019/06/01	2030/12/31	9	49.167,50	50.921,30	76.770,00	76.770,00						322.538,80				
1.1.1.	02	2020 A 2	Plataforma Electronica Contratação Pública	0102/020225	0	886,00			2020/01/02	2024/12/31	0	3.542,40	3.542,40	886,00	886,00						7.970,80				
1.1.1.	07	2020 A 7	Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica	0102/010107	0	152.905,00			2020/01/02	2025/12/31	0	175.543,40	131.900,55	152.905,00	152.905,00						567.356,95				
1.1.1.	07	2020 A 7	Pessoal em regime de Tarifa ou Avença	0102/010107		1.661,00								1.661,00											
1.1.1.	07	2020 A 7	Locação de outros bens	0102/020208		62,00								62,00											
1.1.1.	07	2020 A 7	Assistência técnica	0102/020219		116.234,00								116.234,00											
1.1.1.	07	2020 A 7	Outros trabalhos especializados	0102/020220		10.600,00								10.600,00											
1.1.1.	07	2020 A 7	Outros serviços	0102/020225		24.348,00								24.348,00											
1.1.1.	08	2020 A 8	Serviços de manutenção dos edifícios	0102/020225	0	345.575,00			2020/01/02	2024/12/31	0	29.932,52	147.645,98	345.575,00	158.132,00						681.285,50				
1.1.1.	08	2020 A 8	Limeza e Higiene	0102/020202		295.000,00								295.000,00											
1.1.1.	08	2020 A 8	Assistência técnica	0102/020219		46.600,00								46.600,00											
1.1.1.	08	2020 A 8	Outros serviços	0102/020225		3.975,00								3.975,00											
1.1.1.	11	2020 A 11	Serviços técnicos especializados de apoio ao departamento jurídico	0102/020220	0	28.395,00			2020/01/02	2024/12/31	0	29.666,46	23.217,20	28.395,00	28.395,00						84.433,66				
1.1.1.	12	2020 A 12	Gabinete de qualidade e auditoria	0102/020220	0	26.536,00			2020/01/02	2024/12/31	0	13.136,44	25.067,29	26.536,00	26.536,00						64.739,73				
1.1.1.	12	2020 A 12	Outros trabalhos especializados	0102/020220		23.340,00								23.340,00											
1.1.1.	12	2020 A 12	Outros serviços	0102/020225		3.196,00								3.196,00											
1.1.1.	14	2020 A 14	Contrato de segurança e vigilância	0102/020218	0	581.947,00			2020/01/02	2027/12/31	0	392.151,94	288.735,83	581.947,00	581.947,00						2.462.834,77				
1.1.1.	01	2021 A 1	Alojamento no âmbito de atividades desenvolvidas pelo Município	0102/020225	0	54.555,00			2021/01/01	2024/12/31	0	6.195,50	11.620,50	54.555,00	300.000,00						72.371,00				
1.1.1.	02	2021 A 2	Cobrança taxa RSU e taxa Rede aos municípios de SMF	0102/020225	0	115.000,00			2021/01/01	2027/12/31	0	19.054,85		115.000,00	64.911,00						438.971,85				
1.1.1.	04	2021 A 4	Contrato Manutenção e licenças de programas informáticos	0102/020220	0	34.867,00			2021/01/01	2024/12/31	0	91.588,31	36.699,48	34.867,00	34.867,00						170.655,79				
1.1.1.	04	2021 A 4	Outros trabalhos especializados	0102/020220		6.126,00								6.126,00											
1.1.1.	04	2021 A 4	Outros serviços	0102/020225		28.741,00								28.741,00											
1.1.1.	06	2021 A 6	Contratualização dos Seguros do Município	0102/020225	0	408.875,00			2021/01/01	2026/12/31	0	240.800,88	310.831,73	408.875,00	408.875,00						2.372.361,61				
1.1.1.	06	2021 A 6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0102/01039901		83.980,00								83.980,00											
1.1.1.	06	2021 A 6	Seguros	0102/020212		324.895,00								324.895,00											
1.1.1.	08	2021 A 8	Parque	0102/020225	0	4.059,00			2021/01/01	2023/12/31	0	36.648,43	14.733,37	4.059,00	4.059,00						55.440,80				
1.1.1.	09	2021 A 9	Fornecimento de gás natural	0102/020201	0	315.128,00			2021/01/01	2027/12/31	0	16.602,89		315.128,00	230.984,00							1.312.714,89			
1.1.1.	13	2021 A 13	Medicina no trabalho	0102/020222	0	30.618,00			2021/01/01	2024/12/31	0			30.618,00	30.618,00							30.618,00			
[5] E - EMPREITADA; A - IND. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL			Total :			2.348.485,00						1.176.305,75	1.181.424,60	2.348.485,00	2.348.485,00						9.061.022,35				

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Fino de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerear em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto	Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM [12]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 [14]	Pagamentos					Total previsto [21]= [13]+...+[20]	
						R G [6]	U E [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]			2023 (Financ. Definido) [15]	2023 (TOTAL) [16]	Períodos seguintes				
															2024 [17]	2025 [18]	2027 [19]		Outros [20]
1.1.1.1.	14	2021 A 14	Plano de Formação e Qualificação dos Profissionais da Autarquia	0102/020215	0	330,00			2021/01/01	2023/12/31	0	16.284,29	1.712,50	330,00					20.326,79
1.1.1.1.	15	2021 A 15	Transporte Urbano em Santa Maria Feira-TRANSFEIRA	0102/020225	0	140.073,00			2021/01/01	2027/12/31	0	14.193,00	140.073,00	140.073,00	150.000,00	150.000,00			727.203,00
1.1.1.1.	22	2021 A 313	Subsídios e subvenções reembolsáveis - Eficiência Energética	0102/100705	0	347.791,00			2021/04/12	2024/12/31	0	173.895,31	347.791,00	347.791,00	173.896,00				1.043.372,93
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica	0102/020215	0	238.416,00			2022/01/01	2027/12/31	0	53.110,73	238.416,00	140.000,00	80.456,00	90.000,00			777.865,73
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Pessoal em Regime de Tarifa ou Atenção	0102/010107		4.613,00							4.613,00	3.690,00	5.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Outros bens	0102/020121		5.100,00							5.100,00	1.000,00	1.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Conservação de bens	0102/020203		100,00							100,00	1.000,00	1.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Locação de outros bens	0102/020208		2.979,00							2.979,00	5.000,00	5.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102/020214		17.220,00							17.220,00	10.000,00	20.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Publicidade	0102/020217		2.900,00							2.900,00	1.000,00	1.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Vigilância e segurança	0102/020218		100,00							100,00	1.000,00	1.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Assistência técnica	0102/020219		31.000,00							31.000,00	18.266,00	16.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Outros trabalhos especializados	0102/020220		55.038,00							55.038,00	15.000,00	15.000,00				
1.1.1.1.	01	2022 A 1	Outros serviços	0102/020225		119.386,00							119.386,00	25.000,00	25.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Serviços de manutenção dos edifícios	0102/020225	0	49.267,00			2022/01/01	2028/12/31	0	55.915,45	49.267,00	116.000,00	102.000,00	112.000,00			751.182,45
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Matérias primas e subsidiárias	0102/020101		1.862,00							1.862,00	1.000,00	1.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Ferramentas e utensílios	0102/020117		75,00							75,00	1.000,00	1.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Outros bens	0102/020121		13.993,00							13.993,00	10.000,00	20.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Conservação de bens	0102/020203		6.875,00							6.875,00	20.000,00	20.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Assistência técnica	0102/020219		1.104,00							1.104,00	15.000,00	15.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Outros trabalhos especializados	0102/020220		8.724,00							8.724,00	15.000,00	15.000,00				
1.1.1.1.	02	2022 A 2	Outros serviços	0102/020225		16.634,00							16.634,00	40.000,00	40.000,00				
1.1.1.1.	05	2022 A 5	Serviços técnicos especializados de apoio ao departamento jurídico	0102/020225	0	36.652,00			2022/01/01	2028/12/31	0	4.878,22	36.652,00	20.000,00	42.000,00	40.000,00			268.530,22
1.1.1.1.	05	2022 A 5	Outros trabalhos especializados	0102/020220		36.602,00							36.602,00	32.000,00	30.000,00				
1.1.1.1.	05	2022 A 5	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00	10.000,00	10.000,00				
1.1.1.1.	06	2022 A 6	Condomínios	0102/020201	0	15.000,00			2022/01/01	2027/12/31	0	2.088,00	15.000,00	5.000,00	8.000,00	8.000,00			61.018,00
1.1.1.1.	07	2022 A 7	Locação de autocarros	0102/020206	0	101.455,00			2022/01/01	2027/12/31	0	19.325,01	101.455,00	40.000,00	80.000,00	50.000,00			446.780,01
1.1.1.1.	09	2022 A 9	Contrato Manutenção e licenças de programas informáticos	0102/020215	0	118.945,00			2022/01/01	2027/12/31	0	128.027,13	118.945,00	120.000,00	127.000,00	134.000,00			1.024.472,13
1.1.1.1.	09	2022 A 9	Assistência técnica	0102/020219		50,00							50,00	14.000,00	14.000,00				
1.1.1.1.	09	2022 A 9	Outros trabalhos especializados	0102/020220		113.345,00							113.345,00	63.000,00	70.000,00				
1.1.1.1.	09	2022 A 9	Outros serviços	0102/020225		5.550,00							5.550,00	50.000,00	50.000,00				
1.1.1.1.	13	2022 A 12	Plano de Formação e Qualificação dos Profissionais da Autarquia	0102/020215	0	11.895,00			2022/01/01	2027/12/31	0	19.850,45	11.895,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00			161.785,45
1.1.1.1.	14	2022 A 13	Contratualização de Serviços de Auditoria	0102/020225	0	5.000,00			2022/01/01	2027/12/31	0		5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			125.000,00
1.1.1.1.	15	2022 A 14	Gabinete de qualidade e auditoria	0102/020220	0	4.100,00			2022/01/01	2027/12/31	0	5.289,00	4.100,00	21.000,00	15.000,00	15.000,00			105.389,00
1.1.1.1.	15	2022 A 14	Outros trabalhos especializados	0102/020220		1.000,00							1.000,00	5.000,00	5.000,00				
1.1.1.1.	15	2022 A 14	Outros serviços	0102/020225		3.100,00							3.100,00	10.000,00	10.000,00				
1.1.1.1.	17	2022 A 16	Europarque	0102/020215	0	8.900,00			2022/01/01	2027/12/31	0	31.417,98	8.900,00	65.300,00	60.150,00	60.150,00			406.367,98
1.1.1.1.	17	2022 A 16	Matérias primas e subsidiárias	0102/020101		100,00							100,00	50,00	50,00				
1.1.1.1.	17	2022 A 16	Outros bens	0102/020121		100,00							100,00	5.100,00	5.100,00				
1.1.1.1.	17	2022 A 16	Encargos de Instalações	0102/020201		8.600,00							8.600,00	45.000,00	45.000,00				
1.1.1.1.	17	2022 A 16	Outros serviços	0102/020225		100,00							100,00	10.000,00	10.000,00				
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; 0 - FORMEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	3.426.309,00				1.368.485,35	1.866.063,09	577.300,00	4.003.609,00	2.279.425,00	1.804.570,00	1.364.950,00	445.150,00	14.974.316,44

PLANO FUNDACIONAL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Identificação do Objetivo : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo (1)	Número do projeto Código Ano Tipo Número (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica (4)	Forma de (5)	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM PERÍODOS ANT. (12)	Pagamentos					Total previsto (21)=[13]+...+[20]			
					R G (6)	U E (7)	EMPR (8)	Início (10)	Fim (11)		ESTIM. REALIZ. (13)	2023 (Financ. Definido) (14)	2023 (Financ. N./ Def.) (15)	Períodos seguintes					
														2024 (16)	2025 (17)		2026 (18)	2027 (19)	Outros (20)
1.2.1.1.	0303 2019 A 25	Subsídio EIP'S	0102/040701	0	58.369,00			2018/01/01	2021/12/31	0	36.370,76	58.369,00	24.651,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	134.972,54
1.2.1.1.	01 2022	Arrifana			130.357,00						71.885,45	130.357,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	112.071,00	539.455,45
1.2.1.1.	0101 2022 A 20	Subsídio Corrente	0102/040701	0	75.700,00			2022/01/01	2026/12/31	0	53.700,00	75.700,00	75.700,00	75.700,00	75.700,00	75.700,00	75.700,00	75.700,00	356.500,00
1.2.1.1.	0102 2022 A 21	Subsídio EIP'S	0102/040701	0	54.557,00			2022/01/01	2026/12/31	0	18.185,45	54.557,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	181.855,45
1.2.1.1.	0103 2022 A 22	Apoio de capital	0102/080701	0	100,00			2022/01/01	2026/12/31	0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1.2.1.1.	02 2022	Lourosa			134.857,00						76.385,45	134.857,00	116.571,00	116.571,00	116.571,00	116.571,00	116.571,00	116.571,00	560.955,45
1.2.1.1.	0201 2022 A 23	Subsídio Corrente	0102/040701	0	80.200,00			2022/01/01	2026/12/31	0	38.200,00	80.200,00	80.200,00	80.200,00	80.200,00	80.200,00	80.200,00	80.200,00	379.000,00
1.2.1.1.	0202 2022 A 24	Subsídio EIP'S	0102/040701	0	54.557,00			2022/01/01	2026/12/31	0	18.185,45	54.557,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	181.855,45
1.2.1.1.	0203 2022 A 25	Apoio de capital	0102/080701	0	100,00			2022/01/01	2026/12/31	0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1.2.1.1.	0301 2022 A 26	Santa Maria da Feira			184.613,00						62.670,69	184.613,00	105.021,00	105.021,00	105.021,00	105.021,00	105.021,00	105.021,00	562.196,69
1.2.1.1.	0301 2022 A 26	Subsídio Corrente	0102/040701	0	68.650,00			2022/01/01	2026/12/31	0	46.650,00	68.650,00	68.650,00	68.650,00	68.650,00	68.650,00	68.650,00	68.650,00	321.100,00
1.2.1.1.	0302 2022 A 27	Subsídio EIP'S	0102/040701	0	56.721,00			2022/01/01	2026/12/31	0	16.020,69	56.721,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	36.371,00	181.854,69
1.2.1.1.	0303 2022 A 28	Apoio de capital	0102/080701	0	59.242,00			2022/01/01	2026/12/31	0	59.242,00	59.242,00	59.242,00	59.242,00	59.242,00	59.242,00	59.242,00	59.242,00	59.242,00
1.2.1.1.	04 2022	Crux Vermelha Portuguesa			17.700,00						4.200,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	75.000,00
1.2.1.1.	0401 2022 A 29	Subsídio Corrente	0102/040701	0	17.700,00			2022/01/01	2026/12/31	0	4.200,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00	75.000,00
1.2.1.2.	01 2023 A 12	Segurança pública			500,00						500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6.000,00
1.2.1.3.	01 2023 A 12	Fundo de Socorro e Emergência	0102/020225	0	500,00			2023/01/02	2025/12/31	0	119.879,90	109.469,56	214.550,00	146.000,00	146.000,00	146.000,00	146.000,00	146.000,00	1.291.851,46
1.2.1.3.	20 2020 A 302	Despesas destinadas à promoção de apoios aos municípios afetados pelo surto da COVID-19, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19		0	3.803,00			2020/03/30	2024/12/31	9	119.879,90	21.926,45	3.803,00						145.609,35
1.2.1.3.	20 2020 A 302	Limpeza e higiene	0102/020104		500,00							500,00							
1.2.1.3.	20 2020 A 302	Vestuário e artigos pessoais	0102/020107		1.000,00							1.000,00							
1.2.1.3.	20 2020 A 302	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115		919,00							919,00							
1.2.1.3.	20 2020 A 302	Outros bens	0102/020121		644,00							644,00							
1.2.1.3.	20 2020 A 302	Serviço de saúde	0102/020222		740,00							740,00							
1.2.1.3.	11 2021 A 34	Gabinete Técnico Florestal	0102/020225	0	185,00			2021/01/01	2024/12/31	0	885,60	185,00							1.070,60
1.2.1.3.	01 2022 A 31	Contratos para a realização da Limpeza e Desmatamento da Floresta, de terrenos públicos ou privados	0102/020225	0	171.871,00			2022/01/01	2026/12/31	0	14.698,37	171.871,00	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	396.569,37
1.2.1.3.	03 2022 A 33	Plano Municipal de emergência e plano de gestão de risco e especiais		0	16.470,00			2022/01/01	2027/12/31	0	41.887,23	16.470,00	1.000,00	16.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	95.357,23
1.2.1.3.	03 2022 A 33	Pessoal em regime de Tarefas ou Avença	0102/010107		16.420,00							16.420,00							
1.2.1.3.	03 2022 A 33	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00							
1.2.1.3.	04 2022 A 34	Gestão de segurança de eventos culturais e iniciativas municipais		0	748,00			2022/01/01	2026/12/31	0	14.030,84	748,00	10.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	50.778,84
1.2.1.3.	04 2022 A 34	Vestuário e artigos pessoais	0102/020107		745,00							745,00							
1.2.1.3.	04 2022 A 34	Outros serviços	0102/020225		3,00							3,00							
1.2.1.3.	06 2022 A 36	Campanhas de informação e sensibilização públicas	0102/020225	0	2.429,00			2022/01/01	2026/12/31	0	2.079,00	2.429,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.508,00
1.2.1.3.	07 2022 A 37	Programa "Aldeia segura/pessoas seguras"	0102/020225		2.824,00			2022/01/01	2026/12/31	0	4.033,19	2.824,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	11.857,19
1.2.1.3.	08 2022 A 38	Segurança Contra Incêndios SCIE	0102/020225	0	11.588,00			2022/01/01	2027/12/31	0	3.192,40	11.588,00	15.000,00	18.180,00	14.772,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	107.732,40
1.2.1.3.	09 2022 A 39	Projeto "A proteção civil e as escolas"	0102/020225		2.782,00			2022/01/01	2026/12/31	0	6.640,00	2.782,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	13.422,00
1.2.1.3.	13 2022 A 43	Programa de controlo de pragas e bactérias diversas		0	650,00			2022/01/01	2026/12/31	0	96,48	650,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	29.746,48
[5] E - EMPREITADA; A - NUN. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL				Total :	4.296.191,00						1.597.477,52	4.296.181,00	1.019.650,00	2.635.049,00	2.560.633,00	1.789.800,00	2.560.633,00	2.560.633,00	20.175.887,62

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Considerar em "Total Previsto" o valor
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto						
						R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)		2023 (TOTAL)	Períodos seguintes				
																			2024	2025	2026	2027	Outros
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + ... + [20]			
2.1.1.1.	55	2019 A 312	Outros serviços	0102/020225	Real.		66,00						66,00							66,00			
2.1.1.1.	55	2019 A 312	Outras	0102/04080202		22.576,00							22.576,00							22.576,00			
2.1.1.1.	02	2020 A 31	Pequenas reparações em escolas	0102/020203	0	1.247,00			2020/01/02	2023/12/31	2	3.829,30								1.247,00			
2.1.1.1.	05	2020 A 34	Administração e gestão das Escolas	0102/020203	0	89.429,00			2020/01/02	2023/12/31	2	20.215,27	37.053,42							89.429,00			
2.1.1.1.	05	2020 A 34	Outros	0102/02010299		87.775,00							87.775,00							87.775,00			
2.1.1.1.	05	2020 A 34	Outros serviços	0102/020225	0	1.654,00							1.654,00							1.654,00			
2.1.1.1.	45	2020 A 314	Erausm+ Europa sem Fronteiras	0102/020212		40.364,00			2020/10/01	2023/12/31	9	44.279,66	35.273,44							40.364,00			
2.1.1.1.	45	2020 A 314	Seguros	0102/020212		236,00							236,00							236,00			
2.1.1.1.	45	2020 A 314	Deslocações e Estadas	0102/020213		1.000,00							1.000,00							1.000,00			
2.1.1.1.	45	2020 A 314	Outros serviços	0102/020225		39.126,00							39.126,00							39.126,00			
2.1.1.1.	02	2021 A 39	Pequenas reparações em escolas	0102/020225	0	1.394,00			2021/01/01	2024/12/31	0	65.926,53	4.519,55							1.394,00			
2.1.1.1.	02	2021 A 39	Outros bens	0102/020121		299,00							299,00							299,00			
2.1.1.1.	02	2021 A 39	Conservação de bens	0102/020203		1.095,00							1.095,00							1.095,00			
2.1.1.1.	05	2021 A 42	Administração e gestão das Escolas	0102/020203	0	3.149,00			2021/01/01	2024/12/31	0	39.390,37	6.390,90							3.149,00			
2.1.1.1.	05	2021 A 42	Outros	0102/020129		2.666,00							2.666,00							2.666,00			
2.1.1.1.	05	2021 A 42	Locação de outros bens	0102/020208		483,00							483,00							483,00			
2.1.1.1.	10	2021 A 47	Expansão de Educação Pré-Escolar	0102/020206	0	1.197,00			2021/01/01	2024/12/31	0	40.121,44	97.018,82							1.197,00			
2.1.1.1.	15	2021 A 52	Programa Vives: "Vive o Natal", "Vive a Páscoa", "Vive o Verão"	0102/020120	0	261,00			2021/01/01	2024/12/31	9	26.889,29	9,04							261,00			
2.1.1.1.	15	2021 A 52	Materiais de educação, cultura e recreio	0102/020120		103,00							103,00							103,00			
2.1.1.1.	15	2021 A 52	Outros bens	0102/020121		158,00							158,00							158,00			
2.1.1.1.	17	2021 A 54	Jornadas de Educação	0102/020213	0	51,00			2021/01/01	2024/12/31	9	77,00	2,64							51,00			
2.1.1.1.	19	2021 A 56	Apoio a projetos educativos	0102/020225	0	102.845,00			2021/01/01	2024/12/31	0	123.408,47	52.444,22							102.845,00			
2.1.1.1.	24	2021 A 61	Contratos de manutenção de espaços escolares	0102/020225	0	111.040,00			2021/01/01	2024/12/31	0	9.024,33	63.613,95							111.040,00			
2.1.1.1.	24	2021 A 61	Limpeza e Higiene	0102/020202		4.440,00							4.440,00							4.440,00			
2.1.1.1.	24	2021 A 61	Outros serviços	0102/020225		106.600,00							106.600,00							106.600,00			
2.1.1.1.	01	2022 A 45	Descentralização e Delegação de Competências	0102/020225	NA				2022/01/02	2026/12/31	9	3.117.395,26											
2.1.1.1.	02	2022 A 46	Elaboração de estudos, projetos , consultadoria e fiscalização	0102/020214	0	2.620,00			2022/01/01	2026/12/31	0		2.620,00							2.620,00			
2.1.1.1.	03	2022 A 47	Pequenas reparações em escolas	0102/020101	0	25.498,00			2022/01/02	2026/12/31	0	68.377,06	25.498,00							25.498,00			
2.1.1.1.	03	2022 A 47	Materiais primas e subsidiárias	0102/020117		787,00							787,00							787,00			
2.1.1.1.	03	2022 A 47	Ferramentas e utensílios	0102/020121		1.231,00							1.231,00							1.231,00			
2.1.1.1.	03	2022 A 47	Outros bens	0102/020121		1.292,00							1.292,00							1.292,00			
2.1.1.1.	03	2022 A 47	Conservação de bens	0102/020203		4.746,00							4.746,00							4.746,00			
2.1.1.1.	03	2022 A 47	Outros serviços	0102/020225		17.442,00							17.442,00							17.442,00			
2.1.1.1.	04	2022 A 48	Segurança nas Escolas	0102/020225	0	36.901,00			2022/01/02	2026/12/31	0		36.901,00							36.901,00			
2.1.1.1.	05	2022 A 49	Aquisição de material didático para escolas	0102/020120	0	1.065,00			2022/01/02	2026/12/31	0	21.362,40	1.065,00							1.065,00			
2.1.1.1.	06	2022 A 50	Administração e Gestão das Escolas	0102/02010299	0	126.739,00			2022/01/02	2026/12/31	0	36.341,26	126.739,00							126.739,00			
2.1.1.1.	06	2022 A 50	Outros bens	0102/020121		19.421,00							19.421,00							19.421,00			
2.1.1.1.	06	2022 A 50	Outros bens	0102/020208		107.068,00							107.068,00							107.068,00			
2.1.1.1.	06	2022 A 50	Outros serviços	0102/020225		100,00							100,00							100,00			
2.1.1.1.	06	2022 A 50	Serviços e fundos autonomos	0102/040305		100,00							100,00							100,00			
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Apoio a projetos educativos	0102/020109	0	133.553,00			2022/01/02	2026/12/31	0	62.885,53	133.553,00							133.553,00			
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Produtos químicos e farmacêuticos	0102/020115		80,00							80,00							80,00			
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020117		10.105,00							10.105,00							10.105,00			
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Ferramentas e utensílios	0102/020117		100,00							100,00							100,00			
[5] E - EMPREITADA; A - IND. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :					4.934.370,00	71.908,00		2.030.383,63			5.006.278,00	1.624.650,00		3.836.194,00	3.217.324,00	3.166.633,00	2.385.801,00	932.000,00	30.000,00	3.117.395,26		

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas			Fase de	Pagamentos					Total previsto [21] = [13] + ... + [20]						
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	REALIZADO EM ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022		2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes								
															[7]	[8]		[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Materiais de educação, cultura e recreio	0102/020120	(4)	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Limpeza e Higiene	0102/020201			1.572,00								1.572,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Locação de material de transporte	0102/020206			100,00								100,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Locação de outros bens	0102/020208			666,00								666,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Deslocações e Estradas	0102/020213			500,00								500,00	22.300,00	21.750,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Publicidade	0102/020217			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Outros serviços	0102/020225			106.605,00								106.605,00	78.761,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Serviços e fundos autonomos	0102/040305			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2022 A 51	Outras	0102/0602010199			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	09	2022 A 53	Programa Regime de Fruta Escolar	0102/020121	0		50.985,00				2022/01/02	2026/12/31	0		50.985,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Expansão de Educação Pré-Escolar	0102/020121	0		211.858,00				2022/01/02	2026/12/31	0		211.858,00	239.000,00	239.000,00	239.000,00	239.000,00	239.000,00	239.000,00	239.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Pessoal em Regime de Parcia ou Avenca	0102/010107			152.764,00								152.764,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Locação de material de transporte	0102/020206			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Serviços e fundos autonomos	0102/040305			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	10	2022 A 54	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701			58.694,00								58.694,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
2.1.1.1.	11	2022 A 55	Programa de Apoio à família do 1º ciclo e pré-escolar	0102/040701	0		1.550,00				2022/01/02	2026/12/31	0		1.550,00	8.000,00	8.000,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	
2.1.1.1.	11	2022 A 55	Prémios, condecorações e ofertas	0102/020115			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	11	2022 A 55	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	11	2022 A 55	Locação de edifícios	0102/020204			500,00								500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
2.1.1.1.	11	2022 A 55	Freguesias	0102/04050102			750,00								750,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	
2.1.1.1.	11	2022 A 55	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701			100,00								100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	12	2022 A 56	Contratos de manutenção de espaços escolares	0102/020121	0		33.696,00				2022/01/02	2026/12/31	0		33.696,00	127.350,00	120.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	
2.1.1.1.	12	2022 A 56	Limpeza e Higiene	0102/020202			100,00								100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	12	2022 A 56	Outros serviços	0102/020225			33.596,00								33.596,00	122.350,00	115.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
2.1.1.1.	13	2022 A 57	Refeitórios Escolares	0102/020115	0		9.327,00				2022/01/02	2024/12/31	0		9.327,00	9.327,00	9.327,00	9.327,00	9.327,00	9.327,00	9.327,00	9.327,00	
2.1.1.1.	13	2022 A 57	Limpeza e higiene	0102/020104			9.252,00								9.252,00	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	
2.1.1.1.	13	2022 A 57	Outros bens	0102/020121			75,00								75,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Programa Vive as Férias;Vive o Verão	0102/020121	0		2.689,00				2022/01/02	2026/12/31	0		2.689,00	79.699,00	77.000,00	77.000,00	77.000,00	77.000,00	77.000,00	77.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Limpeza e higiene	0102/020104			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Materiais de escritório	0102/020108			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Produtos químicos e Farmaceuticos	0102/020109			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Prémios, condecorações e ofertas	0102/020115			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Materiais de educação, cultura e recreio	0102/020120			290,00								290,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Outros bens	0102/020121			163,00								163,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Locação de material de transporte	0102/020206			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Locação de outros bens	0102/020208			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Formação	0102/020215			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Outros serviços	0102/020225			1.836,00								1.836,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2022 A 58	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701			50,00								50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	15	2022 A 59	Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras	0102/040701	0		684,00				2022/01/02	2026/12/31	0		684,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	
2.1.1.1.	15	2022 A 59	Outros bens	0102/020121			176,00								176,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
											Total :												
											5.245.159,00	71.909,00	2.030.383,83	5.779.729,38	5.317.067,00	1.840.400,00	7.157.467,00	4.248.040,00	3.621.824,00	3.555.883,00	2.775.051,00	932.000,00	30.300.378,21

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Rubrica : PLANOS ATIVIDADES MUNICIPAIS
Forma de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo (1)	Número do projeto Código Ano Tipo Número (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica (4)	Forma de (5)	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM Ex. PERÍODOS ANT. (12)	Pagamentos					Total previsto (21)=[13]+...+[20]			
					R P	U E	EMPR	Início (10)	Fim (11)	ESTIM. REALIZ. (14)		2023 (Financ. Definido) (15)	Períodos seguintes							
													2024 (16)	2025 (17)	2026 (18)	2027 (19)		Outros (20)		
2.1.1.1.	33	2022 A 77	Transferências para Instituições	0	4.519,00				2022/01/02	2026/12/31	0	4.519,00	34.519,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	74.519,00	
2.1.1.1.	35	2022 A 79	Festa Futebol Feminino	0	31,00				2022/01/02	2026/12/31	0	31,00	31,00						31,00	
2.1.1.1.	39	2022 A 83	No Only Portugal	0	1.825,00				2022/01/02	2026/12/31	0	1.825,00	2.825,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00			10.825,00	
2.1.1.1.	60	2022 A 104	Erasmus + Educação de adultos	0	40.861,00				2022/01/02	2026/12/31	0	40.861,00	40.861,00						40.861,00	
2.1.1.1.	60	2022 A 104	Prêmios, condecorações e ofertas		830,00							830,00								
2.1.1.1.	60	2022 A 104	Deslocações e estadas		38.131,00							38.131,00								
2.1.1.1.	60	2022 A 104	Outros serviços		1.000,00							1.000,00								
2.1.1.1.	60	2022 A 104	Outras		900,00							900,00								
2.1.1.1.	01	2023	Descentralização e Delegação de Competências		11.002.195,00							11.002.195,00	11.638.289,00	8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00	8.670.537,00	46.520.437,00	
2.1.1.1.	0101	2023 A 24	Atividades de animação e apoio à família ao abrigo do acordo de colaboração DGfste	0	200.100,00				2023/01/01	2026/12/31		200.100,00	621.194,00	622.094,00	622.094,00	622.094,00	622.094,00	622.094,00	3.109.570,00	
2.1.1.1.	0101	2023 A 24	Alimentação - refeições		100.000,00							100.000,00		321.094,00	321.094,00				321.094,00	
2.1.1.1.	0101	2023 A 24	confeccionadas		100,00							100,00		1.000,00	1.000,00				1.000,00	
2.1.1.1.	0101	2023 A 24	Outros serviços		100.000,00							100.000,00		300.000,00	300.000,00				300.000,00	
2.1.1.1.	0101	2023 A 24	Instituições sem fins lucrativos		1.668.635,00				2023/01/01	2026/12/31		1.668.635,00		1.371.676,00	790.365,00	403.240,00			4.637.378,00	
2.1.1.1.	0102	2023 A 25	Refeições 2.º e 3.º ciclos ensino básico e secundário		1.667.635,00							1.667.635,00		789.585,00	402.240,00				402.240,00	
2.1.1.1.	0102	2023 A 25	Alimentação - refeições		1.000,00							1.000,00		1.000,00	1.000,00				1.000,00	
2.1.1.1.	0102	2023 A 25	confeccionadas		424.096,00				2023/01/01	2026/12/31		424.096,00		200.000,00	200.000,00				200.000,00	
2.1.1.1.	0103	2023 A 26	Transportes em circuitos especiais	0	1.000,00							1.000,00		10.000,00	10.000,00				10.000,00	
2.1.1.1.	0103	2023 A 26	Locação de material de transporte		423.096,00							423.096,00		190.000,00	190.000,00				190.000,00	
2.1.1.1.	0103	2023 A 26	Transportes		1.349.232,00							1.349.232,00		1.117.465,00	1.117.465,00				1.117.465,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Remunerações pessoal não docente pré-escolar ao abrigo do acordo de colaboração DGfste	0	639.020,00				2023/01/01	2026/12/31		639.020,00		839.020,00	839.020,00				839.020,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal em Funções		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal em Funções		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal em Qualquer Outra Situação		135.908,00							135.908,00		135.908,00	135.908,00				135.908,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL DOS QUADROS		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL DOS QUADRO		139.837,00							139.837,00		139.837,00	139.837,00				139.837,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade		1.000,00							1.000,00		1.000,00	1.000,00				1.000,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Horas Extraordinárias		200,00							200,00		200,00	200,00				200,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Ajudas de Custo		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Abono para Falhas		200,00							200,00		200,00	200,00				200,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Subsídio de turno		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Indemnizações por cessação de Funções		200.000,00							200.000,00		14.400,00	14.400,00				14.400,00	
2.1.1.1.	0104	2023 A 27	Caixa Geral de Aposentações		32.717,00				2023/01/01	2026/12/31		32.717,00		17.132,00	17.132,00				17.132,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Segurança Social	0	17.132,00							17.132,00		14.400,00	14.400,00				14.400,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Remuneração pessoal não docente educação pré-escolar		10.000,00							10.000,00		10.000,00	10.000,00				10.000,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal em Funções		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal em Funções		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal em Qualquer Outra Situação		1.500,00							1.500,00		1.500,00	1.500,00				1.500,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL DOS QUADROS		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1.500,00							1.500,00		1.500,00	1.500,00				1.500,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL DOS QUADRO		50,00							50,00		50,00	50,00				50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1.500,00							1.500,00		1.500,00	1.500,00				1.500,00	
[5] E - EMPREITADA; A - NUN. DIR.; O - FORNEC. OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				9.626.009,00							2.030.383,83	6.010.879,70	10.642.066,00	8.891.879,00	7.566.582,00	14.400,00	6.785.750,00	932.000,00	57.903.512,53

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo : EMPREENDIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto				
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	REALIZADO EM ESTIM. REALIZ.		2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	Períodos seguintes							
														2024	2025	2026		2027	Outros		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0		50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	0		500,00										500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Horas Extraordinárias			500,00										500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Ajudas de Custo			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Abono para Falhas			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Subsídio de turno			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Indenizações por cessação de Funções			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0105	2023 A 28	Caixa Geral de Aposentações			2.732,00										2.732,00					
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Remuneração pessoal não docente educação 1.º ciclo	0		1.817.740,00										1.817.740,00	1.510.107,00	1.510.107,00	1.510.107,00	1.510.107,00	7.858.168,00
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Pessoal em Funções			1.108.972,00										1.108.972,00	1.108.972,00	1.108.972,00	1.108.972,00	1.108.972,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Pessoal em Qualquer Outra Situação			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL DOS QUADROS			183.956,00										183.956,00	183.956,00	183.956,00	183.956,00	183.956,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL DOS QUADROS			184.829,00										184.829,00	184.829,00	184.829,00	184.829,00	184.829,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade			30.000,00										30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Horas Extraordinárias			1.500,00										1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Ajudas de Custo			500,00										500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Abono para Falhas			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Subsídio de turno			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Indenizações por cessação de Funções			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Caixa Geral de Aposentações			150.000,00										150.000,00					
2.1.1.1.	0106	2023 A 29	Segurança Social			157.633,00										157.633,00					
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Remuneração funções não letivas - ensino básico e secundário - assistentes técnicos	0		1.371.301,00										1.371.301,00	1.142.101,00	1.142.101,00	1.142.101,00	1.142.101,00	5.939.705,00
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal em Funções			827.189,00										827.189,00	827.189,00	827.189,00	827.189,00	827.189,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal em Funções			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal em Qualquer Outra Situação			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL DOS QUADROS			111.197,00										111.197,00	111.197,00	111.197,00	111.197,00	111.197,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL DOS QUADROS			137.865,00										137.865,00	137.865,00	137.865,00	137.865,00	137.865,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade			50.000,00										50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Horas Extraordinárias			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Ajudas de Custo			500,00										500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Abono para Falhas			15.000,00										15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Subsídio de turno			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Indenizações por cessação de Funções			50,00										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Caixa Geral de Aposentações			129.200,00										129.200,00					
2.1.1.1.	0107	2023 A 30	Segurança Social			100.000,00										100.000,00					
2.1.1.1.	0108	2023 A 31	Remuneração pessoal não docente educação ensino 2.º e 3.º ciclo	0		3.410.575,00										3.410.575,00	1.122.297,00	1.122.297,00	1.122.297,00	1.122.297,00	10.447.264,00
2.1.1.1.	0108	2023 A 31	ensino básico e secundário			2.077.751,00										2.077.751,00	365.185,00	365.185,00	365.185,00	365.185,00	
2.1.1.1.	0108	2023 A 31	Pessoal em Funções			16.225.625,00										16.225.625,00	372.769,00	372.769,00	372.769,00	372.769,00	
Total :											2.030.383,83	6.010.879,70	16.598.394,00	5.045.394,00	21.643.788,00	14.416.571,00	13.223.659,00	12.336.100,00	11.555.268,00	932.000,00	82.148.649,53

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto					
					R G	U E	EMPR	Início	Fim		ESTIM. REALIZ.	2023		Períodos seguintes							
												(Financ. Definido)	(Financ. N./ Def.)	2024	2025		2026	2027	Outros		
(1)	Código Ano Tipo Número (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)=[13]+...+(20)	
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Pessoal em Funções	0102/0101601			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Pessoal em Qualquer Outra Situação	0102/0101009			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	PESSOAL DOS QUADROS	0102/0101301			329.472,00								329.472,00	329.472,00	329.472,00	329.472,00	329.472,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/0101302			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/0101401			346.292,00								346.292,00	346.292,00	346.292,00	346.292,00	346.292,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/0101402			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	0102/0101115			80.000,00								80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Horas Extraordinárias	0102/010202			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Ajudas de Custo	0102/010204			500,00								500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Abono para Faltas	0102/010205			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Subsídio de turno	0102/010211			500,00								500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Indemnizações por cessação de Funções	0102/010212			50,00								50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Caixa Geral de Aposentações	0102/010305001			275.710,00								275.710,00	275.710,00	275.710,00	275.710,00	275.710,00			
2.1.1.1.	0108 2023 A 31	Segurança Social	0102/010305002			300.000,00			2023/01/01	2026/12/31				300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00			
2.1.1.1.	0109 2023 A 32	Atividades de enriquecimento curricular	0			3.000,00								3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00			
2.1.1.1.	0109 2023 A 32	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105			1.000,00								1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0109 2023 A 32	Locação de outros bens	0102/020208			1.000,00								1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0109 2023 A 32	Serviços e fundos autonomos	0102/040305			1.000,00								1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0110 2023 A 33	Encargos com instalações 2.º e 3.º ciclos ensino básico e secundário	0			2.000,00			2023/01/01	2026/12/31				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00			
2.1.1.1.	0110 2023 A 33	Encargos de Instalações	0102/020201			1.000,00								1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0110 2023 A 33	Serviços e fundos autonomos	0102/040305			1.000,00								1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0111 2023 A 34	Conservação de instalações 2.º e 3.º ciclos ensino básico e secundário	0			400,00			2023/01/01	2026/12/31				400,00	400,00	400,00	400,00	400,00			
2.1.1.1.	0111 2023 A 34	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
2.1.1.1.	0111 2023 A 34	Conservação de bens	0102/020203			100,00								100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
2.1.1.1.	0111 2023 A 34	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
2.1.1.1.	0111 2023 A 34	Serviços e fundos autonomos	0102/040305			100,00								100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
2.1.1.1.	0112 2023 A 35	Leite escolar	0102/020121			167.806,00			2023/01/01	2026/12/31				167.806,00	171.000,00	171.000,00	171.000,00	171.000,00			
2.1.1.1.	0113 2023 A 36	Aquisição de bens e serviços	0102/020121			570.178,00			2023/01/01	2026/12/31				570.178,00	146.575,00	121.933,00	120.000,00	120.000,00			
2.1.1.1.	0113 2023 A 36	Outros bens	0102/020121			20.000,00								20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			
2.1.1.1.	0113 2023 A 36	Outros serviços	0102/020225			550.178,00								550.178,00	101.933,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			
2.1.1.1.	02 2023	Aquisição de material didático para escolas				1.000,00								1.000,00	115.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00			
2.1.1.1.	0201 2023 A 37	Jardins infância e ensino básico	0			500,00			2023/01/01	2027/12/31	5			500,00	57.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00			
2.1.1.1.	0201 2023 A 37	Material de escritório	0102/020108			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0201 2023 A 37	Ferramentas e utensílios	0102/020117			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0201 2023 A 37	Material de educação, cultura e recreio	0102/020120			100,00								100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			
2.1.1.1.	0201 2023 A 37	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0201 2023 A 37	Serviços e fundos autonomos	0102/040305			100,00								100,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
2.1.1.1.	0202 2023 A 38	2.º e 3.º ciclos ensino básico e secundário	0			500,00			2023/01/01	2027/12/31				500,00	57.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00			
2.1.1.1.	0202 2023 A 38	Material de escritório	0102/020108			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0202 2023 A 38	Ferramentas e utensílios	0102/020117			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
2.1.1.1.	0202 2023 A 38	Material de educação, cultura e recreio	0102/020120			100,00								100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			
2.1.1.1.	0202 2023 A 38	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :					16.970.009,00						2.030.383,83	6.010.879,70	17.342.378,00	5.375.394,00	16.013.966,00	14.795.672,00	13.906.920,00	13.126.088,00	932.000,00	89.534.081,53

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Fase de Realização em Estim. Realiz. : Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo : Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de Realização em	Pagamentos					Total previsto					
					R G	U E	EMPR	Início	Fim		ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes						
															2024		2025	2026	2027	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + ... + [20]	
2.1.1.1.	0202	2023 A 38	0102/040305			100,00															
2.1.1.1.	03	2023	Refetórios Escolares	0		1.300,00			2023/01/01	2027/12/31					100,00	90.475,00	500,00	500,00	500,00	500,00	263.475,00
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Jardins infância e ensino básico			600,00									30.600,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	150.600,00	
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Limpeza e higiene			100,00									100,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Vestuário e artigos pessoais			100,00									100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Materiais de consumo hotelheiro			100,00									100,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Outros bens			100,00									100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Limpeza e Higiene			100,00									100,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	
2.1.1.1.	0301	2023 A 39	Outros serviços			100,00									100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	2.º e 3.º ciclos ensino básico e secundário	0		700,00			2023/01/01	2027/12/31					700,00	59.175,00	16.500,00	16.500,00	10.000,00	112.875,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Limpeza e higiene			100,00									100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Vestuário e artigos pessoais			100,00									100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Materiais de consumo hotelheiro			100,00									100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Outros bens			100,00									100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Limpeza e Higiene			100,00									100,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Outros serviços			100,00									100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	0302	2023 A 40	Serviços e fundos autonomos			100,00									100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
2.1.1.1.	04	2023 A 41	Mantenção de parques infantis, pavilhões e baias exteriores	0		200,00			2023/01/01	2027/12/31					200,00	70.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	190.200,00	
2.1.1.1.	04	2023 A 41	Conservação de bens			100,00									100,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
2.1.1.1.	04	2023 A 41	Outros serviços			100,00									100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
2.1.1.1.	05	2023 A 42	ABC do concelho	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31					50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	12.500,00	
2.1.1.1.	06	2023 A 43	Assembleia de Crianças	0		100,00			2023/01/01	2027/12/31					100,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	30.100,00	
2.1.1.1.	06	2023 A 43	Prémios, condecorações e ofertas			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	06	2023 A 43	Outros serviços			50,00									50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	17.000,00	
2.1.1.1.	07	2023 A 44	Crescer do Ier e Ser	0		5.000,00			2023/01/01	2027/12/31					5.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	17.000,00	
2.1.1.1.	07	2023 A 44	Materiais de educação, cultura e recreio			2.500,00									2.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2023 A 44	Outros bens			500,00									500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	07	2023 A 44	Outros serviços			2.000,00									2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	08	2023 A 45	Literacia Financeira	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31					50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.050,00	
2.1.1.1.	09	2023 A 46	Ações capacitação Autismo	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31					50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.050,00	
2.1.1.1.	10	2023 A 47	Bolsa estudo Inglês	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31					50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.950,00	
2.1.1.1.	11	2023 A 48	Escola Plataforma educativa	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31					50,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	120.050,00	
2.1.1.1.	12	2023 A 49	Planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário	0		100,00			2023/01/01	2027/12/31					100,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	30.100,00	
2.1.1.1.	12	2023 A 49	Outros serviços			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	12	2023 A 49	Serviços e fundos autonomos			50,00									50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.	13	2023 A 50	Saúde escolar	0		100,00			2023/01/01	2027/12/31					100,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	30.100,00	
2.1.1.1.	13	2023 A 50	Produtos vendidos nas farmácias			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	13	2023 A 50	Outros bens			50,00									50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	10.100,00	
2.1.1.1.	14	2023 A 51	Vamos à torto	0		100,00			2023/01/01	2027/12/31					100,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.100,00	
2.1.1.1.	14	2023 A 51	Outros bens			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	14	2023 A 51	Outros serviços			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	15	2023 A 52	Hora de brincar, explorar e criar	0		100,00			2023/01/01	2027/12/31					100,00	10.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	18.100,00	
2.1.1.1.	15	2023 A 52	Teatro			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	15	2023 A 52	Materiais de escritório			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	16	2023 A 53	Imaginarium infantil	0		150,00			2023/01/01	2027/12/31					150,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	15.150,00	
2.1.1.1.	16	2023 A 53	Deslocações e Estadas			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.1.1.	16	2023 A 53	Publicidade			50,00									50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; 0 - FORMEC. OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :	16.972.409,00	377.769,00		2.030.383,83	6.010.879,70	17.350.176,00	5.610.569,00	22.950.747,00	16.184.966,00	14.933.172,00	14.044.420,00	13.257.088,00	932.000,00	90.303.656,53		

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Considerar em «Total Previsto» o valor Euros
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÓMICA do Financiamento Não Definido + S

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de [12]	Pagamentos				Total previsto [21] = [13] + ... + [20]			
					R G [6]	U E [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]		REALIZADO EM PERÍODOS ANT. [13]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 [14]	2023 (Financ. Definido) [15]	2023 (TOTAL)				
														2024 [16]		2025 [17]	2026 [18]	2027 [19]
2.3.2.1.1.	33	2017 A 256	0102/040701	0	18.594,00	69.087,00			2018/01/01	2022/12/31	0	5.000,00	69.087,00					38.907,00
2.3.2.1.1.	15	2018 A 127	0102/040701	0	18.594,00	18.594,00			2020/01/01	2024/12/31	0	51.596,62	120.963,00	18.594,00				197.435,97
2.3.2.1.1.	23	2020 A 88	0102/020211	0	16.567,00	16.567,00			2020/01/01	2024/12/31	0	47.729,00	47.729,00					17.989,87
2.3.2.1.1.	23	2020 A 88	0102/020225	0	47.729,00	47.729,00			2021/01/01	2024/12/31	0	31.446,44	37.739,00					1.734,45
2.3.2.1.1.	23	2020 A 88	0102/040701	0	56.667,00	56.667,00			2021/01/01	2024/12/31	0	9.225,00	9.225,00					100.631,65
2.3.2.1.1.	10	2021 A 91	0102/020225	0	9.225,00	9.225,00			2021/01/01	2024/12/31	0	3.187,27	3.187,27					10.163,00
2.3.2.1.1.	18	2021 A 99	0102/020121	0	10,00	10,00			2021/01/01	2024/12/31	0	1.724,45	1.724,45					59.870,00
2.3.2.1.1.	19	2021 A 100	0102/020225	0	37.739,00	37.739,00			2021/01/01	2024/12/31	0	31.446,44	31.446,44					3.995.205,00
2.3.2.1.1.	21	2021 A 102	0102/020225	0	1.000,00	1.000,00			2021/01/01	2024/12/31	0	9.163,00	9.163,00					2.700.000,00
2.3.2.1.1.	24	2021 A 105	0102/080701	0	15.000,00	15.000,00			2021/01/01	2024/12/31	0	44.870,00	44.870,00					40.000,00
2.3.2.1.1.	01	2022	0102/040601	0	799.041,00	799.041,00			2022/01/01	2026/12/31	0		799.041,00	799.041,00	799.041,00	799.041,00	799.041,00	3.995.205,00
2.3.2.1.1.	0101	2022 A 112	0102/040305	0	540.000,00	540.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		540.000,00	540.000,00	540.000,00	540.000,00	540.000,00	2.700.000,00
2.3.2.1.1.	0101	2022 A 112	0102/040601	0	500.000,00	500.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.700.000,00
2.3.2.1.1.	0101	2022 A 112	0102/040601	0	40.000,00	40.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	2.700.000,00
2.3.2.1.1.	0102	2022 A 113	0102/0408202	0	168.000,00	168.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	840.000,00
2.3.2.1.1.	0103	2022 A 114	0102/040701	0	68.600,00	68.600,00			2022/01/01	2026/12/31	0		68.600,00	68.600,00	68.600,00	68.600,00	68.600,00	343.000,00
2.3.2.1.1.	0103	2022 A 114	0102/040701	0	8.600,00	8.600,00			2022/01/01	2026/12/31	0		8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	42.800,00
2.3.2.1.1.	0103	2022 A 114	0102/0408202	0	60.000,00	60.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	300.000,00
2.3.2.1.1.	0104	2022 A 115	0102/010107	0	22.441,00	22.441,00			2022/01/01	2026/12/31	0		22.441,00	22.441,00	22.441,00	22.441,00	22.441,00	112.205,00
2.3.2.1.1.	0104	2022 A 115	0102/010107	0	10.000,00	10.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
2.3.2.1.1.	0104	2022 A 115	0102/020225	0	12.441,00	12.441,00			2022/01/01	2026/12/31	0		12.441,00	12.441,00	12.441,00	12.441,00	12.441,00	62.000,00
2.3.2.1.1.	02	2022 A 116	0102/020211	0	500,00	500,00			2022/01/01	2026/12/31	0	0,01	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.500,01
2.3.2.1.1.	02	2022 A 116	0102/020217	0	150,00	150,00			2022/01/01	2026/12/31	0		150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	750,00
2.3.2.1.1.	02	2022 A 116	0102/020225	0	200,00	200,00			2022/01/01	2026/12/31	0		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,00
2.3.2.1.1.	03	2022 A 117	0102/020211	0	50,00	50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
2.3.2.1.1.	03	2022 A 117	0102/020217	0	100,00	100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
2.3.2.1.1.	03	2022 A 117	0102/020225	0	200,00	200,00			2022/01/01	2026/12/31	0		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,00
2.3.2.1.1.	03	2022 A 117	0102/040701	0	12.000,00	12.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	60.000,00
2.3.2.1.1.	04	2022 A 118	0102/010107	0	33.002,00	33.002,00			2022/01/01	2026/12/31	0		33.002,00	33.002,00	33.002,00	33.002,00	33.002,00	165.010,00
2.3.2.1.1.	04	2022 A 118	0102/010107	0	22.829,00	22.829,00			2022/01/01	2026/12/31	0		22.829,00	22.829,00	22.829,00	22.829,00	22.829,00	114.145,00
2.3.2.1.1.	04	2022 A 118	0102/020211	0	123,00	123,00			2022/01/01	2026/12/31	0		123,00	123,00	123,00	123,00	123,00	615,00
2.3.2.1.1.	04	2022 A 118	0102/020225	0	50,00	50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
2.3.2.1.1.	05	2022 A 119	0102/040701	0	10.000,00	10.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
2.3.2.1.1.	05	2022 A 119	0102/020217	0	50,00	50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
2.3.2.1.1.	05	2022 A 119	0102/040701	0	79.150,00	79.150,00			2022/01/01	2026/12/31	0		79.150,00	79.150,00	79.150,00	79.150,00	79.150,00	395.750,00
2.3.2.1.1.	06	2022 A 120	0102/020115	0	50,00	50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
2.3.2.1.1.	06	2022 A 120	0102/020121	0	50,00	50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
[5] E - EMPREITADA; A - NUN. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				22.935.695,00	581.616,00			2.206.711,66	7.241.677,21	22.977.311,00	6.884.469,00	29.861.700,00	21.118.483,00	19.903.388,00	19.023.011,00	18.235.679,00	118.522.730,07

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Fipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento			Fase de [12]	Datas		Pagamentos					Total previsto [21] = [13] + ... + [20]								
					R G	U E	EMPR		Início [10]	Fim [11]	REALIZADO EM ESTIM. REALIZ. PERÍODO ANT. [13]	2023 (Financ. Definido) [14]	2023 (Financ. N./ Def.) [15]	Períodos seguintes										
														2024 [16]	2025 [17]		2026 [18]	2027 [19]	Outros [20]					
2.3.2.1.1	06	2022 A 120	Outros serviços	0	50,00							50,00	50,00	450,00	450,00	450,00								
2.3.2.1.1	06	2022 A 120	Freguesias	0	26.000,00							26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00								
2.3.2.1.1	06	2022 A 120	Instituições sem fins lucrativos	0	53.000,00							53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00								
2.3.2.1.1	07	2022 A 121	Passeios na Minha Terra	0	100,00				2022/01/01	2026/12/31		100,00	400,00	400,00	400,00	400,00						2.100,00		
2.3.2.1.1	07	2022 A 121	Outros serviços	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	200,00	200,00	200,00	200,00								
2.3.2.1.1	08	2022 A 122	Diá Metropolitanos dos Avós	0	150,00				2022/01/01	2026/12/31		150,00	400,00	400,00	400,00	400,00								
2.3.2.1.1	08	2022 A 122	Outros bens	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.3.2.1.1	08	2022 A 122	Publicidade	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	200,00	200,00	200,00	200,00								
2.3.2.1.1	09	2022 A 123	Cartão Feira Sénior	0	6.100,00				2022/01/01	2026/12/31		6.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00								
2.3.2.1.1	09	2022 A 123	Outros bens	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	650,00	650,00	650,00	650,00								
2.3.2.1.1	09	2022 A 123	Outros serviços	0	6.000,00				2022/01/01	2026/12/31		6.000,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00								
2.3.2.1.1	10	2022 A 124	Plano Municipal de Prevenção da Toxicod dependência / Alcoolismo	0	57.100,00				2022/01/01	2026/12/31		57.100,00	600,00	600,00	6.000,00	6.000,00								
2.3.2.1.1	10	2022 A 124	Outros bens	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	150,00	150,00	150,00	150,00								
2.3.2.1.1	10	2022 A 124	Outros serviços	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	450,00	450,00	450,00	450,00								
2.3.2.1.1	10	2022 A 124	Instituições sem fins lucrativos	0	57.000,00				2022/01/01	2026/12/31		57.000,00	57.000,00	57.000,00	57.000,00	57.000,00								
2.3.2.1.1	11	2022 A 125	Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação	0	1.100,00				2022/01/01	2026/12/31		1.100,00	1.400,00	1.400,00	1.1.700,00	11.700,00								49.730,50
2.3.2.1.1	11	2022 A 125	Pessoal em Regime de tarefa ou Avença	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	700,00	700,00	700,00	700,00								
2.3.2.1.1	11	2022 A 125	Outros serviços	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00								
2.3.2.1.1	11	2022 A 125	Instituições sem fins lucrativos	0	1.000,00				2022/01/01	2026/12/31		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00								
2.3.2.1.1	12	2022 A 126	Projetos de parceria no combate à pobreza e exclusão social	0	115.050,00				2022/01/01	2026/12/31		115.050,00	550,00	550,00	115.500,00	115.500,00								664.266,56
2.3.2.1.1	12	2022 A 126	Outros serviços	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	12	2022 A 126	Instituições sem fins lucrativos	0	115.000,00				2022/01/01	2026/12/31		115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00								
2.3.2.1.1	13	2022 A 127	Projeto Fórum Socio-ocupacional	0	10.000,00				2022/01/01	2026/12/31		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00								57.499,97
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Transformarte - Rede d'Arte Comunitária	0	2.890,00				2022/01/01	2026/12/31		2.890,00	4.000,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00								31.258,99
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Prêmios, condecorações e ofertas	0	45,00				2022/01/01	2026/12/31		45,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Outros bens	0	110,00				2022/01/01	2026/12/31		110,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Locação de material de transporte	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Publicidade	0	273,00				2022/01/01	2026/12/31		273,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Outros serviços	0	2.362,00				2022/01/01	2026/12/31		2.362,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00								
2.3.2.1.1	14	2022 A 128	Instituições sem fins lucrativos	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00								
2.3.2.1.1	15	2022 A 129	Projetos de desenvolvimento e cessão das Comunidades Locais	0	90.046,00				2022/01/01	2026/12/31		90.046,00	6.500,00	6.500,00	11.500,00	11.500,00								205.880,33
2.3.2.1.1	15	2022 A 129	Outros bens	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	15	2022 A 129	Publicidade	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00								
2.3.2.1.1	15	2022 A 129	Outros serviços	0	5.946,00				2022/01/01	2026/12/31		5.946,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00								
2.3.2.1.1	15	2022 A 129	Instituições sem fins lucrativos	0	84.000,00				2022/01/01	2026/12/31		84.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00								
2.3.2.1.1	16	2022 A 130	Conselho solidário - Weidã A	0	48.050,00				2022/01/01	2026/12/31		48.050,00	500,00	500,00	48.500,00	48.500,00								263.550,00
2.3.2.1.1	16	2022 A 130	Medida de apoio a estratos sociais desfavorecidos do Município*	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	500,00	500,00	500,00	500,00								
2.3.2.1.1	16	2022 A 130	Outros serviços	0	48.000,00				2022/01/01	2026/12/31		48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00								
2.3.2.1.1	17	2022 A 131	Migrações e interculturalidade	0	200,00				2022/01/01	2026/12/31		200,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00								29.978,80
2.3.2.1.1	17	2022 A 131	Deslocações e Estradas	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	100,00	100,00	100,00	100,00								
2.3.2.1.1	17	2022 A 131	Publicidade	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00								
2.3.2.1.1	17	2022 A 131	Outros serviços	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31		50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00								
[5] E - EMPREITADA; A - N.M. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :	22.726.461,00	581.616,00		2.206.711,66	7.472.624,20	21.398.097,00	6.905.819,00	30.213.916,00	21.392.185,00	20.177.088,00	19.296.711,00	18.509.379,00	932.000,00					120.200.613,06	

PLANO FUNDACIONAL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo: CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação: DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica: PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica: CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Datas		Pagamentos					Total previsto								
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	Fase de REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes										
															Real.	[6]		[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]= [13]+...+[20]					
2.3.2.1.1	17	2022 A 131	Instituições sem fins lucrativos	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0	12.857,13	50,00	50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	476.060,13				
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Rede Social / Capacitação e Inovação Social			136.653,00			2022/01/01	2026/12/31	0		136.653,00	26.300,00	162.953,00	60.690,00	65.300,00	65.300,00	65.300,00	65.300,00					
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Pessoal em Regime de Tarifa ou Avança			129.261,00							129.261,00		88.560,00	40.390,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00						
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Prémios, condecorações e ofertas			50,00							50,00		400,00	400,00	400,00	400,00	400,00						
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Outros bens			50,00							50,00		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00						
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Locação de outros bens			4.442,00							4.442,00		3.800,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00						
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Deslocações e Estadas			50,00							50,00		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00						
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Outros serviços			2.750,00							2.750,00		8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00						
2.3.2.1.1	18	2022 A 132	Instituições sem fins lucrativos			50,00							50,00		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00						
2.3.2.1.1	19	2022 A 133	VII Mosarico Social			1.446,00			2022/01/01	2026/12/31	0	17.387,46	1.446,00	2.100,00	3.546,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00						
2.3.2.1.1	19	2022 A 133	Prémios, condecorações e ofertas			73,00							73,00		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00						
2.3.2.1.1	19	2022 A 133	Outros bens			50,00							50,00		400,00	500,00	500,00	500,00	500,00						
2.3.2.1.1	19	2022 A 133	Locação de outros bens			50,00							50,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00						
2.3.2.1.1	19	2022 A 133	Publicidade			50,00							50,00		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00						
2.3.2.1.1	19	2022 A 133	Outros serviços			1.223,00							1.223,00		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00						
2.3.2.1.1	20	2022 A 134	Promoção dos direitos das crianças e jovens em risco			100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	2.000,00	2.100,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00						
2.3.2.1.1	20	2022 A 134	Outros serviços			50,00							50,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.3.2.1.1	20	2022 A 134	Instituições sem fins lucrativos			50,00							50,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.3.2.1.1	21	2022 A 135	Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias			100,00			2022/01/01	2026/12/31	0	147,60	100,00	3.000,00	3.100,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00						
2.3.2.1.1	21	2022 A 135	Publicidade			50,00							50,00		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.3.2.1.1	21	2022 A 135	Outros serviços			50,00							50,00		50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00						
2.3.2.1.1	22	2022 A 136	Centro de Inovação Social em Rede INOVA +			100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	2.000,00	2.100,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00						
2.3.2.1.1	22	2022 A 136	Publicidade			50,00							50,00		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.3.2.1.1	22	2022 A 136	Outros serviços			50,00							50,00		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.3.2.1.1	23	2022 A 137	Provedoria Municipal para a Mobilidade			30.050,00			2022/01/01	2026/12/31	0	6.294,00	30.050,00	2.500,00	32.550,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00						
2.3.2.1.1	23	2022 A 137	Outros serviços			50,00							50,00		50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00						
2.3.2.1.1	23	2022 A 137	Instituições sem fins lucrativos			30.000,00							30.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00						
2.3.2.1.1	24	2022 A 138	Programa de empregabilidade, qualificação e inserção social			9.050,00			2022/01/01	2026/12/31	0	6.750,00	9.050,00	500,00	9.550,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00						
2.3.2.1.1	24	2022 A 138	Outros serviços			50,00							50,00		400,00	500,00	500,00	500,00	500,00						
2.3.2.1.1	24	2022 A 138	Instituições sem fins lucrativos			9.000,00							9.000,00		9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00						
2.3.2.1.1	25	2022 A 139	Iniciativas Sociais/Outros projetos			100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	400,00	500,00	400,00	400,00	400,00	400,00						
2.3.2.1.1	25	2022 A 139	Outros serviços			50,00							50,00		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00						
2.3.2.1.1	25	2022 A 139	Instituições sem fins lucrativos			50,00							50,00		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00						
2.3.2.1.1	26	2022 A 140	Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de DC Privado sem fins lucrativos do Município			100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	83.000,00	83.100,00	51.000,00	51.000,00	51.000,00	51.000,00						
2.3.2.1.1	26	2022 A 140	Instituições sem fins lucrativos			50,00							50,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.3.2.1.1	26	2022 A 140	Instituições sem fins lucrativos			50,00							50,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00						
2.3.2.1.1	30	2022 A 381	Incentivo à natalidade	NA		100,00			2022/01/02	2026/12/31	9	991.600,00	100,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00						
2.3.2.1.1	31	2022 A 389	Plano de ação da operação integrada no território de intervenção NIP Sul-Comunidades desfavorecidas	0		500,00	672.961,00		2022/06/01	2026/12/31	0		673.461,00	317.107,00	990.568,00	254.154,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00						
2.3.2.1.1	31	2022 A 389	Pessoal em Regime de Tarifa ou Avança			500,00							500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total:												22.904.700,00	1.254.571,00	2.206.711,66	8.507.660,39	24.159.357,00	8.744.276,00	32.904.033,00	23.527.562,00	21.994.632,00	20.884.511,00	20.077.179,00	932.000,00	131.034.139,25

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto					
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)		Períodos seguintes				
																		2024	2025	2026	2027	Outros
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + ... + [20]		
2.3.2.1.1.	31	2022 A 389	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0			67.625,00						67.625,00		52.597,00	22.542,00						
2.3.2.1.1.	31	2022 A 389	Fomação	0			147.579,00						147.579,00		147.579,00	73.790,00						
2.3.2.1.1.	31	2022 A 389	Publicidade	0			28.637,00						28.637,00		25.455,00	6.364,00						
2.3.2.1.1.	31	2022 A 389	Assistência Técnica	0			138.627,00						138.627,00		103.827,00	58.627,00						
2.3.2.1.1.	31	2022 A 389	Outros serviços	0			290.493,00						290.493,00		193.661,00	91.631,00						
2.3.2.1.1.	02	2023 A 91	Capacitar em Rede	0			200,00		2023/01/02	2027/12/31	0		20,000,00		35.000,00	15.000,00					105.200,00	
2.3.2.1.1.	02	2023 A 91	Outros serviços	0			100,00						100,00		35.000,00	15.000,00						
2.3.2.1.1.	02	2023 A 91	Outros serviços	0			100,00						100,00		35.000,00	15.000,00						
2.4.			Habitación e servicios colectivos				4.508.364,00						4.508.364,00		8.951.432,00	8.768.922,00					1.788.260,00	
2.4.1.1.			Habitación				87.372,00						87.372,00		307.400,00	286.540,00					5.000,00	
2.4.1.1.1.	04	2019 A 94	Despesas de condominio	0			11.300,00		2019/01/02	2023/12/31	0	6.348,42	118,08	900,00	900,00	900,00					900,00	
2.4.1.1.1.	01	2022 A 141	Espacos exteriores e equipamentos	0			150,00		2022/01/01	2026/12/31			50,00	200,00	200,00	200,00					200,00	
2.4.1.1.1.	01	2022 A 141	Outros bens	0			50,00						50,00	200,00	200,00	200,00					200,00	
2.4.1.1.1.	01	2022 A 141	Conservación de bens	0			50,00						50,00	500,00	500,00	500,00					500,00	
2.4.1.1.1.	01	2022 A 141	Outros serviços	0			50,00						50,00	200,00	200,00	200,00					200,00	
2.4.1.1.1.	02	2022 A 142	Gabinete de gestão do Parque Habitacional	0			50,00		2022/01/01	2026/12/31			50,00	200,00	200,00	200,00					200,00	
2.4.1.1.1.	03	2022 A 143	Conselho Solidário Medida B "Apio excepcional no domínio de habitações e famílias carenciadas"	0			150,00		2022/01/01	2026/12/31			150,00	9.700,00	9.700,00	9.700,00					9.700,00	
2.4.1.1.1.	03	2022 A 143	Outros bens	0			50,00						50,00	200,00	200,00	200,00					200,00	
2.4.1.1.1.	03	2022 A 143	Freguesias	0			50,00						50,00	500,00	500,00	500,00					500,00	
2.4.1.1.1.	03	2022 A 143	Instituições sem fins lucrativos	0			50,00						50,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00					4.500,00	
2.4.1.1.1.	04	2022 A 144	Conservación e Recuperação do Parque Habitacional	0			22.815,00		2022/01/01	2026/12/31	0	32.672,34	22.815,00	50.000,00	23.000,00	23.000,00					23.000,00	
2.4.1.1.1.	04	2022 A 144	Materiais primas e subsidiárias	0			64,00						64,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.4.1.1.1.	04	2022 A 144	Outros bens	0			201,00						201,00	500,00	500,00	500,00					500,00	
2.4.1.1.1.	04	2022 A 144	Conservación de bens	0			17.500,00						17.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00					2.500,00	
2.4.1.1.1.	04	2022 A 144	Outros serviços	0			5.000,00						5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00					10.000,00	
2.4.1.1.1.	04	2022 A 144	Instituições sem fins lucrativos	0			50,00						50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.4.1.1.1.	05	2022 A 145	Gestão Social do Parque Habitacional do Município GPE	0			50,00		2022/01/01	2026/12/31			50,00	150,00	150,00	150,00					150,00	
2.4.1.1.1.	06	2022 A 146	Programa de conforto habitacional para pessoas idosas e/ou portadoras de deficiência	0			100,00		2022/01/01	2026/12/31			100,00	200,00	200,00	200,00					200,00	
2.4.1.1.1.	06	2022 A 146	Outros bens	0			50,00						50,00	100,00	100,00	100,00					100,00	
2.4.1.1.1.	06	2022 A 146	Outros serviços	0			50,00						50,00	100,00	100,00	100,00					100,00	
2.4.1.1.1.	07	2022 A 147	Estratégia local de habitação	0			25.565,00		2022/01/01	2026/12/31	0	1.500,00	25.565,00	46.250,00	52.390,00	43.165,00	40.250,00					40.250,00
2.4.1.1.1.	07	2022 A 147	Pessoal em Regime de Tarifa ou Avença	0			25.365,00						25.365,00	22.140,00	12.315,00	10.000,00					10.000,00	
2.4.1.1.1.	07	2022 A 147	Materiais de escritório	0			50,00						50,00	150,00	150,00	150,00					150,00	
2.4.1.1.1.	07	2022 A 147	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0			50,00						50,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00					25.000,00	
2.4.1.1.1.	07	2022 A 147	Publicidade	0			50,00						50,00	100,00	100,00	100,00					100,00	
2.4.1.1.1.	07	2022 A 147	Outros serviços	0			50,00						50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.4.1.1.1.	08	2022 A 217	1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	0			25.192,00		2022/01/01	2026/12/31	0	3.936,00	25.192,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00					137.000,00	
2.4.1.1.1.	08	2022 A 217	Pessoal em Regime de Tarifa ou Avença	0			50,00						50,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00					17.000,00	
2.4.1.1.1.	08	2022 A 217	Locação de edifícios	0			50,00						50,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00					100.000,00	
2.4.1.1.1.	08	2022 A 217	Outros serviços	0			25.092,00						25.092,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00					20.000,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORMEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :						22.990.352,00					2.213.060,28	8.546.733,81	33.254.055,00	23.786.102,00	22.243.147,00	21.110.911,00	20.288.579,00			20.288.579,00	132.380.188,09

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Plano de Projeto : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido + S

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de [5]	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de [12]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022 [14]	2023 (Financ. Definido) [15]	2023 (Financ. N./ Def.) [15]	Pagamentos					Total previsto [21]= [13]+...+[20]		
					R G [6]	U E [8]	R P [7]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]					Períodos seguintes							
															2024 [16]	2025 [17]	2026 [18]	2027 [19]	Outros [20]			
2.4.1.1.	01 2023 A 60	Programa Municipal de Arrendamento Acessível	0102/020204	0					2023/01/02	2026/12/31	0	2.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	317.000,00	
2.4.1.1.	01 2023 A 60	Locação de edifícios	0102/020204	0								1.000,00	1.000,00	49.000,00	49.000,00	49.000,00	49.000,00	49.000,00	49.000,00	49.000,00	96.007,80	
2.4.1.1.	01 2023 A 60	Outros serviços	0102/020225	0								1.000,00	1.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	25.050,00	
2.4.2.		Ordenamento do território										1.171.726,00	438.400,00	822.332,00	832.592,00	759.723,00	832.592,00	832.592,00	759.723,00	832.592,00	5.455.148,54	
2.4.2.1.		Planeamento Urbanístico										27.101,00	104.500,00	77.423,00	78.500,00	54.500,00	78.500,00	78.500,00	54.500,00	78.500,00	492.005,70	
2.4.2.1.	10 2020 A 306	Desenvolvimento e Implementação do sistema de Gestão Urbanística	0102/020219	0					2020/03/30	2024/12/31	9	6.639,00	6.639,00								13.277,90	
2.4.2.1.	01 2021 A 111	Inspeções Ascensores	0102/020225	0					2021/01/01	2026/12/31	9	20.162,00	20.162,00	22.823,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	96.007,80	
2.4.2.1.	01 2022 A 148	Serviços Especializados na área da arquitetura paisagística	0102/020220	0					2022/01/01	2026/12/31		50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.050,00	
2.4.2.1.	02 2022 A 149	Desenvolvimento e Implementação do sistema de Gestão Urbanística	0102/020219	0					2022/01/01	2026/12/31		50,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	22.550,00	
2.4.2.1.	03 2022 A 150	Contratos manutenção	0102/020219	0					2022/01/01	2026/12/31		50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.050,00	
2.4.2.1.	01 2023 A 61	Plano Diretor Municipal	0102/020219	0					2023/01/02	2026/12/31		100,00	70.000,00	70.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	170.100,00	
2.4.2.1.	01 2023 A 61	Pessoal em Regime de Tarifa ou Alçada	0102/010107	0								50,00	50,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	80.050,00	
2.4.2.1.	01 2023 A 61	Outros serviços	0102/020225	0								50,00	50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	80.050,00	
2.4.2.1.	02 2023 A 62	Ações diversas de divulgação de estudos urbanísticos	0102/020225	0					2023/01/02	2026/12/31		50,00	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	80.050,00	
2.4.2.2.		Urbanização										1.144.625,00	1.144.625,00	745.330,00	745.330,00	745.330,00	745.330,00	745.330,00	745.330,00	745.330,00	5.025.062,84	
2.4.2.2.	01 2019 A 99	Conceção e Desenvolvimento de Projectos de Modernização e Inovação	0102/020220	0					2019/01/02	2026/12/31	0	6.753,00	6.753,00								13.505,70	
2.4.2.2.	05 2019 A 103	Projetos de arquitetura e/ou especialidades	0102/020214	0					2019/01/02	2026/12/31	0	1.169,00	1.169,00								1.169,00	
2.4.2.2.	17 2019 A 287	Autoridade Metropolitana dos Transportes	0102/0405108	0					2019/01/02	2026/12/31	9	14.824,00	905.401,00	905.401,00	520.330,00	520.330,00	520.330,00	520.330,00	520.330,00	471.823,00	481.260,00	3.438.637,00
2.4.2.2.	01 2021 A 114	Conceção e Desenvolvimento de Projectos de Modernização e Inovação	0102/010107	0					2021/01/01	2025/12/31	0	840,00	840,00								10.145,44	
2.4.2.2.	02 2021 A 115	Contratos de manutenção	0102/020219	0					2021/01/01	2026/12/31	9	9.555,00	9.555,00	5.464,00	5.464,00	5.464,00	5.464,00	5.464,00	5.464,00	5.464,00	21.845,50	
2.4.2.2.	04 2021 A 117	Projetos de arquitetura e/ou especialidades	0102/010107	0					2021/01/01	2026/12/31	9	642,00	642,00								60.567,00	
2.4.2.2.	07 2021 A 120	Planos e projetos (Cixo das Cortiças)	0102/020214	0					2021/01/01	2026/12/31	9	23.370,00	23.370,00								23.370,00	
2.4.2.2.	01 2022 A 151	Conceção e Desenvolvimento de Projectos de Modernização e Inovação	0102/010107	0					2022/01/01	2026/12/31	0	7.112,00	12.000,00	12.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	88.009,50	
2.4.2.2.	01 2022 A 151	Pessoal em Regime de Tarifa ou Alçada	0102/010107	0								6.912,00	6.912,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.145,44	
2.4.2.2.	01 2022 A 151	Outros bens	0102/020121	0								50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.145,44	
2.4.2.2.	01 2022 A 151	Publicidade	0102/020217	0								50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.145,44	
2.4.2.2.	01 2022 A 151	Outros trabalhos especializados	0102/020220	0								50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.145,44	
2.4.2.2.	01 2022 A 151	Outros serviços	0102/020225	0								50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.145,44	
2.4.2.2.	02 2022 A 152	Contratos de manutenção	0102/020219	0					2022/01/01	2026/12/31		150,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.150,00	
2.4.2.2.	02 2022 A 152	Assistência técnica	0102/020220	0								50,00	50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	75.150,00	
2.4.2.2.	02 2022 A 152	Outros trabalhos especializados	0102/020219	0								50,00	50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	75.150,00	
2.4.2.2.	02 2022 A 152	Outros serviços	0102/020225	0								50,00	50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	75.150,00	
2.4.2.2.	03 2022 A 153	Estudos e Consultoria	0102/020214	0					2022/01/01	2026/12/31	0	100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	132.295,50	
2.4.2.2.	03 2022 A 153	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102/020214	0								50,00	50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	132.295,50	
2.4.2.2.	03 2022 A 153	Outros serviços	0102/020225	0								50,00	50,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	132.295,50	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :	23.974.545,00							2.264.631,65	8.619.644,78	25.229.122,00	9.228.226,00	34.457.748,00	22.959.100,00	21.836.093,00	20.940.902,00	21.836.093,00	21.836.093,00	21.836.093,00	21.836.093,00	136.993.989,43	

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto				
					R G	U E	EMPR	Início	Fim		ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)						
														Real.	R P		U E	EMPR	[14]	[15]
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]
2.4.2.2.	04	2022 A 154	0102/020214	0	104.797,00				2022/01/01	2026/12/31	0		104.797,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	204.797,00
2.4.2.2.	05	2022 A 155		0	100,00				2022/01/01	2026/12/31			100,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	130.100,00
2.4.2.2.	05	2022 A 155	0102/020219		50,00								50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
2.4.2.2.	05	2022 A 155	0102/020220		50,00								50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
2.4.2.2.	06	2022 A 156	0102/020214	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31			50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.050,00
2.4.2.2.	08	2022 A 158		0	150,00				2022/01/01	2026/12/31			150,00	3.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	67.150,00
2.4.2.2.	08	2022 A 158	0102/010107		50,00								50,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
2.4.2.2.	08	2022 A 158			50,00								50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2.4.2.2.	08	2022 A 158	0102/020220		50,00								50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2.4.2.2.	09	2022 A 159		0	43.223,00				2022/01/01	2026/12/31	0		43.223,00	140.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	383.223,00
2.4.2.2.	09	2022 A 159	0102/010107		50,00								50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
2.4.2.2.	09	2022 A 159			43.173,00				2022/01/01	2026/12/31			43.173,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	163.173,00
2.4.2.2.	10	2022 A 160		0	40.002,00				2022/01/01	2026/12/31	0	5.335,20	40.002,00	6.500,00	35.500,00	35.500,00	35.500,00	35.500,00	35.500,00	193.837,20
2.4.2.2.	10	2022 A 160	0102/010107		39.852,00								39.852,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	129.852,00
2.4.2.2.	10	2022 A 160			50,00								50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
2.4.2.2.	10	2022 A 160	0102/020211		50,00								50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
2.4.2.2.	10	2022 A 160			50,00								50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
2.4.2.2.	10	2022 A 160	0102/020225		50,00								50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
2.4.2.2.	11	2022 A 218		0	1.061,00				2022/01/01	2026/12/31	0		1.061,00	36.400,00	20.400,00	20.400,00	20.400,00	20.400,00	20.400,00	119.061,00
2.4.2.2.	11	2022 A 218	0102/010107		50,00								50,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	57.200,00
2.4.2.2.	11	2022 A 218			715,00								715,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.430,00
2.4.2.2.	11	2022 A 218	0102/020115		50,00								50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
2.4.2.2.	11	2022 A 218			246,00								246,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2.4.2.2.	01	2023 A 63		0	150,00								150,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
2.4.2.2.	01	2023 A 63	0102/020115		50,00				2023/01/02	2026/12/31			50,00	25.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	100.000,00
2.4.2.2.	01	2023 A 63			50,00								50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
2.4.2.2.	01	2023 A 63	0102/020217		50,00								50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
2.4.2.2.	01	2023 A 63			50,00								50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
2.4.3.					1.203.687,00								1.203.687,00	3.170.000,00	3.170.000,00	3.170.000,00	3.170.000,00	3.170.000,00	3.170.000,00	12.736.504,94
2.4.3.1.				0	1.187.187,00				2021/01/01	2025/12/31	9	2.456.236,44	1.187.187,00	2.325.400,00	3.150.000,00	3.150.000,00	3.150.000,00	3.150.000,00	3.150.000,00	17.624.219,02
2.4.3.1.					996.600,00								996.600,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12.000.000,00	
2.4.3.1.					190.587,00								190.587,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00	
2.4.3.1.				0	16.500,00				2022/01/02	2026/12/31	0	5.785,92	16.500,00	10.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
2.4.5.					1.392.821,00								1.392.821,00	4.784.863,00	4.784.863,00	4.784.863,00	4.784.863,00	4.784.863,00	4.784.863,00	19.136.548,26
2.4.5.				0	624.804,00				2010/01/02	2023/12/31	4	1.562.810,41	624.804,00	1.600.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	9.600.000,00
2.4.5.				0	768.017,00				2021/01/01	2025/12/31	9	1.130.829,09	768.017,00	1.792.042,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	7.600.000,00
2.4.5.					367.342,00								367.342,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	
2.4.5.					400.675,00								400.675,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	3.600.000,00	
2.4.6.					652.758,00								652.758,00	337.500,00	337.500,00	337.500,00	337.500,00	337.500,00	1.337.500,00	
2.4.6.1.					652.758,00								652.758,00	337.500,00	337.500,00	337.500,00	337.500,00	337.500,00	1.337.500,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ANU. DIR.; O - FORNEC. OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL				Total :	26.760.586,00				7.414.507,59	13.653.177,24	28.015.163,00	15.237.968,00	43.253.131,00	30.599.500,00	29.476.493,00	25.431.302,00	2.718.560,00	2.718.560,00	2.718.560,00	184.684.359,83

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto			
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	ESTIM. REALIZ.		2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	Períodos seguintes						
														[7]	[8]	[9]		[10]	[11]	[12]
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]
2.4.6.1.	24	2019 A 313	0102/04050104	0		15.000,00			2019/01/02	2022/12/31	0		15.000,00							15.000,00
2.4.6.1.	08	2020	0102/020202	0		300.823,00			2020/01/01	2023/12/31	0	89.750,75	132.877,00	300.823,00	99.459,00					629.909,75
2.4.6.1.	0801	2020 A 111	Limpeza			25.321,00			2020/01/01	2023/12/31	0	10.503,38	5.937,88	25.321,00	25.321,00					41.762,26
2.4.6.1.	0805	2020 A 115	Outros serviços			275.502,00			2020/01/01	2023/12/31	0	79.247,37	126.939,12	275.502,00	99.459,00					581.147,49
2.4.6.1.	01	2021 A 124	Protocolos com associações (anfiteira)			12.000,00			2021/01/01	2023/12/31	9	9.509,04	29.000,00	12.000,00	12.000,00					74.509,04
2.4.6.1.	02	2021 A 125	Recolha de resíduos da oficina estaleiro			871,00			2021/01/01	2023/12/31	9	196,80	696,40	871,00						1.764,20
2.4.6.1.	03	2021 A 126	Limpeza e manutenção de fossos sépticos e tratamento de resíduos			26.045,00			2021/01/01	2023/12/31	9		17.324,44	26.045,00						43.369,44
2.4.6.1.	08	2021 A 131	Gestão da Mata do Castelo			12.838,00			2021/01/01	2023/12/31	9	11.992,50	12.838,00	12.838,00						24.830,50
2.4.6.1.	10	2021	Gestão de Jardins e Parques			3.619,00			2021/01/01	2023/12/31	9	58.582,59	12.112,25	3.619,00	3.619,00					74.313,84
2.4.6.1.	1003	2021 A 135	Outros bens			3.619,00			2021/01/01	2023/12/31	9	58.582,59	12.112,25	3.619,00	3.619,00					74.313,84
2.4.6.1.	16	2021	Verejário Municipal			2.349,00			2021/01/01	2023/12/31	9	690,18	808,48	2.349,00						3.847,66
2.4.6.1.	1603	2021 A 146	Alimentação animal			5.000,00			2022/01/01	2023/12/31	0	1.494,48	5.000,00	40.000,00	20.000,00					126.194,48
2.4.6.1.	02	2022 A 162	Limpeza e tratamento de resíduos sépticos e tratamento de resíduos			19.035,00			2022/01/01	2023/12/31	0	964,60	19.035,00	10.000,00	8.000,00					61.999,60
2.4.6.1.	03	2022 A 164	Outros trabalhos especializados			50,00							50,00	3.000,00	3.000,00				3.000,00	
2.4.6.1.	03	2022 A 164	Outros serviços			18.985,00							18.985,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	04	2022 A 165	Assistência técnica a Ecoaters			150,00			2022/01/01	2023/12/31			1.107,00	10.650,00	4.500,00					4.500,00
2.4.6.1.	04	2022 A 165	Matérias primas e subsidiárias			50,00							50,00	1.000,00	1.000,00				1.000,00	
2.4.6.1.	04	2022 A 165	Assistência técnica			50,00							50,00	2.000,00	2.000,00				2.000,00	
2.4.6.1.	04	2022 A 165	Outros serviços			50,00							50,00	1.500,00	1.500,00				1.500,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Recolha de Biorresíduos			87.196,00			2022/01/01	2023/12/31	0	16.022,77	87.196,00	95.000,00	74.500,00					301.218,77
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Personal em Regime de Tarifa ou Avença			7.284,00							7.284,00	2.500,00	2.500,00				2.500,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Limpeza e higiene			50,00							50,00	2.000,00	2.000,00				2.000,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Outros bens			28.052,00							28.052,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria			50,00							50,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Publicidade			50,00							50,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Outros trabalhos especializados			50,00							50,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	05	2022 A 166	Outros serviços			51.660,00							51.660,00	50.000,00	50.000,00				50.000,00	
2.4.6.1.	06	2022 A 167	Gestão do Parque das Ribeiras do Ulma			15.398,00			2022/01/01	2023/12/31	0	4.014,72	15.398,00	27.000,00	10.000,00					86.412,72
2.4.6.1.	06	2022 A 167	Outros bens			296,00							296,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	06	2022 A 167	Outros serviços			15.102,00							15.102,00	5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Gestão da Praia Fluvial da Mamba			1.218,00			2022/01/01	2023/12/31	0	7.490,68	1.218,00	4.000,00	4.000,00					29.208,68
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Matérias primas e subsidiárias			50,00							50,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Prémios, condecorações e ofertas			50,00							50,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Ferramentas e utensílios			100,00							100,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Outros bens			50,00							50,00	1.000,00	1.000,00				1.000,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Conservação de bens			50,00							50,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Publicidade			50,00							50,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	07	2022 A 168	Outros serviços			868,00							868,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	08	2022 A 169	Gestão da Mata do Castelo			510,00			2022/01/01	2023/12/31	0	3.319,92	510,00	12.500,00	11.500,00					62.829,92
2.4.6.1.	08	2022 A 169	Matérias primas e subsidiárias			360,00							360,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	08	2022 A 169	Ferramentas e utensílios			50,00							50,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	08	2022 A 169	Outros bens			50,00							50,00	500,00	500,00				500,00	
2.4.6.1.	08	2022 A 169	Outros serviços			50,00							50,00	10.000,00	10.000,00				10.000,00	
[5] E - EMPREITADA; A - NUN. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :					27.262.638,00			1.254.577,00			7.585.229,45	13.880.409,98	43.954.183,00	32.381.949,00	30.679.000,00	29.545.993,00	25.498.802,00	2.719.260,00	186.242.825,43

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Fipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em "Total Previsto" o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Código Ano Tipo Número	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de REALIZADO EM	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	Pagamentos					Total previsto					
						R G	U E	EMPR	Início	Fim				ESTIM. REALIZ.	2023 (14)	2024 (15)	2025 (16)	2026 (17)		2027 (18)	Outros (19)			
																						Real.	(6)	(7)
2.4.6.1.	12	2022 A 173	Alterações climáticas	0102/020214	0	550,00			2022/01/01	2026/12/31	0	550,00	1.000,00	1.550,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.550,00		
2.4.6.1.	12	2022 A 173	Estudos, pareceres, projectos e consultoria			50,00						50,00		50,00		50,00		50,00		50,00		500,00		
2.4.6.1.	12	2022 A 173	Outros serviços	0102/020225	0	500,00			2022/01/01	2026/12/31		500,00	1.550,00	1.550,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.4.6.1.	13	2022 A 174	Gestão de Recursos Hídricos	0102/020225	0	50,00						50,00	90,00,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.550,00		
2.4.6.1.	14	2022	Gestão de Jardins e Parques			110.459,00						110.459,00	200.459,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	555.348,91		
2.4.6.1.	1401	2022 A 175	Limpeza			100,00			2022/01/01	2026/12/31		22.312,20	30.000,00	30.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	124.412,20		
2.4.6.1.	1401	2022 A 175	Limpeza e Higiene	0102/020202		50,00						50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	500,00		
2.4.6.1.	1401	2022 A 175	Outros serviços	0102/020225		50,00						50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.050,00		
2.4.6.1.	1402	2022 A 176	Produtos químicos	0102/020109	0	50,00			2022/01/01	2026/12/31		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.738,49		
2.4.6.1.	1403	2022 A 180	Ferramentas para corte de vegetação	0102/020117	0	13,00			2022/01/01	2026/12/31	0	725,49	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.738,49		
2.4.6.1.	1404	2022 A 177	Aquisição de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas com destino aos parques, jardins municipais bem como embelezamento das vias públicas	0102/020107	0	16.512,00			2022/01/01	2026/12/31	0	16.512,00	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	150.151,80		
2.4.6.1.	1406	2022 A 179	Outros serviços			15.132,00						15.132,00	30.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	282.358,44		
2.4.6.1.	15	2022	Serviço Médico Veterinário Municipal			39.497,00						39.497,00	63.997,00	43.354,00	43.354,00	43.354,00	43.354,00	43.354,00	43.354,00	43.354,00	43.354,00	35.434,91		
2.4.6.1.	1501	2022 A 181	Fármacos	0102/020109	0	200,00			2022/01/01	2026/12/31	0	200,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00		
2.4.6.1.	1501	2022 A 181	Produtos químicos e farmacêuticos			50,00						50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00		
2.4.6.1.	1501	2022 A 181	Outros bens	0102/020121		150,00						150,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.4.6.1.	1502	2022 A 182	Material médico			235,00			2022/01/01	2026/12/31	0	235,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		
2.4.6.1.	1502	2022 A 182	Vestuário e artigos pessoais	0102/020107		50,00						50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.4.6.1.	1502	2022 A 182	Material de consumo clínico	0102/020111		50,00						50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.4.6.1.	1503	2022 A 183	Alimentação animal	0102/020121		135,00						135,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		
2.4.6.1.	1504	2022 A 184	Desinfectante para as instalações	0102/020104		77,00			2022/01/01	2026/12/31	0	77,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.4.6.1.	1505	2022 A 185	Gabinete IV			523,00			2022/01/01	2026/12/31	0	523,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.4.6.1.	1505	2022 A 185	Outros bens	0102/020121		50,00						50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.4.6.1.	1505	2022 A 185	Publicidade	0102/020217		50,00						50,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00		
2.4.6.1.	1505	2022 A 185	Outros trabalhos especializados	0102/020220		423,00						423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00	423,00		
2.4.6.1.	1506	2022 A 186	Assistência Veterinária externa	0102/020225	0	38.255,00			2022/01/01	2026/12/31	0	6.150,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.4.6.1.	1507	2022 A 187	Programa de Captura/Estérilização/Devolução (CE) de Gatos Errantes			107,00			2022/01/01	2026/12/31	0	107,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.4.6.1.	1507	2022 A 187	Outros bens	0102/020121		50,00						50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.4.6.1.	1507	2022 A 187	Outros serviços	0102/020225		57,00						57,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.4.6.1.	1508	2022 A 188	Campanha Não ao Hambo, Sim à Esterilização	0102/020225	0	50,00			2022/01/01	2026/12/31		50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.4.6.1.	01	2023	Biodiversidade Santa Maria da Feira			150,00						150,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00	15.650,00		
2.4.6.1.	0101	2023 A 64	Projeto "Polinizadores"	0102/020225	0	50,00			2023/01/01	2026/12/31		50,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.4.6.1.	0102	2023 A 65	Projeto "Descobrir a Biodiversidade"	0102/020225	0	50,00			2023/01/01	2026/12/31		50,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00		
2.4.6.1.	0103	2023 A 66	Projeto "Semear Conhecimento"	0102/020225	0	50,00			2023/01/01	2026/12/31		50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		
[5] E - EMPREITADA; A - IND. DIR. - O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :	27.413.344,00						14.022.261,33	7.585.229,45	14.022.261,33	29.667.920,00	15.575.668,00	30.798.354,00	30.798.354,00	30.798.354,00	30.798.354,00	30.798.354,00	30.798.354,00	25.620.302,00	187.169.282,78

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTACIONES INICIAIS

Plano de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICACAO ORGANICA/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido + S

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Datas		Pagamentos					Total previsto			
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	Fase de	REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes				
																(8)		(7)	(9)	(10)
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)=[13]+...+[20]
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos				830,00														
2.5.1.		Cultura																		
2.5.1.1.		Rede Jateira pública																		
2.5.1.1.06	2020 A 129	Contratos de manutenção																		
2.5.1.1.01	2021 A 151	Protocolos com associações																		
2.5.1.1.02	2021 A 152	Biblioteca Pública S.Paio (Oleiros)																		
2.5.1.1.09	2021	Aquisição de documentos																		
2.5.1.1.0902	2021 A 171	Arquivo Municipal																		
2.5.1.1.01	2022 A 189	Contrato de manutenção de sistema de arquivo																		
2.5.1.1.02	2022 A 190	Contratos de manutenção																		
2.5.1.1.02	2022 A 190	Mantenção edifício/equipamentos																		
2.5.1.1.02	2022 A 190	Conservação de bens																		
2.5.1.1.02	2022 A 190	Outros serviços																		
2.5.1.1.03	2022 A 191	Sistemas de Informação																		
2.5.1.1.04	2022 A 192	Sistemas de Informação																		
2.5.1.1.04	2022 A 192	Aquisição de documentos																		
2.5.1.1.04	2022 A 192	Material de educação, cultura e recreio																		
2.5.1.1.04	2022 A 192	Outros serviços																		
2.5.1.1.05	2022 A 193	Outros serviços																		
2.5.1.1.06	2022 A 194	SGQ Sistema de gestão de qualidade																		
2.5.1.1.07	2022	Gestão de empréstimo																		
2.5.1.1.07	2022	Gestão de empréstimo																		
2.5.1.1.07	2022 A 196	Núcleo pedagógico																		
2.5.1.1.07	2022 A 196	Atividades para crianças, jovens e famílias																		
2.5.1.1.07	2022 A 196	Deslocações e Estadas																		
2.5.1.1.07	2022 A 196	Outros serviços																		
2.5.1.1.07	2022 A 197	Formação na área da promoção da leitura																		
2.5.1.1.07	2022 A 197	Deslocações e Estadas																		
2.5.1.1.07	2022 A 197	Outros serviços																		
2.5.1.1.07	2022 A 198	Aquisição de materiais para oficinas																		
2.5.1.1.07	2022 A 198	Material de escritório																		
2.5.1.1.07	2022 A 198	Outros bens																		
2.5.1.1.07	2022 A 198	Conservação de bens																		
2.5.1.1.07	2022 A 200	Aquisição de livros infanto-jovens																		
2.5.1.1.08	2022	Exposições																		
2.5.1.1.08	2022 A 201	Exposições																		
2.5.1.1.08	2022 A 201	Outros bens																		
2.5.1.1.08	2022 A 201	Outros serviços																		
2.5.1.1.08	2022 A 201	Clube artes decorativas																		
2.5.1.1.08	2022 A 203	A Ler...																		
2.5.1.1.08	2022 A 204	Cinema																		
2.5.1.1.08	2022 A 205	Oficinas de jogos de tabuleiro																		
2.5.1.1.08	2022 A 206	Clube dos Sabores																		
2.5.1.1.08	2022 A 207	Clube de Costura																		
2.5.1.1.09	2022	Serviços de Apoio às Bibliotecas																		
2.5.1.1.09	2022 A 208	Escalares																		
2.5.1.1.09	2022 A 208	Concurso Nacional de Leitura - Fase Municipal																		
2.5.1.1.09	2022 A 208	Prémios, condecorações e ofertas																		
2.5.1.1.09	2022 A 208	Outros serviços																		
Total :					27.522.442,00	1.254.571,00	7.618.886,26	14.112.407,18	28.777.019,00	15.629.789,00	44.406.787,00	32.572.144,00	30.856.514,00	29.723.643,00	25.676.952,00	2.720.260,00	187.687.383,44			

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Identificação do Objeto : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas			Pagamentos					Total previsto														
					Código Ano Tipo Número	R P U E	R G	EMPR	Início	Fim	Fase de	Períodos seguintes																		
												Real.	[7]	[8]	[9]		[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	2024	2025	2026	2027	Outros
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]										
2.5.1.1.	10	Arquivo Municipal	0102/020215	0					2022/01/01	2026/12/31	0	6.369,80	1.826,00	2.000,00	3.826,00	1.000,00	1.000,00						11.195,80							
2.5.1.1.	1007	2022 A 216	0102/020215	0					2022/01/01	2026/12/31	0	6.369,80	1.826,00	2.000,00	3.826,00	1.000,00	1.000,00						11.195,80							
2.5.1.1.	1007	2022 A 216	0102/020215										1.726,00																	
2.5.1.1.	1007	2022 A 216	0102/020225										100,00																	
2.5.1.1.	01	2023 A 67	0102/020225	0					2023/01/01	2026/12/31	0		50,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.050,00							
2.5.1.1.	02	2023 A 68	0102/020210	0					2023/01/01	2026/12/31	0		50,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	550,00							
2.5.1.2.													55.615,00	128.850,00	181.465,00	104.890,00	102.900,00	131.900,00	138.900,00	500,00		727.476,58								
2.5.1.2.	08	2021	0102/020225	0									197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	197,00	9.280,83								
2.5.1.2.	0803	2021 A 188	0102/020225	0					2021/01/01	2024/12/31	9	2.327,92	197,00	750,00	850,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.850,00							
2.5.1.2.	01	2022 A 219	0102/020220	0					2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	01	2022 A 219	0102/020225	0									8.011,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	45.849,75								
2.5.1.2.	02	2022 A 220	0102/020219	0					2022/01/01	2026/12/31	0	3.048,75	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00								
2.5.1.2.	02	2022 A 220	0102/020225	0									321,00	321,00	321,00	321,00	321,00	321,00	321,00	321,00	321,00	321,00								
2.5.1.2.	03	2022 A 221	0102/020218	0					2022/01/01	2026/12/31	0	656,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00							
2.5.1.2.	04	2022 A 222	0102/020213	0					2022/01/01	2026/12/31	0	9,00	656,00	400,00	1.056,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	2.656,00							
2.5.1.2.	04	2022 A 222	0102/020213										9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00								
2.5.1.2.	04	2022 A 222	0102/020215										468,00	468,00	468,00	468,00	468,00	468,00	468,00	468,00	468,00	468,00								
2.5.1.2.	04	2022 A 222	0102/0201603										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	04	2022 A 222	0102/020121										129,00	129,00	129,00	129,00	129,00	129,00	129,00	129,00	129,00	129,00								
2.5.1.2.	05	2022 A 223	0102/020115	0					2022/01/01	2026/12/31	0	2.251,49	280,00	8.150,00	8.430,00	7.650,00	7.650,00	7.650,00	7.650,00	7.650,00	7.650,00	7.650,00	40.281,49							
2.5.1.2.	05	2022 A 223	0102/020217										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	05	2022 A 223	0102/020225										30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00								
2.5.1.2.	06	2022	0102/020225										1.168,00	9.300,00	10.468,00	10.468,00	10.468,00	10.468,00	10.468,00	10.468,00	10.468,00	10.468,00	69.186,40							
2.5.1.2.	0601	2022 A 224	0102/020214	0					2022/01/01	2026/12/31	0	150,00	5,00	5.000,00	5.150,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	23.150,00							
2.5.1.2.	0601	2022 A 224	0102/020214										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0601	2022 A 224	0102/020219										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0601	2022 A 224	0102/020225										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0602	2022 A 225	0102/020217	0					2022/01/01	2026/12/31	0	200,00	200,00	1.000,00	1.200,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	9.200,00							
2.5.1.2.	0602	2022 A 225	0102/020215										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0602	2022 A 225	0102/0201603										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0602	2022 A 225	0102/020211										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0602	2022 A 225	0102/020225										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0603	2022 A 226	0102/020105	0					2022/01/01	2026/12/31	0	818,00	818,00	3.300,00	4.118,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	36.836,40							
2.5.1.2.	0603	2022 A 226	0102/020210										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0603	2022 A 226	0102/020211										50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00								
2.5.1.2.	0603	2022 A 226	0102/020217										240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00								
2.5.1.2.	0603	2022 A 226	0102/020225										378,00	378,00	378,00	378,00	378,00	378,00	378,00	378,00	378,00	378,00								
2.5.1.2.	07	2022	0102/020225										42.458,00	51.500,00	93.958,00	30.000,00	30.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	309.148,34							
[5] E - EMPREITADA; A - ANU. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				27.534.830,00	1.254.577,00			7.625.922,17	14.141.923,54	28.789.407,00	15.657.518,00	44.446.925,00	32.604.834,00	30.886.024,00	29.752.343,00	25.707.652,00	187.885.563,71												

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
 Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
 Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Designação do projeto : MANTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	Pagamentos				Total previsto		
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim				2024 [16]	2025 [17]	2026 [18]	2027 [19]		Outros [20]	[21]= [13]+...+[20]
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]
2.5.1.2.	0701	2022 A 227	Mantenção e conservação	0		218,00			2022/01/01	2026/12/31	0	1.748,87	218,00	5.200,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00		25.966,87
2.5.1.2.	0701	2022 A 227	Outros bens			68,00							68,00	68,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		
2.5.1.2.	0701	2022 A 227	Conservação de bens			50,00							50,00	50,00	700,00	700,00	700,00	700,00		
2.5.1.2.	0701	2022 A 227	Assistência técnica			50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0701	2022 A 227	Outros serviços			50,00							50,00	50,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		
2.5.1.2.	0702	2022 A 228	Oficinas pedagógicas	0		1.250,00			2022/01/01	2026/12/31	0	197,09	1.250,00	3.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00		16.447,09
2.5.1.2.	0702	2022 A 228	Materiais de escritório			50,00							50,00	50,00	400,00	400,00	400,00	400,00		
2.5.1.2.	0702	2022 A 228	Materiais de educação, cultura e recreio			50,00							50,00	50,00	400,00	400,00	400,00	400,00		
2.5.1.2.	0702	2022 A 228	Outros bens			650,00							650,00	650,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0702	2022 A 228	Outros serviços			500,00							500,00	500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Exposições	0		40.990,00			2022/01/01	2026/12/31	0	33.244,38	40.990,00	42.500,00	22.500,00	22.500,00	52.500,00	52.500,00		266.734,38
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Alimentação - refeições confeccionadas			50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Outros bens			50,00							50,00	50,00	5.000,00	5.000,00	7.000,00	7.000,00		
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Transportes			50,00							50,00	50,00	8.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria			40.590,00							40.590,00	40.590,00	1.000,00	1.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Publicidade			200,00							200,00	200,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.5.1.2.	0703	2022 A 229	Outros serviços			50,00							50,00	50,00	7.000,00	7.000,00	20.000,00	20.000,00		
2.5.1.2.	08	2022	Museu do Papel.	0		1.995,00			2022/01/01	2026/12/31	0	338,74	1.995,00	14.400,00	21.900,00	21.900,00	21.900,00	21.900,00		106.343,77
2.5.1.2.	0801	2022 A 231	Aquisição de produtos para fabrico de papel			150,00							150,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00		5.488,74
2.5.1.2.	0801	2022 A 231	Materias primas e subsidiárias			50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0801	2022 A 231	Produtos químicos e farmacêuticos			50,00							50,00	50,00	200,00	200,00	200,00	200,00		
2.5.1.2.	0801	2022 A 231	Outros bens			50,00							50,00	50,00	200,00	200,00	200,00	200,00		
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Conservação e manutenção fabril	0		880,00			2022/01/01	2026/12/31	0	947,85	880,00	5.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00		48.827,85
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Materias primas e subsidiárias			100,00							100,00	100,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Outros			50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Produtos químicos e farmacêuticos			50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Outros bens			50,00							50,00	50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Conservação de bens			165,00							165,00	165,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00		
2.5.1.2.	0802	2022 A 232	Outros trabalhos especializados			395,00							395,00	395,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.5.1.2.	0803	2022 A 233	Eventos Temáticos	0		405,00			2022/01/01	2026/12/31	0	418,70	405,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		823,70
2.5.1.2.	0804	2022 A 234	Serviços Educativos	0		260,00			2022/01/01	2026/12/31	0	143,48	260,00	2.500,00	2.760,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00		16.903,48
2.5.1.2.	0804	2022 A 234	Materiais de escritório			10,00							10,00	10,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0804	2022 A 234	Ferramentas e utensílios			175,00							175,00	175,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0804	2022 A 234	Materiais de educação, cultura e recreio			25,00							25,00	25,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0804	2022 A 234	Outros serviços			50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0806	2022 A 236	Regularização da casa do proprietário	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		5.050,00
2.5.1.2.	0807	2022 A 237	Exposições	0		250,00			2022/01/01	2026/12/31	0		250,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00		29.250,00
2.5.1.2.	0807	2022 A 237	Alimentação - refeições confeccionadas			50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0807	2022 A 237	Outros bens			50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0807	2022 A 237	Transportes			50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.2.	0807	2022 A 237	Publicidade			50,00							50,00	50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.5.1.2.	0807	2022 A 237	Outros serviços			50,00							50,00	50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.5.1.2.	09	2022	Património Cultural	0		100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		5.100,00
2.5.1.2.	0901	2022 A 238	Promoção e divulgação			100,00							100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.2.	0901	2022 A 238	Publicidade			50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		

[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; 0 - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL

Total : 27.579.383,00 1.254.577,00 7.625.922,17 14.178.962,65 28.833.960,00 15.724.418,00 44.558.378,00 32.657.734,00 30.939.104,00 29.835.243,00 25.790.552,00 2.720.760,00 188.306.155,82

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Figura de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido + S

Objetivo (1)	Número do projeto Código Ano Tipo Número (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica (4)	Forma de (5)	Grupo de Fontes de Financiamento			Datas		Fase de Realizado em Ex. Períodos Ant. (12)	2023 (Financ. Definido) (14)	2023 (Financ. N./ Def.) (15)	Pagamentos				Total previsto (21)=[13]+...+[20]			
					R G (6)	U E EMPR (8)	R P (7)	Início (10)	Fim (11)				2024 (16)	2025 (17)	2026 (18)	2027 (19)		Outros (20)		
																			Períodos seguintes	
2.5.1.8.	06 2022 A 270	Projeto Desafiate	0102/020115	0	830,00			2022/01/01	2026/12/31	0	4.197,32	830,00	830,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	31.017,32	
2.5.1.8.	06 2022 A 270	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	06 2022 A 270	Outros bens	0102/020121		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	06 2022 A 270	Locação de material de transporte	0102/020216		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	06 2022 A 270	Outros serviços	0102/020225		660,00							660,00	660,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.5.1.8.	07 2022 A 271	Conselho Municipal da Juventude	0102/020225	0	50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.550,00	
2.5.1.8.	08 2022 A 272	Voluntariado Jovem	0102/020225	0	50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.550,00	
2.5.1.8.	09 2022 A 273	Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira	0102/020225	0	150,00							150,00	18.000,00	18.150,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	42.150,00	
2.5.1.8.	09 2022 A 273	Outros bens	0102/020121		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	09 2022 A 273	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00	50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.5.1.8.	09 2022 A 273	Outras	0102/04060202		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	10 2022 A 274	Loja Europa Jovem	0102/020213	0	200,00						195,00	250,00	500,00	750,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2.945,00	
2.5.1.8.	10 2022 A 274	Deslocações e Estadas	0102/020213		200,00							200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00		
2.5.1.8.	10 2022 A 274	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00	50,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00		
2.5.1.8.	11 2022 A 275	HUB	0102/020225	0	50,00							50,00	600,00	650,00	600,00	600,00	600,00	600,00	3.050,00	
2.5.1.8.	15 2022 A 279	Juventude On The Road	0102/020115	0	1.068,00						719,95	1.068,00	4.218,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	15.537,95	
2.5.1.8.	15 2022 A 279	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115		50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.8.	15 2022 A 279	Outros bens	0102/020121		50,00							50,00	50,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00		
2.5.1.8.	15 2022 A 279	Publicidade	0102/020217		918,00							918,00	918,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	15 2022 A 279	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.8.	16 2022 A 280	Paga Ideias	0102/020225	0	50,00							50,00	1.050,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.050,00	
2.5.1.8.	17 2022 A 281	SMF Youth Days	0102/020225	0	723,00						5.144,24	723,00	9.323,00	7.600,00	7.600,00	7.600,00	7.600,00	7.600,00	44.867,24	
2.5.1.8.	17 2022 A 281	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115		290,00							290,00	290,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.8.	17 2022 A 281	Outros bens	0102/020121		50,00							50,00	50,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00		
2.5.1.8.	17 2022 A 281	Locação de outros bens	0102/020208		50,00							50,00	50,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00		
2.5.1.8.	17 2022 A 281	Publicidade	0102/020217		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	17 2022 A 281	Outros serviços	0102/020217		283,00							283,00	283,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.5.1.8.	18 2022 A 282	SMF Youth Talks	0102/020225	0	510,00						1.316,67	510,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	27.826,67	
2.5.1.8.	18 2022 A 282	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115		250,00							250,00	250,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.8.	18 2022 A 282	Outros bens	0102/020121		50,00							50,00	50,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00		
2.5.1.8.	18 2022 A 282	Locação de outros bens	0102/020208		50,00							50,00	50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.8.	18 2022 A 282	Deslocações e Estadas	0102/020213		60,00							60,00	60,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
2.5.1.8.	18 2022 A 282	Publicidade	0102/020217		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	18 2022 A 282	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00	50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.5.1.8.	19 2022 A 283	Projeto no âmbito da Juventude	0102/020225	0	4.295,00						253,38	4.295,00	3.500,00	7.795,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	22.048,38	
2.5.1.8.	19 2022 A 283	Outros bens	0102/020121		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	19 2022 A 283	Outros serviços	0102/020225		4.245,00							4.245,00	4.245,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		
2.5.1.8.	20 2022 A 284	Mobilidade e Intercâmbios	0102/020225		1.150,00							1.150,00	1.500,00	2.650,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.650,00	
2.5.1.8.	20 2022 A 284	Deslocações e Estadas	0102/020213		1.100,00							1.100,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		
2.5.1.8.	20 2022 A 284	Outros serviços	0102/020225		50,00							50,00	50,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		
2.5.1.8.	21 2022 A 285	PACTO Local para a Empreendedorabilidade e Empreendedorismo Jovem	0102/020225	0	50,00							50,00	2.000,00	2.050,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.050,00	
2.5.1.8.	22 2022 A 286	Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	0102/020225	0	369,00							369,00	70.000,00	70.369,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	350.369,00	
2.5.1.8.	01 2023 A 76	Free Your heart	0102/020225	0	50,00							50,00	3.000,00	3.050,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	15.050,00	
2.5.2.	07 2020 A 219	Desporto, recreio e lazer	0102/020225	0	1.349.908,00						503.373,12	1.349.908,00	2.500.458,00	774.500,00	759.600,00	639.600,00	639.600,00	639.600,00	6.669.581,02	
2.5.2.1.	07 2020 A 219	Pavilhões Desportivos e outros	0102/020225	0	75.039,00						40.967,04	75.039,00	121.500,00	120.500,00	120.500,00	120.500,00	120.500,00	120.500,00	757.678,37	
2.5.2.1.	10 2020 A 222	Pavilhões Desportivos e outros	0102/040701	0	1.453,00						2.065,06	1.453,00	1.453,00	1.453,00	1.453,00	1.453,00	1.453,00	1.453,00	7.875,29	
2.5.2.1.	10 2020 A 222	PAU Medida 5 Cedência de Espaços Desportivos	0102/040701	0	12.048,00							12.048,00	12.048,00	12.048,00	12.048,00	12.048,00	12.048,00	12.048,00	12.048,00	
2.5.2.1.	03 2021 A 237	Pavilhões Desportivos e outros	0102/020202	0	4.929,00						147,60	4.929,00	4.929,00	4.929,00	4.929,00	4.929,00	4.929,00	4.929,00	9.409,33	
2.5.2.1.	04 2021 A 238	Pavilhões Municipais e outros	0102/020202	0	2.054,00						3.586,94	2.054,00	2.054,00	2.054,00	2.054,00	2.054,00	2.054,00	2.054,00	33.386,00	
Total :					31.436.999,00						8.018.986,22	17.181.752,11	32.690.306,00	37.467.109,00	50.157.415,00	36.839.295,00	35.073.017,00	33.965.694,00	29.933.943,00	213.894.802,33

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Forma de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto					
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	ESTIM. REALIZ.		2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes							
															[7]	[8]		[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13]+...+[20]			
2.5.2.1.	04	2021 A 238	Outros bens	0		480,00							480,00									
2.5.2.1.	04	2021 A 238	Conservação de bens	0		890,00							890,00									
2.5.2.1.	04	2021 A 238	Outros serviços	0		684,00							684,00									
2.5.2.1.	06	2021 A 240	Segurança nos espaços de jogo e receio parques infantis,pavilhões,polidesportivos e outros	0		4.545,00			2021/01/01	2024/12/31	9	4.029,48	2.620,85	4.545,00					11.205,33			
2.5.2.1.	07	2021 A 241	PAD-Medida 5_Cedência de Espaços Desportivos	0		10.800,00			2021/01/01	2024/12/31	9	2.840,00	10.800,00						13.640,00			
2.5.2.1.	01	2022 A 287	Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		10.050,00			
2.5.2.1.	02	2022 A 288	Carta Desportiva Municipal	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	8.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		28.050,00			
2.5.2.1.	03	2022 A 289	Equipamentos desportivos - balizas, tabelas, outros	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		25.050,00			
2.5.2.1.	04	2022 A 290	Pavilhões Desportivos e outros	0		610,00			2022/01/01	2026/12/31	0	12.148,39	610,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		26.758,39			
2.5.2.1.	04	2022 A 290	Conservação de bens	0		50,00							50,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		5.000,00				
2.5.2.1.	04	2022 A 290	Outros serviços	0		560,00							560,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		5.000,00				
2.5.2.1.	05	2022 A 291	Pavilhões Municipais e outros	0		200,00			2022/01/01	2026/12/31	0	3.926,51	200,00	45.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00		153.126,51			
2.5.2.1.	05	2022 A 291	Limpeza e higiene	0		50,00							50,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00		15.000,00				
2.5.2.1.	05	2022 A 291	Outros bens	0		50,00							50,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		15.000,00				
2.5.2.1.	05	2022 A 291	Conservação de bens	0		50,00							50,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00		15.000,00				
2.5.2.1.	05	2022 A 291	Outros serviços	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		75.050,00				
2.5.2.1.	06	2022 A 292	Segurança nos espaços de jogo e recreio parques infantis,pavilhões,polidesportivos e outros	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		15.000,00				
2.5.2.1.	07	2022 A 293	Complexo Desportivo de Sainfis	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		15.050,00				
2.5.2.1.	08	2022 A 294	Rede de polidesportivos	0		1.545,00			2022/01/01	2026/12/31	0		1.545,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		126.545,00				
2.5.2.1.	09	2022 A 295	Rede de parques infantis	0		36.555,00			2022/01/01	2026/12/31	0	7.947,02	36.555,00	15.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00		199.502,02			
2.5.2.1.	10	2022 A 296	Pista de Atletismo de Lourosa	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00		10.932,50				
2.5.2.2.	05	2021 A 246	Eventos e programas desportivos	0		102.973,00						105.817,74	77.086,65	87.050,00	102.000,00	87.100,00	67.100,00		723.127,39			
2.5.2.2.	01	2022 A 297	PAD-Medida 2_Apoio a programas/projetos,atividades ações e Eventos de Promoção Desportiva	0		11.844,00			2022/01/01	2026/12/31	0	21.566,10	11.844,00	30.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00		125.410,10			
2.5.2.2.	01	2022 A 297	Prémios, condecorações e ofertas	0		1.160,00							1.160,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		15.000,00				
2.5.2.2.	01	2022 A 297	Outros bens	0		2,00							2,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		6.000,00				
2.5.2.2.	01	2022 A 297	Outros serviços	0		8.682,00			2022/01/01	2026/12/31	0	8.682,00	8.682,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		35.000,00			
2.5.2.2.	02	2022 A 298	Insufláveis e outros materiais para apoio a eventos	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		6.050,00			
2.5.2.2.	03	2022 A 299	Corta maro OLDE entre Douro e Vouga	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	500,00	500,00	500,00	500,00		2.550,00			
2.5.2.2.	04	2022 A 300	Eventos âmbito nacional	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		5.050,00			
2.5.2.2.	05	2022 A 301	Desporto com vida,desporto para todos desporto adaptado	0		70,00			2022/01/01	2026/12/31	0	188,28	70,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		17.238,28			
2.5.2.2.	05	2022 A 301	Prémios, condecorações e ofertas	0		50,00							50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		13.000,00			
2.5.2.2.	05	2022 A 301	Outros bens	0		20,00							20,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		15.000,00				
2.5.2.2.	06	2022 A 302	Desporto Plural	0		50,00			2022/01/01	2026/12/31	0		50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		13.000,00			
2.5.2.2.	07	2022 A 303	Programas Desportivos Mamãs Vivas Feira MOVE entre outros	0		8.885,00			2022/01/01	2026/12/31	0		8.885,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		23.885,00			
2.5.2.2.	08	2022 A 304	Ciclismo para Todos / BTT	0		390,00			2022/01/01	2026/12/31	0	2.342,47	390,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		17.722,47			
2.5.2.2.	08	2022 A 304	Prémios, condecorações e ofertas	0		105,00							105,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		6.000,00			
2.5.2.2.	08	2022 A 304	Outros bens	0		275,00							275,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.250,00			
[5] E - EMPREITADA; A - ANU. DIR.; O - FORMEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :	31.516.263,00						8.128.833,44	17.264.665,34	32.771.670,00	17.636.109,00	50.407.779,00	36.989.295,00	35.223.017,00	34.131.694,00	30.083.943,00	2.720.760,00	214.949.926,78

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Rubrica : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Considerar em "Total Previsto" o valor do Financiamento Não Definido + S
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM	Pagamentos					Total previsto				
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	ESTIM. REALIZ.		2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes						
															[6]	[7]		[8]	[9]	[10]	[11]
3.3.1.1.	01	2021 A 272	0102/020214	0	73.594,00				2021/01/01	2024/12/31	9	106.048,15	98.128,14	73.594,00							276.770,29
3.3.1.1.	01	2022 A 331	0102/020214	0	58.882,00				2022/01/01	2026/12/31	0	246,00	246,00	58.882,00							280.001,00
3.3.1.1.	02	2022 A 332		0	293.565,00				2022/01/01	2026/12/31	0	35.280,34	35.280,34	293.565,00							874.675,34
3.3.1.1.	02	2022 A 332	0102/020214		190.253,00									190.253,00							
3.3.1.1.	02	2022 A 332	0102/020225		103.312,00									103.312,00							
3.3.1.4.			Ambiente e Obras Municipais		1.190.182,00								375.767,17	1.190.182,00	250.000,00	511.280,00	598.621,00	540.550,00	525.550,00		4.562.120,81
3.3.1.4.	03	2020 A 258	0102/020206	0	145.845,00				2020/01/01	2024/12/31	0	253.763,39	157.441,50	145.845,00							634.490,89
3.3.1.4.	05	2020 A 260	0102/020206	0	85.816,00				2020/01/01	2024/12/31	0	122.003,78	164.604,94	85.816,00							372.624,72
3.3.1.4.	05	2020 A 260	0102/020120		70.600,00									70.600,00							
3.3.1.4.	05	2020 A 260	0102/020102		15.216,00									15.216,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	Estaleiro Municipal		274.642,00								60.047,85	274.642,00	180.000,00	69.550,00	50.550,00	50.550,00	50.550,00		745.889,85
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/02010201	0	274.642,00				2022/01/01	2026/12/31	0	60.047,85	60.047,85	274.642,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/02010202		1.800,00									1.800,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/02010202		1.200,00									1.200,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/02010202		50,00									50,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/02010202		108.183,00									108.183,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020117		1.000,00									1.000,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020121		8.013,00									8.013,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020203		122.624,00									122.624,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020208		50,00									50,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020210		900,00									900,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020220		50,00									50,00							
3.3.1.4.	01	2022 A 333	0102/020225		555,00									555,00							
3.3.1.4.	02	2022 A 334	0102/020225	0	50,00				2022/01/01	2027/12/31	0	3.388,65	3.388,65	50,00							12.438,65
3.3.1.4.	03	2022 A 335	0102/020206	0	239.215,00				2022/01/01	2026/12/31	0	178.665,30	178.665,30	239.215,00							763.900,30
3.3.1.4.	04	2022 A 336	0102/020206	0	444.564,00				2022/01/01	2026/12/31	0			444.564,00							1.906.924,00
3.3.1.4.	04	2022 A 336	0102/020120		126.393,00									126.393,00							
3.3.1.4.	04	2022 A 336	0102/020102		318.171,00									318.171,00							
3.3.1.4.	05	2022 A 337	0102/020225	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31	0	6.002,40	6.002,40	50,00							66.052,40
3.4.			Comércio e turismo		59.080,00								52.381,54	59.080,00	431.900,00	242.426,00	237.500,00	237.500,00	237.500,00		1.498.287,54
3.4.2.			Turismo		59.080,00								52.381,54	59.080,00	431.900,00	242.426,00	237.500,00	237.500,00	237.500,00		1.498.287,54
3.4.2.1.			Turismo		59.080,00								52.381,54	59.080,00	431.900,00	242.426,00	237.500,00	237.500,00	237.500,00		1.498.287,54
3.4.2.1.	01	2022 A 338	0102/020208	0	11.845,00				2022/01/01	2026/12/31	0			11.845,00							425.845,00
3.4.2.1.	01	2022 A 338	0102/020225		10.000,00									10.000,00							
3.4.2.1.	02	2022 A 339	0102/020219	0	6.600,00				2022/01/01	2026/12/31	0	6.559,20	6.559,20	6.600,00							42.159,20
3.4.2.1.	03	2022 A 340	0102/020115		4.741,00									4.741,00							
3.4.2.1.	03	2022 A 340	0102/020206		101,00									101,00							
3.4.2.1.	04	2022 A 341	0102/020219	0	50,00				2022/01/01	2027/12/31	0	50,00	50,00	50,00							25.050,00
3.4.2.1.	05	2022 A 342	0102/020225	0	50,00				2022/01/01	2026/12/31	0			50,00							5.050,00
3.4.2.1.	06	2022 A 343	0102/020115	0	31.879,00				2022/01/01	2026/12/31	0	23.895,46	31.879,00	104.400,00							401.900,46
3.4.2.1.	06	2022 A 343	0102/020115		2.509,00									2.509,00							
[5] E - EMPREITADA; A - ANU. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				35.763.988,00				1.255.407,00			12.346.550,43	19.175.178,66	37.019.375,00	26.398.059,00	63.417.494,00	44.908.529,00	43.193.813,00	42.085.884,00	37.911.293,00	266.362.642,09

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Plano de Trabalho : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido + S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento					Datas			Pagamentos					Total previsto				
					R G	U E	R P	EMPR	Ex. PERÍODOS ANT.	Início	Fim	Fase de REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)	2023 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																	(7)		(8)	(9)	(10)	(11)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]		
3.5.1.3.	04	Participações e parcerias Elvo Atlântico do Nordeste	0102/020225	0	452.736,00	15.750,00	0	21.090,20	263.240,99	452.736,00	15.750,00	452.736,00	15.750,00	452.736,00	429.806,00	429.806,00	429.806,00	429.806,00	429.806,00	429.806,00	54.750,00	2.485.221,19
3.5.1.3.	06	Benusiar Caminhos de Féria	0102/020225	0	4.180,00	4.180,00	0	4.178,40	4.178,40	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	4.180,00	16.716,80	16.716,80
3.5.1.3.	05	Quinas diversas entidades	0102/020225	0	3.000,00	3.000,00	0	15.411,80	3.500,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	24.911,80	24.911,80
3.5.1.3.	01	Associação de Municípios de Terras de Santa Maria	0102/020225	0	251.000,00	251.000,00	0	70.643,93	70.643,93	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	251.000,00	1.325.443,93	1.325.443,93
3.5.1.3.	01	Associação de Municípios de Santa Maria	0102/04650104	0	205.000,00	205.000,00	0	46.000,00	46.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	543.114,00	543.114,00
3.5.1.3.	01	Associação de Municípios Terras de Santa Maria	0102/08650104	0	90.519,00	90.519,00	0	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	90.519,00	275.582,99	275.582,99
3.5.1.3.	02	GMF / Grande Area Metropolitana do Porto	0102/04650106	0	47.287,00	47.287,00	0	25.000,00	25.000,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	47.287,00	150.000,00	150.000,00
3.5.1.3.	03	Energia	0102/020225	0	16.000,00	16.000,00	0	14.501,67	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	94.501,67	94.501,67
3.5.1.3.	04	Encargos com quotas e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo Município	0102/020225	0	13.620,00	350,00	0	10.817,27	7.202,98	13.620,00	350,00	13.620,00	350,00	13.620,00	13.620,00	13.620,00	13.620,00	13.620,00	13.620,00	13.620,00	110.052,98	110.052,98
3.5.1.4.	01	Desenvolvimento do Concelho	0102/020215	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1.000,00	1.000,00
3.5.1.4.	01	Gestão e dinamização da Biblioteca de regiões Bifeira	0102/020215	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1.000,00	1.000,00
3.5.1.4.	01	Prémios, condecorações e ofertas	0102/020215	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1.000,00	1.000,00
3.5.1.4.	01	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102/020215	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	8.000,00	8.000,00
3.5.1.4.	01	Publicidade	0102/020217	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	4.000,00	4.000,00
3.5.1.4.	01	Assistência técnica	0102/020219	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	3.500,00	3.500,00
3.5.1.4.	01	Outros trabalhos especializados	0102/020220	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	2.000,00	2.000,00
3.5.1.4.	01	Outros serviços	0102/020225	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1.000,00	1.000,00
3.5.1.4.	02	Gestão e dinamização da plataforma Vai-me à Loja	0102/020220	0	50,00	50,00	0	3.614,29	3.614,29	50,00	50,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	8.050,00	43.664,29	43.664,29
3.5.1.4.	03	GMF - Instalação de identificação	0102/020217	0	100,00	100,00	0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	8.000,00	8.000,00
3.5.1.4.	03	Outros bens	0102/020217	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	8.000,00	8.000,00
3.5.1.4.	03	Outros serviços	0102/020225	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	8.000,00	8.000,00
3.5.1.4.	04	Aquisição de conteúdos, dados e estatísticas de cariz económico empresarial relevante	0102/020225	0	50,00	50,00	0	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	17.550,00	17.550,00
3.5.1.4.	05	Organização de evento Fórum Bifeira	0102/020217	0	12.720,00	12.720,00	0	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	12.720,00	298.620,00	298.620,00
3.5.1.4.	05	Prémios, condecorações e ofertas	0102/020215	0	120,00	120,00	0	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	100,00	100,00
3.5.1.4.	05	Outros bens	0102/020217	0	1.000,00	1.000,00	0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00
3.5.1.4.	05	Locação de outros bens	0102/020208	0	350,00	350,00	0	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	15.000,00	15.000,00
3.5.1.4.	05	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102/020214	0	5.000,00	5.000,00	0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
3.5.1.4.	05	Publicidade	0102/020217	0	1.250,00	1.250,00	0	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.100,00	5.100,00
3.5.1.4.	05	Outros serviços	0102/020225	0	5.000,00	5.000,00	0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00	30.000,00
3.5.1.4.	06	Missões empresariais	0102/020225	0	150,00	150,00	0	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	2.200,00	2.200,00
3.5.1.4.	06	Destacados e Estadas	0102/020213	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	2.000,00	2.000,00
3.5.1.4.	06	Publicidade	0102/020217	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00
3.5.1.4.	06	Outros serviços	0102/020217	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00
3.5.1.4.	07	Ações diversas	0102/020225	0	100,00	100,00	0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	6.200,00	6.200,00
3.5.1.4.	07	Publicidade	0102/020217	0	50,00	50,00	0	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	4.500,00	4.500,00
[5] E - EMPREITADA; A - N.M. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				36.236.239,00	1.255.407,00	12.373.640,63	20.067.617,05	37.493.646,00	64.173.905,00	45.557.265,00	43.819.619,00	42.714.690,00	38.537.099,00	2.720.760,00	269.964.595,69						

Identificação do Objeto: CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS
Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÓMICA
Considerar em "Total Previsto" o valor do Financiamento Não Definido + S

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de REALIZADO EM ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2022	Pagamentos					Total previsto				
					R G	U E	EMPR	Início	Fim	2023											
										Real.		R P	U E	EMPR	2023 (Financ. Definido)	2023 (Financ. N./ Def.)		2023 (TOTAL)	2024	2025	2026
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]= [13]+...+[20]	
3.5.1.4.	07	Outros serviços	0102/020225	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31	0		50,00	100,000,00	100,000,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	500.100,00	
3.5.1.4.	01	Balços Comerciais digitais	0102/020217	0		100,00							100,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00	100,000,00		
3.5.1.4.	01	Publicidade	0102/020217	0		50,00							50,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00		
3.5.1.4.	01	Outros serviços	0102/020225	0		50,00							50,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00	50,000,00		
3.5.2.		Temalismo				319.501,00						3.840,06	319.501,00	11.600,00	320.525,00	326.449,00	324.100,00	324.100,00	324.100,00	1.809.247,53	
3.5.2.1.		Temas das Caldas de São Jorge				319.501,00						3.840,06	319.501,00	11.600,00	320.525,00	326.449,00	324.100,00	324.100,00	324.100,00	1.809.247,53	
3.5.2.1.1.	01	Direção Técnica	0102/020220	0		210,00			2021/01/01	2024/12/31	9	232,41	210,00	500,00	710,00	9.394,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	4.782,53	
3.5.2.1.1.	01	Direção Técnica	0102/010107	0		10.180,00			2022/01/01	2026/12/31	0		10.180,00	1.000,00	11.180,00	12.349,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	52.903,00	
3.5.2.1.1.	02	Outros trabalhos especializados	0102/020220	0		14.061,00			2022/01/01	2026/12/31	0		14.061,00	1.000,00	15.061,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	52.092,00	
3.5.2.1.1.	03	Sociedade Turismo de Santa Maria da Feira				295.000,00						178.900,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	1.653.900,00	
3.5.2.1.1.	0301	Serviços Centrais	0102/05010101	NA		295.000,00			2022/01/01	2026/12/31	9		295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	1.653.900,00	
3.5.2.1.1.	01	Turismo Sénior das Termas das Caldas de S.Jorge	0102/020225	0		50,00			2023/01/01	2027/12/31	0		50,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	9.100,00	46.550,00	
4.		Outras funções				4.499.382,00		50.271,00				2.963.649,45	4.549.653,00	1.586.915,00	3.141.638,00	3.140.792,00	3.499.000,00	3.496.000,00	3.496.000,00	24.746.739,15	
4.2.		Transferências entre administrações				2.942.595,19						2.313.994,20	4.363.332,00	1.470.415,00	2.993.200,00	2.993.129,00	3.370.000,00	3.370.000,00	3.370.000,00	23.816.665,39	
4.2.1.		Freguesias				4.363.332,00						2.942.595,19	4.363.332,00	1.470.415,00	2.993.200,00	2.993.129,00	3.370.000,00	3.370.000,00	3.370.000,00	23.816.665,39	
4.2.1.1.		Freguesias				4.363.332,00						2.942.595,19	4.363.332,00	1.470.415,00	2.993.200,00	2.993.129,00	3.370.000,00	3.370.000,00	3.370.000,00	23.816.665,39	
4.2.1.1.1.	01	Transferências para as Juntas de Freguesias - Correntes e de Capital	0102/04650102	NA		619.902,00			2018/01/01	2027/12/31	9	116.629,79	619.902,00	619.902,00	619.902,00	619.902,00	619.902,00	619.902,00	619.902,00	3.679.126,98	
4.2.1.1.1.	01	Freguesias - Correntes e de Capital	0102/04650102	NA		87.315,00							87.315,00	87.315,00	87.315,00	87.315,00	87.315,00	87.315,00	87.315,00	20.137.539,41	
4.2.1.1.1.	01	Freguesias	0102/08650102	NA		532.587,00							532.587,00	532.587,00	532.587,00	532.587,00	532.587,00	532.587,00	532.587,00		
4.2.1.1.1.	01	Transferências para as Juntas de Freguesias - Correntes e de Capital	0102/08650102	NA		3.143.430,00			2022/01/01	2026/12/31	9	2.197.364,41	3.143.430,00	1.470.415,00	2.993.200,00	2.993.129,00	3.370.000,00	3.370.000,00	3.370.000,00	3.370.000,00	
4.2.1.1.1.	01	Freguesias	0102/04650102	0		582.715,00							582.715,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00		
4.2.1.1.1.	01	Freguesias	0102/08650102	0		3.160.715,00							3.160.715,00	1.123.200,00	1.123.200,00	1.123.200,00	1.123.200,00	1.123.200,00	1.123.200,00		
4.3.		Diversas não especificadas				136.050,00		50.271,00				21.054,26	186.321,00	116.500,00	148.439,00	147.663,00	129.000,00	126.000,00	126.000,00	992.072,76	
4.3.1.		Comunicação e relações públicas				136.050,00		50.271,00				21.054,26	186.321,00	116.500,00	148.439,00	147.663,00	129.000,00	126.000,00	126.000,00	992.072,76	
4.3.1.1.		Comunicação e Imagem				110.212,00						17.507,67	110.212,00	82.000,00	76.167,00	76.663,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	518.629,09	
4.3.1.1.1.	01	Comunicação Externa	0102/020213	0		5.617,00						5.617,00	5.617,00	5.617,00	5.617,00	5.617,00	5.617,00	5.617,00	5.617,00	28.905,42	
4.3.1.1.1.	0101	Comunicação Institucional	0102/020225	0		912,00			2021/01/01	2024/12/31	9	16.482,67	912,00	912,00	912,00	912,00	912,00	912,00	912,00	20.784,17	
4.3.1.1.1.	0103	Aquisição serviços externos	0102/020225	0		4.705,00			2021/01/01	2024/12/31	9	1.025,00	2.361,25	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	4.705,00	8.121,25	
4.3.1.1.1.	01	Comunicação Externa	0102/020225	0		104.495,00			2022/01/01	2026/12/31	0		104.495,00	10.000,00	10.000,00	68.167,00	68.167,00	53.000,00	53.000,00	437.623,67	
4.3.1.1.1.	0101	Comunicação Institucional	0102/020108	0		23.808,00			2022/01/01	2026/12/31	0		23.808,00	23.808,00	25.450,00	23.808,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	116.062,67	
4.3.1.1.1.	0101	Materiais de escritório	0102/020108	0		70,00							70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00		
4.3.1.1.1.	0101	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115	0		50,00							50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		
4.3.1.1.1.	0101	Locação de outros bens	0102/020208	0		19.988,00							19.988,00	19.988,00	18.450,00	16.913,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
4.3.1.1.1.	0101	Deslocações e Estadas	0102/020213	0		50,00							50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		
4.3.1.1.1.	0101	Outros serviços	0102/020225	0		3.650,00			2022/01/01	2026/12/31	0		3.650,00	3.650,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
4.3.1.1.1.	0102	Publicidade e publicações	0102/020225	0		13.034,00			2022/01/01	2026/12/31	0		13.034,00	30.000,00	43.034,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	99.211,00	
4.3.1.1.1.	0102	Outros bens	0102/020121	0		180,00							180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00		
4.3.1.1.1.	0102	Publicidade	0102/020217	0		12.854,00							12.854,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
4.3.1.1.1.	0103	Aquisição serviços externos	0102/020225	0		67.653,00			2022/01/01	2026/12/31	0		67.653,00	30.000,00	29.717,00	33.750,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	222.350,00	
4.3.1.1.1.	02	Comunicação Interna	0102/020213	0		100,00			2022/01/01	2026/12/31	0		100,00	12.100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	52.100,00	
4.3.1.1.1.	02	Outros serviços	0102/020121	0		50,00							50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		
4.3.1.1.1.	02	Outros serviços	0102/020225	0		50,00							50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		
4.3.1.2.		Relações públicas e internacionais				25.839,00		50.271,00				3.546,59	76.109,00	34.500,00	72.271,00	69.000,00	66.000,00	63.000,00	63.000,00	413.443,67	
4.3.1.2.		Relações públicas e internacionais				45,00						3.546,59	21.142,18	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	24.733,77	
4.3.1.2.	0306	Active Citizens	0102/020206	0		45,00			2020/01/01	2023/12/31	0		45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	24.733,77	
4.3.1.2.	01	Cooperação com Gême-Bissau	0102/020225	0		150,00			2022/01/01	2026/12/31	0		150,00	3.500,00	3.500,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.650,00	
4.3.1.2.	01	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105																		

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Considerar em «Total Previsto» o valor
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA do Financiamento Não Definido : S Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Pagamentos					Total previsto				
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim	Fase de	2023		Períodos seguintes						
												Real.	(4)	(5)	(6)		(7)	(8)	(9)	(10)
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]= [13]+...+[20]
4.3.1.2.01	2022 A 382	Outros serviços	0102/020225	0	50,00	50,00														
4.3.1.2.02	2022 A 384	Geniação de Cidades		0	1.678,00	1.678,00			2022/01/01	2026/12/31	0	7.380,90	1.678,00	50,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	2.000,00	2.000,00	39.038,90
4.3.1.2.0201	2022 A 384	Envio e recepção de representações		0	1.528,00	1.528,00			2022/01/01	2026/12/31	0	7.380,90	1.528,00	14.528,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	29.908,90
4.3.1.2.0201	2022 A 384	Deslocações e Estadas	0102/020213		1.100,00	1.100,00								1.100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.3.1.2.0201	2022 A 384	Outros serviços	0102/020225		428,00	428,00								428,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.3.1.2.0202	2022 A 383	Recepção de embaixadores BizFeira		0	150,00	150,00			2022/01/01	2026/12/31	0		150,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00				9.150,00
4.3.1.2.0202	2022 A 383	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.0202	2022 A 383	Deslocações e Estadas	0102/020213		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.0202	2022 A 383	Outros serviços	0102/020225		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.03	2022 A 385	Intercâmbio com Touré-les-tours	0102/020213	0	23.370,00	23.370,00			2022/01/01	2026/12/31	0		23.370,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00				63.370,00
4.3.1.2.04	2022 A 386	Comunidades Feirenses		0	250,00	250,00			2022/01/01	2026/12/31	0		250,00	10.000,00	10.000,00					10.250,00
4.3.1.2.04	2022 A 386	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.04	2022 A 386	Outros serviços	0102/020225		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.04	2022 A 386	Privadas	0102/040102		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.04	2022 A 386	RESTO DO MUNDO- PAISES TERCEROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	0102/040903		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.04	2022 A 386	PAISES TERCEROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	0102/080903		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.05	2022 A 387	European Hub	0102/020115	0	145,00	145,00			2022/01/01	2026/12/31	0	494,00	145,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				4.639,00
4.3.1.2.01	2023 A 83	Conselho da Europa		0	200,00	200,00			2023/01/01	2027/12/31	0		200,00	5.200,00	3.000,00					8.200,00
4.3.1.2.01	2023 A 83	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.01	2023 A 83	Seguros	0102/020212		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.01	2023 A 83	Deslocações e Estadas	0102/020213		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.01	2023 A 83	Outros serviços	0102/020225		50,00	50,00							50,00	50,00						
4.3.1.2.02	2023 A 86	Colaborar e Cocriar o bem estar em Santa Maria da Feira	0102/020225	0	50.271,00	50.271,00			2023/01/02	2027/12/31			50.271,00	50.271,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00			250.542,00
[5] E - EMPREITADA; A - ANM. DIR.; O - FORNEC. OT OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :				41.057.222,00	41.057.222,00			1.305.679,00			15.341.130,14	22.617.840,22	42.362.900,00	28.378.774,00	70.741.674,00	46.637.790,00	42.457.199,00	2.720.160,00	297.022.681,36

demonstrações financeiras



Ficha Técnica - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS 2023

Estabelece a NCP 1 – "Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras", no §17 que as entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos ÓRGÃOS DE GESTÃO (Órgão Executivo) COMPETENTES. Não obstante o n.º 2 do art.º 105.º da LOE 2022 estabelecer que nos anos de 2022 e 2023, não é obrigatória para as entidades da administração local a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC -AP apresenta-se, em anexo, as demonstrações financeiras previsionais cuja elaboração assentou nos seguintes pressupostos e considerandos:

Pressupostos assumidos e considerandos

O exercício prospetivo é efetuado a partir da situação patrimonial a 11 de novembro de 2022, ou seja, a coluna n-1 do balanço corresponde à situação financeira e económica àquela data. O resultado está afetado pela não registo das depreciações de 2022 e das operações de especialização (nomeadamente a imputação do IMI, Derrama, pedidos de financiamento comunitários, entre outros).

Depreciações, amortizações e especialização dos subsídios ao investimento - Consideraram-se as taxas médias obtidas no exercício de 2021

Os saldos das contas a receber e a pagar atendeu aos prazos médios de recebimento e pagamento ponderados pelo peso relativo desses mesmos saldos na execução orçamental de 2021



Balço previsual

Codigo	RUBRICAS	Exercício	
		2023	2022
	ATIVO		
	Ativo não corrente		
A1	Ativos fixos tangíveis	293.290.150,78	271.619.608,03
A2	Propriedades de investimento	619.944,43	630.764,97
A3	Ativos intangíveis	20.498.961,03	20.475.747,66
A5	Participações financeiras	5.370.190,02	5.370.190,02
A6	Outros ativos financeiros	0,00	0,00
		319.779.246,26	298.096.310,68
	Ativo corrente		
A10	Inventários	1.376.416,17	1.376.416,17
A11	Ativos biológicos	0,00	0,00
A12	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.339.845,13	1.339.845,13
A13	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
A14	Cientes, contribuintes e utentes	525.245,38	616.896,26
A15	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
A17	Outras contas a receber	8.962.585,38	8.099.888,08
A18	Diferimentos	508.163,39	508.163,39
A19	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
A20	Outros ativos financeiros	0,00	0,00
A21	Caixa e depósitos	58.611.179,63	58.835.382,03
		71.323.435,07	70.776.591,06
	Total do ativo	391.102.681,34	369.333.974,81
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
PL1	Património/Capital	88.792.720,70	88.792.720,70
PL2	Ações (quotas) próprias	0,00	0,00
PL3	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
PL4	Prémios de emissão	0,00	0,00
PL5	Reservas	8.469.550,23	8.469.550,23
PL6	Resultados transitados	156.138.634,07	162.613.406,49
PL7	Ajustamentos em ativos financeiros	-137.141,72	-137.141,72
PL8	Excedentes de revalorização	0,00	0,00
PL9	Outras variações no património líquido	106.180.451,71	95.379.171,83
PL10	Resultado líquido do período	15.519.309,81	-6.474.772,42
PL12	Interesses que não controlam	0,00	0,00
	Total do Património Líquido	374.963.524,81	348.642.935,11
	PASSIVO		
	Passivo não corrente		
P1	Provisões	1.217.267,12	975.375,88
P2	Financiamentos obtidos	6.566.656,85	8.888.447,85
P3	Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
P4	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00
P6	Outras contas a pagar (inclui diferimentos)	0,00	0,00
		7.783.923,97	9.863.823,73
	Passivo corrente		
P7	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	93.130,34	93.130,34
P8	Fornecedores	1.383.345,75	2.314.020,32
P9	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
P10	Estado e outros entes públicos	347.226,30	44.802,41
P11	Financiamentos obtidos	0,00	0,00
P12	Fornecedores de investimentos	279.201,39	895.435,44
P13	Outras contas a pagar	6.252.328,78	7.479.827,46
P14	Diferimentos	0,00	0,00
P15	Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
P16	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
		8.355.232,56	10.827.215,97
	Total do Passivo	16.139.156,53	20.691.039,70
	Total do Património Líquido e Passivo	391.102.681,34	369.333.974,81



santa maria da feira câmara municipal

Demonstração dos Resultado Previsional

Codigo	RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício
		2023
DR1	Impostos, contribuições e taxas	34.811.249,30
DR2	Vendas	3.696,00
DR3	Prestações de serviços e concessões	7.530.349,00
DR4	Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos	38.938.062,00
DR5	Variações nos inventários da produção	0,00
DR6	Trabalhos para a própria entidade	0,00
DR7	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-27.539.075,03
DR8	Fornecimentos e serviços externos	5.063.401,03
DR9	Gastos com pessoal	-23.078.537,88
DR10	Transferências e subsídios concedidos	-12.992.200,00
DR11	Prestações sociais	0,00
DR12	Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00
DR13	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00
DR14	Provisões (aumentos/reduções)	-241.891,24
DR15	Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
DR16	Aumentos/reduções de justo valor	0,00
DR17	Outros rendimentos e ganhos	4.227.817,12
DR18	Outros gastos e perdas	-252.896,00
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	26.469.974,30
DR19	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-10.873.894,49
DR20	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	15.596.079,81
DR21	Juros e rendimentos similares obtidos	17.745,00
DR22	Juros e gastos similares suportados	-94.515,00
	Resultado antes de impostos	15.519.309,81
	Imposto sobre o rendimento	
	Resultado líquido do período	15.519.309,81



Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

EURUS

RUBRICAS	Exercício
	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Recebimentos de clientes	4.946.237,88 €
Recebimentos de contribuintes	34.600.662,00 €
Recebimentos de utentes	2.897.202,00 €
Pagamentos a fornecedores	23.406.348,57 €
Pagamentos ao pessoal	25.034.668,00 €
Caixa gerada pelas operações	- 5.996.914,69 €
Outros recebimentos/pagamentos	26.685.847,34 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	20.688.932,65 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	33.191.940,05 €
Activos intangíveis	356.936,00 €
Propriedades de investimento	- €
Investimentos financeiros	
Outros activos	- €
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	636.885,00 €
Activos intangíveis	
Propriedades de investimento	
Investimentos financeiros	
Outros activos	1,00 €
Subsídios ao investimento	14.415.161,00 €
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	- 18.496.829,05 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuizos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	2.321.791,00 €
Juros e gastos similares	94.515,00 €
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	- 2.416.306,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	- 224.202,40 €
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	58.835.382,03 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	58.611.179,63 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA	
Caixa e seus equivalentes no início do período	58.835.382,03 €
- Equivalentes a caixa no início do período	- €
- Variações cambiais de caixa no início do período	- €
= Saldo da gerência anterior	58.835.382,03 €
De execução orçamental	55.752.333,02 €
De operações de tesouraria	3.083.049,01 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	58.611.179,63 €
- Equivalentes a caixa no fim do período	- €
- Variações cambiais de caixa no fim do período	- €
= Saldo para a gerência seguinte	58.611.179,63 €
De execução orçamental	55.528.130,62 €
De operações de tesouraria	3.083.049,01 €

outros documentos

**mapa de transferências para
as juntas de freguesia**

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

Ano Financeiro de 2023 em euros(€)

Contrato Delegação Competências / Transferências do Município

Freguesia	Transf. Capital (a)	Dinamização e promoção de eventos culturais e recreativos (b)	Equipamentos desportivos	Total
Argoncilhe	53 684,33	3 000,00		56 684,33
Arrifana	42 353,57	3 000,00		45 353,57
União das Freguesias Caldas de São Jorge e Pigeiros	47 665,39	6 000,00		53 665,39
União das Freguesias Canedo, Vale e Vila Maior	122 145,15	9 000,00		131 145,15
Escapães	27 995,68	3 000,00		30 995,68
Fiães	49 567,87	3 000,00		52 567,87
Fornos	26 831,72	3 000,00		29 831,72
União das Freguesias Lobão, Gião, Louredo e Guisande	106 653,68	12 000,00	8 500,00	127 153,68
Lourosa	51 382,13	3 000,00	13 900,00	68 282,13
Milheirós de Poiares	34 570,68	3 000,00		37 570,68
União das Freguesias Mosteirô e São Miguel de Souto	63 215,63	6 000,00		69 215,63
Mozelos	45 405,50	3 000,00		48 405,50
Nogueira Regedoura	39 031,50	3 000,00		42 031,50
Paços de Brandão	33 303,68	3 000,00		36 303,68
Rio Meão	37 629,25	3 000,00		40 629,25
Romariz	35 656,20	3 000,00		38 656,20
Sanguedo	29 509,03	3 000,00		32 509,03
União das Freguesias Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	139 963,87	12 000,00		151 963,87
Santa Maria de Lamas	34 392,05	3 000,00		37 392,05
São João de Vêr	71 702,26	3 000,00		74 702,26
São Paio de Oleiros	30 540,83	3 000,00		33 540,83
Total	1 123 200,00 €	93 000,00 €	22 400,00 €	1 238 600,00

a) Distribuição tem por base a área e população da freguesia

b) O Valor é de 3.000,00€ por cada freguesia (no caso de união de freguesias este valor destina-se a cada uma das que compõe a união)

Acordo e Auto de Transferências de Recursos /Transferências da DGAL

Cantoneiros (c)	Jardins (d)	Salas de aulas Pequenas reparações (e)	Limpeza e Expediente (f)	Total
80 755,02	15 422,45	4 550,00	1 700,00	102 427,47
63 939,04	17 666,43	1 750,00	800,00	84 155,47
58 436,44	13 032,72	2 275,00	1 000,00	74 744,17
186 271,83	10 911,47	3 675,00	1 800,00	202 658,30
36 877,75	13 685,24	1 225,00	500,00	52 287,99
72 597,95	9 581,32	3 500,00	1 500,00	87 179,28
24 371,94	7 626,78	1 225,00	700,00	33 923,72
130 455,52	15 521,75	5 075,00	2 300,00	153 352,27
59 215,34	28 602,61	4 200,00	1 900,00	93 917,95
38 329,09	14 726,73	1 575,00	500,00	55 130,83
80 667,89	6 086,85	3 850,00	1 900,00	92 504,74
50 465,82	20 791,70	3 675,00	2 200,00	77 132,53
45 377,87	4 500,20	2 275,00	900,00	53 053,07
47 540,44	20 133,85	2 100,00	1 200,00	70 974,29
46 374,50	9 227,61	2 450,00	900,00	58 952,11
58 462,27	19 544,07	1 575,00	500,00	80 081,34
43 202,67	13 153,10	1 925,00	700,00	58 980,77
160 534,77	17 239,97	9 625,00	5 500,00	192 899,74
60 208,36	16 378,19	2 275,00	1 000,00	79 861,55
101 098,76	18 024,96	4 025,00	2 300,00	125 448,72
30 332,24	8 141,99	1 575,00	700,00	40 749,23
1 475 515,52 €	300 000,00 €	64 400,00 €	30 500,00 €	1 870 415,52

c) O Valor tem por base por cada 10 kms de estrada Municipal 705,00€ x 14 meses (cantoneiro)

d) Valor é de 1.000,00€ igual para cada Junta de freguesia e o valor restante é proporcional às áreas verdes/jardins

e) O Valor é de 175,00€ por sala de aulas

f) O Valor é de 100,00€ por turma das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar

**orçamento
feira viva
cultura e desporto
eem**



feira 
cultura e desporto, e.m.

 **santa maria da feira**
Câmara Municipal

 **VIAGEM
MIDIEVAL**
10º Festival de Artes Medievais

PERLIM

 **DIAS DO
BURGO**

 **EUROPARQUE**

natação
adaptada

 **zoo Lauras**
parque ornitológico

hmc
SPORTS
Parque e Clubes de
Hortas

 **piscina**
L. João de Vêr

 **pavilhão da lavandeira**
santa maria da feira

 **Santa Maria
da Feira Shop**
www.feiraviva.pt

**MEIA
MARATONA
PRIMAVERA
SANTA MARIA
DA FEIRA**

 **EUROPARQUE
RUNNING**

www.feiraviva.com

Feira Viva, Cultura e Desporto, e.m. Europarque, Rua Interior ao Europarque
Ed. Administrativo, 4520-153 Santa Maria da Feira

Boateng
Silva
D

INTRODUÇÃO

Pelas competências estabelecidas pela alínea d) do Art.º 11º dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (doravante designada por Feira Viva), cumpre ao Conselho de Administração apresentar os documentos previsionais para o exercício económico de 2023, e submeter ulteriormente os mesmos à aprovação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Posto isto, através do presente documento, apresenta-se o Orçamento e Plano de Atividades para 2023.

1 FEIRA VIVA

1.1 MISSÃO

Boatrig
sivo.



Fundada em 24 de novembro de 2000, a Feira Viva, tem como objetivo a administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, promoção e realização de atividades de animação, desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico.

“Administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção e realização de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos com a geração de momentos de felicidade.”

*Booting
sika* 


1.2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A Feira Viva tem como princípios de gestão:

- » A promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de qualidade aos munícipes;
- » A obtenção, sempre que possível, de preços que permitam o equilíbrio de exploração a médio prazo (Princípio do utilizador-pagador);
- » Proporcionar a maximização de atividades e oportunidade a cidadãos mais desfavorecidos;
- » A obtenção de índices de produtividade compatíveis com os padrões internacionais;
- » O enriquecimento do património cultural do concelho, através da divulgação de novas criações e produções artísticas de carácter nacional e internacional, bem como, por via da participação em rede de produção e programação cultural a nível nacional;
- » A potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA;
- » Contribuir continuamente para o desenvolvimento do território – SANTA MARIA DA FEIRA – pela qualidade dos serviços prestados nos equipamentos e diferenciação das atividades culturais proporcionando o contributo para:
 - ✓ Captar residentes
 - ✓ Captar visitantes

As suas linhas de ação centram-se, essencialmente na:

- ✓ Maximização da qualidade;
- ✓ Motivação e formação contínua de todos os colaboradores;
- ✓ Forte aposta no marketing e comunicação;
- ✓ Rigor orçamental;
- ✓ Constante procura de novas soluções;
- ✓ Construção de projetos alicerçados na identidade e por conseguinte diferenciadores;

É nossa missão agregar valor a cada projeto, somando qualidade, desenvolvendo e conquistando novos públicos, ampliando notoriedade e estendendo a ação que caracteriza a atividade desta empresa.

A conquista e recuperação de novos públicos através de novas plataformas com a implementação de uma estratégia digital desenhada para o público-alvo de cada equipamento ou evento, assume-se como um dos principais propósitos dos próximos anos.

1.3 PERSPETIVA SOCIAL DOS EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES, DESPORTIVAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS



No âmbito da perspetiva social e no sentido de proporcionar a maximização de atividades e oportunidades a cidadãos mais desfavorecidos, a Feira Viva assume em articulação plena com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF):

PISCINAS MUNICIPAIS

As piscinas municipais assumem a concretização de uma discriminação positiva ao nível de:

- ✓ Desconto e/ou isenção do pagamento aos cidadãos com necessidades educativas especiais em articulação com o Pelouro de Educação da CMSMF;
- ✓ Desconto e/ou isenção do pagamento aos cidadãos no âmbito do Programa Movimento e Bem Estar da CMSMF;
- ✓ Desconto e/ou isenção do pagamento aos cidadãos no âmbito do Programa Férias Escolares da CMSMF.

PAVILHÃO MUNICIPAL DA LAVANDEIRA

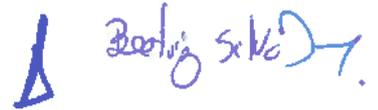
- ✓ O Pavilhão Municipal da Lavandeira pratica o desconto de 90% a entidades do concelho que promovam a atividade desportiva de forma regular, considerando o intuito do equipamento.

PISCINA DE SÃO JOÃO DE VER

- ✓ Prevê-se a aplicação da discriminação positiva a entidades de mérito desportivo concelhias, definidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira através de um desconto no tarifário aprovado que pode atingir os 90%.

FEIRA VIVA NATAÇÃO ADAPTADA

- ✓ Esta iniciativa tem como principal propósito dotar os atletas de uma forte vocação competitiva, baseada na formação e dedicação, dando a todos a oportunidade de desfrutar da emoção do desporto e da alta competição, aos mais elevados níveis, nacional e internacional.
- ✓ Para além do âmbito social inerente ao projeto em si, a natação adaptada assume uma discriminação positiva ao nível dos preços praticados para atividades equivalentes nas piscinas municipais de pelo menos 50%.



ZOO DE LOUROSA

- ✓ Como projeto educativo e tendo em conta as boas práticas de responsabilidade social, no Zoo de Lourosa o acesso a menores de 3 anos é gratuito e verifica-se o desconto e/ou isenção de pagamento aos alunos do concelho em articulação com os projetos dos Pelouros de Educação e Ambiente da CMSMF.

VIAGEM MEDIEVAL

No âmbito da responsabilidade social e do desenvolvimento do sentimento de pertença, o evento Viagem Medieval em Terra de Santa Maria implementou as seguintes medidas:

- ✓ Acesso gratuito a menores de 5 anos;
- ✓ Oferta de pulseiras a todas as crianças que frequentem escolas de concelho até ao 12º ano de escolaridade de acordo com dados fornecidos pelo Pelouro da Educação da CMSMF;
- ✓ Oferta de entradas a famílias carenciadas identificadas pela Divisão Social da CMSMF;
- ✓ Oferta de entradas aos Bombeiros Voluntários das Corporações do Município de Santa Maria da Feira.

PERLIM

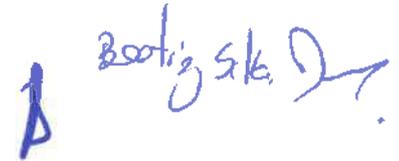
Tendo em conta o público-alvo do evento e na tentativa de estender a magia da época natalícia a todas as famílias do concelho, o evento Perlim implementou as seguintes medidas:

- ✓ Acesso gratuito a menores de 3 anos;
- ✓ Oferta de entradas a todas as crianças que frequentem escolas de concelho até ao 4º ano de escolaridade identificadas pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- ✓ Oferta de entradas a famílias carenciadas identificadas pela Divisão Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- ✓ Oferta de entradas aos Bombeiros Voluntários das Corporações do Município de Santa Maria da Feira.

EUROPARQUE

Com intenção de potenciar a utilização do espaço outdoor do Europarque, desenvolver sentimento de apropriação dos feirenses pelo equipamento, e estimulando a prática do exercício físico para maior bem-estar e saúde implementou as seguintes medidas:

- ✓ Europarque Running - iniciativa semanal gratuita de promoção da prática desportiva dirigida a adultos e crianças. Contempla diversos níveis de corrida, caminhada, e fitness kids, com o acompanhamento de técnicos habilitados e professores de Educação Física do hmcSports;



1.4 VALORES E CAPITAL HUMANO

Os Recursos Humanos dão seguimento às estratégias encetadas nos exercícios anteriores, com os pressupostos dos valores definidos, vinculando-se aos projetos como interfaces de distinção, para que se atinjam os mais elevados patamares de excelência.

A Feira Viva depende do seu capital humano para crescer, pelo que, é essencial mantê-lo preparado e motivado, não só para desempenhar as tarefas do dia-a-dia, mas também para enfrentar situações inesperadas que possam surgir no contexto laboral, como as que se verificaram em 2020 e 2021 relativamente à COVID-19. Foi necessária uma grande capacidade de readaptação e inovação para ajustarmos as nossas práticas, serviços e comportamentos à nova realidade de situação pandémica. Em 2022, deparamo-nos com um crescimento dos serviços prestados ao cliente, onde toda a energia e competência foi exigida aos recursos humanos da Feira Viva, que responderam de forma exemplar. Este ano, os recursos humanos perceberam que a fase seria de reconquista e de extrema importância para a recuperação da empresa. O desafio continua e estamos aptos aos ajustes necessários, tanto a nível de competências técnicas, como comportamentais.

Nesse sentido, a Feira Viva continua a apostar no investimento individual e coletivo, otimizando os desempenhos das equipas em cada área de atuação da organização como um todo. De resto, tendo os pressupostos da dotação de valor-acrescentado às pessoas, assume-se a organização como uma unidade competente e apta a fazer face aos novos desafios e diferentes projetos para o ano 2023.

Assim, a empresa apresenta-se como um elemento preponderante e determinante no estado motivacional dos seus Recursos Humanos, orientando-os para o cumprimento de objetivos setorializados que resultam num todo, pleno de maturidade, resultando numa positiva avaliação de desempenhos.

A Feira Viva tem como objetivo dar continuidade ao desenvolvimento do espírito de missão associado ao serviço público, com cada colaborador da empresa.

 Boetig
Silva. 

1.5 PERSPETIVA ECONÓMICA

Os principais factos económicos que estão na base da proposta do Orçamento para 2023 da Feira Viva são os seguintes:

- ✓ O ano de 2023 estará associado ao crescimento da atividade dos equipamentos da Feira Viva, com enormes desafios inerentes aos gastos com os consumos de energia e aumento dos custos inerentes a pressões inflacionistas nomeadamente no aumento dos custos de contexto.
- ✓ Relativamente aos gastos com o pessoal estima-se um acréscimo decorrente de 4 elementos fundamentais:
 - A previsão de acréscimo de salários estimado em 5%.
 - A progressão nas carreiras.
 - A integração de 7 Professores do HMC Sports – Piscinas e Ginásios Municipais, como trabalhadores independentes, parcialmente compensados com a diminuição dos subcontratos.
 - A integração de um colaborador afeto à gestão do guarda roupa da Viagem Medieval, proveniente da CMSMF.
- ✓ Relativamente às Piscinas Municipais está previsto um Crescimento das Receitas Próprias de 14% no polo da Feira, 9% em Fiães e 13% no polo de Lourosa.
- ✓ No Zoo de Lourosa prevê-se que as Receitas sejam superiores ao período pré-pandémico, com um crescimento superior a 40%.
- ✓ Para o Europarque estimam-se que as Receitas próprias sejam já superiores ao período Pré-Covid estando já previsto um aumento das prestações de serviços de 15% relativamente ao valor prospetivado para 2022.
- ✓ Prevê-se que o prazo de pagamento a fornecedores se mantenha inferior a 30 dias.
- ✓ Estima-se um total de receitas no presente documento de 7.591.375€, das quais 64% correspondem a receitas próprias e 36% de subsídio à exploração. O Orçamento para o ano 2023 apresenta um acréscimo de 14% de Receitas Próprias face ao orçamentado no ano anterior, o que corresponde a um aumento 590.075 euros, decorrente do acréscimo que se estima nas receitas das Piscinas Municipais, EUROPARQUE, e eventos — Viagem Medieval e Perlim.
- ✓ Os equipamentos e atividades em que se prevê que o peso contributivo do subsídio à exploração direto seja inferior a 50% dos custos totais dos mesmos são:

Bortiz
Silva




- HMC Sports - Piscina Municipal da Feira
 - HMC Sports - Piscina Municipal de Fiães
 - HMC Sports - Piscina Municipal de Lourosa
 - Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
 - Perlim
 - Europarque
 - SmfStore
- ✓ Os equipamentos e atividades em que se prevê que o peso contributivo do subsídio à exploração direto seja superior a 50% dos custos totais dos mesmos são:
- Feira Viva – Natação Adaptada
 - Pavilhão da Lavandeira
 - Zoo de Lourosa
 - Piscina de São João de Ver
- ✓ Ao nível de custos com pessoal, não estão previstas alterações estruturais, estando as remunerações sujeitas a eventuais alterações impostas pelas disposições legais obrigatórias;
- ✓ Ao nível do investimento, apenas foi considerada previsão relativamente à conservação e reparação corrente dos equipamentos existentes, prevendo-se, contudo, a articulação com a CMSMF do desenvolvimento de investimentos estruturantes.

Boetjé, D.
Silva, D.
1

2 EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES 2023

Em 2023, a Feira Viva encabeçará a gestão dos seguintes equipamentos e atividades:

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- ✓ HMC Sports - Piscina Municipal da Feira
- ✓ HMC Sports - Piscina Municipal de Lourosa
- ✓ HMC Sports - Piscina Municipal de Fiães
- ✓ Pavilhão Municipal da Lavandeira
- ✓ Piscina de São João de Ver

PROJETOS DESPORTIVOS

- ✓ Feira Viva Natação Adaptada – Competição

EQUIPAMENTO ZOOLOGICO

- ✓ Zoo de Lourosa - Parque Ornitológico

EVENTOS CULTURAIS

- ✓ Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- ✓ Perlim

EVENTOS EUROPARQUE

- ✓ Acolhimento, dinamização e operacionalização de eventos de diferentes tipologias
- ✓ Meia Maratona da Primavera de Santa Maria da Feira — 2ª Edição
- ✓ Europarque Triathlon Experience — 2ª Edição

Boatrig
Silva




3 EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES 2023

3.1 HMCSPTS — PISCINAS E GINÁSIOS MUNICIPAIS

Para o ano de 2023 perspetiva-se um agravamento das condições de vida das pessoas, com um cenário macroeconómico imprevisível, pelo aumento brutal dos custos da energia, com consequências imediatas no aumento generalizado de todos os bens e serviços.

A perda do poder de compra dos consumidores vai necessariamente refletir-se nos sócios, prevendo-se o agravamento do índice de desistências e uma menor procura por parte de novos sócios. Depois da crise pandémica provocada pela COVID19, ao contrário do esperado, o efeito concorrencial aumentou com a abertura de novos espaços desportivos no concelho.

Estes dois fatores pressionam desfavoravelmente a procura dos serviços das piscinas municipais, com natural reflexo sobre as vendas, pese embora tenha crescido, não atingiram os valores pré pandemia.

Em simultâneo verifica-se o agravamento dos custos, sobretudo os energéticos, que consomem uma grande verba do orçamento e onde se preveem aumentos superiores a 100% para o próximo ano.

A título de exemplo, no ano transato, perdeu-se uma parte significativa dos protocolos com instituições que dependiam de serviço de transporte para trazer as suas crianças às aulas. O aumento dos custos associados ao transporte foi tal forma impactante que os impediu de dar continuidade às parcerias estabelecidas.

Para 2023, mantém-se a expectativa de uma remodelação significativa nas infraestruturas dos clubes de Fiães, Lourosa e Feira. Objetiva-se a uniformização da oferta de produtos e serviços nas áreas aquática, *studio*, ginásio e terapêuticas nos 3 clubes, bem como a maximização da eficiência energética.

Investimentos

A política de investimentos da empresa visa sobretudo:

- ✓ A manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações e otimização das mesmas;
- ✓ Substituição de equipamentos degradados/obsoletos perspetivando a atratividade do espaço e/ou do serviço.
- ✓ Digitalização/informatização de serviços e procedimentos internos, por forma a automatizar serviços e eliminar a ocorrência de erros e problemas.

Pretende-se articular com a CMSMF a possibilidade de realização de investimentos que possibilitem:

- ✓ Obras de remodelação/recuperação dos edifícios.
- ✓ A aquisição de novos equipamentos que substituam os existentes deficitários, e que sejam capazes de gerar simultaneamente eficiência energética.
- ✓ Obras de ampliação que possibilitem a oferta de novos serviços potenciadores de maior rentabilidade dos equipamentos.
- ✓ Investimentos em energias renováveis.

Objetivos

- ✓ Maximizar a atividade física dos cidadãos.
- ✓ Continuar a desenvolver ações que conduzam à fidelização dos sócios e à captação de novos membros.
- ✓ Informatizar procedimentos internos na área comercial que conduzam ao aumento da qualidade e produtividade dos serviços, nomeadamente com a aquisição de um sistema de CRM.
- ✓ Criação de Programas exclusivos HMC Sports – Piscinas e Ginásios Municipais;
- ✓ Maior dinamização da área terapêutica;
- ✓ Investimento em energias renováveis;
- ✓ Qualificação e otimização física das infraestruturas.

3.2 PAVILHÃO MUNICIPAL DA LAVANDEIRA

Este Pavilhão alberga múltiplas atividades desportivas e recreativas tratadas com especificidades diferentes. Em 2023, estima-se a continuidade da prestação de serviços aos utilizadores habituais dos três espaços interiores do Pavilhão, prevendo-se o incremento da taxa de ocupação do mesmo.

Relativamente ao tarifário não está prevista qualquer alteração.

Investimentos

- ✓ A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

Objetivos

*Boa tarde
Dy
A*

- ✓ Maximização da utilização dos espaços pelas entidades concelhias que promovam atividades desportivas, zelando pela conveniente utilização e manutenção das instalações, bem como pela permanente contenção de custos, designadamente, com a crescente responsabilização dos utilizadores.

3.3 PISCINA SÃO JOÃO DE VER

A ocupação da Piscina de São de Ver é privilegiada para a equipa da Feira Viva Natação Adaptada. Prevê-se a utilização pelo Sporting Clube de São João de Ver – Natação, com cerca de 40 atletas.

Investimentos

- ✓ Adquirir e instalar sistema de monitorização da qualidade da água do tanque desta Piscina e todos os equipamentos necessários ao funcionamento do mesmo;

Objetivos

- ✓ Maximização da utilização do espaço por entidades com vocação competitiva, com privilégio para o desporto adaptado.

3.4 FEIRA VIVA NATAÇÃO ADAPTADA

Na presente época desportiva, o projeto Feira Viva Natação Adaptada conta com 37 atletas, distribuídos pelos 5 níveis de atuação (*adaptação ao meio aquático, iniciação às técnicas, pré-competição, competição e alta-competição*).

Para a época 2022/2023, a equipa manterá os objetivos competitivos de altíssimo nível, nomeadamente, continuar a proporcionar aos atletas com melhor desempenho a participação em competições internacionais e o retomar da velocidade cruzeiro do projeto, bem como o enriquecimento da relação com os parceiros/patrocinadores, tais como INDAQUA Feira, Fidelidade — Multicare, MultiÓpticas, e Hospital da Luz.

Objetivos

- ✓ Assegurar a presença de, pelo menos, um nadador, para representação nacional no Campeonato do Mundo de Natação Adaptada 2023, que se realizará no mês de julho na cidade de Manchester, Inglaterra;
- ✓ Assegurar a presença de um nadador para representação nacional no Campeonato da Europa DSISO 2023 de Síndrome de Down, que se realizará em Itália;

Boatig Sil
2
A

- ✓ Forte aposta na preparação dos atletas Ana Castro, Ivo Rocha, Samuel Duarte, Rodrigo Patrício e Filipa Reis, na participação em competições internacionais, tendo em conta a excelência do seu desempenho;
- ✓ Integração de atletas no Projeto Paralímpico Paris 2024;
- ✓ Maximizar a oportunidade para crianças, jovens e adultos de aceder ao desporto de “alta” competição.
- ✓ Criar um website específico para o projeto com intenção com objetivos do projeto e CTA para captação de novos atletas.

3.5 ZOO DE LOUROSA — PARQUE ORNITOLÓGICO

Em 2022 verificou-se um aumento da visitação do Zoo de Lourosa. Acredita-se ser reflexo da retoma pós pandemia motivada pela procura crescente de locais ao ar livre e do contacto com a natureza, vistos como mais saudáveis e seguros. Observa-se também um crescente interesse do público pela preservação da vida selvagem e pelas questões ambientais e uma maior sensibilidade para as questões de bem-estar animal, aspetos que têm motivado mais pessoas à visitação deste parque zoológico.

Assim, para 2023, o Zoo perspectiva oferecer aos diferentes públicos, no âmbito do Plano Anual de Atividades e do Programa Pedagógico, ações de educação ambiental direcionadas à educação para a conservação e em simultâneo lúdicas. Pretende-se criar uma oferta diversificada e com identidade, focada no conhecimento e preservação das espécies, com o intuito de mobilizar cada vez mais grupos organizados e também o público familiar e sensibilizá-los para a preservação da natureza.

No que respeita à missão em termos conservacionistas, o Zoo de Lourosa pretende manter um papel ativo no que concerne à sua participação e coordenação em programas de reprodução em cativeiro. Atualmente o único parque ornitológico do país participa em cerca de 40 programas reprodutivos da EAZA - Associação Europeia de Zoológicos e Aquários, coordenando os EEP's (European Endangered Species Programmes) do Calau-de-casco-cinzento e do Urubu-rei. Pretende ainda, no âmbito da campanha EAZA 21+, sensibilizar o público para a colaboração em projetos de conservação de espécies no seu habitat natural e para a proteção da biodiversidade próximo de casa, sob o mote “Queremos salvar espécies contigo”.

Em 2023, perspectiva-se ainda um aumento de receitas próprias, nomeadamente das receitas de bilheteira, e das receitas do bar, que se encontra em pleno funcionamento, depois da remodelação.

Investimentos

- ✓ Investimentos estruturantes que possibilitem a reabilitação geral do Zoo de Lourosa, no sentido de, entre outros, se garantir a implementação e cumprimento de medidas de autoproteção e segurança,

bem como demais requisitos legais relacionados com a licença e atividade deste espaço, dado o estado de degradação do mesmo;


A
Boatrig
S. V.

- ✓ Correção das situações críticas, quer em termos de infraestruturas, quer de equipamentos existentes que se encontram em fim de vida ou avariados, de modo a permitir que este espaço prossiga as suas atividades com qualidade e com as devidas condições de segurança para visitantes, colaboradores e aves que alberga;
- ✓ Análise da viabilidade de criação de acesso direto à EN1 e intervenção em todo o arruamento que serve este equipamento, dotando-o de zonas de estacionamento, passeios e demais condições que garantam a segurança e comodidade de quem visita este espaço ou de quem circula na rua.

Objetivos

- ✓ Reforço da identidade do Parque Ornitológico de Lourosa como local de grande valor nacional e internacional, ao nível de conservação das espécies e da biodiversidade e da educação ambiental, apostando na chancela de "Único Parque Ornitológico do País";
- ✓ Reforço da dinamização de atividades geradoras de receitas;
- ✓ Captação de novos públicos, através do reforço e alargamento da divulgação do Zoo e suas atividades em concelhos e distritos limítrofes;
- ✓ Manutenção de uma coleção ornitológica com forte valor conservacionista e simultaneamente atrativa para os visitantes.
- ✓ Aumentar o volume de comunicação do equipamento quer ao nível digital quer ao nível de meios disponíveis impressos para potenciar o equipamento a nível local e nacional.

3.6 EVENTOS CULTURAIS

A cultura é essencial ao ser humano e os eventos constituem um meio privilegiado de acesso a conteúdos de cariz cultural e de partilha de experiências.

Neste contexto, os resultados obtidos em 2022, consolidaram a importância dos eventos culturais enquanto recurso estratégico chave para a projeção da imagem e identidade cultural de Santa Maria da Feira. O setor cultural beneficiou do regresso à normalidade, demonstrando a sua capacidade de renovação e resiliência. Da mesma forma, importa destacar o contributo positivo dos agentes culturais do território para esses mesmos resultados.

Boatrig
S. V. V.
A
H

Em 2022, a Feira Viva, enquanto entidade responsável pela organização e gestão de eventos de âmbito cultural, procurou ajustar-se a uma nova realidade pós pandémica, inovando e sendo pioneira na abordagem aos eventos recorrentes e a novos desafios, como é o caso do Mercado de Natal.

De entre os desafios que se apresentam para 2023, destaca-se a qualificação de projetos como a Viagem Medieval, Perlim e Mercado de Natal, que será alvo de avaliação após a primeira edição de 2022.

Pese embora condicionado pelas obras no Castelo de Santa Maria da Feira, pretende-se dar continuidade ao planeamento e implementação parcial do projeto Dias do Burgo, nomeadamente através da colaboração na renovação do mobiliário do centro histórico, e outras atividades de preparação no mesmo espaço para receber os Dias do Burgo, assim que possível.

Objetivos

- ✓ Prosseguir a política de inovação e qualificação dos eventos culturais;
- ✓ Valorizar o território através de eventos culturais alicerçados nos recursos materiais e imateriais existentes em Santa Maria da Feira;
- ✓ Reforço da capacidade interna e local de criação de conteúdo;
- ✓ Consolidação de públicos;
- ✓ Reforço da relação cultura/desporto através da dinamização de eventos recorrentes;
- ✓ Reforço do papel dos eventos na regeneração urbana e recuperação de espaços verdes;
- ✓ Prossecução da aposta nos grupos/associações concelhias como elementos chave na realização dos eventos;
- ✓ Privilegiar o envolvimento da população e da comunidade local nos diferentes eventos;
- ✓ Dinamizar atividades e eventos pontuais que reforcem o posicionamento do território como líder nacional, e com reconhecimento ibérico/ internacional, no âmbito da temática Medieval.

3.7 EVENTOS EUROPARQUE

O EUROPARQUE tem vindo a alcançar o reconhecimento no panorama nacional dos espaços para eventos/centros de congressos, oferecendo aos seus clientes um espaço versátil, funcional, flexível e polivalente, adaptando-se às necessidades particulares de cada evento e específicas de cada cliente.

Para além das características do desenho arquitetónico do espaço, pensado para o acolhimento de eventos das mais variadas tipologias e dimensões, este equipamento conta também com uma equipa experiente e dinâmica, dispondo cada cliente de um apoio total e personalizado através de um gestor comercial e de

eventos dedicado. Este gestor é responsável, não só pela apresentação dos espaços mais adequados ao acolhimento do evento, de soluções de serviços complementares, mas também pela gestão do evento no seu dia de realização e acolhimento do público, passando igualmente pelo necessário apoio na fase de pré e pós evento.

Em 2023, o EUROPARQUE continuará a ancorar a sua atuação numa estratégia comercial de captação de mais eventos, por forma a aumentar a taxa de ocupação e a respetiva faturação anual. Esta estratégia assenta em pilares de atuação diferenciados:

1. **Meetings Industry** - estabelecimento de contatos com PCO's, agências e gestores para promoção do EUROPARQUE na qualidade de espaço de acolhimento de eventos *corporate*. Este eixo de atuação co-relaciona-se com o objetivo "+ negócio", pois é nos eventos de natureza B2B que as vendas de serviços complementares proporcionam mais retorno financeiro.
2. **Cultura e Entretenimento** - desenvolvimento de parcerias para a co-produção de eventos culturais e/ou condições mais favoráveis para promotores de espetáculos. O objetivo aqui é sobretudo "+ notoriedade" atendendo a que o acolhimento e a realização de eventos B2C alavanca junto do público uma perceção de espaço dinâmico, com eventos de variadas tipologias, um espaço vivo.
3. **Desporto e Lazer** - desenvolvimento de eventos/iniciativas nas áreas exteriores ajardinadas do complexo EUROPARQUE. Pretende-se que o equipamento seja um polo agregador de residentes e visitantes por forma a desenvolver um sentimento de pertença na população residente, potenciando o usufruto dos espaços.

Investimentos

- ✓ Atendendo à necessidade de continuar a trabalhar na captação de novos eventos, clientes e negócios, à necessidade de potenciar o acolhimento de eventos de maior rentabilidade é vital que o espaço EUROPARQUE acompanhe as tendências de mercado, se reinvente, se atualize, se destaque da concorrência e ofereça ao cliente novos serviços.
- ✓ É assim essencial a articulação com a CMSMF para a realização de investimentos estruturantes que possibilitem a prossecução destes objetivos comerciais, mas que simultaneamente permitam garantir a segurança dos visitantes, pela reabilitação e/ou substituição dos sistemas de segurança implementados, pela remoção de cerâmicas em risco de queda, pelo aumento do conforto do visitante, pela intervenção no telhado e no sistema AVAC. Importa ainda ressaltar a importância da substituição de equipamentos antigos por equipamentos mais eficientes, promovendo a sustentabilidade e alavancando a ação não só no aumento das receitas, mas também na diminuição da despesa.

Objetivos



Boatman
3.1.2023

- ✓ Evoluir para uma estrutura plena de autossustentabilidade de exploração;
- ✓ Gerar benefícios económicos para Santa Maria da Feira através do acolhimento de eventos de âmbito nacional e internacional;
- ✓ Conquistar novas oportunidades de negócio e expandir a carteira de clientes, através de um reforço da ação comercial;
- ✓ Diversificar o negócio, através do acolhimento de eventos de tipologias diversas, da realização de eventos no modelo de organização própria ou coprodução e ainda, nas vertentes *indoor* e *outdoor*;
- ✓ Oferecer aos nossos clientes um serviço diferenciado, de qualidade, atento às necessidades particulares de cada cliente, superando expectativas, tendo por base uma estratégia de fidelização dos clientes;
- ✓ Reforçar a notoriedade de Santa Maria da Feira e o reconhecimento da marca EUROPARQUE, através uma estratégia de comunicação eficaz e eficiente;
- ✓ Prosseguir a política de apropriação do Europarque pelos cidadãos.

Anexos

Anexo I — Demonstração de Resultados Previsional por Atividade

Anexo II — Demonstração de Resultados Previsional

Anexo III — Balanço Previsional

Anexo IV — Mapa de Tesouraria Previsional

Anexo V — Mapa Plurianual de Atividades

Anexo VI — Principais Atividades para 2023

Santa Maria da Feira, 17 de Outubro de 2022

O Conselho de Administração

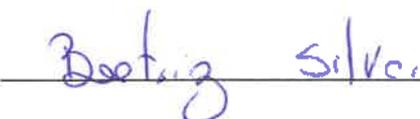
Emídio Ferreira dos santos Sousa



Paulo Jorge Leitão Marcelo



Beatriz Soares Pereira da Silva



Dup
Beatrix
Silva

ANEXOS

Anexo I — Demonstração de Resultados Previsional por Atividade

Boatiro Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR ATIVIDADE 2023

RENDIMENTOS GASTOS	BREV. TRANSVERSAS		NATAÇÃO ADAPTADA		FIRMINAS				PARQUE DA LAVANDERIA			PISCINA S. JOÃO		P. OMT.		EMITORE	EUROPAHOME	TOTAL	
	VENDE	REND.	VENDE	REND.	FERRA	FIAZE	LOUROSA	LAVANDERIA	VER	LOUROSA	VER	LOUROSA	VER	LOUROSA	VER				LOUROSA
RENDIMENTOS																			
VENDE																			
PRESTACAO SERVICIOS																			
SUBSIDIOS																			
G. RENDIMENTOS E GANHOS																			
JUROS, DIVIDENDOS E O. REND.																			
TOTAL DE RENDIMENTOS																			
GASTOS																			
CHVMC																			
FORN. E SERV. EXTERNOS																			
GASTOS COM PESSOAL																			
GASTOS DE DEP. E AMORTIZACAO																			
OUTROS GASTOS E PERDAS																			
GASTOS E PERDAS DE FINANÇ.																			
TOTAL DE GASTOS																			
RESULTADO																			
Subtotaldo Exploracão / Gastos Totais	98%	70%	25%	42%	49%	86%	99%	85%	11%	0%	15%	36%							

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL GESTÃO DE EVENTOS 2023

RENDIMENTOS GASTOS	GESTÃO DE EVENTOS	MERCADO DE NATAL	VIAGEM MIEVEVAL	PERLIM	TOTAL EVENTOS
RENDIMENTOS					
VENDE					
PRESTACAO SERVICIOS					
SUBSIDIOS					
G. RENDIMENTOS E GANHOS					
JUROS, DIVIDENDOS E O. REND.					
TOTAL DE RENDIMENTOS					
GASTOS					
CHVMC					
FORN. E SERV. EXTERNOS					
GASTOS COM PESSOAL					
GASTOS DE AMORTIZACAO					
OUTROS GASTOS E PERDAS					
GASTOS E PERDAS DE FINANÇ.					
TOTAL DE GASTOS					
RESULTADO					
Subtotaldo Exploracão / Gastos Totais	100%	27%	0%	0%	15%

Beating S.P.A.

A D

Anexo II — Demonstração de Resultados Previsional (Em 31 de dezembro de 2023)

RENDIMENTOS E GASTOS	2023
Vendas e Serviços Prestados	4 736 575
Subsídios à Exploração	2 748 300
Custo das Mercadorias Vendidas	- 98 000
Fornecimentos e Serviços Externos	- 4 322 860
Gastos com Pessoal	- 2 907 000
O. Rendimentos e Ganhos	106 500
O. Gastos e Perdas	- 72 615
RESULTADO ANTES DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	190 900
Gastos de Depreciação e Amortização	- 174 000
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES GASTOS FINANCIAMENTOS E IMPOSTOS)	16 900
Gastos e Perdas de Financiamento	- 16 900
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-

Anexo III — Balanço Previsional (Em 31 de dezembro de 2023)

Dr. Bottrig Silva

RUBRICAS	2023
ATIVO NÃO CORRENTE	
Ativos Fixos Tangíveis	1 720 000
Ativos Fixos Intangíveis	13 500
Ativos Biológicos	72 000
Ativos por Impostos Diferidos	1 000
SUBTOTAL	1 806 500
ATIVO CORRENTE	
Inventários	55 000
Clientes	15 000
Estado e O. Entes Públicos	80 000
O. Contas a Receber	20 000
Diferimentos	35 000
Caixa e Depósitos Bancários	948 300
SUBTOTAL	1 153 300
TOTAL DO ATIVO	2 959 800
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	
Capital Realizado	564 488
O. Instrumentos de Capital próprio	377 742
Reserva Legal	40 304
Resultados Transitados	35 000
O. Variações de Capital Próprio	32 000
SUBTOTAL	1 049 534
Resultado Líquido do Exercício	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 049 534
PASSIVO NÃO CORRENTE	
Provisões	1 266
Fornecedores	
O. Contas a Pagar	-
Passivo por Impostos Diferidos	9 000
SUBTOTAL	10 266
PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores	350 000
Financiamentos Obtidos	500 000
Estado e O. Entes Públicos	180 000
O. Contas a Pagar	750 000
Diferimentos	120 000
SUBTOTAL	1 900 000
TOTAL DO PASSIVO	1 910 266
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	2 959 800

Anexo IV — Mapa de Tesouraria Previsional (Em 31 de dezembro de 2023)

Handwritten notes:

 27
 Booting
 site

RUBRICAS	2023
SALDO INICIAL	1 250 000
RECEBIMENTOS	
DE AUMENTO CAPITAL PRÓPRIO	-
DE VENDAS	163 000
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4 948 575
DE SUBSIDIOS EXPLORAÇÃO	2 748 300
DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	106 500
DE JUROS DIVIDENDOS E O. REND.	-
DE REEMBOLSO DE IVA	
TOTAL DE RECEBIMENTOS + S.I.	9 216 375
PAGAMENTOS	
FORNECEDORES	4 772 860
FINANCIAMENTO	500 000
GASTOS COM PESSOAL	2 907 000
OUTROS GASTOS E PERDAS	72 615
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	15 600
TOTAL DE PAGAMENTOS	8 268 075
RECEBIMENTOS - PAGAMENTOS	
DISPONIBILIDADES	948 300

Boatiz s.k.

Anexo V — Mapa Plurianual de Atividades

A *J*

LINHAS ESTRATÉGICAS

ÁREAS	2023	2024
PISCINAS MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> » Análise da alteração de tarifário » Política contínua de melhoria de serviço visando a autonomia económica de exploração » Criação de pelo menos um novo serviço » Investimento em eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> » Análise da alteração de tarifário » Política contínua de melhoria de serviço visando a autonomia económica de exploração » Criação de pelo menos um novo serviço » Investimento em eficiência energética
PARQUE ORNITOLÓGICO LOUROSA	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento afluência através de novos serviços » Abranger novos públicos através criação de novos serviços » Redução do défice de exploração do Zoo » Investimento na requalificação 	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento afluência através de novos serviços » Abranger novos públicos através criação de novos serviços » Redução do défice de exploração do Zoo » Investimento na requalificação
NATAÇÃO ADAPTADA	<ul style="list-style-type: none"> » Participação de atletas em provas internacionais e melhoria de resultados » Reforço do Efeito Pirâmide » Reforço de Sponsorização 	<ul style="list-style-type: none"> » Participação de atletas em provas internacionais e melhoria de resultados » Reforço do Efeito Pirâmide » Reforço de Sponsorização
VIAGEM MEDIEVAL	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço do conceito cinematográfico da recriação histórica » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projecto » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço do conceito cinematográfico da recriação histórica » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projecto » Aumento do envolvimento da população
PERLIM	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projeto » Aumento do envolvimento da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteúdos » Autosustentabilidade económica total do projeto » Aumento do envolvimento da cidade
EVENTOS EUROPARQUE	<ul style="list-style-type: none"> » Maximização da utilização da capacidade instalada, com diversidade de utilização, empresarial, desportiva, cultural, religiosa e formativa, na vertente "indoor" e "outdoor"; » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local; » Procura da autosustentabilidade económica total do projeto » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local 	<ul style="list-style-type: none"> » Maximização da utilização da capacidade instalada, com diversidade de utilização, empresarial, desportiva, cultural, religiosa e formativa, na vertente "indoor" e "outdoor"; » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local; » Procura da autosustentabilidade económica total do projeto » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local

Boothig
5/10
DJ

Anexo VI — Principais Atividades para 2023

Actividade	Data
Cultura	
Viagem Medieval em Terra de Santa Maria	Agosto
Mercado de Natal	Dezembro
Perlim	Dezembro
Parque Ornitológico - Educação Ambiental	
Dia dos Namorados	Fevereiro
Jardim do Visitante	Março
Dia da Cidade	Abril
Dia da Mãe	Maio
Dia Internacional da Biodiversidade (Dia Internacional do Papagaio)	Maio
Dia da Criança	Junho
Gelados para as aves	Junho
Dia Mundial dos Avós	Julho
Dia do Calau	Setembro
Halloween	Outubro
Magusto	Novembro
Hora alimentação dos flamingos	Janeiro a Dezembro
Pelicanos & Companhia	Janeiro a Dezembro
HMC SPORTS	
Torneio das Fogaceiras - Natação Adaptada - ANCP	Janeiro
Open Day	Maio
HMC Rangers	Maio
Festival Lúdico	Junho
Festival Inter-Piscinas	Junho
Maratona de Cycling	Julho
Espetáculo de Dança e Ballet	Julho
Eventos Europarque	
Dinamização da Ocupação do Europarque - Centro de Congressos	Janeiro a Dezembro
Europarque Running (Domingos)	Janeiro a Dezembro(Exceto Agosto)
Meia Maratona da Primavera	Março
Europarque Triathlon Experience	Junho



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **FEIRA VIVA – Cultura e Desporto, E. M.** (a Entidade), relativos ao período de 2023, que compreendem o Plano Plurianual de Atividades, Mapa de Tesouraria Previsional, Demonstração de Resultados Previsional e Balanço Previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram sucintamente descritos no ponto 1.5 do documento.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Responsabilidades do auditor pela revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em:

- (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional;
- (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos;
- (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospectivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com "Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística".

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes, por efeitos que decorrem da guerra, provocada pela invasão da Ucrânia pela vizinha Rússia, que ainda decorre, pelo forte aumento das pressões inflacionistas no ambiente interno e externo e pelo conseqüente aumento das taxas de juro. Estas situações provocaram já forte aumento dos custos fixos e variáveis, nomeadamente dos custos da energia e matérias primas, mas a elevada incerteza que ainda subsiste quanto à evolução e duração das mesmas introduz pressão e incerteza, na execução do Orçamento previsto, em particular, nas rubricas de gastos com fornecimentos e serviços externos, do lado da despesa, e em geral, nas receitas, oriundas das atividades desportivas e culturais, lazer na ótica das famílias, que em períodos inflacionistas tendem a ser reduzidas nos seus orçamentos.

S. João da Madeira, 17 de outubro de 2022

Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C.

Representada por:

Ângelo Manuel de Oliveira Couto, R.O.C. N.º 590

Registado na CMVM com o n.º 20160245

orçamento
sociedade de turismo de
santa maria da feira, em, s.a.

Q M
~~_____~~

Plano & Orçamento 2023



sociedade de turismo de santa maria da feira em, s.a. | rua dos descobrimentos, n.º 12, r/c esq. | 4520-201 santa maria da
feira capital social: 125.600 euros | NIPC 504134353 | Conservatória do Registo Comercial e Predial de santa maria da feira



sociedade de turismo **santa maria da feira**

Q 7

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, S.A., vem apresentar os documentos previsionais para o exercício económico de 2023, a submeter a aprovação em sede de Assembleia Geral da Sociedade.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

PLANO DE ATIVIDADES 2023

Nota introdutória

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. (doravante designada por Sociedade) é uma sociedade anónima com sede em Santa Maria da Feira, constituída em 25 de novembro de 1997 e que tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.

Com o intuito de fomentar o turismo, esta sociedade anónima resultou do desafio lançado pela Câmara Municipal às entidades e empresas privadas do concelho, direta ou indiretamente ligadas ao desenvolvimento turístico do município e da região.

Constituída inicialmente com o objeto social: definição e promoção de estratégias de desenvolvimento turístico no concelho de Santa Maria da Feira, bem como gerir os recursos e equipamentos do âmbito turístico, a empresa tem no seu curriculum a participação ativa na promoção e dinamização da oferta turística concelhia, para além da gestão termal que exerce desde 1998, onde se destaca a parceria executiva na Viagem Medieval, a criação dos projetos de animação turística: ceias medievais/ jornadas medievais, banhos públicos S. Jorge e o (En) canto das Águas em Perlim.

Por força das alterações supervenientes, o Município detém, hoje, 99,52% do capital social, encontrando-se a Sociedade Turismo enquadrada no Setor Empresarial Local, nos termos do artigo 19º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais) na sua versão atualmente em vigor, processo de transformação empresarial concluído em 8 de fevereiro de 2021.

A Sociedade de Turismo tem gerido e explorado comercial e turisticamente o Estabelecimento das Termas de S. Jorge, propriedade do Município, também concessionário da exploração do recurso hidromineral. Face à nova realidade empresarial da Sociedade, a continuidade da gestão da atividade termal é agora suportada num contrato-programa, celebrado entre o Município e a Sociedade de Turismo.

Apesar da evolução favorável registada no ano 2022, os impactos diretos e indiretos decorrentes da pandemia ainda se fizeram refletir, quer pelos condicionalismos mantidos (por





sociedade de turismo **santa maria da feira**

força das termas serem unidades prestadoras de cuidados de saúde) quer pelos impactos indiretos na economia e na escalada dos preços.

Adicionalmente, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, do qual não se antevê resolução, continua a agravar a pressão já sentida sobre os mercados comerciais e financeiros, com efeitos nefastos sobre o custo de vida em geral.

Considerando os índices da taxa de inflação registados e a crescente subida das taxas de juro neste último trimestre do ano, o ano de 2023 será mais um ano desafiante, fortemente influenciado pelo evoluir da conjuntura política e económica.

Neste contexto, o presente Plano e Orçamento reflete necessariamente os impactos financeiros e económicos deste contexto igualmente extraordinário, exigente e imprevisível, mas também a ambição de consolidar os grandes objetivos estratégicos prosseguidos em 2022.

Objetivos Gerais Estratégicos

1. Consolidação da atividade Termal

Considerando a execução 2022 e pressupondo o funcionamento da época termal 2023 de 27 de fevereiro a 1 de dezembro, o primeiro objetivo estratégico da Sociedade é atingir os níveis da atividade termal pré-pandemia, garantindo a atividade assistencial e de cuidados regulares de saúde em contexto termal, não só no âmbito das indicações terapêuticas da água mineral natural das Termas de S. Jorge, mas também como resposta aos novos desafios da Saúde, principalmente no âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença.

O normal funcionamento do estabelecimento termal pelo segundo ano consecutivo, garantidos todos os procedimentos habituais da reabertura de cada época termal e/ou paragem da atividade, o cumprimento dos programas de controlo analítico microbiológico definidos pela DGS e DGEG, e a monitorização de todas as medidas que nos possam ainda ser exigidas, é o primeiro e principal pressuposto para atingir os dados de frequência de 2019. Não menos importante, o desafio é atingir este objetivo com uma melhor distribuição da frequência pelos meses de funcionamento, otimizando a utilização dos recursos e garantindo uma maior e melhor capacidade de resposta.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

6
M
[Handwritten signature]

Plano de ação para época termal 2023

No cumprimento do normativo legal regulador da atividade, a gestão do estabelecimento termal deverá sempre obedecer à priorização dos serviços fundamentais, isto é, da oferta de serviços termais tendo por base a vocação terapêutica e de reabilitação da utilização da água mineral natural, que no caso em apreço se prende com o tratamento de patologias das vias respiratórias, pele e do foro musculo esquelético.

a. Oferta de Serviços

Dentro dos condicionalismos impostos pela lei e pela tutela, continuaremos a reforçar o leque de oferta de serviços nas vertentes de promoção da saúde e prevenção da doença, bem como na componente pura de bem-estar, lazer, numa gestão integrada com a vocação principal.

Terapêutica e reabilitação

O crescimento almejado dos termalistas que procuram as Termas S. Jorge na vertente terapêutica e reabilitação, assenta nos seguintes pressupostos:

- alargamento da Rede TermalSenior a novos municípios da área metropolitana do Porto;
- alargamento do número de beneficiários feirenses do TermalSenior, pelo reforço de viagens e de sensibilização junto das juntas de freguesias, associações e unidades de saúde.
- crescimento das parcerias e protocolos com associações de doentes, associações profissionais e empresariais;
- negociação do copagamento dos cuidados de saúde em termas, com os seguros de saúde (em parceria com a ATP);
- continuidade da comparticipação dos tratamentos termais pelo SNS;
- continuidade do benefício a munícipes residentes, por força do contrato programa a celebrar, onde se estima um crescimento em 2023 na ordem dos 30%;
- promoção do programa de termalismo pediátrico, TermalKids, junto da comunidade escolar e de saúde local;





sociedade de turismo **santa maria da feira**

Promoção de Saúde e Prevenção de Doença

O termalismo – tradicionalmente associado à terapêutica e reabilitação - assume cada vez mais as vertentes da promoção da saúde e prevenção da doença. Esta tendência internacional, reflete-se também ao nível da procura nacional, embora ainda de uma forma individual e motivada pela dinâmica promocional de cada balneário termal. O surgimento de uma Secretaria de Estado da Promoção da Saúde, deverá permitir a criação de uma política nacional e integrada de promoção de saúde, onde o termalismo não poderá ser ignorado.

No mesmo sentido, a participação das Termas S. Jorge na construção/discussão do Plano Local de Saúde e da Estratégia Municipal para a Saúde, integrando a prática termal nas políticas de promoção de saúde, será preponderante para o desenvolvimento desta vertente, e poderá servir de piloto para a integração nas estratégias dos municípios de proximidade, nomeadamente da área metropolitana do Porto.

Noutra dimensão, o projeto Termal & Co, dirigido à comunidade empresarial, com enfoque para a promoção da saúde laboral - será reforçado numa ação conjunta com o projeto Bizfeira.

Sem prescindir, nem nos demitirmos da missão pedagógica das Termas S. Jorge, enquanto parte integrante da rede de cuidados de saúde, continuaremos a aposta nas ações de literacia para a saúde, nas diversas componentes de terapêutica, reabilitação, promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente o Projeto *Walk with a Doc*;

Programas de Bem-Estar Termal

Neste segmento, estimamos um crescimento face a 2022, onde superamos os valores pré-pandemia. Seja pela venda/utilização imediata ou via voucher ao balcão ou através da loja on-line, em fase final de configuração, que em muito contribuirá para a sua divulgação e comercialização. Nesta plataforma será possível ainda vender em formato de vouchers digitais, os pacotes integrados com alojamento testados em 2022.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

6
M
[Handwritten signature]

b. Formação, Investigação e Desenvolvimento

Formação externa

Das parcerias existentes entre a Sociedade de Turismo e as diversas instituições de ensino, no âmbito da formação profissional, pré-graduada e pós-graduada, nomeadamente:

- Curso de Operador de Termalismo – Escola Secundária Coelho Castro – Fiães – componente prática + estágios
- Curso Técnico Superior Profissional de Termalismo e Bem-estar – CESPU – componente prática + estágios
- Cadeira de Hidrologia Médica - Mestrado Integrado do Curso de Medicina – ICBAS; componente prática
- Curso de Verão de Hidrologia Médica – ICBAS; componente prática
- Internato Medicina Física e Reabilitação – CHEDV, CHVNG, CHP entre outras unidades hospitalares – internato especialidade hidrologia médica;

As Termas de S. Jorge estão preparadas para o acolhimento de estágios curriculares presenciais, aulas práticas e visitas técnicas sempre que solicitado, contribuindo para a qualificação de Recursos Humanos de proximidade nas áreas da saúde e do bem-estar.

Em parceria com a Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica, as Termas S. Jorge continuarão a dinamizar *Workshops de Hidrologia Médica* dirigidos a Médicos de Medicina Geral e Familiar e especialidades diretamente relacionadas com as suas indicações terapêuticas, promovendo o melhor conhecimento da oferta termal e do seu potencial terapêutico.

Formação interna

A valorização e capacitação dos recursos humanos são fundamentais para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado, particularmente numa atividade de cuidados de saúde.

Dando seguimento ao plano de necessidades formativas, consolidar o plano de formação interno, a implementar ao longo do ano.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

I&D

HIDROGENOMA

O ano de 2023 será um ano decisivo para a 2ª fase do Projeto Hidrogenoma – Uma Nova Visão Estratégica para as Águas Minerais Naturais, um estudo inovador sobre o microbismo natural destes recursos hidrogeológicos, liderado pela DGEG, do qual as Termas de S. Jorge fazem parte.

Com a conclusão da etapa Metabólica, esperamos ver caracterizado o metaboloma da AMN e identificadas as biomoléculas com potencial bioativo, relacionadas com os microrganismos identificados na 1ª fase do projeto Hidrogenoma.

Os resultados da etapa transcriptómica, no final de 2023, serão decisivos para a definição de futuros estudos nomeadamente nas vertentes de hidrologia médica, dermo-cosmética.

Dada a importância da I&D para a diversificação da oferta de produtos e serviços das termas e para consolidação clínica da oferta existente, continuaremos a reforçar os protocolos com a comunidade académica e as parcerias para projetos de investigação nas diversas áreas de conhecimento técnico-científico, não só das potencialidades terapêuticas do recurso hidromineral, mas também nas áreas da sustentabilidade e da inovação.

c. Remodelação do Balneário Termal

Considerando as características da água mineral natural e o seu impacto no ambiente termal - instalações e equipamentos - a intervenção no balneário termal é imperiosa. À complexidade técnica das soluções - seja pela especificidade na compatibilidade dos materiais ou pela necessidade de garantia higienosanitária de toda a instalação, associamos ainda as preocupações com a sustentabilidade ambiental e energética. Paralelamente, o Programa Base para o projeto de Remodelação do Balneário Termal, ainda curso, reflete ainda as prerrogativas previamente definidas: a otimização dos espaços e recursos, a maximização do potencial terapêutico, a diversificação da oferta de serviços e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

O acompanhamento do desenvolvimento do projeto de remodelação das Termas de S. Jorge, de forma interdisciplinar entre a Direção Executiva, Direção Clínica e Direção Técnica é uma das principais ações do ano 2023.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

6
7
[Handwritten signature]

O acompanhamento da conclusão do projeto de adução da Captação SJ2 e de renovação da adução da Captação SJ1 e implementação da monitorização nas duas captações de água mineral natural, que esperamos ver concluído em 2023, será também uma prioridade;

2. Reforço da visibilidade e notoriedade das Termas de S. Jorge

Como segundo objetivo estratégico, o enfoque contínuo no reforço da notoriedade e visibilidade das Termas S. Jorge, como equipamento de saúde e bem-estar de referência na região Norte e no país, tendo por base o recurso água mineral natural, as suas vocações terapêuticas e a oferta de serviços diferenciadores.

Seguindo o Plano de Marketing Estratégico desenvolvido em 2021, as Termas de S. Jorge pretendem posicionar-se no mercado enquanto equipamento de saúde e bem-estar de referência, com valências diferenciadas, pelos seus benefícios terapêuticos únicos, diversidade de produtos termais e competência dos seus profissionais.

Missão

Prestar um serviço de saúde de excelência, complementar à rede nacional da saúde, capaz de promover a efetiva qualidade de vida dos cidadãos, assente não só na terapêutica e reabilitação, mas também na prevenção e na promoção da saúde, oferecendo um equipamento e serviço de referência no turismo de saúde e bem-estar.

Valores

- Fomentar a prevenção e promoção da saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com enfoque no território local (área metropolitana do Porto);
- Criar oportunidades sociais, para a prática termal, tornando-a acessível a todos os públicos;
- Valorizar, preservar e promover o património termal (histórico, geológico, sociocultural, arquitetónico e ambiental);
- Integrar e valorizar o ambiente natural envolvente, numa relação sustentável de turismo de saúde.
- Gerar valor acrescentado à comunidade local, concelho e stakeholders;





sociedade de turismo **santa maria da feira**

□ Contribuir para o Conhecimento e Formação da Atividade nas suas diversas áreas de intervenção;

Comunicação e Marketing Institucional

Em junho de 2023 celebraremos os 20 anos da conclusão das obras de remodelação e ampliação das Termas de S. Jorge. Este será o momento ideal para acolher a realização do Congresso da Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica, previsto inicialmente para 2022. Ao programa científico, serão associadas ações dirigidas especificamente à comunidade médica, a apresentação da envolvente termal requalificada e da sua importância desta intervenção para a preservação do recurso hidromineral;

O projeto de educação ambiental e de conhecimento na área da hidrogeologia, já em curso, será integrado fisicamente na segunda fase do projeto de adução da Captação SJ2. O ano de 2023 será o ano de desenvolvimento dos conteúdos pedagógicos e divulgação junto da comunidade escolar (até 3 ciclo). Numa segunda fase, serão trabalhados os conteúdos para o ensino secundário e ensino superior.

A participação nos fóruns de discussão e acompanhamento da Estratégia Municipal para a Saúde e Plano Local da Saúde, serão uma prioridade executiva e clínica, garantindo o alinhamento estratégico das Termas de S. Jorge com as prioridades definidas para a Saúde, mas também a inclusão dos serviços que oferece e do termalismo nos recursos para a sua concretização.

Todas estas ações contribuirão certamente para a afirmação das Termas de S. Jorge como equipamento de saúde de excelência ao nível académico e profissional, mas também ao nível institucional e político, objetivo que continuará sempre no centro da nossa estratégia promocional e reivindicativa.

No campo da dinamização e promoção turística, a participação em certames, feiras e ações de dinamização com o município, bem como a presença em congressos e outros eventos a decorrer no Europarque sempre que se revele estratégica.

Juntamente com a Entidade regional de turismo e a associação das termas de Portugal, participar na dinamização de fam trips e educacionais à região Norte, direcionados ao segmento saúde e bem-estar.





sociedade de turismo santa maria da feira

6
M
[Handwritten signature]

Banhos S. Jorge

No âmbito da Viagem Medieval, a promoção da área temática Banhos de S. Jorge que em 2023 completa 15 edições na Quinta do Castelo, continuará a ser um momento privilegiado para a divulgação das Termas de S. Jorge e das práticas ancestrais do termalismo.

Em Agosto de 2008, reabrimos a Quinta do Castelo à cidade, alojando a uma nova área temática da Viagem Medieval e com ela, devolvemos um espaço único e cheio de memórias e criamos a possibilidade de a Quinta ser novamente um espaço de lazer e fruição contínua por todos.

Esta área temática, para além do seu papel na criação de experiências diferenciadoras dentro da vasta oferta da Viagem Medieval, tem-se revelado o espaço ideal de promoção das Termas de S. Jorge e de relações públicas institucional, que muito nos orgulha.

A participação na Viagem Medieval será por isso uma das ações mais relevantes de marketing institucional.

Perlim

Participação das Termas de S. Jorge em Perlim, com a sua mascote – Gotinhas – pela dinamização de uma área temática dedicada e um espetáculo infantil, também ele uma extensão do projeto de educação ambiental e de divulgação do termalismo pediátrico.

Comunicação e Marketing Programático

A este nível, destacam-se como principais ações:

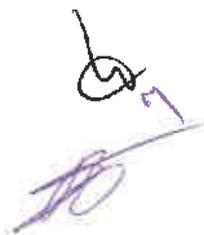
Consolidar o plano de comunicação digital, principalmente ao nível da loja on-line, dos conteúdos de literacia para a saúde e de disponibilização de conteúdos científicos para a comunidade escolar, académica e profissional;

Continuar a aposta nas redes sociais;

Reforçar da presença física em reuniões científicas, congressos médicos e eventos congéneres da área da saúde;

Prosseguir com o plano de ações de marketing direto, numa aposta clara de proximidade das termas aos termalistas, sustentadas com ferramentas de monitorização e eficácia.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

Reforçar as ações presenciais de divulgação do termalismo dirigidas à comunidade em geral, às empresas e outras entidades;

3. Plano Estratégico de Desenvolvimento M/L Prazo

Nos últimos 25 anos, a Sociedade de Turismo definiu o modelo operativo de funcionamento, participou no projeto de ampliação e remodelação, acompanhou o desenrolar das obras e realizou todos os investimentos necessários para que fosse possível reabrir em Junho de 2003 um balneário renovado, com mais e melhor oferta e uma nova imagem. Apesar de todas as vicissitudes, conseguiu ao longo dos anos posicionar as Termas de S. Jorge entre os balneários termais mais frequentados não só ao nível da região norte, mas também a nível nacional. Estreitou relacionamento com a tutela, granjeou o reconhecimento dos seus pares, e participa ativamente na vida associativa da atividade termal, seja empresarial seja médica (através da Direção Clínica).

Em 2023, juntamente com o programa base do projeto de remodelação, será concluída a nossa proposta para o Plano Estratégico de Desenvolvimento M/L Prazo, em construção simultânea, pela interligação estratégica entre o “Estabelecimento Termal” e a “Estância Termal”, indissociável numa visão integrada.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

Considerações Finais

Com uma água milenar, um balneário centenário e uma atividade que sobreviveu a guerras, revoluções, crises económicas e pandémicas, as Termas de S. Jorge têm um legado que nos recorda a reversibilidade dos ciclos menos prósperos e nos compromete na defesa da sua história, autenticidade e exclusividade.

Planeamos o ano de 2023, conscientes das incertezas e das dificuldades que nos esperam, mas também da importância do equipamento que temos o privilégio de gerir para a Saúde e Bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento deste segmento turístico no concelho. Os últimos anos reforçam a confiança na resiliência e compromisso da nossa Equipa com os objetivos traçados e que aqui apresentamos.

6 de outubro de 2022

O Presidente do Conselho de Administração

(Vitor Carlos Laourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira)

O Vogal do Conselho de Administração

(Rui Campos de Oliveira)





sociedade de turismo **santa maria da feira**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS DO ANO DE 2023

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS DO ANO DE 2023

As demonstrações financeiras previsionais foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNS/NCRF), sendo que a sua preparação, as políticas contabilísticas seguidas são consistentes com as que irão ser apresentadas nas contas de 2022, ainda em curso.

2. ORÇAMENTO

1. Receitas / Política de preços

Face à subida significativa dos custos de exploração e dos custos com pessoal a tabela de preços 2023 proposta foi alvo de uma atualização cirúrgica, considerando a avaliação dos custos por técnica termal e ponderada, face ao agravamento do custo de vida das famílias, pelo que a atualização realizada não reflete a escalada sem precedentes dos custos em geral e dos energéticos em particular.

As receitas em vendas e prestação de serviços estimadas têm por base o pressuposto de um funcionamento em pleno de 27 de fevereiro a 1 de Dezembro e um crescimento do número de termalistas de 10% face a 2022.

2. Investimentos

Assegurar o cumprimento do plano de manutenção preventivo dos equipamentos e das instalações, de modo a garantir a qualidade e segurança da infraestrutura e a atratividade do estabelecimento termal;

Considerando a natureza da atividade e os protocolos de higienização decorrentes deste tipo de intervenções, estes investimentos têm de estar salvaguardados antes da retoma da atividade.

Adicionalmente estão previstos investimentos em equipamento básico, de substituição ou reforço.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

Ao nível incorpóreo, continuaremos a modernização do software de gestão e monitorização termal.

3. Recursos Humanos

No orçamento estão contemplados os ajustamentos salariais dos colaboradores necessários considerando o funcionamento em pleno toda a época termal 2023 e o crescimento da frequência termal estimada.

4. Custos de Exploração

A subida da estimativa dos custos em Fornecimentos e Serviços externos, deve-se maioritariamente à subida da estimativa dos custos energéticos (gás natural e eletricidade) estimados, na ordem dos 120% face aos custos reais e estimados até final de 2022, onde já se verificou um desvio de 125% face ao estimado no orçamento inicial.

6 de outubro de 2022

O Presidente do Conselho de Administração

(Vitor Carlos Latourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira)

O Vogal do Conselho de Administração

(Rui Campos de Oliveira)



Handwritten initials and a signature in purple ink.



sociedade de turismo **santa maria da feira**

Anexos





sociedade de turismo **santa maria da feira**

6
7
[Handwritten signature]

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A

Demonstração dos resultados por naturezas previsual em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS
	2023
Vendas e serviços prestados	771 500,00
Subsídios à exploração	295 000,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-20 000,00
Fornecimentos e serviços externos	-418 200,00
Gastos com pessoal	-555 300,00
Outros rendimentos	0,00
Outros gastos	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	73 000,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-65 000,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8 000,00
Juros e gastos similares suportados	-8 000,00
Resultado antes de impostos	0,00
Imposto sobre rendimento do período	0,00
Resultado líquido do período	0,00
Resultado por ação básico	0,00

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





sociedade de turismo santa maria da feira

Balanço previsual a 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	31.12.2023
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	206 842,41
Outros investimentos financeiros	1 000,00
Ativos por impostos diferidos	49 041,31
	256 883,72
Ativo corrente	
Inventários	4 500,00
Clientes	26 000,00
Estado e outros entes públicos	6 000,00
Outros créditos a receber	
Diferimentos	12 500,00
Caixa e depósitos bancários	214 562,42
	263 562,42
Total do Ativo	520 446,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
CAPITAL PRÓPRIO	
Capital subscrito	125 600,00
Outros instrumentos de capital próprio	667 000,00
Reservas legais	9 052,55
Resultados transitados	-749 215,54
Excedentes de revalorização	108 806,94
Resultado líquido do período	
Total do Capital Próprio	161 243,95
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	225 000,00
Passivos por impostos diferidos	31 589,12
	256 589,12
Passivo corrente	
Fornecedores	8 500,00
Estado e outros entes públicos	17 500,00
Financiamentos obtidos	37 500,00
Outras dívidas a pagar	39 113,07
Diferimentos	
	102 613,07
Total do Passivo	359 202,19
Total do Capital Próprio e do Passivo	520 446,14

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada



BANHOS S. JORGE



termas s.jorge



sociedade de turismo **santa maria da feira**

Demonstração de Fluxos de Caixa previsual em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	PERÍODOS
	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	783 221,80
Pagamentos a fornecedores	-424 035,44
Pagamentos ao pessoal	-556 072,18
Caixa gerada pelas operações	-196 885,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-196 885,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	-50 000,00
Investimentos financeiros	
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	
Investimentos financeiros	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-50 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Outras operações de Financiamento	295 000,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-37 500,00
Juros e gastos similares	-8 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	249 500,00
Variação de caixa e seus equivalentes	2 614,19
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	211 948,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	214 562,42

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada



termas **s.jorge**

Parecer do Fiscal Único
relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2023 da
SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A.

Introdução

Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea g) do n.º 1 do artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, S.A. (adiante identificada como Sociedade de Turismo), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional relativos a 2023, datado de 06 de outubro de 2022, que compreendem o Plano de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa previsionais.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2023, um total do ativo de 520.446,14 euros e um total de capital próprio de 161.243,95 euros, incluindo um resultado líquido do período nulo.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidade do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.



- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

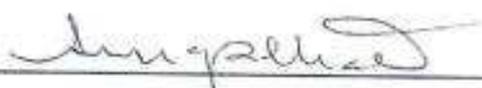
Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfase

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base as Demonstrações Financeiras previsionais do ano findo em 31 de dezembro de 2022, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, da situação patrimonial e dos resultados das operações projetados para 2023.

Porto, 16 de novembro de 2022



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC nº 179

**orçamento
associação orquestra e
banda sinfónica de jovens de
santa maria da feira**

ORÇAMENTO ANO 2023

aprovado em reunião direção/assembleia 11 outubro 2022

DESPESAS	2023	
1. Equipas	153 263,49 €	54,98%
2. Instalações e equipamentos/Espaços e equipamentos	24 850,00 €	8,91%
3. Produção e montagem	14 800,00 €	5,31%
3. Edição, registo e documentação	10 360,00 €	3,72%
5. Logística	56 850,00 €	20,39%
4. Promoção e comunicação	5 560,00 €	1,99%
5. Despesas administrativas e de gestão	13 086,39 €	4,69%
6. Despesas relacionadas com práticas de sustentabilidade e acessibilidade	- €	0,00%
Total	278 769,88 €	

Receitas	2023	
1. Coproduções	- €	0,00%
<i>Monetário</i>	- €	0,00%
<i>Espécie</i>	- €	0,00%
2. Bilheteira e outras receitas próprias	84 419,88 €	30,28%
<i>Bilheteira/ Inscrições</i>	22 000,00 €	7,89%
<i>Receitas Próprias</i>	62 419,88 €	22,39%
3. Direção-Geral das Artes	120 000,00 €	43,05%
4. Apoio Municipal	74 350,00 €	26,67%
<i>Monetário</i>	52 600,00 €	18,87%
<i>Espécie</i>	21 750,00 €	7,80%
5. Outros apoios e financiamentos (públicos e/ou privados; nacionais e/ou internacionais)	- €	0,00%
<i>Monetário</i>	- €	0,00%
<i>Espécie</i>	- €	0,00%
Total	278 769,88 €	

158 769,88 €

	€	%
<i>Espécie</i>	21 750,00 €	7,80%



ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA
PLANO DE ATIVIDADES 2023

1º ESTÁGIO: GRANDE CONCERTO DE ANO NOVO

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos

Programa:

Otto Nicolai - "The Merry Wives of Windsor" Overture

Johann Strauss - Unter Donner und Blitz, Polka schnell, Op. 324

Johann Strauss II - Kaiser-Walzer (Emperor Waltz), Op. 437

Josef Strauss - Künstlergruß, Polka française, Op. 274

Hans Christian Lumbye - Champagner-Galopp

Josef Strauss - Plappermälchen, Polka schnell, Op. 245

Waldteufel, Emile - Les patineurs, Op.183

Franz Lehár - Nechledil March

Eduard Strass - Mit Dampf, Polka schnell, Op. 70

Johann Strauss II - Annen-Polka, Op. 117

Johann Strauss II - An der schönen blauen Donau, Op. 314

Formação: Orquestra Sinfónica de Jovens

Data/local concerto: 1 janeiro 2023/ Europarque

Datas/local de ensaios: 27 a 30 dezembro 2022/ Europarque

Descrição: Os Concertos de Ano Novo são uma presença habitual na programação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira. Como manda a tradição, o repertório gira à volta da música vienense, contudo, todos os anos pautamos por introduzir algumas nuances diferentes não só na diversificação do repertório, mas também pela introdução de alguns elementos diferenciadores, entre eles, a parceria com a "Escola de Ballet do Porto" que dão um colorido e grande harmonia ao concerto. O público espera sempre um ambiente de glamour, muita vida e felicidade, para assim brindar a chegada do novo ano. Para este grande espetáculo, escolhemos o magnífico palco do grande auditório do EUROPARQUE, que oferece excelentes recursos, tanto do ponto de vista musical, com a sua excelente acústica, mas também cénico, onde o desenho

de luzes e toda a cenografia, darão a beleza e preceito ao espaço, para uma experiência única de concerto.

Nesta experiência o público irá fazer uma viagem musical pela dinastia Strauss com todo o carácter próprio da sociedade de meados do século XIX, onde este estilo de música emerge. Apesar do ambiente ser muito festivo e bem reconhecido pelo público, a sua execução não é de todo fácil, sendo altamente desafiante e motivadora para os nossos jovens instrumentistas.

A atividade é composta por residências de dança, de música, e cruzamentos disciplinares entre a orquestra e os bailarinos da Escola de Ballet do Porto.

2ª ESTÁGIO: SINFONIÓNICOS – CONCERTOS COMENTADOS PARA AS FAMÍLIAS, 10ª EDIÇÃO, MÚSICA PARA BABAR E OUTROS ELEFANTES

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

Francis Poulenc - Marcha 1 de "Duas marchas e um intermezzo" (2')

Claude Debussy - Jimbo's Lullaby (Orq. André Caplet) (5')

Francis Poulenc - Intermezzo de "Duas marchas e um intermezzo" (3')

Igor Stravinsky - Circus Polka para um pequeno elefante (3')

Francis Poulenc - A História de Babar, o pequeno elefante (27')

Formação: Orquestra Sinfónica de Jovens

Data/local concerto: 19 de fevereiro/ Cineteatro António Lamoso

Datas/local de ensaios: 15-18 fevereiro/ Cineteatro António Lamoso

Descrição: A História de Babar, o pequeno elefante de fato verde e chapéu foi criada em 1931, por Cecile Brunhoff e ilustrada pelo seu marido Jean, para entreter os filhos do casal. Nesta história o protagonista, Babar, fica órfão e após uma série de peripécias e viagens pela cidade regressa à floresta onde se torna rei. A história depois de publicada fez enorme sucesso e passaria para a televisão e o cinema.



Também o compositor francês Francis Poulenc se interessou por Babar e, a partir de improvisações ao piano enquanto contava a história, compôs uma versão musical que incluía a narração. Em 1959, o jovem compositor Jean Françaix, sob a supervisão de Poulenc, orquestrou esta partitura, enriquecendo-a muito com os efeitos próprios do colorido orquestral e que ouviremos hoje. Neste concerto exploraremos ainda outras ligações entre a música e os simpáticos paquidermes.

3º ESTÁGIO: CONCERTO DE PÁScoa – A PAIXÃO DE CRISTO* inserir Semana Santa

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos

Programa:

Ferrer Ferran - Paixão de Cristo

Bert Appermont - A Brussels Requiem

Formação: Banda Sinfónica de Jovens

Data/local concerto: 1 abril, concerto Paróquia S. João de Ver

Datas/local de ensaios: 27 a 31 de março, a definir

Descrição: A Páscoa é sem dúvida um dos acontecimentos mais marcantes do mundo católico, o qual não poderíamos deixar passar em claro. Para tal, o concerto deste ano, realizado pela Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, será marcado por repertório evocativo da época, tendo como obra central a “Paixão de Cristo” do compositor Ferrer Ferran.

Ferrer Ferran, um dos grandes compositores da atualidade a escrever para esta formação, é professor no Conservatório Superior de Valência, e maestro da Banda Sinfónica Ateneu Musical de Cullera. Tem uma vasta lista de obras editadas e é um dos compositores mais tocados na Europa. A “Paixão de Cristo” é muito marcante para o público, porque retrata as várias fases da vida de Jesus Cristo tal como a Bíblia descreve, e para a tornar ainda mais perceptível, a sua execução será acompanhada com projeção de imagens e legendas descritivas de cada uma dessas fases.

Para completar o restante programa, a Banda Sinfónica, interpretará uma obra mais recente, do compositor belga, Bert Appermont - "A Brussels Requiem". A composição pretende prestar uma homenagem a todas as vítimas, levando a uma reflexão sobre as trágicas circunstâncias que surgiram da série de ataques terroristas na capital belga em 12 de março de 2016, que provocou 32 vítimas mortais e mais de 300 feridos, assim como de outros acontecimentos trágicos ocorridos no Reino Unido, noutros países europeus e um pouco por todo o mundo. 'A Brussels Requiem' é apresentado em 4 andamentos interligados, intitulados 'Innocence', 'In Cold Blood', 'In Memoriam – We Shall Rise Again' e 'A New Day'. O compositor não se limita a descrever os ataques terroristas que aconteceram na capital belga a 12 de março de 2016, mas também, a transmitir todos os sentimentos e as emoções daí resultantes (medo, ansiedade, raiva, tristeza). Depois de toda a tensão criada ao longo da obra, Bert Appermont finaliza com uma mensagem de esperança em busca de uma nova era de compreensão comunitária.

A atividade é composta por residências de música, ensaios de naipe (formação) e ensaios Tutti e no concerto a obra "Paixão de Cristo" será acompanhada com projeção de imagens e legendas descritivas de cada uma dessas fases.

4º ESTÁGIO: SINFONIÓNICOS – CONCERTOS COMENTADOS PARA AS FAMÍLIAS, 11ª EDIÇÃO, A ARCA DE NOÉ

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

Bert Appermont - A ilha do Tesouro (8')

Samuel Pascoal – O Caminho da Índia

Bert Appermont - A arca de Noé (9')

Outra peça a definir

Formação: Banda Sinfónica de Jovens

Data/local concerto: 23 de abril, Cineteatro



Datas de ensaios: 19-22 abril, Cineteatro

Descrição: A Arca de Noé e outras histórias é o tema deste Concerto Sinfoniónico protagonizado pela Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira dirigida pelo seu diretor artístico Paulo Martins. O repertório a ser apresentado inclui, entre outras, duas obras do compositor belga Bert Appermont (n. 1973) que tem prestado especial atenção à História e à mitologia como bases temáticas de inspiração para a música. Com uma grande experiência enquanto maestro e compositor, Appermont tem uma carreira internacional e as suas obras são tocadas frequentemente em vários países. Neste concerto apresentamos duas composições muito interessantes, que apresentam um grande desafio artístico e apresentam um enorme potencial para desenvolver conteúdos lúdicos e didáticos. Arca de Noé é inspirada pela bela história bíblica, que junta à partitura efeitos especiais que acrescentam um poderoso efeito descritivo. Microtopia, por seu turno, foi inspirada no maravilhoso filme de natureza Microcosmos, no qual o mundo dos insetos é ampliado em quadros tão grandes como a vida. O título da obra é uma combinação das palavras microscópico (micro) e biótopo (topia), em referência a esse mundo estranho e maravilhoso. As quatro partes da obra permitem explorar conteúdos simples relacionados com a ciência e a filosofia: o Habitat; Coleópteros: os besouros; Papilionoidea: as borboletas; Himenópteros: as vespas.

Neste concerto ouviremos ainda “Caminho para a Índia” do compositor português Samuel Pascoal. Tal como nos outros Concertos Sinfoniónicos, haverá, previamente ao concerto, uma ação de mediação com as comunidades escolares do 1º e 2º ciclo (alunos, professores, famílias e funcionários) com sugestões de exploração de temas associados à música que será tocada no CTAL.

O Concerto terá vários momentos de interatividade com o público, constituído maioritariamente por famílias, e também conteúdos multimédia preparados previamente e projetados, combinando momentos de captação em tempo real da performance.

5º ESTÁGIO: REINVENTAR ALADDIN

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

Alan Menken - Aladdin

Formação: Orquestra Sinfónica de Jovens e os coros da Academia de Música de Santa Maria da Feira, da Academia de Música de Paços de Brandão e do Conservatório de Música Terras de Santa Maria, articulados pelo encenador Luís David. Solistas: a soprano Iria Perestrelo, os tenores Pedro Rodrigues, Sérgio Martins, Tomé Azevedo, Fernando Guimarães e o baixo Luís David.

Data/local concerto: 16 e 17 junho - europarque

Datas de ensaios: 12 a 15 junho

Local de ensaios: europarque

Descrição: A programação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens tem várias vertentes na sua génese. Sendo um projeto de cariz marcadamente pedagógico, interage com as restantes instituições do concelho ligadas à música, nomeadamente às escolas oficiais de música e às bandas filarmónicas de Santa Maria da Feira. Em 2023 o desafio lançado às escolas foi o da realização de um grande espetáculo onde possamos integrar mais alunos destas a fazerem parte ativa da Orquestra de Jovens de Santa Maria da Feira, assim como a colaboração de todos os coros.

No sentido de proporcionarmos aos alunos um género musical diferente, que terá um alcance mais mediático abrangendo um público mais heterogéneo e contará com uma récita para as escolas e outra para o público em geral. A obra escolhida foi o musical "Aladdin" do compositor americano Alan Menken, famoso pela composição da música de vários filmes da Walt Disney, destacando-se "A Pequena Sereia", "A Bela e o Monstro", "Pocahontas", obras que lhe valeram inúmeros prémios, nomeadamente oito óscares.

Esta mega produção contará com seis solistas com uma vertente vocal e cénica para apresentar os vários personagens: Aladdin, Genie, Jasmine, Babbak, Jafar e





Omar; os coros da Academia de Música de Santa Maria da Feira, da Academia de Música de Paços de Brandão e do Conservatório de Música Terras de Santa Maria, articulados pelo encenador Luís David. Sempre no sentido de valorizar e promover artistas do concelho de Santa Maria da Feira, convidamos para os principais papéis a soprano Iria Perestrelo, os tenores Pedro Rodrigues, Sérgio Martins, Tomé Azevedo, Fernando Guimarães e o baixo Luís David, este último será também responsável pela encenação de todo o musical.

A parte orquestral estará a cargo da Orquestra de Jovens de Santa Maria da Feira e do seu maestro titular Paulo Martins, contando com a coordenação da professora Catarina Rebelo, complementado pela equipa de som e luz, equipa de captação de imagem e vídeo, no grande auditório do Europarque.

6º ESTÁGIO: ACADEMIA DE VERÃO, 3ª EDIÇÃO

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

John Mackey - Sacred Spaces

Alfred Reed - Praise Jerusalem

Andrew Boysen - Conversations with the Night

David Maslanka - Give us this day

James Barnes - Pagan Dances

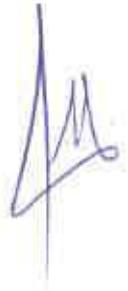
Formação: Banda Sinfónica de Jovens

Data/local concerto: 8 julho, Quinta do Castelo

Datas e local de ensaios: 4 a 7 julho, pavilhão europarque

Datas e Local de master classes: 4 a 7 julho, EB 2,3 Fernando Pessoa (instrumentos) e direção de banda no pavilhão do europarque

MASTER CLASSES: Professores de instrumento: Eva Morais - Flauta transversal, Júlio Conceição - Oboé, Daniel Dias - Trombone, Bruno Costa - Percussão, Vítor Pereira - Clarinete, e o **professor de direção de banda** Björn Bus, natural de Brunssun, Holanda.



Descrição: A “Academia de Verão” é um dos pilares da nossa programação porque abrange várias valências num só estágio: master classes de instrumento, master classe de direção de banda, ensaios e concerto com a banda sinfónica. Ao longo desta atividade proporcionamos aos jovens músicos feirenses, e de outros pontos do país, a possibilidade de poderem integrar a Banda Sinfónica, assim como realizar master classe de direção de banda e/ou master classes de instrumento, finalizando num “mágico” concerto, com toda a atmosfera propícia que nos confere os jardins públicos do concelho de SMF, promovendo a mediação de públicos.

Para orientar as master classes convidamos os professores de instrumento: Eva Morais - Flauta transversal, Júlio Conceição - Oboé, Daniel Dias - Trombone, Bruno Costa - Percussão, Vítor Pereira - Clarinete, e o professor de direção de banda Björn Bus, natural de Brunssun, Holanda. Os professores de instrumento de referência nacional e internacional, dando preferência aos feirenses ou residentes no concelho, vão ministrar aulas individuais e de grupo durante o período da manhã. Durante a tarde e noite haverá lugar à master classe de direção de banda e ensaios com banda sinfónica, de forma a preparar o concerto final. Esta atividade tem ainda a particularidade do concerto de encerramento ser dirigido pelos 12 jovens maestros que participaram nas master classe de direção de banda.

Às bandas do concelho - Banda de Música de Arrifana, Banda Musical de Lobão, Banda Musical de Souto e Banda Marcial do Vale, assim como aos alunos de sopros das escolas oficiais de música do concelho, foi lançado o desafio de enviarem cerca de dez músicos de cada banda ou escola para fazerem parte de toda esta intensa formação.



A temática deste concerto será “Rituals and Faith”, um programa que se caracteriza por toda a sua simbologia aos rituais, especialmente à Fé. Sendo a Fé algo transcendente, que nos move, que nos protege, e que nos une a determinados rituais, a atmosfera criada por este concerto será de introspeção, com um colorido por espectro amplamente sonorístico.

‘Sacred Spaces’ de John Mackey é uma obra composta para a celebração do centenário do Parque Nacional do Grand Canyon, que leva o ouvinte a viajar até ao lugar sagrado que o faz feliz.

‘Conversations with the Night’ de Andrew Boysen foi escrita em memória de Jerry Don Belt e baseia-se no seu hino favorito “When I See the Blood” e retrata uma conversa entre o compositor e os pais de Jerry Don sobre religião, fascínio pela luz, esperança, amor, saudade e por fim paz.

‘Praise Jerusalem’ de Alfred Reed tem como base um hino arménio intitulado Kovia Yeroosaghem, que é construído sobre uma melodia do século VII, notada pelo grande musicólogo armênio Gomidas Vartabed e encontrada na coleção intitulada Cantos da Divina Liturgia da Igreja Apostólica Armênia.

‘Pagan Dances’ de James Barnes é uma suite, composta por três andamentos tem como intenção retratar uma cena imaginária de tempo pré-históricos como se fosse uma cena de um ballet.

A finalizar o concerto, interpretaremos uma obra do grande repertório para banda, “Give us this day” de David Maslanka que é um hino à vida.

A Academia de Verão é curadoria artística de Paulo Martins e da coordenadora Catarina Rebelo. Conta ainda com uma equipa especializada de luz e som, captação de imagens e vídeo.

7º ESTÁGIO: CONCERTO COMEMORATIVO DO DIA MUNDIAL DA MÚSICA – JOVEM SOLISTA

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

Felix Mendelssohn - As Hébridas op. 26

Florence Price - Sinfonia nº 3 em Dó m

Obra a definir – com o solista laureado

Formação: Orquestra Sinfónica de Jovens e Solista Laureado no XVI Concurso Internacional de Música Paços'Premium 2023

Data/local concerto: 1 de outubro, Cineteatro António Lamoso

Datas/local de ensaios: 25 a 29 Setembro, Cineteatro

Descrição: No dia mundial da Música apresentaremos um programa com um formato mais tradicional, destacando-se a inclusão de um jovem solista, resultado de uma parceria com o XVI Concurso Internacional de Música "Paços Premium", organizado pela Academia de Música de Paços de Brandão. Assim sendo, a escolha do solista baseia-se no vencedor do Concerto de Laureados (categoria A), deste mesmo concurso. Com esta parceria estamos a cumprir com um dos nossos objetivos pedagógicos/formativos, promovendo e lançando jovens com merecido reconhecimento artístico.

O restante programa, para além da obra que será escolhida mediante o vencedor do concurso, contará com o poema sinfónico "As Hébridas" opus 26 e a "Sinfonia nº 3" de Dóm de Florence Price. "As Hébridas", também conhecida como "A Gruta de Fingal", foi composta por Felix Mendelssohn em 1830. O seu nome provém da Gruta de Fingal, em Staffa, uma das ilhas Hébridas Interiores, na costa da Escócia. Pese o nome de "Abertura", a obra é independente, e converteu-se numa peça frequente do repertório orquestral. Mendelssohn dedicou a obra ao rei Frederico Guilherme IV da Prússia.

A igualdade de género e de raça, são igualmente fatores de grande importância na sociedade atual e à qual também nos associamos e temos em especial atenção na nossa programação. Por conseguinte, a obra de fundo deste concerto, "Sinfonia nº 3" de Dóm de Florence Price, é da autoria de uma compositora americana de raça negra, que lutou igualmente pelos mesmos propósitos. Florence Price foi uma das mais versáteis e talentosas compositoras americanas de sua geração, cuja criatividade imparável e os primeiros sucessos lutaram contra o pano de fundo da depressão econômica dos anos 1930. A





Terceira Sinfonia expressa aspetos da herança cultural de Price, evitando referências diretas a canções e danças folclóricas existentes, mas onde estão presentes características de espirituais africanos altamente distintos assim como o uso de ritmos sincopados do “Juba” no seu terceiro andamento jazzístico. O primeiro andamento destaca os estilos do século XX, começando com uma introdução lenta incerta (Andante), conduzindo-nos ao tema principal turbulento e dissonante (Allegro). Esses sabores lançam o tranquilo “ Andante ma non troppo” do segundo andamento, mas a inicial beleza serena é várias vezes interrompida por material de tons inteiros que nos lembram que esta é, afinal, música do século XX. O terceiro andamento é uma dança afro-americana Juba (Allegro), incluindo um tema de influência “ blues”, que introduz uma nova faceta dos estilos vernaculares negros na Sinfonia. E o “Scherzo: Finale” é uma exploração caleidoscópica da orquestra cheia de virtuosismo e cores vibrantes, sendo a parte final um tour de force caótico e rodopiante, pontuado por dissonâncias e cromatismos, representando assim, as forças conflituosas e discordantes do mundo musical e dando voz à condição negra.

8º ESTÁGIO: SINFONIÓNICOS – CONCERTOS COMENTADOS PARA AS FAMÍLIAS, 12ª EDIÇÃO - MOZART NO SÉCULO XXI

Domínio: programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

W. A. Mozart - Sinfonia nº 40 em Sol menor, KV. 550

Leopold Mozart - Sinfonia dos Brinquedos

Sérgio Azevedo - Eine Mozart Sinfonie (20')

Formação: Orquestra Sinfónica de Jovens

Data/local concerto: 19 novembro, Cineteatro António Lamoso

Datas/Local de ensaios: 16 a 18 novembro, Cineteatro António Lamoso



Descrição: A Sinfonia nº 40 de W. A. Mozart, talvez a mais conhecida do compositor austríaco do séc. XVIII é o ponto de partida deste Concerto Sinfonónico dirigido às famílias, à população escolar, aos estudantes de música e às instituições que apoiam crianças no concelho de Santa Maria da Feira. Além de excertos desta obra serão tocados também excertos da divertida obra “Eine Mozart Sinfonie”, do compositor português Sérgio Azevedo, composta em 2002, e ainda será tocada a “Sinfonia dos Brinquedos”, de Leopold Mozart, com a colaboração de jovens estudantes de música e jovens apoiados pelas instituições de solidariedade social do concelho. Este concerto será protagonizado pela Orquestra Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira e mediado pelo musicólogo Jorge Castro Ribeiro. Tal como os restantes Concertos Sinfonónicos contará com projeções multimédia originais em combinação com conteúdos intertextuais, previamente preparados, e captação em tempo real da performance musical, que promovem um tipo distintivo de concertos em que o público participa e experiencia múltiplas formas de abordagem da música. A temática original escolhida para este concerto explora o conceito de “paródia”, enquanto imitação transformada, nas obras de Mozart e de Sérgio Azevedo, mas também a pintura de criadores que fizeram “paródias” de quadros mais antigos. No caso da música de Sérgio Azevedo realiza uma transformação radical dos motivos musicais de Mozart dos quais partiu. Na pintura veremos exemplos desse mesmo tipo de transformação de ideias e imagens.

9º ESTÁGIO: CONCURSO INTERNACIONAL DE DIREÇÃO DE BANDA E COMPOSIÇÃO DE SANTA MARIA DA FEIRA - 1ª EDIÇÃO

Domínio: criação e programação, desenvolvimento de públicos, atividades pedagógicas

Programa:

A definir

Formação: Banda Sinfónica de Jovens



Data/local concerto: 27 de novembro a 2 dezembro, Cineteatro António Lamoso

Outras datas:

- Criação dos Concursos de composição e direção de banda SMF: 1 junho a 31 julho
- Seleção Concurso de Composição SMF: 1 a 17 setembro, online
- Pré-eliminatória - Seleção dos maestros ao concurso de direção de banda: 10 setembro a 1 outubro, online
- 1ª eliminatória - Ensaio e Concurso com Ensemble residente da Banda Sinfónica: 27 e 28 novembro, Cineteatro
- 2ª eliminatória - ensaio e concurso com Banda Militar do Porto: 29 novembro, Cineteatro
- Final - ensaio e concurso direção com Banda Sinfónica: 1 e 2 dezembro, Cineteatro

Descrição: As Bandas Filarmónicas são um marco de referência na cultura portuguesa. A existência de cerca de 800 Bandas Filarmónicas revela que o seu fomento está fortemente enraizado na cultura da nossa sociedade. Estas associações têm acompanhado a grande evolução do nível artístico/musical ocorrido nas últimas décadas no nosso país, resultando daí, a crescente procura de formação e desenvolvimento por parte dos seus maestros que com isso lutam por um papel de maior destaque, reconhecimento e valorização. Um dos concursos mais importantes do nosso país - "Prémio Jovens Músicos"- também sentiu essa necessidade, e nas últimas edições, tem apostado na categoria de direção de orquestra, tentando com isso motivar e potenciar todos os que se interessam por este mundo. Acompanhando e reforçando essa necessidade crescente, cremos ser igualmente importante preencher esse eminente vazio evidenciado na direção de banda, e para tal nos propomos a organizar um concurso pioneiro em Portugal. Com o "Concurso Internacional de Direção de Banda de Santa Maria da Feira", pretendemos entre outras valências, alavancar os maestros que se dedicam à área de direção de banda. Importante será de referir, a existência de várias escolas de direção assim como de cursos superiores especializados na vertente de Banda/Orquestra de sopros, que proporcionam o contacto com várias formações de alto nível artístico, associado a repertórios desafiantes, promovendo e elevando-os ao mais alto patamar artístico e cultural.

O concurso será de âmbito internacional, sendo por isso a seleção dos candidatos a admitir a concurso, feita por diferentes fases. A pré-eliminatória consiste no envio de um vídeo pelo candidato, em situação de concerto. Os maestros selecionados, passarão para a 1ª eliminatória do concurso, onde terão a oportunidade de dirigir um ensemble formado por músicos feirenses, com a apresentação direta 'in loco' de uma das obras impostas. Para a 2ª eliminatória, serão selecionados no máximo 6 candidatos, que vão dispor de um pequeno ensaio de 15 minutos, seguido da prova suportada pela Banda Militar do Porto, sendo selecionados nesta os três melhores candidatos. O 3º dia do concurso será reservado unicamente para a realização de ensaios por parte dos finalistas. Cada um terá direito a 1 hora de trabalho com a Banda Sinfónica de Jovens de SMF, no sentido de prepararem a prova final a decorrer no dia 2 de dezembro no Cineteatro António Lamoso.

O Diretor Artístico, Maestro Paulo Martins, terá a seu cargo a criação de uma comissão artística composta por 3 individualidades internacionais, que terão como funções, a seleção do repertório a concurso, assim como a constituição do júri.

O vencedor da 1ª edição do "Concurso Internacional de Direção de Banda" receberá o troféu de vencedor, um prémio monetário, assim como, a realização de um concerto com uma das Bandas Filarmónicas do concelho de SMF, durante a temporada de 2023.

Paralelamente ao concurso de direção, será realizado um concurso de composição, cuja obra vencedora fará parte do repertório obrigatório a executar na prova final. O concurso terá um regulamento próprio, onde apenas participarão compositores nacionais, compondo uma obra com grau de dificuldade nível 4, para banda sinfónica, e com uma duração aproximada de 10 minutos. As obras serão analisadas por um júri especializado e posteriormente editadas, com o intuito de valorizar a música e os compositores portugueses.

ATA NÚMERO QUARENTA E OITO

Ao décimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas, na sede da Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, encontrando-se presentes os seguintes elementos: -----

Presidente: Manuel Luís Azevedo (AMSMF) -----

Vice-presidente: Januário Sousa (AMPB) -----

Vogal: Vítor Marques (CMSMF) -----

A mesa de assembleia foi presidida pelo presidente Manuel Luís Azevedo e teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Aprovação de ata da reunião anterior; -----

O presidente da assembleia começa por dar as boas vindas a todos os presentes. De imediato procedeu-se a votação da aprovação da ata, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

2 – Aprovação do plano de atividades e orçamento 2023; -----

O presidente da assembleia reforçou o trajeto que tinha sido liderado pelo presidente da direção, para a elaboração do plano de atividades, auscultando todos os envolvidos, com contributos para o plano de atividades, nomeadamente: reunião 360º a 19 de fevereiro com os órgãos sociais da associação, com as direções pedagógicas das escolas oficiais de música do concelho, maestros e direções das bandas filarmónicas, maestro Paulo Martins e a coordenadora executiva Catarina Rebelo; reunião com as direções pedagógicas a 5 maio; reunião com as bandas filarmónicas a 12 de maio. Após estas reuniões, e contando com o contributo de todos, foi elaborado o plano de atividades para o triénio 2023-2025 pelo maestro Paulo Martins, o professor Jorge Castro Ribeiro e a coordenadora executiva Catarina Rebelo. -----

O plano de atividades foi desenhado assente nos três pilares bases da associação: 1 – desenvolvimento de públicos; 2 – programação (concertos); 3 – atividades pedagógicas que liguem a orquestra e as escolas oficiais de música e as bandas filarmónicas. Além disso, o plano de atividades cumpre com o requisito de ligação ao património, através do concerto de Páscoa, inserido na semana santa. -----

Ficou ainda definido que o programa/obra musical do estágio cinco será analisado e redefinido. As escolas oficiais de música ficaram responsáveis por apresentar uma proposta alternativa, que substitua a obra musical Aladdin de Alan Menken, para o estágio cinco. Ficou ainda decidido que a coordenadora executiva irá auscultar às direções pedagógicas das escolas oficiais de música, para apresentação de propostas alternativas. Este processo deverá estar concluído até final de novembro. O presidente da direção pediu para reforçar

que quem não apresentar uma proposta alternativa, ou não apresentar proposta, não questiona, à posterior, o que foi decidido. -----

Qualquer outra atividade extra ao plano de atividades terá de ser discutida e aprovada em reunião de direção e assembleia. -----

O plano de atividades e orçamento para 2023 foram aprovados por unanimidade. -----

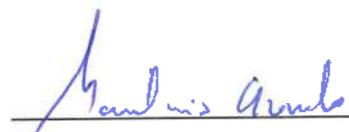
3 – Outros Assuntos; -----

A Ângela Lopes sugeriu serem oferecidas 30 bilhetes a cada escola e banda, para assistirem aos concertos Sinfoniónicos, e inserirem essa atividade no seu plano de atividades. Esta sugestão foi aceite por unanimidade. Contudo, os 30 bilhetes devem ser confirmados com 15 dias de antecedência, junto da coordenadora executiva para evitar reservas sem presenças. -----

Ficou ainda definido, que a coordenadora executiva iria reunir com as direções pedagógicas das escolas oficiais de música, para avaliação da metodologia das provas, ficando as que estavam agendadas para o final de 2022, canceladas. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como terminada a reunião. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Manuel Luís Azevedo

administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**

administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**
finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras**
municipais · planeamento · **saúde** · proteção civil · **urbanismo**
administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**

